



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Autuação: 12/06/2020

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas - PA - PPB

1.23.002.000271/2020-47

Volume I

Resumo:

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 ¿ SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Distribuição:

PRM-SANTAREM - 12/06/2020 - PRM-PA-SANTARÉM-3º Ofício

Grupo temático principal:

6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

Tema:

900014 - Quilombolas (Minorias Étnicas/Garantias Constitucionais/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)

Observação:

Município(s):

SANTARÉM - PA

Movimentado para:

12/06/2020 - PRM-SANTAREM/GABPRM3-HESC - HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR



PGR-00173973/2020

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PERÍCIA, PESQUISA E ANÁLISE
CENTRO NACIONAL DE PERÍCIA**

LAUDO TÉCNICO Nº 831/2020 – SPPEA

REFERÊNCIA	1.00.000.006766/2020-02
UNIDADE SOLICITANTE	6ª Câmara de Coordenação e Revisão
EMENTA	Pandemia de COVID-19. Comunidades Quilombolas. Santarém/PA.
TEMÁTICA	Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais
GUIA SISTEMA PERICIAL	SP – 742/2020
COORDENADAS GEOGRÁFICAS	Feição considerada: (x) pontual () linear () poligonal Lat/Long: -2.429941 / -54.601961

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste laudo é atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19. A iniciativa do trabalho partiu de tratativas envolvendo a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão e a Assessoria Nacional de Perícia em Antropologia – SPPEA.

Tendo em vista a situação emergencial enfrentada no momento, que motivaram medidas de isolamento e teletrabalho no âmbito do MPF, sem contar a necessidade de cautela para com os grupos em foco e a definição de um prazo curto para atendimento da demanda, permitiu-se que o escopo e a abrangência do estudo fossem delimitados pelos próprios peritos, com base na experiência profissional e histórica com determinados grupos.

A minha opção, nesse caso, foi a de trabalhar com um escopo reduzido, um grupo relativamente concentrado de comunidades, de modo a poder captar, na medida do possível, o contexto etnográfico, as formas de articulação coletiva, as estratégias de enfrentamento da doença. Devido ao prazo curto, era importante que as comunidades já tivessem um contato maior com meu trabalho, de modo a facilitar os contatos de interlocução. Por isso, o presente laudo abordará o conjunto de comunidades quilombolas situadas no Município de Santarém/PA, na região do Baixo

Amazonas, Oeste do Pará, que fazem parte da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). O acompanhamento de suas demandas, notadamente voltadas para a regularização fundiária de seus territórios e a garantia de ações para o reconhecimento de sua diversidade étnico cultural na educação e na saúde, constituíram parcela recorrente de minha atuação como analista pericial lotado na PRM-Santarém entre 2006 e 2017.

Para os propósitos do laudo, que por razões acima elencadas não pôde contar com levantamento de dados em campo, foram utilizados: 1) informações de autoridades sanitárias, especialistas e organizações dedicadas ao acompanhamento da situação das comunidades quilombolas no Brasil em relação ao enfrentamento da pandemia; 2) experiência de campo acumulada pelo signatário, que resultou na elaboração de trabalhos periciais e assessoramento da atuação da PRM-Santarém, no período entre 2006 e 2017; 3) contatos com integrantes da Federação e outros interlocutores em contato próximo com o cotidiano das comunidades. Foram gravados em *itálico* termos e expressões usados para designar aspectos específicos de sua realidade cotidiana no momento.

O presente Laudo Técnico visa apresentar os resultados do trabalho pericial solicitado, por meio dos itens a seguir. De início, abordarei, em apertada síntese, um conjunto de informações específicas sobre a trajetória de formação das comunidades quilombolas em Santarém e seus processos interativos com os núcleos urbanos regionais, de modo a oferecer o mínimo de descrição etnográfica capaz de auxiliar no entendimento de possíveis cenários para as medidas de prevenção, tratamento e monitoramento dos grupos. Depois, o foco será delinear o contexto mais geral dos debates e atuações referentes à proteção das comunidades quilombolas, com base na interlocução com pessoas vinculadas ou próximas da Federação, buscando situar como as comunidades em foco estão lidando com o enfrentamento da pandemia. Por fim, tratarei da resposta aos quesitos propostos.

2. AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM SANTARÉM

Tratar das comunidades quilombolas é mapear os esforços incessantes de africanos e seus descendentes para o estabelecimento de espaços de autonomia social e produtiva em meio ao sistema escravista colonial. Em comparação com outras regiões da América portuguesa, o Baixo Amazonas foi integrado tardiamente no mercado transatlântico de escravizados, para atender aos interesses econômicos da Coroa em implantar a monocultura do cacau e a pecuária na região.

A partir do século XVIII, os africanos escravizados desembarcaram nas vilas e cidades da região, principalmente Santarém e Óbidos. Ao longo do século XIX, à medida que se apropriavam social e culturalmente da região, grupos familiares negros em fuga se deslocavam cada vez mais para as cabeceiras dos rios, notadamente dos rios Trombetas e Curuá, aproveitando-se ao máximo da instabilidade política do período pós-independência, conhecido pela historiografia como das guerras da Cabanagem. Ao mesmo tempo, outros grupos permaneceram próximos às unidades

de produção escravista, nas vilas e cidades, buscando conquistar e manter as condições possíveis para sua reprodução social.

De todo modo, um traço marcante apontado pela literatura especializada e que pode ser encontrado na trajetória dos grupos na região é a forma pela qual logo se inseriram economicamente especializando-se na produção extrativista, especialmente da castanha-do-pará, fornecendo para os centros regionais o produto extraído dos castanhais acima das cabeceiras dos rios. Mesmo com a repressão governamental por meio de expedições contra os chamados *mocambos*, como se chamam tradicionalmente os espaços territoriais ocupados pelos grupos, essa produção extrativista se consolidou ao longo das gerações, sendo até hoje uma característica das comunidades quilombolas na região do rio Trombetas, por exemplo. Enquanto isso, nas vilas e cidades, como Santarém, famílias negras enfrentavam as condições mais adversas de repressão e exploração e delimitavam, a seu modo, espaços dentro ou próximo das unidades de produção onde pudessem formar e sustentar laços familiares, seus próprios roçados, áreas para caça, pesca e extrativismo, condições que futuramente garantiriam a permanência desses grupos ao longo do tempo.

No século XX, as comunidades quilombolas do rio Trombetas, no Município de Oriximiná, foram pioneiras na luta pela efetividade da aplicação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, que garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos a titulação de suas terras. A comunidade Boa Vista, em particular, foi a primeira a obter a titulação, concedida pelo INCRA em 1995. Ao mesmo tempo, a mobilização do movimento negro e a organização dos encontros de Raízes Negras, com a participação de lideranças de outras comunidades da região, permitiu que memórias de seu protagonismo, silenciadas pelo racismo e pela opressão histórica, pudessem emergir possibilitando que as demais comunidades quilombolas do Baixo Amazonas buscassem cada vez mais o reconhecimento de seus direitos perante o Estado brasileiro.

As comunidades quilombolas em Santarém estão organizadas por meio de suas respectivas associações sob a articulação da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém. Embora todas possuam certidões de autorreconhecimento emitidas pela Fundação Cultural Palmares, somente a comunidade Pérola do Maicá teve parte de seu território titulado (TERRA DE DIREITOS, 2020), enquanto as demais comunidades ainda aguardam a finalização de seus processos de regularização fundiária e titulação pelo INCRA.

As comunidades em foco apresentam as características do campesinato amazônico, consorciando práticas de agricultura, extrativismo, caça e pesca, em duas estações, seca (de julho a dezembro) e chuvosa (janeiro a junho). As comunidades se localizam: 1) na várzea do rio Amazonas, em frente ao núcleo urbano de Santarém, em ilhas onde parte de suas terras ficam inundadas durante a estação chuvosa (Saracura, Arapemã, as comunidades de São Raimundo, Nova Vista e São José que ocupam o território denominado Maria Valentina, e a comunidades de Surubiu-Açu e Patos do Ituqui); 2) na região de terra firme, menos sujeitas a inundações, mas que abrange também terras na várzea, ao norte, e terras um pouco mais elevadas em direção ao planalto

santareno, ao sul (Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba e Tiningu), e 3) na área urbana periférica de Santarém, a Comunidade Pérola do Maicá, que mesmo na área urbana, e apesar das pressões ocorridas ao longo do tempo, mantém profundas relações socioculturais com a várzea, por meio da prática da pesca, da criação de pequenos animais e do cultivo em seus quintais.

Um ponto importante a destacar é o fato de que a chegada da pandemia de COVID-19 à região coincide com o período chuvoso, considerado de penúria para as comunidades devido à escassez de recursos de subsistência. A inundação sazonal faz desaparecer os lagos situados no interior das ilhas da várzea, reduzindo a oferta de peixes, bem como de áreas para plantio. As comunidades do planalto também sofrem dessas consequências. Isso inclusive foi um dos fatores para a formação da comunidade Pérola do Maicá, com a chegada de famílias oriundas da várzea devido ao fenômeno das *terras caídas*, terras erodidas pela ação do rio Amazonas. Trata-se portanto de uma época do ano em que as comunidades têm que buscar na cidade mais recursos para a manutenção das famílias.

Para o momento, tendo em vista a expansão da doença, é possível destacar no mínimo três aspectos do ponto de vista etnográfico acerca das comunidades quilombolas em Santarém. O primeiro aspecto diz respeito às diferentes regiões geográficas: enquanto na várzea o acesso é somente fluvial, e as habitações se distribuem ao longo da beira das ilhas, no planalto o acesso se dá principalmente pela rodovia estadual PA-370 (Santarém-Curuá Una), sendo a região atendida por linhas de ônibus. A comunidade Pérola do Maicá, por sua vez, é situada em região de maior adensamento populacional, localizada na área urbana da cidade. Em se tratando de doença infecciosa grave, de fácil disseminação, essas condições geográficas específicas, marcadas por contextos sanitários precários, principalmente na várzea, mas também nas demais regiões, apresentam diferentes desafios a serem enfrentados pelas comunidades e pelos órgãos e entidades envolvidos nas medidas de apoio e prevenção.

Uma vez que as medidas de prevenção baseiam-se no que as autoridades sanitárias definem como *isolamento social*, com redução e controle no fluxo de pessoas e recursos, outro aspecto a ser tratado é como garantir o abastecimento alimentar das comunidades nesse contexto. Vimos que historicamente a trajetória dos grupos é caracterizada pela integração aos mercados locais de produção, mesmo com as políticas de repressão e exploração típicas do escravismo. A produção interna não é capaz de dar conta do sustento das famílias, o que provoca desafios tanto no que se refere às possibilidades de comercialização dos produtos quanto às medidas temporárias, como o recebimento de cestas básicas e o auxílio financeiro emergencial diante dos impactos da pandemia.

O terceiro aspecto consiste propriamente nas ações de atendimento à saúde. Para além da divulgação de informações nos meios de comunicação, é preciso acompanhar não só as condições sanitárias existentes (que foram objeto de acompanhamento do MPF conforme documentos em Anexo) e a atuação dos agentes comunitários de saúde, mas também de que modo estão sendo planejadas medidas mais específicas no que tange à identificação e tratamento dos eventuais casos, para que não se disseminem nas comunidades.

3. DO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19

A Organização Mundial de Saúde declarou em janeiro de 2020 que o surto de doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui emergência de saúde pública de importância internacional, e a sua expansão geográfica mundial nos meses seguintes a caracteriza como uma pandemia (OPAS/OMS BRASIL, 2020). Trata-se de uma doença infecciosa respiratória grave, para a qual ainda se busca uma cura, e sua chegada ao Brasil, além de causar preocupações para a população em geral, representa riscos especialmente para grupos específicos como povos indígenas e comunidades tradicionais, entre as quais as comunidades quilombolas.

Cartilha divulgada pela Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) alerta para os impactos que a crise de saúde pública com a chegada da COVID-19 podem provocar especialmente sobre a população negra. Indicadores de emprego, renda, acesso a direitos sociais apontam a grande vulnerabilidade dessa população nesse contexto, ainda mais agravado pelo subfinanciamento das políticas sociais, decorrente da Emenda Constitucional 95/2016, que reduz os instrumentos e a capacidade de ação do Estado brasileiro para enfrentar a expansão da pandemia (OLIVEIRA, 2020).

Já o artigo de autoria de pesquisadores em sua maioria quilombolas, no sítio eletrônico da SIPAD (Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade) da UFPR, resume os pontos centrais do desafio imposto às comunidades quilombolas pela COVID-19. Os riscos de disseminação da doença chegam a comunidades que, em grande parte, não tiveram concluída a regularização fundiária, e portanto não possuem efetivo controle de seus territórios no momento de planejar medidas de controle de entrada e saída de pessoas para evitar a contaminação. Além disso, a suspensão de contratos de entregas de alimentos em programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e de atividades como turismo de base comunitária eventualmente existentes, por exemplo, impactam gravemente a garantia de recursos econômicos para sustento das famílias. Outros fatores são a presença nas comunidades de pessoas particularmente suscetíveis à contaminação por COVID-19, como anciãos, que possuem grande importância para o bem-estar coletivo. A pouca cobertura do acesso a redes de telefonia e internet e as vulnerabilidades quanto à atenção à saúde completam o quadro de graves ameaças vivido pelos quilombos em todo o Brasil. Esses desafios, por sua vez, estão mobilizando as comunidades na definição de estratégias de prevenção e no debate com órgãos governamentais e não-governamentais acerca de medidas de proteção:

(...) As principais demandas são: o fornecimento de cestas básicas; o acesso à renda básica emergencial; o abastecimento de água nas localidades onde o mesmo é inexistente ou irregular; implementação de ações emergenciais de acesso à saúde; à assistência social; a itens de higienização; a informações sobre a prevenção; as providências a serem adotadas em caso de contaminação; distribuição de kits de alimentação para os estudantes que têm, no momento, as aulas

suspensas; promover o acesso seguro de quilombolas às agências bancárias para o saque do Bolsa Família, por vezes localizadas a quilômetros de distância dos seus territórios; vacinação contra a gripe de forma eficiente e sem que estes sejam expostos à aglomeração em filas e transporte público (FERREIRA, A., CRUZ, I., PEREIRA, J, MIRANDA, R., PAULA, R.R. & SILVA, J.G., 2020).

Com a entrada em vigor das medidas das autoridades sanitárias centradas na prevenção, entre as quais evitar a aglomeração e circulação de pessoas e recomendar o *isolamento social*, a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém decidiu em 20/03/2020 a paralisação de suas atividades, entre as quais a eleição para nova diretoria. Outra providência foi a orientação para que as pessoas ficassem em seus quilombos e evitassem a entrada de pessoas de fora. Nos relatos recebidos de algumas comunidades, foram definidas medidas próprias de prevenção, como a suspensão de reuniões das associações, cultos religiosos, atividades esportivas, entre outras atividades envolvendo aglomeração de pessoas. Contudo, o fato de que a estação chuvosa é marcada pela escassez de recursos de subsistência e pela necessidade de se buscar recursos na cidade provoca inquietação e ansiedade, pois a demanda por esses recursos pode tornar insustentável o atendimento às recomendações para que fiquem nos quilombos nesse momento.

Os contatos da Federação ressaltaram a atuação da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas) na formulação e divulgação de orientações para prevenção da doença. No dia 24/04/2020, representantes da CONAQ participaram de audiência na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão para tratar das medidas de combate a COVID-19 junto à população quilombola. Entre os assuntos abordados, a efetivação de medidas para garantia de segurança alimentar e renda no contexto emergencial provocado pela pandemia, bem como a necessidade de um canal de diálogo com o Ministério da Saúde a fim de tratar de medidas voltadas para a proteção dos quilombos (CONAQ, 2020).

Diferente da saúde indígena, que possui um subsistema próprio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estruturado nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), as ações de saúde para as comunidades quilombolas envolvem a atuação local das secretarias municipais e estaduais de saúde. Uma importante pauta de reivindicações da Federação, que inclusive resultou em audiência local em 15/10/2008, tratada nos autos do IC 1.23.002.000342/2006-53 (SILVA, 2010 e 2013), sempre foi a efetiva implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra. Ao final deste trabalho, apresento em Anexo as informações técnicas elaboradas acerca do tema, que acompanham os percalços referentes a essa reivindicação das comunidades.

No contexto atual de enfrentamento à COVID-19, os relatos recebidos das comunidades contam que as orientações das autoridades sanitárias têm sido repassadas por televisão e rádio, e por meio da atuação de agentes comunitários de saúde. No quilombo Pérola do Maicá, situada em região de maior adensamento populacional, a comunidade é atendida por agentes de saúde de outros bairros, Maicá I e Área Verde, que segundo relato recebido dificilmente passam pelas casas do quilombo, fazendo com que as pessoas tenham que se deslocar para os postos de

saúde nos outros bairros.

Uma questão a ser enfrentada, no que se refere ao atendimento à saúde das comunidades, para além das medidas de prevenção, é como estão sendo previstas as ações no contexto de identificação de casos suspeitos e confirmados, o devido tratamento destes, e as precauções no sentido de evitar a disseminação nas comunidades. O controle de entrada de pessoas nas comunidades e as medidas informativas não bastam, tendo em vista a rápida expansão da doença. Um ponto debatido entre especialistas e comunidades no âmbito da saúde indígena nos últimos dias, mas também pertinente para a saúde coletiva de outros grupos, têm sido a definição e implementação de planos de contingência voltados para a realidade sociocultural dos grupos afetados. Em entrevista ao Instituto Socioambiental (ISA), o médico e doutor em Saúde Pública Andrey Moreira Cardoso, especialista em Saúde da Família e Saúde dos Povos Indígenas, sintetiza essas preocupações:

a estratégia das equipes de saúde nas aldeias para detectar precocemente e encaminhar rapidamente casos que precisem de atendimento externo. Teria que haver testes para identificar os infectados. Mais que isso: é preciso detectar os sinais [da contaminação]. Então, é detectar pessoas com sintomas respiratórios e confirmar a infecção nos casos graves. Nessa condição, a princípio todos vão ser considerados suspeitos de coronavírus. Agora, o problema é antecipar-se. O que tem de ser ágil é conseguir detectar o início, o primeiro caso introduzido. Estando a equipe de saúde na aldeia, não havendo casos, tem de monitorar a população para detectar a ocorrência de casos precocemente (SOUZA, 2020).

Como vimos, outro desafio colocado às comunidades quilombolas é a garantia de condições para o abastecimento alimentar, diante das recomendações de *isolamento social*, preconizadas pelas autoridades sanitárias. Em Santarém, a Federação conta com o apoio da organização Terra de Direitos, que há praticamente mais de uma década realiza atividades de assessoramento jurídico envolvendo um conjunto de temas, como a regularização fundiária e a proteção dos direitos das comunidades, em situações de impactos socioambientais sobre seus territórios.

Segundo as informações obtidas, as comunidades estão enfrentando dificuldades para a venda de seus produtos desde antes da eclosão da pandemia, com a desestruturação de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No momento, uma alternativa tem sido o apoio da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e de Pastorais Sociais da Diocese de Santarém para a organização de compra e distribuição de cestas agroecológicas contendo a produção das comunidades. Já a distribuição de cestas por doações e por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed) possui limitações para o abastecimento das comunidades. A Semed iniciou essa distribuição em outra região ribeirinha, o Tapajós, com previsão de envio para as demais regiões (incluindo os quilombos) nos próximos dias. Como vimos acima, a região de várzea é particularmente afetada pela estação chuvosa, o que provocou desabastecimento nessa região, mas

a previsão é de que o planalto enfrente esse desabastecimento em seguida, segundo informação do contato da Terra de Direitos. As cestas obtidas por doações foram distribuídas para a várzea.

O recebimento do auxílio emergencial pelas comunidades é outro assunto em pauta nas reivindicações do movimento quilombola nacional. A CONAQ relatou algumas preocupações na audiência realizada na 6ª Câmara, como a falta de acesso à internet e de linhas telefônicas, tanto fixas quanto móveis, sem contar situações como irregularidades no CPF e a ocorrência de descontos automáticos no momento em que o benefício é depositado na conta-corrente, devido a situação de inadimplência. A Federação tem recebido e divulgado os informes da CONAQ referentes a esse e outros assuntos.

4. RESPOSTA AOS QUESITOS

a) Haveria especificidades culturais e epidemiológicas dos povos indígenas ou comunidades tradicionais com as quais já tenha trabalhado a se levar em consideração diante dos riscos representados pela pandemia de COVID-19?

No que se refere às comunidades quilombolas em Santarém, a chegada da pandemia de COVID-19 coincide com a estação chuvosa, marcada pela redução dos recursos alimentares e da produção para o mercado local. Em se tratando de doença infecciosa grave, de fácil disseminação, as condições geográficas específicas em que as comunidades se inserem, marcadas por contextos sanitários precários, principalmente na várzea, mas também nas demais regiões, apresentam diferentes desafios a serem enfrentados pelas comunidades e pelos órgãos e entidades envolvidos nas medidas de apoio e prevenção. Distribuídas na várzea do rio Amazonas, na região do planalto santareno e na área urbana, as comunidades quilombolas têm que enfrentar desafios como garantir o controle de seu território, efetivar medidas de prevenção e manter as condições para o abastecimento de suas famílias durante a pandemia.

b) Seria possível elencar medidas emergenciais ou um plano de contingência para mitigar os efeitos do COVID-19 para os povos indígenas e comunidades tradicionais?

As comunidades quilombolas em Santarém sempre reivindicaram a efetiva implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde da População Negra, conforme leitura dos documentos em Anexo a este trabalho. Segundo os contatos realizados, entre as notícias da chegada da pandemia e o início das medidas das autoridades sanitárias não houve a elaboração de um plano de contingência para enfrentar os efeitos da expansão da doença. A exemplo dos debates envolvendo a saúde indígena, outro desafio para as comunidades é buscar condições para que as lideranças quilombolas locais, entidades de apoio, organizações quilombolas estaduais e nacionais e órgãos públicos encaminhem tratativas nesse caminho.

c) As lideranças, agentes de saúde, agentes sanitários e demais representantes indígenas ou dessas comunidades devem ou podem participar da elaboração e execução dessas ações?

Durante os contatos realizados para este trabalho, um detalhe observado foi a preocupação das pessoas com relação aos mais idosos, o cuidado para que estes permaneçam nas comunidades. Neste grupo etário está a maioria das lideranças quilombolas, que por sua vez é um dos grupos mais vulneráveis diante da doença COVID-19. Este detalhe também está presente nos informes do movimento quilombola nacional e não é trivial, pois são os idosos as pessoas que representam o exemplo das lutas contra a opressão histórica da escravidão e do racismo, possuindo papel fundamental na garantia dos direitos das comunidades. Isso denota outro aspecto importante, o fato de que para estes grupos a saúde envolve o cuidado e a garantia de bem-estar coletivos. Deste modo, entendo não ser possível o planejamento e a execução das ações de enfrentamento à pandemia sem a participação das lideranças, agentes comunitários de saúde e demais representantes das comunidades.

Diferente da saúde indígena, que possui um subsistema próprio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estruturado nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), as ações de saúde para as comunidades quilombolas envolvem a atuação local das secretarias municipais e estaduais de saúde. Para além das medidas de prevenção, constitui preocupação a forma como estão sendo previstas as ações no contexto de identificação de casos suspeitos e confirmados, o devido tratamento destes, e as precauções no sentido de evitar a disseminação nas comunidades. O controle de entrada de pessoas nas comunidades e as medidas informativas não bastam, tendo em vista a rápida expansão da doença. Daí a importância da articulação entre os agentes comunitários e as secretarias estadual e municipal de saúde.

d) Quais ações e medidas os povos indígenas ou comunidades estão tomando para prevenção e enfrentamento da pandemia de COVID-19?

No caso de Santarém, a organização que representa as associações quilombolas no município (a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém) decidiu, em reunião no mês de março, pela paralisação de suas atividades e as de suas afiliadas e pela proibição da entrada nas comunidades de pessoas de fora. Além disso, informes quanto à prevenção contra a doença e ao acesso de recursos para abastecimento das comunidades estão sendo repassados pela CONAQ. A Federação estabeleceu também estratégias junto à organização Terra de Direitos, no sentido de garantir condições para o abastecimento das comunidades. Lideranças jovens, estudantes quilombolas na cidade, e integrantes do grupo de mulheres lideranças também estão fazendo sua parte, mantendo canais de comunicação entre os órgãos e entidades com os quais a Federação interage e as próprias comunidades.

e) Avalie as medidas necessárias para o abastecimento alimentar, tendo em vista a ausência de fluxo de pessoas e a dinâmica de circulação de alimentos por parte dos grupos afetados. Como

ocorre habitualmente o acesso ao CadÚnico?

Vimos que historicamente a trajetória dos grupos é caracterizada pela integração aos mercados locais de produção, mesmo com as políticas de repressão e exploração típicas do escravismo. A produção interna não é capaz de dar conta do sustento das famílias, o que provoca desafios tanto no que se refere às possibilidades de comercialização dos produtos das comunidades na cidade quanto às medidas temporárias, como o recebimento de cestas básicas e o auxílio financeiro emergencial diante dos impactos da pandemia.

Segundo as informações obtidas, as comunidades estão enfrentando dificuldades para a venda de seus produtos desde antes da eclosão da pandemia, com a desestruturação de iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No momento, uma alternativa tem sido o apoio da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e de Pastorais Sociais da Diocese de Santarém para a organização de compra e distribuição de cestas agroecológicas contendo a produção das comunidades. Já a distribuição de cestas por doações e por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed) possui limitações para o abastecimento das comunidades. A Semed iniciou essa distribuição em outra região ribeirinha, o Tapajós, com previsão de envio para as demais regiões (incluindo os quilombos) nos próximos dias.

O recebimento do auxílio emergencial pelas comunidades é outro assunto em pauta nas reivindicações do movimento quilombola. A Federação tem recebido e divulgado os informes da CONAQ referentes a esse e outros assuntos, mas de modo geral, os relatos apontam para dificuldades no cadastramento do aplicativo para receber o auxílio. O escopo deste trabalho não permitiu definir o quantitativo de famílias abrangidas pelo CadÚnico: as pessoas consultadas afirmaram não saber com exatidão.

Não obstante, tanto as condições para manter a comercialização de seus produtos, bem como a definição de estratégias para o devido acesso das comunidades aos auxílios de natureza emergencial são pontos para tratativas envolvendo as comunidades, o movimento quilombola em âmbito local, estadual e nacional, e demais órgãos, governamentais e não-governamentais.

f) Estão sendo implementadas as medidas do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas na área do DSEI mais próximo de sua área de lotação? Em especial, a permanência nas CASAI de apenas casos absolutamente necessários, tem-se verificado a efetivação desta medida? Caso estejam sendo implementadas tais medidas, como as mesmas têm sido recebidas pelos respectivos povos indígenas?

Não se aplica ao presente trabalho.

É o Laudo.

Belém, 8 de maio de 2020.

assinado digitalmente

RAPHAEL FREDERICO ACIOLI MOREIRA DA SILVA

Analista do MPU/Perito em Antropologia

Assessoria Nacional de Perícia em Antropologia

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONAQ. “CONAQ realiza audiência com 6ª Câmara sobre o impacto da COVID-19 nos quilombos”. **Ascom CONAQ**, São Paulo, 24 de abr. 2020. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/audiencia-com-6a-camara-sobre-o-impacto-da-covid-19-nos-quilombos/>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERREIRA, A., CRUZ, I., PEREIRA, J., MIRANDA, R., PAULA, R.R. & SILVA, J.G. Desafios e estratégias de comunidades quilombolas frente a COVID-19. **SIPAD/UFPR**, Curitiba, 2020. Disponível em <<http://www.sipad.ufpr.br/porta/defafios-e-estrategias-de-comunidades-quilombolas-frente-a-covid-19-atualizado/>>. Acesso em 01 mai 2020.

FUNES, E.A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”. **História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas**. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. **Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afroamazônidas: ‘Nós já somos a reserva, somos os filhos deles’**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, agosto de 2005.

OLIVEIRA, A.L.M. A cor/raça dos trabalhadores mais afetados na coronacrise. **CONEN**, São Paulo, abr. de 2020. Disponível em: <http://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha-corona-conen_teste3-1.pdf> Acesso em 01 mai 2020.

OPAS/OMS BRASIL. Folha informativa COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875>. Acesso em 01 mai 2020.

SILVA, R.F.A.M. Informação nº 13/2010. Santarém: MPF/PRM-Santarém, 2010.

_____. Informação nº 06/2013. Santarém: MPF/PRM-Santarém, 2013.

SOUZA, O.B. “Se o coronavírus entrar nas aldeias, é possível que o aumento de casos seja explosivo”, alerta especialista”. **Notícias Socioambientais**, São Paulo, 26 de mar. 2020. Disponível

em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/se-coronavirus-entrar-nas-aldeias-e-possivel-que-aumento-de-casos-seja-explosivo-alerta-especialista>> Acesso em 07 abr 2020.

STUCCHI, D. & REIS, F.C.O. Parecer Técnico nº 515/2020. MPF/SPPEA/CNP/ANPA, 2020.

_____. Parecer Técnico nº 532/2020. MPF/SPPEA/CNP/ANPA, 2020.

TERRA DE DIREITOS. “Quilombo Pérola do Maicá, em Santarém (PA), conquista título de segunda parte da área”. **Assessoria de Comunicação, Terra de Direitos**, 05 de fev 2020. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/quilombo-perola-do-maica-em-santarem-pa-conquista-titulo-de-segunda-parte-da-area/23238>> Acesso em: 27 de mar 2020.

ANEXOS

ANEXO 1 – SILVA, R.F.A.M. Informação nº 13/2010. Santarém: MPF/PRM-Santarém, 2010.

ANEXO 2 – SILVA, R.F.A.M. Informação nº 06/2013. Santarém: MPF/PRM-Santarém, 2013.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

Santarém, 06 de outubro de 2010.

INFORMAÇÃO Nº 13/2010

REFERÊNCIA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.23.002.000342/2006-53

ASSUNTO: Notícias de casos de desnutrição infantil em comunidades quilombolas em Santarém; balanço de informações e estudos sobre o tema; Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santarém, realizada em 15/10/2008, com a participação de MPF, Fiocruz, Secretaria Municipal de Saúde e Federação das Organizações Quilombolas de Santarém; informações atualizadas e sugestão de encaminhamentos.

INTERESSADO: Procurador da República vinculado ao 3º Ofício – PRM/Santarém (GAB 03).

ANALISTA/PERITO RESPONSÁVEL: Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva

1) INTRODUÇÃO

O Procedimento Administrativo em epígrafe foi instaurado em janeiro de 2006 com o objetivo de apurar notícia de profundo estado de desnutrição, sobretudo das crianças, entre as comunidades quilombolas de Saracura, Arapemã e Bom Jardim, no Município de Santarém, após divulgação de programa televisivo que abordava os trabalhos realizados pelo Projeto Quilombos, do Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane/Fundação Instituto Osvaldo Cruz (CPqLMD/Fiocruz, sediado em Manaus/AM), junto a comunidades quilombolas em Santarém.

Após apresentar informações e estudos produzidos sobre o tema, tratarei da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em outubro de 2008, evento significativo do campo de atuação dos atores sociais envolvidos (comunidades, poder público, pesquisadores, organizações) e dos conflitos sociopolíticos locais relacionados. Na conclusão, indicarei o contexto atual de planejamento e execução das políticas governamentais referentes ao tema voltadas para as comunidades quilombolas, com a sugestão de encaminhamentos de modo a subsidiar atuação ministerial.

2) INFORMAÇÕES E ESTUDOS SOBRE O TEMA

Em 2003, questionários aplicados a comunidades vinculadas ao Programa Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constituíram a base de dados do Sistema de Informações das Comunidades Afro-Brasileiras (SICAB), disponível no endereço eletrônico da Fundação Cultural Palmares.¹ Nele estão informações referentes às 6 (seis) comunidades quilombolas autoidentificadas em Santarém naquele período (Saracura, Arapemã, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Tiningu) e as respostas dos questionários referentes aos temas de segurança alimentar e nutricional e saúde oferecem algumas indicações importantes acerca do tema em epígrafe.

Em Arapemã e Bom Jardim, por exemplo, a ocorrência de fome foi considerada mais grave no período das enchentes (janeiro a julho), enquanto nas comunidades de Murumuru, Murumurutuba e Saracura, foi considerada no período de estiagem. Exceto em Tiningu, em todas as demais comunidades foi informado que a produção de alimentos, a coleta, a pesca e a criação de animais eram considerados insuficientes para garantia da alimentação das famílias, bem como maior incidência de desnutrição em crianças. Somente em Arapemã, Tiningu e Murumuru havia representantes no Conselho Municipal de Saúde. Nos questionários é notável a distância das comunidades ao hospital mais próximo: nas comunidades de várzea (Saracura e Arapemã), com acesso por via fluvial, distam entre 2 e 2h30, enquanto nas comunidades de planalto, com acesso por via terrestre, a distância ao hospital varia entre 1h30 e 3h, dependendo da comunidade. Somente em Murumuru, no planalto, foi informada a presença de um posto de saúde, que não funcionava todos os dias. Para as comunidades no planalto, o posto de saúde mais próximo se situa em Jacamim, localidade à margem da rodovia estadual PA-370 (Santarém-Curuá-Una). Entre as doenças relatadas como de maior incidência entre crianças, predomina a diarreia, seguida de doenças de pele. Em adultos e idosos predominam nos questionários hipertensão arterial, seguida de diabetes. Foram relatados casos de anemia falciforme (prevalente na população negra) em Saracura, Bom Jardim e Murumuru. Os questionários trazem também informações sobre alcoolismo e uso de drogas, sendo verificado em geral pouca incidência nas comunidades, em todos os grupos etários, exceto em Bom Jardim (foi informada maior

¹ “Fome afeta 90% das vilas quilombolas”, **PNUD Brasil – Reportagens**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=907>>. Acesso em: 06/09/2010. A base de dados do SICAB está disponível em: <<http://www.palmares.gov.br:8081/sicab/default.htm>>.

incidência em homens adultos) e Murumurutuba (maior incidência em adolescentes). Foi apontado abastecimento de água por rede pública somente em Murumuru e Tiningu, enquanto nas demais comunidades a água utilizada provinha de rios, igarapés e poços. Não foi informada a presença de sistemas de esgoto nas comunidades. Em todos os questionários é mencionado o uso tradicional de plantas com finalidades curativas.

Em 2006, crianças das comunidades de Saracura e Bom Jardim participaram da Chamada Nutricional Quilombola, inquérito promovido pelo MDS em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Unicef e o Ministério da Saúde, que tinha o objetivo de avaliar a situação nutricional de crianças quilombolas menores de cinco anos, vacinadas na segunda etapa da Campanha Nacional de Vacinação, em agosto daquele ano.

A amostra da pesquisa em 60 comunidades abordadas em todo o país, composta de 2.941 famílias para o diagnóstico das condições de vida e 2.725 crianças para o inquérito nutricional, não teve representatividade por Unidade da Federação, tendo sido destinada à obtenção de uma estimativa nacional. Foi detectada prevalência de formas crônicas de desnutrição, identificadas pelo registro de déficits de altura para idade, de 11,6%. Tal prevalência é maior que a encontrada no Semi-árido brasileiro (6,6%) e menor que a encontrada nos assentamentos rurais (15,5%), ambas referentes a 2005. Já a prevalência de déficits de peso para a altura, que identificam formas agudas de desnutrição, foi de 2,0%, contra 2,8% verificada no Semi-árido e 7,3% nos assentamentos rurais em 2005. Foi verificada incidência de crianças quilombolas com déficit de peso para idade de 8,1%, maior que a verificada no Semi-árido (6,6%), na população rural (5,6%), e na população brasileira (4,6%).

Após abertura do procedimento administrativo em epígrafe, o CPqLMD/Fiocruz encaminhou a este PRM relatório sobre a situação de mortalidade infantil e perfil nutricional nas 6 comunidades quilombolas onde se desenvolviam as ações do projeto: Saracura e Arapemã, na região de várzea; Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru e Tiningu, na região de planalto (Fls. 10 a 20 dos autos do presente P.A, vol. I).

Segundo o relatório, a taxa de mortalidade infantil estimada nessas comunidades era 20% mais alta que a média nacional (30,6 por mil nascidos vivos) e da região norte (31,1%). Enquanto nas comunidades de planalto a taxa verificada era próxima a das médias citadas (30,4 por mil nascidos vivos), nas comunidades de várzea a taxa era de 50,2 por mil nascidos vivos. Quanto ao perfil nutricional das

comunidades, o relatório apontou a presença de baixa estatura (nanismo nutricional) em 17% de crianças menores de 5 anos, escolares e adolescentes, e desnutrição crônica em 27%. O retardo de crescimento observado, em função do indicador peso/idade abaixo de 2 desvios-padrões da população de referência da tabela NCHS, apontava que a desnutrição crônica era três vezes maior que a média nacional. Nos adultos não foram encontrados problemas nutricionais como grandes obesos e magreza constitucional; nos idosos, foram observados casos de magreza severa. Peixe, farinha de mandioca e frutas constituem as fontes de proteína, carboidratos e vitaminas de seus habitantes, respectivamente, complementadas eventualmente pelo consumo de aves domésticas e caça, por outros produtos como arroz, feijão e macarrão quando há disponibilidade de renda, além do consumo de produtos locais como vinho de açaí, doces de frutas e farinha de piracuí (produzida com a carne do peixe acari). A quantidade de energia consumida era 73% abaixo do recomendado pela FAO/ONU: enquanto 50% da população idosa estava abaixo do recomendado, na população adulta 100% não atingiam a quantidade recomendada e entre as crianças menores de 5 anos o percentual era de 66,6%. Quanto ao consumo de proteína, 73% da população apresentou consumo superior ao recomendado pela FAO/ONU; quanto à vitamina C, 55% apresentaram consumo superior. O consumo de cálcio se encontrava abaixo do recomendado para 73% da população em foco, com destaque para crianças e idosos, e o consumo de fósforo, para 63%, com destaque para a população adulta. A quantidade de ferro consumida atingia níveis satisfatórios em 55% da população, principalmente em adultos, enquanto o consumo de vitamina A atendia às recomendações internacionais em todos os grupos etários.

Com base nessas informações, o relatório questionou certa imagem da Amazônia como região de fartura, uma vez que entre as comunidades quilombolas de Santarém uma parcela significativa da população não possui acesso a alimentos básicos para sua vida cotidiana, numa conjuntura de apropriação ilegal de suas terras (grilagem), precárias condições econômicas, ausência de políticas alternativas de produção e acesso de seus produtos no mercado. Além disso, apontava situação de insegurança alimentar e nutricional favorecida pela perda de terras para a produção de soja no planalto santareno e consequente poluição devido ao uso de agrotóxicos; migração para centros urbanos que propicia situações de fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação; estruturas de produção predatórias do ponto de vista ambiental e socioeconômico; preços

abusivos de alimentos e bens essenciais e imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural desses grupos.

Em agosto de 2007, artigo publicado na **Revista de Saúde e Sociedade de São Paulo** por integrantes do projeto do CPqLMD/Fiocruz apresentou dados referentes à mortalidade infantil verificados na pesquisa em andamento.² A equipe se baseou em dados censitários levantados em pesquisa domiciliar nas seis comunidades, confrontados com os registros dos agentes comunitários de saúde (ACS) que compunham o sistema de informações da Secretaria Municipal de Santarém.³ **De acordo com o estudo, tendo como referência os indicadores do Ministério da Saúde em 2005, a taxa de mortalidade infantil do total de comunidades era de 38,6 por mil nascidos vivos, superior portanto às taxas estimadas para o estado do Pará (26,3 por mil nascidos vivos) e o município de Santarém (18,2 por mil nascidos vivos). Em comparação com os critérios de classificação recomendados pelo Ministério da Saúde em 2005, a taxa de mortalidade infantil nos quilombos de várzea se situava no estrato alto (50 por mil ou mais), enquanto nos de terra firme, no estrato médio (20-49 por mil).**

Valores tão expressivos de taxas de mortalidade infantil, em comparação com a tendência à diminuição da r. taxa em âmbito nacional, apontavam, de acordo com o estudo, para um quadro de precariedade das condições de vida das comunidades quilombolas em Santarém, principalmente na várzea, onde, em virtude das inundações no período das chuvas, tornam-se escassas certas fontes de alimentação e produtos extrativistas, além de condições inadequadas de saneamento, falta de serviços de planejamento e implementação de ações em saúde voltadas para esses grupos e outras políticas públicas articuladas.

Em dezembro de 2007, concluí relatório que abordou o contexto das condições de vida das comunidades, analisando o modo como funcionavam as políticas voltadas às comunidades quilombolas em Santarém. Durante aquele ano, a PRM/Santarém promoveu reuniões acerca da aplicação de programas governamentais relacionados ao tema, com a participação de lideranças quilombolas em Santarém,

2 GUERRERO, Ana Felisa Hurtado et al . Mortalidade infantil em remanescentes de quilombos do Município de Santarém - Pará, Brasil. **Saude soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, Aug. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Oct 2010. doi: 10.1590/S0104-12902007000200010. O artigo consta nos autos do P.A. em epígrafe (Fls. 107 a 115, vol. I).

3 De acordo com o artigo, utilizando técnica indireta de estimação, as taxas de mortalidade infantil (probabilidade de morrer antes de completar um ano de idade foram calculadas segundo técnica de Brass, em que as proporções de óbitos de filhos das mulheres em idade reprodutiva são transformadas em probabilidades de morrer antes de algumas idades específicas, entre 1 e 20, por meio de multiplicadores que dependem da fecundidade das mulheres.

representantes de órgãos governamentais e não-governamentais, devido às notícias de acesso deficitário das comunidades de Santarém ao Programa Brasil Quilombola.⁴

Em fevereiro de 2008, a Procuradora da República Dra. Daniela Masset Vaz requisitou informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a Secretaria Municipal de Saúde (Semsa), a Prefeitura Municipal de Santarém, e ao Conselho Municipal de Saúde (CMS), por meio dos ofícios OF.PRM/STM/GAB1/0212/2008, OF.PRM/STM/GAB1/0213/2008, OF.PRM/STM/GAB1/0214/2008 e OF.PRM/STM/GAB1/0215/2008, de 20/02/2008, respectivamente (Fls. 229, 230, 238 e 239 dos autos do presente P.A., vol. I).

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Santarém respondeu que, após divulgação dos resultados da pesquisa realizada pela equipe da Fiocruz, solicitou audiência com o presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém e, com base nas informações prestadas na audiência, informou que verificaria com a Prefeitura e as Secretarias Municipais diretamente vinculadas à questão quais as ações projetadas para “reverter o quadro atual de insegurança alimentar demonstrada na pesquisa” (Fls. 243 e 244). A Prefeitura Municipal de Santarém não se manifestou. O Conselho Municipal de Saúde, por meio do OF. CMSS Nº 087/2008, de 24/04/2008, informou que fora composta comissão para tratar do assunto (fls. 245). Em outubro de 2008, após deliberações realizadas em reunião ocorrida em agosto daquele ano, esse Conselho realizou, no dia 15/10/2008, reunião ordinária sobre o assunto, com a participação de pesquisadores da Fiocruz envolvidos nas pesquisas, no auditório da Semsa (na Fls. 383 dos autos do presente P.A., vol. II, consta o convite para o evento).

Na reunião foram apresentados os resultados de pesquisa solicitada pela Semsa acerca do caso. **Coordenada por professor de medicina do campus da Universidade do Estado do Pará (UEPA) em Santarém, Valter Sinimbu, a pesquisa se propôs a descrever o impacto das atividades de vigilância à saúde com a implantação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) nas 6 comunidades quilombolas com as quais a equipe da CPqLMD/Fiocruz desenvolvia seus estudos.**⁵

De acordo com a pesquisa, foram recenseadas 69,3% das famílias e 78,8% dos habitantes cadastrados na Semsa. Desses, 70% possui menos de 30 anos de

4 Vide Relatório de acompanhamento s/nº, de 14/12/2007, do analista signatário, juntado aos autos do presente P.A. (Fls. 209 a 227, vol. I).

5 SINIMBU, Valter Pinheiro et. al. **Pesquisa domiciliar censitária em seis comunidade quilombolas localizadas no município de Santarém.** Santarém: Universidade do Estado do Pará/Secretaria Municipal de Saúde de Santarém, Março de 2008. (Fls. 388 a 402 dos autos do presente P.A.).

idade. Foram encontradas 37 gestantes, com taxa de prevalência de 2,1%. A taxa de natalidade nos últimos 5 anos correspondeu a 2,0%, sendo 2,1% em 2007. Entre as gestantes, 32% não realizavam pré-natal, e as causas mais relatadas foram a distância aos postos de saúde, a falta de certeza de estarem grávidas e a falta de interesse (desinformação). Quanto à assistência à infância, 96% das crianças apresentavam carteira de vacinação atualizadas. No Sistema de Informações da Saúde Básica (SIAB) referente ao município foram encontrados, nos últimos 5 anos, 1,8% de ocorrências de pneumonia e 0,6% de diarreia entre crianças quilombolas entre 0-4 anos. Quanto à vigilância em desnutrição, das 193 famílias com crianças menores de 5 anos, em 179 delas a visita para pesagem das crianças era mensal, em 11 era bimestral e em 3 era ocasional), realizadas por agentes de saúde (98% dos casos). **Segundo dados do SIAB, em 2003 as taxas de desnutrição foram de 6,6% e 17,2% nas faixas etárias de menores de 1 ano e de 1-2 anos, respectivamente; em 2007, as taxas foram de 0% e 5,7%.** Quanto à atuação dos agentes comunitários de saúde (ACS), 97% das famílias conheciam os ACS que atuavam nas suas comunidades, e em 72% das famílias a visita era mensal, em 19% era bimestral e em 9%, ocasional.

A taxa de mortalidade na população adulta acima de 50 anos (não abordada no estudo da equipe da Fiocruz) foi de 58,8% nos últimos 5 anos. A taxa de mortalidade infantil foi calculada utilizando metodologia diferente da utilizada pelos pesquisadores da Fiocruz. Em seu cálculo, foram considerados os óbitos em menores de 1 anos nos últimos 5 anos, divididos pela soma dos menores de 5 anos (os nascidos vivos entre 2003 e 2007). O resultado foi uma taxa de 26,7 por mil nascidos vivos nos últimos 5 anos. Para o ano de 2007 foi estimado o coeficiente de mortalidade infantil em 20,8 por mil nascidos vivos, o que estaria em conformidade com o coeficiente do município (21,9 por mil nascidos vivos), e evidenciava, segundo a argumentação do estudo, tendência à diminuição de acordo com as ações de assistência à saúde apontadas.

Contrapondo-se aos estudos da equipe da Fiocruz, o estudo feito por pesquisadores da UEPA/Semsa buscou enfatizar a efetividade dessas ações de assistência nas comunidades, apresentando níveis de desnutrição e mortalidade infantil bem abaixo dos encontrados pelos pesquisadores da Fiocruz. É digno de nota o parágrafo final, em que desenham uma conjuntura referente às comunidades desvinculada dos problemas constantemente relatados por suas representações comunitárias e abordados nos estudos do Projeto Quilombos da CPqLMD/Fiocruz: “É

pertinente referirmos que, apesar das localizações em áreas rurais, essas comunidades apresentam boa organização social, vida com baixo grau de estresse, alimentam-se de pescados, frutas, verduras e legumes e residem em casas que, embora apresentem estrutura simples, garantem boa proteção, ventilação e luminosidade”. Tais divergências foram acentuadas na reunião ordinária do CMS em outubro de 2008 e serão abordadas mais adiante.

Diante das abordagens acima, considero oportuno tratar de um exemplo de perspectiva teórico-metodológica relevante para o tema, tendo sido utilizada para o meio social, econômico e cultural onde se situam as comunidades quilombolas em foco.

No final da década de 1990, foi criado o programa PróVárzea, ligado ao Ministério do Meio Ambiente/IBAMA com a colaboração de outras entidades de conservação ambiental. O r. programa propiciou um contexto de produção de conhecimento e discussão sociopolítica envolvendo diversos grupos sociais na região, com o objetivo de promover, em seus termos, o manejo “ambientalmente sustentável” dos recursos naturais da região de várzea.

Vinculados ao trabalhos do PróVárzea, os estudos de Rui Sérgio Sereni Murrieta e outros pesquisadores, enfocando a alimentação em comunidades da várzea, notadamente na Ilha do Ituqui, no Município de Santarém, constituem uma abordagem do assunto com base na análise dos processos sociais de escolha e utilização de alimentos nessas comunidades, bem como seu papel na economia e vida doméstica (o que traz óbvias consequências para o entendimento dos padrões de saúde desses grupos). Criticando as perspectivas que apontam a existência de um “problema” nutricional na Amazônia mas não realizam uma análise acurada das percepções e práticas dos próprios grupos que vivem na região, propõem uma abordagem em que as escolhas e usos alimentares são determinados por um conjunto de variáveis ambientais, sociopolíticas, econômicas e culturais, que incidem nos comportamentos dos grupos em variadas conjunturas.

Em artigo publicado na **Revista de Antropologia** da USP, em 1998,⁶ Murrieta trata de 2 (duas) comunidades situadas na Ilha do Ituqui em Santarém: Aracampina, situada em sua margem sul, ao longo do paraná do Ituqui, possuindo restingas maiores e mais altas, e São Benedito, em sua margem norte, na calha do rio

6 MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 41, n. 1, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Oct. 2010. doi: 10.1590/S0034-77011998000100004.

Amazonas, cujas terras são mais vulneráveis ao rigores da estação chuvosa.⁷ Foram utilizadas como unidades amostrais indivíduos e grupos domésticos nessas comunidades, com os quais se realizaram entrevistas semiestruturadas e informais para composição de uma lista de alimentos consumidos e critérios de seus sistemas locais de alimentação. Foram realizados levantamentos de avaliação e quantificação dos alimentos consumidos, sua preparação, quantidade e origem, no período de 24h anterior à aplicação dos questionários (*24 hour-food recall*) em 8 unidades domésticas em Aracampina e 4 em São Benedito, num total de 80 moradores. Os critérios para seleção dos grupos envolveram o interesse em participar do estudo, a estrutura da unidade familiar (famílias nucleares ou extensivas), a atividade econômica predominante (pesca, pecuária ou agricultura) e, principalmente, a idade dos chefes da família, em que foram calculados seus valores de consumo calórico e proteico. O levantamento foi realizado em 7 dias consecutivos nas duas estações (verão e inverno), a fim de cobrir as variações diárias, semanais e sazonais dos fluxos de recursos e produção de alimentos. Esses levantamentos quantitativos foram articulados a investigações etnográficas, em que se acompanhou a rotina diária de homens e mulheres numa unidade doméstica durante 7 semanas no verão, registrando narrativas e informações sobre histórias de vida, sentimentos, expectativas, origem social, motivações e decisões individuais. Foi observado o comportamento do grupo em relação à produção e captura de itens alimentares significativos para o sistema de alimentação local, a interação e o fluxo desses itens, bem como dos indivíduos e unidades domésticas, com sistemas socioeconômicos e políticos mais abrangentes (como mercados regionais e programas de intervenção), além dos significados dos alimentos em ocasiões sociais diversas, observando como os alimentos são manipulados em contextos internos e externos.

No que se refere aos valores de consumo proteico e calórico nas unidades domésticas abordadas em ambas as comunidades, foram encontrados níveis muito altos de consumo de proteínas em relação aos padrões internacionais: 396,5% em São Benedito e 204% em Aracampina nas duas estações estudadas (verão e inverno), e níveis abaixo do mínimo recomendado quanto ao consumo de

7 Murrieta define as comunidades como caboclas, ressaltando que utiliza o termo “como uma categoria analítica, sem nenhuma implicação de identidade étnica, para denominar a parte da população camponesa amazônica originada na miscigenação das antigas populações indígenas da várzea do Amazonas com os colonizadores europeus e, em menor número, com os escravos africanos, durante os séculos XVIII e XIX” (MURRIETA, Rui Sérgio Sereni, **op. Cit.**). Atualmente as comunidades de Aracampina e São Benedito fazem parte do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ituqui, criado pelo INCRA em 2006. Na Ilha do Ituqui há 3 (três) comunidades quilombolas que reivindicam a titulação de suas terras nos termos do art. 68 do ADCT da Constituição Federal, abrangendo um território único: São Raimundo, Nova Vista e São José.

calorias: 88,6% em São Benedito e 62,7% em Aracampina. Em relação ao consumo individual, os resultados preliminares apontam um consumo de calorias satisfatório ou pouco abaixo do recomendado.

Foram observadas pouca diversidade de itens alimentares consumidos e forte dependência de dois itens: a farinha de mandioca e o pescado, sendo este a principal fonte de proteínas e possuidor de grande importância na representação social dos alimentos compartilhada pelos grupos. Enquanto a gordura vegetal e o sal são utilizados com certa abundância no preparo dos alimentos, o arroz é consumido como substituto ou complemento da farinha, o feijão e outros cereais são utilizados com frequência menor que os alimentos citados acima e as frutas possuem papel secundário na dieta local, sendo mais consumidas nas áreas próximas à terra firme, menos vulneráveis às inundações do período chuvoso. Na várzea são mais consumidas a banana, a goiaba, a melancia e o melão.

Diante dessa pouca diversidade, o consumo dos alimentos é regido por 3 (três) critérios básicos, segundo o estudo: 1) o sistema simbólico de tabus alimentares conhecido como *reima*, aplicado em momentos de transição ou passagem, como na recuperação de enfermidades, na menstruação e no pós-parto, em que os alimentos, para o equilíbrio do corpo e do espírito, são divididos e classificados contextualmente como perigosos (*reimosos*) ou não-perigosos (*não-reimosos*);⁸ 2) o status vinculado ao consumo de certos alimentos, em relação a concepções de classe e espaços sociais, como no caso da carne bovina, de grande prestígio e consumida em ocasiões e locais especiais, e na oposição entre, de um lado, o arroz, associado à classe média e ao urbano, e de outro a farinha, associada ao ser *caboclo* e ao *sítio*; 3) finalmente, o apelo emocional do consumo de certos alimentos, vinculados a determinados momentos do ciclo ecológico e a preferências

8 "Segundo os informantes, o alimento reimoso é aquele que "faz mal", ou que "traz o mal", principalmente de doenças que estejam "presas" ou "incubadas" dentro do organismo, de dentro para fora do corpo. O domínio deste mal pode ser tanto sobrenatural, quanto físico e social. As restrições da reima não são nem homogêneas nem consensuais entre os informantes; não existe, pois, um único sistema, mas vários deles que diferem de acordo com gênero, idade, estado liminar e experiência pessoal. Os principais alimentos reimosos são os "peixes lisos" ou de "pele" (surubim, piaba, filhote, mapará, pirarara, etc.), alguns peixes de "escamas" (pescada, curimatã, tucunaré amarelo, jatauarana, acari, etc.), tipos de caça (peixe-boi, capivara, jacaré, tracajá, tartaruga, etc.) e algumas frutas consideradas "ácidas" (laranja, limão, cupuaçu, taperebá).

"(...)

"Um alimento não é reimoso apenas em função das suas características (textura e sabor), mas também no que se refere à natureza do comportamento e contexto específico do animal que foi a fonte do alimento consumido. Por exemplo, a pescada branca é considerada um peixe reimoso, pois ela se alimenta do camarão, que é um animal reimoso. Assim, as "qualidades" da reima são repassadas para o primeiro através da ingestão do segundo. O mesmo acontece com a piranha que "come carne de bicho morto", sendo assim pode "apodrecer" a carne do paciente. O interessante é que a consideração oposta também pode ocorrer. A minha principal informante destacou certa vez que a piranha era rica em ferro porque era um peixe "forte", que demorava a morrer." (MURRIETA, Rui Sérgio Sereni, *op. cit.*)

individuais ou sociais, sendo utilizados pelo autor os exemplos da captura do do pirarucu,⁹ e o consumo de ovos e carne de tracajá, sob proibição legal porém apreciado por representar uma quebra na monotonia dietética nos meses de inverno, quando no verão esses quelônios se dirigem em curta temporada para a desova nos lagos comunitários.

O autor verificou ainda a intensidade das redes de troca e reciprocidade, conectando parentes e vizinhos em diferentes localidades, por meio do fluxo de alimentos, sistemas de organização e troca de força de trabalho entre moradores na várzea e na terra firme.

Ações de organizações não-governamentais têm se ampliado nos últimos anos, introduzindo pacotes de alimentação alternativa, reforços de medicina caseira e de processamento alternativo de alimentos, com o objetivo de intensificar o consumo de micronutrientes (vitaminas e sais minerais) na utilização de “recursos locais”. **Segundo o autor, iniciativas governamentais e não-governamentais têm tido aparentemente baixa efetividade em seus modelos de intervenção por não estarem articuladas ao contexto sociocultural e aos demais fatores que influenciam o sistema de alimentação dos grupos abordados.** Ao mesmo tempo, a população observada tem apresentado sinais de dependência crescente em relação a produtos importados de outras regiões, bem como produtos industrializados, como enlatados e misturas artificiais, uma vez que a produção local, concentrada no verão, não consegue suprir adequadamente o consumo das famílias no inverno.

9 Murrieta aborda especificamente a caça do pirarucu e seus significados em MURRIETA, Rui Sérgio S.. A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo Amazonas. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, Dec. 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Oct. 2010. doi: 10.1590/S0104-71832001000200006.

3) DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE EM 2008

Tendo apresentado na seção anterior informações e estudos referentes ao objeto do procedimento em epígrafe, tratarei a seguir mais especificamente da Reunião Ordinária do CMS, realizada no auditório da Semsa em 15/10/2008, após as requisições de informações feitas pela PRM/Santarém.

Trata-se de um evento-chave para o entendimento do campo em que interagem os atores sociais relevantes para o tema (comunidades, poder público, pesquisadores, organizações), seus discursos e práticas.¹⁰ Minha descrição das falas desses atores, com base em gravação de áudio realizada na ocasião, tem o objetivo de mapear esse campo, a fim de subsidiar a atuação do MPF nesse contexto.

A reunião, iniciada no período da manhã e que se estendeu até o início da tarde, contou com a participação de pesquisadores da CPqLMD/Fiocruz, Luciano de Toledo e Ana Felisa Hurtado Guerrero, da Procuradora da República Dra. Carmen Sant'Anna e do analista signatário, do secretário municipal de saúde Emanuel Silva, do professor da UEPA e auditor da Semsa na avaliação de serviços Valter Sinimbu, das lideranças quilombolas Dileudo Guimarães dos Santos (Bom Jardim), Ana Cleide da Cruz Vasconcelos (Arapemã), Aldo Santos (Saracura), Raimundo Benedito da Silva Mota (Tiningu), do presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santarém Antônio Valdir de Oliveira Lima, além dos demais representantes do Conselho, do movimento quilombola, alguns professores e estudantes universitários, entre outros.

Os pesquisadores da Fiocruz expuseram a situação de saúde das comunidades quilombolas no município quando se iniciaram as atividades do Projeto Quilombos. Má alimentação, alto índices de verminoses, baixa resolutividade das ações realizadas: embora ressaltando a importância do apoio dos agentes comunitários de saúde, estes basicamente marcavam consulta, verificavam peso e realizavam vacinações, num contexto em que as soluções observadas eram emergenciais e individuais. **Luciano**

¹⁰ Nas palavras do sociólogo Pierre Bourdieu, citadas pela antropóloga Eliane Cantarino em seu artigo sobre os conflitos de pesca e a pecuarização da várzea no Baixo Amazonas: "É preciso reconhecer que o problema aceito como evidente (...) foi socialmente produzido num trabalho coletivo de construção da realidade social (...) e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projetos, programas e resoluções para aquilo que era, e poderia ter continuado a ser, um problema particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente, (...) ou até num problema oficial, objeto de tomada de posições oficiais e até mesmo de leis e decretos" (BOURDIEU, Pierre, **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989 APUD O'DWYER, Eliane Cantarino. A construção da várzea como problema social na região do Baixo Amazonas. In: LIMA, Deborah. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: MMA/Ibama/Projeto PróVárzea/Programa-Piloto para a Proteção da Florestas Tropicais do Brasil, 2005.

de Toledo relatou incidente nos anos iniciais do projeto, em que, ao buscar o apoio da gestão municipal para as ações do projeto, foi denunciado pela r. gestão na auditoria da Presidência da Fiocruz. A gravidade da situação encontrada provocou a necessidade de organização de uma força tarefa, composta de médicos, enfermeiros, nutricionistas, com o apoio do Ibama e da organização IARA (Instituto Amazônico de Manejo Sustentável dos Recursos Ambientais), no âmbito das atividades do PróVárzea. As pesquisas dos profissionais da Fiocruz, com enfoque nas condições de saúde e nutrição, revelou que, entre 700 adultos examinados, havia prevalência de hipertensão arterial, enfermidades de origem genética ligadas a casamentos consanguíneos, enfermidades nas articulações devido a esforço repetitivo nas práticas agrícolas em indivíduos a partir de 40 anos, anemia falciforme, doenças crônico-degenerativas, diabetes melitus. **As informações provenientes dos estudos indicavam, segundo Toledo, a necessidade de assistência médica permanente diferenciada, no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) do Ministério da Saúde, voltada para enfermidades específicas dessa população. Com base na atuação da Fiocruz, diversos órgãos governamentais foram acionados com o objetivos de contemplar as comunidades com políticas específicas,** como a Funasa (destinação de recursos para ações de abastecimento de água e saneamento em duas comunidades, Bom Jardim e Murumurutuba, cujas notícias de irregularidades foram posteriormente objeto de acompanhamento do *Parquet*)¹¹, a Eletronorte (a implantação de rede de luz elétrica nas comunidades situadas no planalto santareno), o MDS (com o cadastramento das famílias no Programa Fome Zero e Bolsa Família), bem como o apoio no pleito das comunidades acerca da titulação de suas terras.

Ana Felisa Hurtado Guerrero, uma das coordenadora do r. Projeto, ressaltou a preocupação da equipe em subsidiar informações para tomada de decisões para a saúde das comunidades. **Para ela, o rigor científico dos trabalhos da Fiocruz, questionado pela Semsu e por conselheiros municipais de saúde, não era o assunto fundamental daquela reunião, e sim quais as ações de saúde efetivamente implementadas em atenção ao que determina a Política Nacional de Atenção Integral da População Negra, de 2006, para a qual os trabalhos da Fiocruz têm tido papel referencial.** Relatou que após os contatos com as comunidades e diante da

¹¹ Trata-se do Procedimento Administrativo Nº 1.23.002.000363/2006-79, 3º Ofício/PRM-Santarém (GAB 03), instaurado para acompanhar a execução dos convênios firmados entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e a Prefeitura Municipal de Santarém para implantação de microssistemas de abastecimento de água e melhorias sanitárias para comunidades quilombolas (Bom Jardim e Murumurutuba).

negativa da Semsa em participar, foi organizada a articulação interministerial citada por Luciano Toledo, para tratar dos problemas observados, pois a preocupação da Fiocruz, segundo ela, não é somente com pesquisa, mas também auxiliar na solução dos desses problemas. Posteriormente, a equipe tentou e obteve aproximação com a Semsa, para treinamento de ACS e no levantamento de informações nutricionais. Embora se tratasse da questão nutricional na época, não havia balanças para verificação. Informou a existência de documentos, anteriores a 2006, em que se solicitava à Semsa a disponibilização de balanças para aferição do peso das crianças nas comunidades. Todos os resultados das pesquisas (parasitológica, hemoglobina, glicose) foram encaminhados a Semsa, com o compromisso de chegarem aos quilombolas, que depois lhe informaram que os resultados foram enviados, mas em seguida retirados deles. Relatou o impacto das rigorosas enchentes em 2006, época em que muitas comunidades ficaram sem cloro para o tratamento da água consumida, e na ocasião a Semsa foi informada do problema. Ressaltou o pioneirismo do Projeto Quilombos, que envolve áreas do conhecimento e temas, como sociodemografia, epidemiologia, segurança alimentar, controle social, ações de treinamento nas comunidades para mapeamento e georreferenciamento e para levantamento de informações de saúde, além de ações de sustentabilidade territorial e geração de renda. Em suas palavras, ***“a gente também não chegou escondido, a gente chegou aqui discutindo com eles e empoderando eles, para que eles se apropriassem do levantamento desses dados, analisassem também conjuntamente o resultado e como a gente iria analisar essa questão”***. Com base nas ações da equipe da Fiocruz, 2 (dois) projetos foram incluídos no programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com previsão orçamentária de aproximadamente R\$ 990.000,00. Também foram realizadas tratativas com a Coordenação de Educação e Diversidade Étnico-Racial, da Secretaria Municipal de Educação, para o aproveitamento da produção agrícola quilombola na alimentação escolar.

A pesquisadora fez um breve diagnóstico dos problemas enfrentados pelas comunidades, causados pela variações extremas da sazonalidade climática da região, principalmente as enchentes na várzea durante o inverno, possibilitando riscos à saúde em grupos de maior vulnerabilidade nas comunidades, como crianças e idosos. Devido às enchentes, não há roça nem peixe, e as crianças ficam confinadas em suas casas. Utilizando como exemplo a comunidade de Arapemã, tratou da erosão natural provocada pelas cheias do rio Amazonas e a retirada ilegal de argila para construção civil,

que comprometem a pesca e o plantio. Abordou outros problemas como a grilagem de terras, a apropriação privada de fontes de água, o saque de recursos pesqueiros pelas geleiras (barcos de pesca comercial), a reduzida disponibilidade de terras devido à pecuária, bem como a contaminação das fontes de água pelo gado em crescente quantidade. A pesquisadora apontou também a demora na titulação das terras e a dependência das famílias em relação a políticas compensatórias, que em certos casos são ineficientes, exemplificando o problema das cestas básicas destinadas às comunidades em Santarém que ficam nos armazéns da Conab em Belém por dificuldades de transporte (relatado nas fls. 116 a 133 do P.A. em epígrafe). **Os problemas vividos pelas comunidades se refletem, segundo ela, em indicadores como a taxa de mortalidade infantil [já citada na seção anterior desta Informação], além dos índices de desnutrição encontrados em amostra de 505 crianças menores de 05 anos: 25,4% possuem déficit de altura para idade (formas crônicas de desnutrição), 15,8% possuem déficit de peso para altura (formas agudas de desnutrição) - indicadores graves se comparados aos índices da Chamada Nutricional Quilombola realizada em 2006, citados na p. 3 da presente Informação - e 1,8% possuem déficit de peso para idade.** Ressaltou também a necessidade de participação das universidades locais nos trabalhos com as comunidades.

A seguir, a Procuradora da República Dra. Carmen Sant'Anna tratou da atuação do MPF na garantia de direitos e defesa dos interesses das comunidades, seja no acompanhamento das políticas públicas (saúde, titulação das terras e fiscalização ambiental, como exemplos), seja na fiscalização dos recursos destinados a tais ações. O analista signatário relatou o histórico de atuação do MPF no caso em foco, chamando a atenção para três aspectos importantes a serem tratados naquela reunião: o atual estado de saúde das comunidades, a necessidade do acompanhamento do CMS e da Semsa na aplicação dos recursos para a saúde quilombola no município, e a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Em seguida, o secretário municipal de saúde Emanuel Silva tomou a palavra e, após perguntar aos pesquisadores da Fiocruz se eram funcionários da Fundação ou pesquisadores, afirmou que a Fiocruz deveria trabalhar junto com a Semsa, pois esta precisava de parceiros. Disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) só tem 20 anos, e Santarém passou ter gestão plena dos recursos destinados ao município (federais, estaduais e municipais) somente em 1998. **Disse que o Programa Saúde da Família (PSF) não é municipal, é federal: Santarém cria as equipes, registra-as no**

Ministério da Saúde e recebe o repasse mensal para seu funcionamento. Declarou que Santarém não recebe acréscimo de recursos no pagamento das equipes por haver comunidades quilombolas em seus limites territoriais, afirmando que o r. acréscimo é destinado somente aos municípios até 40, 50 mil habitantes com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo de 1,7 – e o município está fora dessa cobertura.¹² Para ele, a maior dificuldade do município é a falta de diferencial para o tratamento dos problemas de saúde da Amazônia, suas distâncias e dificuldades de acesso. Utilizou como exemplo a extensão territorial de Santarém, maior que a Bélgica e onde existem localidades cujo tempo de deslocamento da sede é de mais de 18 horas, porém o repasse per capita recebido é o mesmo que o de Castanhal, município ao lado da capital do Estado, Belém. **Disse que só se formam equipes de PSF com médicos, e em Santarém havia 27 equipes, das quais 6 estavam sem médico na ocasião. Para ele, deveria haver no mínimo 300 médicos, mas só há 100, 110 no município.** Afirmou que a Semsa não possui o menor problema em compor equipes, e que havia pedido ao professor Valter Sinimbu, da UEPA e da Semsa para realizar pesquisa local sobre o tema pois as informações das pesquisas da Fiocruz não eram compatíveis com os dados existentes no SIAB referentes a Santarém. Finalizou pedindo aos pesquisadores que desconsiderassem problemas de comunicação ocorridos em gestões anteriores.

Após a participação do secretário municipal de saúde, o professor coordenador da pesquisa da UEPA/Semsa, Valter Sinimbu, disse que trabalha na Semsa no setor de auditoria dos serviços prestados, monitorando os trabalhos das equipes de saúde regularmente. Disse que o estudo demonstrou grande identificação das comunidades com os ACS e boa cobertura de visitas. Em seguida apresentou os resultados (já abordados nas pp. 06-07 desta Informação).

Os pesquisadores da Fiocruz fizeram várias críticas tanto à abordagem quanto à interpretação dos dados pelos autores do estudo da UEPA/Semsa. Para Luciano de Toledo, o ponto de vista do estudo encobriu a especificidade da situação de saúde das comunidades, que para os seus autores não diferiria do restante da população e, portanto, não requereria preocupações. O aumento da cobertura de vacinação e a atuação dos ACS, principais argumentos do estudo, aumentaram em todo o país, não somente em Santarém. Um dado preocupante que apareceu no estudo e não mereceu a devida atenção de seus autores é a alta porcentagem de gestantes sem cobertura de pré-natal (32%). Além

¹² O assunto será tratado na próxima seção desta Informação.

disso, não apareceram situações como os casos de artrose, hipertensão arterial e diabetes em que não se obtêm medicamentos em tempo hábil, por exemplo. Para ele, os dados apresentados não são suficientes para se fazer um diagnóstico conclusivo de que a situação de saúde das comunidades quilombolas não se diferencia das demais. Disse também que a pesquisa da Fiocruz e a da UEPA/Semsa não devem ser comparadas, pois ocorreram em épocas diferentes. Ana Felisa Hurtado Guerrero reforçou a preocupação de Toledo sobre o pré-natal, afirmando que, entre os programas da Estratégia Saúde da Família do Ministério da Saúde, o pré-natal é um dos que mais funcionam em todo o país. Para ela, o ACS é fundamental, mas acaba fazendo mais do que são suas efetivas atribuições. Indicou que a eventual melhoria nas condições de vida verificadas no estudo da UEPA/Semsa podem ser decorrentes das políticas compensatórias que foram implantadas nos últimos anos, e não necessariamente da atual assistência à saúde no município. Para ela, a utilização de indicadores qualitativos é necessária para uma aferição mais próxima dos reais problemas, como a falta de balanças em 2006 e a baixa cobertura do pré-natal. Neste último caso, por exemplo, deve-se investigar o que impede as mulheres de fazerem o pré-natal: segundo ela, deve-se saber o que faz com que elas tenham que ir para Manaus e não recebam atendimento em Santarém, conforme situações verificadas pela equipe.

As lideranças quilombolas também se manifestaram acerca dos resultados do estudo da UEPA/Semsa. Dileudo Guimarães dos Santos, da comunidade quilombola de Bom Jardim, disse que as lideranças não foram informadas sobre esse estudo. Em comparação com a Semsa, que em várias ocasiões não cederam nem sala de reunião para receber as lideranças, a Fiocruz sempre se reuniu com eles e os capacitou, além de ter tentado estabelecer contatos com a própria Semsa. Afirmou que as visitas para esses estudos acabam não atendendo as necessidades das comunidades. Apontou como problema a situação da saúde bucal nas comunidades, em que o tratamento se resume às extrações de dentes, sem um trabalho melhor. Afirmou que os quilombolas querem o Programa Saúde da Família Quilombola, com posto médico e medicamentos não em todas as comunidades, mas ao menos em algumas que facilitem o acesso às famílias. Reiterou que é preciso respeito às organizações quilombolas. Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, do Arapemã, ressaltou a melhoria das condições de saúde das comunidades devido ao trabalho da Fiocruz, e afirmou que na época da cheia, o

atendimento deve ser diferenciado. Raimundo Benedito da Silva Mota, da comunidade de Tiningu, reforçou a falta de apoio de secretários de saúde no município ao longo desses anos de trabalho da Fiocruz, recordou o momento em que não havia balança para a pesagem das crianças na comunidade, e pediu união aos presentes a partir daquele momento, na busca de soluções para os problemas.

Uma das críticas ao estudo da UEPA/Semsa provocou discussão acalorada na segunda parte da reunião, e a considero representativa de conflitos sociopolíticos que estão na agenda dos embates para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas em todo o país. Trata-se da falta de consulta ampla, coletiva às representações quilombolas locais sobre os procedimentos, os objetivos e o alcance dos resultados do estudo da UEPA/Semsa para a efetiva melhoria das condições de saúde das comunidades. **O coordenador desse estudo, Valter Sinimbu, rebateu a crítica de Dileudo Guimarães dos Santos, então presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), dizendo que foram adotados todos os procedimentos éticos que envolvem esse tipo de pesquisa, uma vez que os ACS foram avisados e os moradores das casas que participaram do estudo receberam e assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisadora da Fiocruz reforçou a crítica de Dileudo, afirmando que pesquisas como essa não devem passar somente pelos procedimentos dos Comitês de Ética das universidades, mas também por uma discussão coletiva, por meio das organizações representativas dos grupos estudados, devendo constar de forma clara no TCLE o que deve ser feito, para suas considerações e eventual aprovação. Em relação aos estudos da Fiocruz, afirmou que, além de uma discussão com as comunidades, também foram contactados movimentos sociais, o Ministério Público Federal e outros órgãos públicos. Nesse momento, uma das conselheiras do CMS, proveniente da Pastoral da Criança, perguntou com indignação: “*agora tenho que pedir permissão às lideranças para entrar na comunidade?*”, manifestando seu desacordo com a opinião dos representantes quilombolas.**

Os representantes do CMS cobraram do MPF mais participação na discussão dos relatórios de gestão do município e cobraram dos pesquisadores da Fiocruz que fossem notificados acerca da realização dos estudos da r. Fundação. Uma conselheira disse que o CMS foi informado da pesquisa pela imprensa local, considerada de pouca credibilidade, e por isso, desconfiou de seus resultados. Em linhas gerais, os conselheiros questionaram os índices de mortalidade infantil apresentados no estudo da

Fiocruz. Relataram que o CMS está se estruturando, e têm se dedicado a abordar os problemas envolvendo relações entre trabalhadores e a gestão da saúde, o financiamento, a regionalização dos serviços e a necessidade de maior participação no planejamento das políticas. Outra conselheira afirmou que ainda não existem políticas diferenciadas de saúde, sendo o SUS de aplicação universal, e criticou as diretrizes e políticas do Ministério da Saúde que, em suas palavras, *não cabem na realidade local*. Relatou também episódio ocorrido nas pré-conferências de saúde no município, em que a FOQS pleiteava, segundo ela sem razão, um assento na lista de representações, uma vez que já havia representantes de algumas comunidades, vinculados aos serviços de saúde.

4) INFORMAÇÕES ATUALIZADAS E ENCAMINHAMENTOS

Ao final da reunião, foi proposta a criação de uma comissão para análise dos encaminhamentos realizados, com previsão de apresentação dos trabalhos em 17 de dezembro de 2008.

Em fevereiro de 2009, quatro meses após a reunião na Semsu, o CMS enviou a esta PRM o ofício OF. CMSS Nº018, em que informa que até aquele momento a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) não indicara representante para composição da comissão para estudos de saúde da população negra, definida na reunião de outubro de 2008 (Fls. 384 do P.A. em epígrafe, vol. II). Desde então, não recebemos mais notícias sobre seus encaminhamentos.

Ainda em 2009, segundo informações do movimento quilombola local, técnicos da Secretaria de Estado e Saúde Pública do Pará (SESPA) realizaram levantamentos sobre as condições de atendimento à saúde nas comunidades quilombolas no estado. Tais levantamentos fazem parte de convênio com o Ministério da Saúde voltado à atenção à saúde das populações quilombolas, para o qual, de acordo com Relatório de Gestão do Programa Brasil Quilombola 2008, foi destinado R\$ 416.000,00 para 2008 (**ANEXO 1**).

O Programa Brasil Quilombola também prevê a estruturação dos programas Saúde da Família (SF) e Saúde Bucal (SB) voltados a essas comunidades, conforme o Plano Nacional de Atenção à Saúde Básica. **Contrariando afirmação do secretário municipal de saúde na reunião de outubro de 2008, o Ministério da Saúde, em todas as portarias referentes a esses programas, sempre destinou acréscimos de recursos para equipes que atuem em municípios com comunidades quilombolas, seja por meio da Portaria nº 648/GM/2006, que definiu os critérios das modalidades de financiamento das equipes de SF e SB, seja por meio da Portaria nº 650/GM/2006, que estabeleceu os valores de financiamento do Piso de Atenção Básica (PAB) à Saúde, em suas frações fixa e variável, para as equipes de SF e SB em municípios onde se localizam comunidades quilombolas e assentamentos, por sua vez alteradas pelas Portarias nº 822/GM/2006 e 90/GM/2008 (ver Fls. 373 a 382 dos autos do P.A. em epígrafe, vol. II).** Contudo, na região do Baixo Amazonas, as r. Portarias somente trazem quantitativo de quilombolas nos municípios de Santarém e Oriximiná, desconsiderando as comunidades quilombolas existentes nos demais municípios da região. Em junho de 2010, foi noticiado por jornalista local que a Semsa recebeu R\$ 135.000,00 do governo federal para ampliação do Programa Saúde da Família (PSF), com previsão de criação de 3 novas equipes de PSF, uma delas para a comunidade quilombola de Tinguá, no planalto santareno.¹³

Outra ação prevista pelo Programa Brasil Quilombola é a construção de obras de saneamento básico por meio da Funasa, que em 2009 realizou oficinas em Santarém com representantes de comunidades quilombolas nos Municípios de Santarém e Oriximiná.¹⁴ Do mesmo modo que nas Portarias referentes à atenção básica à saúde, a Funasa também desconsidera comunidades existentes nos demais municípios da região.

Em 2009, o Ministério da Saúde publicou, por meio da Portaria nº 992/GM/2009, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (**ANEXO 2**). Lançada em 2006 (Fls. 176 a 205 dos autos do P.A. em epígrafe, vol. I), foi fruto de amplo debate com organizações do movimento negro nacional e órgãos governamentais, desde a década de 1980. Formulada pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN), sob a coordenação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde, a r. Política foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e as

¹³ "Governo amplia PSF. Agora são 30 equipes." **Blog do Jeso Carneiro – Fatos e opiniões – Amazônia e Brasil**, 14/06/2010. Disponível em: <<http://www.jesocarneiro.com.br/saude/governo-amplia-psf-agora-sao-30-equipes.html>>. Acesso em: 05/10/2010.

¹⁴ "Funasa promove educação em saúde para quilombolas paraenses", **Funasa – Notícias**, 26/08/2009. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/internet/Web%20Funasa/not/not2009/not655.html>>. Acesso em: 18/05/2010.

ações para sua efetiva implementação, monitoramento e apoio técnico são tarefa da SGEF. Dentro da dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS), em suas diretrizes e planos de ação prevê a ampliação do acesso das comunidades quilombolas às ações e serviços de saúde, com o estabelecimento de metas para a melhoria de seus indicadores de saúde, por meio da atribuição de responsabilidades específicas aos níveis federal, estadual e municipal de gestão da saúde.

Segundo o antropólogo José Maurício Arruti, as iniciativas para para as comunidades quilombolas no campo da saúde têm se baseado principalmente nas obras de saneamento e infraestrutura, via PAC/Funasa, e nas ações de incentivo à equidade, realização de oficinas de educação em saúde específicas e ampliação do acesso aos serviços, via Ministério da Saúde. Contudo, a expansão da oferta pode não ser suficiente para “desatar os nós” no atendimento a essa população, o que aponta para uma discussão crescente sobre a necessidade de uma política diferenciada, com recorte sociocultural específico, mais próxima do exemplo das ações voltadas para os povos indígenas.¹⁵

Diante do caso e seus desdobramentos, seguem as minhas considerações.

Em primeiro lugar, é significativa a falta de informações mais detalhadas sobre as condições de saúde das comunidades quilombolas na região, o que é representativo da invisibilidade histórica desses grupos na sociedade brasileira. Como consequência da mobilização dos movimentos quilombolas em todo o país, começaram a surgir nos últimos anos iniciativas voltadas para o entendimento dessas condições, seja por meio de organizações não-governamentais, seja por planos de ação governamentais como o Programa Brasil Quilombola e sua agenda interministerial. Na circunscrição judiciária da PRM/Santarém, deve-se destacar, além das informações e estudos referentes às comunidades em Santarém nos autos do P.A. em epígrafe, relatos colhidos em diligência ocorrida em agosto de 2009 em comunidades quilombolas no Município de Oriximiná cujas terras estão em processo de regularização

¹⁵ “(...) o avanço quilombola aponta para uma importante passagem de uma perspectiva exclusivamente voltada ao reconhecimento cultural, para uma perspectiva que integra o objetivo da redistribuição, corrigido pelo reconhecimento de determinadas particularidades de natureza social e cultural. Mas, ainda assim, este processo é incompleto. Onde ele conseguiu gerar um modelo relativamente equilibrado – a política fundiária – ele está ameaçado, enquanto nas demais políticas, enquanto tal modelo não é alcançado, tais comunidades continuam reféns das suas diferenças, naquilo que elas implicam modos desiguais de participar e de se representar politicamente diante do próprio Estado e de seus opositores locais” (ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: DE PAULA, Marilene & HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, ActionAid, 2009, pp. 75-110). Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/caminhos_convergentes_03_jose_mauricio.pdf> Acesso em: 03/11/2009.

fundiária e titulação (territórios Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo e Moura). Foram relatados problemas na implementação dos serviços de saúde, prestados pela Fundação Esperança em convênio com a Prefeitura e a Mineração Rio do Norte, que há anos vem explorando seus territórios tradicionais.¹⁶ Em fevereiro do corrente ano, participei do Encontro de Comunidades Quilombolas no Município de Monte Alegre, em que se pôde discutir a respeito do atendimento à saúde atualmente prestado às comunidades naquele município.¹⁷

Outro aspecto a ser considerado é o quanto as informações e estudos efetivamente contemplam as especificidades socioculturais e os anseios das próprias comunidades. É necessário que os estudos a serem realizados priorizem abordagens qualitativas, de modo a iluminar a perspectiva dos próprios grupos nos processos sociais complexos de que fazem parte. A discussão ocorrida na reunião de 2008, com base nas críticas das lideranças quilombolas em relação à falta de diálogo coletivo sobre as condições de realização e objetivos das pesquisas com as comunidades, indica a importância do tema. **É preciso repensar os modos de abordagem/intervenção, seja das universidades, seja do poder público, em que protocolos como a aplicação e assinatura de termos de consentimento livre e esclarecido nas casas, por exemplo, tornam-se meramente procedimentais, desvinculados de uma discussão mais ampla sobre a garantia dos direitos socioculturais dessas comunidades. Estas não são meros somatórios de casas e/ou famílias, e sim unidades de existência com valores, práticas, modos de vida específicos que precisam ser considerados, sob pena de persistirem as condições de sua invisibilidade.**¹⁸

Ao mesmo tempo, deve-se considerar a necessidade de consulta e participação desses grupos na formulação, planejamento e monitoramento das políticas voltadas para eles. Tal necessidade se baseia inclusive nos compromissos assumidos pelo Brasil, tanto externa como internamente, na garantia dos direitos

16 Informação Nº 10/2010, de 02/07/2010, do analista signatário, referente ao P.A. Nº 1.23.002.000416/2006-51, 3º Ofício/PRM-Santarém (GAB 03).

17 Informação Nº 09/2010, de 19/05/2010, do analista signatário.

18 Estudos em antropologia da saúde têm revelado a gama de relações de poder envolvidas na relação entre as equipes de profissionais e os pacientes, quais os princípios e práticas que regem a aplicação de modelos de atenção à saúde sobre grupos locais, bem como as interações e conflitos entre esses modelos e os saberes e práticas de autoatenção tradicionais desses grupos. As intervenções em saúde pública comumente desconsideram seu universo cultural e suas concepções acerca de saúde, doença e cura, o que pode reforçar preconceitos e estigmas que influenciam na baixa eficácia dessas intervenções. Vide LANGDON, Esther, MALUF, Sonia & TORNQUIST, Carmen Susana. **Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados.** [online] Disponível na internet via WWW. URL: <www.antropologia.com.br/arti/colab/a45-lmt.pdf> Arquivo consultado em: 20/05/2010.

socioculturais desses grupos, como a Convenção nº 169/OIT (aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 143/2002, promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 5.051/2004) e o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sem contar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

O exemplo da reunião ocorrida na Semsa em 2008 demonstrou tal necessidade, haja vista a histórica falta de diálogo, bem como a relação hierárquica estabelecida, entre o poder público local e as comunidades quilombolas, que provavelmente deve se estender às demais comunidades rurais. **O trabalho do Projeto Quilombos da Fiocruz e a mobilização das comunidades não encontraram recepção adequada nem da Semsa nem do CMS, cujos representantes se mostraram defensivos tanto diante da divulgação dos estudos da Fiocruz quanto da necessidade de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Aliás, é preocupante a falta de engajamento do CMS diante desse assunto, uma vez que os conselhos de saúde têm que estar abertos para a diversidade da população e combater as desigualdades verificadas na atenção à saúde, sendo inclusive pauta para a educação permanente de seus membros (conforme a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS – **ANEXO 03**). No caso do Pará, é oportuno citar o conteúdo do Ofício nº 02-08/SGEP, de 30/05/2008, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, em que se informa que o Estado do Pará apresentou um plano de ação contendo ações de capacitação de gestores e trabalhadores de saúde, incluindo a população quilombola, prevendo também a realização de conferência com grupos populares em condição de vulnerabilidade e iniquidade na rede do SUS (Fls. 361 dos autos do presente P.A., vol. I).

Frente a esse contexto desfavorável no âmbito local, a trajetória das comunidades que hoje compõem o movimento quilombola em Santarém¹⁹ tem sido buscar esferas mais ampliadas de reivindicação de direitos e implementação de políticas voltadas a seus anseios. **É fundamental que o MPF cumpra seu papel institucional na garantia desses dois aspectos, em articulação constante com o movimento quilombola regional e as comunidades situadas na área de circunscrição judiciária da PRM, promovendo reuniões e audiências públicas referentes a esses temas, eventualmente com a Ouvidoria do Ministério da Saúde, com a Secretaria de Gestão**

¹⁹ A Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) hoje compreende 10 (dez) associações comunitárias, em Saracura, Arapemã, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba, Tiningu, São Raimundo do Ituqui, Nova Vista do Ituqui, São José do Ituqui e comunidade do Arapemã no bairro Pérola do Maicá.

Estratégica e Participativa (SGEP) do r. Ministério, e com especialistas no tema da saúde da população negra, tanto para subsidiar a apuração das situações de irregularidades que causam agravos aos direitos desses grupos, como promover a implementação das políticas públicas relativas ao assunto em foco.

Para dezembro do corrente ano, estão previstas reuniões no âmbito da realização de novo inquérito nutricional em comunidades quilombolas pelo MDS, tendo sido agendadas para os dias 06 e 08/12/2010, em Belém e Santarém (ver **ANEXO 04**).

5) ANEXOS

1) BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Relatório de Gestão do Programa Brasil Quilombola – 2008;

2) Portaria nº 992/GM/2009 (DOU, 14/05/2009), que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

3) Resolução Nº 363 do Conselho Nacional de Saúde, de 11 de agosto de 2006 (DOU, 06/09/2006), que aprova a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social no SUS;

4) “MDS pesquisará situação nutricional de comunidades quilombolas”, **MDS - Notícias**, 06/08/2010. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/agosto/mds-pesquisara-situacao-nutricional-de-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 05/10/2010.

É a Informação.

Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva
Analista de Antropologia/Perito



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Santarém

INFORMAÇÃO nº 06/2013

Santarém (PA), 27 de junho de 2013.

Referência: Inquérito Civil Público nº 1.23.002.000247/2010-36

Interessado(a): Ticiania Andrea Sales Nogueira, Procuradora da República (3º Ofício - PRM/Santarém)

Analista/Perito Responsável: Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva

Saúde. Quilombos. Acompanhamento das políticas públicas de saúde quilombola na circunscrição judiciária da PRM/Santarém.

Trata-se de inquérito civil público instaurado em 2010, cujo objeto é acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas de atendimento à saúde nas comunidades quilombolas situadas nos municípios da área de atuação da PRM/Santarém, no oeste do Pará.¹

De início, pretendo abordar o modo como o tema vem sendo anunciado na agenda de políticas públicas atualmente. Em seguida, apresentarei as informações disponíveis acerca da localização e situação fundiária das terras de quilombos situadas nos municípios da circunscrição judiciária desta Procuradoria da República. Finalmente, tecerei considerações sobre as respostas dos órgãos públicos à requisição de informações efetuada pelo MPF no âmbito deste ICP.

¹ A circunscrição judiciária da Procuradoria da República no Município de Santarém compreende os seguintes municípios: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Gurupá, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa e Trairão.

1) SAÚDE QUILOMBOLA: UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO?

Ao analisar a situação atual das políticas públicas voltadas para os quilombos, o antropólogo José Maurício Arruti assinalou em linhas gerais a sua trajetória nos últimos anos. A princípio, as ações tinham como objetivo a garantia do reconhecimento das comunidades no âmbito do patrimônio cultural, por meio da Fundação Cultural Palmares. Posteriormente, as ações passaram a ter como foco a redistribuição, direcionada aos quilombos, de recursos já existentes nas políticas sociais em curso, entre as quais a política fundiária. Esta última, por sua vez, transformou-se no sentido de incluir o reconhecimento de particularidades socioculturais das comunidades no desenho das ações territoriais.²

No que se refere ao atendimento à saúde, as iniciativas voltadas para os quilombos têm se delineado principalmente no anúncio de obras de saneamento e abastecimento de água, pela Funasa, e no anúncio da extensão da cobertura de serviços já existentes, pelo Ministério da Saúde.³

Para o autor, esta ampliação da oferta referente à saúde, embora importante por se tratar de uma população historicamente excluída, pode se demonstrar insuficiente caso não venha acompanhada de uma perspectiva que reconheça a diversidade cultural dos quilombos, motivando um debate na direção de uma política de atenção diferenciada, a exemplo da existente para os povos indígenas. Trata-se não da incorporação de práticas tradicionais ao tratamento de saúde oficial, e sim do diálogo entre as tradições dos grupos e da biomedicina ocidental, entendidas como campos de saberes e práticas que interagem entre si no cotidiano dos atendimentos.⁴

Em 2007, o Governo Federal criou a Agenda Social Quilombola, um conjunto de medidas setorizadas para os quilombos, envolvendo 14 órgãos federais

2 O antropólogo salienta, contudo, que este processo não é linear nem completo: "Onde ele [o *avanço quilombola*] conseguiu gerar um modelo relativamente equilibrado – a política fundiária – ele está ameaçado, enquanto nas demais políticas, enquanto tal modelo não é alcançado, tais comunidades continuam reféns das suas diferenças, naquilo que elas implicam modos desiguais de participar e de se representar politicamente diante do próprio Estado e de seus opositores locais" (ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: DE PAULA, Marilene & HERINGER, Rosana. **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, ActionAid, 2009, p. 109). Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/downloads/caminhos_convergentes_03_jose_mauricio.pdf> Acesso em: 03/11/2009.

3 IDEM, Ibidem, p. 97. Além dessas ações, o antropólogo também citou a previsão de ações de mobilização e educação em saúde, além da inclusão da presença de comunidades quilombolas entre os critérios de elegibilidade para financiamento e execução de projetos de habitação e saneamento nos municípios.

4 IDEM, Ibidem, pp.102 e 104-105.

sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), previstas para o período 2008-2011.

Criada no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), entre as medidas propostas estava a destinação de recursos para o financiamento de equipes dos Programas Saúde da Família e Saúde Bucal em 47 municípios com presença de comunidades quilombolas, e recursos para ações de abastecimento de água e saneamento em 548 comunidades.⁵

Os Programas Saúde da Família e Saúde Bucal constituem estratégias de intervenção voltadas para a chamada atenção básica, com ênfase na prevenção, tratamento, redução de riscos e manutenção da saúde nas populações locais, com base em suas condições de vida, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Suas diretrizes estão enunciadas atualmente na Política Nacional de Atenção Básica, estabelecida pelo Ministério da Saúde na Portaria nº 2.488/GM/MS, de 2011.

Em 2006, por meio da Portaria nº 822/GM/MS, o Ministério da Saúde alterou os critérios para definição das modalidades da Estratégia Saúde da Família, para que as equipes atuando em municípios que atendam população quilombola ou de assentamentos de reforma agrária pudessem receber um acréscimo de 50% no valor dos incentivos repassados mensalmente por equipe, respeitando o número de equipes por município.⁶

Em 2008, a Portaria nº 90/GM/MS atualizou as bases populacionais da população quilombola e assentada da reforma agrária, por município. No que se refere aos municípios do oeste paraense, esta Portaria considerou somente a presença de quilombolas em Santarém e Oriximiná. Veremos adiante que o contingente populacional quilombola na região não se reduz apenas a estes municípios.

Além das Portarias citadas, os quilombos também são mencionados em duas outras Portarias do Ministério da Saúde: a Portaria nº 992/GM/MS, de 2009, que trata da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Fls. 17-18 dos autos do ICP em epígrafe), e a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2011, referente à

⁵ IDEM, Ibidem, p. 81.

⁶ A Portaria nº 822/GM/MS também garante tal acréscimo para os municípios com população de até 50 mil habitantes na Amazônia Legal, ou com até 30 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano igual ou inferior a 0,7.

Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (**Em anexo a esta Informação**).

Em linhas gerais, as diretrizes e objetivos referentes aos quilombos em ambos os documentos fazem menção à necessidade de aprimoramento dos sistemas de informações sobre esses grupos, respeito a suas práticas e saberes, garantia de participação nas instâncias de monitoramento das ações, e ampliação do acesso aos serviços, com o estabelecimento de metas para a melhoria de seus indicadores de saúde, por meio da atribuição de responsabilidades específicas aos níveis federal, estadual e municipal de gestão da saúde.

2) QUILOMBOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA PRM/SANTARÉM

Para os propósitos desta Informação, consideramos os quilombos situados na área de atuação da Procuradoria da República em Santarém que atualmente possuem certidões de autorreconhecimento emitidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e/ou possuem títulos de domínio de suas terras ou estão sob processos administrativos de regularização fundiária em curso.⁷

É necessário salientar que se trata de um quantitativo que não esgota o universo de comunidades quilombolas possivelmente existentes na região e que ainda não constam dos registros oficiais. Também é possível que os números estejam defasados devido à eventual formação de novas comunidades por cisão ou fusão de grupos familiares dentro das terras já conhecidas.

O resultado do levantamento está na Tabela apresentada nas páginas seguintes. Cabe destacar que na região em foco ocorreram as primeiras emissões de títulos de domínio para comunidades quilombolas no Brasil, referentes às terras Boa Vista, Água Fria, Pacoval e Trombetas, entre 1995 e 1997. A região abrange também um expressivo percentual das terras de quilombos tituladas no país até o momento: cerca de 49%.⁸

⁷ Entre as terras tituladas, Cabeceiras, em Óbidos, teve seu título de domínio emitido pela Fundação Cultural Palmares, em 2000.

⁸ As terras de quilombo tituladas na área de atuação da PRM/Santarém abrangem 489.840,6869 ha do total de 995.009,0875 ha das terras de quilombo tituladas em todo o Brasil, com base na tabela mais recente divulgada pelo INCRA, disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/108-titulos-expedidos-as-comunidades-quilombolas>>. Acesso em: 20 Fev. 2013.

Nº	COMUNIDADE	TERRA	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	FCP	CONDIÇÃO ATUAL
01	Pacoval	Pacoval	Alenquer	7.472,8790	115	-	Titulada (INCRA)
02	Gurupá Mirim	Gurupá	Gurupá	83.437,1287	300	Certificada	Titulada (Iterpa)
03	Jocojó					Certificada	
04	Flexinha					Certificada	
05	Carrazedo					Certificada	
06	Camutá do Ipixuna					Certificada	
07	Bacá do Ipixuna					Certificada	
08	Alto Ipixuna					Certificada	
09	Alto Pucuruí					Certificada	
10	Arinoá	-	Gurupá	-	-	Certificada	Sem informações
11	São Francisco Médio do Ipixuna	-	Gurupá	-	-	Certificada	Sem informações
12	Maria Ribeira	Maria Ribeira	Gurupá	2.031,8727	32	Certificada	Titulada (Iterpa)
13	Peafu	Peafu	Monte Alegre	-	-	Certificada	Processo INCRA
14	Passagem	Passagem	Monte Alegre	-	-	Certificada	Processo INCRA
15	União São João	União São João	Prainha	-	-	Certificada	Processo INCRA
16	Apuí	Cabeceiras	Óbidos	17.189,6939	445	Certificada	Titulada (FCP)
17	Castanhanduba					Certificada	
18	Cuecé					Certificada	
19	Matá					Certificada	
20	Silêncio do Matá					Certificada	
21	São José					Certificada	
22	Arapucu	Arapucu	Óbidos	-	-	Certificada	Processo INCRA
23	Nossa Senhora das Graças	Nossa Senhora das Graças	Óbidos	-	-	Certificada	Processo INCRA
24	Patauí do Umirizal	Patauí do Umirizal	Óbidos	-	-	-	Processo INCRA
25	Peruana	Peruana	Óbidos	-	-	Certificada	Processo INCRA
26	Mondongo	Mondongo, Muratubinha, Igarapé-Açu dos Lopes	Óbidos	-	-	Certificada	Processo INCRA
27	Muratubinha			-	-	Certificada	
28	Igarapé -Açu dos Lopes			-	-	Certificada	
29	Ariramba	Ariramba	Óbidos	-	-	Certificada	Processo INCRA e Processo Iterpa
30	Boa Vista	Boa Vista	Oriximiná	1.125,0341	112	-	Titulada (INCRA)
31	Água Fria	Água Fria	Oriximiná	557,1355	15	-	Titulada (INCRA)
32	Bacabal	Trombetas	Oriximiná	80.887,0941	138	-	Titulada (INCRA e Iterpa)
33	Arancuã de Cima					-	
34	Arancuã do Meio					-	
35	Arancuã de Baixo					-	
36	Serrinha					-	
37	Terra Preta II					-	
38	Jarauacá					-	

(continuação)

Nº	COMUNIDADE	TERRA	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS	FCP	CONDIÇÃO ATUAL
39	Pancada	Erepecuru	Oriximiná, Óbidos	218.044,2577	154	-	Titulada (INCRA e Iterpa)
40	Aracá					-	
41	Espírito Santo					-	
42	Jauari					-	
43	Boa Vista do Cumíná					-	
44	Varre Vento					-	
45	Acapu					-	
46	Mãe Cué	Alto Trombetas (Mãe Domingas)	Oriximiná	-	-	Certificada	Processo INCRA
47	Sagrado Coração		Oriximiná	-	-	Certificada	
48	Tapagem		Oriximiná	-	-	Certificada	
49	Paraná do Abuí		Oriximiná	79.095,5912	182	Certificada	Titulada (Iterpa titulou a área estadual)
50	Abuí					Certificada	
51	Jamari	Jamari/Último Quilombo	Oriximiná	-	-	Certificada	Processo INCRA
52	Curuçá					Certificada	
53	Juquirizinho					Certificada	
54	Juquiri Grande					Certificada	
55	Palhal					Certificada	
56	Último Quilombo do Erepecu					Certificada	
57	Nova Esperança					Certificada	
58	Moura	Moura	Oriximiná	-	-	Certificada	Processo INCRA
59	Cachoeira Porteira	Cachoeira Porteira	Oriximiná	-	-	Certificada	Processo Iterpa
60	Arapemã	Arapemã	Santarém	3.828,9789	74	Certificada	Processo INCRA (Portaria de Reconhecimento)
61	Murumurutuba	Murumurutuba	Santarém	-	-	Certificada	Processo INCRA
62	Saracura	Saracura	Santarém	2.889,9571	92	Certificada	Processo INCRA (Portaria de Reconhecimento)
63	Murumuru	Murumuru	Santarém	-	-	Certificada	Processo INCRA
64	Bom Jardim	Bom Jardim	Santarém	2.654,8630	49	Certificada	Processo INCRA (Portaria de Reconhecimento)
65	Tingu	Tingu	Santarém	-	-	Certificada	Processo INCRA
66	Nova Vista do Ituqui	Maria Valentina	Santarém	-	-	Certificada	Processo INCRA
67	São Raimundo do Ituqui					Certificada	
68	São José do Ituqui					Certificada	
69	Arapemã residente em Pérola do Maicá	Pérola do Maicá	Santarém	-	-	Certificada	Processo INCRA

(Fonte: INCRA <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>>; Fundação Cultural Palmares <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>).

3) CONSIDERAÇÕES

Antes de abordar os autos do ICP nº **1.23.002.000247/2010-36**, considero oportuno tratar de maneira breve das informações disponíveis antes de sua instauração, referentes ao tema na circunscrição judiciária da PRM/Santarém.

Apenso ao ICP em tela, o PA nº 1.23.002.000342/2006-53 foi instaurado para apurar situações de desnutrição infantil em comunidades quilombolas em Santarém, veiculadas em programa televisivo que divulgava as pesquisas de uma equipe da Fiocruz junto a essas comunidades. Os resultados dos trabalhos dessa equipe subsidiaram a inclusão das comunidades em ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ) como a entrega de cestas básicas via Programa Fome Zero do MDS e a elaboração de projetos de microssistemas de água e saneamento via Funasa. O r. PA também acompanhou as dificuldades enfrentadas pelas comunidades tanto na implementação do PBQ como na tentativa de um diálogo efetivo com o poder público local para o atendimento a suas demandas.⁹

O tema da saúde ganhou destaque no I Encontro das Comunidades Quilombolas no Município de Monte Alegre, realizado em fevereiro de 2010 na comunidade de Peafu, a 8 km da sede municipal. Lá existem atualmente duas comunidade quilombolas identificadas, Peafu e Passagem. Entre outros assuntos, o acesso ao atendimento foi um dos problemas tratados, principalmente em Passagem, distante cerca de 90 km da sede municipal. Esta comunidade se localiza na região do Lago Grande de Monte Alegre e o posto de saúde mais próximo fica em outra comunidade, a 10 km. Ambas as comunidades foram visitadas por técnicos da SESPA em 2009, ocasião em que realizaram levantamentos sobre as condições de saúde locais. As demandas das comunidades acerca do assunto foram incluídas no documento final do evento (Fls. 13-14 dos autos do ICP em epígrafe).¹⁰

No âmbito do ICP em tela, o MPF requisitou informações aos seguintes órgãos: Ministério da Saúde (Secretaria de Atenção à Saúde), Funasa/Brasília e sua regional no Pará, e Secretarias Municipais de Saúde de Santarém e Oriximiná.

A Funasa/Brasília e a Superintendência Estadual do Pará informaram

⁹ Vide Relatório de Acompanhamento s/nº, de 14/12/2007, e Informação nº 13/2010, de 06/10/2010, ambos do analista/perito signatário (Fls. 209 a 227 e Fls. 410 a 421 dos autos do PA nº 1.23.002.000342/2006-53, respectivamente).

¹⁰ Vide Informação nº 09/2010, de 19/05/2010, do analista/perito signatário (Fls. 03-11 dos autos do ICP em tela).

a existência de convênios e termos de compromisso referentes a obras de sistemas de água e saneamento em comunidades quilombolas em três municípios da região: Santarém, Óbidos e Gurupá (Fls. 156-159 e 169-170 dos autos do ICP em epígrafe).

São os convênios: CV 2530/2005 (Santarém - abastecimento de água em Bom Jardim), CV 2531/2005 (Santarém - melhorias sanitárias em Bom Jardim), CV 2532/2005 (Santarém - abastecimento de água em Murumurutuba), TC/PAC 1117/2009 (Óbidos - abastecimento de água - não sabemos a(s) comunidade(s) contemplada(s), TC/PAC 0044/2010 (Gurupá - melhorias sanitárias em Jocojó, Santo Antônio, Ponta de Terra, Xiteua, Terra Preta e Sítio Velho), TC/PAC 0046/2010 (Gurupá – melhorias sanitárias em Maria Ribeira, Gurupá-Miri, Jocojó e Doutrino), TC/PAC 0085/2010 – melhorias sanitárias em Matá, Siliêncio e São José).

É oportuno mencionar que foi instaurado nesta Procuradoria o ICP nº 1.23.002.000363/2006-79, com o objetivo de acompanhar os convênios celebrados em 2005 referentes às obras nas comunidades quilombolas de Bom Jardim e Murumurutuba, em Santarém.

Quanto à situação da atenção básica em saúde, a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) informou que entre os municípios da área de atuação da PRM/Santarém somente Gurupá possui a Estratégia de Saúde da Família (ESF) em terra quilombola (Fls. 164-166 dos autos em epígrafe). Em sua resposta, a r. Secretaria informou que se trata de uma equipe *completa* de ESF situada na comunidade quilombola de Carrazedo, mas não indicou se há também o atendimento de saúde bucal.

Mesmo os municípios com previsão de incentivos financeiros para equipes que atuem em terras quilombolas, de acordo com a Portaria nº 90/GM/MS de 2008 – Santarém e Oriximiná – não apresentam equipes de ESF direcionadas para essas comunidades, segundo as respostas de suas Secretarias Municipais de Saúde (Fls. 119 e 50, respectivamente, dos autos do ICP em epígrafe).

A Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná alegou que a implantação da ESF para os quilombos é inviável devido à carência de profissionais de saúde,

principalmente médicos, residentes nas localidades por se tratar de áreas rurais. Em anexo à resposta, a r. Secretaria encaminhou relatório de um Programa de pesquisa vinculado à UFPA que realizou atividades de atenção básica em saúde em comunidades quilombolas como contrapartida pelos estudos realizados no local (Fls. 79-116 dos autos em tela), bem como material descrevendo as ações da Fundação Esperança, entidade de saúde que atua em comunidades quilombolas no Município em convênio com a Mineração Rio do Norte (Fls. 55-78 dos autos em tela).

Em diligência do MPF realizada em 2009 em Oriximiná para subsidiar o ICP nº 1.23.002.000416/2006-51, foram ouvidas nas comunidades quilombolas visitadas (Tapagem, Curuçá e Moura) várias reclamações acerca tanto do atendimento da Fundação Esperança como da situação do atendimento na rede pública local.¹¹

Ao cotejarmos as informações obtidas junto aos órgãos consultados com a Tabela referente às comunidades quilombolas no oeste do Pará (pp. 5-6 desta Informação), verificamos que a cobertura das ações de saúde e saneamento previstas no Programa Brasil Quilombola não tem chegado à totalidade dos quilombos na região em foco.

¹¹ As citações a seguir provêm da Informação nº 10/2010, de 02/07/2010, do analista/perito signatário, juntada aos autos do ICP nº 1.23.002.000416/2006-51 e se referem às reclamações ouvidas na diligência ocorrida em agosto de 2009:

"[Na comunidade quilombola de Tapagem] No que se refere ao atendimento à saúde, relataram que existe convênio entre a Prefeitura, a MRN e a Fundação Esperança para o atendimento às comunidades, além do monitoramento realizado pela Funasa para o controle da malária. Em casos de extrema urgência, recebem o apoio da equipe do ICMBio para remover os pacientes até Porto Trombetas ou Oriximiná. Ressentem-se da falta de um posto médico, e informaram que a equipe da Fundação Esperança atende os comunitários no alojamento da "escola velha", sem condições para um atendimento adequado. Reclamaram do atendimento dos prestadores de saúde: foi relatada situação em que demandam exames de sangue e urina sem ouvir a situação atual do paciente. Demonstraram também preocupação com os 11 casos de hipertensão detectados em Tapagem." (p. 6).

"[Na comunidade quilombola de Curuçá] Em relação à saúde, apontaram os seguintes problemas no atendimento: a equipe da Fundação Esperança atende na comunidade uma vez por mês, o que não é suficiente para a demanda; manifestaram preocupação com o aumento dos casos de malária na região; a equipe é composta de estagiários, em sua maioria; antes, havia a visita de médicos semestralmente, mas isso não está acontecendo atualmente; os exames são realizados, mas faltam remédios; não há atendimento odontológico; os agentes de saúde não tem equipamento adequado e em certos casos receitam medicação vencida; a Fundação Esperança prepara voluntários, mas não tem material adequado para identificar as morbidades; faltam postos de saúde permanentes; em 9 anos de atendimento, falta estrutura: o atendimento ocorre no barracão, de maneira precária; há situações em que os pacientes são medicados sem um exame adequado. O sonho da comunidade é ter um posto de saúde próximo às famílias, sem que sejam obrigadas a se deslocar para Porto Trombetas ou Oriximiná." (p. 7-8).

"[Na comunidade quilombola de Moura] (...) Foi relatada a prática do cadastramento: o atendimento à saúde é definido pela inclusão das pessoas em cadastro junto à empresa. Teriam sido cadastradas pessoas em Moura, Boa Vista e Batata, sendo que o acesso aos serviços se estende aos cônjuges de integrantes dessas comunidades. O Hospital de Porto Trombetas só atende os cadastrados. Nem todos do Moura são cadastrados, o que evidencia situações de discriminação, de acordo com os quilombolas. Em relação aos serviços da Fundação Esperança, foram apontados problemas similares aos relatados nas outras reuniões: nem sempre vem médico na equipe, e o atendimento se dá em condições precárias (no barracão); a receita é dada por enfermeiras e estagiárias; professora da comunidade reclamou que não teria sido atendida; pessoas voltam em condições piores de saúde; também reclamaram de situações de discriminação no atendimento: *atendem os mais brancos e em melhores condições*, afirmaram os participantes da reunião. Na região do Moura, outras comunidades também pleiteiam o atendimento, como a comunidade quilombola do Erepecu, além de outras não-quilombolas como o Batata e Ajudante." (p. 10-11).

Além disso, não se trata de um questão somente quantitativa. Há que averiguar se tais ações estão sendo executadas de maneira adequada para as comunidades. Isso remete a outros aspectos a serem considerados, como a necessidade de participação dos quilombos na implementação e monitoramento das ações, a elaboração de indicadores de saúde mais detalhados sobre esses grupos, a definição de metas para a melhoria desses indicadores, entre outros.

É a Informação.

Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva
Analista do MPU/Perícia/Antropologia

ANEXOS:

1) Portaria nº 2.866/GM/MS/2011 (DOU, 05/12/2011), que institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Município de Santarém

PRM-STM-PA – 0000_____/2020

**PRM-SANTAREM/SADM/PRM-PA - SETOR ADMINISTRATIVO DA PRM/SANTAREM
CERTIDÃO Nº ____/PRM/STM/SADM/2020**

CERTIFICO que, em relação aos fatos noticiados nas peças de informação nº **PGR-00173973/2020** foi efetuada pesquisa no Sistema de Informações **ÚNICO/APTUS**, com o seguinte resultado:

() inexistência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial com parte e objeto semelhantes.

(**X**) **existência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial com as mesmas partes e objeto semelhante conforme NF 1.23.002.000162/2020-20.**

() existência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial, com a mesma parte e objeto diferente, conforme extrato anexo.

() existência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial com mesma parte e objeto, conforme extrato anexo.

**Parâmetros de busca utilizados: “COMBATE” X “PREVENÇÃO” X “CORONAVIRUS”
X “INDIGENAS”**

Santarém (PA), 13 de maio de 2020.

ARISLY GONÇALVES DE OLIVEIRA PERES

Técnica do MPU - Setor Jurídico

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Bairro: Interventoria – Santarém/PA
CEP 68.020-820 – Telefone: (93) 3512 0800/0808

PRM-STM-PA-00006305/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2020

Referência: PGR-00173973/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Considerando que se trata de laudo referente à questão de direito de comunidades quilombolas, remeta-se ao 3º Ofício da PRM-Santarém.

Santarém, 8 de junho de 2020.

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por GUSTAVO KENNER ALCANTARA, em 08/06/2020 16:57. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave EFCEF518.FE0DB853.38409D87.49390FEC

PRM-STM-PA-00006411/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2020

Referência: PGR-00173973/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Instaure-se Procedimento de Acompanhamento para "Verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas".

Santarém, 10 de junho de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

PORTARIA Nº 13 DE 10 DE JUNHO DE 2020

Ementa: Determina Instauração de Procedimento de Acompanhamento.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar Procedimento Administrativo de Acompanhamento, tendo como objeto "Verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas", a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 – SPPEA, pelo que:


Determina-se:

I – Autue-se a portaria de instauração do Procedimento Administrativo;

II – Dê-se publicidade deste ato, com a publicação no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF c/c art. 9º da Resolução 174/2017 do CNMP;

III– Adotem-se as demais medidas de praxe.


HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 www.mpf.mp.br/mpfservicos
---	--	---

PRM-STM-PA-00006422/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

 <p>MPF Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA</p> <p>Telefone: (93)35120800</p> <p>www.mpf.mp.br/mpfservicos</p>
--	--	---



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
SETOR JURIDICO DA PRM/SANTAREM

Termo de Distribuição e Conclusão

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente: PA - PPB - 1.23.002.000271/2020-47

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

Titularidade da Distribuição

Ofício Titular: PRM-PA-SANTARÉM-3º Ofício

Grupo de Distribuição: PRMSTM - PEXT - 6ª CCR (Comunidades Quilombolas)

Forma de Execução: Automática

Conclusão da Distribuição

Vínculo: Titular

Responsável: HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Ofício Responsável: PRM-PA-SANTARÉM-3º Ofício

Forma de Execução: Automática

Usuário: ADRIANO MONTEIRO DA SILVA

Data: 12/06/2020 15:38:03



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
SJUR/PRM-PA - SETOR JURIDICO DA PRM/SANTAREM

Termo de Remessa

(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)

Expediente:

1.23.002.000271/2020-47

Remetente:

SJUR/PRM-PA - SJUR/PRM-PA - SETOR JURIDICO DA PRM/SANTAREM

Destinatário:

GABPRM3-HESC - GABPRM3-HESC - HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Usuário:

ADRIANO MONTEIRO DA SILVA

Data:

12/06/2020 15:38:02

Observação:

Conclusão automática para o Ofício Titular - PRM-SANTAREM/GABPRM3-HESC - Chefia da Unidade: HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR - Ofício da Distribuição: PRM-STM - 3º Ofício - GABPRM3-HESC

PRM-STM-PA-00006533/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO


Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

O Laudo Técnico nº 831/2020 ressalta a necessidade de verificação das medidas planejadas para identificação e tratamento dos eventuais casos do vírus nas comunidades quilombolas do município para que não se disseminem.

Partindo dessa premissa, e considerando a importância do acompanhamento dos impactos da pandemia de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém, oficie-se:

1 - À Prefeitura do Município de Santarém, à Secretaria de Saúde do Estado do Pará e à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para que informem quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA, ressalte-se a necessidade da informação de todas as medidas adotadas, indicação de insumos distribuídos, recursos destinados dentre outras pertinentes;


2 - À Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS, por meio do endereço eletrônico foqs_stm@yahoo.com.br e à Coordenação Nacional de Articulação

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ para o e-mail conaqadm@gmail.com, para que encaminhem as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém-PA;

Santarém, 16 de junho de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

PRM-STM-PA-00006576/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 517/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.


A Sua Excelência o Senhor
NÉLIO AGUIAR

Prefeito
Prefeitura Municipal de Santarém/PA
Av. Dr. Anysio Chaves, 853, Aeroporto Velho
68030-290 Santarém/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,


1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA. Ressalto a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias** úteis para resposta a este expediente.

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00006583/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 519/2020/GABPRM3-HESC


Santarém, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor
ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Secretário
Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
SRTVN 701, Via W5 Norte, Edifício PO700,
70719-040 Brasília/DF

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA. Ressalto a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00006578/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 518/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor

ALBERTO BELTRAME

Secretário

Secretaria de Estado da Saúde do Pará (SESPA)

Avenida João Paulo II, 602 (Humaitá e Vileta) - Marco

66.095-492 Belém/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA. Ressalto a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

PRM-STM-PA-00006588/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 520/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.


À
FOQS

Rua Sorriso de Maria, nº 250, Jardim Santarém, Centro Franciscano
68030-580 Santarém/PA
E-mail: foqs_stm@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém-PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.petitionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00006589/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 521/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.

À

CONAQ

E-mail: conaqadm@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém-PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00006619/2020




MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o cumprimento do Despacho PRM-STM-PA-00006533/2020, com o envio do Ofício 520/2020 por e-mail.

Santarém, 17 de junho de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

 Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 www.mpf.mp.br/mpfservicos
---	--	---

PRM-STM-PA-00006588/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 520/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.


À
FOQS

Rua Sorriso de Maria, nº 250, Jardim Santarém, Centro Franciscano
68030-580 Santarém/PA
E-mail: foqs_stm@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém-PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.petitionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00006620/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o cumprimento do Despacho PRM-STM-PA-00006533/2020, com o envio do Ofício 521/2020 por e-mail.

Santarém, 17 de junho de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

MPF - OFÍCIO 521/2020 PROCEDIMENTO 271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: conaqadm@gmail.com
CO:
Data: quarta-feira - 17/junho/2020 17:33
Assunto: MPF - OFÍCIO 521/2020 PROCEDIMENTO 271/2020-47
Anexos: Text.htm; HYS796R7.img; OFÍCIO-521-2020-CONAQ-271-2020- 47.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 521/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA





Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

OFÍCIO Nº 1212/2020/SVS/MS

Brasília, 07 de julho de 2020.

Ao Senhor

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Procurador da República

Procuradoria da República no município de Santarém/PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria

68020820 - Santarém/PA

Assunto: Procedimento nº 1.23.002.000271/2020- 47 – Requisita Informações sobre medidas COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA.

Senhor Procurador,

1. Em atenção ao Ofício nº 519/2020/GABPRM3-HESC, oriundo dessa Procuradoria da República no município de Santarém/PA, onde requisita informações sobre quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA, esta Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) tece os seguintes esclarecimentos no que tange às suas competências:

2. A Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública desta Secretaria (CGLAB/DAEVS/SVS/MS) é responsável por coordenar a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública - RNLSP, que é, por sua natureza, a primeira linha de resposta laboratorial pública a qualquer emergência em saúde pública em território nacional. A RNLSP é formada pelos Laboratórios Centrais de Saúde Pública – LACEN e sua respectiva Rede Descentralizada, localizados nos 26 Estados e Distrito Federal, e também conta com unidade sob gestão federal o Instituto Evandro Chagas.

3. A CGLAB/DAEVS/SVS/MS é responsável pela aquisição e distribuição de insumos laboratoriais estratégicos aos 27 (vinte e sete) Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN) de cada Estado, estes vinculados às Secretarias de Estaduais de Saúde. A aquisição dos testes moleculares de RT-qPCR em tempo real para COVID-19 está sendo realizada por esta Coordenação e estes estão sendo disponibilizados aos LACEN, cabendo aos LACEN a distribuição interna no Estado ou ficando a distribuição sob responsabilidade do Almoxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde.

4. Ainda, devido ao quadro de emergência em saúde pública em função da COVID-19, e com o intuito de apoiar as Unidades Federativas, o Ministério da Saúde está adquirindo, de forma excepcional, swabs e tubos utilizados para coleta de amostras suspeitas da doença.
5. Cabe informar ainda que ao LACEN do Pará foram enviados até o momento, 91.944 testes de RT-qPCR para detecção de SARS-CoV2, 23.500 swabs e 5.192 tubos de coleta, sendo todas as amostras suspeitas de COVID-19 dos quilombolas do município de Santarém encaminhadas a este LACEN, o qual realiza o diagnóstico do agravo.
6. A distribuição dos testes para COVID-19, pode ser acompanhada pelo link: <https://coronavirus.saude.gov.br/distribuicao-de-testes>.
7. Cabe ressaltar ainda que a CGLAB/DAEVS/SVS não é responsável pela aquisição e distribuição dos testes rápidos sorológicos, estando sua gestão sob a responsabilidade do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (DAPES/SAPS/MS), que poderá ser contatada pelo telefone (61) 3315-3616 /3408.
8. Além disso, cumpre informar que o Ministério da Saúde elaborou orientações gerais para a população no enfrentamento da COVID-19, principalmente para o grupo de risco existente em todos os grupos sociais brasileiro. Diante disso, cada Instituição tem se empenhado a elaborar as orientações aos seus grupos prioritários específicos. Para informações adicionais, sugere-se o encaminhamento da demanda à Fundação Cultural Palmares a fim de se obter resposta mais adequada em relação às comunidades quilombolas.
9. Por fim, esta SVS se coloca à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Arnaldo Correia de Medeiros
Secretário de Vigilância em Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário(a) de Vigilância em Saúde**, em 07/07/2020, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0015625416** e o código CRC **FAC25D70**.

Referência: Processo nº 25000.087779/2020-42

SEI nº 0015625416

Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS
SRTV 702, Via W5 Norte - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70723-040
Site - saude.gov.br

PRM-STM-PA-00006583/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 519/2020/GABPRM3-HESC


Santarém, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor
ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS
Secretário
Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde
SRTVN 701, Via W5 Norte, Edifício PO700,
70719-040 Brasília/DF

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA. Ressalto a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes


	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.petitionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00008371/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

CERTIDÃO

Certifico, para fins de registro, que em 05 de agosto de 2020, às 15:00h, via Skype, realizou-se reunião com representantes da Comissão Pró-Índio, na qual foram expostas demandas relacionadas às medidas de prevenção de contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas de Óbidos e Oriximiná/PA.

Na ocasião, a CPI informou a carência de informações quanto aos casos de Covid-19 confirmados nos territórios quilombolas dos municípios mencionados, supostas informações de incursões terrestres em áreas de empreendimentos da região em área de influência à territórios quilombolas, e a necessidade de informações quanto ao possível retorno das aulas ou entrega de materiais escolares para alunos quilombolas e as medidas de prevenção de covid-19 que serão adotadas pelos municípios.

Nada mais havendo, subscrevo-me.

Santarém-PA, 05 de agosto de 2020.

FERNANDA SILVA ROSSAROLA

Assessoria Nível II



PRM-STM-PA-00008373/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Nos termos da certidão de fls. retro, tomou-se conhecimento das demandas referentes à covid-19 nos territórios quilombolas dos municípios de Óbidos e Oriximiná.

Nesse sentido, entendo que é de relevante importância acompanhar os fatos relatados, tais como a carência de informações quanto aos casos de Covid-19 confirmados nos territórios quilombolas dos municípios mencionados, supostas informações de incursões terrestres em áreas de empreendimentos da região em área de influência à territórios quilombolas, e a necessidade de informações quanto ao possível retorno das aulas ou entrega de materiais escolares para alunos quilombolas e as medidas de prevenção de covid-19 que serão adotadas pelos municípios.

À vista disso, determino que o objeto do presente procedimento se estenda às demandas para além dos territórios quilombolas de Santarém mencionados no laudo técnico nº 831/2020.

Por fim, para melhor apuração dos fatos e acompanhamento das políticas públicas adotadas para o combate ao covid-19, determino a expedição de ofício:



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

1 - Às Prefeituras Municipais de Óbidos e Oriximiná/PA para que informem:

- a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;
- b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;
- c) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso;

2 - Para as empresas Mineração Rio do Norte e Elecnor do Brasil Ltda, para que informem:

- a) Se estão realizando atividades *in loco* nas áreas de seus empreendimentos de influência direta em territórios quilombolas nos municípios de Óbidos e Oriximiná e quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio das comunidades quilombolas.

Santarém, 5 de agosto de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

PRM-STM-PA-00008700/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 671/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 14 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS

Prefeito de Óbidos/PA

R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro

68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;

c) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso;

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00008702/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 672/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 14 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO ODINÉLIO TAVARES DA SILVA
Prefeito de Oriximiná/PA
Rua Barão do Rio Branco, 2336
68270-000 Oriximiná/PA
E-mail: gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;

c) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso;

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00008704/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 673/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 14 de agosto de 2020.

Ao Senhor

DIRETOR-PRESIDENTE DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE


Rua Rio Jari,s/n, Porto Trombetas

68275-000 – Oriximiná/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe se está realizando atividades in loco, nas áreas de seus empreendimentos de influência direta, em territórios quilombolas, nos municípios de Óbidos e Oriximiná, e quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio das comunidades quilombolas.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

(<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

PRM-STM-PA-00008708/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 14 de agosto de 2020.

À

Presidência da Elecnor do Brasil LTDA
Rua do Passeio, 38/40 – Torre 2 SL. 1103
20021-290 Rio de Janeiro/RJ

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe se está realizando atividades in loco, nas áreas de seus empreendimentos de influência direta, em territórios quilombolas, nos municípios de Óbidos e Oriximiná, e quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio das comunidades quilombolas.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AV. 07 de Setembro nº61, Bairro Santa Clara, CEP 68005100, FONE: (93) 2101-0100

OFÍCIO/SEMSA/JURÍDICO N º 358/2020

Santarém, 18 de Agosto de 2020.

**À Sua Excelência o Senhor
Hugo Elias Silva Charchar
Procurador da República
Av. Marechal Castelo, nº 915
Interventoria - Santarém-PA.**

Com os cumprimentos de estilo, de ordem da Secretária Municipal de Saúde, Dayane da Silva Lima, em resposta ao **Ofício Nº517/2020/GABPRM3-HESC**, informamos que:

Em lógica decorrência dos fatos questionados, é importante consignar que o Poder Público Municipal, através desta Secretaria de Saúde, tem adotado sérias medidas para os diagnósticos dos pacientes acometidos de Síndrome Gripal nas comunidades quilombolas de Saracura, Tiningú, Murumurutuba, São benedito do ituquí e Arampemã.

Insta consignar que dentre as medidas adotadas aos quilombos, este ente realizou ações do Ambulatório Itinerante de Saúde, forte arma do Município de prevenção ao avanço da covid-19. Destarte, em uma só comunidade foram realizados um total de 157 medicamentos e dispensados 1.625, também foram aplicadas 55 doses de reforço de vacinas, 09 testes rápidos realizados, além de 16 notificações por suspeitos e 108 consultas médicas.

Importa esclarecer que a Prefeitura de Santarém, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), está levando o Ambulatório Itinerante aos quatro cantos do município. Essas ações não param e o intuito é cobrir toda a cidade e evitar agravamento de doentes e principalmente levar a prevenção, Ao todo, mais de 30 bairros/comunidades já foram contemplados com as ações de saúde.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e apreço

Atenciosamente,

MATHEUS IAGO COUTINHO GOMES.
Procurador Jurídico do Município
Dec. Nº 117/2019 – SEMGOF
OAB/PA 28.38

PRM-STM-PA-00008898/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2020

Referência: 1.23.002.000271/2020-47

Assunto: Registrar

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Em análise aos autos, verifica-se que o Ministério da Saúde informou que a aquisição dos testes moleculares de RT-qPCR em tempo real para COVID-19 está sendo realizada pela Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde (CGLAB/DAEVS/SVS/MS) e estes estão sendo disponibilizados aos LACEN, cabendo aos LACEN a distribuição interna no Estado ou ficando a distribuição sob responsabilidade do Almoxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde.

Acrescentou ainda, que com o intuito de apoiar as Unidades Federativas, o Ministério da Saúde está adquirindo, de forma excepcional, swabs e tubos utilizados para coleta de amostras suspeitas da doença e ao LACEN do Pará foram enviados até o momento, 91.944 testes de RT-qPCR para detecção de SARS-CoV2, 23.500 swabs e 5.192 tubos de coleta, sendo todas as amostras suspeitas de COVID-19 dos quilombolas do município de Santarém encaminhadas a este LACEN, o qual realiza o diagnóstico do agravo.

Especialmente quanto ao atendimento da demanda quilombola informou que em se empenhado a elaborar as orientações aos seus grupos prioritários específicos, e orientou que questionamentos especialmente voltados à população quilombola sejam encaminhados à Fundação Cultural do Palmares.

No tocante a atuação do município de Santarém no âmbito das medidas de

saúde adotadas para a as populações quilombolas, a Secretaria de Saúde do Município esclareceu que tem adotado sérias medidas para os diagnósticos dos pacientes acometidos de Síndrome Gripal nas comunidades quilombolas de Saracura, Tiningú, Murumurutuba, São Benedito do Ituí e Arampemã.

Além disso, foi informada a ação de um Ambulatório Itinerante de Saúde, contabilizando-se em uma só comunidade um total de 157 medicamentos e dispensados 1.625, também foram aplicadas 55 doses de reforço de vacinas, 09 testes rápidos realizados, além de 16 notificações por suspeitos e 108 consultas médicas.

Do compulsar dos autos, nota-se no entanto que existem ofícios pendentes de respostas, principalmente os ofícios expedidos às entidades representativas das comunidades quilombolas que podem contribuir com o presente procedimento trazendo aos autos o conhecimento as demandas das populações quilombolas em razão da pandemia de Covid-19.

Isto posto, determino a reiteração dos ofícios nº 518/2020, 520/2020, 521/2020, e a expedição de ofício à Comissão Pró-Índio, para que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná.

Santarém, 20 de agosto de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

PRM-STM-PA-00008912/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 686/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 20 de agosto de 2020.

À Senhora
LUCIA MENDONÇA MORATO DE ANDRADE
Coordenadora Executiva
Comissão Pró-Índio de São Paulo
E-mail: lucia@cpisp.org.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora,

1. Cumprimos-a, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.petitionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).




PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00008913/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 687/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 20 de agosto de 2020.

Ao Senhor

ALBERTO BELTRAME

Secretário

Secretaria de Estado da Saúde do Pará (SESPA)

Avenida João Paulo II, 602 (Humaitá e Vileta) - Marco

66.095-492 Belém/PA

Assunto: **Reitera o Ofício 518/2020.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00006578/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 518/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.

Ao Senhor

ALBERTO BELTRAME

Secretário

Secretaria de Estado da Saúde do Pará (SESPA)

Avenida João Paulo II, 602 (Humaitá e Vileta) - Marco


66.095-492 Belém/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA. Ressalto a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº


	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00008915/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 688/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 20 de agosto de 2020.

À

FOQS

Rua Sorriso de Maria, nº 250, Jardim Santarém, Centro Franciscano

68030-580 Santarém/PA

E-mail: foqs_stm@yahoo.com.br

Assunto: **Reitera o Ofício 520/2020.**

Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00006588/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 520/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.


À
FOQS

Rua Sorriso de Maria, nº 250, Jardim Santarém, Centro Franciscano
68030-580 Santarém/PA
E-mail: foqs_stm@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém-PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00008918/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 689/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 20 de agosto de 2020.

À

CONAQ

E-mail: conaqadm@gmail.com

Assunto: **Reitera o Ofício 521/2020.**

Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,


HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PROCURADOR DA REPÚBLICA

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800</p>
---	--	--

PRM-STM-PA-00006589/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 521/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de junho de 2020.

À

CONAQ

E-mail: conaqadm@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém-PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00008965/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio, por e-mail, dos ofícios: 686/2020, 687/2020, 688/2020 e 689/2020. Em anexo, cópia dos e-mails enviados.

Santarém, 21 de agosto de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 21/08/2020 12:25. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 844B27BC.FBC6F931.14A7C163.B96F4429

MPF - OFÍCIO 686/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: lucia@cpisp.org.br
CO:
Data: sexta-feira - 21/agosto/2020 12:10
Assunto: MPF - OFÍCIO 686/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47
Anexos: Text.htm; Y95LR890.img; OFÍCIO-686-2020-CPI-271-2020-47-REQUISITA.INFO.pdf

Senhora,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 686/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000.271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA



MPF - OFÍCIO 687/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br
CO:
Data: sexta-feira - 21/agosto/2020 12:18
Assunto: MPF - OFÍCIO 687/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47
Anexos: Text.htm; 6QJF2LOY.img; OFÍCIO-687-2020-SESPA-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 687/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000.271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA



MPF - OFÍCIO 688/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: foqs_stm@yahoo.com.br
CO:
Data: sexta-feira - 21/agosto/2020 12:08
Assunto: MPF - OFÍCIO 688/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47
Anexos: Text.htm; NP89TPDK.img; OFÍCIO-688-2020-FOQS-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 688/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000.271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA



MPF - OFÍCIO 689/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: conaqadm@gmail.com
CO:
Data: sexta-feira - 21/agosto/2020 12:07
Assunto: MPF - OFÍCIO 689/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000.271/2020-47
Anexos: Text.htm; 1W1P3EAG.img; OFÍCIO-689-2020-CONAQ-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 689/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000.271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA



MRN
RECEBIDO EM
27 MAR 2020
ADM: ESCRITÓRIO

MPF
Ministério Público Federal



Data de postagem: 05/03/2020

Diretor-Presidente Da Mineração Rio do Norte
Rua Rio Jari,s/n, Porto Trombetas

68275-000 ORIXIMINÁ- PA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

PATRICIA DAROS XAVIER
AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO - de 1817/1818 ao fim
INTERVENTORIA
68020-820 SANTARÉM-PA

PARA USO DOS CORREIOS

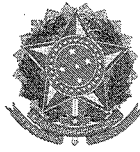
- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Não Existe o N° Indicado | <input type="checkbox"/> Informações Escritas pelo Porteiro ou Síndico |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Falecido | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Ausente | |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | <input type="checkbox"/> Não Procurado | |

Reintegrado ao Serviço Postal em:

/ /

Responsável

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



Procuradoria da República no Município de Santarém

PRM-STM-PA-00001917/2020

Ofício PRM/STM/GAB3/130/2020

Santarém(PA), 28 de fevereiro de 2020

Ao Senhor
Diretor-Presidente Da Mineração Rio do Norte
Rua Rio Jari,s/n, Porto Trombetas
68275-000 – Oriximiná/PA

Assunto: Requisita manifestação

Senhor Diretor- Presidente

Cumprimentando-o, no interesse da Notícia de Fato - NF nº 1.23.002.000082/2020-74, em trâmite nesta **PROCURADORIA DA REPÚBLICA** e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** manifestação nos termos do despacho em anexo.

Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o prazo de **10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente, que deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PATRÍCIA DAROS XAVIER

Procuradora da República

MPF

Avenida Marechal Castelo Branco, nº 915,
Esquina com Travessa Turiano Meira, Bairro Interventoria,
CEP 68020-820 - Tel. (93) 3512-0800

1

Assinado com login e senha por PATRÍCIA DAROS XAVIER, em 02/03/2020 20:13. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave BDF068A2.B9E33467.4E590370.F02CFD3

PRM-STM-PA-00001773/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho

Referência: Ref. NF nº1.23.002.000082/2020-74

Trata-se de procedimento instaurado a partir de representação formulada por ribeirinhos do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Sapucaá-Trombetas, localizado no Município de Oriximiná-PA, na qual solicitam providências do MPF para a suspensão da Licença de Operação para exploração, pela Mineração Rio do Norte, do Platô Aramã, até que os impactos da atividade para as comunidades ribeirinhas sejam avaliados e seja realizada a consulta livre, prévia e informada; e um plano de mitigação e indenização seja negociado e acordado com os ribeirinhos.

Diante do exposto determino:

Oficie-se ao IBAMA e aMineração Rio do Norte que se manifeste sobre os termos da apresentação.

Santarém, 21 de fevereiro de 2020.

PATRICIA DAROS XAVIER
 PROCURADORA DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
--	--	---



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DE JUSTIÇA HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

Ref: Ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC

ELEC NOR DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos em epígrafe, por sua advogada subscrita (**Doc. 01** - substabelecimento), em atenção ao ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC, ora recebido em 25.08.2020, vem expor o que segue.

Em 14.08.2020, essa Il. Promotoria exarou ofício à empresa ora peticionária, requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, informasse (i) se está realizando atividades *in loco* nas áreas de seus empreendimentos de influência direta, em territórios quilombolas, nos Municípios de Óbidos e Oriximiná; e (ii) quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio das comunidades quilombolas.

Pois bem. No tocante às atividades *in loco*, cumpre esclarecer que a empresa suspendeu todas as atividades nas áreas das comunidades quilombolas, desde a segunda quinzena de março deste ano, início da pandemia, até o presente momento. Daí



que não estão sendo realizadas quaisquer atividades *in loco* em qualquer território quilombola.

Por oportuno, ainda que suspensas as atividades *in loco*, a empresa promoveu, nos últimos 03 (três) meses, a doação de cestas básicas para as Comunidades Quilombolas em questão, diante o crítico cenário global atual, sendo que os representantes das Comunidades promoveram a retirada dos mantimentos no porto de Óbidos. Desse modo, nem mesmo a doação de cestas básicas fez com que a empresa promovesse qualquer atividade *in loco* nos territórios das Comunidades Quilombolas.

Importante ressaltar que todos os funcionários da empresa restam proibidos de entrar em quaisquer territórios quilombolas sem a devida autorização ou conhecimento prévio das comunidades.

No que concerne especificamente às medidas de prevenção, a ora peticionária vem adotando todos os procedimentos de segurança e saúde de todos os seus funcionários para a prevenção do Covid-19, entre os quais, (i) controle por meio da realização exames periódicos e (ii) uso constante de EPI - Equipamento de Proteção Individual, ambas as medidas respaldadas pelas Recomendações da Organização Mundial de Saúde- OMS.

Sendo que havia, a empresa renova seus votos de elevada estima e consideração, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

De São Paulo para Santarém, 09 de setembro de 2020.


ROBERTA JARDIM DE MORAIS

OAB/SP Nº 298.299

OAB/MG Nº 65.123

DOC. 01

Rua Vieira de Moraes, 2110, conj. 702 Tel.: +55 21 3513 1900 www.elecnor.com.br
 Campo Belo, São Paulo, SP
 CEP 04617-007
 Brasil



SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO COM RESERVAS DE PODERES, **ÉDIS MILARÉ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 129.895, na OAB/DF sob o nº 47.202 e no CPF/MF sob o nº 069.127.618-87 e **LUCAS TAMER MILARÉ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 229.980 e no CPF/MF sob o nº 273.128.058-17, **PRISCILA SANTOS ARTIGAS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 241.956-S, na OAB/PR sob o nº 22.529 e no CPF/MF sob o nº 846.362.119-87, **ROBERTA JARDIM DE MORAIS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 65.123, na OAB/SP sob o nº 298.299-S e no CPF/MF sob o nº 603.300.661-53, **RITA MARIA BORGES FRANCO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 237.395 e no CPF/MF sob o nº 304.978.518-73, **JULIANA FLÁVIA MATTEI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 321.767 e OAB/RS sob o nº 56.816 e no CPF/MF sob o nº 662.533.570-34, **MARIA CLARA RODRIGUES ALVES GOMES**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 260.338 e no CPF/MF sob o nº 315.871.618-69, **MAYARA ALVES BEZERRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 350.277 e no CPF/MF sob o nº 370.487.688-78, **FERNANDO SEIDI HISSABA FASCINA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 385.162 e no CPF/MF 393.298.348-33, **RANIELLE FERREIRA DA COSTA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 386.028 e no CPF/MF nº 401.888.038-31, **STELLA KUSANO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 376.888 e no CPF/MF sob o nº 413.563.298-02, **FERNANDA SOARES BUELONI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 410.722 e no CPF/MF sob o nº 334.166.028-38, **IZABELA MEDEIROS SERAFIM**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 426.417 e no CPF/MF sob o nº 442.488.998-09, **ENRICO CUONO MANGINI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 425.184 e no CPF/MF sob o nº 456.086.848-42 e **LOUISE MARIE DO NASCIMENTO YNOUE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 427.867 e no CPF/MF sob o nº 442.600.138-23, todos com escritório na Capital do Estado de São

Rua Vieira de Moraes, 2110, conj. 702 Tel.: +55 21 3513 1900 www.elecnor.com.br
Campo Belo, São Paulo, SP
CEP 04617-007
Brasil



Paulo, na Rua Clodomiro Amazonas, nº 1.099, 12º andar, cjs. 124-127, CEP 04537-012, onde recebem intimações, Telefax (55-11) 3046-7470, com o seguinte endereço eletrônico: milare@milare.adv.br, **os poderes que me foram conferidos por ELECNOR DO BRASIL LTDA., para atuar, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, em qualquer órgão administrativo da esfera federal, estadual ou municipal, em qualquer instância ou Tribunal usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo transigir, dar e receber quitação, levantar depósitos judiciais, realização reuniões e ainda substabelecer, em parte, com reserva de poderes, os poderes que ora lhe são conferidos e indispensáveis para o fim específico de agir na defesa de seus direitos e interesses para o bom e fiel cumprimento deste instrumento.**

Alego desde já que atesto a veracidade deste documento, assinando-o de forma eletrônica.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020.

DocuSigned by:
Josilmar Andrade
5FC6C2253D2D440...

JOSILMAR ABREU DE SOUZA ANDRADE
OAB/RJ 132.993

DS
KS



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DE JUSTIÇA HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

Ref: Ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC

ELEC NOR DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos em epígrafe, por sua advogada subscrita (**Doc. 01** - substabelecimento), em atenção ao ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC, ora recebido em 25.08.2020, vem expor o que segue.

Em 14.08.2020, essa Il. Promotoria exarou ofício à empresa ora peticionária, requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, informasse (i) se está realizando atividades *in loco* nas áreas de seus empreendimentos de influência direta, em territórios quilombolas, nos Municípios de Óbidos e Oriximiná; e (ii) quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio das comunidades quilombolas.

Pois bem. No tocante às atividades *in loco*, cumpre esclarecer que a empresa suspendeu todas as atividades nas áreas das comunidades quilombolas, desde a segunda quinzena de março deste ano, início da pandemia, até o presente momento. Daí



que não estão sendo realizadas quaisquer atividades *in loco* em qualquer território quilombola.

Por oportuno, ainda que suspensas as atividades *in loco*, a empresa promoveu, nos últimos 03 (três) meses, a doação de cestas básicas para as Comunidades Quilombolas em questão, diante o crítico cenário global atual, sendo que os representantes das Comunidades promoveram a retirada dos mantimentos no porto de Óbidos. Desse modo, nem mesmo a doação de cestas básicas fez com que a empresa promovesse qualquer atividade *in loco* nos territórios das Comunidades Quilombolas.

Importante ressaltar que todos os funcionários da empresa restam proibidos de entrar em quaisquer territórios quilombolas sem a devida autorização ou conhecimento prévio das comunidades.

No que concerne especificamente às medidas de prevenção, a ora peticionária vem adotando todos os procedimentos de segurança e saúde de todos os seus funcionários para a prevenção do Covid-19, entre os quais, (i) controle por meio da realização exames periódicos e (ii) uso constante de EPI - Equipamento de Proteção Individual, ambas as medidas respaldadas pelas Recomendações da Organização Mundial de Saúde- OMS.

Sendo que havia, a empresa renova seus votos de elevada estima e consideração, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

De São Paulo para Santarém, 09 de setembro de 2020.


ROBERTA JARDIM DE MORAIS

OAB/SP Nº 298.299

OAB/MG Nº 65.123

DOC. 01

Rua Vieira de Moraes, 2110, conj. 702 Tel.: +55 21 3513 1900 www.elecnor.com.br
 Campo Belo, São Paulo, SP
 CEP 04617-007
 Brasil



SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO COM RESERVAS DE PODERES, **ÉDIS MILARÉ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 129.895, na OAB/DF sob o nº 47.202 e no CPF/MF sob o nº 069.127.618-87 e **LUCAS TAMER MILARÉ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 229.980 e no CPF/MF sob o nº 273.128.058-17, **PRISCILA SANTOS ARTIGAS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 241.956-S, na OAB/PR sob o nº 22.529 e no CPF/MF sob o nº 846.362.119-87, **ROBERTA JARDIM DE MORAIS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 65.123, na OAB/SP sob o nº 298.299-S e no CPF/MF sob o nº 603.300.661-53, **RITA MARIA BORGES FRANCO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 237.395 e no CPF/MF sob o nº 304.978.518-73, **JULIANA FLÁVIA MATTEI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 321.767 e OAB/RS sob o nº 56.816 e no CPF/MF sob o nº 662.533.570-34, **MARIA CLARA RODRIGUES ALVES GOMES**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 260.338 e no CPF/MF sob o nº 315.871.618-69, **MAYARA ALVES BEZERRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 350.277 e no CPF/MF sob o nº 370.487.688-78, **FERNANDO SEIDI HISSABA FASCINA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 385.162 e no CPF/MF 393.298.348-33, **RANIELLE FERREIRA DA COSTA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 386.028 e no CPF/MF nº 401.888.038-31, **STELLA KUSANO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 376.888 e no CPF/MF sob o nº 413.563.298-02, **FERNANDA SOARES BUELONI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 410.722 e no CPF/MF sob o nº 334.166.028-38, **IZABELA MEDEIROS SERAFIM**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 426.417 e no CPF/MF sob o nº 442.488.998-09, **ENRICO CUONO MANGINI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 425.184 e no CPF/MF sob o nº 456.086.848-42 e **LOUISE MARIE DO NASCIMENTO YNOUE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 427.867 e no CPF/MF sob o nº 442.600.138-23, todos com escritório na Capital do Estado de São

Rua Vieira de Moraes, 2110, conj. 702 Tel.: +55 21 3513 1900 www.elecnor.com.br
Campo Belo, São Paulo, SP
CEP 04617-007
Brasil



Paulo, na Rua Clodomiro Amazonas, nº 1.099, 12º andar, cjs. 124-127, CEP 04537-012, onde recebem intimações, Telefax (55-11) 3046-7470, com o seguinte endereço eletrônico: milare@milare.adv.br, **os poderes que me foram conferidos por ELECNOR DO BRASIL LTDA., para atuar, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, em qualquer órgão administrativo da esfera federal, estadual ou municipal, em qualquer instância ou Tribunal usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo transigir, dar e receber quitação, levantar depósitos judiciais, realização reuniões e ainda substabelecer, em parte, com reserva de poderes, os poderes que ora lhe são conferidos e indispensáveis para o fim específico de agir na defesa de seus direitos e interesses para o bom e fiel cumprimento deste instrumento.**

Alego desde já que atesto a veracidade deste documento, assinando-o de forma eletrônica.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020.

DocuSigned by:
Josilmar Andrade
5FC6C2253D2D440...

JOSILMAR ABREU DE SOUZA ANDRADE
OAB/RJ 132.993

DS
KS



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROMOTOR DE JUSTIÇA HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA

Ref: Ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC

ELEC NOR DO BRASIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos em epígrafe, por sua advogada subscrita (**Doc. 01** - substabelecimento), em atenção ao ofício nº 674/2020/GABPRM3-HESC, ora recebido em 25.08.2020, vem expor o que segue.

Em 14.08.2020, essa Il. Promotoria exarou ofício à empresa ora peticionária, requisitando que, no prazo de 10 (dez) dias, informasse (i) se está realizando atividades *in loco* nas áreas de seus empreendimentos de influência direta, em territórios quilombolas, nos Municípios de Óbidos e Oriximiná; e (ii) quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio das comunidades quilombolas.

Pois bem. No tocante às atividades *in loco*, cumpre esclarecer que a empresa suspendeu todas as atividades nas áreas das comunidades quilombolas, desde a segunda quinzena de março deste ano, início da pandemia, até o presente momento. Daí



que não estão sendo realizadas quaisquer atividades *in loco* em qualquer território quilombola.

Por oportuno, ainda que suspensas as atividades *in loco*, a empresa promoveu, nos últimos 03 (três) meses, a doação de cestas básicas para as Comunidades Quilombolas em questão, diante o crítico cenário global atual, sendo que os representantes das Comunidades promoveram a retirada dos mantimentos no porto de Óbidos. Desse modo, nem mesmo a doação de cestas básicas fez com que a empresa promovesse qualquer atividade *in loco* nos territórios das Comunidades Quilombolas.

Importante ressaltar que todos os funcionários da empresa restam proibidos de entrar em quaisquer territórios quilombolas sem a devida autorização ou conhecimento prévio das comunidades.

No que concerne especificamente às medidas de prevenção, a ora peticionária vem adotando todos os procedimentos de segurança e saúde de todos os seus funcionários para a prevenção do Covid-19, entre os quais, (i) controle por meio da realização exames periódicos e (ii) uso constante de EPI - Equipamento de Proteção Individual, ambas as medidas respaldadas pelas Recomendações da Organização Mundial de Saúde- OMS.

Sendo que havia, a empresa renova seus votos de elevada estima e consideração, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

De São Paulo para Santarém, 09 de setembro de 2020.


ROBERTA JARDIM DE MORAIS

OAB/SP Nº 298.299

OAB/MG Nº 65.123

DOC. 01

Rua Vieira de Moraes, 2110, conj. 702 Tel.: +55 21 3513 1900 www.elecnor.com.br
 Campo Belo, São Paulo, SP
 CEP 04617-007
 Brasil



SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO COM RESERVAS DE PODERES, **ÉDIS MILARÉ**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 129.895, na OAB/DF sob o nº 47.202 e no CPF/MF sob o nº 069.127.618-87 e **LUCAS TAMER MILARÉ**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 229.980 e no CPF/MF sob o nº 273.128.058-17, **PRISCILA SANTOS ARTIGAS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 241.956-S, na OAB/PR sob o nº 22.529 e no CPF/MF sob o nº 846.362.119-87, **ROBERTA JARDIM DE MORAIS**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 65.123, na OAB/SP sob o nº 298.299-S e no CPF/MF sob o nº 603.300.661-53, **RITA MARIA BORGES FRANCO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 237.395 e no CPF/MF sob o nº 304.978.518-73, **JULIANA FLÁVIA MATTEI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 321.767 e OAB/RS sob o nº 56.816 e no CPF/MF sob o nº 662.533.570-34, **MARIA CLARA RODRIGUES ALVES GOMES**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 260.338 e no CPF/MF sob o nº 315.871.618-69, **MAYARA ALVES BEZERRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 350.277 e no CPF/MF sob o nº 370.487.688-78, **FERNANDO SEIDI HISSABA FASCINA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 385.162 e no CPF/MF 393.298.348-33, **RANIELLE FERREIRA DA COSTA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 386.028 e no CPF/MF nº 401.888.038-31, **STELLA KUSANO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 376.888 e no CPF/MF sob o nº 413.563.298-02, **FERNANDA SOARES BUELONI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 410.722 e no CPF/MF sob o nº 334.166.028-38, **IZABELA MEDEIROS SERAFIM**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 426.417 e no CPF/MF sob o nº 442.488.998-09, **ENRICO CUONO MANGINI**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 425.184 e no CPF/MF sob o nº 456.086.848-42 e **LOUISE MARIE DO NASCIMENTO YNOUE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 427.867 e no CPF/MF sob o nº 442.600.138-23, todos com escritório na Capital do Estado de São

Rua Vieira de Moraes, 2110, conj. 702 Tel.: +55 21 3513 1900 www.elecnor.com.br
Campo Belo, São Paulo, SP
CEP 04617-007
Brasil



Paulo, na Rua Clodomiro Amazonas, nº 1.099, 12º andar, cjs. 124-127, CEP 04537-012, onde recebem intimações, Telefax (55-11) 3046-7470, com o seguinte endereço eletrônico: milare@milare.adv.br, **os poderes que me foram conferidos por ELECNOR DO BRASIL LTDA., para atuar, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, em qualquer órgão administrativo da esfera federal, estadual ou municipal, em qualquer instância ou Tribunal usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo transigir, dar e receber quitação, levantar depósitos judiciais, realização reuniões e ainda substabelecer, em parte, com reserva de poderes, os poderes que ora lhe são conferidos e indispensáveis para o fim específico de agir na defesa de seus direitos e interesses para o bom e fiel cumprimento deste instrumento.**

Alego desde já que atesto a veracidade deste documento, assinando-o de forma eletrônica.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020.

DocuSigned by:
Josilmar Andrade
5FC6C2253D2D440...

JOSILMAR ABREU DE SOUZA ANDRADE
OAB/RJ 132.993

DS
KS

PRM-STM-PA-00009987/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2020

Referência: 1.23.002.000271/2020-47

Assunto: Registrar

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

O procedimento aguarda resposta dos ofícios de fls. retro.

De acordo com os esclarecimentos prestados pela empresa ELECNOR, não estão sendo realizadas quaisquer atividades in loco e que tem adotado procedimentos de segurança e saúde de todos os seus funcionários para a prevenção do Covid-19, citando (i) controle por meio da realização exames periódicos e (ii) uso constante de EPI - Equipamento de Proteção Individual.

Ademais, da leitura das respostas encaminhadas vê-se que o protocolo da Comissão Pró-Índio contém apenas cópia do expediente encaminhado por esta Procuradoria, levando a crer que pode ter ocorrido algum erro ante a ausência de resposta anexada.

Desta feita, determino que a assessoria estabeleça contato via e-mail com a CPI para que informe o ocorrido, solicite informações sobre o protocolo da resposta, e promova a juntada de eventual resposta que seja encaminhada.

Santarém, 10 de setembro de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 10/09/2020 16:24. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D2109D7C.EF08443B.107AB1EA.8822290F



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 249/2020-PGM

Oriximiná/PA, 09 de setembro de 2020

À PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTARÉM/PA

Assunto: REMESSA DE DOCUMENTO C/ INFORMAÇÃO

REF.: OFÍCIO 672/2020/GABPRM3-HESC, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PROCEDIMENTO Nº 1.23.002.000271/2020-47

Senhor Procurador,

Após os cumprimentos de praxes, em atenção à REQUISIÇÃO desse r. Órgão Ministerial, por meio do expediente em referência, encaminhamos a Vossa Excelência, os ofícios, anexos, com informações da Secretaria Municipal de Saúde e Educação (SEMED), acerca do seguinte:

- a) *Quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19, nos territórios quilombolas, informado pela Secretaria Municipal de Saúde conforme **ANEXO DO OFÍCIO Nº 736/SMS/2020 [MEMO 042/2020-CVE/SMS C/ QUADRO ANEXO];***
- b) *Protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas, conforme **ANEXO DO OFÍCIO Nº 736/SMS/2020 [MEMO 042/2020-CVE/SMS]***
- c) *Previsão das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola, e quais as medidas serão adotadas para prevenção da propagação da Covid-19 os territórios quilombolas nesse caso. Informação prestada pela SEMED, conforme **ANEXO DO OFÍCIO Nº 007/2020-AJ/SEMED/PMO.***

Estas, portanto, foram as informações prestadas pelas Secretarias Municipais de Saúde e Educação para atender a REQUISIÇÃO MINISTERIAL em referência. No mais, nos colocamos à Disposição desse r. Órgão Ministerial para esclarecimento complementares, conforme o caso.

Respeitosamente,

RONALDO VINENTE SERRÃO

Procurador Geral



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ANEXOS:

1. Of. Nº 736/SMS/2020, DE 31/08/2020 e seus anexos [Memo.042/2020-CVE/SMS C/ QUADRO ANEXO];
2. Of. Nº 007/2020-AJ/SEMED/PMO, DE 25-08-2020 c/ Anexo informativo.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO



OFICIO Nº736/SMS/2020

Oriximiná, 31 de agosto de 2020

Ao
Imo. Sr. Ronaldo Vinente Serrão
Procurador Geral

Assunto: Resposta ao Ofício Nº 230/2020- PGM

Honrada em cumprimenta-lo, em atenção ao ofício acima mencionado, ao qual trata que esta Secretaria de Saúde preste informações acerca dos seguintes questionamentos; **1)** O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e óbitos decorrentes do contágio de COVID-19 nos territórios quilombolas; **2)** qual tem sido o protocolo de saúde para o atendimento dos casos de COVID-19 dos territórios Quilombolas e demais medidas adotadas; **3)** se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de matérias didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a prevenção da propagação de COVID-19 nos territórios Quilombolas nesse caso.

Informamos que tais informação segue anexo.

Colocando-me a Vossa inteira disposição, subscrevo-me


Marcia M. M. Campos Tavares
Secretária Municipal de Saúde
Portaria Nº 206/2019



02

**DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**

Memo.: 042/2020 - CVE/SMS

Oriximiná, 28 de Agosto de 2020.

À

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Saúde

Em atenção ao Ofício nº 230/2020 - PGM, apresento as informações solicitadas, conforme abaixo.

1 - Notificações COVID-19 segundo comunidades quilombolas/ribeirinhas (planilha anexa); ressaltando-se que grande parte das notificações para COVID-19 das populações quilombolas estão sendo realizadas pelos Serviços da Mineração Rio do Norte.

Os dados apresentados referem-se ao período de 15/03/2020 a 24/08/2020, sujeitos a revisão.

2 - Protocolo de atendimento aos casos:

Tanto os Serviços da Mineração Rio do Norte quando dos Serviços Municipais, seguem as mesmas orientações.

- a) Identificação de sintomáticos suspeitos, indicação de isolamento domiciliar e monitoramento remoto e/ou com visitas domiciliares;
- b) Avaliação e indicação de isolamento domiciliar de contatos de sintomáticos suspeitos;
- c) Fornecimento de medicação sintomática;
- d) Testagem rápida, após o período de monitoramento de 14 dias após início dos sintomas para os suspeitos sintomáticos e os contatos domiciliares;
- e) De acordo com avaliação médica, a internação é indicada e, da mesma forma, a transferência para os Centros de Referência, de acordo com cada caso.
- f) A partir do dia 23/08/2020, a UBS FLUVIAL iniciou um período de ações, percorrendo as comunidades Quilombolas e Ribeirinhas, incluindo avaliação de sintomáticos suspeitos para COVID e seus contatos, fornecimento de medicação sintomática e protocolar e testagens rápidas. Dados da primeira ação no Alto Trombetas, em análise e ainda não disponíveis nesta data.

3 - Retomada das aulas nas Escolas Quilombolas e Ribeirinhas.

Este item está descrito no Plano de Retomada da PMO.

Atenciosamente


Carlos Augusto F. Bêta
Coordenador de EPIDEMIOLOGIA
Portaria N:274/2017

3

**1 - NOTIFICAÇÕES COVID SEGUNDO COMUNIDADES QUILOMBOLAS/RIBEIRINHAS
NO PERÍODO DE 15/03/2020 A 24/08/2020 - ORIXIMINÁ/PA**

COMUNIDADES	CONFIRMADOS	RECUPERADOS	EM MONIT.	ÓBITOS
ABUI	11	11	37	0
ABUIZINHO	3	3	0	0
ACAPUZINHO	3	3	0	0
ÁGUA FRIA	8	8	0	0
AJUDANTE	68	67	5	01 (ribeirinho)
ARANCUÃ	6	5	1	0
ARANCUÃ DE BAIXO	1	1	2	0
BACABAL	9	9	1	0
BATATA	58	58	0	0
BOA VISTA	185	185	4	0
COCH. PORTEIRA	0	0	8	0
CURUÇÁ MIRIM	11	11	3	0
CURUPIRA	36	36	0	0
EREPECU	1	1	0	0
EREPECURU - S. JOÃO	3	3	0	0
EREPECURU - S. LÁZARO	2	2	0	0
EREPECURU - SERRINHA	15	15	0	0
EREPECURU - TARUMÃ	2	2	0	0
FLEXAL	11	11	0	0
JAMARI	3	3	6	0
JAMARI	2	2	0	0
JUQUIRI GRANDE	2	2	0	0
JUQUIRIZINHO	1	0	1	0
MÃE CUÊ	1	1	0	0
MOURA	108	108	5	0
MUSSURÁ	6	6	0	0
PALHAL	25	25	6	0
PANCADA	2	2	0	0
PARANÁ DO ABUI	3	2	1	0
S. ANTONIO - ABUI	13	13	0	0
SAGRADO CORAÇÃO	17	17	1	0
SAMAÚMA	1	1	0	0
TAPAGEM	6	5	0	01 (ocorrido em Belém)
VL. PARAÍSO	3	3	0	0
TOTAL	626	621	81	2

Fonte: CVE/SMS - ORIXIMINÁ e PAINEL COVID-19 MRN - dados sujeitos a revisão

Oriximiná, 25 de agosto de 2020.

Ofício nº 007/2020 - AJ/SEMED/PMO

Ilmo. Sr.

Ronaldo Serrão Vinente

Procurador Geral do Município de Oriximiná

Assunto: Resposta Ofício nº 231/2020 - PGM

Sr. Procurador,

De ordem da Secretária Municipal de Educação, respondendo o ofício nº 231/2020-PGM, informamos que não há previsão para retorno das aulas presenciais, mas informamos que atividades pedagógicas estão sendo executadas conforme programação em anexo.

Atenciosamente,


FILOMENA MARIA MILEO GUERREIRO
Decreto nº 049/2017
OAB/PA Nº 3.687

RECEBIDO PELA
PROCURADORIA
25/08/2020



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
"De mãos dadas com o Povo, por uma Educação de Qualidade"

ESTADO DO PARÁ
EFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ/MFNº 05.131.081/0001-82



Resposta ao Ministério Público quanto ao questionamento acerca da entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas que são adotadas na entrega desse material para a prevenção e propagação da COVID-19 nos territórios quilombolas.

A Diretoria de Educação Básica da Área Rural elaborou atividades pedagógicas impressas (**Caderno de Atividades**) para subsidiar as práticas pedagógicas das escolas da área rural, considerando todas as especificidades e perdas de aprendizados nesse período de pandemia da COVID-19, para os alunos ribeirinhos, planaltinos, quilombolas e indígenas. Ressalta-se que essa estratégia de atividades não presenciais/remotas tem caráter complementar às práticas docentes não substituindo a responsabilidade dos docentes em planejar, desenvolver e aplicar suas atividades, pois os professores têm autonomia para realizarem tais atividades laborais como versa o Artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96. Disponibilizamos 2 (dois) cadernos de atividades não presenciais/remotas para as escolas da área rural.

O CADERNO I de atividades não presenciais/remotas para a Educação Infantil contém 21 atividades que podem ser utilizadas para complemento dos 21 dias (HORAS) de aulas não presenciais/remotas para o 1º Bimestre de 2020 e o **CADERNO II** da Educação Infantil contém 51 atividades que podem ser utilizados para o complemento dos 51 dias (HORAS) de aulas não presenciais/remotas para o 2º Bimestre de 2020

O CADERNO I contém 10 (dez) atividades de Língua Portuguesa, 10 (dez) atividades de Matemática e 2 (duas) atividades dos demais componentes curriculares do Ensino Fundamental I e II, as quais podem ser utilizadas para o complemento dos 21 dias (HORAS) de aulas não presenciais que podem ser usados para o 1º Bimestre/2020;

O CADERNO II contém 10 (dez) atividades de Língua Portuguesa, 10 (dez) atividades de Matemática e 2 (duas) atividades dos demais componentes curriculares do Ensino Fundamental I e II, que podem ser usados para o complemento dos 51 dias (HORAS) do 2º Bimestre/2020;

Ressalta-se que os cadernos de atividades podem ser utilizados paralelamente com livros didáticos, outras atividades planejadas pelo professor, bem como com o projeto de Estudo Dirigido (que será orientado a partir da Nota Técnica Nº 001/2020 após disponibilizada pelo do COMEO.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
"De mãos dadas com o Povo, por uma
Educação de Qualidade"



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CNPJ/MFNº 05.131.081/0001-82



Neste sentido orientou-se que cada gestor e coordenador educacional organize a forma de entregar os cadernos com as atividades impressas e os livros didáticos aos responsáveis dos alunos de cada unidade escolar tomando medidas de segurança, tais como: uso obrigatório de máscaras, higienizar as mãos, o distanciamento físico, necessárias para evitar o contágio da COVID-19.

PRM-STM-PA-00010032/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifica o cumprimento do Despacho (PRM-STM-PA-00009987/2020), com o envio de e-mail para a Comissão Pró-Índio, solicitando resposta ao Ofício nº 686/2020. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 11 de setembro de 2020.

FERNANDA SILVA ROSSAROLA
ASSESSORA NÍVEL II



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
www.mpf.mp.br/mpfservicos

Fernanda Silva Rossarola (PR.PA) - Solicita informações - PA nº 1.23.002.000271/2020-47 - Ministério Público Federal

De: Fernanda Silva Rossarola (PR.PA)
Para: lucia@cpisp.org.br
Data: 11/09/2020 13:58
Assunto: Solicita informações - PA nº 1.23.002.000271/2020-47 - Ministério Público Federal

Prezada Lúcia, boa tarde

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, e, no interesse do PA nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta Procuradoria, informo que identificamos um protocolo de resposta ao Ofício PRM/STM/GAB3/130/2020, entretanto, verifica-se que se trata de expediente encaminhado nos autos do IC nº 1.23.002.000082//2020-74 que não possui relação com os autos do PA, além disso no documento constam apenas cópias de ofício e despacho do MPF.
 Por essa razão, considerando a constatação de que supostamente houve um equívoco no momento do protocolo, solicito informações sobre a resposta ao Ofício nº 686/2020/GABPRM3-HESC, expedido nos autos do PA nº 1.23.002.000271/2020-47.

Atenciosamente,

Fernanda Silva Rossarola
 Assessora Jurídica
 3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Santarém

Fernanda Silva Rossarola (PR.PA) - RES: Solicita informações - PA nº 1.23.002.000271/2020-47 - Ministério Público Federal

De: Lúcia Andrade | Comissão Pró Índio de São Paulo <lucia@cpisp.org.br>
Para: "Fernanda Silva Rossarola (PR.PA)" <fernandarossarola@mpf.mp.br>, HUGO...
Data: 14/09/2020 10:48
Assunto: RES: Solicita informações - PA nº 1.23.002.000271/2020-47 - Ministério Público Federal
CC: Carolina Bellinger | Comissão Pró-Índio de São Paulo <carolina@cpisp.org...
Anexos: Resposta Ofício 686_2020_GABPRM3-HESC.pdf

Prezada Fernanda,

Segue em anexo a resposta ao Ofício 686/2020.

Aproveito essa oportunidade e tomo a liberdade de sugerir que estabelecemos uma nova sistemática de contato e colaboração da CPI-SP com o MPF.

Talvez seja mais produtivo, reuniões virtuais periódicas entre as duas partes, onde o MPF possa nos apresentar as informações que necessita sobre os diferentes processos. Nesse momento, já poderíamos dialogar sobre os procedimentos, verificar em quais casos temos informação para colaborar e após esse diálogo, onde couber, sistematizaremos os dados e protocolaremos no sistema.

Peço que considerem nossa sugestão.

Cordialmente,

Lúcia M. M. de Andrade
 Coordenadora Executiva
 Comissão Pró-Índio de São Paulo
<http://cpisp.org.br/>

De: Fernanda Silva Rossarola (PR.PA) <fernandarossarola@mpf.mp.br>
Enviada em: sexta-feira, 11 de setembro de 2020 13:59
Para: lucia@cpisp.org.br
Assunto: Solicita informações - PA nº 1.23.002.000271/2020-47 - Ministério Público Federal

Prezada Lúcia, boa tarde

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, e, no interesse do PA nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta Procuradoria, informo que identificamos um protocolo de resposta ao Ofício PRM/STM/GAB3/130/2020, entretanto, verifica-se que se trata de expediente encaminhado nos autos do IC nº 1.23.002.000082/2020-74 que não possui relação com os autos do PA, além disso no documento constam apenas cópias de ofício e despacho do MPF.

Por essa razão, considerando a constatação de que supostamente houve um equívoco no momento do protocolo, solicito informações sobre a resposta ao Ofício nº 686/2020/GABPRM3-HESC, expedido nos autos do PA nº 1.23.002.000271/2020-47.

Atenciosamente,

Fernanda Silva Rossarola

Assessora Jurídica

3º Ofício da Procuradoria da República no Município de Santarém



Avast logo

Este email foi escaneado pelo Avast antivírus.

www.avast.com

Attachment (**Resposta Ofício 686_2020_GABPRM3-HESC.pdf**) has been reconstructed.



São Paulo, 17 de agosto de 2020

Ao
Dr. Hugo Elias Silva Charchar
3º Ofício de Santarém
Procuradoria da República no Município de Santarém

Assunto: *Resposta ao Ofício nº 6862020/GABPRM3-HESC*

Prezado Senhor,

Nos manifestamos em atenção ao Ofício nº 686/2020/GABPRM3-HESC que requer informações acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná.

Informamos que a Comissão Pró-Índio de São Paulo não realiza um monitoramento sobre a evolução da pandemia entre os quilombolas mas tão somente acompanha os dados divulgados pelas Prefeituras de Oriximiná e Óbidos e pela Mineração Rio do Norte – esta última divulga informações sobre os casos da doença apenas entre os quilombolas atendidos em seu hospital em Porto Trombetas em Oriximiná. Não temos acompanhado os casos em Santarém.

As informações de que dispomos indicam apenas um óbito quilombola em Oriximiná do [senhor Santana Cordeiro](#), de 76 anos.

O acompanhamento da evolução dos casos entre os quilombolas resulta difícil uma vez que as prefeituras não divulgam dados específicos para essa população. Nesse sentido, seria muito oportuno se o MPF requeresse as Secretarias de Saúde municipais o registro e divulgação dessa informação.

Agradecendo a atenção, subscrevo-me,

Respeitosamente

Lúcia M. M. de Andrade
Coordenadora Executiva



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-STM-PA-00010177/2020 DOCUMENTO DIVERSO**

.....
Signatário(a): **FERNANDA SILVA ROSSAROLA**

Data e Hora: **15/09/2020 16:56:53**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2BB4AA0C.E7586C28.2D88F789.69083CE4



Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão

Manifestação 20200176623

Pessoa Física	Sexo Feminino
Manifestante	PRISCILA SANTOS ARTIGAS
CPF	846.362.119-87
Nascimento	19/02/1972
Ocupação	Advocacia
Email	giovannakrist@milare.adv.br
Município	SANTARÉM
UF	PA
País	Brasil
Endereço	
CEP	

Pedido de Informação Processual

Descrição

Prezados,

Solicito, por gentileza, cópia integral do Inquérito Civil nº 1.23.002.000271/2020-47.



Obrigada.



Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão

Andamentos

Data	Tipo	Responsável
17/09/2020 07:56	Assume manifestação da fila	ARISLY PERES
16/09/2020 11:55	Cadastro de Manifestação	MANIFESTANTE

		ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL	
		CONSELHO SECCIONAL DO PARANA IDENTIDADE DE ADVOGADO	
INSCRIÇÃO 22529	NOME PRISCILA SANTOS ARTIGAS		
	FILIAÇÃO JOSE LUIS ROCHA ARTIGAS MARIA INES SANTOS ARTIGAS		
	NATURALIDADE CURITIBA-PR		
	RG 48515766 SSPPR		
	DATA DE NASCIMENTO 19/02/1972		
DOADOR DE ORGÃO E TEGIDOS NAO		CPF 848.382.119-87	VIA 01
		EXPEDIDO EM 04/07/2012	
			
		JOSE LUCIO BIONDI PRESIDENTE	



PRM-STM-PA-00010266/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2020

Referência: PRM-STM-PA-00010247/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se o pedido aos autos do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, encaminhe-se cópia dos autos, e, após, archive-se.

Santarém, 17 de setembro de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

PRM-STM-PA-00010269/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 783/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 17 de setembro de 2020.

À Senhora
PRISCILA SANTOS ARTIGAS
E-mail: giovannakrist@milare.adv.br

Assunto: **Pedido de Informação.**

Senhora,

1. Cumprimentando-a, no interesse do Documento nº PRM-STM-PA-00010247/2020, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **encaminho** cópia integral do Inquérito Civil nº 1.23.002.000271/2020-47.

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00010281/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o atendimento do pedido de informação processual com o envio de cópia integral do Procedimento 1.23.002.000271/2020-47.

Santarém, 17 de setembro de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 17/09/2020 16:48. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A5DA5D07.C749A50F.3D09D550.5A5416F2



De São Paulo a Santarém, 24 de setembro de 2020.

Excelentíssimo Doutor

Hugo Elias Silva Charchar

Procurador da República

Procuradoria da República no Município de Santarém

Referência: Ofício nº 673/2020/GABPRM3-HESC

Inquérito Civil nº 1.23.002.000271/2020-47

MINERAÇÃO RIO DO NORTE – MRN, indústria extrativa mineral, com sede em Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 04.932.216/0001-46, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas adiante assinadas (**doc.01**), em atenção ao Ofício nº 673/2020/GABPRM3-HESC, expor e requerer o que segue.

1. Cumpre informar que referido ofício foi recebido pela empresa no dia 10.09.2020, de modo que o prazo de 10 (dez) dias úteis concedido para que a empresa informe se está realizando atividades *in loco*, nas áreas de seus empreendimentos de influência direta em territórios quilombolas, nos Municípios de Óbidos e Oriximiná, bem como quais as medidas de preservação estão sendo adotadas para evitar o contágio de COVID-19 das comunidades quilombolas se escoaria em 24.09.2020.




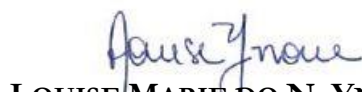
2. No entanto, para que seja possível prestar as informações solicitadas, faz-se necessária a prorrogação de prazo, em razão da dificuldade em reunir todas as informações necessárias, considerando que, devido a pandemia de COVID-19, grande parte de seus colaboradores estão em trabalho remoto.

3. Desta feita, a empresa vem requerer lhe seja concedida prorrogação de prazo por mais 05 (cinco) dias úteis, para reunir todas as informações, atendendo ao solicitado por esse Exmo. Procurador.

4. Sendo o que cabia no momento esclarecer, subscrevemo-nos.

Cordialmente,


PRISCILA SANTOS ARTIGAS
OAB/PR nº 22.529
OAB/SP nº 241.956-S


LOUISE/MARIE DO N. YNOUE
OAB/SP nº 427.867

DOC. 01

SUBSTABELECIMENTO


Outorgante: **ÉDIS MILARÉ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob nº 129.895, na OAB/DF sob o nº 47.202 e no CPF/MF sob o nº 069.127.618-87 e **LUCAS TAMER MILARÉ**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 229.990 e no CPF/MF sob o nº 273.128.058-17, ambos exercendo suas atividades na sociedade de advogados **MILARÉ ADVOGADOS**, com sede na Rua Clodomiro Amazonas, nº 1.099, 12º andar, cjs. 124-127, CEP 04537-012, São Paulo/SP.

Outorgados: **PRISCILA SANTOS ARTIGAS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 241.956-S, na OAB/PR sob o nº 22.529 e no CPF/MF sob o nº 846.362.119-87, **ROBERTA JARDIM DE MORAIS**, brasileira, casada, inscrita na OAB/MG sob o nº 65.123, na OAB/SP sob o nº 298.299-S e no CPF/MF sob o nº 603.300.661-53, **RITA MARIA BORGES FRANCO**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 237.395 e no CPF/MF sob o nº 304.978.518-73, **JULIANA FLÁVIA MATTEI**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 321.767 e OAB/RS sob o nº 56.816 e no CPF/MF sob o nº 662.533.570-34, **MARIA CLARA RODRIGUES ALVES GOMES**, brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 260.338 e no CPF/MF sob o nº 315.871.618-69, **MAYARA ALVES BEZERRA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 350.277 e no CPF/MF sob o nº 370.487.688-78, **FERNANDO SEIDI HISSABA FASCINA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 385.162 e no CPF/MF sob o nº 393.298.348-33, **RANIELLE FERREIRA DA COSTA**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 386.028 e no CPF/MF sob o nº 401.888.038-31, **STELLA KUSANO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 376.888 e no CPF/MF sob o nº 413.563.298-02, **LOUISE MARIE DO NASCIMENTO YNOUE**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 427.867 e no CPF/MF sob o nº 442.600.138-23, **THIAGO SALES PEREIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 282.430 e no CPF/MF sob o nº 048.219.236-45, **FLÁVIA TAVARES ROCHA LOURES**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 194.479 e no CPF/MF sob o nº 026.925.799-33 e **BIANCA VIEIRA PINHEIRO**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/SP sob o nº 449.837 e no CPF/MF sob o nº 106.981.926-30 todos com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Clodomiro

Amazonas, nº 1.099, 12º andar, cjs. 124-127, CEP 04537-012, onde recebem intimações, Telefax (55-11) 3046-7470, com o seguinte endereço eletrônico: milare@milare.adv.br.

Pelo presente instrumento particular, o OUTORGANTE, substabelece, **com reserva de iguais**, nas pessoas dos OUTORGADOS, todos os poderes que lhe foram conferidos por **MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A**, para representá-la, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, em qualquer órgão administrativo da esfera federal, estadual, municipal ou previdenciária, para o que lhes outorga os poderes da cláusula *ad judicia et extra* para atuarem em qualquer instância ou Tribunal, usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo ditos procuradores transigir, desistir, confessar, dar e receber quitação, levantar depósitos judiciais e, ainda, substabelecer, no todo ou em parte, os poderes que ora lhes são conferidos.

São Paulo, 24 de setembro de 2020.


ÉDIS MILARÉ
OAB/SP nº 129.895
OAB/DF nº 47.202


PROCURAÇÃO

Outorgante: **MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede em Oriximiná – Pará, na Rua Rio Jari s/nº, por seu diretor-presidente adiante assinado, **GUIDO ROBERTO CAMPOS GERMANI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG nº 2512440 SSP/MG, inscrito sob o CPF/MF de nº 518.414.286-04, confere aos outorgados os poderes abaixo especificados.

Outorgados: **ÉDIS MILARÉ**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob nº 129.895, na OAB/DF sob o nº 47.202 e no CPF/MF sob o nº 069.127.618-87 e **LUCAS TAMER MILARÉ**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 229.980 e no CPF/MF sob o nº 273.128.058-17, ambos com escritório na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Clodomiro Amazonas, n.º 1099, 12º andar, cjs. 124-127, CEP 04537-012, onde recebem intimações, Telefax (55-11) 3046-7470.

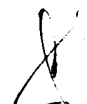
Poderes: para representarem o outorgante, em conjunto ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação, em juízo ou fora dele, em qualquer órgão administrativo da esfera federal, estadual, municipal ou previdenciária, para o que lhes outorga os poderes da cláusula *ad judicium et extra* para atuarem em qualquer instância ou Tribunal, usando os recursos legais e acompanhando-os, podendo ditos procuradores transigir, desistir, confessar, dar e receber quitação, levantar depósitos judiciais e, ainda, substabelecer, no todo ou em parte, os poderes que ora lhes são conferidos.

São Paulo, 30 de agosto de 2017.


MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.
Guido Roberto Campos Germani
Diretor-Presidente

ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2017.

No dia três de agosto do ano de dois mil e dezessete, às 10:00 horas, realizou-se a 8ª Reunião do Conselho de Administração da Mineração Rio do Norte S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 04.932.216/0001-46, NIRE 1530001276-7, Inscrição Estadual n.º 15063883-3, em sua sede social em Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, CEP 68.275-000, registrando-se a presença dos Conselheiros abaixo assinados. Nos termos do Estatuto Social, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. **LUIZ GUSTAVO GARIOLI GOUVÊA**, Presidente do Conselho de Administração, tendo o mesmo convidado o Sr. Júlio Tadeu Arantes Maia, advogado da MRN, para atuar como Secretário. Após ter dado as boas vindas aos Srs. Conselheiros e demais participantes, declarou o Sr. Presidente que a Reunião havia sido convocada para apreciar a substituição do Diretor Presidente da MRN, Sr. **SILVANO DE SOUZA ANDRADE**. Inicialmente, o Sr. Presidente pediu que ficasse registrado em Ata um voto de louvor e agradecimento aos proveitosos trabalhos prestados pelo Sr. **SILVANO DE SOUZA ANDRADE** à MRN. Em seguida, nos termos dos arts. 20 e 21 do Estatuto Social da MRN, assim como do item 6.3 e suas alíneas, do Acordo de Acionistas, os Conselheiros, por unanimidade, confirmaram a indicação e eleição do Sr. **GUIDO ROBERTO CAMPOS GERMANI** para substituir o Sr. Silvano de Souza Andrade como Diretor Presidente da MRN, registrando que o novo Diretor Presidente é graduado em Administração de Empresas com MBA em Finanças, Marketing e Agribusiness, com 32 anos de experiência profissional, sendo que no setor de mineração atua desde 2006, ou seja 11 anos, onde ocupou diversos cargos gerenciais e de diretoria financeira. Fica mantido no cargo o Diretor de Administração e Finanças, Sr. **PAULO MOLERO ARIZA**, eleito na Ata de 4ª Reunião do Conselho de Administração de 11 de abril de 2017, permanecendo ainda vago o cargo de Diretor Comercial e de Suprimentos. Assim, o Diretor Presidente continua a acumular as suas funções com a função de Diretor Comercial, com as definições de atribuição referidas na Ata da 5ª Reunião do Conselho de Administração, de 10 de maio de 1991. Debatida a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade, ficando eleito como Diretor Presidente e ainda, acumulando as funções do Diretor Comercial e de Suprimentos, o Sr. **GUIDO ROBERTO CAMPOS GERMANI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG nº M2.512.440 (SSP/MG), inscrito no CPF/MF sob o nº 518.414.286-04, residente e domiciliado na Av. Dona Helena Pereira de Moraes, 415, aptº 91, Bloco A, Morumbi, Condomínio Ventana Panamby, São Paulo/SP, CEP 05707-400, pelo mesmo prazo para o qual o seu antecessor, Sr. Silvano de Souza Andrade, fora indicado, qual seja, até 11 de abril de 2018, nos termos da ata da 4ª Reunião do Conselho de Administração da MRN, realizada em 11 de abril de 2017, acumulando as funções do Diretor Comercial e de Suprimentos. O administrador eleito, presente na reunião, declarou estar totalmente desimpedido para o exercício de sua função, nos termos do Art. 147 da Lei nº 6.404/76, e foi investido em sua função, mediante a assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva. O Sr. Presidente franqueou então a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou,



Certifico o Registro em 04/09/2017

Arquivamento 20000534842 de 04/09/2017 Protocolo 170211851 de 08/08/2017

Nome da empresa MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A NIRE 15300012767

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx>

Chancela 37341918752105

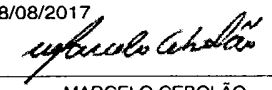


suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata a qual, após lida, foi achada conforme e assinada, tendo sido encerrada a reunião. Porto Trombetas, 03 de agosto de 2017. Luiz Gustavo Garioli Gouvêa (Vale S.A.) – Presidente; Júlio Tadeu Arantes Maia – Secretário; Ronaldo Del Buono Ramos - (Rio Tinto) Alcan Alumina Ltda.; Ricardo Rodrigues de Carvalho - Companhia Brasileira de Alumínio; Christian Medeiros da Fonseca Costa – South32 Minerals S.A.; Otávio Augusto Rezende Carvalheira - Alcoa World Alumina Brasil Ltda, Alcoa Alumínio S.A. e Alcoa World Alumina LLC.; Raphael Vieira da Costa Neto - Norsk Hydro Brasil Ltda.

CERTIDÃO

Certifico na qualidade de Secretário da Reunião do Conselho de Administração da Mineração Rio do Norte S.A. acima transcrita, ser a mesma a transcrição fiel do instrumento referido e que as assinaturas da totalidade dos acionistas na referida Reunião foram lançadas no “Livro de Presença de Acionistas”. Porto Trombetas, 03 de agosto de 2017.


JÚLIO TADEU ARANTES MAIA
SECRETÁRIO

RECEITA	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/09/2017 SOB Nº: 20000534842
	Protocolo: 17/021185-1, DE 08/08/2017
	Empresa: 15 3 0001276 7 MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A
	 MARCELO CEBOLÃO SECRETÁRIO GERAL



Certifico o Registro em 04/09/2017

Arquivamento 20000534842 de 04/09/2017 Protocolo 170211851 de 08/08/2017

Nome da empresa MINERAÇÃO RIO DO NORTE S/A NIRE 15300012767

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/regin.pa/TELAVALIDADOCS.aspx>

Chancela 37341918752105

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2001.

No dia vinte e oito de setembro de 2001, às 10.00h., reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os acionistas da Mineração Rio do Norte S.A., inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 04.932.216/0001-46, NIRE nº 1530001276-7, Inscrição Estadual nº 15063883-3, na sede da sociedade, em Porto Trombetas, CEP 68275-000, Município de Oriximiná, Pará, representando a totalidade dos acionistas da empresa, conforme verificado pelas assinaturas lançadas no "Livro de Presença de Acionistas", e presentes os Diretores da sociedade Srs. José Carlos Gomes Soares e José Adécio Marinho. Nos termos do Estatuto Social, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Luiz Paulo Marinho Nunes, Presidente do Conselho de Administração, tendo o mesmo convidado o Sr. José Maria Rossani Garcez, Consultor Jurídico da Companhia, para atuar como Secretário. Após dar as boas vindas aos presentes, o Sr. Presidente informou que os acionistas ora se reuniam em Assembléia Geral Extraordinária para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) **Formalização da alteração do Estatuto Social para atualização dos valores nele previstos, previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;** 2) **Outros assuntos de interesse da companhia.** Passando ao Primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente referiu-se à Reunião do Conselho de Administração ocorrida no dia vinte e um de setembro de 2001 às 12 horas, na qual o Conselho, atendendo à proposta da Diretoria da Companhia, aprovou pela totalidade de seus membros, a atualização dos valores constantes do Estatuto Social da Mineração Rio do Norte, especificamente no artigo 4º (atualização dos valores referentes ao capital social da Companhia); artigo 19, § 4º, I e V e artigo 22 (e) (atualização dos limites para aprovação de contratos, acordos, aquisição ou alienação de itens do ativo fixo); e artigo 37 (atualização do índice de reajuste dos valores de limite de aprovação, bem como alteração da periodicidade deste reajuste). Assim, aprovada previamente a alteração estatutária, na forma da cláusula 6.4 "a" do Acordo de Acionistas, a Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim, deliberou, por unanimidade, aprovar o novo Estatuto Social que, de forma consolidada, é a seguir transcrito: **"MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FINS E DURAÇÃO - Art. 1º.** A MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. é uma sociedade anônima, com sede na localidade de Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do país e do exterior mediante deliberação do Conselho de Administração. **Art 2º.** A companhia tem por objeto: **I** - exercer as atividades de empresa de mineração, incluindo as de empresa industrial, comercial e de serviços, com o objetivo principal de realizar exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional, por conta própria ou de terceiros, incluindo prospecção, pesquisa, lavra, beneficiamento, industrialização, comércio, importação e exportação de bauxita e quaisquer outros minérios e substâncias minerais em geral; **II** - gerar e distribuir energia elétrica para consumo próprio ou de terceiros, construindo e mantendo usinas e suas instalações por concessão das autoridades competentes; **III** - representar sociedades nacionais ou estrangeiras; **IV** - participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, praticando todos os atos convenientes à proteção e ao desenvolvimento dessas participações; **V** - vender, beneficiar, melhorar, administrar, desenvolver, permutar, alugar, dispor ou negociar de qualquer modo, todos e quaisquer bens, propriedades ou direitos da companhia; **VI** - adquirir e operar embarcações

para seu uso exclusivo, em função de suas atividades como empresa de mineração, observadas as prescrições legais; VII - empreender programas ou implantar projetos de florestamento ou reflorestamento, por conta própria ou de terceiros; VIII - promover e praticar todos e quaisquer atos, operações e atividades conexas ou relativos aos objetos acima mencionados.

Art. 3º. O prazo de duração da companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL - Art. 4º. O capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 449.392.093,44 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, trezentos e noventa e dois mil, noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), dividido em 600.000.000.000 ações, sendo 200.000.000.000, ordinárias, e 400.000.000.000 preferenciais, sem valor nominal. O Capital Social autorizado da Companhia é de R\$ 463.191.712,74 (quatrocentos e sessenta e três milhões, cento e noventa e um mil, setecentos e doze reais e setenta e quatro centavos) competindo ao Conselho de Administração, na forma da lei e deste estatuto, proceder às necessárias chamadas. O capital social será sempre dividido em um terço de ações ordinárias e dois terços de ações preferenciais, em ambos os casos sem valor nominal, que poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares. # 1º. As ações terão a forma nominativa. # 2º. As cautelas, as ações e os títulos múltiplos serão assinados por dois Diretores ou autenticados mecanicamente, de acordo com as prescrições legais. # 3º. As ações nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e as suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no Livro de Transferência de Ações Nominativas, assinados e datados pelo cedente e o cessionário ou seus procuradores. # 4º. A maioria absoluta das ações ordinárias com direito de voto deverá pertencer a investidores nacionais. Entende-se por investidor nacional as pessoas jurídicas regularmente constituídas no país, que aqui tenham sede e foro e que estejam direta ou indiretamente sob controle acionário de brasileiros domiciliados no país ou sob o controle acionário de empresas com as mesmas características acima descritas, ou pessoas físicas de nacionalidade brasileira, residentes no país.

Art. 5º. No caso de querer qualquer acionista alienar as suas ações ordinárias e os seus direitos de subscrição de novas ações ordinárias, deverá antes oferecê-los aos demais acionistas, que terão preferência para os adquirir, na proporção das ações ordinárias que possuírem, desprezando-se no cálculo desta proporção a referente ao alienante. # 1º. Para os efeitos do disposto no Art. 5º. acima, o cedente fará a necessária comunicação, por escrito, a cada acionista, através de carta expedida e registrada no Registro de Títulos e Documentos competente, indicando o preço e condições para cessão e requerendo uma resposta de cada destinatário, indicando uma recusa ou aceitação irrevogável para comprar todas ou algumas das ações ofertadas a que tenham direito por força do art. 5º., dentro de um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento. Cada acionista que indique concordância em comprar toda a quota das ações ofertadas a que tenha direito, deverá, no mesmo ato, indicar o número de ações, se for o caso, que pretende adquirir das ações que poderão ficar disponíveis como resultado da recusa de algum outro acionista, que não deseje adquirir, no todo ou em parte, as ações a que tenha direito. Se algum acionista não usar integralmente de seus direitos, as sobras acrescerão "pro rata" aos que manifestarem o propósito de adquirir tais sobras, até o número indicado. As ações não adquiridas na forma acima poderão ser transacionadas com terceiros, a um preço e condições que não sejam mais favoráveis que o preço e as condições inicialmente oferecidos aos demais acionistas, desde que isto seja feito dentro de 6 (seis) meses. # 2º. Na emissão de ações ordinárias da companhia, cada acionista terá o direito de subscrição das novas ações na proporção de ações que possuir, na mesma ocasião, no capital ordinário da companhia e as provisões acima serão aplicáveis "mutatis mutandis", no caso de qualquer acionista preferir não subscrever, no todo



ou em parte, as ações a que tiver direito. # 3º. Se, por força da regra contida no # 4º, do artigo quarto, um acionista estrangeiro, pretendendo exercer o seu direito de preferência, não o puder fazer, ficará autorizado a livremente transferir seus direitos de opção a qualquer investidor nacional que deseje subscrever tais ações. **Art. 6º.** As ações preferenciais terão as seguintes características: **a)** não terão direito de voto; **b)** terão preferência no reembolso do capital, sem direito a prêmio; **c)** terão plena participação nas distribuições de dividendos e nos aumentos de capital mediante incorporação de lucros e fundos em poder da companhia; **d)** não serão conversíveis em ações ordinárias; # **Único.** No caso de qualquer acionista querer alienar as suas ações preferenciais ou seus direitos de subscrição de novas ações preferenciais, deverá antes oferecê-los aos demais acionistas, que terão preferência para os adquirir, primeiramente, na proporção em que o percentual de suas compras a longo prazo em relação à produção total da companhia exceder o percentual de suas participações acionárias totais. Uma vez que se alcance o equilíbrio entre compras e participação, a preferência se dará em função das participações acionárias totais, aplicando-se, "mutatis mutandis", as disposições do artigo 5º. **Art. 7º.** A emissão das ações dentro do limite do capital autorizado será feita por deliberação do Conselho de Administração, nas seguintes condições: o mínimo de integralização inicial será de 15% (quinze por cento), devendo o restante ser integralizado dentro de, no máximo, 12 (doze) meses; o valor de colocação das ações poderá ou não ser acrescido de ágio, não podendo ser inferior ao valor da ação. # 1º. Os acionistas terão preferência na subscrição de ações novas, em cada classe, na proporção das ações que possuírem, devendo ser fixado pelo Conselho de Administração prazo não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias para a subscrição. # 2º. Se entender conveniente para a companhia, o Conselho de Administração poderá, sem depender de autorização da Assembléia Geral, aceitar a integralização das ações mediante conferência de bens, créditos ou serviços, observada a competência da Assembléia Geral para deliberar sobre a avaliação dos bens e serviços, que concorrerem para a formação do capital social. # 3º. Nas emissões de ações será ouvido previamente o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 8º.** A ação é indivisível em relação à companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 9º.** A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses após a terminação do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. # **Único** A convocação da Assembléia Geral será feita por anúncios publicados pela imprensa como manda a lei e deles deverão constar a Ordem do Dia, ainda que sumariamente, e o dia, hora e local da reunião, que não poderá ser antes de 21 (vinte e um) dias da convocação. Além da convocação feita pela imprensa, os acionistas que detenham no mínimo 5% (cinco por cento) do capital serão convocados também por via postal, registrada, para os endereços constantes dos registros da sociedade. Sendo tais acionistas residentes fora do Brasil, o conteúdo do aviso será expedido por via aérea, registrada, e será, também, telegrafado no mesmo dia. **Art. 10.** A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Conselheiro designado para substituí-lo. Ao Presidente da Assembléia Geral cabe a escolha do Secretário. **Art. 11.** A Assembléia Geral, nos termos e nas condições previstas em lei, poderá deliberar da maneira que entender a respeito de quaisquer assuntos ou negócios sociais, podendo, ainda, aprovar e ratificar quaisquer atos praticados no interesse da sociedade. **Art. 12.** A não ser nas hipóteses especificadas nos parágrafos abaixo, as deliberações dos acionistas reunidos em Assembléia Geral deverão ser aprovadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a cada ação ordinária um voto, observados os impedimentos



previstos em lei, não se levando em conta as abstenções e os votos em branco. # 1º. Será exigida a unanimidade dos votos dos acionistas representando a integralidade das ações ordinárias para a aprovação de: (a) liquidação ou extinção da companhia; (b) fusão ou incorporação. # 2º. As reformas do estatuto social dependerão da aprovação de acionistas que representem 90% (noventa por cento) do capital votante da companhia. **Art. 13.** Compete à Assembléia Geral Ordinária tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis da companhia; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos, observado o disposto no # 1º. do art. 34 deste Estatuto, aprovar a correção monetária do capital social e deliberar sobre a capitalização de seu resultado. À mesma Assembléia compete, ainda, eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no exercício social em que este vier a ser instalado, nos termos do art. 30, quando, então, fixará a remuneração destes. **CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. (I) DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Art. 14.** A companhia terá um Conselho de Administração composto de, um mínimo de 3 (três) e um máximo de quantos membros puderem ser eleitos pelos acionistas na forma prevista no art. 16 e cada qual terá dois Suplentes, todos eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com mandato de 2 (dois) anos a contar da Assembléia Geral Ordinária que os eleger até a segunda Assembléia Geral Ordinária seguinte, permitida a reeleição. A Assembléia Geral elegerá, também, o presidente do Conselho de Administração, e o seu substituto, em caso de vacância. **Art. 15.** A remuneração dos membros do Conselho de Administração será aprovada pela Assembléia Geral que os eleger. **Art. 16.** Na eleição do Conselho de Administração, cada acionista ou conjunto de acionistas possuindo 5% (cinco por cento) ou mais do capital ordinário terá direito de eleger apenas um membro do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. **Art. 17.** O substituto do Conselheiro exercerá todas as suas funções e terá todos os direitos e deveres do substituído; se for também Conselheiro, nas reuniões do Conselho de Administração, votará por si e pelo Conselheiro que substituir. **Art. 18.** Compete ao Conselho de Administração, em geral, fixar as normas que deverão ser seguidas pela companhia quanto à sua política econômico-financeira, à gestão dos negócios sociais e nas relações com as entidades governamentais, o público e outras empresas e, em especial, decidir sobre os assuntos especificados abaixo, no art. 19. # **Único** Poderão comparecer às reuniões do Conselho de Administração, além dos Conselheiros, outros representantes dos acionistas, aos quais será facultado o uso da palavra. O voto será exercido exclusivamente pelos Conselheiros eleitos. **Art. 19.** O Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo trimestralmente, mediante convocação feita pelo seu Presidente. Qualquer Conselheiro poderá, caso julgue conveniente, requerer uma reunião do Conselho de Administração em outras ocasiões. # 1º. Para que o Conselho de Administração validamente se instale e delibere será necessária a presença de conselheiros representando no mínimo 2/3 das ações ordinárias da Companhia, exceto quanto aos assuntos especificados abaixo, quando membros representando as porcentagens do capital ordinário ali estabelecidas deverão estar presentes. # 2º. Nas reuniões do Conselho de Administração, os Conselheiros terão voto proporcional às ações que representem no momento da votação. # 3º. Propostas para alteração deste Estatuto, qualquer alienação de direitos minerais ou de lavra da companhia e qualquer emissão de qualquer classe de ações da companhia, bem como suas condições, somente serão adotadas pelos acionistas com a prévia aprovação de Conselheiros que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do capital ordinário da Companhia. # 4º. As seguintes medidas somente serão tomadas com a aprovação prévia de Conselheiros que representem mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital ordinário da Companhia: I) assinatura de



qualquer ajuste ou contrato com valor monetário de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou mais; **II)** contratos de suprimento de bauxita a longo prazo; **III)** assinatura de qualquer ajuste ou contrato e qualquer alteração destes, entre a companhia e qualquer acionista ou afiliado de qualquer acionista; **IV)** a determinação das condições sob as quais serão feitas expansões. Tal aprovação deverá cobrir todos os aspectos econômicos de tais expansões que possam afetar a companhia, incluindo os contratos de venda a longo prazo, custo de capital, financiamentos e quaisquer outros assuntos correlatos; **V)** qualquer aquisição ou alienação de item do ativo fixo com valor excedente a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); **VI)** proposta para fixação da remuneração anual dos membros da Diretoria. # 5º. As seguintes medidas serão somente tomadas com a aprovação prévia de Conselheiros representando a maioria do capital ordinário da companhia: **I)** qualquer aquisição ou alienação de item do ativo fixo ou assinatura de qualquer ajuste ou contrato com um valor monetário inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e excedente a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a menos que tal aquisição, alienação, ajuste ou contrato tenha sido especificamente aprovado segundo o que dispõe o item III, deste # 5o.; **II)** o início de qualquer litígio envolvendo um valor excedente a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); **III)** aprovação de planos globais e orçamentos da companhia e suas alterações. **(II) DIRETORIA** - **Art. 20.** A companhia terá uma Diretoria composta de 3 (três) Diretores, residentes no Brasil, sendo um deles o Diretor Presidente. Os candidatos à Diretoria deverão ter exercido, por pelo menos 5 (cinco) anos, alguma posição de destaque quer seja na MRN, ou em algum dos Acionistas que os indiquem, ou suas companhias afiliadas ou matrizes. Excepcionalmente, tal exigência de um período de 5 (cinco) anos poderá ser dispensada, no caso de a indicação de um candidato, com qualificação diferente, ser aprovada por uma decisão unânime do Conselho de Administração. **Art. 21.** Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração pelo prazo de gestão de 1 (um) ano, a contar da Reunião do Conselho em que forem eleitos, e permanecerão em seus cargos até a posse dos Diretores que vierem a ser eleitos, permitida a reeleição. **Art. 22.** Compete à Diretoria: **(a)** zelar pela observância da lei e deste Estatuto e pelo cumprimento das deliberações tomadas pela Assembléia Geral, pelo Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões; **(b)** conduzir os negócios e operações da companhia com plenos poderes e autoridade para desempenhar as suas funções, observadas as limitações especificadas neste Estatuto; **(c)** elaborar o Orçamento Programa Anual e executá-lo, após a sua aprovação pelo Conselho de Administração; **(d)** nomear procuradores, atribuindo-lhes poderes e encargos; **(e)** aprovar ajustes e contratos de valor até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **Art. 23.** Compete ao Diretor Presidente: **(a)** dirigir e supervisionar as atividades da companhia, coordenando as atividades dos demais diretores e fazer cumprir a lei, este Estatuto, as decisões da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e da própria Diretoria; **(b)** representar a companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; **(c)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria. **Art. 24.** Os Diretores auxiliam o Diretor Presidente no exercício das funções relacionadas na letra **(a)** do art. 23 e terão responsabilidades, por áreas específicas, conforme lhes sejam atribuídas nas reuniões do Conselho de Administração em que forem eleitos. **Art. 25.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente ou de qualquer dos demais Diretores. Caberá a Presidência, em caso de ausência do Diretor Presidente, ao Diretor por este designado para substituí-lo. Para validade de qualquer deliberação será necessária a presença de, no mínimo, dois Diretores. As decisões serão tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Diretor que presidir a reunião. **Art. 26.** Nas ausências e impedimentos ocasionais, o Diretor Presidente será



substituído pelo Diretor por ele designado para este fim. **Art. 27.** No caso de vagar algum cargo de Diretor, o Conselho de Administração poderá, se o entender conveniente, escolher um substituto, que exercerá o mandato pelo tempo restante. **# Único** Se a vaga for a de Diretor Presidente, o Diretor por ele indicado para substituí-lo assumirá a Presidência até que um novo Presidente seja nomeado pelo Conselho de Administração. **Art. 28.** A companhia se haverá por validamente obrigada pela assinatura isolada do Diretor Presidente ou, se assim tiver sido deliberado em reunião da Diretoria, pela assinatura (a) de um ou mais Diretores, isoladamente ou em conjunto, (b) de um Diretor em conjunto com um procurador, (c) de um ou mais procuradores, isoladamente, ou em conjunto. **# 1º.** As procurações que forem outorgadas em nome da companhia, bem como os instrumentos, papéis e contratos que importem em responsabilidade para a sociedade serão assinados (a) isoladamente pelo Diretor Presidente ou (b) da maneira que for deliberada pela Diretoria. **# 2º.** Os documentos bancários e comerciais que escapem às atividades normais da sociedade, tais como, (a) emissão de notas promissórias, (b) aceite de letras de câmbio ou de outras obrigações que importem em pagamento futuro de dinheiro, (c) endosso de instrumento para negociação ou desconto, (d) as propostas de empréstimo bancário ou outros, terão que conter, sempre, além de qualquer outra, a assinatura do Diretor responsável pela área de finanças, na forma do art. 24, a menos que a Diretoria, em reunião, delibere de maneira diferente. **Art. 29.** Não produzirá nenhum efeito, com relação à companhia, sendo nulo e inoperante, o ato de qualquer de seus Diretores, procuradores ou empregados, que importem em obrigações ou responsabilidades estranhas ao objeto social. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL - Art. 30.** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, que poderá ser instalado pela Assembleia Geral, inclusive a pedido de acionistas, que detenham, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações ordinárias, ou 5% (cinco por cento) das ações preferenciais, terminando seu período de funcionamento, na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, facultada a recondução. **Art. 31.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, que preencherem os requisitos legais, sendo eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração. **# Único** O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe conferir. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS - Art. 32.** O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se em 31 de dezembro de cada ano o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras. **# Único** A sociedade poderá, no entanto, levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nestes balanços. **Art. 33.** Ao final de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as seguintes demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais: **I** - balanço patrimonial; **II** - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; **III** - demonstração do resultado do exercício; **IV** - demonstração das origens e aplicações de recursos. **# Único.** O Relatório Anual da Administração, bem como a sua prestação de contas, com os demonstrativos contábeis citados neste artigo, serão publicados como manda a lei, após terem sido examinados pelos auditores independentes. **Art. 34.** Do lucro líquido do exercício após os ajustes legais, serão obrigatoriamente distribuídos igualmente aos acionistas preferenciais e ordinários dividendos de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor patrimonial das ações. A seguir, havendo saldo, este ficará à disposição da Assembleia Geral, para distribuição mediante proposta do Conselho de Administração. **# 1º.** A Assembleia Geral Ordinária fixará as datas de pagamento dos dividendos, dentro do exercício social em curso, ficando os dividendos sujeitos a correção monetária, desde a data do balanço até o seu efetivo pagamento. **# 2º.** Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, contados da data em

que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em favor da companhia.

CAPÍTULO VII – LIQUIDAÇÃO - Art. 35. Após deliberação da Assembleia Geral, conforme estatui o art. 12 deste Estatuto, a companhia entrará em liquidação na forma prevista em lei. Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e ao Conselho de Administração, que será mantido, eleger os liquidantes. O Conselho Fiscal poderá funcionar no período da liquidação a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social votante.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 36. Os órgãos da administração da companhia estarão obrigados a observar as normas constantes do Acordo de Acionistas de 31 de março de 1992, e suas modificações posteriores, desde que arquivados na sede da companhia.

Art. 37. Os valores, que representam limites de aprovação, previstos neste Estatuto, serão reajustados anualmente pela variação do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços do Mercado/ Fundação Getúlio Vargas), tendo como base o índice correspondente a 31 de agosto de 2001. (fim da leitura)".

Em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão e votação a referida proposta, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos acionistas, representando a totalidade do capital social. A seguir, com relação ao último item da Ordem do Dia, facultou-se a palavra a quem dela quisesse se utilizar e, como ninguém se manifestasse, encerrou a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida por mim, Secretário, aprovada e assinada. Porto Trombetas, 28 de Setembro de 2001.

Luiz Paulo Marinho Nunes – Presidente

José Maria Rossani Garcez – Secretário

Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE; Alcan Alumínio do Brasil Ltda.; Companhia Brasileira de Alumínio; Billiton Metais S.A.; Reynolds Alumínio do Brasil Ltda.; Norsk Hydro Brasil Ltda.; Alcoa Alumínio S.A.; Abalco S.A.; Luiz Paulo Marinho Nunes; Murilo Pinto de Oliveira Ferreira; Roberto Lopes Machado; João Beltran Martins; Ronaldo Del Buono Ramos; Mário Aurélio Brígido; Antônio Miguel Marques; Paulo Roberto Pizauro; Carlos Ermirio de Moraes; João Luiz Serafim; Carlos Eduardo Mahfuz; Ricardo Moraes de Barros Sayão; Sebastião Henrique Ubaldo Ribeiro; Renato Affonso Lins Ferreira Chaves; Harald Martinsen; Stale Sandahl Jorgensen; Carlos Américo Ferraz e Castro.


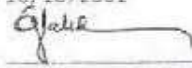
CERTIDÃO

Certifico, na qualidade de Secretário, ser a presente cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Porto Trombetas, 28 de Setembro de 2001.



José Maria Rossani Garcez
Secretário

7

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ	
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 10/10/2001	
	SOS O NÚMERO: 20000032062	
Protocolo: 01/043289-2		
Empresa: 15 3 0001276 7		
		DILERMANDO GUEDES CABRAL SECRETÁRIO GERAL

e Construtora Americana S/A. — ICASA. — Banco do Brasil S/A. — Manoel dos Santos Pereira. Liquidado por Diário. — E sendo esta por mim lida às partes que rechaçam conforme com o que outorgaram, assinam comigo as testemunhas a tudo presentes Guilherme Condurú e Antonio Ribeiro, minhas conhecidas e residentes nesta cidade: — Eu, Darcy Bezerra Mascarenhas, escrevente juramentado a escrevi. — E Eu, Raimunda Terezinha de Kós Miranda, Tabelião, subscrevo e assino. — Raimunda Terezinha de Kós Miranda. — Belém, 03 de maio de 1967. — Affonso Lopes Freire. — Athos Emmanuel Mendonça de Moraes. — Rafael Gomes Barbosa. — João Batista Lopes. — Eduardo de Oliveira Nazaré. — Luiz Gonzaga Ferreira Freire. — Acácio da Conceição Lobato. — Jamil Moreno Sales. — Cristovão Colombo Gonçalves. — Nelson Teixeira Carrasco. — Manuel Freire Menezes. — Testa. Guilherme Condurú. — Antonio Ribeiro. — E nada mais dizia e nem constava nesta escritura, aqui bem e fielmente trasladada de seu próprio original, ao qual me reporto nesta data. — E Eu, Carlos A. Ribeiro, Tabelião, subscrevo e assino em publico e raso.

Em sinal C. A. R. da verdade.

Belém, 03 de maio de 1967.
CARLOS A. RIBEIRO —
Tab. Substituto.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ, S.A. NCR\$ 30,00

Pagou os emolumentos na
fa. via na importância de
trinta cruzeiros novos.

Belém, 15 de maio de 1967.
a) Illegível

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Esta (s) Constituição Social em 5 vias foi apresentado no dia 15 de maio de 1967, e mandado arquivar por Despacho do Diretor de 16 da mesma data contendo seis (6) folhas de n. 3460/67, que não por mim rubricadas, e o apelido Tenreiro Aranha, do qual faço uso. Tomou na ordem de arquivamento do n. 739/67. E para constar eu,

Carmel Celeste Tenreiro Aranha, primeiro oficial liz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 10 de maio de 1967.

OSCAR FÁCIOLA — Diretor da Junta Comercial.

Reproduzida por ter saído com incorreção no "D.O." n. 21.032 de 23.5.1967. (Reg. n. 1302 — Dia 6.6.1967).

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. S.A.

Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 5 de junho de 1967.

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e sete, às 8,00 horas, à Travença Sete de Setembro, nº 150, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, convocados por anúncios publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 23, 24 e 25 de maio e no jornal "A Província do Pará" dos mesmos dias, reuniram-se em Assembleia Geral os subscritores do capital de Mineração Rio do Norte S/A na sua totalidade, conforme se verificou pelas assinaturas no Livro de Presença. Por acatamento assumiu a Presidência o Sr. Jorge da Rocha Fragozo, que convencionou a mim, Warner Moraes, para secretariar os trabalhos. Formada a mesa, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral e me determinou que lesse o Edital de Convocação, que é do seguinte teor: "Mineração Rio do Norte S.A. — Assembleia Geral de Constituição. — Ficam convocados os senhores subscritores do capital da Mineração Rio do Norte S/A, em organização, para a assembleia geral de constituição, que deverá realizar-se no dia 5 (cinco) do mês de junho às 8,00 horas, à Travença Sete de Setembro nº 150, nesta cidade, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Discussão e aprovação do projeto dos Estatutos; b) Constituição da Companhia; c) Eleição de Diretoria e Conselho Fiscal; d) outros assuntos de interesse social. Belém, 15 de maio de 1967". A seguir, o Sr. Presidente pôs em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade o projeto dos Estatutos Sociais, do seguinte teor: "Mineração Rio do Norte S.A. — Estatutos Sociais — Capítulo I — Da Denominação. Sede. Fôro. Fins e Duração — Artigo 1º — Sob a denominação de Mineração Rio do Norte S/A, é constituída uma sociedade anônima, com sede e fôro na cidade de Belém, Estado do Pará, à Travença Sete de Setembro nº 150, podendo abrir filiais, agências, ou representações em qualquer localidade do país e do exterior mediante resolução da Diretoria: — Artigo 2º — A companhia tem por objeto: 1) Promover e explorar, por conta pró-

pria ou de terceiros os negócios e as atividades de pesquisas, prospecções, lavras, exploração, mineração, extração, transporte, beneficiamentos, testes, tratamento, produção, criação, fabricação, aquisição, emprego, disposições, exportação, importação e negociação em geral do seguinte: a) bauxita, fluor, magnesita, laterita, e quaisquer outros minérios, metal, terra, solo ou substância mineral de qualquer natureza, contendo ou não alumínio, magnésio ou qualquer outro metal; b) alumínio magnésio e qualquer outro metal, puro ou misturado com outras substâncias, desde a jazida até o produto acabado, e todos os produtos e mercadorias nos quais se empregam ou possa ser empregado alumínio, magnésio e qualquer outro metal, puro ou misturado com outras substâncias; c) quaisquer produtos químicos, eletroquímicos, eletrometálicos e ou metalúrgicos, desde a matéria prima até a forma definitiva e acabada dos mesmos; d) quaisquer materiais, energias, serviços, conveniências, facilidades, maquinários, provisões e coisas capazes de serem empregadas na produção, emprego, uso ou venda das substâncias e produtos mencionados nas letras a, b, e deste inciso. II — Gerar e distribuir energia elétrica para o próprio consumo, construindo e montando usinas e suas instalações por concessão das autoridades competentes. III — Representar sociedades nacionais ou estrangeiras. IV — Participar de outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, praticando todos os atos convenientes à proteção e ao desenvolvimento dessas participações. V — Vender, beneficiar, melhorar, administrar, desenvolver, permutar, alugar, dispor ou negociar, de qualquer modo, todos e quaisquer bens, propriedades ou direitos da companhia. VI — Promover e praticar todos e quaisquer atos, operações, e atividades conexos ou relativos aos objetos acima mencionados. Artigo 3º: — O prazo de duração da companhia é indeterminado. Capítulo II — Capital Social — Artigo 4º — O capital social é de NCR\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros novos), dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de NCR\$ 1,00 (Um cruzeiro novo) cada uma. § 1º — Livro de Transferências da: Os certificados ou títulos múltiplos das ações serão assinados por dois diretores. § 2º — O registro das ações será efetuado no Livro de Registro de Ações Nominativas e a sua transferência operar-se-á por termo ou ações Nominativas, datado e assinado pelo cessionário e cessionário ou seus procuradores. § 3º — Cada ação terá direito a um voto nas Assembleias Gerais e a companhia não reconhecerá mais de um proprietário por cada ação. Capítulo III — Diretoria — Artigo 5º. A Com-

panhia será administrada por uma Diretoria composta de três Diretores, no mínimo, e no máximo, de nove, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um ou mais Diretores sem denominação especial, acionistas ou não, mas residentes no país. Artigo 6º — Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral com mandato por um ano, compreendendo uma Assembleia Geral Ordinária que elege e a Assembleia Geral Ordinária seguinte, podendo ser reeleitos. Parágrafo único. Antes de entrar no exercício de suas funções, cada Diretor depositará em caução, como garantia de sua gestão, dez ações da companhia, próprias ou de terceiros. As cações somente poderão ser levantadas depois de aprovadas as contas do último exercício, em que o Diretor tenha exercido as suas funções. Artigo 7º — A Diretoria tem as poderes e atribuições que a lei lhe confere, para assegurar o funcionamento regular da Companhia, competindo-lhe, em especial: a) zelar pela observância da lei e destes Estatutos e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, inclusive comprar, vender, permutar ou, por qualquer outra forma, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, estabelecendo e aceitando preços, cláusulas e condições; c) dar em hipoteca ou penhor, ou por qualquer outra forma onerar qualquer bens móveis ou imóveis da companhia; d) em reunião, e entre seus membros, designar o Diretor-Presidente, um ou mais Diretores, Vice-Presidentes e, se julgar conveniente, um Diretor-Gerente, a cada um atribuindo os encargos e poderes que entender; e) em reunião, e entre seus membros ou não, nomear o Secretário e o Tesoureiro da companhia e, se julgar conveniente, Secretários e Tesoureiros-Assistentes, fixando as atribuições de cada um; f) atribuir a qualquer diretor, ou a terceiros, poderes e encargos especiais, inclusive para isoladamente, obrigar a companhia. Se for diretor, servirá de comprovante a ata da reunião em que a ele tiverem sido atribuídos tais poderes e encargos: se for estrangeiro ao quadro de Diretores, será necessária procuração. Artigo 8º: — Após a Assembleia Geral que os eleger, os Diretores se reunirão, sem convocação, para proceder às designações e às nomeações previstas no artigo anterior. O mandato de cada pessoa nomeada terminará com o da própria Diretoria, se antes não for revogado. A mesma pessoa poderá exercer, cumulativamente, cargos para os quais tenha sido designada ou nomeada pela Diretoria, mas não poderá, concomitantemente, praticar qualquer ato em mais de uma capacidade. A

qualquer tempo poderá ainda a Diretoria preencher as vagas ocasionais ou não, que se verificarem nos cargos a que se refere este artigo, bem como no meir ou designar quaisquer outros funcionários que entender necessários. Artigo 9º — A Diretoria se reunirá sempre que necessário, por convocação do Diretor-Presidente ou de dois dos demais diretores. Caberá à presidência, sucessivamente ao Diretor-Presidente, aos Vice-Presidentes, pela ordem de precedência ou ao Diretor que for escolhido pela maioria dos presentes. Para a validade de qualquer deliberação será necessária a presença de, no mínimo, três diretores. As decisões serão tomadas por maioria de votos dos diretores presentes, prevalecendo, em caso de empate, o voto do diretor que presidir a reunião. Artigo 10º — Nas ausências e impedimentos ocasionais, o Diretor-Presidente será substituído por um Diretor-Vice-Presidente, observada a ordem de precedência. Os demais diretores poderão ser substituídos por meio de carta dirigida à Diretoria, ou em reunião desta, indicar quem os substitua, podendo a irratificação recair em qualquer dos demais diretores, ou em terceiros, ficando, porém, sujeito ao referendo da Diretoria. Da mesma forma, a irratificação poderá ser revogada ou modificada. Na falta de irratificação pelo Diretor, poderá a Diretoria fazê-la. Parágrafo Único: — O substituto do Diretor exercerá todas as funções e deveres e terá os direitos do substituído; se for diretor, nas reuniões da Diretoria votará por si e pelo diretor que substituir. Artigo 11º — No caso de vazar algum cargo de Diretor, a Diretoria poderá, se o entender conveniente, escolher um substituto, que exercerá o mandato pelo tempo restante. § 1º — Se a vaga for a de Diretor-Presidente, o primeiro Diretor Vice-Presidente exercerá a Presidência até que a Diretoria escolha um novo Diretor-Presidente. § 2º — Se o número de diretores em exercício ficar reduzido a menos de três, os remanescentes, em conjunto com o Conselho Fiscal, elegerão um outro diretor, dentro do prazo de quinze dias da ocorrência da vaga. § 3º — O Diretor substituído, designado de acordo com o disposto neste artigo terá os mesmos poderes, atribuições e direitos dos eleitos na Assembleia Geral. Artigo 12º — A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, e perante as pessoas jurídicas de Direito Público ou suas repartições federais, estaduais ou municipais, competirá ao Diretor-Presidente ou também, a um ou mais Diretores, especialmente indicados para tanto, pela Diretoria. Artigo 13º — São atribuições do Secretário: a) secretariar as reuniões da Diretoria e lavrar as atas no livro próprio; b) providenciar a publicação e o envio, por telegrama ou carta, dos

avisos de convocação de assembleias de acionistas e de reuniões da Diretoria, de acordo com as leis em vigor e estes Estatutos; c) manter sob sua guarda documentos oficiais da sociedade, salvo aqueles que devam respeito aos assuntos financeiros, contábeis e fiscais; d) exercer quaisquer outras funções ou encargos que lhe sejam atribuídos pela Diretoria, pelo Diretor-Presidente ou pelo Diretor-Gerente. Artigo 14º — São atribuições do Tesoureiro: a) ter a seu cargo os assuntos financeiros da sociedade; b) responder pela contabilidade e pelas finanças da sociedade, de acordo com as instruções que foram dadas pela Diretoria, pelo Diretor-Presidente ou pelo Diretor-Gerente; c) manter ou providenciar para que sejam mantidas contas detalhadas de todos os dinheiros e valores recebidos pela sociedade, promovendo o seu depósito em nome e para crédito da sociedade, nos bancos ou outros estabelecimentos indicados pela Diretoria; d) manter ou providenciar para que sejam mantidas contas detalhadas de todo desembolso de dinheiro que for feito pela sociedade ou em nome desta; e) manter sob sua guarda os documentos oficiais da sociedade que digam respeito a assuntos financeiros, contábeis e fiscais; f) exercer quaisquer outras funções e encargos que lhe sejam atribuídos pela Diretoria, pelo Diretor-Presidente ou pelo Diretor-Gerente. Artigo 15º — O Secretário e o Tesoureiro serão substituídos nas suas ausências e impedimentos ocasionais pelos Secretários-Assistentes e pelos Tesoureiros-Assistentes, respectivamente, a quem competirá, ainda, exercer os demais poderes que lhes forem conferidos pela Diretoria, pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor-Gerente, e pelo Secretário ou Tesoureiro, respectivamente. Artigo 16º — A Companhia se haverá por válidamente obrigada pela assinatura isolada do Diretor-Presidente, ou, se assim tiver sido deliberado em reunião da Diretoria, pela assinatura (I) de um ou mais diretores, isoladamente ou em conjunto, (II) de um diretor em conjunto com um procurador, (III) de um ou mais procuradores, isoladamente ou em conjunto (Art. 7º, II); § 1º — As procurações que forem outorgadas em nome da Companhia, bem como os instrumentos, panéis e contratos que importem em responsabilidade para a sociedade, serão assinados (I) isoladamente pelo Diretor-Presidente, ou (II) da maneira que for deliberado pela Diretoria para atender a casos específicos ou como determinação de caráter geral. § 2º — Os documentos bancários e comerciais que escapem às atividades normais da sociedade, tais como (I) a emissão de notas promissórias (II) aceite de letras de câmbio ou de outras obrigações que importem em

pagamento futuro de dinheiro, (III) o endosso de instrumentos para negociação ou desconto, (IV) as propostas de empréstimos bancários ou outros, terão que conter, sempre, além de qualquer outra, a assinatura do Tesoureiro, a menos que a Diretoria, em reunião, deliberar de maneira diferente, para atender a casos específicos ou como determinação de caráter geral. Artigo 17º — Não produzirá nenhum efeito, com relação à Companhia, sendo nulo e inoperante, o ato de qualquer dos seus diretores, procuradores ou funcionários, que importe em obrigação ou responsabilidade estranha ao objeto social. Capítulo IV — Conselho Fiscal. Artigo 18º — O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e suplentes em igual número, residentes no país, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Parágrafo Único — O Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e sua remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral que o eleger. Capítulo V — Assembleia Geral. Artigo 19º — A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro primeiros meses, após a terminação do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o convocamento dos acionistas. Parágrafo Único — A convocação da Assembleia Geral será feita por anúncios publicados pela imprensa, como manda a lei, e deles deverão constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, e o dia, hora e local da reunião. Além da convocação feita pela imprensa, os acionistas serão convocados também por via postal para os endereços constantes dos registros da sociedade. Se algum acionista residente fora do Estado ou do Brasil o solicitar, o conteúdo do aviso expedido por vi postal será também telegrafado no mesmo dia. Artigo 20º — A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente da Companhia, ou na sua ausência, por um Diretor Vice-Presidente. Na ausência destes, por acionista eleito por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia, cabe a escolha do secretário. Artigo 21º — A Assembleia Geral, nos termos e nas condições previstas em lei, poderá deliberar da maneira que entender a respeito de quaisquer assuntos ou negócios sociais, podendo ainda aprovar e ratificar quaisquer atos praticados no interesse da sociedade. Artigo 22º — A não ser nas hipóteses em que maior número de votos seja exigido pela lei, as deliberações dos acionistas reunidos em assembleia geral deverão ser aprovadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a cada ação, um voto observado os impedimentos impostos pela lei, e não se te-

vando em conta as abstenções e os votos em branco. Em caso de empate, o presidente da assembleia não terá o voto de desempate. Artigo 23º — Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o relatório da Diretoria, do balanço geral das contas, bem como do parecer do Conselho Fiscal e das propostas da Diretoria. A mesma assembleia cabe ainda eleger a Diretoria e os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e estabelecer a remuneração. Capítulo VI — Exercício Social, Balanço e Lucros. Artigo 24º — O Exercício Social tem início em 1º de fevereiro de cada ano e termina em 31 de janeiro do seguinte. Artigo 25º — No fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento inventário, do balanço geral, conta de lucros e perdas, observância das prescrições legais, e do lucro líquido verificado; após as devidas amortizações, será deduzida a percentagem de 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral que fixará os dividendos por proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal. Poderão ser levantados balanços semestrais, bem como outros, e distribuídos dividendos provisórios. Parágrafo Único — Os dividendos não reclamados dentro de cinco anos reverterão em favor da Companhia. Capítulo VII — Liquidação — Artigo 26º — A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo da liquidação, eleger liquidantes e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação. Fica a leitura o Sr. Presidente declarou estar em suas mãos o Boletim de Subscrição de todo o capital social, tendo sido depositada no Banco do Brasil S.A., Agência de Belém, conforme recibo de 22-5-1967, anexa a esta ata, que exibiu e fez ler para os presentes a quantia de NC\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) correspondente à entrada inicial dos subscritores. Isto posto, o Sr. Presidente declarou definitivamente constituída a Mineração Rio do Norte S.A., cabendo à Assembleia eleger os diretores e os membros do Conselho Fiscal para o primeiro exercício, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que integrará as contas do exercício social a se encerrar em 31 de janeiro de 1968. Por proposta do Sr. Jayme Faiva Bruna, foram eleitos, por unanimidade, os Srs. Francis Aubrey Sievert, que se assina F. A. Sievert, canadense, casado, industrial, portador da Carteira Modelo 19 RG nº 1.288.165, residente e domiciliado à Rua São José, 331, Subdistrito de Santo Amaro, São

Paulo, para o cargo de Diretor-Presidente; Raymundo de Campos Machado, que se assina R. C. Machado, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira do C.R.E.A. nº 906, residente e domiciliado em Sarameia, Ouro Preto, Minas Gerais, para o cargo de Diretor Vice-Presidente; Túlio Vieira da Costa, que se assina T. V. da Costa, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 208.733, residente e domiciliado à Rua Bernardo Guimarães, 441, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Jorge da Rocha Fragoso, que se assina J. R. Fragoso, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.080.513, residente e domiciliado à Rua Feliciano Maia, 190, São Paulo e Peter Jordí, que se assina P. Jordí, suíço, desquitado, industrial, portador da Carteira Modelo 19 RG nº 977.824, residente e domiciliado à Rua Peixoto Gomide, 1210, apto. 62, São Paulo, para os cargos de Diretores, sem denominação especial, permanecendo vagos os demais cargos de Diretores, para preenchimento oportuno. Logo após procedeu-se à eleição do Conselho Fiscal, verificando-se por unanimidade a eleição dos Srs. Benone José Lima, brasileiro, casado, industrial, residente à Rua Padre Eusáquio, 1852, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Miché Alcaran, britânico, casado, industrial, residente à Rua Conselheiro Brotero 1030, 14º andar, apto. 142, São Paulo; Jayme Paiva Bruna, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua Aprígio Rêgo Lopes, 52, São Paulo, para membros efetivos e a eleição dos Srs. Ivo Barone, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua Bastia, 28, São Paulo Arthur Diegues Vasconcellos brasileiro, casado, industrial, residente à Alameda Piasangaba, 845, São Paulo; Walter Masetti, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Rua Guarninas 51, São Paulo, para seus suplentes. A seguir, por proposta do Sr. Jayme Paiva Bruna, foi autorizada a remuneração da Diretoria até o limite máximo previsto pela legislação do imposto de renda, e a do Conselho Fiscal em NCr\$ 5,00 (cinco cruzeiros novos) anuais, a cada um quando em exercício. O Sr. Presidente, a seguir, declarou que para os efeitos legais, a Diretoria providenciaria o arquivamento dos documentos de constituição da sociedade, bem como a sua publicação. Nada mais havendo a tratar, e ninguém usando da palavra oferecida, o Sr. Presidente suspendeu a sessão pelo tempo suficiente para a lavratura desta ata, por mim, Secretário, a qual foi, reabertos os trabalhos, lida e aprovada, sendo por todos assinada. Belém, 5 de junho de 1967. (a.) Warner Moraes — Secretário;

J. R. Fragoso, Presidente; P. Alcan Aluminio do Brasil S.A., P. A. Sievert; Ivo Barone; Jayme Paiva Bruna; J. R. Fragoso; Johann Gervai; Warner Moraes; P. A. Sievert. Certifico ser a presente, cópia fiel da ata transcrita no livro competente.

WARNER MORAES

Secretário-

J. R. FRAGOSO
Presidente

CARTÓRIO CHERMONT — Reconheço por semelhança as assinaturas de Warner Moraes e J. R. Fragoso. — Belém, 28 de junho de 1967. — Em testemunho Z.V. da verdade.

a) Zeno Veloso.
Escrevente autorizado.

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. — NCr\$ 30,00 — Pagou os emolumentos na 1ª via, na importância de trinta cruzeiros novos.

Belém, 28 de junho de 1967.
a) Illegível.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ — Esta Ata em 9 vias foi apresentada no dia 28 de junho de 1967, e mandada arquivar por Despacho do Diretor de 20 do mesmo, contendo sete (7) folhas de nºs 5109/5117, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o nº 1217/67. E, para constar, eu Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 30 de junho de 1967.

a) Oscar Faciola — Diretor.
(Reg. n. 1750. Dia 6-2-67)

ESCRITURA PÚBLICA de alteração do contrato social de **COMERCIO INDUSTRIA ALVORADA LIMITADA** e sua transformação em Sociedade Anônima sob a denominação de **COMERCIO INDUSTRIA ALVORADA SOCIEDADE ANONIMA**, como a seguir se vai declarar:

Saibam quantos virem esta Escritura Pública que nos quinze (15) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), da Era Cristã, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, República do Brasil em o meu Cartório, à travessa Frutuoso Guimarães número duzentos e vinte e sete (227), perante mim, tabelião, compareceram partes justas e contratadas, **RICHARD MERLE KISSELL**, norte-americano, casado, domiciliado nesta cidade; **CHRISTIAN L. GRABER**, norte-americano, casado, comerciante, domiciliado na Cidade de Goshen, Estado de Indiana, nos Estados Unidos da América do Norte; **LUSO SALES SOLINO**, brasileiro, comerciante, domiciliado nesta cidade; **VIRGINIA SALES SOLINO**, brasileira, solteira, domiciliada nesta cidade, neste ato representada por **ALFREDO TRINCK**, brasileiro, casado

consoante procuração datada de quinze (15) de junho do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), lavrada as tomas duzentos e oitenta e nove (289), do livro cento e setenta e três (173), das notas do Cartório Queiroz Santos, desta cidade, e que será arquivada no livro número oitenta e hum (81) de Registros deste Cartório e transcrita nos traslado desta Escritura, e **ALFREDO TRINCK**, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado na cidade de Araguacema pessoas essas minhas conhecidas e das testemunhas abaixo assinadas, do que dou fé; e me declararam que em contrato social realizado em mil novecentos e sessenta e quatro (1964), constituíram uma Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação **COMERCIO INDUSTRIA ALVORADA LIMITADA**, com o capital de Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), que significa hoje no atual padrão monetário a quantia de setenta e cinco mil cruzeiros novos (NCr\$ 75.000,00); QUE dita sociedade distribuiu seu capital pelos associados pela seguinte forma: **RICHARD MERLE KISSELL** Cr\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), ou sejam no novo padrão monetário trinta e três mil e quinhentos cruzeiros novos (NCr\$ 33.500,00); **CHRISTIAN L. GRABER**, Cr\$ 33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), ou sejam hoje no novo padrão monetário trinta e três mil e quinhentos cruzeiros novos (NCr\$ 33.500,00); **LUSO SALES SOLINO**, Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros), ou sejam no novo padrão monetário seis mil e quinhentos cruzeiros novos (NCr\$ 6.500,00); **VIRGINIA SALES SOLINO**, Cr\$ 1.250.000,00 (hum milhão duzentos e cinquenta mil cruzeiros), ou sejam hoje no novo padrão monetário, mil duzentos e cinquenta cruzeiros novos (NCr\$ 1.250,00) e do sócio **ALFREDO TRINCK** Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), ou seja no novo padrão monetário, duzentos e cinquenta cruzeiros novos; que os acima associados deliberaram admitir mais à Sociedade, **JOSEPHINA LACORTE TRINCK**, brasileira, casada, domiciliada em Araguacema, Goiás, e **AURORA ASSOCIATES**, associação norte-americana, com sede em Goshen, Estado de Indiana, Estados Unidos da América do Norte, representada por sua esposa por seu marido **ALFREDO TRINCK**, já qualificado, com o presente instrumento público de procuração outorgado em nome do tabelião Waldecy Pereira da Silva, de Araguacema, no livro número hum (1), folhas cento e oito (108), datado de três (3) de junho de mil novecentos e sessenta e sete (1967) e representada a segunda **AURORA ASSOCIATES**, bem como, **CHRISTIAN L. GRABER**, por seu

MERLE KISSELL, já acima, consoante instrução de procuração outorgada pelo tabelião Frank E. Y. a doze (12) de abril de mil novecentos e sessenta e sete (1967), procurações essas cam arquivadas em número no livro número hum (81) e vão transcritas desta escritura, capital da sociedade dezentos e onze mil cruzeiros, correspondente às seguintes correções: oitenta e sete mil cruzeiros (NCr\$ 87.000,00), e os de **RICHARD MERLE KISSELL**, quarenta e sete mil cruzeiros novos (NCr\$ 47.000,00), que passam da conta para a conta de capital e perdas, um total de cruzeiros novos (NCr\$ 2.000,00) e capital anterior no valor de setenta e sete mil cruzeiros novos (NCr\$ 75.000,00); que dito e repartido entre os setecientos acima mencionados seguinte forma: **CHRISTIAN L. GRABER**, NCr\$ 33.500,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros); **RICHARD MERLE KISSELL**, NCr\$ 33.500,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros); **LUSO SALES SOLINO**, NCr\$ 6.500,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros); **CHRISTIAN L. GRABER**, NCr\$ 33.500,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros); **JOSEPHINA LACORTE TRINCK**, NCr\$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta cruzeiros); **AURORA ASSOCIATES**, NCr\$ 17.500,00 (dezessete milhares e quinhentos cruzeiros); que perfaz o total de capital de NCr\$ 211.000,00 e onze mil cruzeiros. Deliberaram, no entanto, associados, transformarem a sociedade **COMERCIO INDUSTRIA ALVORADA LIMITADA** em sociedades anônimas, numa solução de continuidade em sua existência legal, com o nome **COMERCIO INDUSTRIA ALVORADA SOCIEDADE ANONIMA**, com os mesmos sócios, e cada um deles o seu C. ações nominativas ou não, conforme preferir o titular, no valor de dez cruzeiros novos (NCr\$ 10,00) e a saber: — 1 **CHRISTIAN L. GRABER**, seis mil e quinhentos (6.500) ações de dez cruzeiros novos, o que perfaz capital acima enunciado; **CHARD MERLE KISSELL**, 33 mil (33.000) ações de dez cruzeiros novos, o que perfaz o total de capital acima enunciado; **SALES SOLINO**, mil e duzentas (1.200) ações de dez cruzeiros novos cada uma perfazem o seu capital; **VIRGINIA SALES SOLINO**, com trezentas (300) de dez (10) cruzeiros novos cada uma, que perfazem o capital na sociedade; **ALFREDO TRINCK**, cento e trinta e sete (137) de dez (10) cruzeiros novos

PRM-STM-PA-00010585/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Oficie-se à MRN informando o deferimento do pedido de dilação de prazo por 10 dias e reitere-se o Ofício nº 671/2020 à Prefeitura Municipal de Óbidos/PA.

Santarém, 25 de setembro de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

PRM-STM-PA-00010747/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 826/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 29 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS

Prefeito de Óbidos/PA


R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro

68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Reitera o Ofício 671/2020.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Em conformidade com o art. 10, da Lei nº 7347/85, "Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público".
3. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
4. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00008700/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 671/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 14 de agosto de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS

Prefeito de Óbidos/PA

R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro

68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimos, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;

c) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso;

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00010748/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 827/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 29 de setembro de 2020.

Ao Senhor

DIRETOR-PRESIDENTE DA MINERAÇÃO RIO DO NORTE

Rua Rio Jari,s/n, Porto Trombetas


68275-000 – Oriximiná/PA

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **informo** o deferimento do pedido de dilação de prazo, por 10 dias, para apresentação de resposta ao Ofício nº 673/2020.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00010775/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 827/2020. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 30 de setembro de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 30/09/2020 12:33. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0899FD28.B11D36C5.12B91C20.E0D1B979

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: equipe.priscilaartigas@milare.adv.br
CO:
Data: quarta-feira - 30/setembro/2020 12:07
Assunto: MPF-OFÍCIO 827/2020 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020- 47
Anexos: Text.htm; YJ4C34L9.img; OFÍCIO-827-2020-MRN-271-2020-47-DILAÇÃO-PRAZO.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 827/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020- 47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA





De São Paulo a Santarém, 02 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Doutor

Hugo Elias Silva Charchar

Procurador da República

Procuradoria da República no Município de Santarém

Referência: Ofício nº 673/2020/GABPRM3-HESC

Inquérito Civil nº 1.23.002.000271/2020-47

MINERAÇÃO RIO DO NORTE – MRN, já qualificada nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por suas advogadas adiante assinadas, em atenção ao Ofício nº 673/2020/GABPRM3-HESC, expor e requerer o que segue.

1. Reportamo-nos ao ofício epigrafado, no qual esse *Parquet* questiona a MRN se está realizando atividades *in loco*, nas áreas de seus empreendimentos de influência direta em territórios quilombolas, nos Municípios de Óbidos e Oriximiná, bem como quais as medidas de prevenção estão sendo adotadas para evitar o contágio de COVID-19 das comunidades quilombolas.



2. Para tanto responder, é importante primeiramente registrar que, com relação ao Município de Óbidos, a MRN não possui interface direta com qualquer comunidade quilombola ali existente.

3. De outra parte, com relação ao Município de Oriximiná, esclarece-se que, desde o início da pandemia de COVID-19, em meados de março, a MRN houve por bem interromper todas as atividades realizadas em campo e/ou presencialmente em territórios quilombolas, nas áreas de influência direta de seus empreendimentos, visando a preservar a saúde dos comunitários, bem como de seus funcionários.

4. É válido mencionar que, mais recentemente, em reunião virtual realizada, em 15.09.2020, entre a MRN e a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II – ACRQAT¹, a Empresa reforçou que, no momento, nenhum estudo está sendo realizado nos territórios quilombolas de Oriximiná.

5. Com relação às medidas de prevenção que vêm sendo tomadas pela MRN para o combate do contágio de COVID-19 pelas comunidades quilombolas, registre-se que, desde a segunda quinzena de março/2020, o Projeto Quilombo – realizado há mais de 20 (vinte) anos pela empresa – foi ampliado, atendendo todas as 16 (dezesseis) comunidades quilombolas do Alto Trombetas, como também as comunidades ribeirinhas do entorno de Porto Trombetas, abrangendo no total mais de 20 (vinte) comunidades.

6. O referido Projeto Quilombo consiste em um programa de saúde preventiva que atua nas comunidades quilombolas do Alto Trombetas (e, durante a pandemia, nas comunidades ribeirinhas também), contemplando visitas médicas aos

¹ A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Alto Trombetas II – ACRQAT contempla as comunidades de Moura, Último Quilombo, Nova Esperança, Palhal, Juquiri Grande, Jamarí, Curuçá e Juriquzinho.



moradores das comunidades com o objetivo de passar as orientações e informações preventivas sobre o combate ao vírus COVID-19, como a necessidade da higienização das mãos e de objetos do cotidiano, os cuidados com os idosos e a importância de manter o isolamento social nesse momento.

7. Além disso, com o objetivo de assegurar a segurança e a saúde dos comunitários, a MRN firmou, em 22.07.2020, o Termo de Acordo e Cooperação Técnica com Repasse de Recursos com a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO (**doc.01**), com a finalidade de garantir a produção manual de máscaras de proteção individual, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS, e sua devida distribuição.

8. A parceria realizada com a ARQMO contempla o aporte financeiro de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) para a confecção de 13 (treze) mil máscaras que beneficiarão os moradores das comunidades ribeirinhas do PAE Sapucá-Trombetas, tribos indígenas de Oriximiná e comunidades quilombolas. A ARQMO prevê a distribuição da seguinte forma: (i) duas mil máscaras para a Associação ACOMTAGS, (ii) duas mil máscaras para os indígenas; (iii) quinhentas para o Projeto Tambor na Mata; e (iv) oito mil e quinhentas máscaras para as comunidades quilombolas de Oriximiná.

9. No âmbito da Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento da empresa, e visando a conscientizar as comunidades para que fiquem em suas casas, a MRN adotou a estratégia de comunicação voltada para sua realidade. Isto é, foram elaborados materiais informativos, submetidos à avaliação e aprovação das lideranças, levando em consideração suas experiências e conhecimento dos territórios. Em outras palavras, as informações contêm uma linguagem mais acessível e adequada para a realidade da população (**doc.02**).



Informativos de prevenção em comunidade ribeirinha

10. A MRN também tem divulgado nas mídias de rádio, redes sociais, *WhatsApp* e outros meios de comunicação, orientações acerca do combate e das medidas de proteção do COVID-19 voltado para as comunidades quilombolas e ribeirinhas, que tiveram participação ativa dos representantes de suas associações.

11. Para os comunitários que estão em isolamento, foi contratado um “barco som” que percorre o Rio Trombetas e seus lagos levando as orientações de prevenção.



Barco som contratado pela MRN

12. Além disso, preocupando-se com algumas comunidades – povos que integram o Grupo Interinstitucional ‘Pela Vida no Trombetas’, conforme se detalhará mais adiante – que se encontram em localizações remotas, a MRN disponibilizou telefones de comunicação via satélite para o acionamento emergencial pelos moradores. No total foram disponibilizados 11 (onze) aparelhos, que cobrem uma área de 30 (trinta) comunidades, distribuídos estrategicamente em comunidades que permitem a maior facilidade de acesso dos moradores aos aparelhos em caso de emergência, dando tempo hábil para que o serviço de saúde se prepare para eventual atuação dos casos de COVID-19.



Mineração Rio do Norte

TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO - COMODATO (EMPRÉSTIMO A TÍTULO GRATUITO)

I - **MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.** ("MRN"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Rio Iari, s/nº, em Porto Trombetas, Município de Orizânia, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o nº 04.932.216/0003-46, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social;

II - **XXXXXXXXXX**, com sede na **QUALIFICAR**, neste ato, representada pelo Sr. (a) **XXXXXXXXXX**, **QUALIFICAR**, portador do CPF nº **XXXXXX** e Carteira de Identidade nº **XXXXXX**, doravante denominada **"XXXXXXXXXX"**;

III - **BENS:**

BEM	ID/PATRIMÔNIO MRN	QUANTITATIVO	DESCRIÇÃO EQUIPAMENTOS
Telefone via satélite	MRN-01-88633	1 UNIDADE	IRIDIUM SATELLITE LLC - IRID92158
Base do carregador de bateria	MRN-01	1 UNIDADE	SE75 Power apoiar USB Adaptador Model HSAP1501
Carregador de tomada	MRN-01	1 UNIDADE	Carregador dois pinos, Adaptador AC Leavel Chargot ACTC1701

IV - **REFERÊNCIA:**
Como caráter excepcional em razão da declaração de Pandemia em função da propagação do vírus Covid-19 (**legislação**), a MRN está disponibilizando em seus equipamentos de comunicação via satélite para auxílio na comunicação na ocasião em questão.

V - **ENTREGA E RECEBIMENTO:**
Pelo presente termo, a MRN declara a entrega e o Sr. (a) **XXXXXXXXXX** declara ter recebido, sem qualquer ressalva, na presente data, os bens descritos na Cláusula Terceira, acima.

VI - **RESPONSABILIDADES:**
Com a entrega dos bens pela MRN e o recebimento sem ressalvas pelo Sr. (a) **XXXXXXXXXX**, este passa a ser responsabilizar pelos mesmos e, quando aplicável, fica especialmente ciente de que esta responsabilidade engloba também sua operação, gestão e manutenção.

VII - **PRAZO:**
Pelo presente termo, MRN e o Sr. (a) **XXXXXXXXXX** estipulam o prazo de XX (**estendo**) dias, para o empréstimo dos BENS descritos na Cláusula Terceira.

Porto Trombetas/PA, **XXXX** de abril de 2020.

XXXXXXXXXX
XXXX (nome do representante)

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____
Mineração Rio do Norte S.A.
Rua Rio Iari, s/nº - Porto Trombetas - PA

Folder com as informações de funcionamento e Termo de Empréstimo

13. Em adição, desde março/2020, também no bojo da sua Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento, a MRN investiu na compra de 7.820 (sete mil, oitocentas e vinte) cestas básicas – que incluem, além de alimentos, material de higiene e limpeza – para a distribuição para mais de 2 (duas) mil famílias por mês, incluindo quilombolas, ribeirinhos e indígenas do Oeste do Pará. Isso, com o objetivo de fornecer condições mínimas de alimentação e evitar a saída dos moradores das comunidades para as regiões vizinhas e, assim, mantê-los protegidos.

14. Registre-se que, para o próximo período compreendido entre outubro e dezembro de 2020, ainda está prevista a compra e distribuição de mais de 6.900 (seis mil e novecentas) cestas básicas.

15. De outra parte, saliente-se que a MRN firmou Termos de Doação com as Cooperativa de Prestação de Serviços da Comunidade Boa Vista (COOPERBOA), Cooperativa de Serviços Fluviais Especializados do Rio Trombetas (COOPBARCOS) e Cooperativa de Trabalho da Comunidade do Moura (COOPERMOURA) – constituídas por quilombolas e ribeirinhos, nos quais constam



o repasse de recursos financeiros para custear o Plano de Saúde da UNIMED para **todos** os cooperados que prestam serviços à MRN, incluindo seus dependentes (**doc.03**).

16. Por fim, cumpre mencionar que, em 26.03.2020, foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional 'Pela Vida no Trombetas', do qual a MRN faz parte, com o objetivo de dar efetividade às ações citadas na presente, elaborar material informativo voltado aos povos e comunidades quilombolas e ribeirinhos do Município de Oriximiná e região, bem como verificar as medidas preventivas que possam proteger essas populações (**doc.04**).

17. Referido Grupo de Trabalho Interinstitucional é formado por várias instituições e entidades da região, como as Associações Quilombolas (ARQMO, ACRQBV, ACRQAT e AMOQREQ-CPT), Associação Ribeirinha ACOMTAGS, Associação de Povos Indígenas, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Universidade Federal Fluminense de Oriximiná - UFF, Núcleo de Gestão integrada ICMBio/Trombetas, Secretaria Especial de Saúde Indígena, Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná e a MRN. Este grupo se reúne semanalmente para discussão conjunta para ações que visem ao combate à COVID-19 na região.




Reunião do Grupo Interinstitucional




18. Desta forma, esperando ter atendido às solicitações dessa Procuradoria da República, a MRN permanece à disposição para eventuais esclarecimentos e informa que todas as ações realizadas fazem parte da sua Política de Responsabilidade Social e Desenvolvimento e serão mantidas enquanto durar a pandemia.

19. Sendo o que cabia no momento esclarecer, subscrevemo-nos.

Cordialmente,


PRISCILA SANTOS ARTIGAS
OAB/PR nº 22.529
OAB/SP nº 241.956-S


LOUISE MARIE DO N. YNOUE
OAB/SP nº 427.867

DOC. 01



TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO TÉCNICA COM REPASSE DE RECURSOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., sociedade anônima, com sede na rua Rio Jari, s/n, Porto Trombetas, Oriximiná – PA, inscrita no CNPJ/MF nº. 04.932.216/0001-46, doravante denominada MRN, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Guido Roberto Campos Germani, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG nº MG-2.512.440 PC/MG, inscrito sob o CPF/MF de nº 518.414.286-04, domiciliado na localidade de Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, e **ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ**, inscrita no CNPJ/MPF sob o número 23.060.742/0001-08, com sede na rua 24 de dezembro - 3068, Santa Terezinha - Oriximiná/PA, Oriximiná, Estado do Pará, doravante denominada ARQMO, neste ato representada por seu Presidente, Claudinete Colé de Souza, portador do RG nº 7395396, inscrito no CPF sob o nº 639.246.412-34.

As PARTES acima identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram um Termo de Cooperação Técnica com repasse de recursos, em conformidade com as normas legais vigentes, no que couber, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 - O presente TERMO tem por objeto estabelecer mútua cooperação e conjugação de esforços entre a MRN e a ARQMO, tal qual acordado no “Grupo Pela Vida do Trombetas”, visando o estabelecimento de ações integradas com vistas a garantir a produção manual de máscaras de proteção individual, conforme indicação da OMS para proteção dos povos quilombolas, ribeirinhos e indígenas do Município de Oriximiná/PA no combate a COVID19, num processo coletivo de desenvolvimento social colaborativo de tecnologia social, por meio de Chamamento Público nº 01/2020 da ARQMO.

CLÁUSULA SEGUNDA –DOS DOCUMENTOS E DAS OBRIGAÇÕES DS PARTES

- 2.1 - Os documentos abaixo relacionados, juntamente com o presente TERMO, devidamente rubricados pelas **PARTES**, constituem parte integrante deste instrumento (nos casos de discrepância ou contrariedade entre este TERMO e seus anexos ou outros documentos):

Anexo I – Ofício de solicitação de apoio à MRN;

Anexo II – Chamamento Público;

Anexo III – Código de Ética e Conduta da Mineração Rio do Norte S.A;

Anexo IV– Estatuto de ARQMO;

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- 3.1 - Durante todo o prazo de vigência do presente Convênio, constituem obrigações da

Uds

VS

GG





ARQMO, além de outras previstas neste instrumento:

- (a) Cumprir e fazer cumprir as obrigações assumidas neste TERMO, em especial os Anexos I, II e III;
- (b) Administrar e gerir os recursos financeiros transferidos pela MRN, aplicando-os em conformidade com o Chamamento Público (Anexo II) e para atendimento das atividades previstas neste TERMO;
- (c) No caso de transferência de recurso financeiro, a ARQMO deverá apresentar para a MRN relatório dos trabalhos executados sob sua responsabilidade, bem como a prestação de contas quando do encerramento da execução das atividades previstas no Chamamento Público (Anexo II);
- (d) Movimentar os recursos financeiros transferidos pela MRN na Conta Corrente nº 23489-3, Ag. 1104-5, Banco do Brasil, conta esta específica da ARQMO para este TERMO de cooperação;
- (e) Responsabilizar-se pelo pagamento de despesas recorrentes das multas ou infrações a que der causa, diretamente ou decorrente de contratos com terceiros, por inobservância de quaisquer leis, decretos e disposições deste instrumento, incluindo, mas não se limitando às despesas relacionadas à infração de direito de uso de materiais, imagens ou processos de fabricação e execução protegidos por marcas ou patentes, respondendo diretamente por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como quaisquer reclamações oriundas e/ou relacionadas à execução do TERMO;
- (f) Comunicar prontamente a MRN acerca de qualquer anormalidade ou alteração relevante que possa afetar a execução do objeto do TERMO, bem como qualquer acidente de trabalho ou quaisquer outros fatos extraordinários ocorridos relacionados às atividades objeto do TERMO;
- (g) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais relacionados ao seu quadro de pessoal com os quais estabeleça vínculo de qualquer natureza, inclusive empregatício e temporários, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da MRN; e
- (h) Executar as atividades em conformidade com toda e qualquer norma legal aplicável, regulamentos, alvarás, licenças, permissões e autorizações aplicáveis.
- (i) A MRN não é responsável, solidária ou subsidiariamente por quaisquer das obrigações, contratos ou tratativas realizadas pela ARQMO no âmbito ou em decorrência do processo de Chamamento Público (Anexo II) cujos termos fazem parte integrante deste contrato.

3.2 - Constituem obrigações da Mineração Rio do Norte S.A, além de outras previstas neste instrumento:

- I. Efetuar a transferência dos recursos financeiros a ARQMO na forma e no montante estabelecido neste TERMO;
- II. Analisar e validar a prestação de contas do presente TERMO, em conformidade com as regras aqui estabelecidas;

UJS

VS

GG





CLÁUSULA QUARTA -DA EXECUÇÃO

4.1 - As atividades decorrentes do presente TERMO serão executadas fielmente pelas PARTES, de acordo com suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo Único: Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos para outros fins que não sejam os definidos no objeto deste TERMO, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade civil e penal do agente ou representante.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - A liberação dos recursos financeiros dar-se-á nos prazos previstos no cronograma de desembolso (Anexo II) aprovado pelas PARTES.

5.2 – O valor para execução das atividades indicadas no item 1.1 deste Termo totaliza R\$ 39.000,00 (Trinta e Nove Mil reais), que, correrá de dotação orçamentária específica da Mineração Rio do Norte S.A. e deverá atender as despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, não cabendo a ARQMO quaisquer remunerações.

5.2.1 – O valor total acima referenciado será pago pela MRN em parcela única.

5.3 – O depósito dos valores da cooperação técnica fica condicionado ao recebimento pela MRN da documentação descrita no item 2.1 pela ARQMO.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - Cada PARTE indicará um gestor e seu respectivo substituto para acompanhar a execução deste TERMO. Ao gestor deste TERMO competirá esclarecer as dúvidas que surgirem na sua execução.

Parágrafo Único - O acompanhamento não exclui e nem reduz a responsabilidade das PARTES.

Pela MRN: Jeferson dos Santos

Gestor: Vladimir Senra Moreira

Endereço: Rua Carnaúba, 673, vila C2, Porto Trombetas, Oriximiná - Pará

e-mail: jeferson.santos@mrn.com.br

Telefone: (93) 99147.3719

Pela ARQMO: Gabriela Cardoso Almeida

Gestor: Coordenadora de Mulheres

Endereço: Travessa Jonathas Athias, nº 498, Bairro Santa Luzia.

e-mail: gabryellasedue37@gmail.com

Telefone: (93) 992170073

6.2 - A ARQMO se compromete a apresentar à MRN relatório de prestação de contas final, conforme modelo a ser encaminhado pela MRN, em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega total das máscaras, envolvendo todas as informações sobre a execução, acompanhada ainda dos respectivos recibos e notas fiscais, contendo por fim, descrição das receitas e despesas obtidas

UJS

VS

GG





decorrente do evento.

6.1.1. Na hipótese de a ARQMO não utilizar integralmente o recurso financeiro do item 5.2, deverá devolver o valor remanescente à MRN, transferindo-o para a conta corrente nº 50.000-3, Ag. 1961-5, Banco Bradesco, código identificador 04.932.216/0001-46, titularidade: Mineração Rio do Norte, anexando o comprovante de transferência ao relatório de prestação de contas.

6.1.2. É vedada a prestação parcial de contas, devendo a PATROCINADA demonstrar todos os gastos relativos ao evento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

7.1 - Em toda e qualquer ação promocional, em função deste Termo, deverá ser obrigatoriamente de pleno acordo e destacada obrigatoriamente a colaboração dos celebrantes. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do presente TERMO é de 02 (dois) meses, contados a partir da assinatura deste Termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

9.1 - Este TERMO poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito, bem como poderá ser denunciado no caso de comprovado inadimplemento de uma Parte em relação à outra, em relação às obrigações ora assumidas; o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável, imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações. Ou ainda, por manifestação unilateral de vontade, mediante aviso prévio a ser dado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.1.1 - A eventual rescisão deste TERMO não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as PARTES, já iniciadas, os quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

9.2 - Constituem motivos para rescisão de pleno direito, no caso de comprovado inadimplemento de uma Parte em relação à outra, em relação às obrigações ora assumidas; o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável, imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA – ÉTICA E CONDUTA

10.1 – As Partes, neste ato, declaram que em todas as suas atividades relacionadas a este Termo cumprirão, a todo tempo, com todos os regulamentos, leis e legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a Lei Federal Brasileira nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e no que aplicável, a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) (15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., conforme alterado), ao UK Bribery Act 2010 (Lei Inglesa de 2010 contra Suborno), bem como a qualquer outra lei antissuborno, lei anticorrupção ou lei sobre conflitos de interesses aplicável à ARQMO

Uds

VS

GG





ou à MRN.

10.2 - Nenhuma das Partes poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, em nome da outra, fazer qualquer oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer, dar, ou autorizar dar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligadas direta ou indiretamente.

10.3 - É expressamente vedado a qualquer sócio, empregado, subcontratado, representante ou colaborador da ACRQAT receber qualquer vantagem ou benefício em decorrência da presente contratação como também é vedada a situação inversa.

CLÁUSULA ONZE - DA ASSINATURA DIGITAL

11.1. As Partes aceitam integralmente que as Assinaturas do presente instrumento serão realizadas através da Ferramenta de Assinatura DocuSign, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001, sendo o presente Contrato irrevogavelmente considerado, por todos que o assinam, como prova documental e título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos.

11.1.1. Para efeitos deste instrumento, a Assinatura Eletrônica é a transformação eletrônica e matemática de uma mensagem eletrônica, de um documento digital ou digitalizado, utilizando um padrão mundialmente adotado e reconhecido, empregando um algoritmo de criptografia assimétrica. É composto de uma chave pública e/ou uma privada, onde somente o emitente e o receptor do documento visualizam seu conteúdo. Atua como componente de segurança técnica e jurídica, pois gera o efeito jurídico do não repúdio, atestando de forma inequívoca a autoria e conteúdo de um documento eletrônico.

11.1.2. As Partes declaram que tem ciência e reconhecem que a Ferramenta de Assinatura Digital DocuSign atende aos mais altos níveis de autenticação de signatários e a rigorosos padrões de segurança e conformidade legal, garantindo segurança e validade jurídica, em estrita observância às Leis Brasileiras que regem o assunto.

11.2. As Partes compreendem e reconhecem que:

11.2.1. Entendem e possuem capacidade jurídica para assinar digitalmente o presente instrumento, não podendo alegar posteriormente a oposição de assinatura por quaisquer fatores que possam vir a entender como um impedimento.

11.2.2. São os únicos responsáveis pelo sigilo e uso de seus e-mails, telefones celulares e senhas para consecução da assinatura digital e que seu uso é pessoal e intransferível, devendo indenizar aqueles que sofrerem danos e/ou prejuízos pela utilização incorreta e/ou fraudulenta da Assinatura Digital.

11.2.3. Ao utilizar a Ferramenta de Assinatura Digital, os envolvidos na assinatura digital de documentos ("Signatários") enviaram anteriormente à MRN seu(s) nome(s) e e-mail(s) para recebimento da senha, que é pessoal e intransferível.

11.2.4. Todas as evidências, físicas ou digitais, comunicações e transações eletrônicas entre as Partes se constituirão em evidências probantes e materializadas dos atos perpetrados e da legitimidade da Assinatura Digital.

UJS

VS

GG





11.2.5. As Partes declaram que adotam medidas de segurança em seus computadores, tais como a instalação de programa antivírus e de firewall contra invasões.

CLÁUSULA DOZE - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Oriximiná, Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas do presente TERMO e não resolvidas administrativamente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

12.1.1 - No caso de litígios ou divergências oriundas do presente TERMO ou dos seus eventuais ADITIVOS, no tocante à execução, os partícipes envidarão seus esforços no sentido de dirimi-los inicialmente pela via amigável. A tentativa de acordo será considerada fracassada assim que uma das partes tiver feito tal comunicação a outra parte por escrito.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este TERMO em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Porto Trombetas/PA, 22 de julho de 2020.

GG

Mineração Rio do Norte S.A.
Guido Campos Germani
Diretor Presidente

Vladimir Senra Moreira

Mineração Rio do Norte S.A.
Vladimir Senra Moreira
Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

Claudinete Colé de Souza

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO
MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ – ARQMO
Claudinete Colé de Souza
Coordenadora Administrativa

Testemunhas:

1) *Jeferson dos Santos*
Nome: Jeferson dos Santos
CPF/MF

2) _____
Nome: _____
CPF/MF



DOC. 02

**Conforme decreto estadual Lei, nº 9.051,
a MRN comunica que fica**

OBRIGADO

A UTILIZAÇÃO DE MÁSCARA DE PROTEÇÃO

à todas as pessoas que circulam em Porto Trombetas. Ao transitarem em vias públicas, escritórios e comércios em geral, durante o período de ações de enfrentamento ao novo coronavírus, causador da COVID-19.

Está expressamente

PROIBIDO

o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas, bares e restaurantes.



**Mineração
Rio do Norte**



USE MÁSCARA

Para a sua proteção e a de todos, contra a covid-19

A MRN informa que o governo do Estado adotou, na última sexta-feira (17/04), medidas mais rigorosas ao decreto nº 609, de 16 de fevereiro de 2020, dentre elas, **proibir o acesso de pessoas sem máscara em estabelecimentos comerciais**. Locais como supermercados e bancos estão obrigados a respeitar a lotação máxima de 40% de sua capacidade. Além das medidas já divulgadas anteriormente, sobre o distanciamento mínimo de 1 metro entre as pessoas e a oferta de alternativas de higienização, o decreto agora obriga que estes locais impeçam o acesso de pessoas sem máscara, como forma de proteção a clientes e empregados. A MRN também recomenda a confecção e uso de máscaras de pano caseiras, para que todos se protejam, inclusive nos escritórios da empresa e de terceirizadas.

Muito ainda precisa ser feito. Nós não vamos medir esforços para proteger a nossas famílias, amigos e colegas de trabalho. Veja as medidas decretadas pelo Governo do Estado:

- Estabelecimentos comerciais estão obrigados a lotação máxima de 40% da sua capacidade.
- Controle da entrada de pessoas nos estabelecimentos com limite de 2 pessoas por grupo.
- Estabelecimentos comerciais devem proibir o acesso de pessoas sem máscara.
- Proibição de cultos e eventos religiosos presenciais com mais de 10 pessoas
- Fechamentos de igarapés, clubes e similares.
- Distanciamento de 1m em filas de estabelecimentos comerciais.

Whatsapp oficial da MRN

☎ (93) 99185 7351

in f @ /bauxitamrn

www.mrn.com.br

Novas medidas de restrição, em atendimento à recomendação do Ministério Público estadual



Aos comerciantes e frequentadores da Feirinha:

- Horário de funcionamento do comércio da Feirinha (com exceção da farmácia): de 10h às 15h.
- A venda e consumo de bebidas alcoólicas estão proibidos nos estabelecimentos comerciais.

Acesso aos estabelecimentos comerciais:

- Permitir acesso de 1 (uma) pessoa por família;
- Manter o número de acessos já estabelecidos;
- Respeitar o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) de outra pessoa;
- Impedir o acesso de pessoas sem o uso de máscaras;
- Manter recursos para higienização das mãos (pia com torneira, sabão e álcool em gel).

Circulação de pessoas:

- Todos devem usar máscaras corretamente para circular nos locais públicos (ruas, praças, comércio, banco) e demais espaços compartilhados.
- Entrega em domicílio: serviço de "delivery" somente para alimentos (inclusive comida pronta), remédios, produtos médico-hospitalares e produtos de limpeza e higiene pessoal. Não é permitida a entrega de bebidas alcoólicas.



Recomendação de infectologistas e orientação quanto ao uso do ÁLCOOL EM GEL

Em decorrência do Covid-19, a recomendação de infectologistas é de higienizar as mãos com água e sabão, além de utilizar álcool em gel a 70%. Mas o uso sem o devido controle pode provocar acidentes graves, quando a manipulação é incorreta em casa e em ambientes industriais, ocasionado queimaduras de até terceiro grau. Então fique ligado nas dicas e informações abaixo:

Conforme a Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, o álcool em gel é classificado como inflamável e pode causar fogo e/ou explosões em contato com fontes de calor e ignição.

IMPORTANTE: A chama do álcool em gel é transparente, podendo passar despercebida aos olhos humanos, então muita atenção e cuidado em sua utilização.

1. CONDIÇÕES A SEREM EVITADAS:

1.1 - Ao planejar a atividade a quente (solda/corte/desbastes/etc...) avalie o local e mantenha o produto (álcool em gel) afastado do calor, fontes de ignição, superfícies quentes, faíscas e chamas abertas;

1.2 - Após concluída a atividade, tenha em mente que a superfície onde foi realizada a atividade a quente possa estar ainda aquecida, desta forma garanta a sinalização e isolamento de qualquer risco de contato direto;

2. ARMAZENAMENTO:

2.1 - Armazene em local bem ventilado, longe da luz solar. Mantenha o recipiente fechado. Este produto pode reagir de forma perigosa com alguns materiais. Armazenar/carregar à temperatura e pressão ambiente.

Importante: Não deixar frascos com álcool em gel ou outro tipo de inflamável dentro de veículos fechados, pois o calor pode provocar a ignição do produto e consequentemente um incêndio.

2.2 - Materiais incompatíveis: Agentes oxidantes fortes, Ácidos, Metais Alcalinos, Amônia, Hidrazina, Peróxidos, Anidridos, Hipoclorito de cálcio, Perclorato, Nitrato de Mercúrio, Óxido de prata, Sódio, Dióxido de potássio. Consulte a FISPQ sempre que for manusear/utilizar qualquer produto químico;

3. SENSIBILIDADE:

O produto pode ser utilizado normalmente, pois não é esperado sensibilidade a pele, porém nunca exponha os olhos ao contato direto ao álcool em gel;

4. ROTULAGEM E RESÍDUO:

Todo frasco de álcool em gel, assim como qualquer outro produto químico, deve possuir rotulagem para fácil identificação pelo usuário e terceiros. Os resíduos provenientes das embalagens para descartes, devendo ser disposto em local adequado.

"Se não for seguro, torne SEGURO"

Reforce essa ideia com seus colegas!

#ABRAÇOVIRTUAL

A MRN ABRAÇA ESTA CAUSA

22 DE MAIO
DIA DO ABRAÇO



Ilustrações: Freepik



Mineração Ri...



Hoje é o Dia do Abraço. Em tempos de covid-19, infelizmente, é melhor que não seja o abraço real. Mesmo assim, mandamos um abraço virtual a todos os nossos colaboradores, seguidores e fornecedores. Abraço virtual pode e, no momento, é mais seguro. :)



RELATÓRIO COVID 19

INDICADOR
25.05.2020

CASOS EM INVESTIGAÇÃO 96

CASOS DESCARTADOS 35

CASOS POSITIVOS 11

CASOS CURADOS 04

Conforme instituído pelo Decreto 073/2020, da Prefeitura de Oriximiná, e pelo Decreto 777, do Governo do Estado do Pará:

- 1) O toque de recolher, aos sábados e domingos, passa a ser das **19h às 4h30**;
- 2) Devido ao toque de recolher, o supermercado, aos sábados, fechará às 19h;
- 3) De segunda a sexta, o supermercado funcionará das 7h às 12h45 e das 16h às 21h.

Informamos, ainda, que já está sendo considerada, em Porto Trombetas, a pandemia no estágio de **transmissão comunitária (ou transmissão sustentada)**, que significa que não temos como determinar a origem dos contágios. Por isso, reforçamos: se você puder ficar em casa, fique. Só saia para trabalhar ou em caso de extrema necessidade e adote todos os cuidados de higiene e distanciamento social possíveis.

16 de junho de 2020

Porto Trombetas em quarentena obrigatória

Comunicado Corporativo

Conforme decreto municipal 087/2020, da prefeitura de Oriximiná, como medida para frear a pandemia de covid-19, foram divulgadas diversas determinações que deverão ser cumpridas por todos que vivem, circulam e/ou trabalham no núcleo urbano de Porto Trombetas. Saiba mais:



Quando é permitido sair?

Somente para trabalhar, ir ao banco e para comprar de bens de necessidade imediata, de alimentos, remédios, produtos médicos, produtos veterinários, consultas médicas e veterinárias, produtos de limpeza e higiene pessoal (ir somente uma pessoa por família). Visitar a residência de outras pessoas somente para prestar socorro e atendimento a idosos que residam sozinhos.

É permitido praticar esportes?

Está proibida qualquer prática esportiva, de lazer e atividade física ao ar livre em áreas privadas e públicas, mesmo que de forma individual.

Deslocamento para comunidades

Aos moradores de Porto Trombetas, está proibido se deslocar para as comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas.

Os residentes de comunidades podem ir a Oriximiná para comprar produtos essenciais, por motivo de saúde ou para receber aposentadoria e benefício (ir somente uma pessoa por família).

Circulação de veículos

A partir de agora, todos os veículos particulares (carros, motos, etc) deverão seguir a seguinte restrição:

- Em dias ímpares: podem circular veículos com número ímpar no final da placa.
- Em dias pares: podem circular veículos com número par no final da placa.
- Exceções: veículos de segurança e ambulâncias, profissionais em serviço, indo à farmácia, ao banco ou comprar itens essenciais ou, ainda, prestando socorro a alguém (ir somente uma pessoa por família).

Quanto a bebidas alcoólicas, estão proibidos:

- Comercializar bebidas alcoólicas em todo e quaisquer estabelecimentos varejistas, atacadistas e distribuidores.
- Transportar bebidas por meio terrestre, fluvial e aéreo, para pessoas ou para estabelecimentos e empresas.
- Consumir bebidas alcoólicas no interior de qualquer estabelecimento comercial e de serviços ou em suas adjacências, bem como em locais públicos.

Lembre-se: quebrar a quarentena é considerado crime, segundo o código penal brasileiro. Respeite o toque de recolher, todos os dias, das 20h às 5h.

Separados somos mais fortes contra o Coronavírus.

Por que houve aumento de casos positivos?

A MRSI realizou testes rápidos para covid-19. Em Porto Trombetas, todos os casos com sintomas leves e moderados estão sendo testados diariamente, nem todas as cidades dispõem de uma quantidade de testes equivalente ao volume de casos notificados e, por isso, muitas estão testando somente os casos com sintomas graves. Realizando muitos testes, temos a possibilidade de confirmar a real dimensão da pandemia em nossa localidade.

Como é feita a análise laboratorial?

Os materiais coletados são analisados no próprio laboratório do Hospital de Porto Trombetas, por meio do teste rápido sorológico (exame de sangue), que só apresenta boa precisão se for realizado após dez dias do início dos sintomas, para se detectar o anticorpo. Antes, era realizada amostra diretamente das vias aéreas e enviada para um laboratório em Belo Horizonte. Era necessário aguardar, em média, sete dias por um único resultado.

Como devemos agir daqui pra frente, diante do aumento dos casos?

A melhor maneira de se prevenir é evitando ao máximo se expor aos riscos, mas, se preciso, sempre manter a distância segura, utilizar máscara e higienizar as suas mãos e superfícies com que tenha contato. Nunca toque o seu rosto sem higienizar as mãos antes. Independente do número de casos, com a sua atitude, você pode eliminar o risco de contágio. Não saia vestes, mantenha o afastamento social e só saia de casa por motivos essenciais.

Nosso trabalho é considerado essencial para vencermos a pandemia de covid-19, por a atividade mineral formar a matéria-prima para todas as outras indústrias. No nosso caso, o alumínio resultante de nossa lavaria está nos embargões dos remédios, na fabricação de vacinas, nos equipamentos hospitalares... Sem contar a geração de emprego e renda, que ajuda a movimentar a economia da nossa região, e manter o fluxo de receitas tributárias, para que os municípios do entorno tenham recursos para fazer frente aos investimentos em saúde.

Por que a empresa está deixando pessoas entrarem e saírem?

Destas as equipes convocadas são essenciais para o funcionamento das nossas atividades. Todos os profissionais que vieram de outras cidades foram testados. Todos os casos positivos estão em isolamento, totalmente separados da convivência com a vila e comunidade por, pelo menos, 14 dias. A empresa está prestando toda a assistência necessária.

Até o final de maio, a empresa fez um esforço para evitar que as pessoas saíssem. Os trabalhadores têm direito a desluzos e compensações de jornada, bem como, têm direito de retornar às suas cidades de origem. Mas, para voltar à UPTL, a empresa precisa as pessoas envolvidas no processo de produção. Todos que entram precisam cumprir o período de quarentena e comprovar que

estão saudáveis. Por isso, todos são testados antes e depois da quarentena. A empresa só está trazendo pessoas que possam ser atendidas e tratadas com a estrutura disponível em Porto Trombetas.

E se alguém precisar de UTI?

A MRN está equipando o Hospital de Porto Trombetas, de forma a aumentar a capacidade de tratar de 4 para até 10 casos graves, com leitos de apoio à vida (semi-intensivos) e está contratando mais 15 profissionais de saúde, sendo 5 médicos e 10 enfermeiras, para apoio no combate à pandemia.

Além disso, a empresa possui contrato com três UTIs aéreas, disponíveis 24h por dia, e um quarto contrato com uma aeronave UTI estacionada no nosso aeroporto. A MRN já investiu mais de R\$ 5 milhões em práticas de combate à pandemia de covid-19. Estamos fazendo um grande esforço para prover cuidado a todos os nossos empregados, seus familiares, colaboradores terceiros e comunidades localizadas na nossa região.

E sobre os seguranças da ATQ em quarentena Santarém?

Informamos que 96 funcionários da MRN, ATQ Segurança e outras empresas contratadas que prestam serviço à empresa, foram colocados em quarentena no Hotel Tapajós, em Santarém, desde o dia 14 de maio, seguindo protocolo de segurança para retorno às atividades em Porto Trombetas. Ao término da quarentena de parte destes profissionais, no dia 29/05, dos 72 funcionários submetidos ao teste para covid-19, 21 testaram positivo e não apresentam sintomas da doença. Os demais, que testaram negativo e não dividiam quarto com colegas positivos para covid-19, retornaram saudáveis e com total a segurança ao distrito de Porto Trombetas.

A empresa informa, ainda, que as quarentenas seguem um protocolo de prevenção e cuidados com a covid-19 devidamente avaliado e aprovado pela rede de hospitais Sírío Libanês (SP), estando todos os empregados em quarentena assistidos por uma médica contratada em Santarém, recebendo todas as orientações preventivas.

**Em breve, vamos anunciar outras informações.
Contamos com você, para sairmos juntos dessa situação.**

**Whatsapp Comunicação MRN:
(93) 99185 7351**

Horários de comércios em Porto Trombetas (Decreto 087/2020)

Em atendimento ao Decreto 087/2020, emitido pela Prefeitura de Oriximiná, a Mineração Rio do Norte (MRN) informa os horários de funcionamento dos estabelecimentos a seguir, como medidas adicionais de prevenção à covid-19:



SUPERMERCADO:

- 2ª a 6ª feira – 7h às 12h e de 16h às 19h
- Sábado - 7h às 12h
- Domingo – Fechado

POSTO COMBUSTÍVEL:

- 2ª a 6ª feira – 7h às 19h
- Sábado - 7h às 12h
- Domingo – Fechado

FARMÁCIA FEIRINHA:

- 2ª a 6ª feira – 8h às 13h e das 14h30 às 20h;
- Sábado - 8 às 13h e das 14h30 às 19h
- Domingo – Fechado.

FARMÁCIA CENTRO COMERCIAL:

- 2ª a Sábado – 7h às 21h;
- Domingo – 8 às 21h

COMÉRCIOS DA FEIRINHA E DE TODA A VILA:

- 2ª a 6ª feira – 8h às 12h e de 14h às 18h;
- Sábado - 7h às 12h;
- Domingo – Fechado;

Em breve, vamos divulgar mais informações sobre o diferencial do decreto para o nosso distrito, conforme alinhamento previsto a ocorrer entre a empresa e o poder público nesta terça-feira, 16.

#FiqueEmCasaTrombetas

**Essas medidas
entram em vigor
a partir do dia 18/06**

SER AMIGO É... PROTEGER QUEM VOCÊ AMA.



Ilustração: Freepik

USE MÁSCARA!

- ✓ NAS RUAS
- ✓ NOS COMÉRCIOS
- ✓ NO TRANSPORTE
- ✓ NA FILA
- ✓ EM TODOS OS LUGARES



Ilustrações: Freepik

DOC. 03

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM, COMO
“DOADORA”, MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. E, COMO
“DONATÁRIA”, COOPERATIVA DE TRABALHO DA
COMUNIDADE DO MOURA

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede na Rua Rio Jari, s/nº, Porto Trombetas, na cidade de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “**Doadora**”;

E, de outro lado,

COOPERATIVA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO MOURA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **12.090.920/0001-27**, com sede na comunidade de Moura, S/Nº, Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada “**Donatária**”,

Doadora e **Donatária** acima qualificados, doravante denominados, em conjunto, simplesmente “Partes” e, de forma genérica e individual, simplesmente “Parte”, têm entre si, justo e acordado, firmar o Termo de Doação, doravante simplesmente “TERMO”, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente TERMO tem por objeto a doação, por liberalidade, da **Doadora**, à **Donatária**, de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, a ser firmado diretamente pela **Donatária** com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia para 219 (duzentas e dezenove) vidas, sendo 74 (setenta e quatro) cooperados e 145 (cento e quarenta e cinco) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da **Donatária**, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme anexos contratuais. O valor estimado mensal é de R\$ 44.081,68 (quarenta e quatro mil, oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), totalizando o valor estimado de R\$ 264.490,08 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e oito centavos).

1.2. São anexos deste TERMO:

- (i) Anexo 1 – Contrato firmado entre COOPERMOURA e UNIMED;
- (ii) Anexo 2 - Lista de Checagem;
- (iii) Anexo 3 – Recibo de entrega de Documentos Responsável pela empresa;
- (iv) Anexo 4 – Carta de Orientação ao Beneficiário;
- (v) Anexo 5 – Termo de Indicação _Flex Empresa;
- (vi) Anexo 6 – Ficha Cadastral de Inclusão de Beneficiários PJ_Empresarial;

AS

VS

GG



- (vii) Anexo 7 - Manual de Orientação e Guia de Leitura Contratual;
- (viii) Anexo 8 - Estatuto da Cooperativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES

- 2.1. O objeto acima descrito será destinado como contribuição à **Donatária**, sem que haja nenhum ônus adicional para a **Doadora**.
- 2.2. A **Donatária** se compromete a cumprir as cláusulas do TERMO e seus anexos.
- 2.3. A **Donatária** se compromete a enviar, mensalmente, os boletos de pagamento pelo plano de saúde contratado com antecedência mínima de 14 (quatorze) dias do vencimento.
- 2.4. A **Doadora** realizará os pagamentos em nome da Donatária, comprometendo-se a comprovar a realização do pagamento nos 14 (quatorze) dias seguintes à data do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENCARGO E REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO

- 3.1. A **doação** da importância descrita na **CLÁUSULA PRIMEIRA** se destina única e exclusivamente para o fim referido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, sob pena de revogação, nos termos dos artigos 553 e 555 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUARTA – ACEITAÇÃO

- 4.1. A **Donatária** declara aceitar a presente **doação** em todos os seus termos e condições.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. São obrigações da **Donatária**:
 - a) Cumprir o contrato firmado com o plano de saúde UNIMED;
 - b) Garantir que os beneficiários sejam cooperados que prestam serviços à Doadora ou dependentes destes cooperados;
 - c) Garantir que os dependentes apresentados efetivamente tenham vínculo de dependência com os cooperados beneficiados, conforme critérios do contrato;
 - d) Apresentar as informações que eventualmente sejam solicitadas pela Doadora durante a vigência do TERMO.
- 5.2. É obrigação da **Doadora**:
 - a) Realizar o pagamento previsto no item 1.1 supra.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA, PRAZO E DURAÇÃO

- 6.1. Este TERMO entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando as obrigações ora previstas pelo prazo de até 06 (seis) meses.

AS

VS

GG



CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do presente TERMO será acompanhada e fiscalizada pelos representantes da **Doadora** e da **Donatária** abaixo designados:

Doadora:

Nome: Yanto Luís de Faria Araújo

E-mail: yanto.araujo@mrn.com.br

Telefone: (93) 988042595

Donatária:

Nome: Alcilene Siqueira dos Reis

E-mail: Moura.presidente.alcilene@gmail.com

Telefone: (93) 99100-4438

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Responsabilidades: A **Donatária** reconhece, desde já, a inexistência de qualquer fator ou condição imprevista ou imprevisível, não sendo legítima, então, a apresentação de qualquer reivindicação de ordem financeira ao longo e após a aquisição do bem móvel, mantendo-se fixas e inalteradas as regras ora pactuadas.

8.2. Novação: Este TERMO representa o acordo e o entendimento completo das Partes e se sobrepõe a quaisquer comunicações, acordos e entendimentos anteriores relacionados com a matéria deste TERMO.

8.3. Independência entre as Cláusulas: Cada cláusula, item, alínea, período e frase deste TERMO constitui um compromisso ou disposição independente e distinto. Sempre que possível, cada cláusula deste TERMO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da legislação aplicável. Caso alguma das cláusulas deste TERMO seja considerada ilícita, dita cláusula deverá ser julgada separadamente do restante do TERMO, e substituída por cláusula lícita e similar, que reflita as intenções originais das Partes, observando-se os limites da lei. Todas as demais cláusulas continuarão em pleno vigor.

8.4. Autonomia entre as Partes: As Partes neste TERMO são autônomas e independentes, não guardando entre si qualquer relação ou vínculo trabalhista ou previdenciário de qualquer origem ou causa, pelo que cada Parte é unicamente responsável pelas suas ações no cumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO.

8.5. As Partes, neste ato, declaram que em todas as suas atividades relacionadas a este TERMO cumprirão, a todo tempo, como todos os regulamentos, leis e legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção), e no que aplicável, a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) (15 U.S.C §78-dd-1. et seq., conforme

AS

VS

GG



alterado), ao UK Bribery Act 2010(Lei Inglesa de 2010 contra Suborno), bem como qualquer outra lei antissuborno, lei anticorrupção ou lei sobre conflitos de interesses aplicáveis às Partes.

8.6 Nenhuma das Partes poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, em nome da outra, fazer qualquer oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer, dar, ou autorizar dar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligados direta ou indiretamente.

8.7 É expressamente vedado a qualquer sócio, empregado, subcontratado, representante ou colaborador da contratada receber qualquer vantagem ou benefício em decorrência da presente contratação como também é vedada a situação inversa.

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, pendências ou questões oriundas do presente TERMO, as Partes elegem o Foro da Comarca de Oriximiná-PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiada que seja.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente TERMO em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Porto Trombetas - PA, 24 de agosto de 2020.

DOADORA:

Guido Germani

Mineração Rio do Norte S.A.

Guido Roberto Campos Germani

Diretor Presidente

Vladimir Senra Moreira

Mineração Rio do Norte S.A.

Vladimir Senra Moreira

Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

ALCILENE SIQUEIRA

COOPERATIVA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO MOURA

Alcilene Siqueira dos Reis

Diretor-Presidente

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:





PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE DOAÇÃO, CELEBRADO
EM 24/08/2020 ENTRE **MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.**
COOPERATIVA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO MOURA

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede na Rua Rio Jari, s/nº, Porto Trombetas, na cidade de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **“Doadora”**;

E, de outro lado,

COOPERATIVA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO MOURA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **12.090.920/0001-27**, com sede na comunidade de Moura, S/Nº, Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada **“Donatária”**,

Doadora e **Donatária** acima qualificados, doravante denominados, em conjunto, simplesmente **“Partes”** e, de forma genérica e individual, simplesmente **“Parte”**, têm entre si, justo e acordado, firmar o Termo de Doação, doravante simplesmente **“TERMO”**, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que:

- (i) Em 24 de agosto de 2020, as Partes celebraram o presente TERMO com a finalidade de doação de Recursos financeiros para custeio de plano de saúde, firmado diretamente pela Donatária com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia;
- (ii) O TERMO previu 219 (duzentas e dezenove) vidas, sendo 74 (setenta e quatro) cooperados e 145 (cento e quarenta e cinco) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da Donatária, totalizando o valor estimado de R\$ 264.490,08 (duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e oito centavos) por 6 meses;
- (iii) A Donatária constatou e informou à Doadora a redução no número de cooperados, motivo pelo qual o Plano de saúde precisaria passar por revisão no número de pessoas beneficiadas e valores envolvidos;
- (iv) Para o pagamento do primeiro boleto, no valor de R\$ 26.024,64, a Donatária recebeu da Doadora o valor de R\$44.081,68, havendo o saldo de R\$ 18.057,04 a favor da Doadora;
- (v) No próximo pagamento, portanto, a Doadora pagará os valores remanescentes para quitação da 2ª mensalidade, passando o valor total estimado da doação para a



importância de **até** R\$ 184.756,44 (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), que serão repassados em 06 parcelas, não obrigatoriamente em valores iguais mas sempre proporcionais ao número de associados mensalmente, mas tendo como referência 163 vidas cadastradas no Plano de Saúde, parcelada mensalmente mediante execução dos serviços, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do Contrato e conforme seus anexos.

Diante dos fatos supramencionados, pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, resolvem as Partes aditar o Termo de Doação, no sentido de:

a) Alterar a **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

*1.1. O presente instrumento tem por objeto a doação, por liberalidade, da **Doadora**, à **Donatária**, de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, a ser firmado diretamente pela **Donatária** com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia para 163 (cento e sessenta e três) vidas, sendo 78 (setenta e oito) cooperados e 85 (oitenta e cinco) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da **Donatária**, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme anexos contratuais. O valor estimado de R\$ 184.756,44, (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).”*

b) Substituir o Anexo 6 do item **1.2.**, **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, passando a considerar o documento anexo a este Termo:

1.2. São anexos deste instrumento:

- (i) Anexo 1 – Contrato firmado entre COOPERMOURA e UNIMED;*
- (ii) Anexo 2 - Lista de Checagem;*
- (iii) Anexo 3 – Recibo de entrega de Documentos Responsável pela empresa;*
- (iv) Anexo 4 – Carta de Orientação ao Beneficiário;*
- (v) Anexo 5 – Termo de Indicação _Flex Empresa.*
- (vi) Anexo 6 – Ficha Cadastral de Inclusão de Beneficiários PJ_Empresarial***
- (vii) Anexo 7 - Manual de Orientação e Guia de Leitura Contratual;*
- (viii) Anexo 8 - Estatuto da Cooperativa.”*

c) Alterar os itens 2.3 e 2.4 da **CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“2.3. A Doadora realizará os depósitos na conta bancária de titularidade da Donatária para que esta realize diretamente o pagamento do boleto da UNIMED, referente ao Plano de Saúde:

Coopermoura: Banco Bradesco; Agência: 1961-5; C.C. 15555-1



*“2.4. A **Donatária** realizará os pagamentos à UNIMED, e se obriga a prestar contas à Doadora nos 5 (cinco) dias seguintes à data do vencimento, acompanhada do respectivo recibo e nota fiscal”.*

d) Disposições Gerais:

Para todos os fins, as disposições constantes do presente Aditivo produzem efeito retroativamente à data de 24 de agosto de 2020, inclusive para regularizar a forma do 1º pagamento (realizado mediante depósito em conta da Donatária, e não através do pagamento do boleto).

Este Aditivo integra e compõe o TERMO, permanecendo em pleno vigor e inalteradas as demais cláusulas do TERMO ora aditado no que não tenham sido expressamente modificadas ou se tornando contrárias ao disposto neste instrumento, sendo, neste ato, ratificadas.

A Donatária dá à Doadora plena, geral, rasa e irrevogável quitação quanto às obrigações decorrentes deste TERMO realizadas até a presente data, para todos os fins de Direito, nada mais tendo a reivindicar, em juízo ou fora dele, a qualquer título.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Porto Trombetas PA, 01 de setembro de 2020.

GG

Mineração Rio do Norte S.A.
Guido Roberto Campos Germani
Diretor Presidente

VS

Mineração Rio do Norte S.A.
Vladimir Senra Moreira
Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

AS

COOPERATIVA DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO MOURA
Alcilene Siqueira dos Reis
Diretor-Presidente

Testemunhas:

MS

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:



TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM, COMO
“DOADORA”, MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. E, COMO
“DONATÁRIA”, COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DA COMUNIDADE BOA VISTA

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede na Rua Rio Jari, s/nº, Porto Trombetas, na cidade de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “**Doadora**”;

E, de outro lado,

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE BOA VISTA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **01684278/0001-98**, com sede na feirinha, BOX “B” 07, Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada “**Donatária**”,

Doadora e **Donatária** acima qualificados, doravante denominados, em conjunto, simplesmente “Partes” e, de forma genérica e individual, simplesmente “Parte”, têm entre si, justo e acordado, firmar o Termo de Doação, doravante simplesmente “TERMO”, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente TERMO tem por objeto a doação, por liberalidade, da **Doadora**, à **Donatária**, de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, a ser firmado diretamente pela **Donatária** com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia para 264 (duzentas e sessenta e quatro) vidas, sendo 220 (duzentos e vinte) cooperados e 44 (quarenta e quatro) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da **Donatária**, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme anexos contratuais. O valor estimado mensal é de R\$ 66.397,14 (sessenta e seis mil, trezentos e noventa e sete reais e quatorze centavos), totalizando o valor estimado de R\$ 398.382,84 (Trezentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

1.2. São anexos deste TERMO:

- (i) Anexo 1 – Contrato firmado entre COOPERBOA e UNIMED;
- (ii) Anexo 2 - Lista de Checagem;
- (iii) Anexo 3 – Recibo de entrega de Documentos Responsável pela empresa;
- (iv) Anexo 4 – Carta de Orientação ao Beneficiário;

EGDS

VS

GG



- (v) Anexo 5 – Termo de Indicação _Flex Empresa;
- (vi) Anexo 6 – Ficha Cadastral de Inclusão de Beneficiários PJ_Empresarial;
- (vii) Anexo 7 - Manual de Orientação e Guia de Leitura Contratual;
- (viii) Anexo 8 - Estatuto da Cooperativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES

- 2.1. O objeto acima descrito será destinado como contribuição à **Donatária**, sem que haja nenhum ônus adicional para a **Doadora**.
- 2.2. A **Donatária** se compromete a cumprir as cláusulas do TERMO e seus anexos.
- 2.3. A **Donatária** se compromete a enviar, mensalmente, os boletos de pagamento pelo plano de saúde contratado com antecedência mínima de 14 (quatorze) dias do vencimento.
- 2.4. A **Doadora** realizará os pagamentos em nome da Donatária, comprometendo-se a comprovar a realização do pagamento nos 14 (quatorze) dias seguintes à data do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENCARGO E REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO

- 3.1. A **doação** da importância descrita na **CLÁUSULA PRIMEIRA** se destina única e exclusivamente para o fim referido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, sob pena de revogação, nos termos dos artigos 553 e 555 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUARTA – ACEITAÇÃO

- 4.1. A **Donatária** declara aceitar a presente **doação** em todos os seus termos e condições.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. São obrigações da **Donatária**:
 - a) Cumprir o contrato firmado com o plano de saúde UNIMED;
 - b) Garantir que os beneficiários sejam cooperados que prestam serviços à Doadora ou dependentes destes cooperados;
 - c) Garantir que os dependentes apresentados efetivamente tenham vínculo de dependência com os cooperados beneficiados, conforme critérios do contrato;
 - d) Apresentar as informações que eventualmente sejam solicitadas pela Doadora durante a vigência do TERMO.
- 5.2. É obrigação da **Doadora**:
 - a) Realizar o pagamento previsto no item 1.1 supra.

EGDS

VS

GG



CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA, PRAZO E DURAÇÃO

6.1. Este TERMO entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando as obrigações ora previstas pelo prazo de até 06 (seis) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do presente TERMO será acompanhada e fiscalizada pelos representantes da **Doadora** e da **Donatária** abaixo designados:

Doadora:

Nome: Yanto Luís de Faria Araújo

E-mail: yanto.araujo@mrn.com.br

Telefone: (93) 988042595

Donatária:

Nome: Elniza Gonçalves dos Santos

E-mail: cooperboa.elniza@gmail.com

Telefone: (93) 99220 1041

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Responsabilidades: A **Donatária** reconhece, desde já, a inexistência de qualquer fator ou condição imprevista ou imprevisível, não sendo legítima, então, a apresentação de qualquer reivindicação de ordem financeira ao longo e após a aquisição do bem móvel, mantendo-se fixas e inalteradas as regras ora pactuadas.

8.2 Novação: Este TERMO representa o acordo e o entendimento completo das Partes e se sobrepõe a quaisquer comunicações, acordos e entendimentos anteriores relacionados com a matéria deste TERMO.

8.3 Independência entre as Cláusulas: Cada cláusula, item, alínea, período e frase deste TERMO constitui um compromisso ou disposição independente e distinto. Sempre que possível, cada cláusula deste TERMO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da legislação aplicável. Caso alguma das cláusulas deste TERMO seja considerada ilícita, dita cláusula deverá ser julgada separadamente do restante do TERMO, e substituída por cláusula lícita e similar, que reflita as intenções originais das Partes, observando-se os limites da lei. Todas as demais cláusulas continuarão em pleno vigor.

8.4 Autonomia entre as Partes: As Partes neste TERMO são autônomas e independentes, não guardando entre si qualquer relação ou vínculo trabalhista ou previdenciário de qualquer origem ou causa, pelo que cada Parte é unicamente responsável pelas suas ações no cumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO.

EGDS

VS

GG



8.5 As Partes, neste ato, declaram que em todas as suas atividades relacionadas a este TERMO cumprirão, a todo tempo, como todos os regulamentos, leis e legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção), e no que aplicável, a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) (15 U.S.C §78-dd-1. et seq., conforme alterado), ao UK Bribery Act 2010(Lei Inglesa de 2010 contra Suborno), bem como qualquer outra lei antissuborno, lei anticorrupção ou lei sobre conflitos de interesses aplicáveis às Partes.

8.6 Nenhuma das Partes poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, em nome da outra, fazer qualquer oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer, dar, ou autorizar dar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligados direta ou indiretamente.

8.7 É expressamente vedado a qualquer sócio, empregado, subcontratado, representante ou colaborador da contratada receber qualquer vantagem ou benefício em decorrência da presente contratação como também é vedada a situação inversa.

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, pendências ou questões oriundas do presente TERMO, as Partes elegem o Foro da Comarca de Oriximiná-PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiada que seja.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente TERMO em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Porto Trombetas - PA, 24 de agosto de 2020.

DOADORA:

Guido Germani
Mineração Rio do Norte S.A.
Guido Roberto Campos Germani
Diretor Presidente

Vladimir Senra Moreira
Mineração Rio do Norte S.A.
Vladimir Senra Moreira
Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

Elniza Gonçalves dos Santos
COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE BOA VISTA
Elniza Gonçalves dos Santos
Diretor-Presidente



Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:





PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE DOAÇÃO, CELEBRADO
EM 24/08/2020 ENTRE **MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A.**
COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE
BOA VISTA

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede na Rua Rio Jari, s/nº, Porto Trombetas, na cidade de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **“Doadora”**;

E, de outro lado,

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE BOA VISTA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **01684278/0001-98**, com sede na feirinha, BOX “B” 07, Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada **“Donatária”**,

Doadora e **Donatária** acima qualificados, doravante denominados, em conjunto, simplesmente **“Partes”** e, de forma genérica e individual, simplesmente **“Parte”**, têm entre si, justo e acordado, firmar o Termo de Doação, doravante simplesmente **“TERMO”**, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que:

- (i) Em 24 de agosto de 2020, as Partes celebraram o presente TERMO com a finalidade de doação de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, firmado diretamente pela Donatária com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia;
- (ii) O TERMO previu 264 (duzentas e sessenta e quatro) vidas, sendo 220 (duzentos e vinte) cooperados e 44 (quarenta e quatro) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da Donatária, totalizando o valor estimado mensal de R\$ 398.382,84 (Trezentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) por 6 meses;
- (iii) A Donatária constatou e informou a Doadora que devido ao aumento de cooperados, o Plano de saúde precisaria passar por reajuste no número de pessoas beneficiadas e valores envolvidos;
- (iv) A Doadora concordou com o pleito da Donatária, informando que repassará à COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE BOA VISTA o valor total de R\$ 628.056,30, que serão repassados em 06 parcelas, não obrigatoriamente em

EGDS

VS

GG



valores iguais mas sempre proporcionais ao número de associados mensalmente, mas tendo como referência 423 vidas cadastradas no Plano de Saúde, parcelada mensalmente mediante execução dos serviços, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do Contrato e conforme seus anexos.

Diante dos fatos supramencionados, pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, resolvem as Partes aditar o Termo de Doação, no sentido de:

a) Alterar a **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

*1.1. O presente instrumento tem por objeto a doação, por liberalidade, da **Doadora**, à **Donatária**, de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, a ser firmado diretamente pela **Donatária** com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia para 423 (quatrocentos e vinte e três) vidas, sendo 254 (duzentos e cinquenta e quatro) cooperados e 169 (cento e sessenta e nove) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da **Donatária**, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme anexos contratuais. O valor estimado de R\$ 628.056,30 (Seiscentos e vinte e oito mil cinquenta e seis reais e trinta centavos).”*

b) Substituir o Anexo 6 do item 1.2., **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, passando a considerar o documento anexo a este Termo:

1.2. São anexos deste instrumento:

- (i) Anexo 1 – Contrato firmado entre COOPERBOA e UNIMED;
 - (ii) Anexo 2 - Lista de Checagem;
 - (iii) Anexo 3 – Recibo de entrega de Documentos Responsável pela empresa;
 - (iv) Anexo 4 – Carta de Orientação ao Beneficiário;
 - (v) Anexo 5 – Termo de Indicação _Flex Empresa.
 - (vi) Anexo 6 – Ficha Cadastral de Inclusão de Beneficiários PJ_Empresarial**
 - (vii) Anexo 7 - Manual de Orientação e Guia de Leitura Contratual;
 - (viii) Anexo 8 - Estatuto da Cooperativa
- (...)”*

c) Alterar os itens 2.3 e 2.4 da **CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“2.3. A Doadora realizará os depósitos na conta bancária de titularidade da Donatária para que esta realize diretamente o pagamento do boleto da UNIMED, referente ao Plano de Saúde:

Cooperboa, Banco Bradesco, Agência: 1961-5, C.C. 11326-3”

*“2.4. A **Donatária** realizará os pagamentos à UNIMED, e se obriga a prestar contas à Doadora nos 5 (cinco) dias seguintes à data do vencimento, acompanhada do respectivo recibo e nota fiscal”.*

EGDS

VS

GG





d) Disposições Gerais:

Para todos os fins, as disposições constantes do presente Aditivo produzem efeito retroativamente à data de 24 de agosto de 2020, inclusive para regularizar a forma do 1º pagamento (realizado mediante depósito em conta da Donatária, e não através do pagamento do boleto).

Este Aditivo integra e compõe o TERMO, permanecendo em pleno vigor e inalteradas as demais cláusulas do TERMO ora aditado no que não tenham sido expressamente modificadas ou se tornando contrárias ao disposto neste instrumento, sendo, neste ato, ratificadas.

A Donatária dá à Doadora plena, geral, rasa e irrevogável quitação quanto às obrigações decorrentes deste TERMO realizadas até a presente data, para todos os fins de Direito, nada mais tendo a reivindicar, em juízo ou fora dele, a qualquer título.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Porto Trombetas PA, 01 de setembro de 2020

Guido Germani

Mineração Rio do Norte S.A.

Guido Roberto Campos Germani

Diretor Presidente

Vladimir Senra Moreira

Mineração Rio do Norte S.A.

Vladimir Senra Moreira

Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

Elniza Gonçalves dos Santos

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMUNIDADE BOA VISTA

Elniza Gonçalves dos Santos

Diretor-Presidente

Testemunhas:

1. *Jeferson dos Santos*

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:



TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM, COMO “**DOADORA**”,
MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. E, COMO “**DONATÁRIA**”,
COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO
TROMBETAS - COOPBARCOS

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede na Rua Rio Jari, s/nº, Porto Trombetas, na cidade de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada “**Doadora**”;

E, de outro lado,

COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO TROMBETAS - COOPBARCOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.808.057/0001638**, com sede na Feirinha, BLOCO "A", BOX 13, Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada “**Donatária**”,

Doadora e **Donatária** acima qualificados, doravante denominados, em conjunto, simplesmente “**Partes**” e, de forma genérica e individual, simplesmente “**Parte**”, têm entre si, justo e acordado, firmar o Termo de Doação, doravante simplesmente “**TERMO**”, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente TERMO tem por objeto a doação, por liberalidade, da **Doadora**, à **Donatária**, de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, a ser firmado diretamente pela **Donatária** com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia para 68 (sessenta e oito) vidas, sendo 20 (vinte) cooperados e 68 (sessenta e oito) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da **Donatária**, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme anexos contratuais. O valor estimado mensal é de R\$ 14.766,31 (quatorze mil reais, setecentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos), totalizando o valor estimado de R\$ 88.597,86 (Oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).

1.2. São anexos deste TERMO:

- (i) Anexo 1 – Contrato firmado entre COOPERBARCOS e UNIMED;
- (ii) Anexo 2 - Lista de Checagem;
- (iii) Anexo 3 – Recibo de entrega de Documentos Responsável pela empresa;
- (iv) Anexo 4 – Carta de Orientação ao Beneficiário;
- (v) Anexo 5 – Termo de Indicação _Flex Empresa;
- (vi) Anexo 6 – Ficha Cadastral de Inclusão de Beneficiários PJ_Empresarial;
- (vii) Anexo 7 - Manual de Orientação e Guia de Leitura Contratual;

WSC

VS

GG



(viii) Anexo 8 - Estatuto da Cooperativa.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES

2.1. O objeto acima descrito será destinado como contribuição à **Donatária**, sem que haja nenhum ônus adicional para a **Doadora**.

2.2. A **Donatária** se compromete a cumprir as cláusulas do TERMO e seus anexos.

2.3. A **Donatária** se compromete a enviar, mensalmente, os boletos de pagamento pelo plano de saúde contratado com antecedência mínima de 14 (quatorze) dias do vencimento.

2.4. A **Doadora** realizará os pagamentos em nome da Donatária, comprometendo-se a comprovar a realização do pagamento nos 14 (quatorze) dias seguintes à data do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENCARGO E REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO

3.1. A **doação** da importância descrita na **CLÁUSULA PRIMEIRA** se destina única e exclusivamente para o fim referido na **CLÁUSULA SEGUNDA**, sob pena de revogação, nos termos dos artigos 553 e 555 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUARTA – ACEITAÇÃO

4.1. A **Donatária** declara aceitar a presente **doação** em todos os seus termos e condições.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. São obrigações da **Donatária**:

- a) Cumprir o contrato firmado com o plano de saúde UNIMED;
- b) Garantir que os beneficiários sejam cooperados que prestam serviços à Doadora ou dependentes destes cooperados;
- c) Garantir que os dependentes apresentados efetivamente tenham vínculo de dependência com os cooperados beneficiados, conforme critérios do contrato;
- d) Apresentar as informações que eventualmente sejam solicitadas pela Doadora durante a vigência do TERMO.

5.2. É obrigação da **Doadora**:

- a) Realizar o pagamento previsto no item 1.1 supra.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA, PRAZO E DURAÇÃO

6.1. Este TERMO entra em vigor na data de sua assinatura, vigorando as obrigações ora previstas pelo prazo de até 06 (seis) meses.

WDC

VS

GG



CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do presente TERMO será acompanhada e fiscalizada pelos representantes da **Doadora** e da **Donatária** abaixo designados:

Doadora:

Nome: Yanto Luís de Faria Araújo
E-mail: yanto.araujo@mrn.com.br
Telefone: (93) 988042595

Donatária:

Nome: Lucivaldo dos Santos Canuto
E-mail: coopbarcos@hotmail.com
Telefone: (93) 99197-7547

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Responsabilidades: A **Donatária** reconhece, desde já, a inexistência de qualquer fator ou condição imprevista ou imprevisível, não sendo legítima, então, a apresentação de qualquer reivindicação de ordem financeira ao longo e após a aquisição do bem móvel, mantendo-se fixas e inalteradas as regras ora pactuadas.

8.2 Novação: Este TERMO representa o acordo e o entendimento completo das Partes e se sobrepõe a quaisquer comunicações, acordos e entendimentos anteriores relacionados com a matéria deste TERMO.

8.3 Independência entre as Cláusulas: Cada cláusula, item, alínea, período e frase deste TERMO constitui um compromisso ou disposição independente e distinto. Sempre que possível, cada cláusula deste TERMO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da legislação aplicável. Caso alguma das cláusulas deste TERMO seja considerada ilícita, dita cláusula deverá ser julgada separadamente do restante do TERMO, e substituída por cláusula lícita e similar, que reflita as intenções originais das Partes, observando-se os limites da lei. Todas as demais cláusulas continuarão em pleno vigor.

8.4 Autonomia entre as Partes: As Partes neste TERMO são autônomas e independentes, não guardando entre si qualquer relação ou vínculo trabalhista ou previdenciário de qualquer origem ou causa, pelo que cada Parte é unicamente responsável pelas suas ações no cumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO.

8.5 As Partes, neste ato, declaram que em todas as suas atividades relacionadas a este TERMO cumprirão, a todo tempo, como todos os regulamentos, leis e legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção), e no que aplicável, a Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) (15 U.S.C §78-dd-1. et seq., conforme alterado), ao UK Bribery Act

UDSC

VS

GG



2010(Lei Inglesa de 2010 contra Suborno), bem como qualquer outra lei antissuborno, lei anticorrupção ou lei sobre conflitos de interesses aplicáveis às Partes.

8.6 Nenhuma das Partes poderá, em desacordo com a legislação aplicável, direta ou indiretamente, em nome da outra, fazer qualquer oferta, pagamento, promessa de pagamento ou autorização de pagamento de qualquer quantia, ou oferecer, presentear, prometer, dar, ou autorizar dar qualquer coisa, a qualquer funcionário público, qualquer partido político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou funcionário do mesmo, qualquer candidato a cargo político ou pessoa a estes ligados direta ou indiretamente.

8.7 É expressamente vedado a qualquer sócio, empregado, subcontratado, representante ou colaborador da contratada receber qualquer vantagem ou benefício em decorrência da presente contratação como também é vedada a situação inversa.

CLÁUSULA NONA – FORO

9.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, pendências ou questões oriundas do presente TERMO, as Partes elegem o Foro da Comarca de Oriximiná-PA, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiada que seja.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente TERMO em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam.

Porto Trombetas - PA, 24 de agosto de 2020.

DOADORA:

Guido Germani

Mineração Rio do Norte S.A.

Guido Roberto Campos Germani

Diretor Presidente

Vladimir Senra Moreira

Mineração Rio do Norte S.A.

Vladimir Senra Moreira

Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

Lucivaldo dos Santos Canuto.

COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO TROMBETAS - COOPBARCOS

Lucivaldo dos Santos Canuto

Diretor-Presidente

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:





PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE DOAÇÃO, CELEBRADO
EM 24/08/2020 ENTRE **MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A. e**
COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO
TROMBETAS - COOPBARCOS

MINERAÇÃO RIO DO NORTE S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.932.216/0001-46, com sede na Rua Rio Jari, s/nº, Porto Trombetas, na cidade de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **“Doadora”**;

E, de outro lado,

COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO TROMBETAS - COOPBARCOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.808.057/0001638**, com sede na Feirinha, BLOCO "A", BOX 13, Porto Trombetas, Município de Oriximiná, Estado do Pará, neste ato representado por seu representante legal infra-assinado, doravante denominada **“Donatária”**,

Doadora e Donatária acima qualificados, doravante denominados, em conjunto, simplesmente **“Partes”** e, de forma genérica e individual, simplesmente **“Parte”**, têm entre si, justo e acordado, firmar o Termo de Doação, doravante simplesmente **“TERMO”**, que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Considerando que:

- (i) Em 24 de agosto de 2020, as Partes celebraram o presente TERMO com a finalidade de doação de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, firmado diretamente pela Donatária com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia;
- (ii) O TERMO previu 68 (sessenta e oito) vidas, sendo 20 (vinte) cooperados e 68 (sessenta e oito) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da Donatária, totalizando o valor estimado de R\$ 88.597,86 (Oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos).
- (iii) A Donatária informou a Doadora que devido ao aumento de cooperados, o Plano de saúde precisaria passar por reajuste no número de pessoas beneficiadas e valores envolvidos;
- (iv) A Doadora concordou com o pleito da Donatária, informando que repassará à COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO TROMBETAS - COOPBARCOS o valor total de R\$ 154.239,30, que serão repassados em 06 parcelas, não obrigatoriamente em valores iguais mas sempre proporcionais ao número de associados mensalmente, mas tendo como referência 106 vidas cadastradas no Plano

WSC

VS

GG





de Saúde, parcelada mensalmente mediante execução dos serviços, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do Contrato e conforme seus anexos.

Diante dos fatos supramencionados, pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, resolvem as Partes aditar o Termo de Doação, no sentido de:

a) Alterar a **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

*1.1. O presente instrumento tem por objeto a doação, por liberalidade, da **Doadora**, à **Donatária**, de Recursos financeiros para custeio de Plano de saúde, a ser firmado diretamente pela **Donatária** com a Unimed e com cobertura de Prestação de Serviços Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares com Obstetrícia para 106 (cento e seis) vidas, sendo 21 (vinte e um) cooperados e 85 (oitenta e cinco) dependentes destes cooperados inscritos e efetivos da **Donatária**, com duração de 6 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato, conforme anexos contratuais. O valor estimado de R\$ 154.239,30 (cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta centavos).”*

b) Substituir o Anexo 6 do item **1.2.**, **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**, passando a considerar o documento anexo a este Termo:

1.2. São anexos deste instrumento:

- (i) Anexo 1 – Contrato firmado entre COOPERBARCOS e UNIMED;*
- (ii) Anexo 2 - Lista de Checagem;*
- (iii) Anexo 3 – Recibo de entrega de Documentos Responsável pela empresa;*
- (iv) Anexo 4 – Carta de Orientação ao Beneficiário;*
- (v) Anexo 5 – Termo de Indicação _Flex Empresa.*
- (vi) Anexo 6 – Ficha Cadastral de Inclusão de Beneficiários PJ_Empresarial***
- (vii) Anexo 7 - Manual de Orientação e Guia de Leitura Contratual;*
- (viii) Anexo 8 - Estatuto da Cooperativa”*
- (...)”*

c) Alterar os itens 2.3 e 2.4 da **CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES**, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“2.3. A Doadora realizará os depósitos na conta bancária de titularidade da Donatária para que esta realize diretamente o pagamento do boleto da UNIMED, referente ao Plano de Saúde:

Cooperboa, Banco Bradesco, Agência: 1961-5, C.C. 11326-3”

*“2.4. A **Donatária** realizará os pagamentos à UNIMED, e se obriga a prestar contas à Doadora nos 5 (cinco) dias seguintes à data do vencimento, acompanhada do respectivo recibo e nota fiscal”.*

d) Disposições Gerais:



WSC

VS

GG



Para todos os fins, as disposições constantes do presente Aditivo produzem efeito retroativamente à data de 24 de agosto de 2020, inclusive para regularizar a forma do 1º pagamento (realizado mediante depósito em conta da Donatária, e não através do pagamento do boleto).

Este Aditivo integra e compõe o TERMO, permanecendo em pleno vigor e inalteradas as demais cláusulas do TERMO ora aditado no que não tenham sido expressamente modificadas ou se tornando contrárias ao disposto neste instrumento, sendo, neste ato, ratificadas.

A Donatária dá à Doadora plena, geral, rasa e irrevogável quitação quanto às obrigações decorrentes deste TERMO realizadas até a presente data, para todos os fins de Direito, nada mais tendo a reivindicar, em juízo ou fora dele, a qualquer título.

E, estando assim justas e acordadas, as Partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo subscrevem, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Porto Trombetas - PA, 01 de setembro de 2020.

DOADORA:

Guido Germani
Mineração Rio do Norte S.A.
Guido Roberto Campos Germani
Diretor Presidente

Vladimir Senra Moreira
Mineração Rio do Norte S.A.
Vladimir Senra Moreira
Diretor de Sustentabilidade e Jurídico

DONATÁRIA:

Lucivaldo dos Santos Canuto.
COOPERATIVA DE SERVIÇOS FLUVIAIS ESPECIALIZADOS DO RIO TROMBETAS - COOPBARCOS
Lucivaldo dos Santos Canuto
Diretor-Presidente

Testemunhas:

1. *Jefferson dos Santos*
Nome: _____
CPF: _____

2. _____
Nome: _____
CPF: _____



DOC. 04



PROMOTORIA DE JUSTIÇA AGRÁRIA DE SANTARÉM
II REGIÃO AGRÁRIA

Ofício Circular n.º 028/2020 – MP/7ª PJ

Santarém/PA, 26 de março de 2020

Às Suas Excelências, os (as) Senhores (as)
SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA – SR 30
COORDENADOR REGIONAL 3 DO ICMBIO
NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA ICMBIO - TROMBETAS
COORDENADOR REGIONAL DE SANTARÉM - IDEFLOR-BIO
SECRETÁRIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
FUNAI - DIRETOR DO CTL SANTARÉM
DIRETORA DO 9ª CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA
PREFEITO MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORIXIMINÁ
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO
MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ
ASSOCIAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ
PROFESSOR MARCELINO CONTI – UFF
MINERAÇÃO RIO DO NORTE - TROMBETAS

Ref. Procedimento Administrativo nº 003167-031/2020

Exmos. (as) Senhores (as),

Com meus cumprimentos, no interesse em dar efetividade às ações elencadas na Recomendação Conjunta nº 02/2020 (anexa) e considerando os encaminhamentos da reunião interinstitucional realizada em 26/03/2020(memória de reunião anexa), **INFORMAMOS** da constituição do Grupo de Trabalho para fins de elaboração de material de orientação a prevenção ao COVID-19 voltado aos povos e comunidades tradicionais do Município de Oriximiná e região, bem como de verificar medidas preventivas que possam proteger as populações rurais, quilombolas e indígenas da região.

Atenciosamente,

IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:65916425287

Assinado de forma digital por IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:65916425287
Dados: 2020.03.26 17:33:55 -03'00'

IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA
Promotora de Justiça Agrária de Santarém
II Região Agrária

LILIAN REGINA FURTADO BRAGA:29902347215

Assinado de forma digital por LILIAN REGINA FURTADO BRAGA:29902347215
Dados: 2020.03.26 18:57:24 -03'00'

LÍLIAN REGINA FURTADO BRAGA
Promotora de Justiça Ambiental de Santarém
Respondendo pela 8ª Promotoria de Justiça de Santarém

PRM-STM-PA-00010953/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO


Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Restam pendentes as respostas da SESP, da FOQS e da Prefeitura Municipal de Óbidos/PA.

Oficiou-se também às Prefeituras dos Municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, às empresas Mineração Rio do Norte e Elecnor do Brasil Ltda, à Comissão Pró-Índio.

O Ministério da Saúde informou que a aquisição dos testes moleculares de RT-qPCR em tempo real para COVID-19 está sendo realizada pela Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde (CGLAB/DAEVS/SVS/MS) e estes estão sendo disponibilizados aos LACEN, cabendo aos LACEN a distribuição interna no Estado ou ficando a distribuição sob responsabilidade do Almoxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde.

Acrescentou ainda, que com o intuito de apoiar as Unidades Federativas, o Ministério da Saúde está adquirindo, de forma excepcional, swabs e tubos utilizados para coleta de amostras suspeitas da doença e ao LACEN do Pará foram enviados até o momento,

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA/	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	---	---

91.944 testes de RT-qPCR para detecção de SARS-CoV2, 23.500 swabs e 5.192 tubos de coleta, sendo todas as amostras suspeitas de COVID-19 dos quilombolas do município de Santarém encaminhadas a este LACEN, o qual realiza o diagnóstico do agravo.

Especialmente quanto ao atendimento da demanda quilombola informou que em se empenhado a elaborar as orientações aos seus grupos prioritários específicos, e orientou que questionamentos especialmente voltados à população quilombola sejam encaminhados à Fundação Cultural do Palmares.

No tocante a atuação do município de Santarém no âmbito das medidas de saúde adotadas para a as populações quilombolas, a Secretaria de Saúde do Município esclareceu que tem adotado sérias medidas para os diagnósticos dos pacientes acometidos de Síndrome Gripal nas comunidades quilombolas de Saracura, Tiningú, Murumurutuba, São Benedito do Ituí e Arampemã.

Além disso, foi informada a ação de um Ambulatório Itinerante de Saúde, contabilizando-se em uma só comunidade um total de 157 medicamentos e dispensados 1.625, também foram aplicadas 55 doses de reforço de vacinas, 09 testes rápidos realizados, além de 16 notificações por suspeitos e 108 consultas médicas.

De acordo com os esclarecimentos prestados pela empresa ELECNOR, não estão sendo realizadas quaisquer atividades in loco e que tem adotado procedimentos de segurança e saúde de todos os seus funcionários para a prevenção do Covid-19, citando (i) controle por meio da realização exames periódicos e (ii) uso constante de EPI - Equipamento de Proteção Individual.

A Prefeitura Municipal de Oriximiná/PA encaminhou planilha detalhada com o acompanhamento do registro de casos de Covid-19 nas comunidades quilombolas do município referente ao período de 15/03/2020 a 24/08/2020, conforme o trecho a seguir apresentado



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA/

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA

Telefone: (93)35120800

Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

Em atenção ao Ofício nº 230/2020 – PGM, apresento as informações solicitadas, conforme abaixo.

1 – Notificações COVID-19 segundo comunidades quilombolas/ribeirinhas (planilha anexa); ressaltando-se que grande parte das notificações para COVID-19 das populações quilombolas estão sendo realizadas pelos Serviços da Mineração Rio do Norte.

Os dados apresentados referem-se ao período de 15/03/2020 a 24/08/2020 sujeitos a revisão.

2 – Protocolo de atendimento aos casos:


Tanto os Serviços da Mineração Rio do Norte quanto dos Serviços Municipais seguem as mesmas orientações.

- a) Identificação de sintomáticos suspeitos, indicação de isolamento domiciliar e monitoramento remoto e/ou com visitas domiciliares;
- b) Avaliação e indicação de isolamento domiciliar de contatos de sintomáticos suspeitos;
- c) Fornecimento de medicação sintomática;
- d) Testagem rápida, após o período de monitoramento de 14 dias após início dos sintomas para os suspeitos sintomáticos e os contatos domiciliares;
- e) De acordo com avaliação médica, a internação é indicada e, da mesma forma, a transferência para os Centros de Referência, de acordo com cada caso.
- f) A partir do dia 23/08/2020, a UBS FLUVIAL iniciou um período de ação percorrendo as comunidades Quilombolas e Ribeirinhas, incluindo avaliação de sintomáticos suspeitos para COVID e seus contatos, fornecimento de medicação sintomática e protocolar e testagens rápidas. Dados da primeira ação no Alto Trombetas, em análise e ainda não disponíveis nesta data.

3 – Retomada das aulas nas Escolas Quilombolas e Ribeirinhas.

Este item está descrito no Plano de Retomada da PMO.

Relativamente ao retorno das atividades escolares presenciais, não há previsão,

 <p>MPF Ministério Público Federal</p>	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA/</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br</p>
--	---	---

mas foi informada a elaboração de um Caderno de Atividades para subsidiar práticas pedagógicas das escolas da área rural com a entrega aos responsáveis dos alunos seguindo medidas de segurança como o uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento físico.

A Comissão Pró-Índio, por sua vez informou que apenas acompanha a evolução dos casos de Covid- 19 entre os quilombolas, a partir dos dados divulgados pelas Prefeituras e pela MRN.

Por fim, a Mineração Rio do Norte informou que interrompeu suas atividades *in loco* nas comunidades quilombolas, e no interesse do Projeto Quilombo - programa de saúde preventiva realizado nas comunidades quilombolas do Alto Trombetas, está realizando orientações e o repasse de informações sobre o combate ao Covid-19.

Ademais, firmou em 22.07.2020, o Termo de Acordo e Cooperação Técnica com Repasse de Recursos com a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO (doc .01), com a finalidade de garantir a produção manual de máscaras de proteção individual, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS.

O referido termo previu um aporte financeiro de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) para a confecção de 13 (treze) mil máscaras que beneficiarão os moradores das comunidades ribeirinhas do PAE Sapucá - Trombetas, tribos indígenas de Oriximiná e comunidades quilombolas. AARQMO prevê a distribuição da seguinte forma: (i) duas mil máscaras para a Associação ACOMTAGS, (ii) duas mil máscaras para os indígenas; (iii) quinhentas para o Projeto Tambor na Mata; e (iv) oito mil e quinhentas máscaras para as comunidades quilombolas de Oriximiná, além de outras medidas informadas.

Isto posto, com o propósito de obter informações atualizadas sobre o avanço da pandemia de Covid-19 nos territórios quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, além de outros questionamentos que aguardam resposta, determino:

1 - Oficie-se ao Gabinete do Secretário de Saúde Pública do Estado do Pará, Rômulo Rodovalho Gomes (gabinete.sec@sespa.pa.gov.br), para que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA. Ressalte-se a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes;

2 - Oficie-se às Prefeituras de Santarém, Óbidos e Oriximiná para que informem:



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA/

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA

Telefone: (93)35120800

Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas;

3 - Somente para a Prefeitura de Óbidos/PA:

a) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;

b) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso;


4 - Somente para a Prefeitura de Santarém/PA:

a) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso;

5 - Que a assessoria realize contato telefônico com a FOQS para solicitando resposta ao ofício encaminhado por esta Procuradoria, considerando a relevância das informações requisitadas.

Santarém, 5 de outubro de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA/	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	---	---

PRM-STM-PA-00010976/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 854/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.

Ao Senhor

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Saúde Pública do Estado do Pará

E-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19, nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA. Ressalta-se a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias** úteis para resposta a este expediente.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00010979/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 855/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.

À Sua Excelência o Senhor
NÉLIO AGUIAR
Prefeito
Prefeitura Municipal de Santarém/PA
Av. Dr. Anysio Chaves, 853, Aeroporto Velho
68030-290 Santarém/PA

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas;

c) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---


prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	---	--

PRM-STM-PA-00010981/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 856/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.


A Sua Excelência o Senhor
FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS
Prefeito de Óbidos/PA
R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro
68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

- a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;
- b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas;
- c) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;
- d) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---


prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00010984/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 857/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO ODINÉLIO TAVARES DA SILVA
Prefeito de Oriximiná/PA
Rua Barão do Rio Branco, 2336
68270-000 Oriximiná/PA
E-mail: gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,


1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00010995/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifica o envio dos Ofícios 854/2020, 855/2020, 856/2020 e 857/2020. Em anexo, cópia dos e-mails enviados.

Santarém, 5 de outubro de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 05/10/2020 18:24. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave B05B2689.7FD6E1F0.9424EB65.2D1E026D

De:

Para:

CO:

Data:

Assunto:

Anexos:

Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)

controleobidos@gmail.com

segunda-feira - 5/outubro/2020 18:12

MPF - OFÍCIO 856/2020 PROCEDIMENTO 271/2020-47

Text.htm; OFÍCIO-856-2020-PREFEITURA-OBIDOS-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 856/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

De:	Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para:	gap@santarem.pa.gov.br
CO:	
Data:	segunda-feira - 5/outubro/2020 18:13
Assunto:	MPF - OFÍCIO 855/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos:	Text.htm; OFÍCIO-855-2020-PREFEITURA-STM-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 855/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

De:

Para:

CO:

Data:

Assunto:

Anexos:

Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)

gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br

segunda-feira - 5/outubro/2020 18:15

MPF - OFÍCIO 857/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

Text.htm; OFÍCIO-857-2020-PREFEITURA-ORIXIMINÁ-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 857/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

De:	Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para:	gabinete.sec@sespa.pa.gov.br
CO:	
Data:	segunda-feira - 5/outubro/2020 18:16
Assunto:	MPF - OFÍCIO 854/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos:	Text.htm; OFÍCIO-854-2020-SESPA-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 854/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,



Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão

Manifestação 20200188648

Pessoa Física	Sexo Feminino
Manifestante	PRISCILA SANTOS ARTIGAS
CPF	846.362.119-87
Nascimento	19/02/1972
Ocupação	Advocacia
Email	giovannakrist@milare.adv.br
Município	SANTARÉM
UF	PA
País	Brasil
Endereço	
CEP	

Pedido de Informação Processual

Descrição

Prezados,

Solicito, por gentileza, cópia dos processos listados abaixo.

- Inquérito Civil nº 1.23.002.000482/2009-74 a partir do doc. PRM-STM-PA-00010433/2020.
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000163/2011-83 a partir do doc. PRM-STM-PA-00008273/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000501/2012-68 a partir do doc. PGR-00327358/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000412/2011-31 a partir do doc. PRM-STM-PA-00009824/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000286/2014-67 a partir do doc. PRM-STM-PA-00008334/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000187/2016-47 a partir do doc. PRM-STM-PA-00004768/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000271/2020-47 a partir do doc. PRM-STM-PA-00010281/2020

Obrigada.





Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão



Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão

Andamentos

Data	Tipo	Responsável
22/10/2020 08:30	Assume manifestação	ARISLY PERES
21/10/2020 12:06	Cadastro de Manifestação	MANIFESTANTE

		ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL	
		CONSELHO SECCIONAL DO PARANA IDENTIDADE DE ADVOGADO	
22529	NOME PRISCILA SANTOS ARTIGAS		
	FILIAÇÃO JOSE LUIS ROCHA ARTIGAS MARIA INES SANTOS ARTIGAS		
	NATURALIDADE CURITIBA-PR		
	RG 48515766 SSPPR		
	DATA DE NASCIMENTO 19/02/1972		
DOADOR DE ORGÃO E TEGIDOS NÃO		CPF 848.382.119-87	VIA 01
		EXPEDIDO EM 04/07/2012	
		JOSE LUCIO BIONDI PRESIDENTE	





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AV. 07 de Setembro nº61, Bairro Santa Clara, CEP 68005100, FONE: (93) 2101-0100

OFÍCIO/SEMSA/JURÍDICO N ° 500/2020

Santarém, 12 de Novembro de 2020.

À Sua Excelência o Senhor
Hugo Elias Silva Charchar
Procurador da República
Av. Marechal Castelo, nº 915
Interventoria - Santarém-PA.

Com os cumprimentos de estilo, de ordem do Prefeito Municipal de Santarém, Francisco Nélio de Aguiar, em resposta ao **Ofício Nº855/2020/GABPRM3-HESC**, informamos que:

- a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados e, os óbitos decorrentes do contágio da COVID-19 no territórios quilombolas são:

Comunidades	Confirmados/Positivos	Monitorados	Curados/Recuperados	Óbitos
Arapemã	0	0	0	0
Bom Jardim	1	1	0	1
Murumuru	6	6	5	1
Murumurutuba	0	0	0	0
Nova Vista do Ituquí	0	0	0	0
Patos do Ituquí	1	1	1	0
Pérola do Maicá	12	12	12	0
São José do Ituquí	0	0	0	0
Saracura	8	8	8	0
Surubiu-açu	0	0	0	0
Tiningú	9	9	9	0
Total	37	37	35	2

- b) Encaminhamos em anexo, relação com o quantitativo de insumos distribuídos, conforme requisitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AV. 07 de Setembro nº61, Bairro Santa Clara, CEP 68005100, FONE: (93) 2101-0100

c) Com relação à alínea c, segue em anexo, Memorando Nº182/2020/JUR/SEMED respondido pelo Procurador Jurídico da Secretaria Municipal de Educação, na sua total integralidade.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e apreço

Atenciosamente,

MATHEUS IAGO COUTINHO GOMES.
Assessor Jurídico do Município - SEMSA/STM
Dec. Nº 304/2020 – GAP/PMS
OAB/PA 28.384



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

MEMO Nº 182/2020/JUR/SEMED

Santarém-PA, 10 de Novembro de 2020.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
MARA REGINA XAVIER BELO

DESTINATÁRIO: CHEFE DE GABINETE
JOÃO CLOVIS DUARTE LISBOA

Prezado Senhor,

Honrados em cumprimentar Vossa Senhoria, de ordem da Ilma. Secretária Municipal de Educação de Santarém Sra. Mara Regina Xavier Belo, em resposta ao ofício n.º 855/2020/GABPRM3-HESC oriundo do Ministério Público Federal que solicita informações relacionadas ao retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público quilombola, e quais medidas que serão adotadas para prevenção da propagação do covid-19 nos territórios quilombolas.

Atendo a solicitação ministerial, vimos pelo presente informar que devido a pandemia do COVID-19 o Município de Santarém, através Decreto Municipal N.º 095/2020 suspendeu as aulas escolares em toda Rede Municipal de Ensino. Diante de tal suspensão, esta SEMED, através da Portaria N.º 113/2020-SEMED, instituiu o Comitê de Trabalho Intersetorial, formado por representantes desta SEMED, do Conselho Municipal de Educação-CME, da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA, da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social-SEMTAS, da Câmara Municipal de Santarém e um suplente e do Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém – SINPROSAN, com o objetivo de dialogar, sugerir e planejar diretrizes inerentes ao retorno do ano letivo 2020.

Das discussões, foi formulado o plano de retorno das aulas nas escolas públicas municipais denominado **“DIRETRIZES GERAIS PARA O RETIRO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM”**. Por este plano, as escolas quilombolas

11 NOV 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

retornaram as atividades escolares no dia 08 de setembro de 2020, através do ensino não presencial.

Paulatinamente a isso, esta SEMED distribuiu os kits de alimentação escolar, em conformidade com as resoluções oriundas do Ministério da Educação, bem como, deu início ao procedimento licitatório para compra de EPIs a serem distribuídos as cerca de 400 unidades escolares vinculadas a esta Secretaria.

No momento, os EPIs adquiridos estão em processo de distribuição, e quando do seu encerramento, um eventual retorno presencial gradual, facultativo e intercalado das aulas escolares será objeto de discussão no comitê formado para esse fim.

Especificamente sobre os povos quilombolas, temos a informar que atualmente está sendo ofertado o ensino não presencial, conforme estipulado nas **DIRETRIZES GERAIS PARA O RETIRO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**, sendo de responsabilidade de cada gestor escolar a gerência da oferta desta modalidade de ensino.

Por conseguinte, em relação as medidas adotadas para prevenção da propagação do covid-19, foi estabelecido o rodizio de trabalho dos servidores, o trabalho remoto dos servidores pertencente aos grupos de risco, a distribuição de EPIs e adoção de todas as medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos e autoridades de saúde.

Diante do exposto, esperamos ter atendido a solicitação ministerial e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,


Danilo Machado Aguiar
Procurador Jurídico do Município
12.627 - Lei Mun. 20.204/2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AV. 07 de Setembro nº61, Bairro Santa Clara, CEP 68005100, FONE: (93) 2101-0100

OFÍCIO/SEMSA/JURÍDICO N ° 500/2020

Santarém, 12 de Novembro de 2020.

À Sua Excelência o Senhor
Hugo Elias Silva Charchar
Procurador da República
Av. Marechal Castelo, nº 915
Interventoria - Santarém-PA.

Com os cumprimentos de estilo, de ordem do Prefeito Municipal de Santarém, Francisco Nélio de Aguiar, em resposta ao **Ofício Nº855/2020/GABPRM3-HESC**, informamos que:

- a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados e, os óbitos decorrentes do contágio da COVID-19 no territórios quilombolas são:

Comunidades	Confirmados/Positivos	Monitorados	Curados/Recuperados	Óbitos
Arapemã	0	0	0	0
Bom Jardim	1	1	0	1
Murumuru	6	6	5	1
Murumurutuba	0	0	0	0
Nova Vista do Ituquí	0	0	0	0
Patos do Ituquí	1	1	1	0
Pérola do Maicá	12	12	12	0
São José do Ituquí	0	0	0	0
Saracura	8	8	8	0
Surubiu-açu	0	0	0	0
Tiningú	9	9	9	0
Total	37	37	35	2

- b) Encaminhamos em anexo, relação com o quantitativo de insumos distribuídos, conforme requisitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AV. 07 de Setembro nº61, Bairro Santa Clara, CEP 68005100, FONE: (93) 2101-0100

c) Com relação à alínea c, segue em anexo, Memorando Nº182/2020/JUR/SEMED respondido pelo Procurador Jurídico da Secretaria Municipal de Educação, na sua total integralidade.

Sem mais para o momento, renovo votos de estima e apreço

Atenciosamente,

MATHEUS IAGO COUTINHO GOMES.
Assessor Jurídico do Município - SEMSA/STM
Dec. Nº 304/2020 – GAP/PMS
OAB/PA 28.384



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

MEMO Nº 182/2020/JUR/SEMED

Santarém-PA, 10 de Novembro de 2020.

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
MARA REGINA XAVIER BELO

DESTINATÁRIO: CHEFE DE GABINETE
JOÃO CLOVIS DUARTE LISBOA

Prezado Senhor,

Honrados em cumprimentar Vossa Senhoria, de ordem da Ilma. Secretária Municipal de Educação de Santarém Sra. Mara Regina Xavier Belo, em resposta ao ofício n.º 855/2020/GABPRM3-HESC oriundo do Ministério Público Federal que solicita informações relacionadas ao retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público quilombola, e quais medidas que serão adotadas para prevenção da propagação do covid-19 nos territórios quilombolas.

Atendo a solicitação ministerial, vimos pelo presente informar que devido a pandemia do COVID-19 o Município de Santarém, através Decreto Municipal N.º 095/2020 suspendeu as aulas escolares em toda Rede Municipal de Ensino. Diante de tal suspensão, esta SEMED, através da Portaria N.º 113/2020-SEMED, instituiu o Comitê de Trabalho Intersetorial, formado por representantes desta SEMED, do Conselho Municipal de Educação-CME, da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA, da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social-SEMTAS, da Câmara Municipal de Santarém e um suplente e do Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém – SINPROSAN, com o objetivo de dialogar, sugerir e planejar diretrizes inerentes ao retorno do ano letivo 2020.

Das discussões, foi formulado o plano de retorno das aulas nas escolas públicas municipais denominado **“DIRETRIZES GERAIS PARA O RETIRO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM”**. Por este plano, as escolas quilombolas

11 NOV 2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 712 – Aeroporto Velho – CEP: 68030-360– Santarém/Pará
E-mail: semed@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 3522-7735

retornaram as atividades escolares no dia 08 de setembro de 2020, através do ensino não presencial.

Paulatinamente a isso, esta SEMED distribuiu os kits de alimentação escolar, em conformidade com as resoluções oriundas do Ministério da Educação, bem como, deu início ao procedimento licitatório para compra de EPIs a serem distribuídos as cerca de 400 unidades escolares vinculadas a esta Secretaria.

No momento, os EPIs adquiridos estão em processo de distribuição, e quando do seu encerramento, um eventual retorno presencial gradual, facultativo e intercalado das aulas escolares será objeto de discussão no comitê formado para esse fim.

Especificamente sobre os povos quilombolas, temos a informar que atualmente está sendo ofertado o ensino não presencial, conforme estipulado nas **DIRETRIZES GERAIS PARA O RETIRO DAS ATIVIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**, sendo de responsabilidade de cada gestor escolar a gerência da oferta desta modalidade de ensino.

Por conseguinte, em relação as medidas adotadas para prevenção da propagação do covid-19, foi estabelecido o rodizio de trabalho dos servidores, o trabalho remoto dos servidores pertencente aos grupos de risco, a distribuição de EPIs e adoção de todas as medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos e autoridades de saúde.

Diante do exposto, esperamos ter atendido a solicitação ministerial e nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,





Danilo Machado Aguiar
Procurador Jurídico do Município
12.627 - Lei Mun. 20.204/2017

Secretaria Municipal
de Saúde



SANTARÉM

PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
ESF Tinguá		24/08/20	
Para:		Data da Entrega:	
Almoxarifado		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	03	EX luva P I PROTEK 14116	03 06/23
02	02	EX luva M I 1807 8103	02 07/21
03	05	Alcool 70%	03 /
04	10	Soca	50 /
05	10	Ortural	10 /
06	22	mascara N95 azul OFFI	22 /
07	02	Esparadipo L 1903 473	01 09/20
08	10	Antiseptico 1.1-081 148	10 07/21
09	30	Agua destilada 10ml	0 /
10	03 at.	Gázes 1.641 1692	03 10/23
11	30	Cam. 12. 1908 09.13	20 07/21
12	10	SCB fisiológico 1.741 1148	10 11/20
13	02	P. Papel 100ml	02 /
14	01	EX Alcool 70% 1 ACS1	12 /
15	50	mascara TNT	50 /
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Entregue	Recebido
 Resp. do Setor		25/08/20  Funcionário	25/08/20  Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
CAF		08/07/20	
Para:		Data da Entrega:	
UBS-Tinguá		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	20	OFFI	20
02	03	Alcool 70%	03
03	50	Soca	50
04	10	Ortural	10
05	30	mascara TNT	30
06	02	mascara	02
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
06/07/20 Resp. do Setor			
Resp. do Setor		Funcionário	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
CAF - Semse		10/08/20	
Para:		Data da Entrega:	
UBS - São Ciríaco		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	15	PFF2	15
02	10	álcool 70% (ACS)	10
03	02	álcool 70% (UBS)	02
04	02	álcool 70%	02
05	50	Touca	50
06	40	máscara	40
07	01	0. Capote	01
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
			<i>Deborah Coelho</i>
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
CAF - Semse		03/09/20	
Para:		Data da Entrega:	
UBS - São Ciríaco		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	15	PFF2 / N95	15
02	12	álcool 70% (ACS)	12
03	02	álcool 70%	02
04	50	Touca	50
05	02	R. Oriental	02
06	25	máscara TNT	25
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
			<i>Deborah Coelho</i>
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
		<i>Raxi</i>	

Secretaria Municipal
de Saúde



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido 15.09.20	
Para:		Data da Entrega 1/1/	
Item	Qtd	Descrição de Material	Material Atendido
01			
02		álcool 70%	03 -
03			
04		EPH	50 -
05			
06			
07		máscara (EGP e EACS)	35 -
08			
09		10 de luva M	01 -
10		máscara INT	30 -
11		máscara tipo 2	30 -
12		1 papel toalha	01 -
13		12 álcool 70%	12
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Validado			
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
			Validado

16.09.20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido: 30/06/20	
Para:		Data da Entrega: 03/07/20	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	15	PEF2	15
02	12	álcool 70%	12
03	50	luvas	50
04	60	máscara INT	60
05	03	óculos de proteção	03
06	01	álcool 70%	01
07	40	kit covid	40
08	50	máscara Fenda	50
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Validado			
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
			Validado

Marcelo Leal Dias
Coord. Almox. / CAF/SEMSA
Portaria n.º 05512019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: <u>CAF</u>		Data do Pedido: <u>30.07.20</u>	
Para: <u>UBS- Jacamin</u>		Data da Entrega: <u>1/1</u>	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	23	FFF2	23
02	10	Alcool 70%	10
03	03	Alcool 70%	03
04	50	Touca	50
05	01	Papel Toalha	01
06	01	Capote	01
07	02	Alcool gel	02
08	40	masseira TNT	40
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Resp. do Setor	Funcionário

30.07.2020

SEMSA
Secretaria Municipal
de Saúde



PREFEITURA DE
SANTARÉM

PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: <u>Jacamin</u>		Data do Pedido: <u>20.07.20</u>	
Para: <u>DAB</u>		Data da Entrega: <u>1/1</u>	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01			
02		Alcool 70%	50
03			
04			03
05	35	FFF2	35
06	02	Alcool gel	02
07	10	Capote	10
08	20	Alcool 70% (ACS)	20
09	01	P. Papel Toalha	01
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Resp. do Setor	Funcionário

Rainanda Valdiveneza da Silva Siqueira

22.07.20

Secretaria Municipal
de Saúde

SANTAREM

PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: ESF Jacamin		Data do Pedido: 07/07/20	
Para: Almoxarifado		Data da Entrega: 1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	03	Pate demarcadora descart.	01
02	03	Pate de Gesso	01
03	03	Cx de RMT	01
04	02	Mascara EPI n95	02
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido T-SB Simone Mocul	Aprovado 	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário

SEMSA
Secretaria Municipal
de Saúde



PREFEITURA DE
SANTARÉM

PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: U.B.S. Jacamin		Data do Pedido: 30/06/20	
Para: CAT		Data da Entrega: 01/07/20	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	03	Alcool 70%	03
02	-	Algodão (1) 07/2019	7/23
03	-	Luva (1) 2/25	2/25
04	-	Luva (1) 3/23	3/23
05			
06	01	Sonda nasal 020	0
07	039032	02 N2 16	
08	02	Balsa Coletora (1) 17/008	17/008
09			
10	02	Touca	50
11			
12		Gel para sonar 01	
13			
14	01	Alcool gel	01
15			
16		manicure	35
17		Papel Toalha	01 gel
18			
19			
20			

Pedido Valdilene Sá Lobo Siqueira COREN-PA 163596	Aprovado	Entregue	Recebido Valdilene
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
CAF - Sma		04.09.20	
Para:		Data da Entrega:	
UBS - Tapari Grande		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	16	PFF2	16
02	12	Alcool 70%	12
03	02	Alcool 70%	02
04	50	Paço	50
05	01	Pet. Cimental	01
06	25	mascara INT	25
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
		dox	laquel

SEMSA
Secretaria Municipal
de Saúde



PREFEITURA DE
SANTARÉM

PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
Jucamir		29/07/20	
Para:		Data da Entrega:	
CAF		1/1	
Item	Qtd	Descrição de Material	Material Atendido
01			
02	02	Protetor Facial	02
03			
04		Odontologia.	
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
UBS Tapara Grande		07.07.20	
Para:		Data da Entrega:	
CAF		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	07	Alcool gel (Pavol)	07
02	50	Alcool 70%	50
03	10	Alcool 70%	10
04	13	Alcool 70%	13
05	02	Alcool 70%	02
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Funcionário	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
CAF - Simoes		07.08.20	
Para:		Data da Entrega:	
UBS - Tapara Grande		07.08.20	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	16	Alcool 70%	16
02	09	Alcool 70% (PACSI)	09
03	03	Alcool 70% (UBS)	03
04	50	Alcool 70%	50
05	01	P. Capote	01
06	50	Alcool 70%	50
07	03	Alcool 70%	03
08	02	Alcool 70%	02
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Funcionário	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: CAF - Smae		Data do Pedido: 28.10.20	
Para: UBS - Timineira		Data da Entrega: 1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	22	N95	22
02	03	álcool	03
03	50	gaze	50
04	01	P. Cirúrgico	01
05	20	maxilar tecido	20
06	02	álcool cpl	02
07	01	P. Teclho	01
08	01	CX maxilar cirurgia	01
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
		Ros	[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: CAF - Smae		Data do Pedido: 28.10.20	
Para: UBS - Jacumim		Data da Entrega: 1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	34	N95	34
02	03	álcool 70%	03
03	02	álcool cpl	02
04	50	gaze	50
05	20	maxilar tecido	20
06	01	maxilar descartável	01
07	01	Pat. Royal Teclho	01
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
		[Assinatura]	[Assinatura]
		27.10.20	
		Ros	[Assinatura]

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
CPF - Semel		07/08/20	
Para:		Data da Entrega:	
UBS - Japona - Ormado		07/08/20	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	16	OFFS	16 -
02	09	Alcool 70% (ACSI)	09 -
03	03	Alcool 70% (UBS)	03 -
04	50	Alcool 70%	50 -
05	01	P. Capote	01 -
06	50	Mascara TUT	50 -
07	03	Alcool 70%	03 -
08	03	Alcool 70%	03 -
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Resp. do Setor	Funcionário
			Recebido 07/08/20

SEMSA
Secretaria Municipal
de Saúde



PREFEITURA DE
SANTARÉM

PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De:		Data do Pedido:	
ESF Tingu		24/08/20	
Para:		Data da Entrega:	
Almoxarifado		1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	03	Ex luva P 1 PROMEXIA 4146	03 - 06/20
02	02	Ex luva M 1 1807 0103	02 - 07/20
03	05	Alcool 70%	03 -
04	10	Foca	50 -
05	10	Gluental	10 -
06	22	Mascara N45 azul OFFS	22 -
07	02	Emparedado L 1703 473	02 - 06/20
08	10	Antibiotico 1 - 08/1/18	10 - 07/20
09	20	Teia vestida 10ml	0 -
10	03 at.	Gels 1 6118 1682	03 - 11/20
11	20	Cam. fisiologica 1 1908 0902	20 - 07/20
12	10	soro fisiologico 1 1701 1148	10 - 11/20
13	01	P. Capote	02 -
14	01	Ex Alcool 70% (ACSI)	12 -
15	50	Mascara TUT	50 -
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Entregue	Recebido
Resp. do Setor		Funcionário	25/08/20
Resp. do Setor		Funcionário	Recebido

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: CAF - SEMSA		Data do Pedido: 04/09/20	
Para: UBS Santana do Kuguari		Data da Entrega: 1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	15	PFF2	15
02	02	álcool 70%	02
03	02	álcool 90%	02
04	50	álcool	50
05	01	1 Quental	01
06	25	masseira TNT	30
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
		DR	DR OTHANILDO TORRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: UBS Tapará Grande		Data do Pedido: 07/07/20	
Para: CAF		Data da Entrega: 1/1	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	07	álcool 90% (forral)	07
02	50	álcool 70%	50
03	10	álcool 90%	10
04	15	masseira PFF2	15
05	02	álcool 100%	02
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido	Aprovado	Entregue	Recebido
Resp. do Setor	Resp. do Setor	Funcionário	Funcionário
	Maria Alcantara Leal Dias Coord. Alim. / CAF/SEMSA POTENSA		Amir

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: CAF		Data do Pedido: 06/10/20	
Para: UBS - Teresopolis		Data da Entrega: 11	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	20	PF 2	20
02	03	Alcool 70%	03
03	50	lençóis	50
04	10	lençóis	10
05	10	mascara TNT	10
06	02	máscara	02
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido 06/10/20		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Resp. do Setor	Funcionário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PEDIDO INTERNO DE MATERIAL

De: CAF - Teresopolis		Data do Pedido: 09/11/20	
Para: Farmacia Saude		Data da Entrega: 09/11/20	
Item	Qtd.	Descrição de Material	Material Atendido
01	14+1	mascara N95 / PFF2	15
02	03	Alcool 70	03
03	03	Alcool gel	03
04	20	mascara Bico	20
05	25	lençóis	25
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
Pedido		Aprovado	Entregue
Resp. do Setor		Resp. do Setor	Funcionário

Ret 27/11/20

09.11.20

PRM-STM-PA-00012194/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico que em 13 de novembro de 2020, realizei contato telefônico com a Secretária da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém - FOQS, Sra. Miriane Coelho, por meio do número (91) 991306608, para obter informações sobre a resposta dos ofícios encaminhados no interesse do presente procedimento.

Na ocasião, a Sra. Miriane informou que será realizada uma reunião com o Presidente da FOQS em que farão o levantamento das informações para encaminhar resposta em 16/11/2020 (segunda-feira).

Santarém, 13 de novembro de 2020.

FERNANDA SILVA ROSSAROLA
ASSESSORA NÍVEL II



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
www.mpf.mp.br/mpfservicos

PRM-STM-PA-00012195/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.


A Secretaria Municipal de Saúde de Santarém informou, em relação ao quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados e, os óbitos decorrentes do contágio da COVID-19 nos territórios quilombolas do município, que foram registrados 37 casos positivos e 2 óbitos.

No que se refere ao quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, apresentou os comprovantes de aquisição EPIs e de álcool 70.

Quanto ao retorno das atividades escolares, esclareceu que as aulas presenciais ainda não foram retomadas, que foi elaborado um plano de retorno das aulas nas escolas públicas municipais, e o retorno das aulas não presencial ocorreu em 08 de setembro de 2020.

Dessa forma, atualmente, de acordo com as informações prestadas, a Prefeitura Municipal de Santarém está em fase de aquisição de EPIs para serem distribuídos nas unidades escolares, estão sendo distribuídos kits de alimentação escolar e que os territórios quilombolas tiveram retorno das atividades escolares somente de forma não presencial.

Da certidão de fls retro verifica-se que a FOQS informou que encaminhará as

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

informações que possui acerca das demandas quilombolas decorrentes da pandemia de COVID-19.

Pendentes as respostas dos Ofícios nº 854, 856 e 857.

Diante do exposto, reiterem-se os ofícios supracitados.

Santarém, 13 de novembro de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
--	--	---

PRM-STM-PA-00012337/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 922/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 16 de novembro de 2020.

Ao Senhor

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Saúde Pública do Estado do Pará

E-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

Assunto: **Reitera o Ofício 854/2020.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimendo-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

PRM-STM-PA-00010976/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 854/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.

Ao Senhor

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Saúde Pública do Estado do Pará

E-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19, nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA. Ressalta-se a necessidade de que sejam informadas todas as medidas adotadas, além da indicação de insumos distribuídos, recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias** úteis para resposta a este expediente.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00012338/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 923/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 16 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS

Prefeito de Óbidos/PA

R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro

68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Reitera o Ofício 856/2020.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimtando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

PRM-STM-PA-00010981/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 856/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.


A Sua Excelência o Senhor
FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS
Prefeito de Óbidos/PA
R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro
68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

- a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;
- b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas;
- c) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;
- d) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---


prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00012339/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 924/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 16 de novembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO ODINÉLIO TAVARES DA SILVA
Prefeito de Oriximiná/PA
Rua Barão do Rio Branco, 2336
68270-000 Oriximiná/PA
E-mail: gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Reitera o Ofício 857/2020.**

Senhor,

1. Cumprimtando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

PRM-STM-PA-00010984/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 857/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 5 de outubro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
ANTÔNIO ODINÉLIO TAVARES DA SILVA
Prefeito de Oriximiná/PA
Rua Barão do Rio Branco, 2336
68270-000 Oriximiná/PA
E-mail: gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,


1. Cumprimentando-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00012372/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio dos Ofícios 922/2020, 923/2020 e 924/2020. Em anexo, cópias dos e-mails enviados.

Santarém, 16 de novembro de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 16/11/2020 18:11. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 11AA1DE1.18811641.4BB15C76.9C24FFFE

De:	Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para:	gabinete.pmo@oriximina.pa.gov.br
CO:	
Data:	segunda-feira - 16/novembro/2020 18:01
Assunto:	MPF - OFÍCIO 924/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos:	Text.htm; OFÍCIO-924-2020-PREFEITURA-ORIXIMINÁ-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 924/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

De:

Para:

CO:

Data:

Assunto:

Anexos:

Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)

controleobidos@gmail.com

segunda-feira - 16/novembro/2020 18:04

MPF - OFÍCIO 923/2020 PROCEDIMENTO 271/2020-47

Text.htm; OFÍCIO-923-2020-PREFEITURA-OBIDOS-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 923/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

De:	Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para:	gabinete.sec@sespa.pa.gov.br
CO:	
Data:	segunda-feira - 16/novembro/2020 18:06
Assunto:	MPF - OFÍCIO 922/2020 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos:	Text.htm; OFÍCIO-922-2020-SESPA-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 922/2020, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFICIO Nº 1012/SMS/2020

Oriximiná, 18 de novembro de 2020

A
Procuradoria Geral do Município
DR. Ronaldo Vinente Serrão

Assunto: Resposta.

Senhor Procurador

Honrada em cumprimenta-lo, estamos encaminhando a vossa senhoria, informações anexas, conforme solicitado no nº 857/2020- PGM de 04 de novembro de 2020.

Colocando-me a Vossa inteira disposição, subscrevo-me

Atenciosamente


Marcia M. M. Campos Tavares
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 206/2019

RECEBIDO PELA
PROCURADORIA
18/11/2020


Ronaldo Vinente Serrão
Procurador Geral do Município
Decreto nº 138/2019



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORIXIMINÁ



COMPRAS EFETUADAS VISADO O ENFRETEAMENTO AO COVID-19

PROCESSO: DISP.001-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 12/05/2020

EMPRESA: AUMED HOSPITALARES LTDA-ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	gorro descartavel com elastico caixa com 100 unidades	caixa	1600	R\$ 14,00	R\$ 22.400,00
2	respirador descartavel concha valvulada ref.882	unidade	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
3	macacão de segurança confeccionado em tecido não tecido (TNT) de polipropileno	pacote	1000	R\$ 82,00	R\$ 82.000,00
4	oculos de proteção incolor	unidade	200	R\$ 6,88	R\$ 1.376,00
5	avental impermeavel manga longa com punho malha tamanho único	unidade	10000	R\$ 42,00	R\$ 420.000,00
valor total					R\$ 530.176,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	equipo macro-gotas com injetor lateral em Y	unidade	10000	R\$ 1,28	R\$ 12.800,00
2	esparadrapo 10,0cm x4,5 cm	unidade	500	R\$ 8,62	R\$ 4.310,00
3	cateter intravenoso nº14	unidade	500	R\$ 0,92	R\$ 460,00
4	scalp nº21	unidade	2000	R\$ 0,26	R\$ 520,00
5	seringa descartavel capacidade de 20 ml sem agulha	caixa	100	R\$ 135,00	R\$ 13.500,00
6	filmes rx 35x35 caixa com 100	caixa	10	R\$ 451,08	R\$ 4.510,80
valor total					R\$ 36.100,80

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	revelador rpx omat 38 lts	unidade	20	R\$ 475,20	R\$ 9.504,00
2	fixador ref. Rpx omat 38 lts	unidade	20	R\$ 277,20	R\$ 5.544,00
valor total					R\$ 15.048,00

empresa: SAMED - IMPORT. COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	kit teste rapido para covid-19 caixa com kit 25 testes	kit	5	R\$ 4.750,00	R\$ 23.750,00
2	reagentes para gasometria e eletrolitos crtão sensor	frasco	2	R\$ 5.800,00	R\$ 11.600,00
3	PCR kit com 100 testes	kit	5	R\$ 98,00	R\$ 490,00
4	SDH- lisante frasco com 5 litros	frasco	5	R\$ 1.540,00	R\$ 7.700,00

5	SDH diluinte frasco com com 20 litros	frasco	5	R\$ 1.540,00	R\$ 7.700,00
6	tubo vacutainer (hemograma) 5 ml caixa com 100 tubos	caixa	60	R\$ 67,00	R\$ 4.020,00
valor total					R\$ 55.260,00

empresa: M DE FREITAS GODINHO -ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	mascara descartavel com tripla proteção caixa com 50 unidades	caixa	1345	R\$ 206,40	R\$ 277.608,00
2	mascara descartavel com tripla proteção caixa com 50 unidades	caixa	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
valor total					R\$ 327.608,00

obs. item 2 valor revisado por meio de aditivo nº 03 data de 05/10/2020

empresa: F CARDOSO & CIA LTDA

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	mascara descartavel n95 semi facial dobravel caixa com 20 und	caixa	100	R\$ 447,80	R\$ 44.780,00
valor total					R\$ 44.780,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	agulha hipodermica descartevel 30x8 cx c/100 unidades	caixa	400	R\$ 10,00	R\$ 4.000,00
2	seringa descartavel, capacidade de 50ml sem agulha	caixa	100	R\$ 115,00	R\$ 11.500,00
3	filme rx 24x30 caixa com 100	caixa	20	R\$ 247,24	R\$ 4.944,80
4	filme rx 30x40 cm caixa com 100	caixa	20	R\$ 412,07	R\$ 8.241,40
5	filme rx 35x43 cm caixa com 100	caixa	20	R\$ 521,96	R\$ 10.439,20
valor total					R\$ 39.125,40

empresa: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
2	macacão branco antiestaticco CA 34187	und	1500	R\$ 110,00	R\$ 165.000,00
valor total					R\$ 165.000,00

empresa: LIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	visor de proteção (viseira para uso hospitalar)	unidade	250	R\$ 40,00	R\$ 10.000,00
valor total					R\$ 10.000,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	luva de procedimentos tamanho M CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	600	R\$ 50,83	R\$ 30.498,00
2	luva de procedimentos tamanho P CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	400	R\$ 50,83	R\$ 20.332,00

3	luva de procedimentos tamanho G CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	400	R\$ 50,83	R\$ 20.332,00
valor total					R\$ 71.162,00

empresa:A N GARCIA DA SILVA - ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	alcool em gel antisséptico 70% frasco com 500 ml com valcula pump	unidade	7000	R\$ 17,00	R\$ 119.000,00
valor total					R\$ 119.000,00

valor total das compra					R\$ 1.413.260,20
------------------------	--	--	--	--	------------------

PROCESSO: DISP.004-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 11/05/2020

EMPRESA: E C GEMAQUE EIRELI EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	sabão líquido glicerinado galão 5 litros	unidade	500	R\$ 81,00	R\$ 40.500,00
2	papel toalha interfolhas 100%	pacote	400	R\$ 37,00	R\$ 14.800,00
3	sabonete liquido carote c/5 l	unidade	200	R\$ 79,00	R\$ 15.800,00
4	alcool etilico hidratado 92,8º frasco contendo 1 litro	unidade	5500	R\$ 8,10	R\$ 44.550,00
5	alcool gel 70% gel para ssepsia das mão galão 5 litros	galão	446	R\$ 250,00	R\$ 111.500,00
6	alcool em gel 70º embalagem c/500g caixa c/12 unidades	caixa	585	R\$ 137,00	R\$ 80.145,00
7	alcool 70% 1000 ml	caixa	550	R\$ 170,00	R\$ 93.500,00
valor total					R\$ 400.795,00

PROCESSO: DISP.09-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 20/05/2020

EMPRESA: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	teste rapido para covid19	unidade	1500	R\$ 165,00	R\$ 247.500,00
valor total					R\$ 247.500,00

PROCESSO: DISP.09-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 24/08/2020

EMPRESA: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	teste rapido para covid 19 caixa com 25 testes	unidade	219	R\$ 2.275,00	R\$ 498.225,00
valor total					R\$ 498.225,00

valor geral					R\$ 2.559.780,20
-------------	--	--	--	--	------------------



DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Memo.: 051/2020 – CVE/SMS

Oriximiná, 06 de Novembro de 2020.

À

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Saúde

Em atenção ao Ofício nº 290/2020 – PGM, apresento as informações solicitadas no item (a), como se segue.

CASOS CONFIRMADOS	EM MONITORAMENTO	CURADOS	ÓBITOS
289	19	288	02, sendo 1 da Comunidade do Ajudante ocorrido em PTR e 1 da Comunidade da Tapagem ocorrido em Belém

Fonte: Painel COVID-19 PTR e Sistemas de Notificação CVE/SMS (e-SUS VE E Monitoramento SESP) – atualização em 03/11/2020

Atenciosamente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 303/2020-PGM

Oriximiná/PA, 18 de novembro de 2020

À PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SANTARÉM

Assunto: INFORMAÇÃO

REF.: OF. Nº 857/2020/GABPRM3-HESC, DE 5/10/2020 / PROCEDIMENTO Nº
1.23.002.000271/2020-47

ANEXO:

- OFÍCIO Nº 1012/SMS/2020, DE 18/11/2020 E SEUS ANEXOS

Senhor Procurador,

Após cumprimentar V. Exa., encaminhamos as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, acerca de quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas; bem como o quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados [...], conforme requisito por meio do expediente em referência.

Respeitosamente,

RONALDO VINENTE SERRÃO
Procurador Geral



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFICIO Nº 1012/SMS/2020

Oriximiná, 18 de novembro de 2020

A
Procuradoria Geral do Município
DR. Ronaldo Vinente Serrão

Assunto: Resposta.

Senhor Procurador

Honrada em cumprimenta-lo, estamos encaminhando a vossa senhoria, informações anexas, conforme solicitado no nº 857/2020- PGM de 04 de novembro de 2020.

Colocando-me a Vossa inteira disposição, subscrevo-me

Atenciosamente


Marcia M. M. Campos Tavares
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 206/2019

RECEBIDO PELA
PROCURADORIA
18/11/2020


Ronaldo Vinente Serrão
Procurador Geral do Município
Decreto nº 138/2019



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIZIMÍNÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORIZIMÍNÁ



COMPRAS EFETUADAS VISADO O ENFRETEAMENTO AO COVID-19

PROCESSO: DISP.001-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 12/05/2020

EMPRESA: AUMED HOSPITALARES LTDA-ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	gorro descartavel com elastico caixa com 100 unidades	caixa	1600	R\$ 14,00	R\$ 22.400,00
2	respirador descartavel concha valvulada ref.882	unidade	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
3	macacão de segurança confeccionado em tecido não tecido (TNT) de polipropileno	pacote	1000	R\$ 82,00	R\$ 82.000,00
4	oculos de proteção incolor	unidade	200	R\$ 6,88	R\$ 1.376,00
5	avental impermeavel manga longa com punho malha tamanho único	unidade	10000	R\$ 42,00	R\$ 420.000,00
valor total					R\$ 530.176,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	equipo macro-gotas com injetor lateral em Y	unidade	10000	R\$ 1,28	R\$ 12.800,00
2	esparadrapo 10,0cm x4,5 cm	unidade	500	R\$ 8,62	R\$ 4.310,00
3	cateter intravenoso nº14	unidade	500	R\$ 0,92	R\$ 460,00
4	scalp nº21	unidade	2000	R\$ 0,26	R\$ 520,00
5	seringa descartavel capacidade de 20 ml sem agulha	caixa	100	R\$ 135,00	R\$ 13.500,00
6	filmes rx 35x35 caixa com 100	caixa	10	R\$ 451,08	R\$ 4.510,80
valor total					R\$ 36.100,80

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	revelador rpx omat 38 lts	unidade	20	R\$ 475,20	R\$ 9.504,00
2	fixador ref. Rpx omat 38 lts	unidade	20	R\$ 277,20	R\$ 5.544,00
valor total					R\$ 15.048,00

empresa: SAMED - IMPORT. COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	kit teste rapido para covid-19 caixa com kit 25 testes	kit	5	R\$ 4.750,00	R\$ 23.750,00
2	reagentes para gasometria e eletrolitos crtão sensor	frasco	2	R\$ 5.800,00	R\$ 11.600,00
3	PCR kit com 100 testes	kit	5	R\$ 98,00	R\$ 490,00
4	SDH- lisante frasco com 5 litros	frasco	5	R\$ 1.540,00	R\$ 7.700,00

5	SDH diluinte frasco com com 20 litros	frasco	5	R\$ 1.540,00	R\$ 7.700,00
6	tubo vacutainer (hemograma) 5 ml caixa com 100 tubos	caixa	60	R\$ 67,00	R\$ 4.020,00
valor total					R\$ 55.260,00

empresa: M DE FREITAS GODINHO -ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	mascara descartavel com tripla proteção caixa com 50 unidades	caixa	1345	R\$ 206,40	R\$ 277.608,00
2	mascara descartavel com tripla proteção caixa com 50 unidades	caixa	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
valor total					R\$ 327.608,00

obs. item 2 valor revisado por meio de aditivo nº 03 data de 05/10/2020

empresa: F CARDOSO & CIA LTDA

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	mascara descartavel n95 semi facial dobravel caixa com 20 und	caixa	100	R\$ 447,80	R\$ 44.780,00
valor total					R\$ 44.780,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	agulha hipodermica descartevel 30x8 cx c/100 unidades	caixa	400	R\$ 10,00	R\$ 4.000,00
2	seringa descartavel, capacidade de 50ml sem agulha	caixa	100	R\$ 115,00	R\$ 11.500,00
3	filme rx 24x30 caixa com 100	caixa	20	R\$ 247,24	R\$ 4.944,80
4	filme rx 30x40 cm caixa com 100	caixa	20	R\$ 412,07	R\$ 8.241,40
5	filme rx 35x43 cm caixa com 100	caixa	20	R\$ 521,96	R\$ 10.439,20
valor total					R\$ 39.125,40

empresa: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
2	macacão branco antiestaticco CA 34187	und	1500	R\$ 110,00	R\$ 165.000,00
valor total					R\$ 165.000,00

empresa: LIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	visor de proteção (viseira para uso hospitalar)	unidade	250	R\$ 40,00	R\$ 10.000,00
valor total					R\$ 10.000,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	luva de procedimentos tamanho M CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	600	R\$ 50,83	R\$ 30.498,00
2	luva de procedimentos tamanho P CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	400	R\$ 50,83	R\$ 20.332,00

3	luva de procedimentos tamanho G CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	400	R\$ 50,83	R\$ 20.332,00
valor total					R\$ 71.162,00

empresa:A N GARCIA DA SILVA - ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	alcool em gel antisséptico 70% frasco com 500 ml com valcula pump	unidade	7000	R\$ 17,00	R\$ 119.000,00
valor total					R\$ 119.000,00

valor total das compra					R\$ 1.413.260,20
------------------------	--	--	--	--	------------------

PROCESSO: DISP.004-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 11/05/2020

EMPRESA: E C GEMAQUE EIRELI EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	sabão líquido glicerinado galão 5 litros	unidade	500	R\$ 81,00	R\$ 40.500,00
2	papel toalha interfolhas 100%	pacote	400	R\$ 37,00	R\$ 14.800,00
3	sabonete liquido carote c/5 l	unidade	200	R\$ 79,00	R\$ 15.800,00
4	alcool etilico hidratado 92,8º frasco contendo 1 litro	unidade	5500	R\$ 8,10	R\$ 44.550,00
5	alcool gel 70% gel para ssepsia das mão galão 5 litros	galão	446	R\$ 250,00	R\$ 111.500,00
6	alcool em gel 70° embalagem c/500g caixa c/12 unidades	caixa	585	R\$ 137,00	R\$ 80.145,00
7	alcool 70% 1000 ml	caixa	550	R\$ 170,00	R\$ 93.500,00
valor total					R\$ 400.795,00

PROCESSO: DISP.09-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 20/05/2020

EMPRESA: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	teste rapido para covid19	unidade	1500	R\$ 165,00	R\$ 247.500,00
valor total					R\$ 247.500,00

PROCESSO: DISP.09-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 24/08/2020

EMPRESA: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	teste rapido para covid 19 caixa com 25 testes	unidade	219	R\$ 2.275,00	R\$ 498.225,00
valor total					R\$ 498.225,00

valor geral					R\$ 2.559.780,20
-------------	--	--	--	--	------------------



DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Memo.: 051/2020 – CVE/SMS

Oriximiná, 06 de Novembro de 2020.

À

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Saúde

Em atenção ao Ofício nº 290/2020 – PGM, apresento as informações solicitadas no item (a), como se segue.

CASOS CONFIRMADOS	EM MONITORAMENTO	CURADOS	ÓBITOS
289	19	288	02, sendo 1 da Comunidade do Ajudante ocorrido em PTR e 1 da Comunidade da Tapagem ocorrido em Belém

Fonte: Painel COVID-19 PTR e Sistemas de Notificação CVE/SMS (e-SUS VE E Monitoramento SESP) – atualização em 03/11/2020

Atenciosamente



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 303/2020-PGM

Oriximiná/PA, 18 de novembro de 2020

À PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SANTARÉM

Assunto: INFORMAÇÃO

REF.: OF. Nº 857/2020/GABPRM3-HESC, DE 5/10/2020 / PROCEDIMENTO Nº
1.23.002.000271/2020-47

ANEXO:

- OFÍCIO Nº 1012/SMS/2020, DE 18/11/2020 E SEUS ANEXOS

Senhor Procurador,

Após cumprimentar V. Exa., encaminhamos as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, acerca de quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas; bem como o quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados [...], conforme requisito por meio do expediente em referência.

Respeitosamente,

RONALDO VINENTE SERRÃO
Procurador Geral



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ofício nº 303/2020-PGM

Oriximiná/PA, 18 de novembro de 2020

À PROCURADORIA DA REPUBLICA EM SANTARÉM

Assunto: INFORMAÇÃO

REF.: OF. Nº 857/2020/GABPRM3-HESC, DE 5/10/2020 / PROCEDIMENTO Nº
1.23.002.000271/2020-47

ANEXO:

- OFÍCIO Nº 1012/SMS/2020, DE 18/11/2020 E SEUS ANEXOS

Senhor Procurador,

Após cumprimentar V. Exa., encaminhamos as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, acerca de quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas; bem como o quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados [...], conforme requisito por meio do expediente em referência.

Respeitosamente,

RONALDO VINENTE SERRÃO
Procurador Geral



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFICIO Nº 1012/SMS/2020

Oriximiná, 18 de novembro de 2020

A
Procuradoria Geral do Município
DR. Ronaldo Vinente Serrão

Assunto: Resposta.

Senhor Procurador

Honrada em cumprimenta-lo, estamos encaminhando a vossa senhoria, informações anexas, conforme solicitado no nº 857/2020- PGM de 04 de novembro de 2020.

Colocando-me a Vossa inteira disposição, subscrevo-me

Atenciosamente


Marcia M. M. Campos Tavares
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 206/2019

RECEBIDO PELA
PROCURADORIA
18/11/2020


Ronaldo Vinente Serrão
Procurador Geral do Município
Decreto nº 138/2019



ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORIXIMINÁ



COMPRAS EFETUADAS VISADO O ENFRETEAMENTO AO COVID-19

PROCESSO: DISP.001-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 12/05/2020

EMPRESA: AUMED HOSPITALARES LTDA-ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	gorro descartavel com elastico caixa com 100 unidades	caixa	1600	R\$ 14,00	R\$ 22.400,00
2	respirador descartavel concha valvulada ref.882	unidade	200	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
3	macacão de segurança confeccionado em tecido não tecido (TNT) de polipropileno	pacote	1000	R\$ 82,00	R\$ 82.000,00
4	oculos de proteção incolor	unidade	200	R\$ 6,88	R\$ 1.376,00
5	avental impermeavel manga longa com punho malha tamanho único	unidade	10000	R\$ 42,00	R\$ 420.000,00
valor total					R\$ 530.176,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	equipo macro-gotas com injetor lateral em Y	unidade	10000	R\$ 1,28	R\$ 12.800,00
2	esparadrapo 10,0cm x4,5 cm	unidade	500	R\$ 8,62	R\$ 4.310,00
3	cateter intravenoso nº14	unidade	500	R\$ 0,92	R\$ 460,00
4	scalp nº21	unidade	2000	R\$ 0,26	R\$ 520,00
5	seringa descartavel capacidade de 20 ml sem agulha	caixa	100	R\$ 135,00	R\$ 13.500,00
6	filmes rx 35x35 caixa com 100	caixa	10	R\$ 451,08	R\$ 4.510,80
valor total					R\$ 36.100,80

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	revelador rpx omat 38 lts	unidade	20	R\$ 475,20	R\$ 9.504,00
2	fixador ref. Rpx omat 38 lts	unidade	20	R\$ 277,20	R\$ 5.544,00
valor total					R\$ 15.048,00

empresa: SAMED - IMPORT. COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	kit teste rapido para covid-19 caixa com kit 25 testes	kit	5	R\$ 4.750,00	R\$ 23.750,00
2	reagentes para gasometria e eletrolitos crtão sensor	frasco	2	R\$ 5.800,00	R\$ 11.600,00
3	PCR kit com 100 testes	kit	5	R\$ 98,00	R\$ 490,00
4	SDH- lisante frasco com 5 litros	frasco	5	R\$ 1.540,00	R\$ 7.700,00

5	SDH diluinte frasco com com 20 litros	frasco	5	R\$ 1.540,00	R\$ 7.700,00
6	tubo vacutainer (hemograma) 5 ml caixa com 100 tubos	caixa	60	R\$ 67,00	R\$ 4.020,00
valor total					R\$ 55.260,00

empresa: M DE FREITAS GODINHO -ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	mascara descartavel com tripla proteção caixa com 50 unidades	caixa	1345	R\$ 206,40	R\$ 277.608,00
2	mascara descartavel com tripla proteção caixa com 50 unidades	caixa	500	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
valor total					R\$ 327.608,00

obs. item 2 valor revisado por meio de aditivo nº 03 data de 05/10/2020

empresa: F CARDOSO & CIA LTDA

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	mascara descartavel n95 semi facial dobravel caixa com 20 und	caixa	100	R\$ 447,80	R\$ 44.780,00
valor total					R\$ 44.780,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	agulha hipodermica descartevel 30x8 cx c/100 unidades	caixa	400	R\$ 10,00	R\$ 4.000,00
2	seringa descartavel, capacidade de 50ml sem agulha	caixa	100	R\$ 115,00	R\$ 11.500,00
3	filme rx 24x30 caixa com 100	caixa	20	R\$ 247,24	R\$ 4.944,80
4	filme rx 30x40 cm caixa com 100	caixa	20	R\$ 412,07	R\$ 8.241,40
5	filme rx 35x43 cm caixa com 100	caixa	20	R\$ 521,96	R\$ 10.439,20
valor total					R\$ 39.125,40

empresa: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
2	macacão branco antiestaticco CA 34187	und	1500	R\$ 110,00	R\$ 165.000,00
valor total					R\$ 165.000,00

empresa: LIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELLI

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	visor de proteção (viseira para uso hospitalar)	unidade	250	R\$ 40,00	R\$ 10.000,00
valor total					R\$ 10.000,00

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	luva de procedimentos tamanho M CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	600	R\$ 50,83	R\$ 30.498,00
2	luva de procedimentos tamanho P CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	400	R\$ 50,83	R\$ 20.332,00

3	luva de procedimentos tamanho G CAIXA COM 100 UNIDADES	caixa	400	R\$ 50,83	R\$ 20.332,00
valor total					R\$ 71.162,00

empresa:A N GARCIA DA SILVA - ME

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	alcool em gel antisséptico 70% frasco com 500 ml com valcula pump	unidade	7000	R\$ 17,00	R\$ 119.000,00
valor total					R\$ 119.000,00

valor total das compra	R\$ 1.413.260,20
------------------------	------------------

PROCESSO: DISP.004-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 11/05/2020

EMPRESA: E C GEMAQUE EIRELI EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	sabão líquido glicerinado galão 5 litros	unidade	500	R\$ 81,00	R\$ 40.500,00
2	papel toalha interfolhas 100%	pacote	400	R\$ 37,00	R\$ 14.800,00
3	sabonete liquido carote c/5 l	unidade	200	R\$ 79,00	R\$ 15.800,00
4	alcool etilico hidratado 92,8º frasco contendo 1 litro	unidade	5500	R\$ 8,10	R\$ 44.550,00
5	alcool gel 70% gel para ssepsia das mão galão 5 litros	galão	446	R\$ 250,00	R\$ 111.500,00
6	alcool em gel 70º embalagem c/500g caixa c/12 unidades	caixa	585	R\$ 137,00	R\$ 80.145,00
7	alcool 70% 1000 ml	caixa	550	R\$ 170,00	R\$ 93.500,00
valor total					R\$ 400.795,00

PROCESSO: DISP.09-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 20/05/2020

EMPRESA: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	teste rapido para covid19	unidade	1500	R\$ 165,00	R\$ 247.500,00
valor total					R\$ 247.500,00

PROCESSO: DISP.09-COVID19

DATA INICIO DO PROCESSO: 24/08/2020

EMPRESA: SANTANA S L ANDRADE EPP

DOTAÇÃO:1.064

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR.UN.	VLR.TOTAL
1	teste rapido para covid 19 caixa com 25 testes	unidade	219	R\$ 2.275,00	R\$ 498.225,00
valor total					R\$ 498.225,00

valor geral	R\$ 2.559.780,20
-------------	------------------



DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA



Memo.: 051/2020 – CVE/SMS

Oriximiná, 06 de Novembro de 2020.

À
Ilma. Sra. Secretária Municipal de Saúde

Em atenção ao Ofício nº 290/2020 – PGM, apresento as informações solicitadas no item (a), como se segue.

CASOS CONFIRMADOS	EM MOINITORAMENTO	CURADOS	ÓBITOS
289	19	288	02, sendo 1 da Comunidade do Ajudante ocorrido em PTR e 1 da Comunidade da Tapagem ocorrido em Belém

Fonte: Painel COVID-19 PTR e Sistemas de Notificação CVE/SMS (e-SUS VE E Monitoramento SESP) – atualização em 03/11/2020

Atenciosamente

PRM-STM-PA-00013092/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Município de Santarém

Referência: PA - PPB 1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.


Instada a se manifestar, por meio de ofícios e contato telefônico, até a presente data a FOQS não trouxe a este *Parquet* eventuais demandas quilombolas decorrentes da pandemia de covid-19.

A Prefeitura de Oriximiná, por sua vez, apresentou o atual registro de casos, quantitativo de insumos distribuídos e recursos destinados.

Por outro lado, os questionamentos enviados à Prefeitura de Óbidos ainda não foram respondidos.

Dessa forma, por ora, determino a expedição de ofício a Secretaria Municipal de Saúde de Óbidos (Rua Almirante Barroso, 330, Centro) para que informe:

- a) O quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;
- b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas;
- c) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;

		
---	--	--

d) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso.

Santarém-PA, 07 de dezembro de 2020.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

		
---	--	--

GABINETE DO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ÓBIDOS
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

Ofício n.º 138/2020/GAB

Óbidos(PA), 08 de dezembro de 2020.

Ao Excelentíssimo Senhor
Hugo Elias Silva Charchar
Procurador da República

Ref.: Ofício n.º 671/2020/GABPRM3-3HESC
Ofício n.º 856/2020/GABPRM3-3HESC
Ofício n.º 923/2020/GABPRM3-3HESC

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Com os cumprimentos de estilo, utilizo-me do presente expediente para prestar informações pertinentes aos questionamentos contidos nos **Ofícios n.º 671/2020/GABPRM3-3HESC, Ofício n.º 856/2020/GABPRM3-3HESC, Ofício n.º 923/2020/GABPRM3-3HESC**, Ofício anexo.

No mais, reiteramos nosso compromisso com uma gestão transparente e ilibada, que direciona sua atuação sempre em prol do interesse público.

Nesta oportunidade, renovamos voto de consideração e apreço, ficando a disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Respeitosamente,


FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS
Prefeito Municipal de Óbidos

Anexo: Ofício n.º 103/2020 – SEMSA - DVS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS

CNPJ: 05.131.180/0001-64

Rua Deputado Raimundo Chaves, nº 338 - Centro

CEP: 68.250-000 - Óbidos - Pará - Amazônia - Brasil

Contato: (93) 3547-3044

E-mail: prefeituramunicipaldeobidos@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/FMS

CNPJ Nº. 05.131.180/0004-07 – Fone: (93) 3547-2979/3026

Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250-000

E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

Ofício Nº103/ 2020 SEMSA-DVS

Óbidos (PA), 07 de Dezembro de 2020.

À Sua Excelência o senhor

FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS

Prefeito de Óbidos

Prezado Senhor,

Com os cumprimentos de estima, em resposta ao ofício Nº 173/2020 - CHEFGAB, informo que constam em nossos registros atualizados em 04 de dezembro do corrente ano 157 casos positivos para covid 19 em áreas quilombolas de nosso município, dos quais 150 já estão recuperados e 5 permanecem em acompanhamento. Registramos até o momento a confirmação de dois óbitos.

Quanto as medidas de combate referentes à pandemia nessas áreas foram realizadas ações de busca ativa, atendimento médico para implementar protocolo medicamentoso e realização de teste rápido em suspeitos e comunicantes nos principais polos quilombolas no período de julho à outubro. Os atendimentos para casos suspeitos segue rotina diária em todas as unidades de saúde bem como serviço de urgência e emergência. Anexo planilha demonstrativa de casos conforme comunidade.

Atenciosamente,

Herbene Grayce Rafael Belicha
Diretora Executiva de Vigilância Sanitária
Decreto Nº 279/2020

Herbene G. R. Belicha
Diretora da DIVISA





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/FMS

CNPJ Nº. 05.131.180/0004-07 – Fone: (93) 3547-2979/3026

Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250-000

E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

RELATÓRIO DE CASOS EM ÁREAS QUILOMBOLAS

COMUNIDADE	RECUPERADOS	TRATAMENTO	ÓBITOS
APUI	2	1	1
ARAPUCU	30	3	
CASTANHANDUBA	45		1
CENTRINHO	1		
CUECÉ	2	1	
IGARAPÉ-AÇU DOS LOPES			
MATÁ	34		
MONDONGO	1		
MURATUBINHA	4		
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	5		
PATAUA DO UMIRIZAL	4		
PERUANA			
PONTE GRANDE	3		
SÃO JOSÉ	14		
SÃO JOSÉ DO PATAUÁ			
SERRA			
SILENCIO	5		
VILA NOVA			
TOTAL	150	5	2

CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA



PRM-STM-PA-00013146/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 964/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 9 de dezembro de 2020.

À Senhora

NATHÁLIA RODRIGUES DA SILVA

Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)

Rua Almirante Barroso, 330, Centro

68250-000 Óbidos/PA

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora,

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que preste informações:

a) Sobre o quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados, e os óbitos decorrentes do contágio de Covid-19 nos territórios quilombolas;

b) O quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, dentre outras medidas pertinentes adotadas;

c) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas e demais medidas adotadas;



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800


d) Se há previsão para o retorno das atividades escolares e/ou entrega de materiais didáticos para o público escolar quilombola e quais as medidas serão adotadas para a prevenção da propagação de Covid-19 nos territórios quilombolas nesse caso.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

FABRIZIO PREDEBON DA SILVA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---



**Secretaria de Estado de Saúde Pública
Gabinete do Secretário**

Ofício nº 2253/2020-GABS/SESPA

Belém/PA, 10 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Procurador da República Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 518/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/437804)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pela CESIPT/SESPA concernentes às medidas adotadas para realização do diagnóstico e atendimento aos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém.

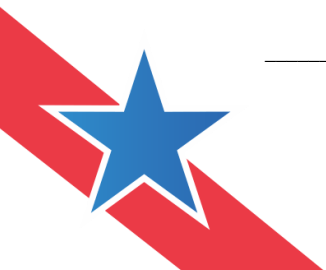
Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Pública, em exercício

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Romulo Rodovalho Gomes (Lei 11.419/2006)
EM 10/12/2020 18:13 (Hora Local) - Aut. Assinatura: E7184EC986BF8C8B.4B973A9506A5F45C.13F5EF3084995B3F.8EB75F5C52C25C78



Tv. Lomas Valentinas, nº 2190, Marco - Belém - PA - CEP: 66093-677

Fone: (91) 4006-4324 - e-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	17/06/2020	518/2020	26/06/2020 09:53	2020/437804

Procedência:	Entidade Externa
Interessado:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto:	ASSISTENCIA A SAUDE
SubAssunto:	
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19
Origem:	SESPA - PROTO - SP01
Anexo/Sequencial:	5, 6, 12, 13



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/437804>



Secretaria de
Saúde Pública



www.pa.gov.br

ALMOXARIFADO 9º CRS - Santarém

TERMO DE RECEBIEMTO

Recebemos da Coordenação Estadual de saúde Indígena e populações tradicionais/DASE/DPAIS/SESPA, em decorrência da prevenção á pandemia COVID-19 nas populações Quilombolas do Estado do Pará, através deste, faz-se o recebimento dos seguintes EPI'S ao 9º Centro Regional de Saúde para serem distribuídos, exclusivamente, entre a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém-FOQS e associação das comunidades remanescentes de Quilombo do Município de Oriximiná-ARQMO.

EPI'S	MÁSCARAS	ALCOOL GEL 70%
QUANTITATIVO	17.650 Mil Unidades	612 PCT

Santarém, 05 de outubro de 2020.

recebido em 05/10/2020

Elisangela Tapajós de Sousa

Responsável pelo Setor de Almoxariado/Patrimônio
DAF/9ºCRS/SESPA

[Assinatura]

05/10/20
FRAN

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Tatiany Raiol Peralta da Rocha (Lei 11.419/2006)
EM 20/10/2020 08:58 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 89558419A11C310.0DE728582DEA6C13.558908BFFD075849.1FD9F5DA6312B9CC



FOLHA DE DESPACHO

AO DASE,

Segue anexo sequencial 5 contendo o termo de recebimento de EPIS, destinado às comunidades quilombolas de Santarém e Oriximiná. Tais EPIS foram enviados ao 9 Centro Regional de Saúde, localizado em Santarém para distribuição às associações quilombolas.

Informamos ainda que no período de 19 a 21 de junho de 2020, das 8:30 às 17:30, aconteceu na Escola Estadual Rio Tapajós, localizada em Santarém, uma ação em saúde do Governo do Estado em combate ao Covid-19. Na ocasião, foram realizados 966 atendimentos.

É importante atentar que nos autos deste processo solicita-se que as respostas sejam endereçadas aos endereços eletrônicos: www.peticonamento.mpf.mp.br e www.protocolo.mpf.mp.br

Att,

Tatiany Peralta

Coordenação CESIPT

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Tatiany Raiol Peralta da Rocha (Lei 11.419/2006)
EM 20/10/2020 09:24 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 74DE370CD1114652.8B8EFA6DECE15E7.97996FA4E17A58B2.120AED7722D64A8A

DATA	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	N°	TC	RX	LAB	ECG	INT	MEDICAMENTOS	
20 à 22/06/2020	SANTARÉM								AZITROMICINA	HIDROXICLOROQUINA
	PACIENTES	959	959						385	0
	ENFERMAGEM - TRIAGEM	962								
	EX IMAGEM TOMOGRAFIA	0		0						
	EX IMAGEM RAO X	0			0					
	EXAMES LABORATORIO	0				0				
	EXAMES DIAGNOSE ECG	0					0			
	INTERNAÇÕES	0						0		
TOTAL		1921							TOTAL	

EM 03/12/2020 16:06 (Hora Local) - Autenticado pelo Usuário: Lorena Alves Mendes (Lei 11.419/2006)
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Lorena Alves Mendes (Lei 11.419/2006)
Assinatura: 1ECA1DADA1468C731CF8100200AB712E09_9F644415888B6F5B-0AC14EF3A4E9F6DE



FOLHA DE DESPACHO

À CONJUR

Segue anexo na sequencial 12 relatório de atendimento da Policlínica Itinerante no município de Santarém/PA nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2020, ocorrido no Hospital Regional de Santarém, contemplando a população quilombola residente neste município. A planilha em questão foi enviada pela Direção Financeira do ISSAA.

Informamos ainda, de acordo com a sequencial 5, acerca do envio de EPIS ao 9 Centro Regional de Saúde, que foram destinados exclusivamente às comunidades quilombolas de Santarém e Oriximiná.

Att,

Lorena Alves Mendes

Equipe CESIPT

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Lorena Alves Mendes (Lei 11.419/2006)
EM 04/12/2020 08:37 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D52B3E8961C5E081.5F5AF28C6DE7B0D5.5FDSBF0713CCE3D7.46846561A4AA6121



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO


Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Como diligência inaugural foram expedidos ofícios à Prefeitura do Município de Santarém, à Secretaria de Saúde do Estado do Pará e à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para que informassem todas as medidas adotadas, indicação de insumos distribuídos, recursos destinados dentre outras pertinentes para o devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém/PA.

Além disso, foram requisitadas informações referentes aos impactos de Covid-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém para a FOQS e o CONAQ.

Até a presente data as referidas entidades representativas dos interesses quilombolas não apresentaram resposta aos ofícios.

O Ministério da Saúde informou que a aquisição dos testes moleculares de RT-qPCR em tempo real para COVID-19 está sendo realizada pela Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde (CGLAB/DAEVS/SVS/MS) e estes estão sendo disponibilizados aos LACEN, cabendo aos LACEN a distribuição interna no Estado ou ficando a distribuição sob responsabilidade do

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

Almoxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde.

Acrescentou ainda, que com o intuito de apoiar as Unidades Federativas, o Ministério da Saúde está adquirindo, de forma excepcional, swabs e tubos utilizados para coleta de amostras suspeitas da doença e ao LACEN do Pará foram enviados até o momento, 91.944 testes de RT-qPCR para detecção de SARS-CoV2, 23.500 swabs e 5.192 tubos de coleta, sendo todas as amostras suspeitas de COVID-19 dos quilombolas do município de Santarém encaminhadas a este LACEN, o qual realiza o diagnóstico do agravo.

Especialmente quanto ao atendimento da demanda quilombola informou que em se empenhado a elaborar as orientações aos seus grupos prioritários específicos, e orientou que questionamentos especialmente voltados à população quilombola sejam encaminhados à Fundação Cultural do Palmares.

No tocante a atuação do município de Santarém no âmbito das medidas de saúde adotadas para a as populações quilombolas, a Secretaria de Saúde do Município esclareceu que tem adotado sérias medidas para os diagnósticos dos pacientes acometidos de Síndrome Gripal nas comunidades quilombolas de Saracura, Tiningú, Murumurutuba, São Benedito do Ituí e Arampemã.

Além disso, foi informada a ação de um Ambulatório Itinerante de Saúde, contabilizando-se em uma só comunidade um total de 157 medicamentos e dispensados 1.625, também foram aplicadas 55 doses de reforço de vacinas, 09 testes rápidos realizados, além de 16 notificações por suspeitos e 108 consultas médicas.

Em reunião realizada em 05 de agosto de 2020, com a Comissão Pró-Índio foi apresentada preocupação acerca da carência de informações quanto aos casos de Covid-19 confirmados nos territórios quilombolas dos municípios de Óbidos e Oriximiná, de supostas informações de incursões terrestres em áreas de empreendimentos da região em área de influência à territórios quilombolas, e a necessidade de informações quanto ao possível retorno das aulas ou entrega de materiais escolares para alunos quilombolas e as medidas de prevenção de covid-19 que serão adotadas pelos municípios.

Diante do exposto, definiu-se novo objeto ao presente apuratório, que passou a acompanhar os impactos da pandemia de Covid-19 nos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná.

Expediram-se ofícios às Prefeituras de Óbidos e Oriximiná, para que, em resumo, apresentassem as medidas adotadas quanto a população quilombola no âmbito de enfrentamento da pandemia de Covid-19 e para as empresas Mineração Rio do Norte e Elecnor do Brasil Ltda, que sabidamente possuem empreendimentos na região, para que



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

informassem se estavam realizando atividades in loco em territórios quilombolas e as medidas de prevenção adotadas.

De acordo com os esclarecimentos prestados pela empresa ELECNOR, não estão sendo realizadas quaisquer atividades in loco e que tem adotado procedimentos de segurança e saúde de todos os seus funcionários para a prevenção do Covid-19, citando (i) controle por meio da realização exames periódicos e (ii) uso constante de EPI - Equipamento de Proteção Individual.

A Prefeitura Municipal de Oriximiná/PA encaminhou planilha detalhada com o acompanhamento do registro de casos de Covid-19 nas comunidades quilombolas do município referente ao período de 15/03/2020 a 24/08/2020.

Relativamente ao retorno das atividades escolares presenciais, não há previsão, mas foi informada a elaboração de um Caderno de Atividades para subsidiar práticas pedagógicas das escolas da área rural com a entrega aos responsáveis dos alunos seguindo medidas de segurança como o uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento físico.

A Mineração Rio do Norte informou que interrompeu suas atividades in loco nas comunidades quilombolas, e no interesse do Projeto Quilombo - programa de saúde preventiva realizado nas comunidades quilombolas do Alto Trombetas, está realizando orientações e o repasse de informações sobre o combate ao Covid-19.

Ademais, firmou em 22.07.2020, o Termo de Acordo e Cooperação Técnica com Repasse de Recursos com a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO (doc .01), com a finalidade de garantir a produção manual de máscaras de proteção individual, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde – OMS.

O referido termo previu um aporte financeiro de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) para a confecção de 13 (treze) mil máscaras que beneficiarão os moradores das comunidades ribeirinhas do PAE Sapucá - Trombetas, tribos indígenas de Oriximiná e comunidades quilombolas. AARQMO prevê a distribuição da seguinte forma: (i) duas mil máscaras para a Associação ACOMTAGS, (ii) duas mil máscaras para os indígenas; (iii) quinhentas para o Projeto Tambor na Mata; e (iv) oito mil e quinhentas máscaras para as comunidades quilombolas de Oriximiná, além de outras medidas informadas.

Posteriormente, foram expedidos ofícios ao Gabinete do Secretário de Saúde Pública do Estado do Pará e às Prefeituras dos Municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná a fim de acompanhar as medidas tomadas no âmbito do combate e prevenção no contexto da



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

pandemia Covid-19.

A Secretaria Municipal de Saúde de Santarém informou, em relação ao quantitativo de casos confirmados, em monitoramento, curados e, os óbitos decorrentes do contágio da COVID-19 nos territórios quilombolas do município, que foram registrados 37 casos positivos e 2 óbitos.

No que se refere ao quantitativo de insumos distribuídos recursos destinados, apresentou os comprovantes de aquisição EPIs e de álcool 70.

Quanto ao retorno das atividades escolares, esclareceu que as aulas presenciais ainda não foram retomadas, que foi elaborado um plano de retorno das aulas nas escolas públicas municipais, e o retorno das aulas não presencial ocorreu em 08 de setembro de 2020.

Dessa forma, atualmente, de acordo com as informações prestadas, a Prefeitura Municipal de Santarém está em fase de aquisição de EPIs para serem distribuídos nas unidades escolares, estão sendo distribuídos kits de alimentação escolar e que os territórios quilombolas tiveram retorno das atividades escolares somente de forma não presencial.

A Prefeitura de Oriximiná, por sua vez, apresentou o atual registro de casos, quantitativo de insumos distribuídos e recursos destinados.


A Prefeitura de Óbidos, informou que em 04 de dezembro de 2020 havia o registro de 157 casos positivos em áreas quilombolas, dos quais 150 estão recuperados e 05 estavam em acompanhamento.

No que atine as medidas de combate, informou que foram realizados atendimentos médicos para implementação de protocolo medicamentoso e realização de testes rápidos em suspeitos nos principais polos quilombolas, encaminhando em anexo tabela com o registro de casos.

Em resposta, a SESPA encaminhou termo de recebimento de EPIS, destinado às comunidades quilombolas de Santarém e Oriximiná, esclarecendo que os EPIS foram enviados ao 9 Centro Regional de Saúde, localizado em Santarém para distribuição às associações quilombolas.

À vista do relatório supra, vê-se que não foi verificada omissão ou irregularidade nas medidas adotadas pelos gestores públicos, de modo que, a partir das informações colacionadas nos autos é possível observar que as demandas quilombolas estão sendo atendidas.

Por outro lado, considerando a permanência do cenário de enfrentamento à pandemia de Covid-19, assim como as demais considerações expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA que deu ensejo à instauração do procedimento de acompanhamento em

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br</p>
---	--	---


referência, determino a expedição de ofícios:

a) À Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), ao Estado do Pará e à Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará, para que informem quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19;

b) À Organização Terra de Direitos para que encaminhem as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém, Óbidos e Oriximiná/PA.

Santarém, 15 de dezembro de 2020.

FABRIZIO PREDEBON DA SILVA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br</p>
---	--	---

PRM-STM-PA-00013472/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador

Governo do Pará

Palácio dos Despachos "Benedicto Wilfredo Monteiro", Avenida Doutor Freitas, 2531

66087-812 Belém PA

E-mail: gabinetedogovernador@palacio.pa.gov.br;para.governo@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Governador,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

PRM-STM-PA-00013473/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 981/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

Ao Senhor

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM

Secretário

Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará

Av. Governador José Malcher, 1018, 2º Andar (Joaquim Nabuco e Almirante Wandenkolk)
Bairro Nazaré

6655260 Belém/PA

E-mail: seasterpa@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00013478/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 982/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

À
Terra de Direitos
E-mail: pedro@terradedireitos.org.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém, Óbidos e Oriximiná/PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00013492/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 988/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

À

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

E-mail: sesan.institucional@mds.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabelecemos o **prazo de 10 (dez) dias** úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

PRM-STM-PA-00013496/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio dos Ofícios 980/2020, 981/2020, 982/2020, 988/2020. Em anexo, cópia dos e-mails enviados.

Santarém, 19 de dezembro de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 19/12/2020 01:28. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave EC604CAC.6D023D37.9E6C3901.08990C2C

PRM-STM-PA-00013478/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 982/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

À

Terra de Direitos

E-mail: pedro@terradedireitos.org.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém, Óbidos e Oriximiná/PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00013473/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 981/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

Ao Senhor

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM

Secretário

Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará

Av. Governador José Malcher, 1018, 2º Andar (Joaquim Nabuco e Almirante Wandenkolk)
Bairro Nazaré

6655260 Belém/PA

E-mail: seasterpa@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimentando-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00013472/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador

Governo do Pará

Palácio dos Despachos "Benedicto Wilfredo Monteiro", Avenida Doutor Freitas, 2531

66087-812 Belém PA

E-mail: gabinetedogovernador@palacio.pa.gov.br;para.governo@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Governador,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA


Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00013492/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 988/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

À

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

E-mail: sesan.institucional@mds.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias** úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800



Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão

Manifestacao 20200207821

Pessoa Física	Sexo Feminino
Manifestante	PRISCILA SANTOS ARTIGAS
CPF	846.362.119-87
Nascimento	19/02/1972
Ocupação	Advocacia
Email	giovannakrist@milare.adv.br
Município	SANTARÉM
UF	PA
País	Brasil
Endereço	
CEP	

Pedido de Informação Processual

Descrição

Caros,

Solicito, por gentileza, cópia dos processos listados abaixo:

- Inquérito Civil nº 1.23.002.000482/2009-74 - a partir do doc. PRM-STM-PA-00011681/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000163/2011-83 - a partir do doc. 30, pag. 1 PRM-STM-PA-00010508/2020
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000412/2011-31 - a partir do doc. 33.1, pag. 2
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000286/2014-67 - a partir do doc. 55, pag. 1
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000187/2016-47 - a partir do doc. 50.2, pag. 3
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000261/2016-25 - a partir do doc. 52, pag. 1
- Inquérito Civil nº 1.23.002.000271/2020-47 - a partir do doc. 54.01, pag. 2

Obrigada




Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão



Ministério Público Federal
Sala de Atendimento ao Cidadão

Andamentos		
Data	Tipo	Responsável
18/12/2020 15:45	Assume manifestação	ARISLY PERES
16/12/2020 10:52	Cadastro de Manifestação	MANIFESTANTE



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ
IDENTIDADE DE ADVOGADO

22529

NOME
PRISCILA SANTOS ARTIGAS

FILIAÇÃO
JOSE LUIS ROCHA ARTIGAS
MARIA INES SANTOS ARTIGAS

NATURALIDADE
CURITIBA-PR

RG
48515766 SSPPR

DOADOR DE ORGÃO E TEGIDOS
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
19/02/1972

CPF
848.382.119-87

VIA EXPEDIDO EM
01 04/07/2012

JOSE LUCIO BLOM
PRESIDENTE



PRM-STM-PA-00013464/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2020

Referência: PRM-STM-PA-00013462/2020

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Encaminhe-se cópia dos Procedimentos requeridos no pedido de informação PRM-STM-PA-00013462/2020. Após, junte-se o pedido aos autos.

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por GUSTAVO KENNER ALCANTARA, em 18/12/2020 18:22. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave DDB29E06.55E40690.FF74B941.3D3354BA

PRM-STM-PA-00013497/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

CERTIFICO que foi concedido acesso aos procedimentos requeridos no pedido de informação PRM-STM-PA-00013462/2020. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 19 de dezembro de 2020.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 19/12/2020 01:52. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 875D18CF.65D40FE1.DF2663A9.EE790D3C

PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRM-STM-PA-00013462/2020

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: giovannakrist@milare.adv.br
CO:
Data: sábado - 19/dezembro/2020 1:48
Assunto: PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRM-STM-PA-00013462/2020
Anexos: Text.htm; 6PVDIYWD.img

Prezada,

De ordem do Procurador da República, encaminho link para acesso às cópias requeridas dos Procedimentos listados no pedido de informação PRM-STM-PA-00013462/2020:

<https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/283910/-3284584972217427724/publicLink/1.23.002.000163.2011-83.pdf>
<https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/283911/1399473468189337312/publicLink/1.23.002.000187.2016-47.pdf>
<https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/283912/6133523423330804288/publicLink/1.23.002.000261.2016-25.pdf>
<https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/283913/-365803663656985058/publicLink/1.23.002.000271.2020-47.pdf>
<https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/283914/2143598858561377652/publicLink/1.23.002.000286.2014-67.pdf>
<https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/283915/-4469796413147127594/publicLink/1.23.002.000482.2009-74.pdf>

Informo que os arquivos ficarão disponíveis para download no MPF Drive até o dia 06/01/2021:

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 2292/2020-GAB/SESPA

Belém, 17 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
Procurador da República
Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 922/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/1007580)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para informar que os dados requeridos foram enviados a esta procuradoria em 11 de dezembro de 2020 através do Ofício 2253/2020 GAB/SESPA conforme cópia que ora se anexa ao presente expediente.

Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES
Secretário de Estado de Saúde Pública do Pará, em exercício.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	17/06/2020	518/2020	26/06/2020 09:53	2020/437804

Procedência:	Entidade Externa
Interessado:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto:	ASSISTENCIA A SAUDE
SubAssunto:	
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19
Origem:	SESPA - PROTO - SP01
Anexo/Sequencial:	16, 17

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nathalie Silve Martins (Lei 11.419/2006)
EM 17/12/2020 11:55 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C35F012F5460B0A4.C6C982A7D70A583D.E324B3ED484C007.3B71539B1AD6713C



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/437804>

Identificador de autenticação: 0985D68.158B.F02.F3C3C53733F708B3ED
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2020/1007580 Anexo/Sequencial: 5



**Secretaria de Estado de Saúde Pública
Gabinete do Secretário**

Ofício nº 2253/2020-GABS/SESPA

Belém/PA, 10 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Procurador da República Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 518/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/437804)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pela CESIPT/SESPA concernentes às medidas adotadas para realização do diagnóstico e atendimento aos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém.

Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Pública, em exercício

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: RomuloRodvalhoGomes (Lei 11.419/2006)
EM 10/12/2020 18:55 (Hora Local) - Aut. Assinatura: E356029546980A.E6978A9D9A850.F323EE3BD49607.8E57589E5A0E3C78

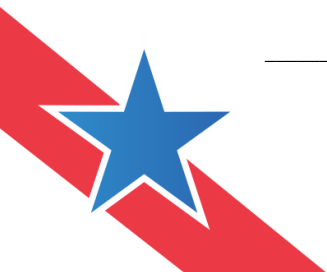
Tv. Lomas Valentinas, nº 2190, Marco - Belém - PA - CEP: 66093-677

Fone: (91) 4006-4324 - e-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 0905240.258B.268.21EAC55209959835ED

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2020/100880 Anexo 05 sequencial: 15



Zimbra

marcelo.lobes@sespa.pa.gov.br

Protocolo Eletrônico MPF - PRM-STM-PA-00013198/2020

De : MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>

Sex, 11 de dez de 2020 09:21

Assunto : Protocolo Eletrônico MPF - PRM-STM-PA-00013198/2020

Para : marcelo lobes <marcelo.lobes@sespa.pa.gov.br>

Sr(a) **MARCELO DANIEL LOPES**

Seu documento foi protocolado, em 11/12/2020 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA - PA SSA GABINETE DO SECRETARIO

Destinatário:

Procurador Hugo Elias Sila Charchar

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA / PA
PROCURADORIA

Número do Expediente:

PRM-STM-PA-00013198/2020

Descrição do documento:

oficio 2253.2020 GAB/SESPA em resposta ao OFICIO 518/2020 GADPRM3 - HESC
Atendimento aos casos de COVID 19 nas comunidades quilombolas do Município de Santarém

Arquivo(s) anexado(s):

- OFICIO 2253.2020 ATENDIMENTO - COVID 19 NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM.pdf

Identificador de autenticação: 6963D66.D5A5.FD2.F5C5023333970928E5

- ATENDIMENTOS AOS CASOS DE COVID 19 NAS COMUNIDADE QUILOMBOLAS DO MUNICIPIO DE SANTARÉM.pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico
Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
EM 11/12/2020 09:28 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 32D9F00273650866.E6C288F2F0A56D.A3288836D9A966E2.4B78599A2AD67E36



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 2292/2020-GAB/SESPA

Belém, 17 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
Procurador da República
Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 922/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/1007580)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para informar que os dados requeridos foram enviados a esta procuradoria em 11 de dezembro de 2020 através do Ofício 2253/2020 GAB/SESPA conforme cópia que ora se anexa ao presente expediente.

Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES
Secretário de Estado de Saúde Pública do Pará, em exercício.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	17/06/2020	518/2020	26/06/2020 09:53	2020/437804

Procedência:	Entidade Externa
Interessado:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto:	ASSISTENCIA A SAUDE
SubAssunto:	
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19
Origem:	SESPA - PROTO - SP01
Anexo/Sequencial:	16, 17

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nathalie Silve Martins (Lei 11.419/2006)
EM 17/12/2020 11:55 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C35F012F5460B0A4.C6C982A7D70A583D.E324B3ED484C007.3B71539B1AD6713C



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/437804>

Identificador de autenticação: 0985D68.158B.F02.F3C3C53733F708B3ED
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2020/1007580 Anexo/Sequencial: 5



**Secretaria de Estado de Saúde Pública
Gabinete do Secretário**

Ofício nº 2253/2020-GABS/SESPA

Belém/PA, 10 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Procurador da República Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 518/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/437804)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pela CESIPT/SESPA concernentes às medidas adotadas para realização do diagnóstico e atendimento aos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém.

Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Pública, em exercício

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: RomuloRodvalhoGomes (Lei 11.419/2006)
EM 10/12/2020 18:55 (Hora Local) - Aut. Assinatura: E356029546980A.E6978A9D9A850.A323EE3B4949607.8E57589E5A0E3C78

Tv. Lomas Valentinas, nº 2190, Marco - Belém - PA - CEP: 66093-677

Fone: (91) 4006-4324 - e-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 0905240.258B.268.21EAC55209959835ED
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2020/100880 AAsses66equandããl:15

Zimbra

marcelo.lobes@sespa.pa.gov.br

Protocolo Eletrônico MPF - PRM-STM-PA-00013198/2020

De : MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>

Sex, 11 de dez de 2020 09:21

Assunto : Protocolo Eletrônico MPF - PRM-STM-PA-00013198/2020

Para : marcelo lobes <marcelo.lobes@sespa.pa.gov.br>

Sr(a) **MARCELO DANIEL LOPES**

Seu documento foi protocolado, em 11/12/2020 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA - PA SSA GABINETE DO SECRETARIO

Destinatário:

Procurador Hugo Elias Sila Charchar

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA / PA
PROCURADORIA

Número do Expediente:

PRM-STM-PA-00013198/2020

Descrição do documento:

oficio 2253.2020 GAB/SESPA em resposta ao OFICIO 518/2020 GADPRM3 - HESC
Atendimento aos casos de COVID 19 nas comunidades quilombolas do Município de Santarém

Arquivo(s) anexado(s):

- OFICIO 2253.2020 ATENDIMENTO - COVID 19 NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM.pdf

Identificador de autenticação: 6963D66.D5A5.FD2.F5C5C2333970928E5

- ATENDIMENTOS AOS CASOS DE COVID 19 NAS COMUNIDADE QUILOMBOLAS DO MUNICIPIO DE SANTARÉM.pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

Protocolo Eletrônico
Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS
INFORMÁTICA
EM 11/12/2020 09:28 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 32D9E0273E5028A9.E6C288F2F0A56D.A32E8836D9A968E2.4B7E6399A2AD67E36



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº 2292/2020-GAB/SESPA

Belém, 17 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
Procurador da República
Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 922/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/1007580)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para informar que os dados requeridos foram enviados a esta procuradoria em 11 de dezembro de 2020 através do Ofício 2253/2020 GAB/SESPA conforme cópia que ora se anexa ao presente expediente.

Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES
Secretário de Estado de Saúde Pública do Pará, em exercício.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	17/06/2020	518/2020	26/06/2020 09:53	2020/437804

Procedência:	Entidade Externa
Interessado:	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Assunto:	ASSISTENCIA A SAUDE
SubAssunto:	
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a realização do diagnóstico e do devido atendimento e acompanhamento médico dos casos de COVID-19
Origem:	SESPA - PROTO - SP01
Anexo/Sequencial:	16, 17

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nathalie Silve Martins (Lei 11.419/2006)
EM 17/12/2020 11:55 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C35F012F5460B0A4.C6C982A7D70A583D.E324B3ED484C007.3B71539B1AD6713C



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/437804>

Identificador de autenticação: 0985D68.158B.F02.F3C3C53733F708B3ED
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2020/1007580 Anexo/Sequencial: 5



**Secretaria de Estado de Saúde Pública
Gabinete do Secretário**

Ofício nº 2253/2020-GABS/SESPA

Belém/PA, 10 de dezembro de 2020.

Ilustríssimo Senhor

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Procurador da República Procuradoria da República – Santarém

Ref. Ofício nº. Ofício nº. 518/2020/GABPRM3-HESC (Processo PAE nº 2020/437804)

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, em atenção aos termos do sobredito ofício, sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pela CESIPT/SESPA concernentes às medidas adotadas para realização do diagnóstico e atendimento aos casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas do município de Santarém.

Sem mais para o momento, firmamo-nos, renovando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RÔMULO RODOVALHO GOMES

Secretário de Estado de Saúde Pública, em exercício

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: RomuloRodvalhoGomes (Lei 11.419/2006)
EM 10/12/2020 18:55 (Hora Local) - Aut. Assinatura: E356029546980A.E6978A9D9A850.F323EE3BD494607.8E57589E5A0E3C78

Tv. Lomas Valentinas, nº 2190, Marco - Belém - PA - CEP: 66093-677

Fone: (91) 4006-4324 - e-mail: gabinete.sec@sespa.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 0905240.258B.268.21EAC55209D598B5ED
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2020/100880 AAsses66equendããl:15

Zimbra

marcelo.lobes@sespa.pa.gov.br

Protocolo Eletrônico MPF - PRM-STM-PA-00013198/2020

De : MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>

Sex, 11 de dez de 2020 09:21

Assunto : Protocolo Eletrônico MPF - PRM-STM-PA-00013198/2020

Para : marcelo lobes <marcelo.lobes@sespa.pa.gov.br>

Sr(a) **MARCELO DANIEL LOPES**

Seu documento foi protocolado, em 11/12/2020 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

Instituição:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA - PA SSA GABINETE DO SECRETARIO

Destinatário:

Procurador Hugo Elias Sila Charchar

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA / PA
PROCURADORIA

Número do Expediente:

PRM-STM-PA-00013198/2020

Descrição do documento:

oficio 2253.2020 GAB/SESPA em resposta ao OFICIO 518/2020 GADPRM3 - HESC
Atendimento aos casos de COVID 19 nas comunidades quilombolas do Município de Santarém

Arquivo(s) anexado(s):

- OFICIO 2253.2020 ATENDIMENTO - COVID 19 NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SANTARÉM.pdf

Identificador de autenticação: 6963D66.D5A5.FD2.F5C5023333970928E5

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal** e **Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Protocolo Eletrônico

Ministério Público Federal

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.

Identificador de autenticação: 6983D68.DBAB.FD2.F5C5023793970828EE

https://mail.pa.gov.br/h/printmessage?id=C-8373&tz=America/Cayenne

2/2



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº <<Número Automático>> PGE-GAB-PCTA
de 2021

Belém, 06 de janeiro

A Sua Excelência o Senhor

GUSTAVO KENNER ALCANTARA

Procuradoria da República no Município de Santarém-PA

Assunto: Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC.

Senhor Procurador,

Honrada em cumprimentá-lo, reporto-me ao ofício em epígrafe, referente ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nessa PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Em resposta, informamos que foram encaminhados ofícios à Secretaria de Saúde-SESPA e Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA, objetivando colher informações acerca do caso em comento, e tão logo sejam respondidos encaminharemos resposta esclarecendo os questionamentos dessa Procuradoria.

Ademais, por se tratarem de informações a serem obtidas de outros órgãos do Estado e também pela suspensão nos dias 24.12.2020, 25.12.2020, 31.12.2020 e 01.01.2020 dos expedientes nas repartições públicas do Estado em razão das festividades de final do ano passado, esta Procuradoria Geral do Estado requer prorrogação do prazo por mais 10 dias úteis para o encaminhamento das informações solicitadas, em especial as requeridas pela Procuradoria da República, com fundamento na parte final do art. 8º, § 5, da Lei Complementar 75/93.

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Pablo Souza



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº <<Número Automático>> PGE-PRS-PCTA
de 2021

Belém, 05 de janeiro

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ ANTÔNIO DE ANGELIS

Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSAMPA.

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Honrada em cumprimentá-lo, encaminho cópia do Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC, referente ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite na PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Assim sendo, com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, **no prazo de 5 (cinco) dias**, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Maíra Mutti Araújo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº <<Número Automático>> PGE-PRS-PCTA
de 2021

Belém, 04 de janeiro

A Sua Senhoria o Senhor

MAURICIO DE JESUS NUNES DA SILVA

Procurador do Estado

Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde – SESP

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Coordenador,

Honrada em cumprimentá-lo, encaminho cópia do Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC, referente ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite na PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Assim sendo, com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Maíra Mutti Araújo

PRM-STM-PA-00000052/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Oficie-se à Procuradoria Geral do Estado concedendo a dilação de prazo requerida na fl. retro e reiterem-se os ofícios nº 981/2020 e seguintes, até a presente data sem resposta.

Santarém, 7 de janeiro de 2021.

GABRIEL DALLA FAVERA DE OLIVEIRA
 PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
 REPÚBLICA NO
 MUNICÍPIO DE
 SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
 68020820 - Santarém-PA
 Telefone: (93)35120800
 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 1371/2021 PGE-GAB-PCTA

Belém, 7 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor

GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA

Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

Assunto: Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC.

Senhor Procurador,

Honrada em cumprimentá-lo, reporto-me ao Ofício em epígrafe, referente ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nessa Procuradoria da República no Município de Santarém.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos Municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Em resposta, **informamos que foram encaminhados Ofícios à Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA e à Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, objetivando colher informações acerca do caso em comento e, tão logo sejam respondidos, encaminharemos resposta esclarecendo os questionamentos dessa Procuradoria.**

Ademais, **por se tratarem de informações a serem obtidas de outros órgãos e entidades estaduais e também pela suspensão nos dias 24.12.2020, 25.12.2020, 31.12.2020 e 1º.01.2020 dos expedientes nas repartições públicas do Estado, em razão das festividades de final do ano passado, esta Procuradoria-Geral requer prorrogação do prazo por mais 10 (dez) dias úteis, para o encaminhamento das informações solicitadas, em especial as requeridas por essa Procuradoria, com fundamento na parte final do art. 8º, § 5, da Lei Complementar nº 75/93.**

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Pablo Souza

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	18/12/2020	9890/2020	21/12/2020 09:19	2020/1085017

Procedência:	Entidade Externa
Interessado:	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
Assunto:	JURÍDICO
SubAssunto:	
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos
Origem:	GABGOV (Casa Civil) - GAB - GG1
Anexo/Sequencial:	1, 2, 3



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/1085017>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador

Governo do Pará

Palácio dos Despachos "Benedicto Wilfredo Monteiro", Avenida Doutor Freitas, 2531

66087-812 Belém PA


E-mail: gabinetedogovernador@palacio.pa.gov.br; para.governo@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Governador,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---



FOLHA DE DESPACHO

À PGE,
Para conhecimento e providências de estilo.
Luiziel Guedes

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Luiziel Henderson Guedes De Oliveira (Lei 11.419/2006)
EM 21/12/2020 15:22 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 1639ADA9CC2E2FCA.BAAAFD78C7671F03.41B8556CA757105.47EB934E39B28CAC



FOLHA DE DESPACHO

À CECAD/PCTA3,
Para providências.

Belém, 22 de dezembro de 2020.

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI
Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI (Lei 11.419/2006)
EM 22/12/2020 16:00 (Hora Local) - Aut. Assinatura: E6D75E3E63CE73F2.71F657CDD8980A3.52358A72A9062DAL.E6E2BFEFF3536A1



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº <<Número Automático>> PGE-PRS-PCTA
de 2021

Belém, 05 de janeiro

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ ANTÔNIO DE ANGELIS

Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSAMPA.

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Honrada em cumprimentá-lo, encaminho cópia do Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC, referente ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite na PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Assim sendo, com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, **no prazo de 5 (cinco) dias**, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Maíra Mutti Araújo



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº <<Número Automático>> PGE-PRS-PCTA
de 2021

Belém, 04 de janeiro

A Sua Senhoria o Senhor

MAURICIO DE JESUS NUNES DA SILVA

Procurador do Estado

Coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Saúde – SESP

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Coordenador,

Honrada em cumprimentá-lo, encaminho cópia do Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC, referente ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite na PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Assim sendo, com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, **no prazo de 5 (cinco) dias**, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Maíra Mutti Araújo

PRM-STM-PA-00000125/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 7/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 8 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

Governo do Estado do Pará

Procuradoria-Geral do Estado

Travessa Antônio Justa, 841, Fatima

68040430 Santarem-PA

E-mail: pge.regionalsantarem@gmail.com

Assunto: **Dilação de Prazo.**

Senhora Procuradora,

1. Cumprimos-a, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **informo** a concessão da dilação de prazo requerida.
2. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GABRIEL DALLA FAVERA DE OLIVEIRA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

PRM-STM-PA-00000168/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 07/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 11 de janeiro de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 11/01/2021 14:40. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0B266271.546DB2C7.B3B1D8BC.43B447C9

MPF - OFÍCIO 07/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: pge.regionalsantarem@gmail.com
CO:
Data: segunda-feira - 11/janeiro/2021 14:38
Assunto: MPF - OFÍCIO 07/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-07-2020-PGE-PA-271-2020-47-DILAÇÃO-PRAZO.pdf

Senhora Procuradora,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 07/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Respeitosamente,

PRM-STM-PA-00000179/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 9/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 11 de janeiro de 2021.

Ao Senhor

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM

Secretário

Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará

Av. Governador José Malcher, 1018, 2º Andar (Joaquim Nabuco e Almirante Wandenkolk)

Bairro Nazaré

6655260 Belém/PA

E-mail: seasterpa@yahoo.com.br

Assunto: **Reitera o Ofício 981/2020.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº1.23.002.000.271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo




PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GABRIEL DALLA FAVERA DE OLIVEIRA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00013473/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 981/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

Ao Senhor

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM

Secretário

Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará

Av. Governador José Malcher, 1018, 2º Andar (Joaquim Nabuco e Almirante Wandenkolk)
Bairro Nazaré

6655260 Belém/PA

E-mail: seasterpa@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Secretário,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000181/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 10/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 11 de janeiro de 2021.

À

Terra de Direitos

E-mail: pedro@terradedireitos.org.br

Assunto: **Reitera o Ofício 982/2020.**

Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,

GABRIEL DALLA FAVERA DE OLIVEIRA
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00013478/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 982/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

À

Terra de Direitos

E-mail: pedro@terradedireitos.org.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém, Óbidos e Oriximiná/PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00000182/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 11/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 11 de janeiro de 2021.

À

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do
Desenvolvimento Social (MDS)

E-mail: sesan.institucional@mds.gov.br


Assunto: **Reitera o Ofício 988/2020.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GABRIEL DALLA FAVERA DE OLIVEIRA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

PRM-STM-PA-00013492/2020



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 988/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

À

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

E-mail: sesan.institucional@mds.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias** úteis para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000212/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio dos Ofícios 09/2021, 10/2021 e 11/2021. Em anexo, cópias dos e-mails enviados.

Santarém, 12 de janeiro de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 12/01/2021 14:15. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 227A0C21.9E26B302.8FA06794.44722607

MPF - OFÍCIO 09/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: seasterpa@yahoo.com.br
CO:
Data: terça-feira - 12/janeiro/2021 14:08
Assunto: MPF - OFÍCIO 09/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-09-2021-SEASTERPA-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 09/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

MPF - OFÍCIO 10/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: pedro@terradedireitos.org.br
CO:
Data: terça-feira - 12/janeiro/2021 14:09
Assunto: MPF - OFÍCIO 10/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-10-2021-TERRA-DIREITOS-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 10/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

MPF - OFÍCIO 11/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: sesan.institucional@mds.gov.br
CO:
Data: terça-feira - 12/janeiro/2021 14:10
Assunto: MPF - OFÍCIO 11/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-11-2021-SESAN-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 11/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

OFÍCIO Nº 6/2021/SEDS/SEISP-ASSESSORIA II/MC

Brasília, 25 de janeiro de 2021.

Ao Senhor
GABRIEL DALLA FAVERA DE OLIVEIRA
 Procurador da República
 Procuradoria da República no Município de Santarém-PA

Com cópia

Ao Senhor
SÉRGIO AUGUSTO DE QUEIROZ
 Secretário Especial do Desenvolvimento Social
 Ministério da Cidadania
 Brasília/DF

Assunto: Requisição de Informações.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.001521/2021-65.

Senhor Procurador da República,

1. Refiro-me ao Ofício nº 11/2021/GABPRM3-HESC (SEI nº 9519528), do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Santarém - PA, que reitera o Ofício nº 988/2020/GABPRM3-HESC (SEI nº 9519506), que requisita que sejam informadas as medidas que estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em resposta, encaminho o Despacho nº 6/2021/SEDS/SEISP/DEFISP (SEI nº 9541602), do Departamento de Compras Públicas para Inclusão Social e Produtiva Rural e o Despacho nº 6/2021/SEDS/SEISP/DECOMP/CGDIA-ADA (SEI nº 9536474), do Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural, responsáveis regimentalmente pela demanda, que em conclusão, informam as medidas que estão sendo adotadas em relação aos municípios paraenses, especialmente após a publicação da Medida Provisória nº 1.008, de 26/10/2020 e da Medida Provisória nº 1.001/2020, de 15/09/2020, que abriram crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, para Programas que visam ao enfrentamento da situação de emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).
3. Sem mais para o momento, esta Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, permanece à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Assinado Eletronicamente

CELSO TOSHITO MATSUDA

Secretário Nacional de Inclusão Social e Produtiva

Anexos: I - Despacho nº 6 /2021/SEDS/SEISP/DECOMP/CGDIA-ADA (SEI nº 9536474).
II - Despacho nº 6/2021/SEDS/SEISP/DEFISP (SEI nº 9541602).
III - Planilha - Demanda de Escolas Rurais - Pará - MP 1.001/2020 (SEI nº 9542520).



Documento assinado eletronicamente por **Celso Toshito Matsuda, Secretário(a) Nacional de Inclusão Social e Produtiva**, em 25/01/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **9544154** e o código CRC **F8E8CB22**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco 'A' - Bairro Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF - CEP 70054-906 -
www.cidadania.gov.br

71000.001521/2021-65 - SEI
nº 9544154

Assinado com login e senha por ANDREZA WINCKLER COLATTO, em 26/01/2021 14:45. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A47D7458.5E27C62.B15BF2AF.780244CD



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
COORDENAÇÃO GERAL DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

Despacho nº 6 /2021/SEDS/SEISP/DECOMP/CGDIA-ADA

Processo nº 71000.001521/2021-65

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Assessoria da Secretaria Especial de Desenvolvimento social (SEDS), CONJUR-MC/CGU/AGU.

Destinatário: SEISP - ASSESSORIA II

Em, 21 de janeiro de 2021.

Assunto: **Resposta ao Despacho nº 11 /2021/SEDS/SEISP-ASSESSORIA II (9520362)**

1. Em resposta ao Despacho nº 11 /2021/SEDS/SEISP-ASSESSORIA II, que encaminhou para conhecimento e providências cabíveis o Ofício nº 11/2021/GABPRM3-HESC (SEI nº 9519528), do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Santarém - PA, que reitera o Ofício nº 988/2020/GABPRM3-HESC (SEI nº 9519506), que requisita que sejam informadas as medidas que estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19, informo o que segue abaixo.

2. Com a publicação da Medida Provisória nº 1.008, de 26/10/2020, que abriu crédito extraordinário em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 228 milhões de reais, para o Programa 5033 – Segurança Alimentar e Nutricional, que visa ao enfrentamento da situação de emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), foi publicado o TED nº08/2020 para transferir os recursos para execução pela CONAB da distribuição de cestas de alimentos para famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos em situação de insegurança alimentar, incluindo as famílias quilombolas.

3. Diante das demandas recebidas por este Ministério, foram sistematizados os estados e o número de famílias quilombolas a serem atendidas em parceria com a Fundação Cultural Palmares, que é responsável pela indicação dos quantitativos e as localidades contempladas para as famílias quilombolas.

4. Para o estado do Pará, foi indicado atendimento para 25.000 famílias quilombolas, com 4 (quatro) cestas de alimentos, totalizando 100.000 cestas de alimentos a serem distribuídas a partir do mês de fevereiro de 2021.

Atenciosamente,

Elisângela Sanches Januário

Diretora-Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Elisangela Sanches Januario, Diretor(a) de Compras Públicas para Inclusão Social e Produtiva Rural, Substituto(a)**, em 21/01/2021, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **9536474** e o código CRC **43C7E246**.

Referência: Processo nº 71000.001521/2021-65

SEI nº 9536474



MINISTÉRIO DA CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE FOMENTO À INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA RURAL

Despacho nº 6/2021/SEDS/SEISP/DEFISP

Processo nº 71000.001521/2021-65

Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Assessoria da Secretaria Especial de Desenvolvimento social (SEDS), CONJUR-MC/CGU/AGU.

Destinatário: SEISP - ASSESSORIA II

Em, 22 de janeiro de 2021.

Assunto: **Requisição de Informações**

1. Em atendimento ao Despacho nº 11/2021/SEDS/SEISP-ASSESSORIA II (SEI nº 9520362), o qual encaminhou para conhecimento e providências o Ofício nº 11/2021/GABPRM3-HESC (SEI nº 9519528), do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Santarém - PA, que reitera o Ofício nº 988/2020/GABPRM3-HESC (SEI nº 9519506), que requisita que sejam informadas as medidas que estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19, presto as informações a seguir.

2. Com relação às medidas que estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas, até o presente momento, registra-se que o Programa Cisterna, que é um **programa estruturante**, já atendeu 705 famílias no município de Santarém/PA por meio de tecnologias sociais de acesso à água para o consumo humano, tendo sido realizado o investimento financeiro de aproximadamente R\$ 8,8 milhões para o atendimento destas famílias. Dentre as comunidades quilombolas, destaca-se a comunidade “Quilombo Saracura”, a qual foi contemplada com 89 (oitenta e nove) sistemas de captação de água de chuva para o consumo humano no ano de 2018, especificamente neste caso por meio do convênio nº 059/2012 (já finalizado), celebrado entre o Ministério da Cidadania e o Governo do Pará, por meio da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

UF	Município	Comunidade	Tecnologias Sociais Implementadas
PA	Santarém	Amari	16
PA	Santarém	Aracampina	10
PA	Santarém	Bom Jardim	48
PA	Santarém	Campos do Aramanaí	10
PA	Santarém	Campos do Urucurituba	10
PA	Santarém	Castanhalzinho	32
PA	Santarém	Correio do Tapará	40
PA	Santarém	Costa do Aritapera	10

PA	Santarém	Costa do Tapará	15
PA	Santarém	Cuipiranga	10
PA	Santarém	Igarapé do Costa	10
PA	Santarém	Lago Central	17
PA	Santarém	Maicá	19
PA	Santarém	Membeca	41
PA	Santarém	Piauí	10
PA	Santarém	Quilombo Saracura	89
PA	Santarém	Retiro-Parauá	28
PA	Santarém	Santa Maria do Tapará	15
PA	Santarém	Santana	12
PA	Santarém	São Benedito de Ituí	18
PA	Santarém	São José do Arapixuna	30
PA	Santarém	São José do Ituí	26
PA	Santarém	Soledade	44
PA	Santarém	Tapará Grande	10
PA	Santarém	Tapará Miri	65
PA	Santarém	Ti Maró Novo Lugar	21
PA	Santarém	Vila Amazonas	49
TOTAL			705

3. É oportuno citar a publicação da Medida Provisória nº 1.001/2020¹ que abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 86.300.000,00, sob a funcional programática 08 306 5033 21C0 6500, para os fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. Assim, dentre as justificativas apresentadas para a concessão de crédito extraordinário via medida provisória, expôs-se que, por meio das ações que seriam viabilizadas, seria possível promover o atendimento a escolas rurais atingidas pela seca ou falta regular de água, uma vez que existe situação de déficit de acesso a fontes de água apropriadas ao consumo humano nos estados das regiões Norte.

4. Neste sentido, a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP), por meio deste Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural (DEFISP), realizou tratativas com a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do estado do Pará, a fim de mapear e definir a demanda por água em escolas rurais atingidas pela seca ou falta regular de água. Por conseguinte, foram realizadas diversas reuniões com a referida secretaria estadual, tendo sido definido o atendimento prioritário das escolas que seguem na planilha anexa (SEI nº 9542520) conforme avaliação do próprio Estado do Pará, sendo que dentre o rol dos 49 municípios selecionados, há demanda de 6 escolas rurais no município de Óbidos.

5. São essas as informações a serem prestadas.

Atenciosamente,

NEUSA KEMPFER

Diretora

LINKS:

1 - Medida Provisória nº 1.001, de 15 de setembro de 2020: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1001.htm



Documento assinado eletronicamente por **Neusa Kempfer, Diretor(a) do Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural**, em 22/01/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, inciso II, da Portaria nº 390/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **9541602** e o código CRC **A787982B**.

Referência: Processo nº 71000.001521/2021-65

SEI nº 9541602



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PRM-STM-PA-00000689/2021 - PETIÇÃO ELETRÔNICA

Complementar - Demanda de Escolas Rurais - Pará - MP 1.001_2020 - Atendimento

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Demanda de Escolas Rurais - Pará - MP 1.001_2020 - Atendimento com sistemas de captação e](#)

☐
☐
☐

☐
☐

Correio

Propriedades

De: **João Paulo S. de Cortes <decortesjps@gmail.com>**
 Para: **<rodrigomagalhaes@mpf.mp.br>**
 Assunto: **Convite para colaboração técnica**

segunda-feira - 25/janeiro/2021 11:22

Prezado Rodrigo, bom dia tudo bem?

Conforme conversamos, gostaria de solicitar o compartilhamento de dados do Inquérito Civil - [1.23.002.000162/2020-20](#) - Povos indígenas e Covid-19 e do Procedimento Administrativo - [1.23.002.000153/2020-39](#) - Covid-19. Estes dados serão analisados no âmbito do projeto PAEM Rios, sob minha coordenação, que tem o objetivo de analisar o processo de interiorização da COVID 19 na região do Baixo Amazonas, com foco no levantamento do transporte fluvial.

O esforço de levantar dados produzidos desde o início da pandemia, junto a diferentes parceiros, como os MPs Federal e Estadual, faz parte da primeira fase do nosso projeto, onde pretendemos também levantar as demandas dos órgãos públicos e dos atores sociais nas quais poderíamos atuar, gerando um ambiente colaborativo.

Desta maneira, penso que podemos iniciar um alinhamento para definição de objetivos em comum, que atendam a comunidade desta região.

Entre as ações que pretendemos realizar e que podem colaborar com o trabalho do MPF, estão;

- Levantamento do transporte fluvial a partir do município de Santarém, sistematização e disponibilização dos dados. Nós percebemos uma carência grande no acesso a estas informações e pretendemos compilar o que haja de dados e levantar o que for importante do ponto de vista sanitário.
- Construção de uma rede de atores chave na região, através da qual vamos investigar o processo de interiorização e divulgar informações referentes aos resultados do projeto e relevantes para o combate à pandemia.
- Realização de campanhas de conscientização e educação sanitária, no âmbito de embarcações e comunidades;
- Diagnóstico de condições sanitárias de portos e embarcações frente às normativas vigentes
- Avaliação da efetividade de políticas públicas implementadas durante a gestão da situação de pandemia na região.

Desde já deixo-nos à disposição e agradecemos a atenção;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-STM-PA-00000650/2021 OFÍCIO**

.....
Signatário(a): **RODRIGO MAGALHAES DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **25/01/2021 16:54:20**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave cbc309fc.49acd09c.d4fab4f2.b9e3319c

PRM-STM-PA-00000659/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência:

Assunto: Solicitação de vista

Cópia do Despacho PRM-STM-PA-00000651/2021

Santarém, 25 de janeiro de 2021.

EVANILSON SILVA DE ALMEIDA
ASSISTENTE NÍVEL II

PRM-STM-PA-00000651/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência: PRM-STM-PA-00000650/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Defiro. À assessoria do GAB1 para providenciar o envio de cópia eletrônica.

Determino ainda o envio de cópia eletrônica aos outros dois Ofícios desta PRM, a fim de que apreciem o pedido quanto ao fornecimento de cópia de seus respectivos procedimentos: 1.23.002.000153/2020-39(GAB2) e 1.23.002.000271/2020-47 (GAB3).

Arquive-se.

Santarém, 25 de janeiro de 2021.

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por GUSTAVO KENNER ALCANTARA, em 25/01/2021 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7A59737D.3926ED2A.2AA8AAE7.E133C2FA

PRM-STM-PA-00000706/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência: PRM-STM-PA-00000650/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Defiro o pedido de acesso a cópia dos autos do PA nº 1.23.002.000271/2020-47 (GAB3).

Encaminhe-se ao requerente, após, junte-se o documento em referência nos autos do PA para fins de registro.

Santarém, 26 de janeiro de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 26/01/2021 17:25. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 106CEB7B.606F5561.5B4C0D13.F92874EF

PRM-STM-PA-00000714/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 51/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 26 de janeiro de 2021.

Ao Senhor
JOÃO PAULO CORTÊS
E-mail: decortesjps@gmail.com

Assunto: **Pedido de Informação.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Documento nº PRM-STM-PA-00000650/2021, informo o deferimento do pedido de acesso à cópia dos autos do PA nº 1.23.002.000271/2020- 47.

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000743/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 51/2021 ao e-mail do requerente, bem como da cópia integral do Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, conforme requerido no Documento PRM-STM-PA- 00000650/2021.

Santarém, 27 de janeiro de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 27/01/2021 12:24. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave BEFB808D.F07B971D.F1420499.70525C45

PRM-STM-PA-00000770/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47


DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Considerando a permanência do cenário de enfrentamento à pandemia de Covid-19, assim como as demais considerações expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA que deu ensejo à instauração do procedimento epigrafo foram expedidos ofícios à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), ao Estado do Pará e à Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará, para que informassem quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Além disso, oficiou-se à Organização Terra de Direitos para que encaminhassem informações que dispusessem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas em Santarém, Óbidos e Oriximiná/PA.

A Secretaria Especial Do Desenvolvimento Social informou preliminarmente que por meio das Medidas Provisórias nº 1.008, de 26/10/2020 e nº 1.001/2020, de 15/09/2020, foram abertos créditos extraordinários para o Ministério da Cidadania para

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

Programas que visam o enfrentamento da situação de emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

Em anexo, encaminhou cópia do Despacho nº 6/2021/SEDS/SEISP /DEFISP (SEI nº 9541602), do Departamento de Compras Públicas para Inclusão Social e Produtiva e Rural e do Despacho nº 6/2021/SEDS/SEISP /DECOMP/CGDIA-ADA (SEI nº 9536474) do Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural.

Assim, em síntese, da leitura dos documentos supracitados verifica-se que para o Programa 5033 – Segurança Alimentar e Nutricional, que visa ao enfrentamento da situação de emergência de saúde decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), foi publicado o TED nº08/2020 para transferir os recursos para execução pela CONAB da distribuição de cestas de alimentos para famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos em situação de insegurança alimentar, incluindo as famílias quilombolas.

Em sequência, informou que o número de famílias quilombolas a serem atendidas está sendo indicado pela Fundação Cultural Palmares, que é responsável pela indicação dos quantitativos e as localidades contempladas para as famílias quilombolas.


Especificamente para o Pará foi indicado atendimento para 25.000 famílias quilombolas, com 4 (quatro) cestas de alimentos, totalizando 100.000 cestas de alimentos a serem distribuídas a partir de fevereiro de 2021.

Relativamente ao acesso de água potável, o Programa Cisterna, que é um programa estruturante, já atendeu 705 famílias no município de Santarém/PA, distribuída entre diversos territórios quilombolas do município, por meio de tecnologias sociais de acesso à água para o consumo humano.

Demais disso, a Medida Provisória nº 1.001/2020 abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 86.300.000,00, tendo como um dos objetos promover o atendimento a escolas rurais atingidas pela seca ou falta regular de água, uma vez que existe situação de déficit de acesso a fontes de água apropriadas ao consumo humano em estados da região Norte, sendo que dos 49 municípios selecionados pelo Estado do Pará há demanda de 6 escolas rurais no município de Óbidos.

Aguarda-se a resposta da Procuradoria Geral do Estado do Pará.

Das respostas encaminhadas até o momento, depreende-se que os órgãos competentes estão adotando as medidas necessárias para suprir a demanda alimentar e de abastecimento de água das famílias quilombolas, havendo inclusive verba federal para a implementação de programas com a finalidade de atender as demandas dessa natureza em municípios indicados estado do Pará e para famílias indicadas pela Fundação Cultural

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br</p>
---	--	---


Palmares.

Perante o exposto, e levando em consideração o expressivo aumento no quantitativo de casos de Covid-19 registrados nos boletins epidemiológicos, e, sobretudo, o significativo aumento da demanda de oxigênio enfrentada pelas unidades hospitalares da região, determino a expedição de novos ofícios às Prefeituras e Secretarias de Saúde dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, para que informem:

- a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;
- b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros, bem como demais medidas adotadas.

Santarém, 27 de janeiro de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br</p>
---	--	---

PRM-STM-PA-00000799/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 57/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 28 de janeiro de 2021.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS/PA

R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro

68250-000 Óbidos/PA

E-mail: controleobidos@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros, bem como demais medidas adotadas.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000800/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 58/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 28 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA

Prefeito

Prefeitura Municipal de Oriximiná/PA

Rua Barão Do Rio Branco, nº 2336 Centro

68270-000 Oriximiná/PA

E-mail: pmoriximina@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros, bem como demais medidas adotadas.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

PRM-STM-PA-00000801/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 59/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 28 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
NÉLIO AGUIAR
Prefeito
Prefeitura Municipal de Santarém/PA
Av. Dr. Anysio Chaves, 853 - Aeroporto Velho
68030-290 Santarém/PA
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br


Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo de saúde para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros, bem como demais medidas adotadas.

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000840/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifica o envio dos Ofícios 57/2021, 58/2021 e 59/2021. Em anexo, cópias dos e-mails enviados.

Santarém, 29 de janeiro de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 29/01/2021 14:08. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 156F1E50.E2E47C92.CC834FDA.BDED062C

MPF - OFÍCIO 59/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: gap@santarem.pa.gov.br
CO:
Data: sexta-feira - 29/janeiro/2021 13:06
Assunto: MPF - OFÍCIO 59/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; P4SFW4B1.img; OFÍCIO-59-2021-PREFEITURA-STM- 271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 59/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA



MPF - OFÍCIO 58/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: pmoriximina@oriximina.pa.gov.br
CO:
Data: sexta-feira - 29/janeiro/2021 13:53
Assunto: MPF - OFÍCIO 58/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-58-2021-PREFEITURA-ORIXIMINÁ- 271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 58/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

MPF - OFÍCIO 57/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: controleobidos@gmail.com
CO:
Data: sexta-feira - 29/janeiro/2021 14:03
Assunto: MPF - OFÍCIO 57/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-57-2021-PREFEITURA-ÓBIDOS- 271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 57/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00000903/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Oficie-se às Secretarias de Saúde dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná para que informem:

- a) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;
- b) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;
- c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas.

Santarém, 1 de fevereiro de 2021.


HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

PRM-STM-PA-00000952/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 69/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

À Senhora

Nathália Rodrigues da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSA)

Rua Almirante Barroso, 330, Centro

68250-000 Óbidos/PA

E-mail: controleobidos@gmail.com


Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora,

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Secretaria Municipal de Saúde de Óbidos Informe:

a) Se já possui plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

b) Caso positivo, encaminhe cópia do referido plano/calendário, indique quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informe qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000949/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 68/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

À Senhora

RAYANE SOUSA SANTOS

Secretária de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná/PA

Rua 7 de Setembro, nº 1976, Centro

68.270-000 Oriximiná/PA

E-mail: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná/PA informe:

a) Se já possui plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

b) Caso positivo, encaminhe cópia do referido plano/calendário, indique quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informe qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas

1. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

2. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000954/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 70/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

À

Secretaria Municipal de Saúde Santarém/PA

Av. Sete de Setembro, Aparecida

68040-610 Santarém/PA


E-mail: semsa@santarem.pa.gov.br;gap@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Secretaria Municipal de Saúde Santarém/PA informe:

- a) Se já possui plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;
- b) Caso positivo, encaminhe cópia do referido plano/calendário, indique quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;
- c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informe qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas.

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000964/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM**

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 70/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

**LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO**

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 02/02/2021 16:16. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 221747F4.D7BEE7A.6B485074.E729EB36

MPF - OFÍCIO 70/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: gap@santarem.pa.gov.br
CO:
Data: terça-feira - 2/fevereiro/2021 16:12
Assunto: MPF - OFÍCIO 70/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-70-2021-SECRETARIA-SAÚDE-STM-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 70/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

MPF - OFÍCIO 70/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: semsa@santarem.pa.gov.br;gap@santarem.pa.gov.b
CO:
Data: terça-feira - 2/fevereiro/2021 16:10
Assunto: MPF - OFÍCIO 70/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-70-2021-SECRETARIA-SAÚDE-STM-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 70/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00000965/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 68/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 02/02/2021 16:23. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A7AFA8AE.6B388A47.F420F867.36EDBD14

MPF - OFÍCIO 68/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br
CO:
Data: terça-feira - 2/fevereiro/2021 16:20
Assunto: MPF - OFÍCIO 68/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-68-2021-SECRETARIA-SAÚDE-ORIXIMINA-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhora Secretária,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 68/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00000967/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 69/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 02/02/2021 16:28. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave B5B7B49A.84945933.28FC8357.88E8E242

MPF - OFÍCIO 69/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: controleobidos@gmail.com
CO:
Data: terça-feira - 2/fevereiro/2021 16:26
Assunto: MPF - OFÍCIO 69/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-69-2021-SECRETARIA-SAÚDE-ÓBIDOS-271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhora Secretária,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 69/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

Atenciosamente,

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO



Ofício 005/ARQMO/2021

Ao Dr^a Hugo Elias Silva Charchar
Procurador Republica
Santarém - Pará

23.060.742/0001-08
Oriximiná, 03 de fevereiro de 2021
ASSOC. DAS COMUNIDADES REMANESCENTES
DE QUILOMBOS DO MUN. DE ORIXIMINÁ
RUA 24 DE DEZEMBRO - Nº 3068
SANTA TEREZINHA - CEP: 68.270-000
ORIXIMINÁ-PA

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná-ARQMO, devido o grande aumento dos casos de COVID-19 no Município, a qual demonstra ser mais agressiva que a primeira onda e a ARQMO por ser a responsável por 37 comunidades quilombolas luta incansavelmente para conter o avanço nos territórios fazendo assim parte da linha de frente, ficando mais disposto contrair a doença.

Partindo desse pressuposto a Coordenação administrativa da ARQMO vem por meio deste pedir para que se possível o Ministério Público Federal nos inclua na lista de prioridade pra receber a vacina de imunização do Município de Oriximiná, pois a coordenação da ARQMO atua no centro urbano e dentro dos quilombos levando informações e coletando dados necessários para o combate a pandemia.

Membros da Coordenação que estão atuando diretamente na ARQMO durante a pandemia: Claudinete Cole de Souza, CPF: 639.246.412-34 e RG: 7395396; Rogério de Oliveira Pereira, CPF: 388.223.772-49 e RG: 2176322; Gabriela Cardoso Almeida, CPF: 930.533.632-91 e RG: 5008899; Everson Yan Silva dos Anjos CPF: 041.562.492-47 e RG: 7520738; Gerson Pinheiro de Oliveira, CPF: 311.315.302-68 e RG: 1626214; Zelma Pires dos Santos, CPF: 716.289.672-34 e RG: 2755361.

Certo de sua atenção, desde logo agradeço e aguardo manifestação.

Atenciosamente,

ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ

Claudinete Cole de Souza
Claudinete Cole de Souza
Diretora Administrativa da ARQMO

Claudinete Cole de Souza
Claudinete Cole de Souza
Coordenadora Administrativa da ARQMO
CPF: 639.246.412-34

Gabriela Cardoso Almeida
Gabriela Cardoso Almeida
Coordenadora de Mulheres da ARQMO

Gabriela Cardoso Almeida
Gabriela Cardoso Almeida
Coordenadora de Mulheres da ARQMO
CPF: 930.533.632-91
RG: 5008899

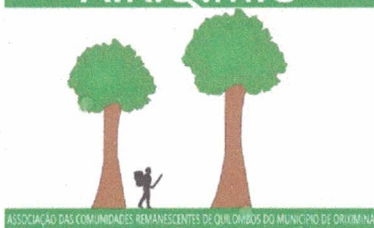
Rogério de Oliveira Pereira
Rogério de Oliveira Pereira
Conselheiro Diretor da ARQMO

Rogério de Oliveira Pereira
Rogério de Oliveira Pereira
Coordenador do Conselho Diretor ARQMO
CPF: 388.223.772-49

Gerson Pinheiro de Oliveira
Gerson Pinheiro de Oliveira
Coordenador Financeiro da ARQMO

Gerson Pinheiro de Oliveira
Gerson Pinheiro de Oliveira
Coordenador Financeiro da ARQMO
CPF: 311.315.302-68

23.060.742/0001-08
ASSOC. DAS COMUNIDADES REMANESCENTES
DE QUILOMBOS DO MUN. DE ORIXIMINÁ
RUA 24 DE DEZEMBRO - Nº 3068
SANTA TEREZINHA - CEP: 68.270-000
ORIXIMINÁ-PA



Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO

Ofício 004/ARQMO/2021

A senhora,

IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA

Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará
Oriximiná – PA

23.060.742/0001-08

ASSOC. DAS COMUNIDADES REMANESCENTES

DE QUILOMBOS DO MUN. DE ORIXIMINÁ

Oriximiná, 01 de fevereiro de 2021.

RUA 24 DE DEZEMBRO - Nº 3068

SANTA TEREZINHA - CEP: 68.270-000

ORIXIMINÁ-PA

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná-ARQMO, devido o grande aumento dos casos de COVID-19 no Município, a qual demonstra ser mais agressiva que a primeira onda e a ARQMO por ser a responsável por 37 comunidades quilombolas luta incansavelmente para conter o avanço nos territórios fazendo assim parte da linha de frente, ficando mais disposto contrair a doença.

Partindo desse pressuposto a Coordenação administrativa da ARQMO vem por meio deste pedir para que se possível o Ministério Público nos inclua na lista de prioridade pra receber a vacina de imunização do Município de Oriximiná, pois a ARQMO estará realizando atividades de prevenção nas Comunidades quilombolas.

Membros da Coordenação que estão atuando diretamente na ARQMO durante a pandemia: Claudinete Cole de Souza; Rogério de Oliveira Pereira; Gabriela Cardoso Almeida; Everson Yan Silva dos Anjos; Gerson Pinheiro de Oliveira; Zelma Pires dos Santos.

Certo de sua atenção, desde logo agradeço e aguardo manifestação.

Atenciosamente,

Claudinete Cole de Souza
Claudinete Cole de Souza

Diretora Administrativa da ARQMO

Claudinete Colé de Souza
Coordenadora Administrativa
da ARQMO
CPF: 639.246.412-34

Gabriela Cardoso Almeida
Gabriela Cardoso Almeida
Coordenadora de Mulheres da ARQMO

Gabriela Cardoso Almeida
Coordenadora de Mulheres da ARQMO
CPF: 930.533.632-91
RG: 5008899

Rogério de Oliveira Pereira
Rogério de Oliveira Pereira
Conselho Diretor da ARQMO

Gerson Pinheiro de Oliveira
Coordenador Financeiro
da ARQMO
CPF: 311.315.302-68

Gerson Pinheiro de Oliveira
Gerson Pinheiro de Oliveira
Coordenador Financeiro da ARQMO

Rogério de Oliveira Pereira
Coordenador do Conselho
Diretor ARQMO
CPF: 388.223.772-19



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Município de Santarém

PRM-STM-PA – 0000____/2021

**PRM-SANTAREM/SADM/PRM-PA - SETOR ADMINISTRATIVO DA PRM/SANTAREM
CERTIDÃO Nº ____/PRM/STM/SADM/2021**

CERTIFICO que, em relação aos fatos noticiados nas peças de informação nº **PRM-STM-PA - 00001023/2021**, foi efetuada pesquisa no Sistema de Informações **ÚNICO/APTUS**, com o seguinte resultado:

(x) inexistência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial com as mesmas partes e objeto semelhante.

() existência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo judicial com a mesma parte e objeto semelhante, conforme extrato anexo.

() existência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial, com a mesma parte e objeto diferente, conforme extrato anexo.

() existência de Procedimento Administrativo, Inquérito Policial ou Processo Judicial com parte diferente e mesmo objeto, conforme extrato anexo.

Parâmetros de busca utilizados: "ARQMO" X "PEDIDO DE PRIORIDADE" X "VACINAÇÃO", "SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO NA LISTA DE PRIORIDADE PARA A IMUNIZAÇÃO DA VACINA CONTRA O COVID-19" X "QUILOMBOLAS" X "ORIXIMINÁ"

Santarém (PA), 04 de fevereiro de 2021.

ARISLY GONÇALVES DE OLIVEIRA PERES

Técnica do MPU - Setor Jurídico

PRM-STM-PA-00001053/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência: PRM-STM-PA-00001023/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se ao PA - PPB - 1.23.002.000271/2020-47, que acompanha os impactos da covid-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná.

Santarém, 4 de fevereiro de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



ERRATA
DOE TCM PA,
25/01/2021.



DOE TCM PA,
21/01/2021.



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2021/TCMPA, de 20 de janeiro de 2021.

EMENTA: *Dispõe acerca das diretrizes do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, em virtude do quadro de caos no atendimento à população, evidenciado no Estado do Amazonas (jan/2021), em consonância com a Recomendação nº 1/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC, de 18/01/2021.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato nº 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o cenário de crise na saúde pública mundial e brasileira, iniciada em 2020, em virtude da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), a qual se viu agravar nos últimos 03 (três) meses, em todo o país, com aumento do número de contaminações e, consequentemente, do número de óbitos, perfazendo uma média atual de 54.048 mil novos casos por dia, com uma alta de 37% (trinta e sete por cento) na média de mortes e uma média atual, conforme contagem divulgada pelos canais de imprensa nacional, a qual perfaz, em números absolutos, uma média de 964 (novecentas e sessenta e quatro) óbitos por dia.

CONSIDERANDO que, de acordo com dados divulgados pelo consórcio nacional dos veículos de imprensa, levantados pelo CNPTC, em 18/01/2021, o Brasil alcança a triste marca de mais de 208 mil óbitos e um total superior a 8,3 milhões de pessoas diagnosticadas.

CONSIDERANDO o noticiado colapso no sistema de saúde do Estado do Amazonas, atinente à ausência de estoques e disponibilidade de fornecimento de oxigênio, pelas redes públicas de saúde, em suas instâncias federal, estadual e municipais, amplificando, ainda mais, os danosos efeitos da crise na saúde daquele Estado.

CONSIDERANDO o dever que se impõe a toda a rede de controle externo dos Poderes Públicos, na busca de medidas que venham a concorrer para o melhor enfrentamento da pandemia, sejam através de medidas pedagógicas, normativas e, ainda, de monitoramento das ações de atuação dos entes federativos, em tudo observado o melhor interesse público.

CONSIDERANDO, neste sentido, as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, fixadas junto à Recomendação nº 1, de 18 de janeiro de 2021, notadamente quanto à recomendação de ações de monitoramento que assegurem a realização de levantamentos destinados a evitar a repetição dos fatos ocorridos no Estado do Amazonas.



ERRATA
DOE TCM PA,
25/01/2021.



DOE TCM PA,
21/01/2021.



CONSIDERANDO, ainda, a urgência no levantamento de dados e informações que assegurem ao TCM PA a tabulação de dados que sirvam à orientação dos demais entes federativos envolvidos no enfrentamento da pandemia do COVID-19 e, por conseguinte, a fixação de orientação aos entes municipais jurisdicionados, para adoção de medidas de mitigação e superação de situação de risco eminente;

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCM PA, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC nº 109/2016, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCM PA, o Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para levantamento de informações e de medidas adotadas pelos entes jurisdicionados, destinados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), para o exercício de 2021.

Art. 2º. A ação de controle externo do TCM PA, prevista no art. 1º, em sua primeira etapa de execução, terá como foco o levantamento de informações, a partir de dados declarados pela origem, com pertinência à situação da rede de atendimento municipal da saúde, vocacionado para o tratamento da COVID-19 e, ainda, dos estoques de oxigênio indispensáveis para o atendimento da população, nos termos da Recomendação nº 1/2021/CNPTC.

Parágrafo único. As demais etapas do Plano de Monitoramento, instituído nos termos desta Instrução Normativa, serão aprovados e publicizados por intermédio de atos normativos próprios.

Art. 3º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos do questionário constante do **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recaem, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os Prefeitos Municipais serão notificados quanto às informações estabelecidas no questionário disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Instrução Normativa, exclusivamente, por publicação una junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, para no prazo máximo de até 72h (setenta e duas horas) se manifestarem no link indicado na comunicação.

§1º. Ao final do preenchimento do questionário disposto no caput deste artigo, os Prefeitos Municipais deverão realizar o download do arquivo para encaminhamento, por intermédio de ofício dirigido ao TCM PA, via e-mail (protocolo@tcm.pa.gov.br), devidamente assinados, digitalmente, pela autoridade, no mesmo prazo fixado no caput, deste artigo.

§2º. A publicização do questionário constante do **ANEXO ÚNICO** desta Instrução Normativa, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, já assegura aos Prefeitos Municipais a oportunidade de deflagração dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCM PA.



ERRATA
DOE TCM PA,
25/01/2021.



DOE TCM PA,
21/01/2021.



Art. 5º. Os dados recebidos serão submetidos à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, para fins de tabulação e emissão de relatórios, disponibilizados, preliminarmente ao Colegiado do TCM PA, objetivando, ato contínuo, a sua publicização e compartilhamento com as Câmaras Municipais, Conselhos Municipais de Saúde, Governo Federal (Ministério da Saúde), Governo do Estado do Pará (Secretaria Estadual de Saúde), Ministério Público Estadual e Federal.

Parágrafo único. Para fins de estudo e avaliação em âmbito nacional, os dados coletados poderão ser disponibilizados ao CNPTC, ATRICON e ABRACON.

Art. 6º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2021, na forma da Lei Complementar nº 109/2016 e do Regimento Interno (Ato nº 23).

Art. 7º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC nº 109/2016 c/c art. 698, inciso II, alíneas “a” e “b”, c/c 698, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno do TCM PA.

Art. 8º. Além das sanções de ordem pecuniária, apurada a omissão da prestação de informações, as situações irregulares serão consideradas para fins de repercussão junto às respectivas prestações de contas, vinculadas ao exercício de 2021.

Art. 9º. A prestações de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará, para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM PA.

Art. 10. Os Prefeitos Municipais, os Secretários Municipais de Saúde e, ainda, os respectivos responsáveis pelos Controles Internos, serão notificados quanto aos eventuais achados de auditoria e/ou recomendações consignadas TCM PA, fixando-se prazo de até 05 (cinco) dias para apresentação de informações quanto às providências adotadas, com vistas a normalização das ações esperadas dos Executivo Municipal.

Art. 11. As manifestações encaminhadas ao TCM PA, nos termos do art. 10, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, em conjunto com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Resultados, com o objetivo de consolidação de relatórios de monitoramento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.



ERRATA
DOE TCM PA,
25/01/2021.



DOE TCM PA,
21/01/2021.



Art. 12. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, ficam cientificados todos os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 13. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 14. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da saúde pública municipal.

Art. 15. O TCM PA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

Art. 16. A Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação, deverá adotar todas as providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fixadas nesta Instrução Normativa, objetivando a concomitância executiva, junto aos Poderes Públicos Municipais.

Art. 17. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 20 de janeiro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Presidente/TCM PA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente/TCM PA

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Corregedor/TCM PA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/Ouvidor/TCM PA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/TCM PA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/TCM PA

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto/TCM PA



ANEXO ÚNICO (Instrução Normativa Nº 01/2021/TCMPA)

QUESTIONÁRIO – COVID-19 – IN Nº 01/2021/TCMPA

BLOCO I

O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?

☐ SIM

☐ NÃO

Qual a média de oxigênio utilizada nos últimos 3 (três) meses na rede municipal de saúde?

Qual o estoque de oxigênio disponível para utilização na rede municipal de saúde?

O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?

☐ 0 a 7

☐ 8 a 15

☐ 16 a 30

☐ mais de 30

BLOCO II

Qual o número de unidades que compreendem a rede municipal ativa para atendimento a pacientes com COVID-19:

Unidade Básica de Saúde – UBS _____

Unidade de Pronto Atendimento – UPA _____

Pronto Socorro Municipal _____

Hospital Municipal _____

Qual o número total de profissionais em atendimento direto aos pacientes com COVID-19?

Médicos _____

Enfermeiros _____

Técnicos de Enfermagem _____



BLOCO III

Quais diligências estão sendo tomadas para evitar que aconteçam problemas semelhantes aos enfrentados no Amazonas?

- ☐ Aumento número de profissionais de saúde destinados ao atendimento da COVID-19
- ☐ Aumento do estoque de insumos hospitalares/ambulatorial
- ☐ Abertura de novos leitos dedicados aos pacientes com COVID-19
- ☐ Aumento do estoque de oxigênio
- ☐ Adoção de medidas de restrição de circulação, aglomeração e distanciamento
- ☐ Outros

BLOCO IV

Quanto à contratação de oxigênio pelo Município:

Indique o(s) números do(s) contrato(s) vigente(s) _____

Período de Vigência(s) _____

Saldo(s) Financeiro(s) remanescente(s) _____

Empresa(s) contratada(s) _____

BLOCO V

Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se:

O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID-19, com cronograma estabelecido por fases?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

BLOCO VI

O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19? Em caso positivo, informar o número do ato.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

10.1 Em caso positivo, informar o número do ato: _____

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/2021/TCM-PA, de 20 de janeiro de 2021.

EMENTA: *Dispõe acerca das diretrizes do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, em virtude do quadro de caos no atendimento à população, evidenciado no Estado do Amazonas (jan/2021), em consonância com a Recomendação n.º 1/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC, de 18/01/2021.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato n.º 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o cenário de crise na saúde pública mundial e brasileira, iniciada em 2020, em virtude da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), a qual se viu agravar nos últimos 03 (três) meses, em todo o país, com aumento do número de contaminações e, consequentemente, do número de óbitos, perfazendo uma média atual de 54.048 mil novos casos por dia, com uma alta de 37% na média de mortes e uma média atual, conforme contagem divulgada pelos canais de imprensa contagem divulgada pela imprensa nacional, a qual perfaz, em números absolutos, uma média de 964 mortes por dia.

CONSIDERANDO que, de acordo com dados divulgados pelo consórcio nacional dos veículos de imprensa, levantados pelo CNPTC, em 18/01/2021, o Brasil alcança a triste marca de mais de 208 mil óbitos e um total superior a 8,3 milhões de pessoas diagnosticadas.

CONSIDERANDO o noticiado colapso no sistema de saúde do Estado do Amazonas, atinente a ausência de estoques e disponibilidade de fornecimento de oxigênio, pelas redes públicas de saúde, em suas instâncias federal, estadual e municipais, amplificando, ainda mais, os danosos efeitos da crise na saúde daquele Estado.

CONSIDERANDO o dever que se impõe a toda a rede de controle externo dos Poderes Públicos, na busca de medidas que venham a concorrer para o melhor enfrentamento da pandemia, sejam através de

medidas pedagógicas, normativas e, ainda, de monitoramento das ações de atuação dos entes federativos, em tudo observado o melhor interesse público.

CONSIDERANDO, neste sentido, as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, fixadas junto à Recomendação n.º 1, de 18 de janeiro de 2021, notadamente quanto à recomendação de ações de monitoramento que assegurem a realização de levantamentos destinados a evitar a repetição dos fatos ocorridos no Estado do Amazonas.

CONSIDERANDO, ainda, a urgência no levantamento de dados e informações que assegurem ao TCM-PA a tabulação de dados que sirvam a orientação dos demais entes federativos envolvidos no enfrentamento da pandemia do COVID-19 e, por conseguinte, a fixação de orientação aos entes municipais jurisdicionados, para adoção de medidas de mitigação e superação de situação de risco eminente;

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCM-PA, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC n.º 109/2016, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCM-PA, o Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para levantamento de informações e de medidas adotadas pelos entes jurisdicionados, destinados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), para o exercício de 2021.

Art. 2º. A ação de controle externo do TCM-PA, prevista no art. 1º, em sua primeira etapa de execução, terá como foco o levantamento de informações, a partir de dados declarados pela origem, com pertinência à situação da rede de atendimento municipal da saúde, vocacionado para o tratamento da COVID-19 e, ainda, dos estoques de oxigênio indispensáveis para o atendimento da população, nos termos da Recomendação n.º 1/2021/CNPTC.

Parágrafo único. As demais etapas do Plano de Monitoramento, instituído nos termos desta Instrução Normativa, serão aprovados e publicizados por intermédio de atos normativos próprios.

Art. 3º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos do questionário



constante do ANEXO ÚNICO, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recaem, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os Prefeitos Municipais serão notificados, exclusivamente, quanto às informações estabelecidas no questionário disposto no ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, por publicação una, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, para no prazo máximo de até 72h (setenta e duas horas) se manifestarem no link indicado na comunicação.

§1º. Ao final do preenchimento do questionário disposto no caput deste artigo, os Prefeitos Municipais deverão realizar o download do arquivo para encaminhamento ao Tribunal por meio do e-mail *protocolo@tcm.pa.gov.br*, devidamente assinado digitalmente pela autoridade.

§2º. A disponibilização do questionário constante do ANEXO ÚNICO desta Instrução Normativa, já assegura aos Prefeitos Municipais a oportunidade de adoção dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCM-PA.

Art. 5º. Os dados recebidos serão submetidos à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, para fins de tabulação e emissão de relatórios, disponibilizados, preliminarmente ao Colegiado do TCM-PA, objetivando, ato contínuo, a sua publicização e compartilhamento com as Câmaras Municipais, Conselhos Municipais de Saúde, Governo Federal (Ministério da Saúde), Governo do Estado do Pará (Secretaria Estadual de Saúde), Ministério Público Estadual e Federal.

Parágrafo único. Para fins de estudo e avaliação em âmbito nacional, os dados coletados poderão ser disponibilizados ao CNPTC, ATRICON e ABRACON.

Art. 6º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM-PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2020, na forma da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno (Ato n.º 23).

Art. 7º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC n.º 109/2016 c/c art. 698, inciso II, alíneas “a”

e “b”, c/c 698, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno do TCM-PA.

Art. 8º. Além das sanções de ordem pecuniária, apurada a omissão da prestação de informações, as situações irregulares serão consideradas para fins de repercussão junto às respectivas prestações de contas, vinculadas ao exercício de 2021.

Art. 9º. A prestações de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará, para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM-PA.

Art. 10. Os Prefeitos Municipais, os Secretários Municipais de Saúde e, ainda, os respectivos responsáveis pelos Controles Internos, serão notificados quanto aos eventuais achados de auditoria e/ou recomendações consignadas TCM-PA, fixando-se prazo de até 10 (dez) dias para apresentação de informações quanto às providências adotadas, com vistas a normalização das ações esperadas dos Executivo Municipal.

Art. 11. As manifestações encaminhadas ao TCM-PA, nos termos do art. 10, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, em conjunto com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Resultados, com o objetivo de consolidação de relatórios de monitoramento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.

Art. 12. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, ficam cientificados todos os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCM-PA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 13. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.



Art. 14. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da saúde pública municipal.

Art. 15. O TCM-PA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

Art. 16. A Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação, deverá adotar todas as providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fixadas nesta Instrução Normativa, objetivando a concomitância executiva, junto aos Poderes Públicos Municipais.

Art. 17. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 20 de janeiro de 2021.

Conselheira MARA LÚCIA
Presidente

Conselheiro ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES
Vice-Presidente

Conselheiro SÉRGIO LEÃO
Corregedor

Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Ouvidor

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro CEZAR COLARES

Conselheiro-Substituto SÉRGIO DANTAS



ANEXO ÚNICO

QUESTIONÁRIO – COVID-19 – IN N.º 01/2020/TCM-PA

BLOCO I

- 1 O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?

<input type="checkbox"/>	SIM
<input type="checkbox"/>	NÃO

- 2 Qual a média de oxigênio utilizada nos últimos 3 (três) meses na rede municipal de saúde?

- 3 Qual o estoque de oxigênio disponível para utilização na rede municipal de saúde?

- 4 O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?

<input type="checkbox"/>	0 a 7
<input type="checkbox"/>	8 a 15
<input type="checkbox"/>	16 a 30
<input type="checkbox"/>	mais de 30

BLOCO II

- 5 Qual o número de unidades que compreendem a rede municipal ativa para atendimento a pacientes com COVID-19:

- 5.1 Unidade Básica de Saúde – UBS _____
 5.2 Unidade de Pronto Atendimento – UPA _____
 5.3 Hospital Municipal _____

- 6 Qual o número total de profissionais em atendimento direto aos pacientes com COVID-19?

- 6.1 Médicos _____
 6.2 Enfermeiros _____
 6.3 Técnicos de Enfermagem _____

BLOCO III

7 Quais diligências estão sendo tomadas para evitar que aconteçam problemas semelhantes aos enfrentados no Amazonas?

- ☐ Aumento número de profissionais de saúde destinados ao atendimento da COVID-19
- ☐ Aumento do estoque de insumos hospitalares/ambulatorial
- ☐ Abertura de novos leitos dedicados aos pacientes com COVID-19
- ☐ Aumento do estoque de oxigênio
- ☐ Adoção de medidas de restrição de circulação, aglomeração e distanciamento
- ☐ Outros _____

BLOCO IV

8 Quanto à contratação de oxigênio pelo Município?

- 8.1 Indique o(s) números do(s) contrato(s) vigente(s) _____
- 8.2 Período de Vigência(s) _____
- 8.3 Saldo(s) Financeiro(s) remanescente(s) _____
- 8.4 Empresa(s) contratada(s) _____

BLOCO V

9 Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se:

9.1 O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

9.2 O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício nº 060/2021/PRES/TCM

Belém, 02 de fevereiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA

Procurador da República Federal

Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1476, Ed. Evolution, 1º andar – Umarizal

CEP: 66.055-200 - Belém -Pará

Senhor Procurador,

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, representa por sua Presidência, honrada em cumprimentá-lo, em atenção aos termos das competências e jurisdição estabelecidas pela LC n.º 109/2021, bem como em face ao cenário da pandemia do COVID-19, a qual acode a necessidade de atuação de todos os órgãos e Poderes Públicos, bem como a atuação dos Tribunais de Contas, na forma preconizada pela [Recomendação n.º 1/2021](#), do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, dado o quadro presente de agravamento da crise na saúde pública, vem informar e encaminhar, nos seguintes termos:

1. O TCM-PA, por intermédio de seu Colegiado e área técnica, elaborou e fez aprovar, em 20/01/2021, a [Instrução Normativa n.º 01/2021/TCMPA](#), que institui o Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará.
2. Tal ação coordenada e concomitante junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) Municípios do Estado do Pará, via estabelecer uma linha de controle externo, aportada nas principais dificuldades e medidas esperadas pelos prefeitos paraenses, no enfrentamento da pandemia da COVID-19.
3. Na primeira etapa desta ação de monitoramento, foram evidenciados, nos termos do ANEXO ÚNICO, da IN n.º 01/2021/TCMPA, diversos aspectos, em especial,



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

relacionados aos estoques de oxigênio medicinal, disponibilidades contratuais para fornecimento e, ainda, de avaliação dos quantitativos disponíveis de estoques de seringas e agulhas para execução da vacinação da população.

4. Neste sentido, encaminhado para conhecimento as citadas, Recomendação do CNPTC e da IN n.º 01/2021/TCMPA, juntamente, com o [Diagnóstico Sintético](#) preliminar, elaborado a partir das informações prestadas pelos Prefeitos Municipais dos 144 (cento e quarenta e quatro) Municípios paraenses, dado o atendimento da integralidade dos mesmos à Notificação expedida pelo TCM-PA.
5. Ressaltamos este TCM-PA, por meio de seu Colegiado e corpo técnico, busca atuar de modo a agregar meios e orientações, voltadas ao melhor, mais eficaz e tempestivo desenvolvimento de ações que mitiguem os deletérios efeitos da pandemia da COVID-19, no Estado do Pará e junto à sua população.
6. A ação desenvolvida a partir da aprovação da IN n.º 01/2021/TCMPA será executada em etapas, ao que ressaltamos que todas as informações, levantamento e demais achados realizados serão compartilhados em nosso site (www.tcm.pa.gov.br), para além de comunicado a todos os órgãos que, em congregação de esforços, buscam atuar em prol da sociedade paraense.

Por todo o exposto, esta Presidência e todos o corpo técnico do TCM-PA permanece a disposição para esclarecimentos, informações adicionais e, ainda, para a interlocução e desenvolvimento de ações conjuntas, ao que reitero votos de estima consideração.

Atenciosamente,

Conselheira **MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**
Presidente / TCM/PA

Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará

DIAGNÓSTICO SINTÉTICO

(Parcial em 29/01/2021 às 12:25)

I – APRESENTAÇÃO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ aprovou em 20/01/2021 a [Instrução Normativa n.º 01/2021/TCM-PA](#) que “Dispõe acerca das diretrizes do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, em virtude do quadro de caos no atendimento à população, evidenciado no Estado do Amazonas (jan/2021), em consonância com a Recomendação n.º 1/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC, de 18/01/2021”.

Com a publicação da referenciada Instrução Normativa, foram notificados os 144 (cento e quarenta e quatro) Prefeitos Municipais do Estado do Pará, conforme publicação realizada em 22/01/2021, por intermédio do [Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA](#), fixando-se prazo de até 72h (setenta e duas horas), para apresentação de informações, via Questionário Eletrônico, validado por intermédio de ofício encaminhado ao TCM-PA, via e-mail.

O período de apuração de informações, declarados pela origem, ocorreu entre os dias 25/01 a 27/01/2021, os quais deverão ser considerados para fins de análise dos resultados apurados e consolidados, nos termos do presente Diagnóstico Sintético.

Os itens que integram o *Questionário Eletrônico*, previsto junto ao ANEXO ÚNICO, da IN n.º 01/2021/TCM-PA, foram estabelecidos em ações e providência que incorrem na responsabilidade dos gestores públicos municipais, vocacionados para o enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), a exemplo da manutenção de contratos e estoques de oxigênio e contratação de pessoal, sem prejuízo das ações desenvolvidas em conjugação de esforços com os Poderes Federal e Estadual.

Assim, o objetivo primeiro desta ação de controle externo está vocacionado à instrumentalização e consolidação das informações com pertinência aos municípios do Estado do Pará, servindo de suporte e substrato às esperadas ações dos Poderes Públicos constituídos, no melhor e mais tempestivo atendimento na área da saúde pública da população paraense, a partir de um panorama global e atualizado das medidas e disponibilidades evidenciadas.

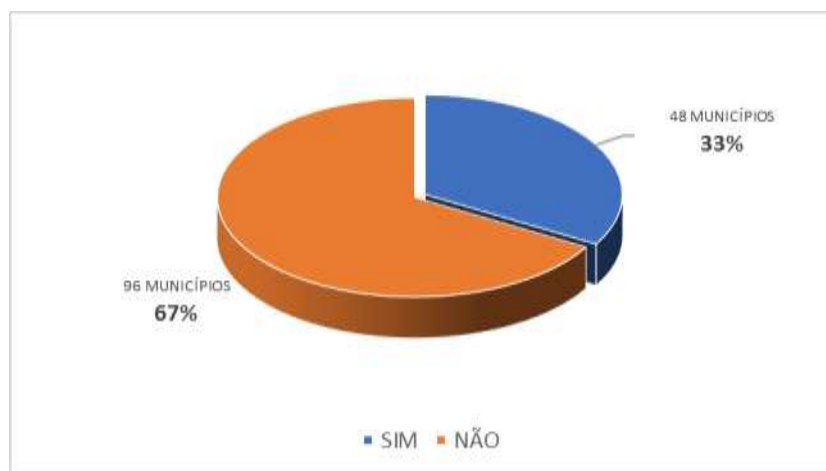
Destacamos que os dados apurados e replicados junto aos gráficos constantes neste Relatório consolidam, em parte, as informações prestadas pela totalidade dos municípios do Estado do Pará, obtidas pela adesão da totalidade dos gestores ao chamamento na forma e prazo instituídos pela IN n.º 01/2021/TCM-PA, destacando-se, ainda, dentro dos mesmos gráficos, que os detalhamentos quantitativos são apresentados sob a perspectiva, sequencial de número absoluto e total percentual (v.g. 96; 67% - noventa e seis municípios, que correspondem à sessenta e sete por cento).

Na tabulação dos dados levantados a partir das informações prestadas pelos Prefeitos Municipais, adotamos a distribuição regional de municípios fixadas a partir do Decreto Estadual n.º 800, de 31/05/2020, assegurando uma melhor percepção e utilização dos mesmos, em prol do desenvolvimento de ações coordenadas pelo Governo do Estado do Pará.

Ressaltamos, por fim, que o presente documento agrega os itens do Questionário Eletrônico, passíveis de respostas objetivas e de múltipla escolha, ao que os demais elementos de informações agregados nesta ação de controle externo se encontram em fase de análise e avaliação, na forma prevista pela IN n.º 01/2021/TCM-PA.

II – DADOS LEVANTADOS E TOTALIZADOS POR QUESITOS:

1- O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?



Fonte: dados declarados pela origem
Data: período 25/01 a 27/01.

1.1 Relação detalhada:

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ABAETETUBA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ACARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	AFUÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BAIÃO	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BARCARENA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CACHOEIRA DO ARARI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CAMETÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CHAVES	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	COLARES	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CONCÓRDIA DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	IGARAPÉ-MIRI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MARITUBA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOCAJUBA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MUANÁ	NÃO

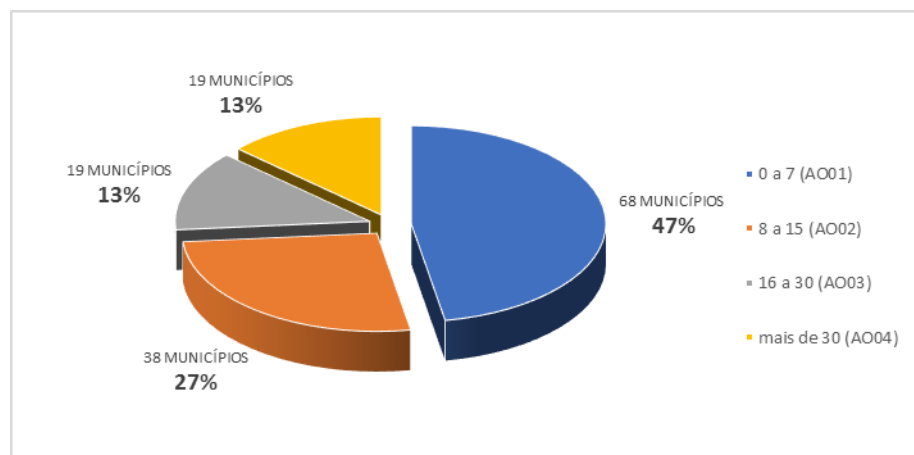
REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	OEIRAS DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	PONTA DE PEDRAS	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SALVATERRA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA CRUZ DO ARARI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA ISABEL DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	TOMÉ-AÇU	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	VIGIA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ANANINDEUA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BELÉM	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BENEVIDES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BUJARU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	LIMOEIRO DO AJURU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOJU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SOURE	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	ANAJÁS	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	BAGRE	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	BREVES	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	CURRALINHO	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	GURUPÁ	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	MELGAÇO	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	PORTEL	SIM
NORDESTE	AUGUSTO CORRÊA	NÃO
NORDESTE	AURORA DO PARÁ	NÃO
NORDESTE	BONITO	NÃO
NORDESTE	CACHOEIRA DO PIRIÁ	NÃO
NORDESTE	CURUÇÁ	NÃO

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?
NORDESTE	GARRAÃO DO NORTE	NÃO
NORDESTE	IGARAPÉ-AÇU	NÃO
NORDESTE	IPIXUNA DO PARÁ	NÃO
NORDESTE	IRITUIA	NÃO
NORDESTE	MÃE DO RIO	NÃO
NORDESTE	MAGALHÃES BARATA	NÃO
NORDESTE	MARACANÃ	NÃO
NORDESTE	MARAPANIM	NÃO
NORDESTE	NOVA TIMBOTEUA	NÃO
NORDESTE	OURÉM	NÃO
NORDESTE	PEIXE-BOI	NÃO
NORDESTE	QUATIPURU	NÃO
NORDESTE	SALINÓPOLIS	NÃO
NORDESTE	SANTA MARIA DO PARÁ	NÃO
NORDESTE	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	NÃO
NORDESTE	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	NÃO
NORDESTE	SÃO JOÃO DA PONTA	NÃO
NORDESTE	TERRA ALTA	NÃO
NORDESTE	TRACUATEUA	NÃO
NORDESTE	BRAGANÇA	SIM
NORDESTE	CAPANEMA	SIM
NORDESTE	CAPITÃO POÇO	SIM
NORDESTE	CASTANHAL	SIM
NORDESTE	INHANGAPI	SIM
NORDESTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	SIM
NORDESTE	PARAGOMINAS	SIM
NORDESTE	PRIMAVERA	SIM
NORDESTE	SANTA LUZIA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SANTARÉM NOVO	SIM
NORDESTE	SÃO JOÃO DE PIRABAS	SIM
NORDESTE	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	SIM
NORDESTE	ULIANÓPOLIS	SIM
NORDESTE	WISEU	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ALENQUER	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	ALMEIRIM	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	BELTERRA	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	CURUÁ	NÃO

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?
BAIXO AMAZÔNAS	FARO	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	MOJUÍ DOS CAMPOS	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	MONTE ALEGRE	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	ÓBIDOS	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	PLACAS	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	PRAINHA	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	TERRA SANTA	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	JURUTI	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ORIXIMINÁ	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	SANTARÉM	SIM
XINGU	ALTAMIRA	NÃO
XINGU	BRASIL NOVO	NÃO
XINGU	MEDICILÂNDIA	NÃO
XINGU	PACAJÁ	NÃO
XINGU	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	NÃO
XINGU	ANAPU	SIM
XINGU	PORTO DE MOZ	SIM
XINGU	URUARÁ	SIM
XINGU	VITÓRIA DO XINGU	SIM
CARAJÁS	ABEL FIGUEIREDO	NÃO
CARAJÁS	BOM JESUS DO TOCANTINS	NÃO
CARAJÁS	CANAÃ DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	CURIONÓPOLIS	NÃO
CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	GOIANÉSIA DO PARÁ	NÃO
CARAJÁS	JACUNDÁ	NÃO
CARAJÁS	NOVA IPIXUNA	NÃO
CARAJÁS	PALESTINA DO PARÁ	NÃO
CARAJÁS	RONDON DO PARÁ	NÃO
CARAJÁS	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	TAILÂNDIA	NÃO
CARAJÁS	TUCURUÍ	NÃO
CARAJÁS	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	SIM
CARAJÁS	BREU BRANCO	SIM
CARAJÁS	DOM ELISEU	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?
CARAJÁS	ITUPIRANGA	SIM
CARAJÁS	MARABÁ	SIM
CARAJÁS	NOVO REPARTIMENTO	SIM
CARAJÁS	PARAUPEBAS	SIM
CARAJÁS	PIÇARRA	SIM
TAPAJÓS	ITAITUBA	NÃO
TAPAJOS	RURÓPOLIS	NÃO
TAPAJOS	AVEIRO	SIM
TAPAJOS	JACAREACANGA	SIM
TAPAJOS	NOVO PROGRESSO	SIM
TAPAJÓS	TRAIRÃO	SIM
ARAGUAIA	ÁGUA AZUL DO NORTE	NÃO
ARAGUAIA	BANNACH	NÃO
ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA	NÃO
ARAGUAIA	OURILÂNDIA DO NORTE	NÃO
ARAGUAIA	PAU D'ARCO	NÃO
ARAGUAIA	REDENÇÃO	NÃO
ARAGUAIA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	NÃO
ARAGUAIA	SANTANA DO ARAGUAIA	NÃO
ARAGUAIA	SAPUCAIA	NÃO
ARAGUAIA	XINGUARA	NÃO
ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	CUMARU DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	RIO MARIA	SIM
ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	SIM
ARAGUAIA	TUCUMÃ	SIM

2- O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?



Fonte: dados declarados pela origem
Data: período 25/01 a 27/01.

OBS: Faixas estabelecidas em dias.

2.1 Relação Detalhada:

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ABAETETUBA	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ACARÁ	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	AFUÁ	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BAIÃO	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BELÉM	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CACHOEIRA DO ARARI	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CAMETÁ	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CHAVES	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	COLARES	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CONCÓRDIA DO PARÁ	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	IGARAPÉ-MIRI	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOCAJUBA	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	PONTA DE PEDRAS	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SALVATERRA	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA CRUZ DO ARARI	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO	SANTA ISABEL DO PARÁ	0 a 7

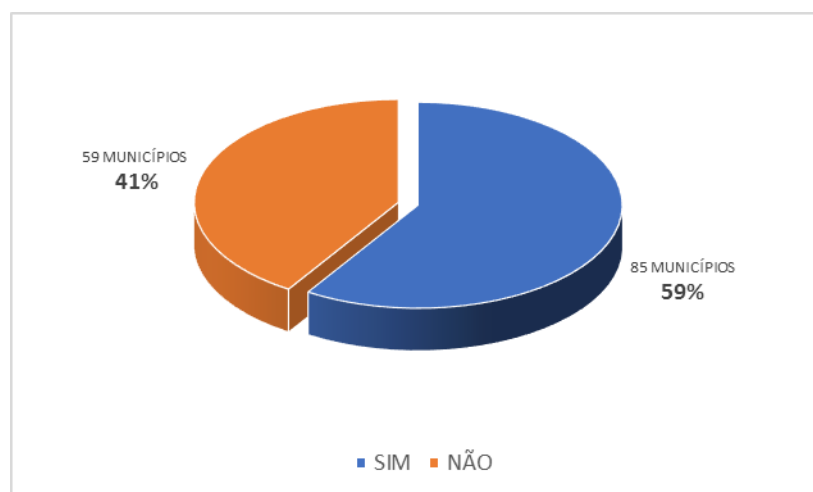
REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?
TOCANTINS		
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	TOMÉ-AÇU	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	VIGIA	0 a 7
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ANANINDEUA	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BARCARENA	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	LIMOEIRO DO AJURU	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOJU	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MUANÁ	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	OEIRAS DO PARÁ	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SOURE	8 a 15
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BUJARU	16 a 30
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	16 a 30
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BENEVIDES	mais de 30
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MARITUBA	mais de 30
MARAJÓ OCIDENTAL	BREVES	0 a 7
MARAJÓ OCIDENTAL	CURRALINHO	0 a 7
MARAJÓ OCIDENTAL	GURUPÁ	0 a 7
MARAJÓ OCIDENTAL	MELGAÇO	16 a 30
MARAJÓ OCIDENTAL	PORTEL	16 a 30
MARAJÓ OCIDENTAL	ANAJÁS	mais de 30
MARAJÓ OCIDENTAL	BAGRE	mais de 30
NORDESTE	CACHOEIRA DO PIRIÁ	0 a 7
NORDESTE	IGARAPÉ-AÇU	0 a 7
NORDESTE	IPIXUNA DO PARÁ	0 a 7
NORDESTE	MÃE DO RIO	0 a 7
NORDESTE	MAGALHÃES BARATA	0 a 7
NORDESTE	OURÉM	0 a 7
NORDESTE	PEIXE-BOI	0 a 7
NORDESTE	QUATIPURU	0 a 7
NORDESTE	SALINÓPOLIS	0 a 7

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?
NORDESTE	SANTA LUZIA DO PARÁ	0 a 7
NORDESTE	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	0 a 7
NORDESTE	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	0 a 7
NORDESTE	TRACUATEUA	0 a 7
NORDESTE	AURORA DO PARÁ	8 a 15
NORDESTE	BRAGANÇA	8 a 15
NORDESTE	CURUÇÁ	8 a 15
NORDESTE	IRITUIA	8 a 15
NORDESTE	MARACANÃ	8 a 15
NORDESTE	NOVA TIMBOTEUA	8 a 15
NORDESTE	SANTA MARIA DO PARÁ	8 a 15
NORDESTE	SÃO JOÃO DE PIRABAS	8 a 15
NORDESTE	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	8 a 15
NORDESTE	TERRA ALTA	8 a 15
NORDESTE	ULIANÓPOLIS	8 a 15
NORDESTE	AUGUSTO CORRÊA	16 a 30
NORDESTE	BONITO	16 a 30
NORDESTE	CAPANEMA	16 a 30
NORDESTE	CAPITÃO POÇO	16 a 30
NORDESTE	CASTANHAL	16 a 30
NORDESTE	MARAPANIM	16 a 30
NORDESTE	PARAGOMINAS	16 a 30
NORDESTE	PRIMAVERA	16 a 30
NORDESTE	GARRAÇÃO DO NORTE	mais de 30
NORDESTE	INHANGAPI	mais de 30
NORDESTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	mais de 30
NORDESTE	SANTARÉM NOVO	mais de 30
NORDESTE	SÃO JOÃO DA PONTA	mais de 30
NORDESTE	VISEU	mais de 30
BAIXO AMAZÔNAS	ALENQUER	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	ALMEIRIM	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	BELTERRA	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	CURUÁ	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	FARO	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	JURUTI	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	MOJUI DOS CAMPOS	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	MONTE ALEGRE	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	ÓBIDOS	0 a 7

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?
BAIXO AMAZÔNAS	TERRA SANTA	0 a 7
BAIXO AMAZÔNAS	PLACAS	8 a 15
BAIXO AMAZÔNAS	PRAINHA	8 a 15
BAIXO AMAZÔNAS	ORIXIMINÁ	mais de 30
BAIXO AMAZÔNAS	SANTARÉM	mais de 30
XINGU	BRASIL NOVO	0 a 7
XINGU	PACAJÁ	0 a 7
XINGU	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	0 a 7
XINGU	ALTAMIRA	8 a 15
XINGU	MEDICILÂNDIA	8 a 15
XINGU	ANAPU	16 a 30
XINGU	PORTO DE MOZ	16 a 30
XINGU	URUARÁ	mais de 30
XINGU	VITÓRIA DO XINGU	mais de 30
CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	0 a 7
CARAJÁS	GOIANÉSIA DO PARÁ	0 a 7
CARAJÁS	JACUNDÁ	0 a 7
CARAJÁS	NOVA IPIXUNA	0 a 7
CARAJÁS	NOVO REPARTIMENTO	0 a 7
CARAJÁS	PALESTINA DO PARÁ	0 a 7
CARAJÁS	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	0 a 7
CARAJÁS	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	0 a 7
CARAJÁS	TAILÂNDIA	0 a 7
CARAJÁS	BOM JESUS DO TOCANTINS	8 a 15
CARAJÁS	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	8 a 15
CARAJÁS	BREU BRANCO	8 a 15
CARAJÁS	CANAÃ DOS CARAJÁS	8 a 15
CARAJÁS	CURIONÓPOLIS	8 a 15
CARAJÁS	DOM ELISEU	8 a 15
CARAJÁS	ITUPIRANGA	8 a 15
CARAJÁS	PIÇARRA	8 a 15
CARAJÁS	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	8 a 15
CARAJÁS	TUCURUÍ	8 a 15
CARAJÁS	RONDON DO PARÁ	16 a 30
CARAJÁS	ABEL FIGUEIREDO	mais de 30
CARAJÁS	MARABÁ	mais de 30
CARAJÁS	PARAUAPEBAS	mais de 30
TAPAJÓS	ITAITUBA	0 a 7

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?
TAPAJOS	NOVO PROGRESSO	0 a 7
TAPAJOS	RURÓPOLIS	0 a 7
TAPAJOS	JACAREACANGA	16 a 30
TAPAJÓS	TRAIRÃO	16 a 30
TAPAJOS	AVEIRO	mais de 30
ARAGUAIA	OURILÂNDIA DO NORTE	0 a 7
ARAGUAIA	PAU D'ARCO	0 a 7
ARAGUAIA	REDENÇÃO	0 a 7
ARAGUAIA	RIO MARIA	0 a 7
ARAGUAIA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	0 a 7
ARAGUAIA	SANTANA DO ARAGUAIA	0 a 7
ARAGUAIA	SAPUCAIA	0 a 7
ARAGUAIA	ÁGUA AZUL DO NORTE	8 a 15
ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA	8 a 15
ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	8 a 15
ARAGUAIA	TUCUMÃ	8 a 15
ARAGUAIA	XINGUARA	8 a 15
ARAGUAIA	BANNACH	16 a 30
ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	16 a 30
ARAGUAIA	CUMARU DO NORTE	mais de 30

3- O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19?



Fonte: dados declarados pela origem
Data: período 25/01 a 27/01

3.1 Relação Detalhada:

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ACARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ANANINDEUA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BAIÃO	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CACHOEIRA DO ARARI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CAMETÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CHAVES	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	COLARES	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	LIMOEIRO DO AJURU	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	PONTA DE PEDRAS	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA CRUZ DO ARARI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	NÃO

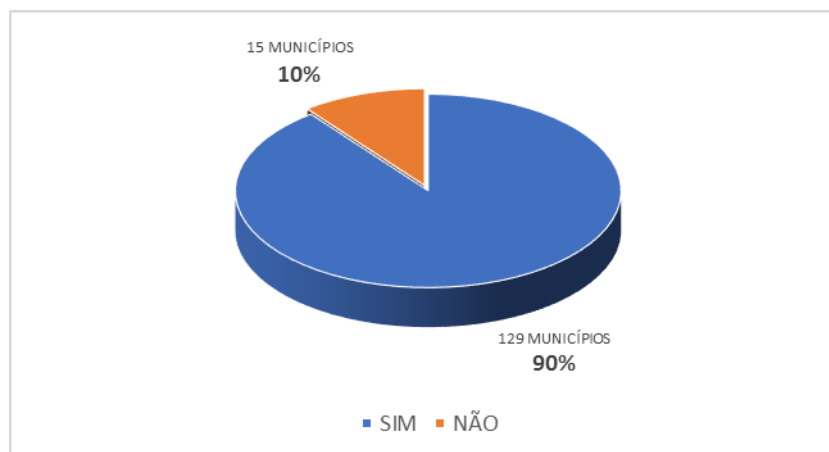
REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	TOMÉ-AÇU	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ABAETETUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	AFUÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BARCARENA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BELÉM	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BENEVIDES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BUJARU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CONCÓRDIA DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	IGARAPÉ-MIRI	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MARITUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOCAJUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOJU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MUANÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	OEIRAS DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SALVATERRA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA ISABEL DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SOURE	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	VIGIA	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	BAGRE	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	BREVES	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	CURRALINHO	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	ANAJÁS	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	GURUPÁ	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	MELGAÇO	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	PORTEL	SIM
NORDESTE	CASTANHAL	NÃO
NORDESTE	GARRAÇÃO DO NORTE	NÃO
NORDESTE	IPIXUNA DO PARÁ	NÃO

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19?
NORDESTE	MÃE DO RIO	NÃO
NORDESTE	MAGALHÃES BARATA	NÃO
NORDESTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	NÃO
NORDESTE	PEIXE-BOI	NÃO
NORDESTE	QUATIPURU	NÃO
NORDESTE	SALINÓPOLIS	NÃO
NORDESTE	SANTA MARIA DO PARÁ	NÃO
NORDESTE	SANTARÉM NOVO	NÃO
NORDESTE	SÃO JOÃO DA PONTA	NÃO
NORDESTE	SÃO JOÃO DE PIRABAS	NÃO
NORDESTE	TERRA ALTA	NÃO
NORDESTE	TRACUATEUA	NÃO
NORDESTE	AUGUSTO CORRÊA	SIM
NORDESTE	AURORA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	BONITO	SIM
NORDESTE	BRAGANÇA	SIM
NORDESTE	CACHOEIRA DO PIRIÁ	SIM
NORDESTE	CAPANEMA	SIM
NORDESTE	CAPITÃO POÇO	SIM
NORDESTE	CURUÇÁ	SIM
NORDESTE	IGARAPÉ-AÇU	SIM
NORDESTE	INHANGAPI	SIM
NORDESTE	IRITUIA	SIM
NORDESTE	MARACANÃ	SIM
NORDESTE	MARAPANIM	SIM
NORDESTE	NOVA TIMBOTEUA	SIM
NORDESTE	OURÉM	SIM
NORDESTE	PARAGOMINAS	SIM
NORDESTE	PRIMAVERA	SIM
NORDESTE	SANTA LUZIA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	SIM
NORDESTE	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	SIM
NORDESTE	ULIANÓPOLIS	SIM
NORDESTE	WISEU	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ALENQUER	NÃO

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19?
BAIXO AMAZÔNAS	FARO	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	PLACAS	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	TERRA SANTA	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	ALMEIRIM	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	BELTERRA	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	CURUÁ	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	JURUTI	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	MOJUÍ DOS CAMPOS	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	MONTE ALEGRE	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ÓBIDOS	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ORIXIMINÁ	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	PRAINHA	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	SANTARÉM	SIM
XINGU	ANAPU	NÃO
XINGU	BRASIL NOVO	NÃO
XINGU	MEDICILÂNDIA	NÃO
XINGU	PACAJÁ	NÃO
XINGU	URUARÁ	NÃO
XINGU	ALTAMIRA	SIM
XINGU	PORTO DE MOZ	SIM
XINGU	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	SIM
XINGU	VITÓRIA DO XINGU	SIM
CARAJÁS	CURIONÓPOLIS	NÃO
CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	ITUPIRANGA	NÃO
CARAJÁS	JACUNDÁ	NÃO
CARAJÁS	NOVA IPIXUNA	NÃO
CARAJÁS	PALESTINA DO PARÁ	NÃO
CARAJÁS	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	TAILÂNDIA	NÃO
CARAJÁS	TUCURUÍ	NÃO
CARAJÁS	ABEL FIGUEIREDO	SIM
CARAJÁS	BOM JESUS DO TOCANTINS	SIM
CARAJÁS	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	SIM
CARAJÁS	BREU BRANCO	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19?
CARAJÁS	CANAÃ DOS CARAJÁS	SIM
CARAJÁS	DOM ELISEU	SIM
CARAJÁS	GOIANÉSIA DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	MARABÁ	SIM
CARAJÁS	NOVO REPARTIMENTO	SIM
CARAJÁS	PARAUPEBAS	SIM
CARAJÁS	PIÇARRA	SIM
CARAJÁS	RONDON DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	SIM
TAPAJÓS	ITAITUBA	NÃO
TAPAJOS	JACAREACANGA	NÃO
TAPAJOS	NOVO PROGRESSO	NÃO
TAPAJOS	AVEIRO	SIM
TAPAJOS	RURÓPOLIS	SIM
TAPAJÓS	TRAIRÃO	SIM
ARAGUAIA	ÁGUA AZUL DO NORTE	NÃO
ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	NÃO
ARAGUAIA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	NÃO
ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	NÃO
ARAGUAIA	SAPUCAIA	NÃO
ARAGUAIA	BANNACH	SIM
ARAGUAIA	CUMARU DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	OURILÂNDIA DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	PAU D'ARCO	SIM
ARAGUAIA	REDENÇÃO	SIM
ARAGUAIA	RIO MARIA	SIM
ARAGUAIA	SANTANA DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	TUCUMÃ	SIM
ARAGUAIA	XINGUARA	SIM

4 - Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se: O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?



Fonte: dados declarados pela origem
Data: período 25/01 a 27/01

4.1 Relação Detalhada:

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se: O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ANANINDEUA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	LIMOEIRO DO AJURU	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ABAETETUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ACARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	AFUÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BAIÃO	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BARCARENA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BELÉM	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BENEVIDES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BUJARU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CACHOEIRA DO ARARI	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CAMETÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CHAVES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	COLARES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CONCÓRDIA DO PARÁ	SIM

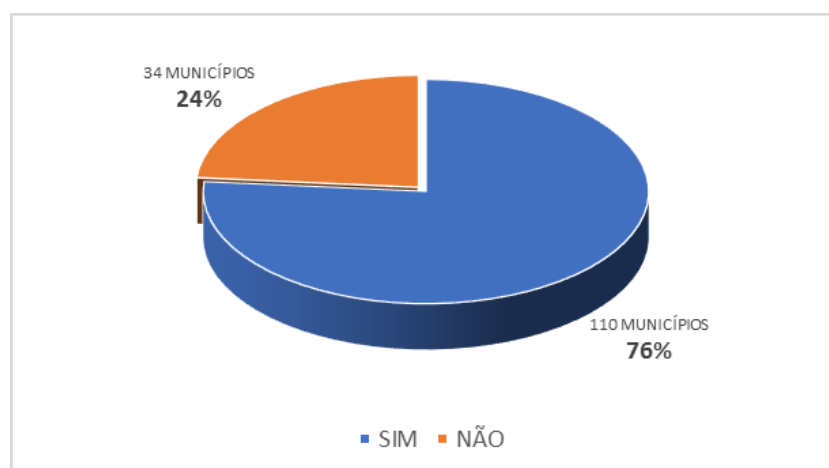
REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se: O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	IGARAPÉ-MIRI	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MARITUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOCAJUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOJU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MUANÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	OEIRAS DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	PONTA DE PEDRAS	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SALVATERRA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA CRUZ DO ARARI	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA ISABEL DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SOURE	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	TOMÉ-AÇU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	VIGIA	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	ANAJÁS	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	BAGRE	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	BREVES	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	CURRALINHO	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	GURUPÁ	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	MELGAÇO	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	PORTEL	SIM
NORDESTE	CAPANEMA	NÃO
NORDESTE	PEIXE-BOI	NÃO
NORDESTE	AUGUSTO CORRÊA	SIM
NORDESTE	AURORA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	BONITO	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se: O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?
NORDESTE	BRAGANÇA	SIM
NORDESTE	CACHOEIRA DO PIRIÁ	SIM
NORDESTE	CAPITÃO POÇO	SIM
NORDESTE	CASTANHAL	SIM
NORDESTE	CURUÇÁ	SIM
NORDESTE	GARRAÃO DO NORTE	SIM
NORDESTE	IGARAPÉ-AÇU	SIM
NORDESTE	INHANGAPI	SIM
NORDESTE	IPIXUNA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	IRITUIA	SIM
NORDESTE	MÃE DO RIO	SIM
NORDESTE	MAGALHÃES BARATA	SIM
NORDESTE	MARACANÃ	SIM
NORDESTE	MARAPANIM	SIM
NORDESTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	SIM
NORDESTE	NOVA TIMBOTEUA	SIM
NORDESTE	OURÉM	SIM
NORDESTE	PARAGOMINAS	SIM
NORDESTE	PRIMAVERA	SIM
NORDESTE	QUATIPURU	SIM
NORDESTE	SALINÓPOLIS	SIM
NORDESTE	SANTA LUZIA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SANTA MARIA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SANTARÉM NOVO	SIM
NORDESTE	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	SIM
NORDESTE	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SÃO JOÃO DA PONTA	SIM
NORDESTE	SÃO JOÃO DE PIRABAS	SIM
NORDESTE	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	SIM
NORDESTE	TERRA ALTA	SIM
NORDESTE	TRACUATEUA	SIM
NORDESTE	ULIANÓPOLIS	SIM
NORDESTE	VESEU	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	FARO	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	MONTE ALEGRE	NÃO

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se: O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?
BAIXO AMAZÔNAS	ALENQUER	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ALMEIRIM	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	BELTERRA	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	CURUÁ	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	JURUTI	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	MOJUÍ DOS CAMPOS	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ÓBIDOS	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ORIXIMINÁ	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	PLACAS	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	PRAINHA	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	SANTARÉM	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	TERRA SANTA	SIM
XINGU	VITÓRIA DO XINGU	NÃO
XINGU	ALTAMIRA	SIM
XINGU	ANAPU	SIM
XINGU	BRASIL NOVO	SIM
XINGU	MEDICILÂNDIA	SIM
XINGU	PACAJÁ	SIM
XINGU	PORTO DE MOZ	SIM
XINGU	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	SIM
XINGU	URUARÁ	SIM
CARAJÁS	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	CANAÃ DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	NOVA IPIXUNA	NÃO
CARAJÁS	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	ABEL FIGUEIREDO	SIM
CARAJÁS	BOM JESUS DO TOCANTINS	SIM
CARAJÁS	BREU BRANCO	SIM
CARAJÁS	CURIONÓPOLIS	SIM
CARAJÁS	DOM ELISEU	SIM
CARAJÁS	GOIANÉSIA DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	ITUPIRANGA	SIM
CARAJÁS	JACUNDÁ	SIM
CARAJÁS	MARABÁ	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se: O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID, com cronograma estabelecido por fases?
CARAJÁS	NOVO REPARTIMENTO	SIM
CARAJÁS	PALESTINA DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	PARAUPEBAS	SIM
CARAJÁS	PIÇARRA	SIM
CARAJÁS	RONDON DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	SIM
CARAJÁS	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	SIM
CARAJÁS	TAILÂNDIA	SIM
CARAJÁS	TUCURUÍ	SIM
TAPAJOS	AVEIRO	SIM
TAPAJÓS	ITAITUBA	SIM
TAPAJOS	JACAREACANGA	SIM
TAPAJOS	NOVO PROGRESSO	SIM
TAPAJOS	RURÓPOLIS	SIM
TAPAJÓS	TRAIRÃO	SIM
ARAGUAIA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	NÃO
ARAGUAIA	SAPUCAIA	NÃO
ARAGUAIA	TUCUMÃ	NÃO
ARAGUAIA	ÁGUA AZUL DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	BANNACH	SIM
ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	CUMARU DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	OURILÂNDIA DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	PAU D'ARCO	SIM
ARAGUAIA	REDENÇÃO	SIM
ARAGUAIA	RIO MARIA	SIM
ARAGUAIA	SANTANA DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	SIM
ARAGUAIA	XINGUARA	SIM

5 - O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?



Fonte: dados declarados pela origem
Data: período 25/01 a 27/01

5.1 Relação Detalhada:

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ABAETETUBA	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CACHOEIRA DO ARARI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CAMETÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	COLARES	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CONCÓRDIA DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MUANÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	OEIRAS DO PARÁ	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA CRUZ DO ARARI	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	TOMÉ-AÇU	NÃO
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ACARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	AFUÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	ANANINDEUA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BAIÃO	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BARCARENA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BELÉM	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BENEVIDES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	BUJARU	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	CHAVES	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	IGARAPÉ-MIRI	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	LIMOEIRO DO AJURU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MARITUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOCAJUBA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	MOJU	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	PONTA DE PEDRAS	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SALVATERRA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTA ISABEL DO PARÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	SOURE	SIM
RMB/MARAJÓ ORIENTAL/BAIXO TOCANTINS	VIGIA	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	ANAJÁS	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	CURRALINHO	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	PORTEL	NÃO
MARAJÓ OCIDENTAL	BAGRE	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	BREVES	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	GURUPÁ	SIM
MARAJÓ OCIDENTAL	MELGAÇO	SIM
NORDESTE	AUGUSTO CORRÊA	NÃO
NORDESTE	CAPANEMA	NÃO
NORDESTE	IGARAPÉ-AÇU	NÃO
NORDESTE	MARACANÃ	NÃO
NORDESTE	SALINÓPOLIS	NÃO
NORDESTE	TRACUATEUA	NÃO
NORDESTE	AURORA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	BONITO	SIM
NORDESTE	BRAGANÇA	SIM
NORDESTE	CACHOEIRA DO PIRIÁ	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?
NORDESTE	CAPITÃO POÇO	SIM
NORDESTE	CASTANHAL	SIM
NORDESTE	CURUÇÁ	SIM
NORDESTE	GARRAÇÃO DO NORTE	SIM
NORDESTE	INHANGAPI	SIM
NORDESTE	IPIXUNA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	IRITUIA	SIM
NORDESTE	MÃE DO RIO	SIM
NORDESTE	MAGALHÃES BARATA	SIM
NORDESTE	MARAPANIM	SIM
NORDESTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	SIM
NORDESTE	NOVA TIMBOTEUA	SIM
NORDESTE	OURÉM	SIM
NORDESTE	PARAGOMINAS	SIM
NORDESTE	PEIXE-BOI	SIM
NORDESTE	PRIMAVERA	SIM
NORDESTE	QUATIPURU	SIM
NORDESTE	SANTA LUZIA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SANTA MARIA DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SANTARÉM NOVO	SIM
NORDESTE	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	SIM
NORDESTE	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	SIM
NORDESTE	SÃO JOÃO DA PONTA	SIM
NORDESTE	SÃO JOÃO DE PIRABAS	SIM
NORDESTE	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	SIM
NORDESTE	TERRA ALTA	SIM
NORDESTE	ULIANÓPOLIS	SIM
NORDESTE	WISEU	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ALBUQUERQUE	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	ALMEIRIM	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	MOJÚ DOS CAMPOS	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	ÓBIDOS	NÃO
BAIXO AMAZÔNAS	BELTERRA	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	CURUÁ	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	FARO	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	JURUTI	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	MONTE ALEGRE	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	ORIXIMINÁ	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?
BAIXO AMAZÔNAS	PLACAS	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	PRAINHA	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	SANTARÉM	SIM
BAIXO AMAZÔNAS	TERRA SANTA	SIM
XINGU	MEDICILÂNDIA	NÃO
XINGU	VITÓRIA DO XINGU	NÃO
XINGU	ALTAMIRA	SIM
XINGU	ANAPU	SIM
XINGU	BRASIL NOVO	SIM
XINGU	PACAJÁ	SIM
XINGU	PORTO DE MOZ	SIM
XINGU	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	SIM
XINGU	URUARÁ	SIM
CARAJÁS	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	CANAÃ DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	ELDORADO DOS CARAJÁS	NÃO
CARAJÁS	NOVA IPIXUNA	NÃO
CARAJÁS	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	NÃO
CARAJÁS	ABEL FIGUEIREDO	SIM
CARAJÁS	BOM JESUS DO TOCANTINS	SIM
CARAJÁS	BREU BRANCO	SIM
CARAJÁS	CURIONÓPOLIS	SIM
CARAJÁS	DOM ELISEU	SIM
CARAJÁS	GOIANÉSIA DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	ITUPIRANGA	SIM
CARAJÁS	JACUNDÁ	SIM
CARAJÁS	MARABÁ	SIM
CARAJÁS	NOVO REPARTIMENTO	SIM
CARAJÁS	PALESTINA DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	PARAUPEBAS	SIM
CARAJÁS	PIÇARRA	SIM
CARAJÁS	RONDON DO PARÁ	SIM
CARAJÁS	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	SIM
CARAJÁS	SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	SIM
CARAJÁS	TAILÂNDIA	SIM
CARAJÁS	TUCURUÍ	SIM
TAPAJOS	AVEIRO	SIM
TAPAJÓS	ITAITUBA	SIM
TAPAJOS	JACAREACANGA	SIM

REGIÕES (Decreto n.º 800, de 31/05/2020)	MUNICÍPIO	O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?
TAPAJOS	NOVO PROGRESSO	SIM
TAPAJOS	RURÓPOLIS	SIM
TAPAJÓS	TRAIRÃO	SIM
ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA	NÃO
ARAGUAIA	OURILÂNDIA DO NORTE	NÃO
ARAGUAIA	REDENÇÃO	NÃO
ARAGUAIA	SAPUCAIA	NÃO
ARAGUAIA	XINGUARA	NÃO
ARAGUAIA	ÁGUA AZUL DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	BANNACH	SIM
ARAGUAIA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	CUMARU DO NORTE	SIM
ARAGUAIA	PAU D'ARCO	SIM
ARAGUAIA	RIO MARIA	SIM
ARAGUAIA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	SIM
ARAGUAIA	SANTANA DO ARAGUAIA	SIM
ARAGUAIA	SÃO FÉLIX DO XINGU	SIM
ARAGUAIA	TUCUMÃ	SIM

PR-PA-00004379/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARÁ/CASTANHAL
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

Despacho nº 1367/2021

Referência: PR-PA-00003800/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Encaminhe-se à PRDC e às PRMs.

Belém, 8 de fevereiro de 2021.

MELIZA ALVES BARBOSA PESSOA
PROCURADORA DA REPÚBLICA

Assinado com certificado digital por MELIZA ALVES BARBOSA PESSOA, em 09/02/2021 10:13. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C95567EC.1ED0439E.70580D83.15B12845

PRM-STM-PA-00001234/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência: PR-PA-00003800/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se aos autos do PA - PPB - 1.23.002.000271/2020-47 que acompanha os impactos da pandemia de Covid-19 nas comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando que a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2021TCMPA, de 20 de janeiro de 2021 elenca diretrizes do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do "NOVO CORONAVÍRUS" (COVID-19), no exercício de 2021.

Santarém, 9 de fevereiro de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 09/02/2021 13:14. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 45E9392B.7BA9AECCE8292AB7.F65F0942



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº
1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Levando em consideração o início da imunização contra covid-19 nos municípios do Estado do Pará, foram expedidos ofícios às Secretarias de Saúde dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, os quais ainda permanecem sem resposta.

Desse modo, tendo em vista a ausência de resposta do ofício de fls. retro, determino que:

1- Reiterem-se os Ofícios nº 68/2021, 69/2021 e 70/2021, requisitando que as informações, solicitadas sejam encaminhadas no prazo de 15 dias.

2- Deverá ainda constar no ofício a observação de que, nos termos do art. 10, da Lei nº 7347/85, "Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público".

Santarém-PA, 01 de março de 2021




PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA

Telefone: (93)35120800

Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

(assinado digitalmente)
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

 Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

PRM-STM-PA-00002130/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 165/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de março de 2021.

À

Secretaria Municipal de Saúde Santarém/PA

Av. Sete de Setembro, Aparecida


68040-610 Santarém/PA

E-mail: semsa@santarem.pa.gov.br; gap@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Reitera o Ofício 70/2021.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Em conformidade com o art. 10, da Lei nº 7347/85, "Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público".
3. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
4. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000954/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 70/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

À

Secretaria Municipal de Saúde Santarém/PA

Av. Sete de Setembro, Aparecida

68040-610 Santarém/PA


E-mail: semsa@santarem.pa.gov.br;gap@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Secretaria Municipal de Saúde Santarém/PA informe:

- a) Se já possui plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;
- b) Caso positivo, encaminhe cópia do referido plano/calendário, indique quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;
- c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informe qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas.

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00002131/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 166/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de março de 2021.

À Senhora

RAYANE SOUSA SANTOS

Secretária de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná/PA

Rua 7 de Setembro, nº 1976, Centro


68.270-000 Oriximiná/PA

E-mail: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Reitera o Ofício 68/2021.**

Senhora,

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitera** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Em conformidade com o art. 10, da Lei nº 7347/85, "Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público".

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

3. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
4. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000949/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 68/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

À Senhora

RAYANE SOUSA SANTOS

Secretária de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná/PA

Rua 7 de Setembro, nº 1976, Centro

68.270-000 Oriximiná/PA

E-mail: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná/PA informe:

a) Se já possui plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

b) Caso positivo, encaminhe cópia do referido plano/calendário, indique quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informe qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas

1. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

2. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00002132/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 167/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de março de 2021.

À

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSA)

Rua Almirante Barroso, 330, Centro


68250-000 Óbidos/PA

E-mail: controleobidos@gmail.com;semsaobidos@yahoo.com.br

Assunto: **Reitera o Ofício 69/2021.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Em conformidade com o art. 10, da Lei nº 7347/85, "Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público".
3. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
4. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00000952/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 69/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 2 de fevereiro de 2021.

À Senhora

Nathália Rodrigues da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMSA)

Rua Almirante Barroso, 330, Centro

68250-000 Óbidos/PA

E-mail: controleobidos@gmail.com


Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora,

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Secretaria Municipal de Saúde de Óbidos Informe:

a) Se já possui plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

b) Caso positivo, encaminhe cópia do referido plano/calendário, indique quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

c) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informe qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PGR-00068948/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
1A.CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO (DIREITOS SOCIAIS E ATOS
ADMINISTRATIVOS EM GERAL)

Ofício Circular nº 1/2021/1ª CCR/MPF

Brasília, data da assinatura digital.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Procurador(a) da República com atuação em ofício vinculado à 1ª CCR
Ministério Público Federal

Assunto: Encaminha cópia da Nota técnica nº 01/202.

Ref.: **Ofício nº 780/2021/MPF/PRGO/3ºONTC** (PR-GO-00007901/2021)

Excelentíssimo(a) Procurador(a),

1. Em atendimento à solicitação formulada pelo Excelentíssimo Procurador da República no Estado de Goiás, Dr. Ailton Benedito de Souza, encaminhado para ciência, cópia da Nota técnica nº 01/2021(anexa).
2. Solicitamos a V. Exa. que desconsidere o presente documento caso não tenha atuação em ofício vinculado à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Cordialmente,

(assinado eletronicamente)
CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 1ª CCR



PR-GO-00007901/2021

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

Ofício nº 780/2021/MPF/PRGO/3ºONTC

Goiânia, data da assinatura eletrônica

A Sua Excelência a Senhora

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO

Subprocuradora-geral da República

Coordenadora Finalística do GIAC-Covid-19

Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.18.000.000479/2021-27

Assunto: COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES. NOTA TÉCNICA. ASSISTÊNCIA INTEGRAL AOS PACIENTES DE COVID-19.

Senhora Coordenadora,

Cumprimentando V. Exa., a par da atuação do Ministério Público Federal em Goiás, relativamente à pandemia de COVID-19, bem como às medidas farmacológicas e não farmacológicas de enfrentamento à doença, colho o ensejo para lhe expor razões e encaminhar a “nota técnica”, em anexo.

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da **defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis** (Constituição Federal, artigo 127, *caput*).

É função institucional do Ministério Público **zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição**, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (Constituição Federal, artigo 129, inciso II).

O **direito social fundamental à saúde** recebe *status* constitucional (Constituição Federal, artigo 6º, *caput*). A sua efetivação do direito fundamental à

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

saúde é fator indutor da cidadania e da dignidade humana (Constituição Federal, artigo 1º, incisos II e III).

Outrossim, a saúde é direito de todos e dever do Estado, **garantido mediante políticas sociais e econômicas, as quais visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação** (Constituição Federal, artigos 6º e 196).

São de **relevância pública as ações e serviços de saúde**, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (Constituição Federal, artigo 197).

As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – **atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais**; III – participação da comunidade (Constituição Federal, artigo 198).

Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos; II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde; IV – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico; V – **incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e**

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

tecnológico; V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação; VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano; VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos; VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (Constituição Federal, artigo 200).

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições: I – definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde; II – administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde; III – acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais; IV – **organização e coordenação do sistema de informação de saúde;** V – **elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde;** VI – elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador; VII – participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente; VIII – **elaboração e atualização periódica do plano de saúde;** IX – participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde; X – elaboração da proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde (SUS), de conformidade com o plano de saúde; XI – **elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública;** XII – realização de operações externas de natureza financeira de interesse da saúde, autorizadas pelo Senado Federal; XIII – **para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização; XIV – implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados; XV – propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente; XVI – **elaborar normas técnico-científicas de promoção, proteção e recuperação da saúde**; XVII – promover articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil para a definição e controle dos padrões éticos para pesquisa, ações e serviços de saúde; XVIII – **promover a articulação da política e dos planos de saúde**; XIX – **realizar pesquisas e estudos na área de saúde**; XX – definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária; XXI – fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial (Lei federal nº 8.080/90, artigo 15).

À **direção nacional** do Sistema Único da Saúde (SUS) compete: I – formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição; II – participar na formulação e na implementação das políticas: a) de controle das agressões ao meio ambiente; b) de saneamento básico; e c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho; III – **definir e coordenar os sistemas: a) de redes integradas de assistência de alta complexidade**; b) de rede de laboratórios de saúde pública; c) de vigilância epidemiológica; e d) vigilância sanitária; IV – participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana; V – participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

trabalhador; VI – **coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica**; VII – estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios; VIII – **estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano**; IX – promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde; X – formular, avaliar, elaborar normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais; XI – **identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde**; XII – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde; XIII – prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional; XIV – elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde; XV – promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal; XVI – normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados; XVII – **acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais**; XVIII – elaborar o Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS, em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal; XIX – estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal (Lei federal nº 8.080/90, artigo 16).

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

À **direção estadual** do Sistema Único de Saúde (SUS) compete: I – promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde; II – **acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS)**; III – prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde; IV – coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços: a) de vigilância epidemiológica; b) de vigilância sanitária; c) de alimentação e nutrição; e d) de saúde do trabalhador; V – participar, junto com os órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana; VI – participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico; VII – participar das ações de controle e avaliação das condições e dos ambientes de trabalho; VIII – **em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde**; IX – identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional; X – coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa; XI – **estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde**; XII – **formular normas e estabelecer padrões, em caráter suplementar, de procedimentos de controle de qualidade para produtos e substâncias de consumo humano**; XIII – colaborar com a União na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras; XIV – o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada (Lei federal nº 8.080/90, artigo 17).

À **direção municipal** do Sistema de Saúde (SUS) compete: I – **planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde**; II – participar do planejamento,

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual; III – participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho; IV – executar serviços: a) de vigilância epidemiológica; b) vigilância sanitária; c) de alimentação e nutrição; d) de saneamento básico; e) de saúde do trabalhador; V – dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde; VI – colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las; VII – formar consórcios administrativos intermunicipais; VIII – gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros; IX – colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras; X – observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução; XI – **controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde**; XII – **normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação** (Lei federal nº 8.080/90, art. 17).

A Lei federal nº 13.979/20 prevê que as medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19 **somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública** (artigo 3º, § 1º).

Os atos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por seus órgãos e entidades, voltados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 devem cumprir a Constituição Federal e demais legislações pertinentes, e, com efeito, estão sujeitos ao sistema de controles, freios e contrapesos, no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como dos Tribunais de Contas e do

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

Ministério Público.

O Estado brasileiro reconhece parâmetros técnicos da Organização Mundial de Saúde e de diversos países, sem prejuízo dos que se elaborem a partir de estudos científicos provenientes de outras fontes abalizadas, para desenvolvimento de estratégias farmacológicas e não farmacológicas de enfrentamento à pandemia de COVID-19; valendo destacar, a título de exemplo, que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, de acordo com suas normas, poderá conceder autorização excepcional e temporária para a importação e distribuição de quaisquer vacinas contra a covid-19, materiais, medicamentos, equipamentos e insumos da área de saúde sujeitos à vigilância sanitária, sem registro na Anvisa e considerados essenciais para auxiliar no combate à covid-19, desde que registrados por, no mínimo, uma das seguintes autoridades sanitárias estrangeiras e autorizados à distribuição em seus respectivos países: I – *Food and Drug Administration – FDA*, dos Estados Unidos da América; II – *European Medicines Agency – EMA*, da União Europeia; III – *Pharmaceuticals and Medical Devices Agency – PMDA*, do Japão; IV – *National Medical Products Administration – NMPA*, da República Popular da China; e V – *Medicines and Healthcare Products Regulatory Agency – MHRA*, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (Medida Provisória nº 1.026/21, art. 16).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou pandemia do COVID-19, ensejando ações de todos os países e sociedades visando o enfrentamento farmacológico e não farmacológico à propagação do vírus, às doenças que causa e suas consequências sociais, econômicas, institucionais.

No Brasil, haja vista a complexidade da pandemia e suas graves consequências, assistir aos pacientes de COVID-19 utilizando pilar assistencial



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

restrito à atenção terciária, de média e alta complexidade, sobretudo mediante criação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva, é incompatível com a Constituição Federal, artigo 198, que funda o Sistema Único de Saúde, preconizando que ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II – **atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais**; III – participação da comunidade a organização.

Além do aspecto constitucional, sobrelevam-se obstáculos técnicos à expansão de serviços de **terapia intensiva**, conforme se depreende do Regulamento Técnico para Funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva, da Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB¹ (documento acessível no *link*²). Não se podendo esquecer da **crônica carência de leitos de UTI em várias regiões do Brasil**^{3 4 5}, mesmo antes da pandemia causada por COVID-19;

Outrossim, grande parte dos Municípios brasileiros, inclusive em Goiás, não possui UTIs e equipes profissionais intensivistas para operá-las, a par do alto custo que deve ser suportado pelo Estado a fim de custear diárias de UTIs requisitadas dos estabelecimentos de saúde privados.

Ademais, é inviável reservar todos os leitos hospitalares a pacientes acometidos de COVID-19, tendo em vista a **imprescindibilidade de assistir integralmente a outros pacientes acometidos por doenças** que se agravam em

- 1 <https://www.amib.org.br/pagina-inicial/>
- 2 <https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/195362/-3796267568209076776/publicLink/ANEXOS%20-%20REC%20GOI%C3%81S%2C%20MUNICÍPIOS%2C%20ANVISA.pdf>
- 3 <https://www.gazetadopovo.com.br/república/covid-19-ibge-estudo-medicos-respiradores-enfermeiros-utis/>
- 4 <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/rio-tem-menos-de-30-dos-respiradores-necessarios-afirma-witzel,5c5b73b0ef20807e2326e104bf32a6f3pwwf3o2z0.html>
- 5 <http://www.utisbrasilas.com.br/>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

consequência da falta de tratamento adequado, tempestivo e continuado, por exemplo, câncer, cardiopatias, politraumas etc.

Não se pode perder de vistas a **letalidade das doenças** atribuídas ao COVID-19, verificada até o mês de agosto de 2020, conforme apontado em estudo publicado pela revista de medicina *The Lancet*: 232.036 (91%) de 254.288 pacientes tinham um desfecho hospitalar definido quando os dados foram exportados; a mortalidade hospitalar foi de 38% (87.515 de 232.036 pacientes) em geral, 59% (47.002 de 79.687) entre os pacientes internados na UTI e 80% (36.046 de 45.205) entre aqueles que foram ventilados mecanicamente⁶.

É insofismável, portanto, que estruturar os serviços de saúde com **foco exclusivo no tratamento do estágio mais grave das doenças** causadas pela infecção por COVID-19, que demandam leitos hospitalares de média e alta complexidade, especialmente de terapia intensiva, **não se compatibiliza com a assistência integral** nem com o princípio bioético do melhor interesse do paciente, tendo em vista a alta taxa de mortalidade de pacientes que utilizam a terapia intensiva.

Nesse sentido, o art. 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2.217/2018) exige dos médicos a utilização de *“todos os meios disponíveis de promoção de saúde e de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, cientificamente reconhecidos e a seu alcance, em favor do paciente”*.

Com efeito, a **elaboração e atualização sistemática de protocolos de atendimento integral aos pacientes** de COVID-19, desde os estágios iniciais das doenças causadas pelo vírus, consubstancia **estratégia de enfrentamento da pandemia**, de absoluta importância para a preservação do maior número de vidas.

É princípio básico da medicina **dispensar tratamento no estágio**

⁶ [https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600\(20\)30560-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600(20)30560-9/fulltext)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

inicial da doença, quando há maior chance de cura e menores taxas de complicações, o que prestigia também a dignidade humana.

Por conseguinte, **deixar de oportunizar** aos pacientes do Sistema Único de Saúde a **assistência integral**, mediante a realização de diagnóstico e tratamento médico-farmacológico adequado **no estágio inicial das doenças** ocasionadas por COVID-19, concorre para **reduzir chance de cura**, podendo ocasionar a morte.

Ampliar as **estratégias de assistência integral** aos pacientes de COVID-19 está em perfeita consonância com as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal⁷ e o Superior Tribunal de Justiça⁸, os quais reconhecem

7 ARE 1231062

Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA

Julgamento: 18/09/2019

Publicação: 20/09/2019

Decisão

PROVIMENTO. Relatório 1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base na al. a do inc. III do art. 102 da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: “INDENIZATÓRIA – MUNICÍPIO – HOSPITAL PÚBLICO – NEGLIGÊNCIA MÉDICA CARACTERIZADA – FALECIMENTO – PERDA DE UMA CHANCE – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – NEXO DE CAUSALIDADE – DANO MORAL CONFIGURADO – PENSIONAMENTO MENSAL EM BENEFÍCIO DA AUTORA – FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. O pleito indenizatório vem ancorado em responsabilidade civil decorrente de erro médico, da qual decorre a responsabilidade objetiva do ente público por ato de seus agentes, prescindindo da averiguação de culpa. Restou incontroverso nos autos que, em razão da omissão do réu o paciente veio ao óbito. Perda de uma chance. Obrigação de reparar os danos morais sofridos. Verba indenizatória fixada de forma razoável. É devida pensão mensal à esposa do falecido. Taxa Judiciária devida, conforme entendimento cristalizado nas Súmulas 76 e 145 desta Corte e Enunciado 42 do FETJ. Negado provimento ao recurso”

8 CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE. POSSIBILIDADE.

ERRO GROSSEIRO. NEGLIGÊNCIA. AUSÊNCIA. 1. Ação ajuizada em 14/11/2003. Recursos especiais atribuídos ao gabinete em 25/08/2016.

Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal consiste em verificar a ocorrência de erro médico, em razão de negligência, imprudência ou imperícia, passível de condenação em compensar dano moral.

3. A teoria da perda de uma chance pode ser utilizada como critério para a apuração de responsabilidade civil, ocasionada por erro médico, na hipótese em que o erro tenha reduzido possibilidades concretas e reais de cura de paciente. Precedentes.

4. A visão tradicional da responsabilidade civil subjetiva; na qual é imprescindível a demonstração do dano,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

responsabilidade jurídica nos casos em que se configura **perda de uma chance**, em consequência de **falta de diagnóstico e tratamento adequado aos pacientes**.

Vale destacar, com efeito, que, desde o início da pandemia, o mundo observa **diariamente a publicações de estudos clínicos realizados com os objetivos de desenvolver vacinas para prevenir infecção e novos medicamentos específicos**, além de reposicionar fármacos existentes, comprovadamente seguros, prescritos para tratamento de outras doenças, para uso *off label*, com a finalidade de ampliar as estratégias de assistência integral aos pacientes de COVID-19.

Frise-se, nessa linha, que a prescrição de medicamentos *off label* é reconhecida pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme vem decidindo reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça⁹.

do ato ilícito e do nexo de causalidade entre o dano sofrido pela vítima e o ato praticado pelo sujeito; não é mitigada na teoria da perda de uma chance. Presentes a conduta do médico, omissiva ou comissiva, e o comprometimento real da possibilidade de cura do paciente, presente o nexo causal.

5. A apreciação do erro de diagnóstico por parte do juiz deve ser cautelosa, com tônica especial quando os métodos científicos são discutíveis ou sujeitos a dúvidas, pois nesses casos o erro profissional não pode ser considerado imperícia, imprudência ou negligência.
6. Na espécie, a perda de uma chance remota ou improvável de saúde da paciente que recebeu alta hospitalar, em vez da internação, não constitui erro médico passível de compensação, sobretudo quando constatado que a sua morte foi um evento raro e extraordinário ligado à ciência médica.
7. Recurso especial interposto pelo médico conhecido e provido.
 Recurso especial interposto pelos genitores julgado prejudicado.
 (REsp 1662338/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018)

- 9 CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE COBERTURA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO OFF LABEL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA Nº 568 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.
1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que os planos de saúde podem, por expressa disposição contratual, restringir as enfermidades cobertas, sendo-lhes vedado, no entanto, limitar os tratamentos a serem realizados. Considera-se abusiva a negativa de cobertura de plano de saúde quando a doença do paciente não constar na bula do medicamento prescrito pelo médico que ministra o tratamento (off-label).
3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

Por conseguinte, após 1 ano, desde o início da pandemia de COVID-19, bastante conhecimento científico se acumulou sobre o vírus, as doenças que ocasiona, e as medidas de enfrentamento farmacológicas e não farmacológicas; com efeito, **nem o mundo nem o Brasil nem o Estado de Goiás estão nas mesmas condições de ignorância de 1 ano atrás**; ao contrário, nesse período, estudos clínicos foram realizados, cujos resultados vieram à luz, ao ponto de ser possível desenvolverem-se diversas vacinas para imunização do vírus, algumas das quais já em uso no Brasil, conforme exposto em nota técnica “AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS ACERCA DO ATENDIMENTO INTEGRAL DAS PESSOAS ACOMETIDAS COM A COVID-19: O ESTADO DA ARTE ATUAL, COM ÊNFASE NO TRATAMENTO NA FASE INICIAL (REPLICAÇÃO VIRAL) DA DOENÇA”, em anexo, elaborada por *experts*, em atendimento à solicitação ministerial.

Nas circunstâncias atuais de agravamento da pandemia, passado 1 ano do seu início, período intensa produção científica no Brasil e no mundo, acerca do COVID-19, das doenças que ocasiona e das possibilidades de prevenção e tratamento, é imperiosa a adoção de variadas estratégias farmacológicas e não farmacológicas, com a finalidade de **garantir assistência integral preconizada pelo Sistema Único de Saúde**. Não se justifica fixar-se apenas em ações não farmacológicas (quarentena, isolamento social, lockdown etc.); deixando-se que pessoas sejam infectadas e tenham agravada a doença, ao estágio de necessitar de internação e ventilação mecânica em UTIs, nas quais o risco de óbito tem alcançado 80%¹⁰.

invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1678991/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020)

10 [https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600\(20\)30560-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanres/article/PIIS2213-2600(20)30560-9/fulltext)

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

A evolução da pandemia diariamente apresenta novos desafios, exigindo intervenções necessárias, adequadas e proporcionais dos órgãos do Sistema Único de Saúde, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no sentido de **estabelecer e revisar sistematicamente os protocolos farmacológicos e não farmacológicos**, visando a **assistência integral aos pacientes**, em qualquer fase das doenças ocasionadas por COVID-19.

Tais desafios se põem igualmente à comunidade médica, como depreende do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 2217/2018), que, em seus Princípios Fundamentais, prescreve que o *“II – O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional”*.

Na mesma direção a Organização Mundial de Saúde apresenta o “Guia para o Gerenciamento de Questões Éticas em Surtos de Doenças Infecciosas” (*Guidance For Managing Ethical Issues In Infectious Disease Outbreaks*), orientando que “no contexto de um surto caracterizado por alta mortalidade” é eticamente possível “oferecer intervenções experimentais a pacientes individuais em caráter emergencial, fora do contexto de testes clínicos”, desde que não haja alternativa com eficácia já comprovada, inviabilidade de aguardar os testes clínicos, os dados preliminares indiquem que os benefícios superam os riscos, as autoridades públicas ou comitês qualificados admitam o uso, com meios disponíveis de minimizar os riscos associados, mediante uso monitorado e resultados registrados, tudo conforme consentimento livre e informado sobre os efeitos e riscos do tratamento médico e suas alternativas, (item 9 do documento acessível no *link*¹¹).

Diante de uma pandemia, o uso de fármacos em fase de testes é

11 <https://mpfdribe.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/195362/-3796267568209076776/publicLink/ANEXOS%20-%20REC%20GOI%20C3%81S%20%20MUNICPIPIOS%20%20ANVISA.pdf>

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

prática corroborada pela bioética, razão pela qual os conselhos regulatórios da profissão médica não punem eticamente os profissionais que agem amparados nessa linha-mestra. Nesse ensejo, diversas vacinas desenvolvidas com a finalidade específica de prevenir infecção por COVID-19 estão em fase de testes e algumas sendo ministradas às populações de vários países, inclusive no Brasil.

A necessidade, adequação e proporcionalidade das estratégias de enfrentamento da pandemia devem garantir a **assistência integral, enfatizando a atenção primária**, garantindo tratamento médico-farmacológico imediatamente no início da doença; mantendo, com efeito, leitos hospitalares disponíveis para os casos que evoluírem às fases mais graves das doenças ocasionadas por COVID-19.

A **adoção de protocolo clínico-farmacológico seguro e de resultados satisfatórios**, que inclua tratamento aos pacientes de COVID-19 nos estágios iniciais da doença, sempre com **assistência médica integral**, pode ocasionar resultados bastante positivos no enfrentamento à pandemia, diminuindo a pressão da demanda sobre: 1) médicos, enfermeiros e equipes de saúde; 2) leitos hospitalares, unidades de terapia intensiva e equipamentos de ventilação mecânica.

Destaque-se que, até a data 24/2/2021, atribuem-se à pandemia de COVID-19 e acumulam-se, no Brasil, segundo dados oficiais, 10.324.463 casos e 249.957 mortes; no Estado de Goiás: 387.582 casos e 8.409 mortes¹².

Evidentemente, o recrudescimento dos casos e das mortes atribuídas ao COVID-19 vem ocasionando aumento da ocupação de leitos hospitalares, no Brasil e no Estado de Goiás, sobretudo a partir do mês de novembro de 2020¹³.

Neste ponto, alude-se ao protocolo de assistência aos pacientes de COVID-19, “PROTOCOLO DE ATENDIMENTO COVID 19 HCAMP”, do Estado

¹² https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html

¹³ <https://extranet.saude.gov.br/pentaho/api/repos/:coronavirus:paineis:painel.wcdf/generatedContent>

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

de Goiás, datado de 27 de maio de 2020¹⁴, o qual serve como parâmetro técnico para unidades de saúde estaduais e municipais; no entanto, encontra-se defasado, sem atualização sistemática face às profícuas evidências médico-científicas acumuladas no mundo e no Brasil, desde então, segundo se depreende da nota técnica “AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS ACERCA DO ATENDIMENTO INTEGRAL DAS PESSOAS ACOMETIDAS COM A COVID-19: O ESTADO DA ARTE ATUAL, COM ÊNFASE NO TRATAMENTO NA FASE INICIAL (REPLICAÇÃO VIRAL) DA DOENÇA”, em anexo.

A falta de revisão e atualização sistemática do protocolo de assistência aos pacientes de COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pode prejudicar sobremaneira a prestação de serviços médico-hospitalares, e, com efeito, o enfrentamento eficiente da pandemia e suas nefastas consequências sociais, econômicas, políticas.

Entretanto, a despeito da ausência de revisão e atualização sistemática do protocolo de assistência médico-hospitalar, desde o início da infecção dos pacientes, o agravamento da pandemia de COVID-19, principalmente a partir do mês de novembro de 2020, tem servido de justificativa para drásticas medidas não farmacológicas, as quais restringem sobremaneira a exercício de direitos fundamentais à saúde, à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à liberdade, à propriedade, à segurança, consubstanciados na dignidade humana, albergados pela Constituição Federal.

Posto isso, a título de compartilhamento de informações relevantes, encaminho-lhe, em anexo, a nota técnica “AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS ACERCA DO ATENDIMENTO INTEGRAL DAS PESSOAS ACOMETIDAS COM A COVID-19: O ESTADO DA ARTE ATUAL, COM

¹⁴ https://www.saude.go.gov.br/files//banner_coronavirus/protocolos-assistenciais/00.%20PROTOCOLOS%20DE%20ATENDIMENTO%20HCAMP.pdf

PR-GO-00007901/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS
3º OFÍCIO DO NÚCLEO DA TUTELA COLETIVA

ÊNFASE NO TRATAMENTO NA FASE INICIAL (REPLICAÇÃO VIRAL) DA DOENÇA”, elaborada por *experts*, em atendimento à solicitação ministerial, para conhecimento e providências que entender cabíveis.

Sugere-se que estas informações relevantes sejam compartilhadas com os membros do Ministério Público Federal que atuam em face da pandemia de COVID-19.

Sem mais para o momento, apresento-lhe minha elevada estima e consideração.

Cordialmente,

– assinatura eletrônica –

AILTON BENEDITO DE SOUZA

Procurador da República

AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
GOIÁS.

Número do procedimento correlato: 1.18.000.000947/2020-82

Rute Alves Pereira e Costa, vem através do Procurador Ailton Benedito de Souza
requerer juntada da Nota Técnica "As evidências científicas acerca do
atendimento integral das pessoas acometidas com a covid-19: o estado da arte
atual, com ênfase no tratamento na fase inicial (replicação viral) da doença" no
anexo.

Nestes termos

Requer e espera deferimento

Campinas, 26 de Fevereiro de 2021,


Rute Alves Pereira e Costa

NOTA TÉCNICA 001 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM GOIÁS.

AS EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS ACERCA DO ATENDIMENTO INTEGRAL DAS PESSOAS ACOMETIDAS COM A COVID-19: O ESTADO DA ARTE ATUAL, COM ÊNFASE NO TRATAMENTO NA FASE INICIAL (REPLICAÇÃO VIRAL) DA DOENÇA.

Responsáveis pela elaboração:

Ricardo Ariel Zimmerman

Médico, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) com residência em infectologia pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Consultor na elaboração de documentos e protocolos institucionais de manejo da COVID-19.

Bruno Campello de Souza

Psicólogo, mestre e doutor em psicologia cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador de tecnologias digitais com indivíduos e organizações e aplicação de métodos estatísticos em qualquer contexto.

Rute Alves Pereira e Costa

Biomédica, mestre em fisiopatologia médica e doutora em ciências pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós doutora pelo Laboratório Nacional de Biociências (LNBio) e pela *Harvard Medical School*.

Francisco Eduardo Cardoso Alves

Médico, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com residência em infectologia pelo Instituto de Infectologia Emílio Ribas (SES/SP). Perito Médico Federal do Ministério da Economia. Co-autor das Orientações para o Tratamento Precoce da COVID-19 do Ministério da Saúde (Nota Informativa nº17/2020/SE/GAB/MS, de 11 de agosto de 2020).

SUMÁRIO

	PÁG.
1. APRESENTAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	7
3. DESENVOLVIMENTO	9
3.1. Evidências científicas no contexto de emergência de saúde pública de âmbito internacional. Importância dos estudos <i>preprints</i> .	9
3.2. Papel dos Estudos Observacionais	12
3.3. História Natural da Doença	14
3.4. Tratamento inicial	22
3.5. Análise Crítica dos Ensaios Clínicos Randomizados com Hidroxicloroquina em monoterapia	23
3.6. Esquemas Terapêuticos para Tratamento Inicial	27
3.6.1. Cloroquina/Hidroxicloroquina como opção terapêutica para o tratamento da fase inicial (até cinco dias) da COVID-19	27
3.6.2. Cloroquina/Hidroxicloroquina como opção terapêutica para o tratamento da fase tardio da COVID-19 (mais de cinco dias)	31
3.6.3. Segurança da cloroquina/hidroxicloroquina	32
3.6.4. Ivermectina como possível opção terapêutica para tratamento inicial e tardio da COVID-19 e a sua relação dose-efeito com benefício clínico	34
3.6.5. Colchicina como opção terapêutica para tratamento inicial.	37
3.6.6. Terapia anti-TMPRSS-2 (anti-androgênicos e bromexina ou seu derivado ambroxol) como opção terapêutica para tratamento inicial	38
3.6.7. Nitazoxanida como possível opção terapêutica para o tratamento inicial	41
3.6.8. Doxiciclina como possível opção terapêutica para o tratamento inicial	42
3.6.9. Reposição de vitamina D no manejo da COVID-19	42

3.6.10. Esquemas terapêuticos em pesquisa e acompanhamento	43
3.7. Nível de evidência das opções terapêuticas	50
3.8. Proposta de ferramenta para diagnóstico clínico da COVID-19	52
3.9. Escore clínico para diagnóstico da COVID-19	52
4. CONCLUSÃO	62
5. REFERÊNCIAS	63
6. ANEXOS	98

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E FLUXOGRAMAS	PÁG.
--	-------------

FIGURA 1: Sinais e sintomas da COVID-19.	16
---	----

FIGURA 2: Nível de evidência dos estudos sobre tratamento segundo o tipo de estudo e natureza do desfecho.	51
---	----

FIGURA 3: Combinações de pontuação de diagnóstico clínico AndroCov	57
---	----

FIGURA 4: Manejo de diagnóstico de COVID-19 de acordo com as características clínicas e contato domiciliar positivo	59
--	----

FIGURA 5: Escore clínico para diagnóstico da COVID-19	61
--	----

TABELA 1: Relação de dose e efeito da hidroxicloroquina reportadas em estudos.	31
---	----

TABELA 2: Posologia de medicamentos para uso inicial na COVID-19	47
---	----

FLUXOGRAMA 1: Fluxograma decisório para tratamento da COVID-19	45
---	----

1. APRESENTAÇÃO

Considerando que:

1. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu, em 11 de março de 2020, a COVID-19 como pandemia e que foram confirmados no mundo 94.124.612 casos da doença até 19 de janeiro de 2021;
2. O Ministério da Saúde do Brasil reconheceu a existência de transmissão comunitária em todo território nacional, em 20 de março de 2020 e que foram confirmados no país 8.573.864 casos da doença até 19 de janeiro de 2021;
3. A manutenção do acompanhamento da comunidade científica dos resultados de estudos com medicamentos é de extrema relevância para atualizar periodicamente as orientações para o tratamento da COVID-19;
4. Já existem evidências científicas que possibilitam a indicação de terapia farmacológica segura e eficaz para a COVID-19;
5. A prescrição de todo e qualquer medicamento é prerrogativa do médico, e que o tratamento do paciente suspeito ou portador de COVID-19 deve ser baseado na autonomia do paciente ou de seu responsável legal, caso o paciente esteja incapacitado ou seja menor de idade, por meio do termo de consentimento livre e esclarecido, e deve também respeitar a autonomia do médico, com o intuito de qualificar a relação médico-paciente para oferecer o melhor tratamento disponível no momento;
6. As medidas de tratamento farmacológico da COVID-19, como “o tratamento inicial” ou outras formas de abordagem desta doença, estão amparadas pelo

Parecer CFM nº 004/2020, de 16 de abril de 2020 e pela Nota Informativa nº17/2020/SE/GAB/MS, do Ministério da Saúde, de 11 de agosto de 2020.

7. As medidas de tratamento farmacológico da COVID-19, como o “tratamento inicial” e o “tratamento tardio”, informadas neste documento podem, e devem, ter ação complementar às demais medidas de controle da pandemia atual. Elas não substituem políticas de imunizações e medidas não farmacológicas de controle (como, por exemplo, reforço de higienização de mãos e ambientes, uso de máscaras em locais fechados, não exposição a aglomerações e distanciamento social). Em uma situação pandêmica grave, todas as medidas potencialmente úteis devem ser consideradas, desde que se respeite a autonomia do médico e o princípio ético universal da não - maleficiência;
8. Há a necessidade de um diagnóstico mais rápido para a doença;
9. As medidas de diagnóstico podem, e devem, ter ação complementar umas às outras, e a indicação de uma ferramenta (construto) para diagnóstico clínico não rebaixa o papel das técnicas laboratoriais para diagnóstico da COVID-19.
10. A rápida redução da carga viral e dos marcadores inflamatórios é o principal objetivo do tratamento inicial, pois estes eventos é que irão impactar na redução de duração de sintomas, dias de internação e mortalidade.

11. O teste de reação em cadeia da polimerase (RT-PCR), em particular, continua sendo o padrão ouro para detecção do SARS-CoV-2. Seu papel é insubstituível no rastreamento de contatos, fundamental para a investigação dos padrões de disseminação viral. Além disso, o teste é de extrema importância para determinar condutas individuais em situações de circulação reduzida do vírus (menor prevalência pré-teste);

12. A medicina é uma ciência em constante evolução e que a COVID-19 é um novo ente em nosso ecossistema e o maior desafio para a saúde pública mundial neste século, portanto exige os esforços colaborativos de diversas áreas do conhecimento humano.

13. O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado Brasileiro, sendo responsável, perante o Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis nacionais, zelando pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal e promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

Apresenta-se a presente Nota Técnica, a pedido, que poderá ser atualizada conforme a necessidade, com vistas a subsidiar tecnicamente as orientações do Ministério Público Federal no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, para o tratamento em fase inicial da COVID-19, bem como apresentar ferramenta para diagnóstico clínico da doença.

2. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença sistêmica geralmente leve a moderada, mas potencialmente letal, causada pelo Coronavírus associado a Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), inicialmente denominado de novo coronavírus, vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 ou 2019-nCoV, quando reconhecido pela primeira vez, em janeiro de 2020. O agente causal é um vírus de RNA de fita simples, orientada positivamente, pertencente à família *Coronaviridae*. Outros seis agentes já haviam sido reconhecidos como patógenos humanos: 229E, OC43, NL63, HKU1, Vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARSCoV) e vírus da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV). A fisiopatologia do SARS-CoV-2 inclui o desenvolvimento de infecção do trato respiratório inferior com potencial para causar pneumonia grave e muitas vezes fatal¹.

A patogênese da infecção por SARS-CoV-2 em humanos se manifesta desde a forma assintomática a formas leves, podendo chegar a insuficiência respiratória grave. Ao se ligar às células epiteliais no trato respiratório, o SARS-CoV-2 começa a se replicar e migrar para as vias aéreas e entra nas células epiteliais alveolares nos pulmões. A rápida replicação do SARS-CoV-2 nos pulmões pode desencadear uma forte resposta imunológica. A síndrome da tempestade de citocinas causa síndrome do desconforto respiratório agudo e insuficiência respiratória, que é considerada a principal causa de morte em pacientes com COVID-19. Pacientes com idade avançada (> 60 anos) e com doenças pré-existent graves (em especial obesidade, diabetes e hipertensão) têm maior risco de desenvolver síndrome do desconforto respiratório agudo e óbito. A falência de múltiplos órgãos também é relatada em alguns casos de COVID-19.⁹⁸

O padrão ouro diagnóstico para o SARS-Cov-2 é a reação em cadeia da polimerase de transcrição reversa (RT-PCR) em amostras respiratórias (por exemplo, nasofaringe)². A sensibilidade do teste, contudo, varia de acordo com o momento da amostragem em relação à exposição. Estudos de modelagem estimaram a sensibilidade do RT-PCR em 33%, quatro dias após a exposição, 62% no dia do início dos sintomas e 80%, três dias após o início dos sintomas^{3,4,5}. Fatores que contribuem para resultados de testes falso-negativos incluem a adequação da técnica de coleta, fonte anatômica da amostra e tempo de exposição até sua execução³.

As consequências geradas pela atual crise sanitária do SARS-CoV-2 são variadas e ainda imprevisíveis em sua magnitude por todo o mundo. Ao se analisar o sistema de saúde brasileiro (Sistema Único de Saúde - SUS) e os danos causados pela pandemia, foram previstas quatro grandes ondas de impacto sobre a rede assistencial.

A primeira onda sobre o sistema de saúde é aquela gerada pela própria doença, a COVID-19. Aqui estão incluídos possíveis picos de incidência, necessidades assistenciais especializadas aumentadas pelos casos graves que necessitem de intubação orotraqueal por longos períodos e mobilização de recursos diversos para lidar com a crise em seus mais diversos aspectos⁶.

O papel da administração pública frente à primeira onda é promover um combate integral à doença, que consiste num conjunto complexo e integrado de ações, estratégias e serviços que devem ser coordenados, operacionalizados e implementados no âmbito da assistência (em seus 3 níveis), vigilância em saúde (epidemiológica, laboratorial e saúde do trabalhador) e desenvolvimento científico/tecnológico com o objetivo de

aumentar possibilidades de prevenção (medidas não farmacológicas e imunizações), tratamento inicial e tratamento tardio, além de reabilitação dos pacientes que foram infectados e sofreram sequelas.

A segunda onda é gerada pelo impacto da falta de assistência a outras doenças, principalmente aquelas mais urgentes ou que se agravaram durante a crise. A terceira onda pode ser ocasionada pela cronificação dos casos de COVID-19 e de outras condições negligenciadas pela sobrecarga do sistema de saúde. É fundamental ressaltar que estas mesmas doenças crônicas são fatores de risco para infecção e/ou piora do prognóstico da infecção pelo SARS CoV-2. A quarta onda é gerada pelas alterações da saúde mental como consequência direta às três primeiras descritas⁷.

As quatro ondas de impacto não se confundem nem substituem o conceito de surto e epidemia. É possível que haja aumento do número de casos de COVID-19 em qualquer onda descrita acima, pois elas não ocorrem de forma sequencial, mas sim simultâneas e conjugadas. Há também de se considerar as diferenças regionais epidemiológicas e de oferta e acesso a serviços de saúde no país.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Evidências científicas no contexto de emergência de saúde pública de âmbito internacional. Importância dos estudos *preprints*.

Em geral, no momento de se fazer recomendações terapêuticas, há uma tendência natural a se favorecer a inclusão de estudos formalmente publicados em periódicos médicos que utilizem processo de “revisão por pares”. No entanto, tem se tornado cada vez mais comum os estudos *preprints*, que são manuscritos depositados em servidores *web* que comunicam resultados de pesquisa com acesso aberto antes da avaliação de um periódico “revisado por pares.”

Muitos fatores influenciam quando e como disseminar os resultados de pesquisa. Os pioneiros na utilização dos *preprints* desde os anos 1990, usuários do arXiv, por exemplo, o fazem para compartilhar com a comunidade científica seus achados e obter *feedback*, uma vez que 70% dos artigos depositados entre 2010 e 2015 foram publicados nos principais periódicos de física, matemática, ciências da computação e de áreas correlatas⁸. O estudo “ICON”, que associou o uso de ivermectina a menores taxas de mortalidade em pacientes hospitalizados⁹ é um bom exemplo da importância da rápida divulgação dos resultados de pesquisa, uma vez que ele só foi publicado em revista internacional indexada em janeiro de 2021, mas já estava disponível em *preprint* desde junho de 2020. Especialistas em comunicação científica e defensores do acesso aberto entendem que a comunicação e a avaliação “por pares” devem ser universalmente separadas, além de recomendarem a imediata comunicação das pesquisas através de *preprints* para benefício da comunidade científica – e da sociedade – e posterior publicação em periódicos que empreguem a avaliação por pares¹⁰.

Deve-se recordar que as principais revistas consideram a literatura *preprint* para fins de inclusão de todas as evidências disponíveis em suas

revisões sistemáticas¹¹, evitando assim vieses de publicação, que poderiam resultar de potenciais conflitos de interesses econômicos, políticos, editoriais, entre outros. Importante destacar que a agência nacional de saúde americana, o *National Institutes of Health* (NIH) considerou os *preprints* de ivermectina para fazer a recomendação desse medicamento no tratamento da COVID-19¹².

Na mais importante revisão sistemática com metanálise formal publicada até o momento sobre cinética viral da SARS-CoV-2 (assunto desprovido de conflitos de interesses claros, *a priori*), ao menos 373 artigos originalmente identificados vieram de servidores de *preprint*¹³. Uma abordagem emergente para a atualização de revisões sistemáticas em que a mesma é feita com frequência mensal, e publicada apenas *online*, as chamadas “revisões sistemáticas em tempo real”¹⁴, demonstrou a ocorrência de publicação seletiva de estudos *negativos* sobre os *positivos*, ao menos para a cloroquina/hidroxicloroquina. Este fato reverte a natureza histórica de se aceitarem para publicação estudos predominantemente positivos, sugerindo que haveria perda de evidências cruciais, caso os estudos *preprint* fossem ignorados.

Devido à emergência imposta pela atual pandemia e considerando a demora para as publicações em periódicos “revisados por pares”, decidiu-se, da mesma forma que as grandes revistas o fazem, por incluir no presente documento as evidências oriundas dos estudos em *preprint* para realizar recomendações terapêuticas em caráter emergencial. O objetivo foi o de maximizar o elemento de potencial beneficência do ato terapêutico.

Do ponto de vista ético, cabe ressaltar que o emprego de medicações já aprovadas para uso em outras indicações (redirecionamento) é

particularmente útil durante a situação atual, pois, além destes fármacos serem prontamente disponíveis, as décadas de uso clínico comprovadamente seguro fazem com que se atenda ao preceito básico de “primeiramente não causar o mal” (não-maleficência)¹⁵. Na ausência de toxicidade significativa dos fármacos sugeridos nesta Nota Técnica, desde que respeitados os limites razoáveis de dose terapêutica não tóxica, seria imprudente exigir graus de recomendação máximos que fossem oriundos exclusivamente de periódicos científicos “revisados por pares”, o que poderia resultar em perda de oportunidade de salvar vidas e evitar o colapso do sistema de saúde.

3.2. Papel dos Estudos Observacionais

Os “Ensaio Clínicos Randomizados (ECR) controlados por placebo” são, indubitavelmente, a melhor fonte de evidências para evitar conclusões equivocadas oriundas de vieses sistemáticos em pesquisas clínicas. Isto se aplica, em particular, aos vieses de confusão, quando a ocorrência do desfecho não está relacionada à intervenção *per se* e sim a eventual distribuição assimétrica de co-variáveis que se associem verdadeiramente aos desfechos. Devemos nos lembrar que a produção destes estudos demanda tempo e investimento, sendo difícil de serem conduzidos em tempo hábil durante uma emergência pandêmica.

De fato, a disponibilidade deste tipo de estudo é baixa na medicina como um todo, mesmo para condições crônicas descritas há bastante tempo, e onde há interesse comercial no desenvolvimento de novos fármacos. Por exemplo, em cardiologia, onde se tratam as doenças de maior prevalência na população

mundial, estudo recente demonstrou que apenas cerca de 10% das recomendações das principais sociedades do mundo (Europa e Estados Unidos) têm recomendações calcadas neste “padrão ouro” de desenho de estudo¹⁶. Por outro lado, o papel destacado de estudos observacionais em emergências pandêmicas tende a ser marcante: os mesmos permitem o arrolamento de um grande número de pacientes, são de menor custo e refletem melhor “a vida real”¹⁶. Além disso, as fragilidades decorrentes da falta de randomização podem ser minimizadas com a utilização de ferramentas bioestatísticas modernas, tais como o “*Inverse Probability Weighting (IPW)*”, “*Propensity Score Matching*” e “*E-value*”.

No mínimo dois estudos publicados na NEJM, no ano 2000, já haviam chamado a atenção para a precisão dos estudos modernos observacionais, que atingiram magnitudes de efeito semelhante aos dos ECRs analisados. Este fenômeno de aumento de qualidade nestes estudos está claramente presente naqueles publicados a partir de 1984^{17,18}. Por esses motivos, a despeito de já termos um grande número de ECRs sobre COVID-19 mesmo em curto espaço de tempo, optamos em manter também os maiores e melhores estudos observacionais no momento de considerarmos as opções terapêuticas.

Importante lembrar que, apesar de serem os estudos ideais, nem de longe a medicina trabalha com a exigência de ter ensaios clínicos randomizados (ECR) como condição para realizar um procedimento ou tratamento. Até o ano de 2020, antes da pandemia, apenas 10% dos procedimentos e tratamentos em medicina eram cancelados por estudos deste nível, em média, sendo fato que praticamente metade dos tratamentos e

procedimentos médicos realizados no planeta são calçados em evidências científicas de peso muito menor, de moderada a baixa evidência, níveis B, C e D, nem por isso foram alvo de rejeição, execração pública nem seus praticantes chamados de anticientíficos.^{16, 113 a 124}

Há na literatura científica pelo menos 13 revisões de guidelines de sociedades médicas americanas como as de Cardiologia, a especialidade mais avançada em medicina baseada em evidências, Infectologia, Reumatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Nefrologia e Gastroenterologia, além de uma revisão geral de mais de 8.500 recomendações de procedimentos e tratamentos médicos de todas as especialidades médicas de um conhecido banco de dados de evidências científicas médicas (Uptodate), que comprovam que a medicina ocidental trabalha, basicamente, com procedimentos e tratamentos baseados em evidências científicas fracas a moderadas, sendo raros os casos onde há evidência forte.^{16, 113 a 124.}

Portanto, exigir, para uma doença nova no Planeta Terra, causada por um novo agente vivo em nosso ecossistema, então desconhecido, que apenas tratamentos com estudos de nível máximo de pureza científica (ECR) possam validar algum tipo de abordagem terapêutica não é apenas inadequado, mas é irreal e demonstra desconhecimento dos princípios da própria Medicina Baseada em Evidências (MBE), que apregoa a aplicação da melhor pesquisa disponível aos cuidados clínicos, o que requer a integração de evidências com a experiência clínica e os valores do paciente.^{111, 112}

3.3. História Natural da Doença

A COVID-19 costuma se apresentar de forma benigna em pacientes jovens. Com frequência, estes apresentam apenas sinais e sintomas leves e auto-limitados. A infecção em crianças é ainda menos comum¹⁹. As manifestações mais graves costumam ocorrer em pacientes com mais de 65 anos de idade, e/ou com co-morbidades, incluindo hipertensão, doenças cardíacas, obesidade e diabetes. Deve-se enfatizar, no entanto, que qualquer apresentação pode ocorrer independente da faixa etária e da presença ou não de doenças associadas.

Parâmetros como linfopenia, eosinocitopenia, trombocitopenia, aumento de lactato desidrogenase, troponina I, proteína C reativa ultrasensível, dímeros D e baixos níveis de zinco e vitamina D estão associados à gravidade das manifestações¹⁹. A doença evolui em fases sucessivas: há um quadro agudo na fase virológica inicial e, em alguns pacientes, uma fase posterior caracterizada por com marcada manifestação inflamatória e coagulopatia não controlada (em geral tendendo à trombose e não ao sangramento), a chamada “tempestade de citocinas”, que pode resultar em síndrome da angústia respiratória aguda grave (SARA), com necessidade de aplicação de diferentes modalidades de ventilação¹⁹.

Do ponto de vista crônico, os pacientes podem evoluir para uma constelação de sintomas arrastados, incluindo dificuldade de concentração e declínio físico e cognitivo por períodos variáveis de duração (“síndrome pósCOVID”). A fibrose pulmonar pode ocorrer em alguns pacientes, particularmente nos que permaneceram intubados por períodos prolongados, com desenvolvimento de distúrbio respiratório restritivo crônico. O tratamento inicial com implementação de tratamento antiviral, o uso de

imunomoduladores em estágio posterior e a qualidade da terapia intensiva, quando necessária, são críticas para reduzir taxas de mortalidade²⁰.

Cevik e colaboradores (2020)¹³ em recente revisão sistemática e metaanálise sobre dinâmica viral, reforçaram a ideia prévia de que, ao contrário do que ocorre com o MERS-CoV e com o SARS-CoV-1, a queda da carga viral na infecção pelo SARS-CoV-2 se dá logo no início da infecção. Após breve pico de elevadas concentrações de vírus no trato respiratório superior, tipicamente no mesmo dia ou no dia anterior ao do início dos sintomas, a carga viral apresenta acentuada queda que costuma ocorrer até o quinto dia de aparecimento das manifestações iniciais. A divulgação recente dos dados da coorte brasileira AndroCoV^{21,22} colaborou no conhecimento da cronologia dos sintomas, através da fase inicial de replicação viral e da fase inflamatória, que pode se desenvolver após a primeira semana da infecção, como apresentado na Figura 1.

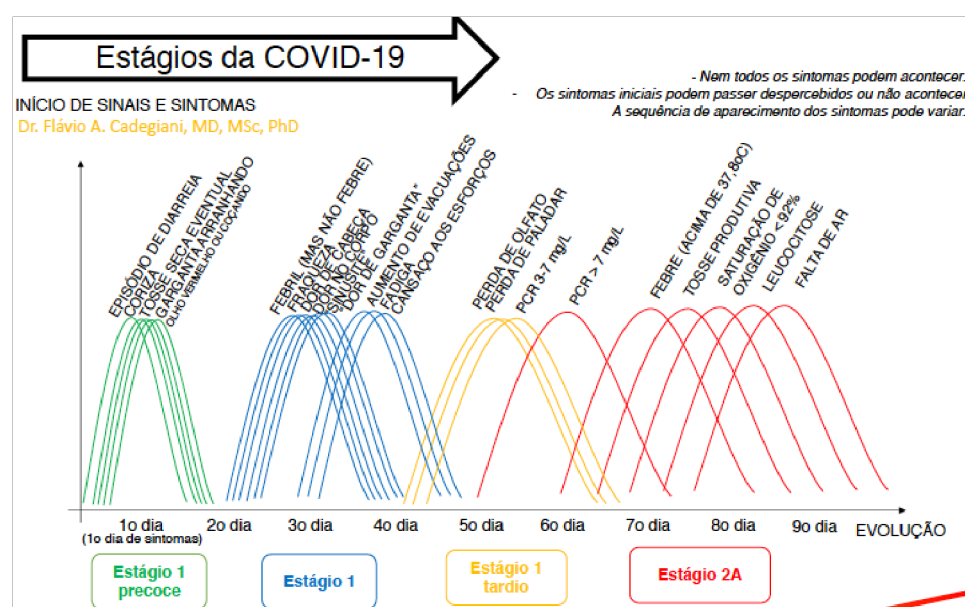


Figura 1: Sinais e sintomas da COVID-19. Fonte: Protocolo de Tratamento COVID-19 – AndroCoV Trial de Dr. Flávio A. Cadegiani.

A tempestade de citocinas caracteriza a fase inflamatória da doença. A hiperativação imunológica na tempestade de citocinas pode ocorrer como resultado de desencadeamento inadequado ou detecção de perigo, com uma resposta iniciada na ausência de um patógeno, uma amplitude de resposta inadequada ou ineficaz, envolvendo a ativação excessiva de células imunes efectoras, uma carga patogênica esmagadora (por exemplo, em sepse ou COVID) ou infecções não controladas e ativação imunológica prolongada ou falha em resolver a resposta imune e retornar à homeostase.

Em cada um desses estados, há uma falha nos mecanismos de feedback negativo que visam prevenir a hiperinflamação e a superprodução de citocinas inflamatórias e mediadores solúveis. A produção excessiva de citocinas leva à hiperinflamação e falência de múltiplos órgãos. Tipos de células regulatórias, receptores chamarriz para citocinas pró-inflamatórias, como IL1RA, e citocinas antiinflamatórias, como a interleucina-10, são importantes para antagonizar as populações de células inflamatórias e prevenir a hiperatividade imunológica.

Os critérios para identificar tempestade de citocinas são: níveis elevados de citocinas circulantes, sintomas inflamatórios sistêmicos agudos e disfunção orgânica secundária (frequentemente renal, hepática ou pulmonar) devido à inflamação além daquela que poderia ser atribuída a uma resposta normal a um patógeno (se um patógeno estiver presente) ou qualquer disfunção de órgão induzida por citocinas (se nenhum patógeno estiver presente).

A melhora nos resultados com a neutralização de citocinas ou agentes antiinflamatórios apóia ainda mais o papel patológico do excesso de citocinas e a

classificação de uma condição como uma tempestade de citocinas. No entanto, a falta de uma resposta ao tratamento não exclui necessariamente a tempestade de citocinas, porque as condições subjacentes provavelmente desempenham um papel, uma citocina diferente pode ser a causa da doença ou o momento do tratamento pode ter sido ruim.

As células do sistema imunológico inato são a primeira linha de defesa contra patógenos. Neutrófilos, monócitos e macrófagos reconhecem patógenos, produzem citocinas e engolfam patógenos e células por fagocitose. Existem muitas outras células imunes inatas, como células dendríticas, células T gama-delta e células assassinas naturais (NK). As células imunes inatas usam receptores de reconhecimento de padrão, que não são específicos para nenhum antígeno em particular, para reconhecer e responder a uma ampla variedade de invasores microbianos pela produção de citocinas que ativam células do sistema imune adaptativo.

As células inatas que estão mais frequentemente implicadas na patogênese da tempestade de citocinas incluem neutrófilos, macrófagos e células NK. Os neutrófilos podem produzir armadilhas extracelulares de neutrófilos, uma rede de fibras que contribui para a formação de trombos e amplifica a produção de citocinas durante a tempestade de citocinas.

Os macrófagos, que são células residentes em tecidos, muitas vezes derivadas de monócitos circulantes, não se dividem; eles têm diversas funções, desde a remoção de células senescentes por englobamento, a reparação de tecidos e imunorregulação, até a apresentação de antígenos. Em muitas formas de tempestade de citocinas, os macrófagos tornam-se ativados e secretam quantidades

excessivas de citocinas, causando danos graves nos tecidos que podem levar à falência de órgãos. O interferon- γ pode induzir hemofagocitose por macrófagos, e isso pode contribuir para as citopenias comumente observadas em pacientes com tempestade de citocinas.

A função citolítica das células NK está diminuída em algumas formas de tempestade de citocinas, o que pode levar a estimulação antigênica prolongada e dificuldade de resolução inflamação. O excesso de interleucina-6 pode mediar o comprometimento da função das células NK.^{98, 99}

Todas as idades da população são suscetíveis à infecção por SARS-CoV-2, e a mediana da idade da infecção é em torno de 50 anos. No entanto, as manifestações clínicas variam com a idade. Em geral, homens mais velhos (> 60 anos de idade) com comorbidades são mais propensos a desenvolver doenças respiratórias graves que requerem hospitalização ou até morrer, enquanto a maioria dos jovens e crianças têm apenas doenças leves (não pneumonia ou pneumonia leve) ou são assintomáticos. No início, o risco de doença não parecia ser maior para mulheres grávidas, mas ao longo da pandemia foram surgindo evidências de que essa percepção era equivocada.

Na infecção, os sintomas mais comuns são febre, cefaleia, fadiga e tosse seca. Os sintomas menos comuns incluem produção de expectoração, cefaleia, hemoptise, diarreia, anorexia, dor de garganta, dor no peito, calafrios e náuseas e vômitos. Desordens olfativas e gustativas (anosmia e ageusia) autorreferidas também foram relatadas e passaram a ser um importante marcador da doença, assim como o surgimento súbito de diarreia, em especial associada à lombalgia/dor dorsal, sem explicação plausível.

A maioria das pessoas mostrou sinais de doenças após um período de incubação de 1-14 dias (mais comumente em torno de 5 dias), e dispneia e pneumonia, quando ocorrem, se desenvolveram dentro de um tempo médio de 8 dias a partir do início da doença. Uma característica marcante da COVID-19 é a hipóxia silenciosa, com o paciente apresentando baixas saturações periféricas de oxigênio sem demonstrar dispnéia, o que é atribuído, em parte, as alterações neurológicas causadas pelo vírus.

Em um relatório de 72.314 casos na China, 81% dos casos foram classificados como leves, 14% foram casos graves que necessitaram de ventilação em uma unidade de terapia intensiva (UTI) e 5% foram críticos (ou seja, os pacientes apresentavam insuficiência respiratória, choque séptico e / ou disfunção ou falência de múltiplos órgãos). Na admissão, opacidade em vidro fosco foi o achado radiológico mais comum na tomografia computadorizada (TC) de tórax. A maioria dos pacientes também desenvolveu linfopenia acentuada, semelhante ao observado em pacientes com SARS e MERS, e os não sobreviventes desenvolveram linfopenia mais grave ao longo do tempo. Em comparação com os pacientes não internados na UTI, os pacientes internados na UTI apresentaram níveis mais elevados de citocinas plasmáticas, o que sugere um processo imunopatológico causado por uma tempestade de citocinas. Homens com mais de 65 anos apresentaram maior risco de insuficiência respiratória, lesão cardíaca aguda e insuficiência cardíaca que levou à morte, independentemente de história de doença cardiovascular. A maioria dos pacientes se recuperou o suficiente para receber alta hospitalar em 2 semanas.

No maior estudo de coorte sobre casos internados por COVID-19, feito no Brasil e publicado no The Lancet, com 250.000 casos avaliados na primeira fase da

pandemia, os números não foram muito animadores: de cada 10 pacientes que foram admitidos, ou seja, internados em um hospital por COVID-19 (etapa posterior à do atendimento no pronto-socorro), cerca de 40% evoluíram a óbito. Quando o paciente era admitido em uma UTI, esse número subia para uma mediana de 60%. Se fosse entubado, a chance de óbito era de 80%.⁹⁸⁻¹⁰⁰

São os anticorpos neutralizantes para SARSCoV2 (IgG, anti-RBD), sua potência, título e tempo, que se associam às sequelas clínicas, conforme estudo de 113 pacientes publicado na Cell.¹¹⁰

A COVID-19 exibe gravidade variável dos sintomas, variando de assintomático a com grave risco à vida, mas a relação entre a gravidade e a resposta imune humoral ainda é pouco compreendida. A análise das respostas de anticorpos em 113 pacientes com COVID-19 descobriu que os casos graves, resultando em intubação ou morte, exibiam marcadores inflamatórios aumentados, linfopenia, citocinas pró-inflamatórias e níveis elevados de anticorpos anti-RBD.

Enquanto os níveis de IgG anti-RBD geralmente se correlacionam com o título de neutralização, a quantificação da potência de neutralização revelou que a alta potência foi um preditor de sobrevivência.¹¹⁰ Esta é uma forte evidência de que qualquer terapia que consiga, precocemente, diminuir a carga viral circulante na pessoa infectada e que consiga bloquear o máximo possível a cascata inflamatória gerada pela infecção, maiores são as chances de sucesso terapêutico e prevenção ou mitigação de danos ao organismo humano atacado.

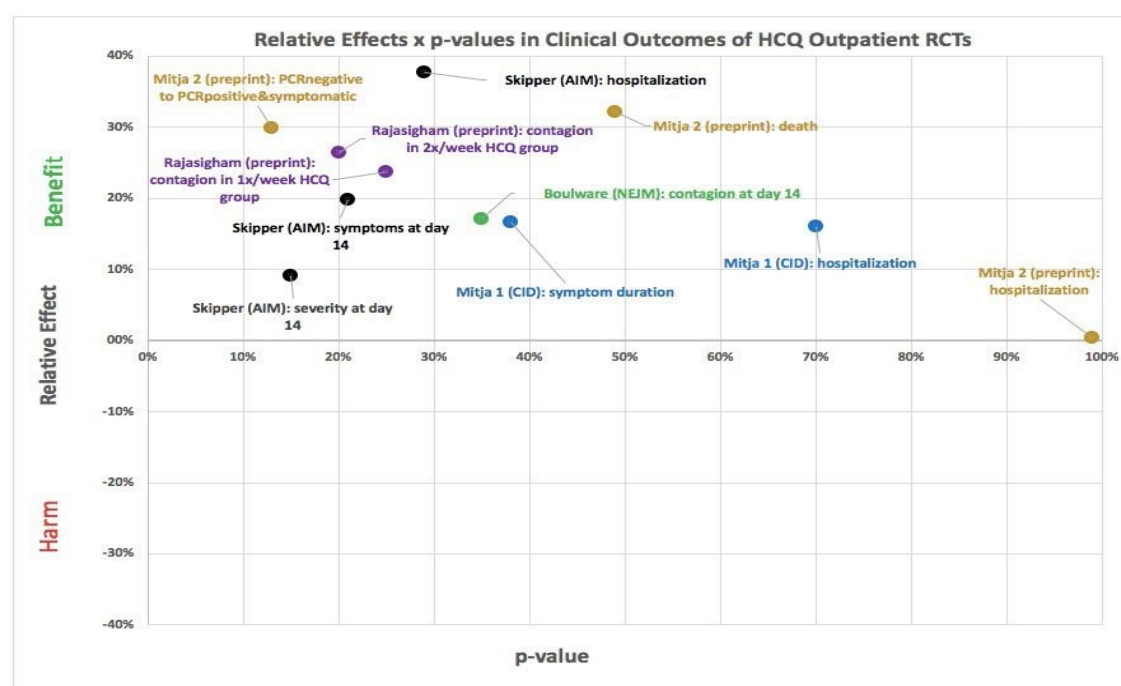
3.4. Tratamento inicial

O conceito de tratamento inicial é algo controverso na literatura. Muitas vezes “casos leves”, porém de apresentação tardia, são considerados como sinônimos de “tratamento precoce ou inicial”. Esta interpretação não tem fundamento biológico e tende a levar os desfechos dos estudos rumo à não refutação das hipóteses de nulidade, já que o efeito antiviral será menos relevante quando a replicação for menos importante na gênese dos sintomas e das eventuais complicações.

Considerando os dados já apresentados de cinética viral, classificamos nesta nota “tratamento inicial” como aquele iniciado até e incluindo o quinto dia do início dos sintomas. A aplicação de políticas de “tratamento inicial” em larga escala já foi realizada em outros países do mundo²³. Há diversos protocolos de sucesso na temática do tratamento inicial no Brasil e no âmbito internacional. Abaixo, descrevemos alguns exemplos bem sucedidos ocorridos no Brasil, fazendo antes uma análise de literatura sobre o tema.

3.5. Análise Crítica dos Ensaios Clínicos Randomizados com Hidroxicloroquina em monoterapia

Na tabela abaixo estão os resultados clínicos dos ECRs ambulatoriais disponíveis até o momento. Reduções relativas (de HIDROXICLOROQUINA vs grupos de controle) no eixo Y, valores de p no eixo X. Inclui profilaxia e ECRs de tratamento inicial. Neste ponto, há dados suficientes para metanálises.



Crédito: Flávio Abdenur.

Todos os ECRs publicados até agora mostram benefício do uso da HIDROXICLOROQUINA nos desfechos mortalidade, redução de sintomas, hospitalização e contágio (profilaxia pós-exposição). A única questão que resta é que nenhum ECR ainda foi capaz de demonstrar que estes efeitos ocorrem com um p valor menor que 0.05, uma espécie de selo de excelência científica para dirimir qualquer dúvida de que o resultado não foi fruto do acaso. Porém o conjunto de ECR com todos os resultados favoráveis já permitem fazer uma metanálise que permita alcançar esse p valor. Duas já estão em curso.

Risch, et al, de Yale, publicou um preprint³⁰ de uma metanálise utilizando os dados acima, achando benefício com p valor <0.05 , o que daria nível de evidência 1A para a HIDROXICLOROQUINA, mas este estudo está sob revisão de pares. Xavier Garcia-Albeniz⁹⁷, et al, de Harvard, soltou um preprint de uma metanálise que aborda apenas ECR de tratamentos profiláticos.

As duas metanálises chegam a conclusões semelhantes, como de fato devem, já que ambas são essencialmente cálculos sobre os resultados mostrados no gráfico, que são bastante robustos: cerca de 20% de redução relativa nos sintomas quando o HIDROXICLOROQUINA é usado precocemente ou profilaticamente. Ambos contam com modelos de efeitos aleatórios, uma técnica estatística padrão adaptada para analisar em conjunto diferentes resultados, porém, apontando a falta de significância estatística dos ECRs em curso.

Os resultados da carga viral, diferentemente dos efeitos clínicos, são generalizados: ora positivos, ora negativos, geralmente oscilando em torno de zero. O que mostra que o efeito clínico não necessariamente está atrelado à carga viral sérica do vírus, que tem seu pico justamente no período pré-sintomático e apresenta rápido decaimento ao longo dos primeiros dias, enquanto a clínica apresenta agravo.

Dinâmica da carga viral e do crescimento da sorologia x fases da doença:

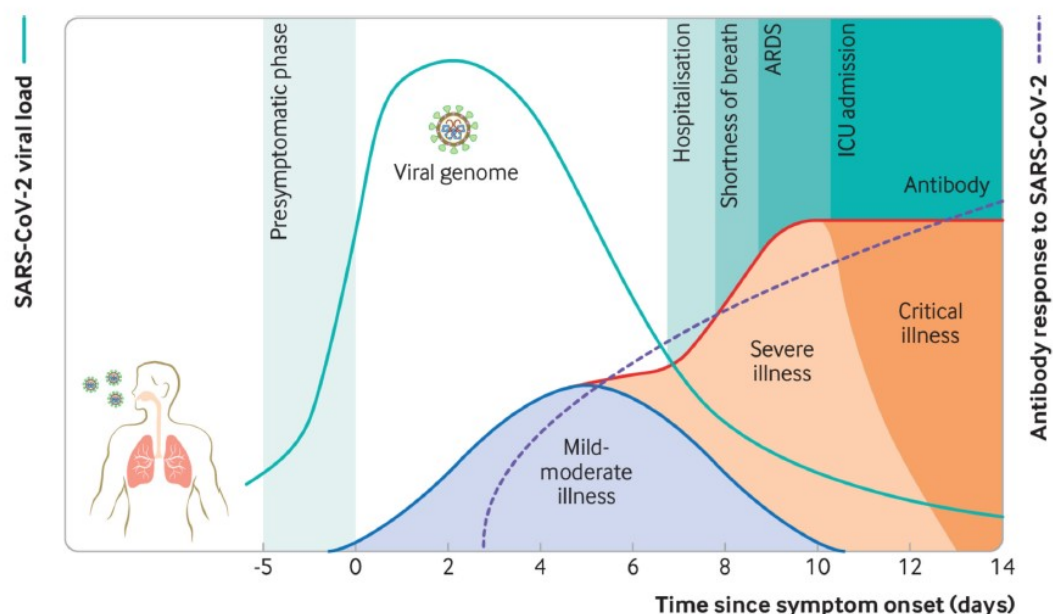


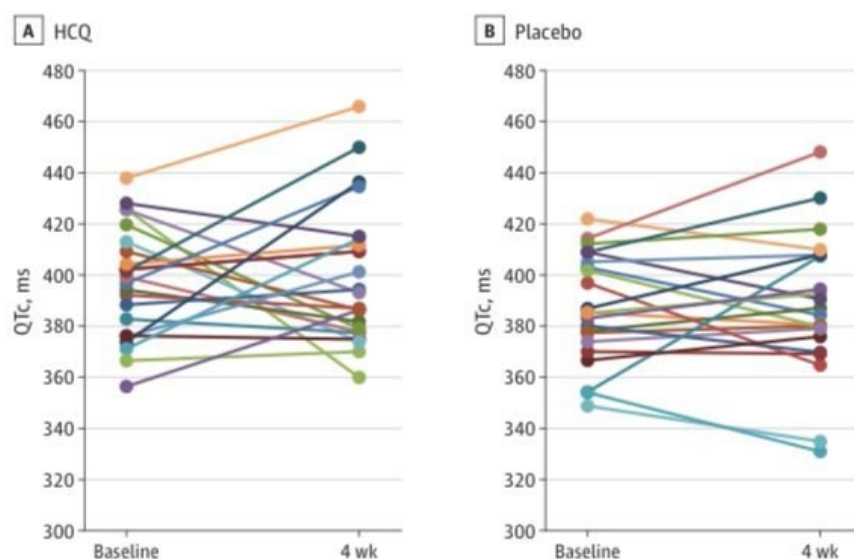
Fig 2 | After the initial exposure, patients typically develop symptoms within 5-6 days (incubation period). SARS-CoV-2 generates a diverse range of clinical manifestations, ranging from mild infection to severe disease accompanied by high mortality. In patients with mild infection, initial host immune response is capable of controlling the infection. In severe disease, excessive immune response leads to organ damage, intensive care admission, or death. The viral load peaks in the first week of infection, declines thereafter gradually, while the antibody response gradually increases and is often detectable by day 14 (figure adapted with permission from doi:10.1016/j.cell.2020.04.013; doi:10.1016/S2213-2600(20)30230-7)

Fonte: BMJ 2020; doi: 10.1136/bmj.m3862

Efeitos antivirais in vivo: efeito ambíguo na PCR em Rajasingham⁹⁵, nenhum na carga viral no Mitjà pós-exposição⁹⁶, efeito muito marginal na PCR + em Abella⁹⁴. O resultado de Abella⁹⁴ não é mostrado no gráfico porque é baseado na carga viral, não nos sintomas: ele mede a conversão de PCR- para PCR +. Ou seja, não é um desfecho clínico. No gráfico, seu resultado pairaria logo acima do eixo X na extrema direita.

Abella et al⁹⁴ é extremamente fraco para um ECR de profilaxia pré-exposição, pois conta com apenas 64 pacientes no grupo de tratamento e 61 no grupo de placebo, mas, no entanto, tem dados úteis sobre o efeito de prolongamento Qt (insignificante) do HIDROXICLOROQUINA, ver imagem abaixo:

Figure 2. Corrected QT Interval (QTc) Assessment of Study Participants, Measured at Baseline and 1 Month



Portanto os próprios ECR mostram que a arritmia grave não é um problema da HIDROXICLOROQUINA, muito menos nas doses preconizadas pelos esquemas de tratamento inicial utilizados atualmente.

Sim, é importante barrar contraindicações específicas ambulatoriais da HIDROXICLOROQUINA, mas ela é uma droga muito segura, como sempre foi (dispensado a milhões de pacientes reumáticos, em grande parte idosos, ao longo de décadas sem necessidade de eletrocardiogramas etc). Diarreia e náusea são os únicos efeitos colaterais comuns.

Tem havido todo tipo de distorção em torno desse tratamento. O preprint de profilaxia pós exposição de Mitjà⁹⁶ incluiu uma grande parte de pacientes positivos para PCR no início do estudo. Depois de removidos, o efeito é a redução relativa de 29,9% mostrada no gráfico. (Antes da remoção, há uma redução relativa de 11%). Também nesse preprint da profilaxia pós-exposição de Mitjà⁹⁶, o "desfecho secundário" inclui diarreia como uma condição suficiente para o diagnóstico de "COVID positivo". E o HIDROXICLOROQUINA

induziu diarreia em 42% do grupo de tratamento. Então, o grupo HIDROXICLOROQUINA tinha "mais COVID". Em Skipper⁴⁰ e Mitjà⁹⁶, o tratamento inicial de ECRs ambulatoriais começou (incluindo atraso no envio) em média 4-5 dias após o início dos sintomas, portanto, o efeito provavelmente é um pouco > 20% de redução se tomado no dia 2 ou 3 em vez disso. O Coalizão ¹⁴² não randomizou o tratamento adjunto ao da COVID (perdeu a randomização pois interferiu no resultado) e aceitou pacientes já em tratamento no grupo placebo, precisou publicar 17 (dezessete) correções 3 semanas depois de publicado, descaracterizando o estudo.

No "mundo real", o tratamento ambulatorial geralmente envolveu HIDROXICLOROQUINA combinado com outras drogas (por exemplo, azitromicina, nitazoxanida ou ivermectina). Não há dados de ECR sobre essas combinações ainda, mas os dados observacionais sugerem efeitos mais fortes.

3.6. Esquemas Terapêuticos para Tratamento Inicial

3.6.1. Cloroquina/Hidroxicloroquina como opção terapêutica para o tratamento da fase inicial (até cinco dias) da COVID-19

A cloroquina e a hidroxicloroquina, usadas para tratar a malária e algumas doenças autoimunes, inibem potentemente a infecção viral do coronavírus SARS (SARS-CoV-1) e SARS-CoV-2 em estudos de cultura de células. No entanto, os ensaios clínicos em humanos de hidroxicloroquina ainda tem dificuldade em estabelecer em definitivo sua utilidade como tratamento para COVID-19, porém já existem diversos estudos mostrando

evidência de benefício em diversos graus, o que não significa comprovação de eficácia, porém está muito longe de significar ausência de evidência científica. O atual grau de evidência científica da hidroxicloroquina já é igual ao da maioria dos procedimentos médicos consignados em guidelines de sociedades médicas.¹¹³

Um dos mecanismos descritos de ação da HCQ atua por interferir com a acidificação endossomal necessária para a atuação das catepsinas. As catepsinas são, resumidamente, proteínas presentes nos lisossomos e, sob o pH ácido desta organela, são ativadas para iniciarem sua atividade proteolítica, que resultará em uma cadeia de eventos que fará a clivagem das proteínas SARS-CoV-1 e SARS-CoV-2 spike (S) do vírus, após a ligação deste ao receptor e posterior endocitose, ativando assim a fusão da membrana para viabilizar a sua entrada na célula.

A protease associada à membrana plasmática TMPRSS2 pode clivar de forma semelhante essas proteínas S e ativar a entrada viral na superfície celular. O processo de entrada do SARS-CoV-2 é mais dependente do que o do SARS-CoV-1 da expressão de TMPRSS2. Esta diferença pode ser revertida quando o local de clivagem da furina da proteína SARS-CoV-2 S é ablacionado ou quando é introduzido na proteína SARS-CoV-1 S.

A hidroxicloroquina bloqueia com eficiência a entrada viral mediada pela catepsina L, mas não por TMPRSS2, por isso a monoterapia com hidroxicloroquina não é recomendada para tratamento da COVID-19 e uma combinação de HCQ e um inibidor de TMPRSS2, clinicamente testado, é mais

eficaz no combate a infecção por SARS-CoV-2, e de forma mais potente, do que qualquer uma das drogas sozinha.¹⁰⁸

Ao menos seis estudos controlados não randomizados^{23,25,26,27,28,29} e uma revisão sistemática³⁰, analisando de forma composta desfechos duros (desenvolvimento de COVID-19 clínica, hospitalização e morte), além de outros inúmeros trabalhos^{31,32,33,34,35,36,37,38} confirmaram o benefício clínico do uso dos derivados de 4-aminoquinolinas (cloroquina e hidroxicloroquina) na fase inicial da doença.

Individualmente, os dois ECR publicados sobre o tratamento inicial com hidroxicloroquina, considerados como negativos originalmente pelos autores, apresentaram alguns vieses graves que acabaram por favorecer a não refutação da hipótese nula^{39,40}. Ambos incluíram apenas pacientes com medianas de idade muito baixas e praticamente sem co-morbididades. Um dos ECRs apresentou como desfecho principal diferenças na avaliação clínica, realizada via e-mail, o que inclui um viés de aferição, fazendo uso inclusive de escalas pouco confiáveis, além de não ter destacado o benefício encontrado no subgrupo de pacientes que verdadeiramente utilizaram pelo menos 75% das doses do fármaco⁴⁰. As conclusões também foram cientificamente errôneas no que tange aos conceitos de testagem de hipóteses (p. ex, uma vez que se encontraram diferenças entre os grupos nas taxas de hospitalização, as mesmas deveriam ser destacadas com a observação de que “as diferenças encontradas *podem* ser devidas ao acaso”, por não ser possível excluir erro tipo I, ao invés de se concluir pela não eficácia apenas pelo fato da análise do valor de “p” não ter atingido a significância estatística).

A publicação recente da revisão sistemática com metanálise formal de um grupo italiano com 27 estudos (5 ECRs e 22 observacionais) incluindo 44.684 pacientes, quase todos internados e em fase mais avançada da doença, demonstrou queda de mortalidade geral de 22% (IC 95% de 9 a 33%) no grupo de pacientes que recebeu hidroxiclороquina⁴¹. No entanto, os autores conseguiram encontrar um ponto ótimo de dosagem total de hidroxiclороquina, a partir da qual o aumento da dose passaria a se associar à perda de benefício. Os autores propuseram que alguns fármacos, como os da classe das 4aminoquinolinas, por possuírem múltiplos mecanismos de ação, apresentariam uma curva de dose-resposta não sigmoide, e sim em “formato de sinete”. Desta forma, a queda de mortalidade encontrada no subgrupo de pacientes que recebeu entre 2.400 mg a 4.400 mg no total, considerada a “faixa ótima” de posologia, subiu para 36% (IC 95% de 8 a 55%). Note-se que todo o benefício encontrado foi limitado aos pacientes que receberam < 4.400 mg de dose acumulada de sulfato de hidroxiclороquina.

É notável o fato de que todos os grandes ECRs negativos para tratamento tardio (não inicial) tenham empregado doses acima das consideradas ótimas: 5.600 mg no *Coalition*, 9.200 mg no *Recovery* e 10.000 mg no *Solidarity*^{42,43,44}. O único ECR negativo para tratamento tardio que incluiu doses adequadas, de 2.400 mg⁴⁵, arrolou menos de 500 pacientes no total, não apresentando poder estatístico para encontrar diferenças definitivas em desfechos duros. Skipper e colaboradores⁴⁰ também fizeram uso de doses adequadas (3.800 mg) na fase inicial da doença, porém também faltou poder estatístico ao estudo, além de apresentar as limitações já citadas anteriormente. Os dados são apresentados na Tabela 1 abaixo. A cloroquina,

que apresenta maior toxicidade do que a hidroxicloroquina, deve ter sua posologia correta particularmente respeitada assunto dissecado na seção de cardiotoxicidade⁴⁶.

Estudo	Dose de HCQ (g)	Amostra (n)	Gravidade	Impacto da HCQ
Self, W.H. <i>et al.</i> , 2020 (EUA)	2,4	479	Moderado	Benefício
Mitja, O. <i>et al.</i> , 2020 (ES)	3,6	293	Leve-Moderado	Benefício
Skipper, C.P. <i>et al.</i> , 2020 (EUA e CA)	3,8	423	Leve-Moderado	Benefício
Cavalcanti, A.B. <i>et al.</i> , 2020 (Coalisão-BR)	5,6	332	Moderado-Grave	Não Benefício
Horby, P. <i>et al.</i> , 2020 (Recovery-UK)	9,2	4716	Moderado-Grave	Não Benefício
Hongchao, P. <i>et al.</i> , 2020 (Solidarity -30 países)	10	1853	Moderado-Grave	Não Benefício
Borba, M.G.S. <i>et al.</i> , 2020 (CloroCOVID19-BR)	12	440	Moderado-Grave	Não Benefício

Tabela 1: Relação de dose e efeito da hidroxicloroquina reportadas em estudos. Destaque para o estudo de Skipper⁴⁰. **Fonte:** Elaboração própria.

3.6.2. Cloroquina/Hidroxicloroquina como opção terapêutica para o tratamento da fase não inicial da COVID-19 (mais de cinco dias)

Conforme colocado anteriormente, os ECRs negativos para uso de hidroxicloroquina em pacientes de apresentação tardia sofreram importante viés de escolha inadequada de posologia, que parece anular os benefícios do fármaco, seja por toxicidade, ou, talvez, por imunomodulação negativa excessiva. Quando se consideram os grandes estudos observacionais, de “vida real”, que utilizaram as doses preconizadas, é possível observar consistente queda de mortalidade com o uso de hidroxicloroquina, mesmo em pacientes hospitalizados.

É possível citar, como exemplo, o estudo clínico belga que incluiu mais de 8.000 pacientes (mais de 60% dos pacientes internados no país durante o período do estudo)⁴⁷; o estudo italiano CORIST⁴⁸, com inclusão de pacientes

internados em 33 centros do país; o estudo do sistema *Henry Ford* em Michigan, com mais de 4.000 pacientes internados⁴⁹; o estudo de Nova York com mais de 6.000 pacientes internados⁵⁰, entre outros, como já descrito no item da importância dos estudos observacionais no contexto pandêmico.

3.6.3. Segurança da cloroquina/hidroxicloroquina

A hipótese de que os derivados de 4-aminoquinolinas apresentariam cardiotoxicidade clinicamente significativa em pacientes com COVID-19 teve um grande impacto negativo na aceitação de uso do fármaco para tratamento da doença, em particular em contextos onde monitoração eletrocardiográfica e dosagem de eletrólitos não estivessem rapidamente disponíveis. No entanto, as evidências de cardiotoxicidade desta classe, no manejo da COVID-19, parecem ter sido derivadas de dois estudos problemáticos.

O primeiro deles, publicado originalmente no *The Lancet*, trata-se de uma análise observacional de mais de 90.000 pacientes que teriam recebido o fármaco⁵¹. No entanto, o estudo foi prontamente retirado pelos próprios autores após a revista ter solicitado dados adicionais que não foram entregues. Por ter sido retirado o mesmo não pode ser considerado.

A outra publicação empregou a cloroquina em doses cumulativas de 12 g no grupo intervenção, muitas vezes acima da preconizada. Neste grupo incluíram-se ao menos cinco pacientes portadores de cardiopatia grave. O excesso de mortes com doses mais elevadas levou à interrupção do estudo⁴⁶. Por ter usado posologias muito acima das recomendadas, esta publicação

também não deve ser considerada na tomada de decisões sobre o uso da cloroquina na vida real

Por outro lado, ao menos uma grande meta-análise de tratamento inicial e profilaxia (pré e pós exposição) falhou em encontrar um único caso de arritmia letal entre 5.577 pacientes incluídos no total³⁰. A hipótese de que o excesso de arritmias poderia ser visto, ao menos, entre os pacientes internados, que apresentam redução de limiar para distúrbios de condução em virtude da maior prevalência de inflamação, também não parece ser baseada em evidências.

De fato, outra revisão sistemática recente com meta-análise formal, incluindo, no total, 44.684 pacientes, a maior parte dos quais internados, também foi incapaz de encontrar um único caso de arritmia letal entre os pacientes arrolados⁴¹. O baixo potencial arritmogênico (se existente) da hidroxicloroquina foi eletrofisiologicamente demonstrado em recente publicação na revista *Europace*, da Sociedade Européia de Cardiologia, onde o uso de hidroxicloroquina em 649 pacientes, a maior parte dos quais hospitalizados, associou-se a prolongamento apenas leve de intervalo QT/QTc, de cerca de 13 ms (9-16ms), o que não se associou à frequência aumentada de arritmias ventriculares ou a algum caso de morte relacionada a arritmias⁵².

Quando as evidências recentes são somadas às experiências da vida real, fica claro que as 4-aminoquinolinas, empregadas com segurança desde a década de 1930, não são cardiotóxicas na vasta maioria dos casos. Ao contrário, revisão recente sugeriu que, devido ao impacto positivo no perfil

lipídico, em marcadores de trombose e de inflamação, estes fármacos poderiam ser, de fato, cardioprotetores para a maioria dos usuários⁵³.

Estudo conduzido por pesquisadores brasileiros na época pré-COVID propôs que a classe das 4-aminoquinolinas pudesse ter ação antiarrítmica, devido à ação sobre canais de potássio⁵⁴. Logo, não há elementos científicos suficientes no presente momento para condicionar o uso de cloroquina ou hidroxicloroquina, nas doses adequadas, à disponibilidade de ECG, embora o profissional tenha a prerrogativa de solicitar este exame, caso julgue necessário conforme sua avaliação. Por ora, devido às diversas opções disponíveis para manejo da COVID-19, a contraindicação de uso para pacientes com histórico comprovado de QT/QTc longo, arritmias ventriculares graves e/ou importantes distúrbios eletrolíticos, miastenia grave e retinopatia devem ser considerada. Digno de nota, nenhum dos 10 ECRs de monoterapia com HCQ apontou qualquer evento colateral relevante com o uso de HCQ.

3.6.4. Ivermectina como possível opção terapêutica para tratamento inicial e tardio da COVID-19 e a sua relação dose-efeito com benefício clínico

Ao menos cinco ensaios clínicos randomizados (ECR) controlados^{24,55,56,57,58} foram publicados em *preprint* recentemente, com pelo menos um ECR controlado com placebo. O ECR argentino multicêntrico em COVID-19 leve, a despeito da amostragem pequena (45 pacientes no total), foi “prova de conceito” por ter testado doses mais elevadas de Ivermectina (0,6

mg/kg/dia por cinco dias) e ter relacionado claramente parâmetros de exposição ao fármaco com maior queda na carga viral⁵⁵.

Outros quatro ECRs compararam ivermectina/azitromicina com hidroxiclороquina/azitromicina em pacientes com diferentes graus de gravidade da COVID-19, ivermectina/doxiciclina com hidroxiclороquina/azitromicina em COVID-19 leve a moderada⁵⁶; ivermectina (em diferentes esquemas e doses)/hidroxiclороquina com hidroxiclороquina ou hidroxiclороquina/placebo em pacientes com diferentes graus de gravidade⁵⁷ e Ivermectina/doxiciclina/tratamento padrão (azitromicina, zinco, vitamina D, vitamina C e paracetamol, corticóides e oxigênio, conforme necessários) em pacientes com tratamento padrão (azitromicina, zinco, vitamina D, vitamina C e paracetamol, corticóides e oxigênio, conforme necessários) em pacientes com diversos graus de gravidade (excluindo pacientes críticos, que foram alocados apenas ao grupo de intervenção, por questões éticas)⁵⁸.

Desde a publicação dos dados australianos sobre a potente ação da ivermectina *in vitro* sobre o SARS-CoV, com redução de 5.000 vezes na concentração viral após 48 h de incubação em culturas de células h-SLAM⁵⁹, houve desconfiança de parte da comunidade científica de que as doses do fármaco necessárias para se atingir a IC 50 de 2 µM não seriam atingíveis com segurança *in vivo*. No entanto, esta consideração não levou em conta os seguintes fatores:

1. Possibilidade de modular a absorção da ivermectina com a administração concomitante de refeição gordurosa e, eventualmente, no futuro, de inibidores da glicoproteína P dos enterócitos⁵⁵;

2. O fato de o fármaco poder atingir concentrações 2,67 vezes maiores no parênquima pulmonar do que no soro⁵⁵;
3. A possibilidade de se aumentar as doses com segurança^{60,61,62};
4. A possibilidade forte de ocorrer efeito antiviral sinérgico quando o fármaco é empregado em associação a outros antivirais^{24,58};
5. A possibilidade de que a resposta imune do hospedeiro, não emulada no estudo *in vitro*, interaja na ação antiviral final do fármaco^{24,58};
6. A probabilidade de o fármaco apresentar ao menos parte de seu benefício relacionado à ação anti-inflamatória (benefício em pacientes com mais tempo de apresentação dos sintomas e de doença mais avançada, incluindo críticos, ver item acima)^{24,58}.

Neste sentido, o ECR recente de Krolewiecki e colaboradores⁵⁵ controlado e aberto, testou a ação de 0,6 mg/kg de ivermectina em desfechos virológicos. O mesmo demonstrou nítida correlação entre os parâmetros de exposição ao fármaco “concentração máxima média de ivermectina” acima de 160 ng/mL (medida 4 horas após refeição gordurosa), atingida em 45% dos pacientes, e “relação área sobre a curva (AUC - *area under curve*) ivermectina/AUC carga viral (PCR quantitativo)” > 50 e diferença nas quedas de carga viral entre o período de linha de base e o quinto dia de tratamento. Pacientes que atingiam estes marcadores farmacocinéticos apresentavam, em média, queda de carga viral 30% maior do que aqueles do grupo controle (72% x 42% de queda, em cinco dias de tratamento). Pacientes com níveis de exposição mais baixos não apresentaram benefício virológico⁵⁵.

Se considerarmos estes dados à luz dos ECRs mais recentes^{24,57,58}, que também apresentaram benefício com a ivermectina mesmo em doses mais baixas (0,2 a 0,4 mcg/kg), pareceria que o fármaco poderia apresentar benefício clínico também decorrente de ação não antiviral, talvez antiinflamatória, principalmente em associação a outros fármacos que também exibam esta atividade (como a doxiciclina).

Isto justificaria o impacto em pacientes hospitalizados, graves e críticos. No entanto, parece que, para uso em momentos de maior replicação do vírus, em particular se empregado em monoterapia, doses de pelo menos 0,6 mg/kg pós refeição gordurosa, deveriam ser tentadas. Idealmente, ECRs controlados futuros poderiam testar até 1 mg/kg, devido às propriedades farmacocinéticas e farmacodinâmicas do fármaco e a sua alta tolerabilidade, visando maximizar a ação antiviral já demonstrada. De fato, esse estudo liderado por pesquisadores brasileiros já está em andamento (The (HD)IVACOV Trial (The High-Dose IVermectin Against COVID-19 Trial)).

3.6.5. Colchicina como opção terapêutica para tratamento inicial.

A colchicina é um fármaco anti-inflamatório cujo o mecanismo de ação consiste na ligação aos dímeros da tubulina, interferindo na função dos fusos mitóticos causando a despolimerização e inibindo a elongação dos microtúbulos. Isso resulta na inibição da migração dos granulócitos para a região inflamada o que leva à redução das atividades metabólica e fagocitária dessas células. Com isso, há redução na liberação do ácido láctico e de enzimas pró-inflamatórias, que ocorre durante a fagocitose, rompendo o ciclo que resulta na resposta inflamatória. A colchicina também inibe o inflamassoma, reduzindo a síntese de IL-1B. O reposicionamento da colchicina para tratamento da COVID-19 vem sendo sugerido

por médicos e pesquisadores desde o início da pandemia devido às suas propriedades anti-inflamatórias, anti-virais e imunomoduladoras. Estudos observacionais e ecológicos feitos ainda no primeiro semestre de 2020 levantaram a hipótese de haver possível associação entre o uso da colchicina no tratamento inicial e benefício clínico para o paciente com COVID-19, com redução de carga viral, sintomas e até mesmo mortalidade.^{107,108}

Ao longo do primeiro e do segundo semestre de 2020, pelo menos 05 (cinco) ECTs foram feitos e publicados e/ou tiveram seus dados iniciais liberados para divulgação e todos apresentaram resultados favoráveis com relevância estatística e científica a favor do uso da colchicina no combate à COVID-19¹⁰²⁻¹⁰⁶ com destaque para a coorte canadense do COLCORONA¹⁰², a maior de todas, com cerca de 4.000 pacientes arrolados e que mostrou redução em 25% da necessidade de internação hospitalar, 50% da necessidade de intubação orotraqueal e redução em 44% dos óbitos, apenas com essa droga. A média de dias de sintomas dos pacientes quando da entrada no estudo foi em torno de 5 dias. Por ser uma droga de ação primariamente anti-inflamatória, por ter se mostrado mais eficaz, nos estudos, principalmente após a fase inicial de viremia, deve ser usada nessa janela.

3.6.6. Terapia anti-TMPRSS-2 (anti-androgênicos e bromexina ou seu derivado ambroxol) como opção terapêutica para tratamento inicial

Após ligação a seu receptor (ECA-2), o SARS-CoV-2 pode invadir a célula do hospedeiro por intermédio de duas rotas: a rota “indireta” envolve a formação de vesículas, após endocitose mediada por receptor, das quais o

vírus precisa escapar para iniciar seu ciclo no citosol. Alternativamente, no entanto, o vírus pode, logo após a ligação com o ECA-2, sofrer ação enzimática da protease de superfície de membrana TMPRSS-2. Neste caso, o vírus pode invadir diretamente a célula logo após, não havendo necessidade de realização de endocitose mediada por receptor e sem formação de vesículas.

O único fator conhecido que induz a expressão do gene da proteína TMPRSS-2 é o hormônio deidrotestosterona (DHT)⁶³. Acredita-se que este seja uma dos motivos pelos quais os homens apresentem, em geral, pior evolução clínica do que as mulheres, em particular aqueles com sinais de hipersuscetibilidade à DHT (p.ex, alopecia androgenética)⁶³.

Em um Ensaio Clínico Randomizado duplo cego e controlado por placebo recente, o “DUTA AndroCoV-Trial”⁶³, pacientes do sexo masculino com COVID-19 leve a moderada (ambulatoriais) foram randomizados para receberem dutasterida 0,5 mg/dia (um inibidor da enzima 5-alfa-redutase, que converte a testosterona em deidrotestosterona) por 30 dias ou até resolução de sintomas + nitazoxanida 500 mg de 12/12 h por seis dias + azitromicina 500 mg/dia por cinco dias (grupo intervenção) ou placebo + nitazoxanida 500 mg de 12/12h por seis dias + azitromicina 500 mg/dia por cinco dias (grupo controle). Os autores decidiram não comparar a intervenção apenas com placebo, pois estudo observacional prévio do mesmo grupo demonstrou maior taxa de complicações e internações em comparação aos que empregaram as combinações hidroxicloroquina/azitromicina, ivermectina/azitromicina ou nitazoxanida/azitromicina^{21,22}. Ao final de sete dias, 64,3% dos pacientes no grupo da dutasterida contra apenas 11,8% no grupo controle apresentaram negatificação da carga viral. O tempo para remissão dos sintomas e os

marcadores inflamatórios também apresentaram redução no grupo do inibidor da síntese de DHT.

A bromexina e, talvez seu derivado ambroxol, que vem sendo utilizados há bastante tempo como “xaropes para tosse”, são potentes bloqueadores das TMPRSS-2 pré-formadas e já presentes na superfície da membrana celular e apresentam elevada penetração pulmonar, superior à do Camostat⁶⁴. Apresentam a vantagem de serem de baixo custo, de baixa toxicidade e fácil disponibilidade. Em um ECR publicado em pacientes com COVID-19 que se apresentavam, em mediana, com oito dias do início dos sintomas (tardio), o uso associado da bromexina com a hidroxicloroquina em comparação ao uso apenas de hidroxicloroquina associou-se à menor risco de intubação e à redução da taxa de mortalidade de aproximadamente 12% para 0⁶⁵. O uso de dutasterida (em homens) e/ou bromexina é proposto na atual nota em virtude das evidências disponíveis oriundas dos ECRs supracitados e pelo forte racional teórico de bloqueio da importante rota de infecção direta via TMPRSS-2.

A supressão de TMPRSS2 também é importante pois restaura a eficiência antiviral da hidroxicloroquina, o que indiretamente também implica na melhora da eficácia da nitazoxamida, conforme importante estudo publicado na PLoS. Portanto esquemas que consigam bloquear com sucesso via da TMPRSS2 devem ser dados concomitantemente com hidroxicloroquina, e essa via ativa explica porque a monoterapia com hidroxicloroquina não é tão eficaz.¹⁰⁹

3.6.7. Nitazoxanida como possível opção terapêutica para o tratamento inicial

A nitazoxanida é um fármaco com ação de amplo espectro, aprovado para tratamento de diversas doenças parasitárias. Sua ação antiviral parece ser decorrente de indução da síntese de Interferon tipo I, provavelmente através de mecanismos diferentes dos da ivermectina. Devido à elevada suscetibilidade do SARS-CoV-2 aos Interferons tipo I, ao contrário do observado para o SARS-CoV⁶⁶, aventou-se que o fármaco poderia ser útil em pacientes com COVID-19, principalmente em seu tratamento inicial.

Recentemente, um ECR brasileiro duplo-cego e controlado por placebo comparou a nitazoxanida (solução oral na dose de 500 mg de 8/8h por cinco dias) com placebo em pacientes ambulatoriais que se apresentaram com COVID-19 leve (mediana de tempo de início de sintomas até recebimento da primeira dose do estudo: 4 a 5 dias). Mais pacientes no grupo de tratamento com nitazoxanida apresentaram carga viral negativa no quinto dia em comparação ao placebo (29,2 % x 18,2% $p=0,009$), servindo de “prova de conceito” da ação antiviral do fármaco também quando empregado na prática clínica⁶⁷.

Em virtude da disponibilidade do fármaco em nosso meio e das novas evidências, a nitazoxanida foi considerada como uma possível opção terapêutica junto aos demais esquemas terapêuticos descritos na literatura científica.

3.6.8. Doxíciclina como possível opção terapêutica para o tratamento inicial

A Doxíciclina é um antibiótico que apresenta ação antiviral *in vitro*, além de potencializar a ação de outros agentes como as 4-aminoquinolinas e do zinco (através da ação como ionóforo, aumentando a concentração intracelular do elemento disponível para exercer sua ação de inibição sobre a RpRd do SARS-CoV-2)^{68,69}. Também poderia ser útil através de sua ação anti-inflamatória⁷⁰.

Neste sentido, é interessante observar que sua combinação com ivermectina demonstrou redução no tempo de recuperação e porcentagem de pacientes que progrediram para um estágio mais avançado, além de reduzir a mortalidade em pacientes de 22,72% para 0%⁵⁸.

Além disso, tem excelente ação antibacteriana, incluindo isolados de *Staphylococcus aureus*, incluindo CA-MRSA, e *Streptococcus pneumoniae*, agentes comumente associados a infecções bacterianas pós-virais⁷¹. Ao contrário da azitromicina, a doxíciclina não parece se associar a risco de prolongamento de intervalo QT/QTc. Nesta atualização, com base nestes benefícios teóricos, e nos resultados de alguns ECRs com o fármaco em associação^{56,58}, a doxíciclina se apresenta como uma boa opção terapêutica.

3.6.9. Reposição de vitamina D no manejo da COVID-19

Diversos estudos ecológicos relacionaram níveis baixos de vitamina D séricos a maior risco de infecção por SARS-CoV-2^{72,73, 101}. Até pouco tempo, no entanto, não havia elo causal da associação. Recentemente foi publicado

um ECR piloto espanhol que fez parte de um estudo multicêntrico maior, ainda em andamento, avaliando o uso de calcifediol (25-hidroxicolecalciferol) em pacientes internados por COVID-19. Pacientes randomizados para o fármaco apresentaram redução importante na necessidade de internação na UTI⁷⁴. Em nosso país não dispomos de 25-hidroxicolecalciferol. Devido à segurança do colecalciferol quando administrado em doses de até 600 000 UI em um mês⁷⁵, e o fato de apenas uma a cada dez moléculas de colecalciferol ser convertida à 25-hidroxicolecalciferol, ou calcifediol (a taxa pode ser menor ainda em estados patológicos), a administração do fármaco nas doses preconizadas nesta nota informativa é sugerida. É importante destacar que a posologia exata possa ser individualizada conforme presença de fatores de risco para deficiência e conhecimento de eventuais níveis séricos recentes do paciente.

3.6.10. Esquemas terapêuticos em pesquisa e acompanhamento

Devido ao caráter dinâmico da pesquisa sobre COVID-19 e frente a transmissão continuada do SARS-Cov-2, e considerando a literatura científica mais atual e dados preliminares da que está sendo produzida, algumas observações se fazem necessárias:

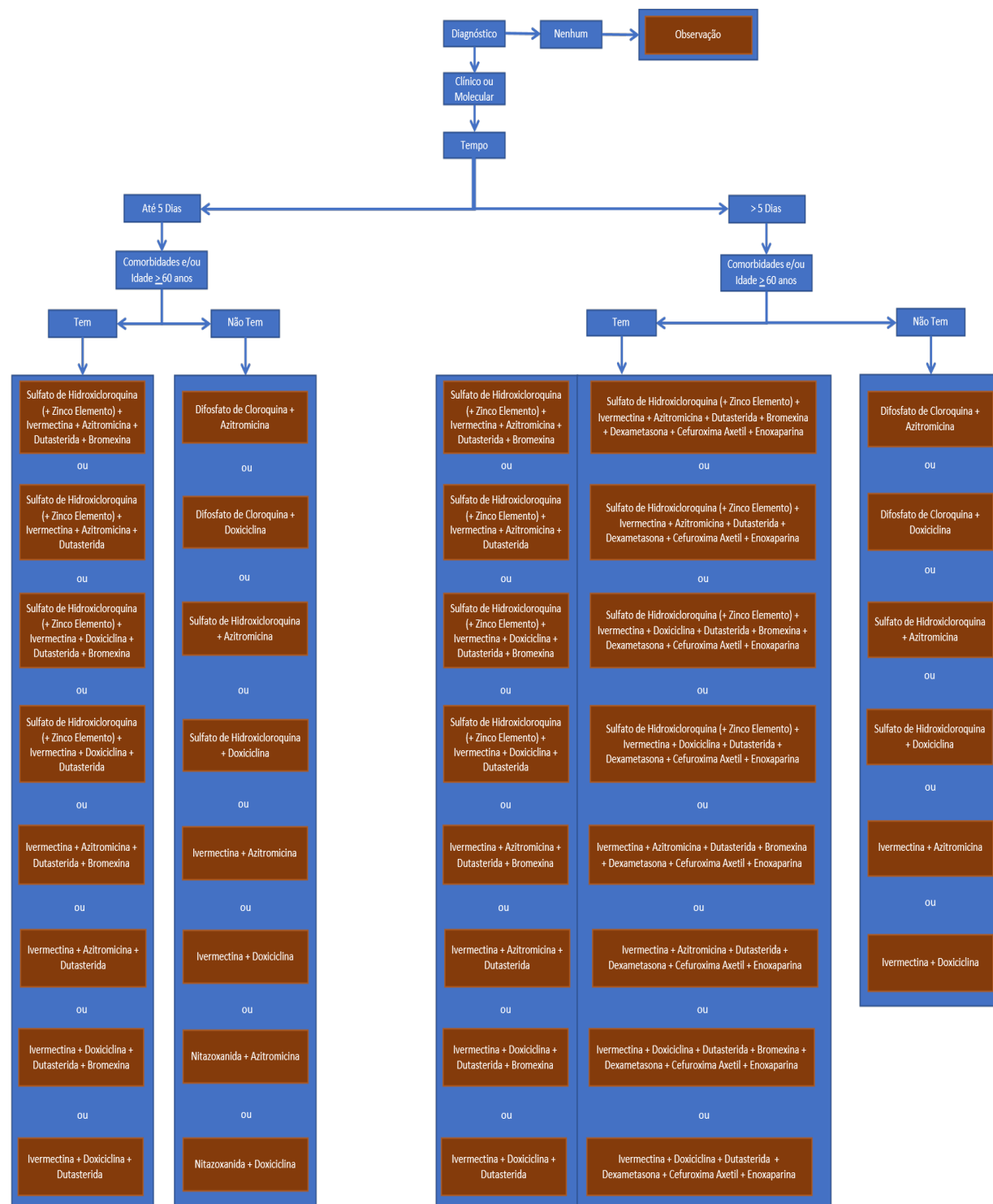
1. Há indícios de que a combinação terapêutica é superior a medicamentos isolados^{21,22,49,63,109};
2. A prevenção ativa de complicações, por meio do tratamento inicial, tem demonstrado nível crescente de evidências e impacto positivo considerando os desfechos duros “mortalidade” e “internação hospitalar”^{76,95,96 110};

3. O diagnóstico de COVID-19 deve ser feito baseado em critérios clínicos para que o tratamento inicial não sofra atrasos. Exames complementares devem ser solicitados conforme cada situação específica^{77,78};
4. PCR ultrasensível prediz e antecipa a lesão pulmonar⁷⁹;
5. Corticoterapia deve ser considerada entre 12 h a 24 h após o início da administração de medicamento com potencial ação antiviral, com o intuito de evitar eventuais efeitos deletérios sobre a replicação viral^{13,80}.

O intuito de reduzir o tempo de sintomas e a possibilidade de progressão para formas mais graves da doença, o conhecimento de que a janela de intervenção com fármacos pode ser curta e a inespecificidade nos sinais e sintomas iniciais tiveram impacto no processo de decisão de início de tratamento apresentado na árvore para tratamento da COVID-19 abaixo.

A decisão do esquema terapêutico pode ser estratificada de acordo com o tempo de apresentação dos sintomas e a presença ou não de comorbidades que tenham se associado a risco aumentado de progressão para internação hospitalar, intubação, internação em UTI, óbito e/ou maior ocorrência da recém conhecida “Síndrome pós COVID-19”, ou “COVID-19 longa”.

No Fluxograma 1, são apresentadas associações de esquemas terapêuticos possíveis, incluindo aqueles usados na “vida real”. Na tabela dois serão apresentados apenas esquemas empregados em estudos formais, passíveis de terem seus graus de recomendação e níveis de evidência sujeitos à hierarquização nos moldes da Medicina Baseada em Evidências (MBE).



Fluxograma 1: Fluxograma decisório para tratamento da COVID-19 separado por presença ou de não comorbidades, idade igual, inferior ou superior a 60 anos e aparecimento de sintomas até cinco dias (inicial) ou mais de cinco dias (tardio). **Fonte:** elaboração própria.

Observações sobre o fluxo de decisão:

1: O sulfato de hidroxicloroquina, difosfato de cloroquina e cloroquina base, devem ser evitados apenas em pacientes com histórico de síndrome de QT longo, arritmias ventriculares ou importantes distúrbios eletrolíticos, portadores de miastenia grave ou retinopatia⁵².

2: Considerar a adição de vitamina D em dose única de 50.000 a 100.000 unidades em pacientes com deficiência comprovada ou sob risco de deficiência de Vitamina D⁷². De acordo com a clínica do paciente, estas doses poderão ser repetidas, semanalmente, até atingir nível sérico acima de 30 ng/ml¹⁰¹, devendo haver monitoramento médico constante.

3: Considerar corticoterapia se marcadores substitutos de inflamação estiverem elevados (como por exemplo proteína C reativa ultrasensível acima de 3 mg/mL) **ou** quadro clínico intenso **ou** acometimento pulmonar acima de 30%⁸¹. Na literatura científica, há evidências demonstrando efeito positivo da dexametasona na diminuição do tempo de ventilação mecânica na COVID-19⁸².

4: Procurar iniciar os antivirais ao menos 12-24 h antes do início da corticoterapia^{13,80}.

5: Doses equivalentes de outros corticoides, por exemplo prednisona, podem ser empregadas⁸¹.

6: Excluir o fármaco dutasterida para o tratamento de mulheres⁶³.

7: Considerar introduzir, junto a qualquer esquema eleito, o fármaco colchicina, em qualquer fase da doença, idealmente após o quinto dia de sintomas, de acordo com a gravidade da doença e julgamento clínico. Preferencialmente

após acabar o esquema com macrolídeos (o uso conjunto não é contra-indicado, mas deve ser avaliado de perto pelo médico, pois o macrolídeo pode potencializar a ação da colchicina).

Tabela 2: Posologia de medicamentos para tratamento inicial na COVID-19 para adultos e idosos homens e mulheres.

Fármaco	Forma Farmacêutica, Posologia e Duração do Tratamento.	Observações
Difosfato de Cloroquina	Comprimidos de 150 mg. Tomar, via oral, seis comprimidos no primeiro dia, em dose única. Após, três comprimidos, de 12/12 h (após a dose única de ataque no primeiro dia), por mais quatro dias. Duração: Cinco dias no total	Não é para tomar doses acima do esquema indicado. O uso de doses elevadas (> 12g em intervalos de 10 a 14 dias) está associado a eventos adversos, inclusive óbitos.
Sulfato de hidroxicloroquina	Comprimidos de 400 mg. Tomar, via oral, dois comprimidos no primeiro dia, em dose única. Após, um comprimido por dia, por mais quatro dias. Duração: Cinco dias no total	Doses cumulativas >4,4 g podem se associar a perda de benefícios clínicos.

Zinco elemento ou Zinco Sulfato	Diversas formulações (recomendamos as de 30 a 50 mg de Zinco elemento). Se Zinco sulfato, utilizar 220 mg. Tomar um comprimido, cápsula ou a apresentação que for apresentada, de 12/12 h, via oral, por sete dias no total, conforme tolerabilidade.	Recomendado apenas se uso concomitante de ionóforo (cloroquina /hidroxicloroquina /doxiciclina)
Ivermectina	Comprimidos de 06 mg. Tomar de 0,4 a 0,6 mg/kg por dia, via oral, nos primeiros 05 (cinco) dias, se for tratamento inicial OU 0,2 a 0,4 mg/kg se início após cinco dias (tardio) por dia, via oral, de quatro a cinco dias. Não há necessidade de repetir dosagens após o término do esquema.	Administrar após refeição gordurosa. Tendência de ação antiviral direta ocorrer apenas com doses mais altas. Fármaco pode ter benefício mesmo com doses mais baixas, no entanto, por mecanismo ainda desconhecido.

Azitromicina	Comprimidos de 500 mg. Tomar um comprimido, via oral, por dia, durante 05 (cinco) dias.	A administração concomitante com alimentos pode melhorar a tolerância gastrointestinal. Cuidado quando associado à colchicina.
Doxiciclina	Comprimidos de 100 mg. Tomar um comprimido via oral de 12/12 h, de 05 a 07 (cinco a sete) dias.	
Bromexina	Solução Oral - Xarope de 8 mg/5 mL. Tomar 5 mL via oral de 8/8 h durante 07 (sete) dias.	Evitar tomar doses mais elevadas. Sempre que possível, iniciar o esquema junto com a ivermectina.

Dutasterida	Comprimidos de 0,5 mg. Tomar um comprimido via oral ao dia, até a resolução dos sintomas ou no máximo de 30 dias seguidos, o que vier primeiro.	Apenas em homens (não administrar em mulheres).
Nitazoxanida Comprimidos.	Comprimidos de 500 mg. Tomar um comprimido via oral de 8/8 h ou 6/6h (se tolerado) durante 05 (cinco) dias.	Administrar após refeição gordurosa. Atentar para náusea e diarreia como eventos adversos.
Nitazoxanida Solução Oral.	Solução Oral – Xarope, de 20 mg/mL. Tomar, via oral, 25 mL de 8/8 h ou 6/6 h (se tolerado) durante 05 (cinco) dias.	Administrar após refeição gordurosa. Atentar para náusea e diarreia como eventos adversos.
Colchicina	Comprimido de 0,5 mg. Tomar 01 comprimido, via oral, de 12/12h, nos primeiros 3 dias, e depois 01 comprimido via oral, ao dia, por 27 dias. Duração total: 30 dias. Deve-se manter o esquema mesmo diante da remissão total dos sintomas clínicos.	Se perder uma dose, não é para substituir. Diarreia é o evento adverso mais comum. Preferencialmente começar após o 5º dia de sintomas, quando indicado, pois sua ação é basicamente anti-inflamatória.
Dexametasona	Comprimido ou Solução Oral. Diversas apresentações, que variam de comprimidos de 0,5mg, 0,75mg e 4 mg ou Solução Oral, com Elixir de 0,1 mg/mL e 0,5 mg/mL.	As doses variam de acordo com a gravidade e nível de evidência dos estudos. Deve-se evitar trocar a dexametasona por outros corticóides, devido a questões

	<p>A posologia pode ser desde uma vez ao dia até de 6/6h.</p> <p>A duração deve ser de 03 (três) a 07 (sete) dias.</p>	<p>de farmacodinâmica. Quando for inevitável, atentar para tabela de equivalência de potência entre corticóides.</p>
Enoxaparina	<p>Ampolas com 40 mg, 60 mg e 80 mg. Aplicar uma ampola, administrada de forma subcutânea, uma vez ao dia, em alguns casos de 12/12 h, por 07 (sete) a 14 (quatorze) dias.</p> <p>Em pacientes de maior risco de trombogênese, pode ser necessário manter anticoagulação de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias após o fim dos sintomas, sendo nesse caso preferível o uso de medicações orais, à escolha do médico.</p>	<p>O benefício é comprovado para doses profiláticas, de aproximadamente 1 mg/kg.</p>
Antibioticoterapia	<p>A critério do médico assistente, equipe médica, equipe de SCIH/ CCIH, guiado ou não por culturas.</p>	<p>Para cobertura de casos suspeitos de BCP bacteriana e em casos de uso de dexametasona em doses altas</p>

3.7. Nível de evidência das opções terapêuticas

Na atual Nota Técnica, foi adotado o sistema de classificação de evidências do *Oxford Centre for Evidence Based Medicine*⁸³ e foi especificado se o grau de recomendação da intervenção é referente a desfechos duros ou não.

Mais especificamente, para benefícios em desfechos foram atribuídas siglas conforme sua relevância: “D” (desfecho duro = internação e tempo de internação, internação em UTI ou morte), “M” (marcador substituto = carga viral ou marcador de trombose ou inflamação, desfechos clínicos menos

importantes etc.) e “E “(expectativa teórica de benefício).

A Figura 2 sintetiza o nível de evidência dos estudos encontrados na revisão da literatura segundo a Escala de Oxford (eixo horizontal) por tipo de desfecho avaliado (eixo vertical). Desta forma, quanto mais “para cima” e “à direita” estiver o esquema, maior seria o embasamento teórico para seu uso.

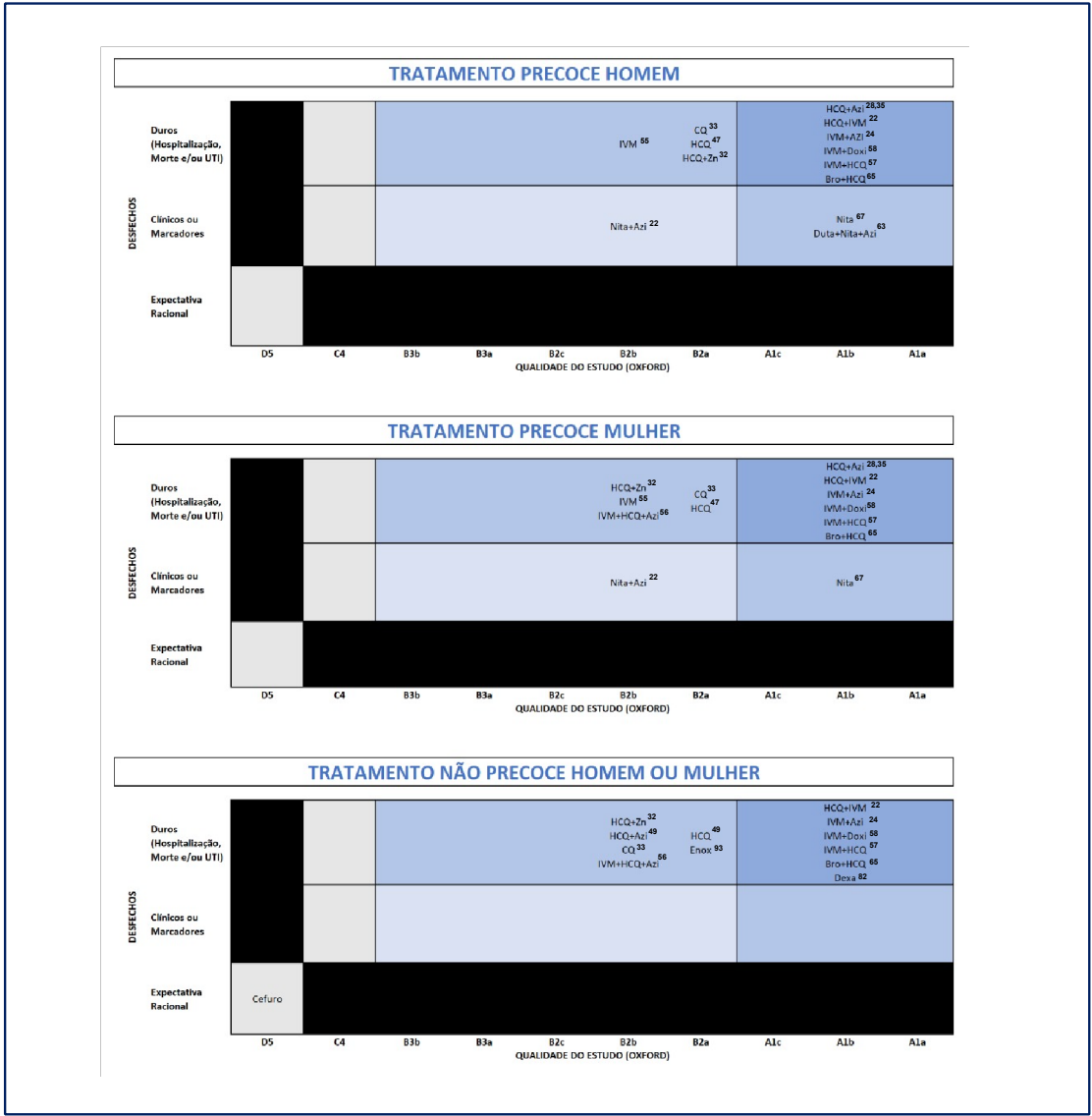


Figura 2: Nível de evidência dos estudos sobre tratamento segundo o tipo de estudo e natureza do desfecho. Fonte: elaboração própria.

3.8. Proposta de ferramenta para diagnóstico clínico da COVID-19

Devido ao reconhecimento de que o tratamento inicial pode melhorar o prognóstico do paciente conforme as melhores evidências disponíveis já citadas e, uma vez diagnosticada clinicamente a doença, deve-se prontamente instituir o mesmo, e devido ao fato de que dificuldades em relação aos testes diagnósticos laboratoriais podem ocorrer conforme limitações logísticas e operacionais em diferentes regiões do Brasil, é essencial ressaltar o valor do diagnóstico clínico e, quando possível, utilizar ferramentas clínicas com valor diagnóstico devidamente fundamentadas em bases científicas.

Um construto diagnóstico (escore clínico) de fácil aplicação, acurácia e reprodutibilidade pode ser utilizado conforme o raciocínio clínico e experiência profissional do médico assistente. Na presente Nota Técnica, é apresentado o escore desenvolvido pela pesquisa AndroCov⁷⁸ como possível recurso de auxílio à tomada de decisão do médico assistente. Esse escore foi derivado e validado de uma grande coorte brasileira de pacientes com COVID-19 e pode subsidiar a opção de iniciar o tratamento inicial conforme a autonomia do médico e do paciente.

3.9. Escore clínico para diagnóstico da COVID-19

O estágio inicial da COVID-19 ainda permanece mal caracterizado. A fisiopatologia da doença, apresentação clínica e bioquímica nos primeiros dias após a contaminação pode ser explicada por uma variedade de razões. Os sintomas na primeira fase são muito inespecíficos, e a pesquisa sobre

COVID19 se concentrou principalmente em abordagens para reduzir a mortalidade em indivíduos COVID-19 já gravemente afetados. O papel crucial da atividade virológica inicial tem sido menos considerada na pesquisa clínica e básica, à despeito de a doença ser, por definição, de natureza infecciosa

Frequentemente, quando há suspeita de COVID-19, devido às poucas características clínicas específicas, muitos reforçam a necessidade de um exame de RT-PCR para diagnóstico conclusivo e início do tratamento. O resultado deste teste pode demorar, no entanto, o que gera também atraso no início do tratamento. Além disso, há uma variabilidade nos kits de RT-PCRs, o que pode levar a um número elevado de falsos positivos^{84,85}.

A detecção mais sensível e precoce da COVID-19 pode ser uma chave no curso da doença e na resposta às estratégias terapêuticas, uma vez que o reposicionamento de medicamentos de já conhecida segurança com potencial atividade antiviral, encontraria resultados mais eficazes mais precocemente, e teria impacto baixo em caso de “tratamento a mais”, quando os resultados fossem falso-positivos.

Resumindo, considerando que:

1. Os critérios clínicos ou radiológicos para outras infecções virais são considerados como métodos suficientes para o diagnóstico;
2. A necessidade de um resultado positivo do RT-PCR-SARS-CoV-2 para o diagnóstico de COVID-19 é uma barreira em termos de custo e atrasos de diagnóstico;
3. Uma vez que SARS-CoV-2 é o vírus prevalente durante as pandemias, uma série de sintomas diferentes e inespecíficos serão mais prováveis de serem causados por esse vírus (maior prevalência pré-teste)⁸⁶;

4. Para fins de triagem, ferramentas mais sensíveis do que RT-PCR-SARSCoV-2 são altamente recomendadas;

Apresenta-se uma pontuação clínica⁷⁸ para o diagnóstico de COVID-19, que foi validada para incentivar o manejo de pacientes com alta probabilidade préteste de apresentar COVID-19, pelo menos durante as pandemias, independentemente do resultado RT-PCR-SARS-CoV-2.

O desenho e validação do escore proposto a partir do estudo AndroCov foram baseados na análise de dados coletados prospectivamente de pacientes suspeitos para COVID-19 para os braços observacional e ECR do estudo AndroCov. A análise incluiu o número de sintomas apresentados ao diagnóstico de COVID-19, presença ou ausência de anosmia ou ageusia separadamente, e contato com domicílio positivo para COVID-19.

Uma vez que a COVID-19 manifesta-se de forma heterogênea, a fim de detectar o maior número de pacientes e evitar perdas de diagnóstico no *timing* adequado, foram ativamente questionados sintomas de diversas naturezas, incluindo: 1. manifestações específicas da COVID-19: hiposmia, anosmia, ageusia, disgeusia e hipergeusia; 2. sintomas típicos de dengue (síndrome dengue-*like*), não comumente presentes em outros quadros: mialgia, artralgia, dor no dorso, hiperemia conjuntival, dor retro-ocular; 3. sintomas típicos de infecção de vias aéreas superiores (síndrome IVAS-*like*): congestão nasal, rinorreia, tosse seca, sensação de 'sinusite', sensação de 'rinite', sensação de 'dor de garganta'; 4. sintomas típicos de gastroenterite aguda (gea) (síndrome *gea-like*): náuseas, vômitos, dor abdominal, diarreia; 5. Outros sintomas inespecíficos, que podem estar presentes em mais de uma das síndromes: lombalgia, dores em membros inferiores, estado febril (popularmente chamado

de ‘febre interna’), fadiga, cansaço fácil, fraqueza, tontura e cefaléia. A apresentação de determinados sintomas de forma regular ou contínua ou mudanças no padrão da apresentação destes sintomas são necessários para configurar como sinais/ sintomas possivelmente atribuíveis à COVID-19.

A partir da configuração do escore clínico preliminar que apresentou maior acurácia e sensibilidade do que o RT-PCR-SARS-CoV-2, uma subpopulação de 200 pessoas recebeu diagnóstico presumido de COVID-19 e foram seguidas prospectivamente, sendo tratadas de acordo com o diagnóstico (validação). Todas essas 200 pessoas também foram submetidas a um primeiro RT-PCR-SARS-CoV-2, e aqueles que apresentassem resultado negativo, a um segundo RT-PCR-SARS-CoV-2, que foi realizado entre 24 e 72 horas após o primeiro.

Todos os possíveis cenários de combinações clínicas para o diagnóstico de COVID-19 foram testados para cálculos estatísticos relacionados à precisão, incluindo sensibilidade, especificidade, acurácia, valor preditivo positivo (VPP), valor preditivo negativo (VPN) e *positive likelihood ratio* (LH +). Somente pacientes que não apresentavam qualquer sintoma e não tiveram contato com domiciliares positivos não foram incluídos no *screening*, uma vez que não é de praxe realizar exames de RT-PCR-SARSCoV-2 nesta população.

Os cenários incluíram combinação de um sintoma, dois sintomas, três ou mais sintomas, ou presença de anosmia ou ageusia (quando sem contato com domiciliar positivo) e um sintoma, dois sintomas, três ou mais sintomas, ou presença de anosmia ou ageusia (quando com contato com domiciliar positivo).

Do total de 20 cenários possíveis de combinações, foram realizados nove subtipos de análise: para o primeiro período de avaliação (entre maio e julho dos estudos observacionais), segundo período (entre julho e dezembro dos ECR e do *follow up* sem tratamento) e primeiro e segundo período combinados, sendo que para cada uma destas três possibilidades foram avaliados (homens, mulheres e ambos). Ao total, 180 sub-cenários foram avaliados. O resumo do resultado das combinações encontra-se na figura abaixo.

A acurácia e sensibilidade foram comparadas entre os diversos cenários, e aqueles que apresentaram os valores mais altos foram empregados como a base para o desenvolvimento dos escores que refletissem de forma precisa os cenários elegidos conforme observado na Figura 3.

		Contato com domiciliar infectado com COVID-19				
		Sem anosmia/ageusia				Anosmia/Ageusia
		Assintomático	1 sintoma	2 sintomas	3+ sintomas	
Sem contato com domiciliar	Assintomático	NÃO RASTREADO				
	1 sintoma	1757 rastreados 59.4% VPP n/a VPN 100% sensibilidade 0% especificidade 67.4% acurácia	1354 rastreados 76.5% VPP 63.3% VPN 87.5% sensibilidade 44.5% especificidade 73.5% acurácia			
	2 sintomas	1594 rastreados 73.0% VPP 87.1% VPN 98.2% sensibilidade 25.0% especificidade 74.3% acurácia	1191 rastreados 85.2% VPP 70.1% VPN 85.7% sensibilidade 69.3% especificidade 80.4% acurácia	925 rastreados 90.8% VPP 58.7% VPN 70.9% sensibilidade 85.2% especificidade 75.6% acurácia		
	3+ sintomas	1491 rastreados 73.8% VPP 68.4% VPN 92.9% sensibilidade 31.8% especificidade 73.0% acurácia	1088 rastreados 78.3% VPP 65.3% VPN 72.0% sensibilidade 76.3% especificidade 73.4% acurácia	822 rastreados 82.4% VPP 56.5% VPN 57.2% sensibilidade 92.4% especificidade 68.6% acurácia	641 rastreados 81.3% VPP 49.6% VPN 44.0% sensibilidade 96.5% especificidade 61.1% acurácia	
	Anosmia/Ageusia	1393 rastreados 72.7% VPP 53.0% VPN 85.6% sensibilidade 33.7% especificidade 68.6% acurácia	990 rastreados 87.4% VPP 58.4% VPN 73.1% sensibilidade 78.2% especificidade 74.7% acurácia	724 rastreados 95.3% VPP 52.2% VPN 58.3% sensibilidade 94.1% especificidade 69.9% acurácia	543 rastreados 98.3% VPP 46.6% VPN 45.1% sensibilidade 98.4% especificidade 62.5% acurácia	358 rastreados 98.0% VPP 40.4% VPN 29.6% sensibilidade 98.8% especificidade 52.2% acurácia
Excluído para triagem quando sem saber contato doméstico		1206 rastreados 69.1% VPP 36.3% VPN 70.4% sensibilidade 34.9% especificidade 58.8% acurácia	803 rastreados 85.3% VPP 47.7% VPN 57.8% sensibilidade 79.4% especificidade 64.9% acurácia	537 rastreados 95.0% VPP 44.7% VPN 43.1% sensibilidade 79.4% especificidade 60.1% acurácia	356 rastreados 99.4% VPP 40.7% VPN 29.9% sensibilidade 99.6% especificidade 52.6% acurácia	171 rastreados 100.0% VPP 36.1% VPN 14.4% sensibilidade 100% especificidade 42.3% acurácia

VPP = Valor preditivo positivo
VPN = Valor preditivo negativo

Figura 3: Combinações de pontuação de diagnóstico clínico AndroCov. A figura apresenta a sensibilidade, especificidade, precisão, valor preditivo positivo (VPP) e negativo preditivo negativo (VPN) para detectar COVID-19 usando pontuações clínicas em diferentes combinações, de acordo com o número de sintomas, presença de anosmia ou ageusia e domiciliares positivos conhecidos. **Fonte:** Adaptado de⁷⁸.

A partir da sensibilidade e acurácia dos diversos cenários conforme a Figura 3, chegou-se, resumidamente, ao fluxograma da Figura 4 abaixo, cujos resultados se refletem nas condutas sugeridas.

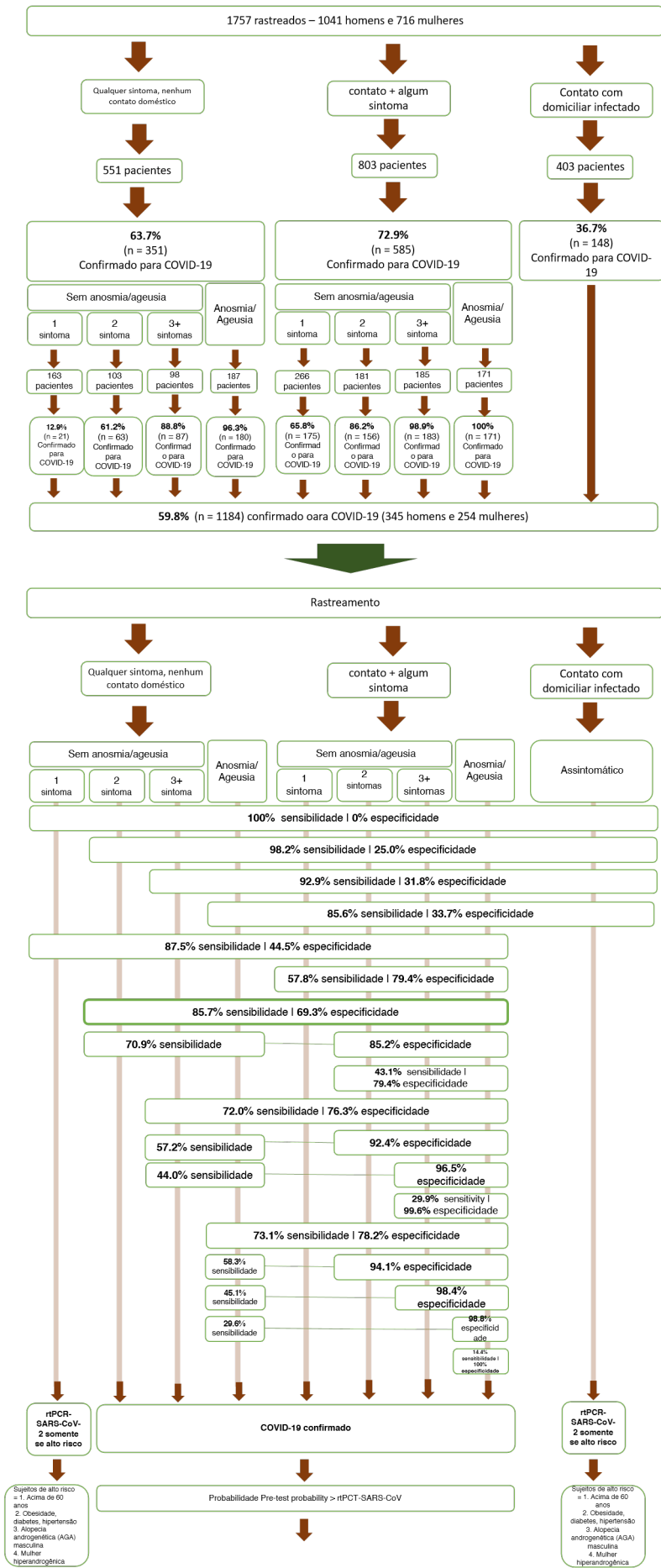


Figura 4: Manejo de diagnóstico de COVID-19 de acordo com as características clínicas e contato domiciliar positivo. Recomendações para gerenciamento de diagnóstico em casos suspeitos de COVID-19 de acordo com o número de sintomas, presença de anosmia ou ageusia e contato com domiciliar positivo com base na sensibilidade, probabilidade pré-teste e risco de complicações COVID-19. **Fonte:** Adaptado de⁷⁸.

O escore proposto a seguir é o reflexo da combinação de ao menos dois sintomas quando na ausência de contatos positivos, ou presença de anosmia ou ageusia como condição suficiente para diagnóstico de COVID-19, ou ao menos um sintoma quando em contato com domiciliar positivo.

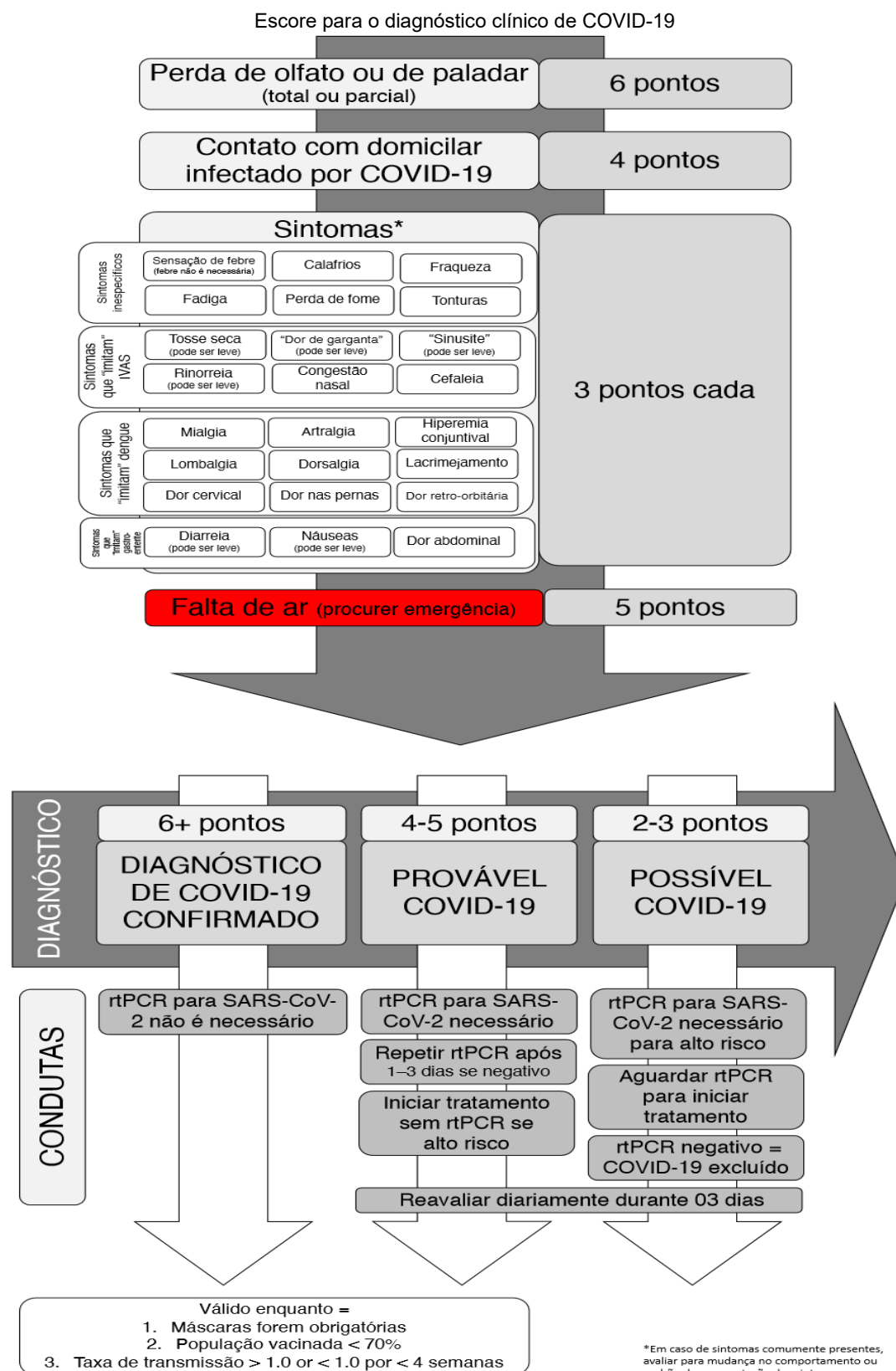


Figura 5: Escore clínico para diagnóstico da COVID-19. Fonte: Adaptado de⁷⁸.

É importante ressaltar que o escore reflete o momento atual da pandemia. Quando: 1. mais de 70% da população tiver sido vacinada com métodos que tenham mantido eficácia acima de 50%; e 2. o uso de máscaras tornar-se opcional; e 3. a taxa de transmissão permanecer abaixo de 1.0 por mais de 4 semanas, outros vírus e bactérias provavelmente irão competir com o SARS-CoV-2, reduzindo o VPP dos sintomas para COVID-19. O escore deverá ser atualizado em tempo real conforme a evolução pandêmica, a fim de manter sua utilidade clínica quando possível.

4. CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, sugere-se a utilização do tratamento inicial para a COVID-19, com possível auxílio do escore clínico a fim de facilitar o diagnóstico e de tornar o início do tratamento da doença o mais cedo possível. Destaca-se que as técnicas de biologia molecular devem continuar sendo consideradas como “padrão ouro” e seu valor é inestimável em condutas de saúde pública, tal como rastreio dos casos. Eles ganham importância também no diagnóstico para fins de tratamento, sempre que puderem ter seus resultados liberados rapidamente e quando a prevalência da doença na população se encontrar em declínio (ver acima).

5. REFERÊNCIAS

- 1 Pascarella G, Strumia A, Piliego C, et al. COVID-19 diagnosis and management: a comprehensive review. J Intern Med. 2020;288(2):192-206. doi:10.1111/joim.13091.
- 2 Wiersinga WJ, Rhodes A, Cheng AC, Peacock SJ, Prescott HC. Pathophysiology, Transmission, Diagnosis, and Treatment of Coronavirus Disease 2019 (COVID-19): A Review. JAMA. 2020;324(8):782-793. doi:10.1001/jama.2020.12839.
- 3 Wang W, Xu Y, Gao R, Lu R, Han K, Wu G, Tan W. Detection of SARSCoV-2 in Different Types of Clinical Specimens. JAMA. 2020 May 12;323(18):1843-1844. doi: 10.1001/jama.2020.3786. PMID: 32159775; PMCID: PMC7066521.
- 4 Sethuraman N, Jeremiah SS, Ryo A. Interpreting Diagnostic Tests for SARS-CoV-2. JAMA. 2020;323(22):2249-2251. doi:10.1001/jama.2020.8259.
- 5 Kucirka LM, Lauer SA, Laeyendecker O, Boon D, Lessler J. Variation in False-Negative Rate of Reverse Transcriptase Polymerase Chain Reaction-Based SARS-CoV-2 Tests by Time Since Exposure. Ann Intern Med. 2020 Aug 18;173(4):262-267. doi: 10.7326/M20-1495. Epub 2020 May 13. PMID: 32422057; PMCID: PMC7240870.
- 6 Fisayo T, Tsukagoshi S. Three waves of the COVID-19 pandemicPostgraduate Medical Journal Published Online First: 18 August 2020. doi: 10.1136/postgradmedj-2020-138564

- 7 Savassi LCM, Bedetti AD, Abreu ABJ, Costa AC, Perdigão RMC, Ferreira, TP. Ensaio Acerca Das Curvas De Sobrecarga Da COVID-19 Sobre a atenção primária. JMPHC - Journal of Management & Primary Health Care, ISSN 2179-6750, Vol. 12, outubro de 2020, p. 1-13, doi:10.14295/jmphc.v12.1006.
- 8 Williams C. The Altmetric score is now the Altmetric Attention Score. Altmetric Blog. Na Internet em: <https://www.altmetric.com/blog/thealtmetric-score-is-now-the-altmetric-attention-score/>. Acessado em 10 de dezembro de 2020.
- 9 Rajter JC, Sherman MS, Fattah N, Vogel F, Sacks J, Rajter JJ. Use of Ivermectin Is Associated With Lower Mortality in Hospitalized Patients With Coronavirus Disease 2019: The Ivermectin in COVID Nineteen Study. Chest. 2021 Jan;159(1):85-92. doi: 10.1016/j.chest.2020.10.009. Epub 2020 Oct 13. PMID: 33065103; PMCID: PMC7550891.
- 10 Velterop, J. Comunicação e avaliação por pares devem ser universalmente separados. Scielo em Perspectiva, 25 de maio de 2018. Na Internet em: <https://blog.scielo.org/blog/2018/05/25/comunicacao-eavaliacao-por-pares-devem-ser-universalmen-separados/#.YAdzkunPx3g>. Acessado em 20 de dezembro de 2020.
- 11 Fu DY, Hughey JJ. Meta-Research: Releasing a preprint is associated with more attention and citations for the peer-reviewed article. Computational and Systems Biology, December 06, 2019. eLife

2019;8:e52646. doi: 10.7554/eLife.52646.

- 12 COVID-19 Treatment Guidelines Panel. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Treatment Guidelines. National Institutes of Health. Na Internet em:
<https://www.covid19treatmentguidelines.nih.gov/statement-onivermectin/>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.
- 13 Cevik M, Tate M, Lloyd O, Maraolo AE, Schafers J, Ho A. SARS-CoV-2, SARS-CoV, and MERS-CoV viral load dynamics, duration of viral shedding, and infectiousness: a systematic review and meta-analysis. The Lancet Microbe Volume 2, Issue 1, January 2021, Pages e13-e22.
[https://doi.org/10.1016/S2666-5247\(20\)30172-5](https://doi.org/10.1016/S2666-5247(20)30172-5).
- 14 Badgett RG, Vindhyal M, Stirnaman JT, Gibson CM, Halaby R. A Living Systematic Review of Nebulized Hypertonic Saline for Acute Bronchiolitis in Infants. JAMA Pediatr. 2015;169(8):788-789. doi:10.1001/jamapediatrics.2015.0681.
- 15 Beauchamp, TL, Childress JF. Princípios de Ética Biomédica. (4ª ed.) São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- 16 Fanaroff AC, Califf RM, Windecker S, Smith SC Jr, Lopes RD. Levels of Evidence Supporting American College of Cardiology/American Heart

Association and European Society of Cardiology Guidelines, 2008-2018.

JAMA. 2019;321(11):1069-1080. doi:10.1001/jama.2019.1122.

17 Benson K, Hartz AJ. A comparison of observational studies and randomized, controlled trials. N Engl J Med. 2000;342(25):1878-1886. doi:10.1056/NEJM200006223422506.

18 Concato J, Shah N, Horwitz RI. Randomized, controlled trials, observational studies, and the hierarchy of research designs. N Engl J Med. 2000;342(25):1887-1892. doi:10.1056/NEJM200006223422507

19 Siddiqi HK, Mehra MR. COVID-19 illness in native and immunosuppressed states: A clinical-therapeutic staging proposal. J Heart Lung Transplant. 2020;39(5):405-407. doi:10.1016/j.healun.2020.03.012.

20 Gautret P, Million M, Jarrot P, Camoin-Jau L, Colson P, Fenollar F, Leone M, La Scola B, Devaux C, Gaubert JY, Mege J, Vitte J, Melenotte C, Rolain J, Parola P, Lagier J, Brouqui P, Raoult D. Natural history of COVID-19 and therapeutic options, Expert Review of Clinical Immunology, 2020; 16:12, 1159-1184, DOI: 10.1080/1744666X.2021.1847640.

- 21 Cadegiani FA, Wambier CG, Goren A. An open-label prospective observational study of antiandrogen and non-antiandrogen early pharmacological approaches in females with mild-to-moderate COVID19. The Pre-AndroCoV Female Trial. Preprint | medRxiv | 2020 | ID: ppmedrxiv-20206870. DOI:10.1101/2020.10.05.20206870.
- 22 Cadegiani FA, Goren A, Wambier CG, McCoy J. Azithromycin with nitazoxanide, hydroxychloroquine or ivermectin, with or without dutasteride, for early stage COVID-19: an open-label prospective observational study in males with mild-to-moderate COVID-19 (The PreAndroCoV Male Trial). Preprint | Research Square| 2020 | DOI: 10.21203/rs.3.rs-88952/v1.
- 23 Sulaiman T, Mohana A, Alawdah L, Mahmoud N, Hassanein M, Wani T, Alfaiji A, Alenazi E, Radwan N, AlKhalifah N, Elkady E, AlAnazi M, Alqahtani M, Abdalla K, Yousif Y, AboGazalah F, Awwad F, Alabdulkareem K, AlGhofaili, AlJedai A, Jokhdar H, Alrabiah F. The Effect of Early Hydroxychloroquine-based Therapy in COVID-19 Patients in Ambulatory Care Settings: A Nationwide Prospective Cohort Study. reprint | medRxiv | 2020 | DOI:10.1101/2020.09.09.20184143.
- 24 Elgazzar A, Hany B, Youssef SA, Hafez M, Moussa H, Eltaweel A. Efficacy and Safety of Ivermectin for Treatment and prophylaxis of COVID-19 Pandemic. Preprint | Research Square| 2020 | DOI:

10.21203/rs.3.rs-100956/v2.

- 25 Esper RB, Silva RS, Oikawa FTC, Castro MM, Razuk-Filho A, Batista Junior PB, Lotze SW, Rocha CN, Cunha Filho RS, Oliveira SEB, Ribeiro PL, Martins VCV, Bueno FSB, Esper PLG, Parrillo EF. Empirical treatment with hydroxychloroquine and azithromycin for suspected cases of COVID-19 followed-up by telemedicine. Le Blog de Patrice Gibertie, 2020. Na Internet em: <https://pgibertie.files.wordpress.com/2020/04/2020.04.15-journalmanuscript-final.pdf> Acessado em 21 de abril de 2020.
- 26 Heras E, Garibaldi P, Boix M, Valero O, Castillo J, Curbelo Y, Gonzalez E, Mendoza O, Anglada M, Miralles JC, Llull P, Llovera R, Piqué JM. COVID-19 mortality risk factors in older people in a long-term care center. Eur Geriatr Med. 2020 Nov 27:1–7. doi: 10.1007/s41999-02000432-w. Epub ahead of print. PMID: 33245505; PMCID: PMC7693854.
- 27 Ip A, Ahn J, Zhou Y, Goy AH, Hansen E, Pecora AL, Sinclair BA, Bednarz U, Marafelias M, Sawczuk IS, Underwood JP 3rd, Walker DM, Prasad R, Sweeney RL, Ponce MG, La Capra S, Cunningham FJ, Calise AG, Pulver BL, Ruocco D, Mojares GE, Eagan MP, Ziontz KL, Mastrokyriakos P, Goldberg SL. Hydroxychloroquine in the treatment of

outpatients with mildly symptomatic COVID-19: a multi-center observational study. BMC Infect Dis. 2021 Jan 14;21(1):72. doi: 10.1186/s12879-021-05773-w. PMID: 33446136; PMCID: PMC7807228.

28 Lagier J, Million M, Gautret P, Colson P, Cortaredona S, GiraudGatineau A, Honoré S, Gaubert JY, Fournier P, Tissot-Dupont H, Chabrière E, Stein A, Deharo J, Fenollar F, Rolain J, Obadia Y, Jacquier A, La Scola B, Brouqui P, Drancourt M, Parola P, Raoult D, IHU Covid19 Task Force. Outcomes of 3,737 COVID-19 patients treated with hydroxychloroquine/azithromycin and other regimens in Marseille, France: A retrospective analysis. Travel Medicine and Infectious Disease, Volume 36, July–August 2020, DOI: 10.1016/j.tmaid.2020.101791.

29 Ly TDA, Zanini D, Laforge V, Arlotto S, Gentile S, Mendizabal H, Finaud M, Morel D, Quenette O, Malfuson-Clot-Faybesse P, Midejean A, LeDinh P, Daher G, Labarriere B, Morel-Roux AM, Coquet A, Augier P, Parola P, Chabriere E, Raoult D, Gautret P. Pattern of SARS-CoV-2 infection among dependant elderly residents living in long-term care facilities in Marseille, France, March-June 2020. Int J Antimicrob Agents. 2020 Dec;56(6):106219. doi: 10.1016/j.ijantimicag.2020.106219. Epub 2020 Nov 13. PMID: 33189890; PMCID: PMC7661959.

30 Ladapo JA, McKinnon JE, McCullough PA, Risch H. Randomized

Controlled Trials of Early Ambulatory Hydroxychloroquine in the Prevention of COVID-19 Infection, Hospitalization, and Death: Meta-Analysis. Preprint | medRxiv | 2020 | DOI: 10.1101/2020.09.30.20204693.

31 Pirnay G, Dantier B, Tourid W, Terkemani A, Bachot F, Hadim L, Abdous N, Amara W, Abrous Z, Bozel A, Gaubert-Dahan M, Aikpa R, Fauvelle F. Beneficial effect of the hydroxychloroquine/azithromycin combination in elderly patients with COVID-19: Results of an observational study / Effet bénéfique de l'association hydroxychloroquine/azithromycine dans le traitement des patients âgés atteints de la COVID-19: résultats d'une étude observationnelle. *Le Pharmacien Hospitalier et Clinicien*, Volume 55, Issue 4, December 2020, Pages 398-403. DOI: 10.1016/j.phclin.2020.06.001.

32 Derwand R, Scholz M. Does zinc supplementation enhance the clinical efficacy of chloroquine/hydroxychloroquine to win today's battle against COVID-19? *Med Hypotheses*. 2020 Sep;142:109815. doi: 10.1016/j.mehy.2020.109815. Epub 2020 May 6. PMID: 32408070; PMCID: PMC7202847.

33 Huang M, Li M, Xiao F, Pang P, Liang J, Tang T, Liu S, Chen B, Shu J, You Y, Li Y, Tang M, Zhou J, Jiang G, Xiang J, Hong W, He S, Wang Z, Feng J, Lin C, Ye Y, Wu Z, Li Y, Zhong B, Sun R, Hong Z, Liu J, Chen

H, Wang X, Li Z, Pei D, Tian L, Xia J, Jiang S, Zhong N, Shan H. Preliminary evidence from a multicenter prospective observational study of the safety and efficacy of chloroquine for the treatment of COVID-19. Natl Sci Rev. 2020 May 28:nwaa113. doi: 10.1093/nsr/nwaa113. PMID: PMC7313782.

34 Million M, Lagier JC, Gautret P, Colson P, Fournier PE, Amrane S, Hocquart M, Mailhe M, Esteves-Vieira V, Doudier B, Aubry C, Correard F, Giraud-Gatineau A, Roussel Y, Berenger C, Cassir N, Seng P, Zandotti C, Dhiver C, Ravaux I, Tomei C, Eldin C, Tissot-Dupont H, Honoré S, Stein A, Jacquier A, Deharo JC, Chabrière E, Levasseur A, Fenollar F, Rolain JM, Obadia Y, Brouqui P, Drancourt M, La Scola B, Parola P, Raoult D. Early treatment of COVID-19 patients with hydroxychloroquine and azithromycin: A retrospective analysis of 1061 cases in Marseille, France. Travel Med Infect Dis. 2020 MayJun;35:101738. doi: 10.1016/j.tmaid.2020.101738. Epub 2020 May 5. PMID: 32387409; PMCID: PMC7199729.

35 Gautret P, Lagier JC, Parola P, Hoang VT, Meddeb L, Mailhe M, Doudier B, Courjon J, Giordanengo V, Vieira VE, Tissot Dupont H, Honoré S, Colson P, Chabrière E, La Scola B, Rolain JM, Brouqui P, Raoult D. Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial. Int J Antimicrob Agents. 2020 Jul;56(1):105949. doi: 10.1016/j.ijantimicag.2020.105949. Epub 2020 Mar 20. PMID: 32205204; PMCID: PMC7102549.

- 36 Hong TS, Gonzalez J, Nahass RG, Brunetti L. Impact of Hydroxychloroquine on Mortality in Hospitalized Patients with COVID19: Systematic Review and Meta-Analysis. *Pharmacy (Basel)*. 2020 Nov 5;8(4):208. doi: 10.3390/pharmacy8040208. PMID: 33167571; PMCID: PMC7711623.
- 37 Tanriverdi E, ÇÖrtük M, Yildirim BZ, UGur Chousein EG, Turan D, Çınarka H, Özgül MA, Çetinkaya E. The use of hydroxychloroquine plus azithromycin and early hospital admission are beneficial in Covid-19 patients: Turkey experience with real-life data. *Turk J Med Sci*. 2020 Jul 19. doi: 10.3906/sag-2005-82. Epub ahead of print. PMID: 32682360.
- 38 Szente Fonseca SN, de Queiroz Sousa A, Wolkoff AG, Moreira MS, Pinto BC, Valente Takeda CF, Rebouças E, Vasconcellos Abdon AP, Nascimento ALA, Risch HA. Risk of hospitalization for Covid-19 outpatients treated with various drug regimens in Brazil: Comparative analysis. *Travel Med Infect Dis*. 2020 Nov-Dec;38:101906. doi: 10.1016/j.tmaid.2020.101906. Epub 2020 Oct 31. PMID: 33137493; PMCID: PMC7604153.
- 39 Mitjà O, Corbacho-Monné M, Ubals M, Tebe C, Peñafiel J, Tobias A, Ballana E, Alemany A, Riera-Martí N, Pérez CA, Suñer C, Laporte P, Admella P, Mitjà J, Clua M, Bertran L, Sarquella M, Gavilán S, Ara J, Argimon JM, Casabona J, Cuatrecasas G, Cañadas P, Elizalde-Torrent

A, Fabregat R, Farré M, Forcada A, Flores-Mateo G, Muntada E, Nadal N, Narejos S, Gil-Ortega AN, Prat N, Puig J, Quiñones C, Reyes-Ureña J, Ramírez-Viaplana F, Ruiz L, Riveira-Muñoz E, Sierra A, Velasco C, Vivanco-Hidalgo RM, Sentís A, G-Beiras C, Clotet B, Vall-Mayans M; BCN PEP-CoV-2 RESEARCH GROUP. Hydroxychloroquine for Early Treatment of Adults with Mild Covid-19: A Randomized-Controlled Trial. Clin Infect Dis. 2020 Jul 16:ciaa1009. doi: 10.1093/cid/ciaa1009. Epub ahead of print. PMID: 32674126; PMCID: PMC7454406.

40 Skipper CP, Pastick KA, Engen NW, Bangdiwala AS, Abassi M, Lofgren SM, Williams DA, Okafor EC, Pullen MF, Nicol MR, Nascene AA, Hullsiek KH, Cheng MP, Luke D, Lothar SA, MacKenzie LJ, Drobot G, Kelly LE, Schwartz IS, Zarychanski R, McDonald EG, Lee TC, Rajasingham R, Boulware DR. Hydroxychloroquine in Nonhospitalized Adults With Early COVID-19 : A Randomized Trial. Ann Intern Med. 2020 Oct 20;173(8):623-631. doi: 10.7326/M20-4207. Epub 2020 Jul 16. PMID: 32673060; PMCID: PMC7384270.

41 Castelnuovo AD, Constanzo S, Cassone A, Cauda R, Gaetano G, Iacovello L. Low Dose Hydroxychloroquine is Associated with Lower Mortality in COVID-19: A Meta-Analysis of 27 Studies and 44,684 Patients. Preprint | Research Square| 2020 | DOI: 10.21203/rs.3.rs-107101/v1.

42 Cavalcanti AB, Zampieri FG, Rosa RG, Azevedo LCP, Veiga VC, Avezum A, Damiani LP, Marcadenti A, Kawano-Dourado L, Lisboa T, Junqueira DLM, de Barros E Silva PGM, Tramujas L, Abreu-Silva EO, Laranjeira LN, Soares AT, Echenique LS, Pereira AJ, Freitas FGR, Gebara OCE, Dantas VCS, Furtado RHM, Milan EP, Golin NA, Cardoso FF, Maia IS, Hoffmann Filho CR, Kormann APM, Amazonas RB, Bocchi de Oliveira MF, Serpa-Neto A, Falavigna M, Lopes RD, Machado FR, Berwanger O, Coalition Covid-19 Brazil I Investigators. Hydroxychloroquine with or without Azithromycin in Mild-to-Moderate Covid-19. *New England Journal of Medicine*, 2020, 383(21), 2041-2052. DOI: 10.1056/NEJMoa2019014.

43 RECOVERY Collaborative Group, Horby P, Mafham M, Linsell L, Bell JL, Staplin N, Emberson JR, Wiselka M, Ustianowski A, Elmahi E, Prudon B, Whitehouse T, Felton T, Williams J, Faccenda J, Underwood J, Baillie JK, Chappell LC, Faust SN, Jaki T, Jeffery K, Lim WS, Montgomery A, Rowan K, Tarning J, Watson JA, White NJ, Juszczak E, Haynes R, Landray MJ. Effect of Hydroxychloroquine in Hospitalized Patients with Covid-19. *N Engl J Med*. 2020 Nov 19;383(21):2030-2040. doi: 10.1056/NEJMoa2022926. Epub 2020 Oct 8. PMID: 33031652; PMCID: PMC7556338.

44 WHO Solidarity Trial Consortium, Pan H, Peto R, Henao-Restrepo AM, Preziosi MP, Sathiyamoorthy V, Abdool Karim Q, Alejandria MM, Hernández García C, Kieny MP, Malekzadeh R, Murthy S, Reddy KS,

Roses Periago M, Abi Hanna P, Ader F, Al-Bader AM, Alhasawi A, Allum E, Alotaibi A, Alvarez-Moreno CA, Appadoo S, Asiri A, Aukrust P, Barratt-Due A, Bellani S, Branca M, Cappel-Porter HBC, Cerrato N, Chow TS, Como N, Eustace J, García PJ, Godbole S, Gotuzzo E, Griskevicius L, Hamra R, Hassan M, Hassany M, Hutton D, Irmansyah I, Jancorienne L, Kirwan J, Kumar S, Lennon P, Lopardo G, Lydon P, Magrini N, Maguire T, Manevska S, Manuel O, McGinty S, Medina MT, Mesa Rubio ML, Miranda-Montoya MC, Nel J, Nunes EP, Perola M, Portolés A, Rasmin MR, Raza A, Rees H, Reges PPS, Rogers CA, Salami K, Salvadori MI, Sinani N, Sterne JAC, Stevanovikj M, Tacconelli E, Tikkinen KAO, Trelle S, Zaid H, Røttingen JA, Swaminathan S.

Repurposed Antiviral Drugs for Covid-19 - Interim WHO Solidarity Trial Results. *N Engl J Med*. 2020 Dec 2;NEJMoa2023184. doi: 10.1056/NEJMoa2023184. Epub ahead of print. PMID: 33264556; PMCID: PMC7727327.

45 Self WH, Semler MW, Leither LM, Casey JD, Angus DC, Brower RG, Chang SY, Collins SP, Eppensteiner JC, Filbin MR, Files DC, Gibbs KW, Ginde AA, Gong MN, Harrell FE Jr, Hayden DL, Hough CL, Johnson NJ, Khan A, Lindsell CJ, Matthay MA, Moss M, Park PK, Rice TW, Robinson BRH, Schoenfeld DA, Shapiro NI, Steingrub JS, Ulysse CA, Weissman A, Yealy DM, Thompson BT, Brown SM; National Heart, Lung, and Blood Institute PETAL Clinical Trials Network, Steingrub J, Smithline H, Tiru B, Tidswell M, Kozikowski L, Thornton-Thompson S, De Souza L, Hou P, Baron R, Massaro A, Aisiku I, Fredenburgh L, Seethala R,

Johnsky L, Riker R, Seder D, May T, Baumann M, Eldridge A, Lord C, Shapiro N, Talmor D, O'Mara T, Kirk C, Harrison K, Kurt L, Schermerhorn M, Banner-Goodspeed V, Boyle K, Dubosh N, Filbin M, Hibbert K, Parry B, Lavin-Parsons K, Pulido N, Lilley B, Lodenstein C, Margolin J, Brait K, Jones A, Galbraith J, Peacock R, Nandi U, Wachs T, Matthay M, Liu K, Kangelaris K, Wang R, Calfee C, Yee K, Hendey G, Chang S, Lim G, Qadir N, Tam A, Beutler R, Levitt J, Wilson J, Rogers A, Vojnik R, Roque J, Albertson T, Chenoweth J, Adams J, Pearson S, Juarez M, Almasri E, Fayed M, Hughes A, Hillard S, Huebinger R, Wang H, Vidales E, Patel B, Ginde A, Moss M, Baduashvili A, McKeehan J, Finck L, Higgins C, Howell M, Douglas I, Haukoos J, Hiller T, Lyle C, Cupelo A, Caruso E, Camacho C, Gravitz S, Finigan J, Griesmer C, Park P, Hyzy R, Nelson K, McDonough K, Olbrich N, Williams M, Kapoor R, Nash J, Willig M, Ford H, Gardner-Gray J, Ramesh M, Moses M, Ng Gong M, Aboodi M, Asghar A, Amosu O, Torres M, Kaur S, Chen JT, Hope A, Lopez B, Rosales K, Young You J, Mosier J, Hypes C, Natt B, Borg B, Salvagio Campbell E, Hite RD, Hudock K, Cresie A, Alhasan F, Gomez-Arroyo J, Duggal A, Mehkri O, Hastings A, Sahoo D, Abi Fadel F, Gole S, Shaner V, Wimer A, Meli Y, King A, Terndrup T, Exline M, Pannu S, Robart E, Karow S, Hough C, Robinson B, Johnson N, Henning D, Campo M, Gundel S, Seghal S, Katsandres S, Dean S, Khan A, Krol O, Jouzestani M, Huynh P, Weissman A, Yealy D, Scholl D, Adams P, McVerry B, Huang D, Angus D, Schooler J, Moore S, Files C, Miller C, Gibbs K, LaRose M, Flores L, Koehler L, Morse C, Sanders J, Langford C, Nanney K, MdalaGausi M, Yeboah P, Morris P, Sturgill J, Seif S, Cassity E, Dhar S, de Wit M, Mason J, Goodwin A, Hall G, Grady

A, Chamberlain A, Brown S, Bledsoe J, Leither L, Peltan I, Starr N, Fergus M, Aston V, Montgomery Q, Smith R, Merrill M, Brown K, Armbruster B, Harris E, Middleton E, Paine R, Johnson S, Barrios M, Eppensteiner J, Limkakeng A, McGowan L, Porter T, Bouffler A, Leahy JC, deBoisblanc B, Lammi M, Happel K, Lauto P, Self W, Casey J, Semler M, Collins S, Harrell F, Lindsell C, Rice T, Stubblefield W, Gray C, Johnson J, Roth M, Hays M, Torr D, Zakaria A, Schoenfeld D, Thompson T, Hayden D, Ringwood N, Oldmixon C, Ulysse C, Morse R, Muzikansky A, Fitzgerald L, Whitaker S, Lagakos A, Brower R, Reineck L, Aggarwal N, Bienstock K, Freemer M, Maclawiw M, Weinmann G, Morrison L, Gillespie M, Kryscio R, Brodie D, Zareba W, Rompalo A, Boeckh M, Parsons P, Christie J, Hall J, Horton N, Zoloth L, Dickert N, Diercks D. Effect of Hydroxychloroquine on Clinical Status at 14 Days in Hospitalized Patients With COVID-19: A Randomized Clinical Trial. JAMA. 2020 Dec 1;324(21):2165-2176. doi: 10.1001/jama.2020.22240. PMID: 33165621; PMCID: PMC7653542.

46 Borba MGS, Val FFA, Sampaio VS, Alexandre MAA, Melo GC, Brito M, Mourão MPG, Brito-Sousa JD, Baía-da-Silva D, Guerra MVF, Hajjar LA, Pinto RC, Balieiro AAS, Pacheco AGF, Santos JDO Jr, Naveca FG, Xavier MS, Siqueira AM, Schwarzbald A, Croda J, Nogueira ML, Romero GAS, Bassat Q, Fontes CJ, Albuquerque BC, Daniel-Ribeiro CT, Monteiro WM, Lacerda MVG; CloroCovid-19 Team. Effect of High vs Low Doses of Chloroquine Diphosphate as Adjunctive Therapy for Patients Hospitalized With Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) Infection: A Randomized Clinical Trial.

JAMA Netw Open. 2020 Apr 24;3(4):e208857. doi: 10.1001/jamanetworkopen.2020.8857. PMID: 32330277.

47 Catteau L, Dauby N, Montourcy M, Bottieau E, Hautekiet J, Goetghebeur E, van Ierssel S, Duysburgh E, Van Oyen H, Wyndham-Thomas C, Van Beckhoven D; Belgian Collaborative Group on COVID-19 Hospital Surveillance. Low-dose hydroxychloroquine therapy and mortality in hospitalised patients with COVID-19: a nationwide observational study of 8075 participants. *Int J Antimicrob Agents*. 2020 Oct;56(4):106144. doi: 10.1016/j.ijantimicag.2020.106144. Epub 2020 Aug 24. PMID: 32853673; PMCID: PMC7444610.

48 COVID-19 RISK and Treatments (CORIST) Collaboration. Use of hydroxychloroquine in hospitalised COVID-19 patients is associated with reduced mortality: Findings from the observational multicentre Italian CORIST study. *Eur J Intern Med*. 2020 Dec;82:38-47. doi: 10.1016/j.ejim.2020.08.019. Epub 2020 Aug 25. PMID: 32859477; PMCID: PMC7446618.

49 Arshad S, Kilgore P, Chaudhry ZS, Jacobsen G, Wang DD, Huitsing K, Brar I, Alangaden GJ, Ramesh MS, McKinnon JE, O'Neill W, Zervos M; Henry Ford COVID-19 Task Force. Treatment with hydroxychloroquine, azithromycin, and combination in patients hospitalized with COVID-19. *Int J Infect Dis*. 2020 Aug;97:396-403. doi: 10.1016/j.ijid.2020.06.099. Epub 2020 Jul 2. PMID: 32623082; PMCID: PMC7330574.

- 50 Mikami T, Miyashita H, Yamada T, Harrington M, Steinberg D, Dunn A, Siau E. Risk Factors for Mortality in Patients with COVID-19 in New York City. *J Gen Intern Med*. 2020 Jun 30:1–10. doi: 10.1007/s11606-02005983-z. Epub ahead of print. PMID: 32607928; PMCID: PMC7325642.
- 51 Mehra MR, Ruschitzka F, Patel AN. Retraction-Hydroxychloroquine or chloroquine with or without a macrolide for treatment of COVID-19: a multinational registry analysis. *Lancet*. 2020 Jun 13;395(10240):1820. doi: 10.1016/S0140-6736(20)31324-6. Epub 2020 Jun 5. PMID: 32511943; PMCID: PMC7274621.
- 52 Gasperetti A, Biffi M, Duru F, Schiavone M, Ziacchi M, Mitacchione G, Lavalle C, Saguner A, Lanfranchi A, Casalini G, Tocci M, Fabbriatore D, Salghetti F, Mariani MV, Busana M, Bellia A, Cogliati CB, Viale P, Antinori S, Galli M, Galiè N, Tondo C, Forleo GB. Arrhythmic safety of hydroxychloroquine in COVID-19 patients from different clinical settings. *Europace*. 2020 Dec 23;22(12):1855-1863. doi: 10.1093/europace/euaa216. PMID: 32971536; PMCID: PMC7543547.
- 53 Prodromos CC, Rumschlag T, Perchyk T. Hydroxychloroquine is protective to the heart, not harmful: a systematic review. *New Microbes and New Infections*, Volume 37, September 2020, 100747. DOI: 10.1016/j.nmni.2020.100747.

54 Teixeira RA, Borba EF, Pedrosa A, Nishioka S, Viana VS, Ramires JA, Kalil-Filho R, Bonfá E, Martinelli Filho M. Evidence for cardiac safety and antiarrhythmic potential of chloroquine in systemic lupus erythematosus. *Europace*. 2014 Jun;16(6):887-92. doi: 10.1093/europace/eut290. Epub 2013 Sep 19. PMID: 24050965.

55 Krolewiecki A, Lifschitz A, Moragas M, Travacio M, Valentini R, AlonsoDF, Solari R, Tinelli MA, Cimino RO, Álvarez L, Fleitas PE, Ceballos L, Golemba MD, Fernández F, Fernández de Oliveira D, Astudillo G, Baeck I, Farina J, Guthmann MD, Cardama GA, Mangano A, Spitzer E, Gold S, Lanusse C, Antiviral Effect of High-Dose Ivermectin in Adults with COVID-19: A Pilot Randomised, Controlled, Open Label, Multicentre Trial. Preprint | SSRN | 2020 | ID:3714649 DOI: 10.2139/ssrn.3714649.

56 Chowdhury ATMM, Shabaz M, Karim MdR, Islam J, Guo D, He S. A Randomized Trial of Ivermectin-Doxycycline and HydroxychloroquineAzithromycin therapy on COVID19 patients. Preprint | Research Square| 2020 | DOI: <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-38896/v1>.

57 Niaee MS, Gheibi N, Namdar P, Allami A, Zolghadr L, Javadi A, Karampour A, Varnseri M, Bizhani B, Cheraghi F, Nadery Y, Amini F,

Karamyan M, Yadyad MJ, Jamshidian R. Ivermectin as an adjunct treatment for hospitalized adult COVID-19 patients: A randomized multicenter clinical trial. Preprint | Research Square| 2020 | DOI: 10.21203/rs.3.rs-109670/v1.

58 Hashim HA, Maulood ME, Rasheed AM, Fatak DE, Kabah KK, Adulmir AS. Controlled randomized clinical trial on using Ivermectin with Doxycycline for treating COVID-19 patients in Baghdad, Iraq. Preprint | medRxiv | 2020 | DOI: 10.1101/2020.10.26.20219345.

59 Caly L, Druce JD, Catton MG, Jans DA, Wagstaff KM. The FDA-approved drug ivermectin inhibits the replication of SARS-CoV-2 in vitro. Antiviral Res. 2020 Jun;178:104787. doi: 10.1016/j.antiviral.2020.104787. Epub 2020 Apr 3. PMID: 32251768; PMCID: PMC7129059.

60 de Castro CG Jr, Gregianin LJ, Burger JA. Continuous high-dose ivermectin appears to be safe in patients with acute myelogenous leukemia and could inform clinical repurposing for COVID-19 infection. Leuk Lymphoma. 2020 Oct;61(10):2536-2537. doi: 10.1080/10428194.2020.1786559. Epub 2020 Jul 1. PMID: 32611256.

- 61 Guzzo CA, Furtek CI, Porras AG, Chen C, Tipping R, Clineschmidt CM, Sciberras DG, Hsieh JY, Lasseter KC. Safety, tolerability, and pharmacokinetics of escalating high doses of ivermectin in healthy adult subjects. *J Clin Pharmacol*. 2002 Oct;42(10):1122-33. doi: 10.1177/009127002401382731. PMID: 12362927.
- 62 Mezzatesta C, Abduli L, Guinot A, Eckert C, Schewe D, Zaliova M, Vinti L, Marovca B, Tsai YC, Jenni S, Aguade-Gorgorio J, von Stackelberg A, Schrappe M, Locatelli F, Stanulla M, Cario G, Bourquin JP, Bornhauser BC. Repurposing anthelmintic agents to eradicate resistant leukemia. *Blood Cancer J*. 2020 Jun 26;10(6):72. doi: 10.1038/s41408-020-0339-9. PMID: 32591499; PMCID: PMC7320149.
- 63 Cadegiani FA, McCoy J, Wambier CG, Goren A. Dutasteride Reduces Viral Shedding, Inflammatory Responses and Time-to-Remission in COVID-19: Biochemical Findings of a Randomized Double-Blind Placebo Controlled Interventional Trial (DUTA AndroCoV-Trial - Biochemical). Preprint | Research Square| 2020 | DOI: 10.21203/rs.3.rs-135815/v1.
- 64 Depfenhart M, de Villiers D, Lemperle G, Meyer M, Di Somma S. Potential new treatment strategies for COVID-19: is there a role for bromhexine as add-on therapy? *Intern Emerg Med*. 2020 Aug;15(5):801812. doi: 10.1007/s11739-020-02383-3. Epub 2020 May 26. PMID: 32458206; PMCID: PMC7249615.

65 Ansarin K, Tolouian R, Ardalan M, Taghizadieh A, Varshochi M, Teimouri S, Vaezi T, Valizadeh H, Saleh P, Safiri S, Chapman KR. Effect of bromhexine on clinical outcomes and mortality in COVID-19 patients: A randomized clinical trial. *Bioimpacts*. 2020;10(4):209-215. doi: 10.34172/bi.2020.27. Epub 2020 Jul 19. PMID: 32983936; PMCID: PMC7502909.

66 Hung IF, Lung KC, Tso EY, Liu R, Chung TW, Chu MY, Ng YY, Lo J, Chan J, Tam AR, Shum HP, Chan V, Wu AK, Sin KM, Leung WS, Law WL, Lung DC, Sin S, Yeung P, Yip CC, Zhang RR, Fung AY, Yan EY, Leung KH, Ip JD, Chu AW, Chan WM, Ng AC, Lee R, Fung K, Yeung A, Wu TC, Chan JW, Yan WW, Chan WM, Chan JF, Lie AK, Tsang OT, Cheng VC, Que TL, Lau CS, Chan KH, To KK, Yuen KY. Triple combination of interferon beta-1b, lopinavir-ritonavir, and ribavirin in the treatment of patients admitted to hospital with COVID-19: an open-label, randomised, phase 2 trial. *Lancet*. 2020 May 30;395(10238):1695-1704. doi: 10.1016/S0140-6736(20)31042-4. Epub 2020 May 10. PMID: 32401715; PMCID: PMC7211500.

67 Rocco PRM, Silva PL, Cruz FF, Junior MACM, Tierno PFGMM, Moura MA, De Oliveira LFG, Lima CC, Dos Santos EA, Junior WF, Fernandes APSM, Franchini KG, Magri E, de Moraes NF, Gonçalves JMJ, Carbonieri MN, Dos Santos IS, Paes NF, Maciel PVM, Rocha RP, de

Carvalho AF, Alves PA, Modena JLP, Cordeiro AT, Trivella DBB, Marques RE, Luiz RR, Pelosi P, Lapa E Silva JR; SARITA-2 investigators. Early use of nitazoxanide in mild Covid-19 disease: randomised, placebo-controlled trial. *Eur Respir J*. 2021 Jan 14;2003725. doi: 10.1183/13993003.03725-2020. Epub ahead of print. PMID: 33361100; PMCID: PMC7758778.

68 Shady A, Singh A P, Gbaje E, Oliva M, Golden-Espinal S, Macciola D, Soto D, Eddy WE, Adkoli A, Bergasa NV. Characterization of Patients with COVID-19 Admitted to a Community Hospital of East Harlem in New York City. *Cureus*, (August 18, 2020) 12(8): e9836. doi:10.7759/cureus.983.

69 Alam MM, Mahmud S, Rahman MM, Simpson J, Aggarwal S, Ahmed Z. Clinical Outcomes of Early Treatment With Doxycycline for 89 High-Risk COVID-19 Patients in Long-Term Care Facilities in New York. *Cureus*. 2020 Aug 11;12(8):e9658. doi: 10.7759/cureus.9658. PMID: 32802622; PMCID: PMC7419149.

70 Salleras M, Alegre M, Alonso-Usero V, Boixeda P, Domínguez-Silva J, Fernández-Herrera J, García-Navarro X, Jiménez N, Llamas M, Nadal C, Del Pozo-Losada J, Querol I, Salgüero I, Schaller M, Soto de Delás J. Spanish Consensus Document on the Treatment Algorithm for Rosacea. *Actas Dermosifiliogr*. 2019 Sep;110(7):533-545. English, Spanish. doi: 10.1016/j.ad.2019.01.001. Epub 2019 Mar 2. PMID: 30837074.

- 71 Powell JP, Wenzel RP. Antibiotic options for treating communityacquired MRSA. *Expert Rev Anti Infect Ther.* 2008 Jun;6(3):299-307. doi: 10.1586/14787210.6.3.299. PMID: 18588495.
- 72 Mohan M, Cherian JJ, Sharma A. Exploring links between vitamin D deficiency and COVID-19. *PLoS Pathog.* 2020 Sep 18;16(9):e1008874. doi: 10.1371/journal.ppat.1008874. PMID: 32946517; PMCID: PMC7500624.
- 73 Kumar R, Rathi H, Haq A, Wimalawansa SJ, Sharma A. Putative roles of vitamin D in modulating immune response and immunopathology associated with COVID-19. *Virus Res.* 2021 Jan 15;292:198235. doi: 10.1016/j.virusres.2020.198235. Epub 2020 Nov 21. PMID: 33232783; PMCID: PMC7680047.
- 74 Entrenas Castillo, M., Entrenas Costa, L. M., Vaquero Barrios, J. M., Alcalá Díaz, J. F., López Miranda, J., Bouillon, R., & Quesada Gomez, J. M. (2020). "Effect of calcifediol treatment and best available therapy versus best available therapy on intensive care unit admission and mortality among patients hospitalized for COVID-19: A pilot randomized clinical study". *The Journal of steroid biochemistry and molecular biology*, 203, 105751.

- 75 Hassan AB, Hozayen RF, Alotaibi RA, Tayem YI. Therapeutic and maintenance regimens of vitamin D3 supplementation in healthy adults: A systematic review. *Cellular and Molecular Biology* (Noisy-le-Grand, France). 2018 Nov;64(14):8-14.
- 76 Chen Z, Hu J, Zhang Z, et al. Efficacy of hydroxychloroquine in patients with COVID-19: results of a randomized clinical trial. *medRxiv* 2020. doi:10.1101/2020.03.22.20040758.
- 77 McCullough PA, Kelly RJ, Ruocco G, Lerma E, Tumlin J, Wheelan KR, Katz N, Lepor NE, Vijay K, Carter H, Singh B, McCullough SP, Bhambi BK, Palazzuoli A, De Ferrari GM, Milligan GP, Safder T, Tecson KM, Wang DD, McKinnon JE, O'Neill WW, Zervos M, Risch HA. Pathophysiological Basis and Rationale for Early Outpatient Treatment of SARS-CoV-2 (COVID-19) Infection. *Am J Med.* 2021 Jan;134(1):1622. doi: 10.1016/j.amjmed.2020.07.003. Epub 2020 Aug 7. PMID: 32771461; PMCID: PMC7410805.
- 78 Cadegiani FA, Zimmerman RA, Campello de Souza B, McCoy J, Pereira E Costa RA, Gustavo Wambier C, Goren A. The AndroCoV Clinical Scoring for COVID-19 Diagnosis: A Prompt, Feasible, Costless, and Highly Sensitive Diagnostic Tool for COVID-19 Based on a 1757-Patient Cohort. *Cureus.* 2021 Jan 7;13(1):e12565. doi: 10.7759/cureus.12565. PMID: 33437562; PMCID: PMC7793341.

- 79 Tan C, Huang Y, Shi F, Tan K, Ma Q, Chen Y, Jiang X, Li X. C-reactive protein correlates with computed tomographic findings and predicts severe COVID-19 early. *J Med Virol.* 2020 Jul;92(7):856-862. doi: 10.1002/jmv.25871. Epub 2020 Apr 25. PMID: 32281668; PMCID: PMC7262341.
- 80 Fadel R, Morrison AR, Vahia A, Smith ZR, Chaudhry Z, Bhargava P, Miller J, Kenney RM, Alangaden G, Ramesh MS; Henry Ford COVID-19 Management Task Force. Early Short-Course Corticosteroids in Hospitalized Patients With COVID-19. *Clin Infect Dis.* 2020 Nov 19;71(16):2114-2120. doi: 10.1093/cid/ciaa601. PMID: 32427279; PMCID: PMC7314133.
- 81 Prescott HC, Rice TW. Corticosteroids in COVID-19 ARDS: Evidence and Hope During the Pandemic. *JAMA.* 2020 Oct 6;324(13):1292-1295. doi: 10.1001/jama.2020.16747. PMID: 32876693.
- 82 Tomazini BM, Maia IS, Cavalcanti AB, Berwanger O, Rosa RG, Veiga VC, Avezum A, Lopes RD, Bueno FR, Silva MVAO, Baldassare FP, Costa ELV, Moura RAB, Honorato MO, Costa AN, Damiani LP, Lisboa T, Kawano-Dourado L, Zampieri FG, Olivato GB, Righy C, Amendola CP, Roepke RML, Freitas DHM, Forte DN, Freitas FGR, Fernandes CCF, Melro LMG, Junior GFS, Moraes DC, Zung S, Machado FR, Azevedo LCP; COALITION COVID-19 Brazil III Investigators. Effect of Dexamethasone on Days Alive and Ventilator-Free in Patients With

Moderate or Severe Acute Respiratory Distress Syndrome and COVID19: The CoDEX Randomized Clinical Trial. JAMA. 2020 Oct 6;324(13):1307-1316. doi: 10.1001/jama.2020.17021. PMID: 32876695; PMCID: PMC7489411.

83 Oxford Centre for Evidence-Based Medicine: Levels of Evidence (March 2009). Centre for Evidence-Based Medicine - University of Oxford. Na Internet em: <https://www.cebm.ox.ac.uk/resources/levels-ofevidence/oxford-centre-for-evidence-based-medicine-levels-ofevidence-march-2009>. Acessado em 22 de dezembro de 2020.

84 Skittrall JP, Wilson M, Smielewska AA, Parmar S, Fortune MD, Sparkes D, Curran MD, Zhang H, Jalal H. Specificity and positive predictive value of SARS-CoV-2 nucleic acid amplification testing in a low-prevalence setting. Clin Microbiol Infect. 2020 Oct 14:S1198-743X(20)30614-5. doi: 10.1016/j.cmi.2020.10.003. Epub ahead of print. PMID: 33068757; PMCID: PMC7554481.

85 Di Paolo M, Iacovelli A, Olmati F, Menichini I, Oliva A, Carnevalini M, Graziani E, Mastroianni CM, Palange P. False-negative RT-PCR in SARS-CoV-2 disease: experience from an Italian COVID-19 unit. ERJ Open Res. 2020 Jul 13;6(2):00324-2020. doi: 10.1183/23120541.00324-2020. PMID: 32685435; PMCID: PMC7357270.

- 86 Li R, Pei S, Chen B, Song Y, Zhang T, Yang W, Shaman J. Substantial undocumented infection facilitates the rapid dissemination of novel coronavirus (SARS-CoV-2). *Science*. 2020 May 1;368(6490):489-493. doi: 10.1126/science.abb3221. Epub 2020 Mar 16. PMID: 32179701; PMCID: PMC7164387.
- 87 Geleris J, Sun Y, Platt J, Zucker J, Baldwin M, Hripcsak G, Labella A, Manson DK, Kubin C, Barr RG, Sobieszczyk ME, Schluger NW. Observational Study of Hydroxychloroquine in Hospitalized Patients with Covid-19. *N Engl J Med*. 2020 Jun 18;382(25):2411-2418. doi: 10.1056/NEJMoa2012410. Epub 2020 May 7. PMID: 32379955; PMCID: PMC7224609.
- 88 Rosenberg ES, Dufort EM, Udo T, Wilberschied LA, Kumar J, Tesoriero J, Weinberg P, Kirkwood J, Muse A, DeHovitz J, Blog DS, Hutton B, Holtgrave DR, Zucker HA. Association of Treatment With Hydroxychloroquine or Azithromycin With In-Hospital Mortality in Patients With COVID-19 in New York State. *JAMA*. 2020 Jun 23;323(24):2493-2502. doi: 10.1001/jama.2020.8630. PMID: 32392282; PMCID: PMC7215635.
- 89 Mahévas M, Tran VT, Roumier M, Chabrol A, Paule R, Guillaud C, Fois E, Lepeule R, Szwebel TA, Lescure FX, Schlemmer F, Matignon M, Khellaf M, Crickx E, Terrier B, Morbieu C, Legendre P, Dang J, Schoindre Y, Pawlotsky JM, Michel M, Perrodeau E, Carlier N, Roche

N, de Lastours V, Ourghanlian C, Kerneis S, Ménager P, Mouthon L, Audureau E, Ravaud P, Godeau B, Gallien S, Costedoat-Chalumeau N. Clinical efficacy of hydroxychloroquine in patients with covid-19 pneumonia who require oxygen: observational comparative study using routine care data. *BMJ*. 2020 May 14;369:m1844. doi: 10.1136/bmj.m1844. Erratum in: *BMJ*. 2020 Jun 18;369:m2328. PMID: 32409486; PMCID: PMC7221472.

90 Tang W, Cao Z, Han M, Wang Z, Chen J, Sun W, Wu Y, Xiao W, Liu S, Chen E, Chen W, Wang X, Yang J, Lin J, Zhao Q, Yan Y, Xie Z, Li D, Yang Y, Liu L, Qu J, Ning G, Shi G, Xie Q. Hydroxychloroquine in patients with mainly mild to moderate coronavirus disease 2019: open label, randomised controlled trial. *BMJ*. 2020 May 14;369:m1849. doi: 10.1136/bmj.m1849. PMID: 32409561; PMCID: PMC7221473.

91 Boulware DR, Pullen MF, Bangdiwala AS, Pastick KA, Lofgren SM, Okafor EC, Skipper CP, Nascene AA, Nicol MR, Abassi M, Engen NW, Cheng MP, LaBar D, Lothar SA, MacKenzie LJ, Drobot G, Marten N, Zarychanski R, Kelly LE, Schwartz IS, McDonald EG, Rajasingham R, Lee TC, Hullsiek KH. A Randomized Trial of Hydroxychloroquine as Postexposure Prophylaxis for Covid-19. *N Engl J Med*. 2020 Aug 6;383(6):517-525. doi: 10.1056/NEJMoa2016638. Epub 2020 Jun 3. PMID: 32492293; PMCID: PMC7289276.

- 92 Watanabe, M. Efficacy of Hydroxychloroquine as Prophylaxis for Covid-19. Preprint | arXiv | 2020 | ID: arXiv:2007.09477v2.
- 93 Billett HH, Reyes-Gil M, Szymanski J, Ikemura K, Stahl LR, Lo Y, Rahman S, Gonzalez-Lugo JD, Kushnir M, Barouqa M, Golestaneh L, Bellin E. Anticoagulation in COVID-19: Effect of Enoxaparin, Heparin, and Apixaban on Mortality. *Thromb Haemost.* 2020 Dec;120(12):16911699. doi: 10.1055/s-0040-1720978. Epub 2020 Nov 13. PMID: 33186991
- 94 Abella et al. Efficacy and Safety of Hydroxychloroquine vs Placebo for Pre-exposure SARSCoV-2 Prophylaxis Among Health Care Workers. *JAMA Internal Medicine*, doi:10.1001/jamainternmed.2020.6319
- 95 Radha Rajasingham, Ananta S Bangdiwala, Melanie R Nicol, Caleb P Skipper, Katelyn A Pastick, Margaret L Axelrod, Matthew F Pullen, Alanna A Nascene, Darlisha A Williams, Nicole W Engen, Elizabeth C Okafor, Brian I Rini, Ingrid A Mayer, Emily G McDonald, Todd C Lee, Peter Li, Lauren J MacKenzie, Justin M Balko, Stephen J Dunlop, Katherine H Hullsiek, David R Boulware, Sarah M Lofgren, COVID PREP team, Hydroxychloroquine as Pre-exposure Prophylaxis for Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) in Healthcare Workers: A Randomized Trial, *Clinical Infectious Diseases*, 2020;, ciaa1571, doi.org/10.1093/cid/ciaa1571
- 96 Mitjà O, Corbacho-Monné M, Ubals M, Tebe C, Peñafiel J, Tobias A, Ballana E, Alemany A, Riera-Martí N, Pérez CA, Suñer C, Laporte P, Admella

P, Mitjà J, Clua M, Bertran L, Sarquella M, Gavilán S, Ara J, Argimon JM, Casabona J, Cuatrecasas G, Cañadas P, Elizalde-Torrent A, Fabregat R, Farré M, Forcada A, Flores-Mateo G, Muntada E, Nadal N, Narejos S, Gil-Ortega AN, Prat N, Puig J, Quiñones C, Reyes-Ureña J, Ramírez-Viaplana F, Ruiz L, Riveira-Muñoz E, Sierra A, Velasco C, Vivanco-Hidalgo RM, Sentís A, G-Beiras C, Clotet B, Vall-Mayans M; BCN PEP-CoV-2 RESEARCH GROUP. Hydroxychloroquine for Early Treatment of Adults with Mild Covid-19: A Randomized-Controlled Trial. *Clin Infect Dis*. 2020 Jul 16:ciaa1009. doi: 10.1093/cid/ciaa1009. Epub ahead of print. PMID: 32674126; PMCID: PMC7454406.

97 Xabier García-Albéniz, Julia del Amo, Rosa Polo, José Miguel Morales-Asencio, Miguel A Hernán. Systematic review and meta-analysis of randomized trials of hydroxychloroquine for the prevention of COVID-19.

medRxiv 2020.09.29.20203869; doi: <https://doi.org/10.1101/2020.09.29.20203869>

98 Hu, B., Guo, H., Zhou, P. *et al*. Characteristics of SARS-CoV-2 and COVID-19. *Nat Rev Microbiol* **19**, 141–154 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41579-020-00459-7>

99 David C. Fajgenbaum, M.D., and Carl H. June, M.D. Cytokine Storm. *N Engl J Med* 2020;383:2255-73. DOI: 10.1056/NEJMra2026131

100 Otavio T Ranzani, Leonardo S L Bastos, João Gabriel M Gelli, Janaina F Marchesi, Fernanda Baião, Silvio Hamacher, Fernando A Bozza. Characterisation of the first 250000 hospital admissions for COVID-19 in Brazil:

a retrospective analysis of nationwide data. *Lancet Respir Med* 2021 Published Online January 15, 2021 [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(20\)30560-9](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(20)30560-9).

101 Meltzer DO, Best TJ, Zhang H, Vokes T, Arora V, Solway J. Association of Vitamin D Status and Other Clinical Characteristics With COVID-19 Test Results. *JAMA Netw Open*. 2020;3(9):e2019722.

102 Efficacy of Colchicine in Non-Hospitalized Patients with COVID-19
Jean-Claude Tardif, Nadia Bouabdallaoui, Philippe L. L'Allier, Daniel Gaudet, Binita Shah, Michael H. Pillinger, Jose Lopez-Sendon, Protasio da Luz, Lucie Verret, Sylvia Audet, Jocelyn Dupuis, André Denault, Martin Pelletier, Philippe A. Tessier, Sarah Samson, Denis Fortin, Jean-Daniel Tardif, David Busseuil, Elisabeth Goulet, Chantal Lacoste, Anick Dubois, Avni Y. Joshi, David D. Waters, Priscilla Hsue, Norman E. Lepor, Frédéric Lesage, Nicolas Sainture, Eve Roy-Clavel, Zohar Bassevitch, Andreas Orfanos, Jean C. Grégoire, Lambert Busque, Christian Lavallée, Pierre-Olivier Héту, Jean-Sébastien Paquette, Sylvie Levesque, Mariève Cossette, Anna Nozza, Malorie Chabot-Blanchet, Marie-Pierre Dubé, Marie-Claude Guertin, Guy Boivin, for the COLCORONA Investigators. medRxiv 2021.01.26.21250494;

103 The ECLA PHRI COLCOVID Trial.
<https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NCT04328480>.

104 Deftereos SG, Giannopoulos G, Vrachatis DA, et al. Effect of Colchicine vs Standard Care on Cardiac and Inflammatory Biomarkers and Clinical Outcomes in Patients Hospitalized With Coronavirus Disease 2019: The GRECCO-19 Randomized Clinical Trial. *JAMA Netw Open*. 2020;3(6):e2013136.

105 Maria IF Lopes, Letícia P Bonjorno, Marcela C Giannini, Natália B Amaral, Maíra N Benatti, Uebe C Rezek, Laerte L Emrich Filho, Betânia AA

Sousa, Sérgio CL Almeida, Rodrigo Luppino-Assad, Flávio P Veras, Ayda Schneider, Tamara S Rodrigues, Luiz OS Leiria, Larissa D Cunha, José C Alves-Filho, Thiago M Cunha, Eurico Arruda, Carlos H Miranda, Antonio Pazin-Filho, Maria A Martins, Marcos C Borges, Benedito AL Fonseca, Valdes R Bollela, Cristina M Del-Ben, Fernando Q Cunha, Dario S Zamboni, Rodrigo C Santana, Fernando C Vilar, Paulo Louzada-Junior, Renê DR Oliveira. Beneficial effects of colchicine for moderate to severe COVID-19: an interim analysis of a randomized, double-blinded, placebo controlled clinical trial. medRxiv 2020.08.06.20169573; doi.org/10.1101/2020.08.06.20169573.

106 Farhad Salehzadeh, Farhad Pourfarzi, Sobhan Ataei et al. The Impact of Colchicine on The COVID-19 Patients; A Clinical Trial Study, 21 September 2020, PREPRINT (Version 1) available at Research Square [https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-69374/v1].

107 Scarsi M, Piantoni S, Colombo E, Airó P, Richini D, Miclini M, Bertasi V, Bianchi M, Bottone D, Civelli P, Cotelli MS, Damiolini E, Galbassini G, Gatta D, Ghirardelli ML, Magri R, Malamani P, Mendeni M, Molinari S, Morotti A, Salada L, Turla M, Vender A, Tincani A, Brucato A, Franceschini F, Furloni R, Andreoli L. Association between treatment with colchicine and improved survival in a single-centre cohort of adult hospitalised patients with COVID-19 pneumonia and acute respiratory distress syndrome. *Ann Rheum Dis*. 2020 Oct;79(10):1286-1289. doi: 10.1136/annrheumdis-2020-217712. Epub 2020 Jul 30. PMID: 32732245; PMCID: PMC7509521.

108 Brunetti L, Diawara O, Tsai A, Firestein BL, Nahass RG, Poiani G, Schlesinger N. Colchicine to Weather the Cytokine Storm in Hospitalized

Patients with COVID-19. J Clin Med. 2020 Sep 14;9(9):2961. doi: 10.3390/jcm9092961. PMID: 32937800; PMCID: PMC7565543.

109 Ou T, Mou H, Zhang L, Ojha A, Choe H, Farzan M (2021) Hydroxychloroquine-mediated inhibition of SARS-CoV-2 entry is attenuated by TMPRSS2. PLoS Pathog 17(1): e1009212. <https://doi.org/10.1371/journal.ppat.1009212>.

110 Wilfredo F. Garcia-Beltran et al. COVID-19-neutralizing antibodies predict disease severity and survival. Cell. Vol.184, Issue 2, P476-488.E11. December 15, 2020.

111 EVIDENCE-BASED MEDICINE WORKING GROUP, 1992. Evidence-based medicine: A new approach to teaching the practice of medicine. JAMA, 268: 2420-2425.

112 Sackett David L, Rosenberg William M C, Gray J A Muir, Haynes R Brian, Richardson W Scott. Evidence based medicine: what it is and what it isn't BMJ 1996; 312 :71

113 Agoritsas T, Merglen A, Heen AF, et al. UpToDate adherence to GRADE criteria for strong recommendations: an analytical survey. BMJ Open 2017;7:e018593. doi: 10.1136/bmjopen-2017-018593.

114 Abdur Rahman Khan, Sobia Khan, Valerie Zimmerman, Larry M. Baddour, Imad M. Tleyjeh, Quality and Strength of Evidence of the Infectious Diseases Society of America Clinical Practice Guidelines, Clinical Infectious Diseases, Volume 51, Issue 10, 15 November 2010, Pages 1147–1156,

115 Adam S. Barnett, MD; William R. Lewis, MD; Michael E. Field, MD; Gregg C. Fonarow, MD; Bernard J. Gersh, MB, ChB, DPhil; Richard L. Page, MD; Hugh Calkins, MD; Benjamin A. Steinberg, MD; Eric D. Peterson, MD;

Jonathan P. Piccini, MD, MHS. Quality of Evidence Underlying the American Heart Association/American College of Cardiology/Heart Rhythm. Society Guidelines on the Management of Atrial Fibrillation. *JAMA Cardiol.* 2017;2(3):319-323

116 Tricoci P, Allen JM, Kramer JM, Califf RM, Smith SC Jr. Scientific evidence underlying the ACC/AHA clinical practice guidelines. *JAMA.* 2009;301(8):831-841.

117 Meyer C, Bowers A, Wayant C, et al. Scientific evidence underlying the American College of Gastroenterology's clinical practice guidelines. *PLoS One.* 2018;13(10):e0204720.

118 Duarte-García A, Zamore R, Wong JB. The evidence basis for the American College of Rheumatology practice guidelines. *JAMA Intern Med.* 2018;178(1):146-148

119 Lee DH, Vielemeyer O. Analysis of overall level of evidence behind Infectious Diseases Society of America practice guidelines. *Arch Intern Med.* 2011;171(1):18-22.

120 Poonacha TK, Go RS. Level of scientific evidence underlying recommendations arising from the National Comprehensive Cancer Network clinical practice guidelines. *J Clin Oncol.* 2011;29(2):186-191.

121 Wright JD, Pawar N, Gonzalez JS, et al. Scientific evidence underlying the American College of Obstetricians and Gynecologists' practice bulletins. *Obstet Gynecol.* 2011;118(3):505-512.

122 Koh C, Zhao X, Samala N, Sakiani S, Liang TJ, Talwalkar JA. AASLD clinical practice guidelines: a critical review of scientific

evidence and evolving recommendations. *Hepatology*. 2013;58(6):2142-2152.

123 Feuerstein JD, Akbari M, Gifford AE, et al. Systematic review: the quality of the scientific evidence and conflicts of interest in international inflammatory bowel disease practice guidelines. *Aliment Pharmacol Ther*. 2013;37(10):937-946

124 Feuerstein JD, Akbari M, Gifford AE, et al. Systematic analysis underlying the quality of the scientific evidence and conflicts of interest in interventional medicine subspecialty guidelines. *Mayo Clin Proc*. 2014;89(1):16-24

6. ANEXOS

I - Avaliação ponderada dos estudos negativos ou neutros sobre cloroquina/hidroxicloroquina

Uma importante questão na tomada da decisão terapêutica é evitar a leitura seletiva de algumas evidências, ao invés de revisá-las como um todo. Isto pode ser devido à uma tendência natural ao chamado “viés de confirmação”, ou cherry picking, ou simplesmente pela publicação seletiva apenas de estudos que apontem para uma direção (ver viés de publicação, na seção sobre a inclusão de estudos pre print). Para evitar tal questão, foram incluídos alguns estudos pivotais negativos sobre tratamento inicial, apontando quais falhas em sua metodologia impedem a confirmação da hipótese de nulidade (quando o tratamento inicial teria sua eficácia comprovadamente excluída). Cabe ressaltar que os estudos ditos “negativos”, são, em realidade, “neutros” em sua maioria, já que não encontraram “malefício” com a estratégia. Dessa forma, mesmo a inclusão dos mesmos, não violaria o princípio fundamental da “não maleficência”.

- 1) Mitjà O et al. **Hydroxychloroquine for Early Treatment of Adults with Mild Covid-19: A Randomized-Controlled Trial.** *Clin Infect Dis.* 2020 Jul 16;ciaa1009. doi: 10.1093/cid/ciaa1009. Epub ahead of print. PMID: 32674126; PMCID: PMC7454406.

Potenciais problemas- estudo com falta de mascaramento por placebo que abrangeu pacientes de menor risco e doença leve, onde nenhum dos dois

grupos (experimental e controle) provavelmente evoluísse para doença grave ou para complicações crônicas com um seguimento curto. Grupos de intervenção e controle não apresentaram igualdade de composição, diferindo de formas que tendem a ofuscar eventuais efeitos positivos do tratamento (pacientes da intervenção eram mais frequentemente do sexo feminino e menos propensos a histórico de exposição doméstica ou a serem trabalhadores de saúde).

A carga viral foi aferida por meio de quantidades desiguais de tecidos e sem confirmação de viabilidade em cultivos celulares. Houve um erro de cálculo quanto às hospitalizações o qual, quando corrigido, aponta tendência de redução em função do tratamento. Houve diferença favorável ao tratamento em termos da redução de sintomas, mas isso não foi publicado.

- 2) *Cavalcanti AB et al. Hydroxychloroquine with or without Azithromycin in Mild-to-Moderate Covid-19. New England Journal of Medicine, 2020, 383(21), 2041-2052. DOI: 10.1056/NEJMoa2019014.*

Apesar da menção a casos "leves a moderados", trata-se de estudo com pacientes em estágio avançado e até hospitalizados, com tempo desde o início dos sintomas variando de 02 a 14 dias, havendo ainda inclusão de pacientes com hipóxia em VNI e em vias de intubação. Uso de doses acima do recomendado, produzindo, por tautologia experimental, uma elevação artificial da incidência de efeitos adversos. Trata-se de um dos estudos mais problemáticos publicados até hoje, que, apesar de já ter se retratado com 17 correções, continua com uma série de graves erros além dos já apontados:

a) Os pacientes do grupo controle tomaram medicamentos de teste antes (9,3% de hidroxicloroquina; 36,1% de azitromicina) e após (7,2% de hidroxicloroquina; 12% de azitromicina, pelo menos uma dose em 7 dias) da randomização, e como não sabemos quantos deles tomaram hidroxicloroquina e / ou azitromicina antes e depois da randomização, os pacientes de controle que tomaram medicamentos de teste durante o curso da doença podem variar de 36,1% (controles que tomaram azitromicina antes da randomização) a $9,3 + 36,1 + 7,2 + 12 = 64,6\%$ (considerando que diferentes pacientes tomaram hidroxicloroquina ou azitromicina antes ou após a randomização).

Uma proporção tão alta quanto esta de pacientes no grupo de controle tomando medicamentos de teste é inaceitável em um ensaio clínico. Além disso, o fato de pacientes hospitalizados randomizados para o grupo controle terem feito uso de medicamentos de teste durante o ensaio levanta dúvidas sobre a capacidade dos pesquisadores de realizar o referido ensaio clínico: o medicamento foi prescrito por médicos que desconheciam o ensaio clínico ou foi contrabandeado no quarto do paciente e confessado pelos pacientes aos pesquisadores ao serem questionados?

b) A randomização foi realizada em blocos de 6 entre 55 instituições [entender melhor como é essa randomização em bloco de 6: <https://www.youtube.com/watch?v=2QPILo4zVQY>]. Essas instituições diferem muito no padrão de atendimento, desde hospitais públicos com recursos limitados (CEPON, Hospital Florianópolis) e instituições filantrópicas (Casa de Caridade de Carangola) até hospitais caros classificados em 1º e 2º na América Latina, como o Hospital Albert Einstein e Hospital Sírio Libanês. A discrepância

no padrão de atendimento apresenta um alto nível de ruído nas comparações. Ainda assim, 9 instituições contribuíram com apenas 1 paciente, levantando dúvidas sobre os critérios utilizados para o recrutamento de pacientes e instituições conveniadas.

c) O ensaio foi aberto e, como consequência, os médicos administraram significativamente mais outros tratamentos ao grupo de controle, como pode ser visto na tabela S6 ("nenhum outro antiviral, antibiótico ou corticosteróide", hidroxiclороquina + azitromicina, 19,2%; controle, 10,4%, bicaudal $p = 0,02$). Essa assimetria equivale à perda dos benefícios da randomização, uma vez que os grupos foram tratados de forma diferente pelos médicos.

d) Os critérios de inclusão / exclusão não selecionaram adequadamente a doença leve / moderada: apesar da mediana de 7 dias após o início dos sintomas, todos os pacientes foram hospitalizados (em um momento durante as pandemias em que os critérios de hospitalização eram mais graves devido a um número esmagador de casos); 13,8% foram recrutados na UTI (tabela 1); 41,8% estavam recebendo oxigênio suplementar (tabela 1); 54,96% PCR + estavam recebendo Ceftriaxona (tabela S3, um medicamento que não é administrado em casos leves; 53,98% se considerarmos tanto PCR + quanto PCR-, tabela S4).

e) O número de perda de pacientes no seguimento (follow up) foi de zero, o que soa inverossímil mesmo ao melhor dos estudos, colocando sob suspeição que, em um ensaio aberto, possa ter havido seleção de pacientes.

3) *Geleris J et al. **Observational Study of Hydroxychloroquine in***

Hospitalized Patients with Covid-19. N Engl J Med. 2020 Jun

18;382(25):2411-2418. doi: 10.1056/NEJMoa2012410. Epub 2020 May 7.

PMID: 32379955; PMCID: PMC7224609.

Estudo observacional com pacientes já hospitalizados e apresentando ainda viés de seleção desfavorável ao braço da intervenção, particularmente pacientes mais graves e hipoxêmicos. Ainda assim, houve redução dos desfechos de intubação ou morte de 32.3% para 14.9%, com significado estatístico, mas isso foi eliminado por múltiplas ponderações e ajustes posteriores envolvendo uma dúzia de variáveis adicionais.

4) *Borba MGS et al. **Effect of High vs Low Doses of Chloroquine Diphosphate***

as Adjunctive Therapy for Patients Hospitalized With Severe Acute

Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) Infection: A

Randomized Clinical Trial. JAMA Netw Open. 2020 Apr 24;3(4):e208857. doi:

10.1001/jamanetworkopen.2020.8857. PMID: 32330277.

Estudo com doses várias vezes acima do recomendado e impossíveis de se justificar, produzindo, por tautologia experimental, elevada quantidade de óbitos no braço de dose mais alta. Todos os cinco cardiopatas na investigação foram alocados para o braço de intervenção com dose alta, um evento cuja baixa probabilidade de ocorrer ao acaso (3.1%) sugere ter havido problema na randomização, elevando ainda mais a quantidade de mortes.

- 5) **Rosenberg ES et al. Association of Treatment With Hydroxychloroquine or Azithromycin With In-Hospital Mortality in Patients With COVID-19 in New York State. JAMA. 2020 Jun 23;323(24):2493-2502. doi: 10.1001/jama.2020.8630. PMID: 32392282; PMCID: PMC7215635.**

Estudo retrospectivo comparando grupos desiguais em relação a sociodemografia e estado de saúde, com viés de seleção em desfavor dos braços de intervenção com HCQ em termos de sexo, idade, obesidade, doença pulmonar crônica, diabetes, doença cardiovascular, saturação de oxigênio, febre, creatinina, AST e achados torácicos anormais.

- 6) **Mahévas et al. Clinical efficacy of hydroxychloroquine in patients with covid-19 pneumonia who require oxygen: observational comparative study using routine care data. BMJ. 2020 May 14;369:m1844. doi: 10.1136/bmj.m1844. Erratum in: BMJ. 2020 Jun 18;369:m2328. PMID: 32409486; PMCID: PMC7221472.**

Estudo retrospectivo pequeno somente com pacientes graves necessitando oxigênio (mas não terapia intensiva), com viés de seleção em desfavor do braço de intervenção em relação a doença respiratória crônica, insuficiência renal crônica e, marginalmente, insuficiência cardíaca crônica.

- 7) Tang W et al. **Hydroxychloroquine in patients with mainly mild to moderate coronavirus disease 2019: open label, randomised controlled trial.** *BMJ.* 2020 May 14;369:m1849. doi: 10.1136/bmj.m1849. PMID: 32409561; PMCID: PMC7221473.

Estudo clínico prospectivo controlado pequeno que, apesar da menção a casos "leves a moderados", envolveu principalmente pacientes com doença adiantada, tendo a randomização ocorrido, em média, apenas no 16º dias após os sintomas. Além disso, foram usadas doses bastante acima do recomendado.

- 8) Mehra MR et al. **Retraction-Hydroxychloroquine or chloroquine with or without a macrolide for treatment of COVID-19: a multinational registry analysis.** *Lancet.* 2020 Jun 13;395(10240):1820. doi: 10.1016/S01406736(20)31324-6. Epub 2020 Jun 5. PMID: 32511943; PMCID: PMC7274621.

Estudo observacional de casos graves com viés de seleção no braço experimental, sendo retirado de publicação após 12 dias devido a inconsistências, vaguezas e falta de transparência nos dados.

- 9) Boulware DR et al. **A Randomized Trial of Hydroxychloroquine as Postexposure Prophylaxis for Covid-19.** *N Engl J Med.* 2020 Aug 6;383(6):517-525. doi: 10.1056/NEJMoa2016638. Epub 2020 Jun 3. PMID: 32492293; PMCID: PMC7289276.

Estudo prospectivo de profilaxia pós exposição com diversos problemas metodológicos, incluindo apenas 10% de pacientes com diagnóstico via RTPCR, placebo não cego com um agente de conhecida ação antiviral e apenas

44% dos participantes com efetivo contato com pessoas positivas no RT-PCR. No subgrupo dos que efetivamente tiveram contato com pessoas RT-PCR +, houve efeito protetor (mas esse achado não foi revelado pelo autor na publicação original). Além disso, quando a análise é feita com base no momento da instituição da profilaxia após a exposição, principal variável determinante de sucesso em profilaxias com antivirais, encontrou-se benefício ainda maior, fortalecendo a plausibilidade de ação protetora⁹².

10) Skipper CP et al. **Hydroxychloroquine in Nonhospitalized Adults With Early COVID-19: A Randomized Trial**. Ann Intern Med. 2020 Oct 20;173(8):623-631. doi: 10.7326/M20-4207. Epub 2020 Jul 16. PMID: 32673060; PMCID: PMC7384270.

Estudo prospectivo, duplo cego, randomizado onde 42% dos participantes não foram sujeitos a RT-PCR, houve uma quantidade insuficiente de casos de internação a serem avaliados (n=14), cerca de 23% dos pacientes não aderiram ao tratamento, o placebo foi um agente com propriedades antivirais conhecidas e não houve relatos de eventos adversos. Na análise dos pacientes que verdadeiramente tomaram ao menos 75% da dose do estudo, houve

benefício no desfecho clínico. Este dado foi apresentado apenas como tabela em anexo.

11) Furtado, R. et al. **Azithromycin in addition to standard of care versus standard of care alone in the treatment of patients admitted to the hospital with severe COVID-19 in Brazil (COALITION II): a randomised clinical trial.** Lancet. Vol. 396, ISSUE 10256, P959-967, OCTOBER 03, 2020

Pequeno ECR comparando a adição de Azitromicina para pacientes em estágio muito avançado de doença, em ventilação ou oxigênio. Nenhuma diferença significativa foi encontrada, com OR 1,36 e $p = 0,11$. Um resultado notável é que, mesmo dentro dessa população em estágio extremamente avançado de doença, os dados sugerem maior eficácia com a adição de Azitromicina para pacientes com uso prévio de Azitromicina e HCQ, com OR 0,71, $p = 0,28$. Os pacientes receberam um total de 8g de HCQ em 10 dias, muito acima do recomendável, aproximando-se dos altos níveis usados no estudo RECOVERY (9,2g em 10 dias), mostrando significativamente mais eventos adversos do que estudos típicos. 40% de mortalidade no braço de estudo. Como todos os pacientes estavam em HCQ, este estudo não fornece informações sobre a eficácia do HCQ.

II - Avaliação ponderada de estudos envolvendo outras drogas propostas para o tratamento da COVID-19:

a) Tocilizumabe:

Trata-se de um fármaco bloqueador do receptor da interleucina 6, cuja proposta seria impedir a cascata inflamatória e a tempestade de citocinas que resulta na Síndrome Respiratória Aguda Grave. Medicamento usado em doenças reumatológicas com efeito anti-inflamatório, porém tem apresentado resultado ineficiente para o tratamento de casos hospitalizados e/ou graves de COVID-19, com pelo menos três grandes ECT demonstrando ausência de benefício com essa intervenção, mas um ECT, o REMAP-CAP, em resultados preliminares mostrou algum benefício no grupo de pacientes graves (que necessitam de ventilação mecânica ou suporte cardiovascular) que iniciam tratamento com menos de 24h de internação em UTI (redução de risco de mortalidade de 36% para 28%). A própria fabricante, em seu ECT (COVACTA) retirou a recomendação de seu uso para a COVID-19 (<https://www.roche.com/investors/updates/inv-update-2020-07-29.htm>, acessado em 18 de fevereiro de 2021). Não recomendamos a adoção desse tratamento como rotina, exceto em casos clínicos selecionados, de acordo com a autonomia médica, até novos estudos elucidarem mais o papel dessa droga.

Referências:

- 1 Stone JH, Frigault MJ, Serling-Boyd NJ, et al. Efficacy of tocilizumab in patients hospitalized with COVID-19. N Engl J Med. 2020;383(24):2333-2344..
- 2 Hermine O, Mariette X, Tharaux PL, et al. Effect of tocilizumab vs usual care in adults hospitalized with COVID-19 and moderate or severe pneumonia: a randomized clinical trial. JAMA Intern Med. 2021;181(1):32-40.

- 3 Gupta S, Wang W, Hayek SS, et al. Association between early treatment with tocilizumab and mortality among critically ill patients with COVID-19. *JAMA Intern Med.* 2021;181(1):41-51.
- 4 Veiga, V. et al. Effect of tocilizumab on clinical outcomes at 15 days in patients with severe or critical coronavirus disease 2019: randomised controlled trial. *BMJ* 2021; 372 doi: <https://doi.org/10.1136/bmj.n84> (Published 20 January 2021).
- 5 Rosas I, Bräu N, Waters M, et al. Tocilizumab in hospitalized patients with COVID-19 pneumonia. *medRxiv.* 2020.
- 6 Salama C, Han J, Yau L, et al. Tocilizumab in patients hospitalized with COVID-19 pneumonia. *N Engl J Med.* 2020.
- 7 The REMAP-CAP Investigators, Gordon AC, Mouncey PR, et al. Interleukin-6 receptor antagonists in critically ill patients with COVID-19—preliminary report. *medRxiv.* 2021.
- 8 Salvarani C, Dolci G, Massari M, et al. Effect of tocilizumab vs standard care on clinical worsening in patients hospitalized with COVID-19 pneumonia: a randomized clinical trial. *JAMA Intern Med.* 2021;181(1):24-31.

b) Remdesivir:

Trata-se de fármaco antiviral que tem o objetivo teórico de inibir a polimerase viral e, com isso, impedir a replicação do vírus SARSCov-2. Foi uma das primeiras drogas a serem testadas e estudadas no combate ao COVID-19, porém todos os ECTs e estudos observacionais importantes não mostraram benefício significativo com o uso dessa droga, sendo que a própria OMS, após o resultado do seu ECT Solidarity, recomendou a descontinuidade do uso dessa medicação para COVID-19 (<https://www.paho.org/pt/noticias/19-11-2020-grupo-desenvolvimento->

diretrizes-da-oms-desaconselha-uso-remdesivir-para-covid, acessado pela última vez em 15 de fevereiro de 2021). O ACTT-2 estudou Remdesivir com Baricitinibe, um inibidor de JAK - Janus Kinase - 1 e 2 versus Remdesivir monoterapia, e achou discretíssima melhora da combinação de drogas (01 dia a menos de internação no geral, 08 dias no subgrupo que ficou sob alta pressão de oxigênio, com IC limítrofe), mas como interpretar um ensaio de um medicamento mais Remdesivir versus Remdesivir sozinho quando você não sabe se Remdesivir funciona? Portanto a nossa recomendação é a de não usar essa droga no tratamento da COVID-19, respeitada a autonomia médica em casos justificados.

Referências:

- 1 Beigel JH, Tomashek KM, Dodd LE, et al. Remdesivir for the treatment of COVID-19—final report. N Engl J Med. 2020.
- 2 Wang Y, Zhang D, Du G, et al. Remdesivir in adults with severe COVID-19: a randomised, double-blind, placebo-controlled, multicentre trial. Lancet. 2020;395(10236):1569-1578.
- 3 WHO Solidarity Trial Consortium, Pan H, Peto R, et al. Repurposed antiviral drugs for COVID-19—interim WHO Solidarity Trial results. N Engl J Med. 2020.
- 4 Spinner CD, Gottlieb RL, Criner GJ, et al. Effect of remdesivir vs standard care on clinical status at 11 days in patients with moderate COVID-19: a randomized clinical trial. JAMA. 2020;324(11):1048-1057.
- 5 Goldman JD, Lye DCB, Hui DS, et al. Remdesivir for 5 or 10 days in patients with severe COVID-19. N Engl J Med. 2020.

- 6 Wang M, Cao R, Zhang L, et al. Remdesivir and chloroquine effectively inhibit the recently emerged novel coronavirus (2019-nCoV) in vitro. Cell Res. 2020;30(3):269-271.
- 7 Najeeb Ullah, Khurshid A Khan, Javeid Iqbal , Bilal Bin Younis , Muhammad Asim Rana , Mohsin Asif , Aijaz Zeeshan Khan Chachar , Falak Shan. Efficacy of Remdesivir in Covid-19 Patients; Multicenter Study in Lahore. International Journal of Sciences. Nov 2020. DOI: 10.18483/ijSci.2417; Online ISSN: 2305-3925; Print ISSN: 2410-4477.
- 8 Williamson BN, Feldmann F, Schwarz B, et al. Clinical benefit of remdesivir in rhesus macaques infected with SARS-CoV-2. Nature. 2020.
- 9 Burwick RM, Yawetz S, Stephenson KE, et al. Compassionate use of remdesivir in pregnant women with severe COVID-19. Clin Infect Dis. 2020.
- 10 Andre C. Kalil, M.D., M.P.H., Thomas F. Patterson, M.D., Aneesh K. Mehta, M.D., Kay M. Tomashek, M.D., M.P.H., Cameron R. Wolfe, M.B., B.S., M.P.H., Varduhi Ghazaryan, M.D., Vincent C. Marconi, M.D., Guillermo M. Ruiz-Palacios, M.D., Lanny Hsieh, M.D., Susan Kline, M.D., Victor Tapson, M.D., Nicole M. Iovine, M.D., Ph.D., for the ACTT-2 Study Group Members. Baricitinib plus Remdesivir for Hospitalized Adults with Covid-19. NEJM December 11, 2020, and updated on January 5, 2021, at NEJM.org. DOI: 10.1056/NEJMoa2031994.

c) Plasma Convalescente:

O plasma de doadores que se recuperaram de COVID-19 poderia conter anticorpos contra a síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2) que poderiam ajudar a suprimir o vírus e modificar a resposta inflamatória. Essa

é a base do uso dessa terapia. Porém, apesar de alguns estudos menores promissores, vários ECTs derrubaram a tese, demonstrando a total ineficácia dessa terapêutica. Além disso, existe o risco desse tratamento causar imunossupressão de longo prazo e até mesmo induzir mutações no SARS-CoV-2. Em virtude disso, recomendamos fortemente o não-uso de plasma convalescente no tratamento do COVID-19 de forma clínica e a suspensão da prática de coleta de plasma convalescente por hemocentros, exceto no campo da pesquisa experimental, nos termos da Resolução CFM 1982/2012, em locais com estrutura para contenção biológica microbiana com isolamento N95.

Referências:

- 1 Agarwal A, Mukherjee A, Kumar G, et al. Convalescent plasma in the management of moderate COVID-19 in India: an open-label parallel-arm phase II multicentre randomized controlled trial (PLACID Trial). *BMJ* 2020;371:m3939 doi: 10.1136/bmj.m3939
- 2 Wang X, Guo X, Xin Q, et al. Neutralizing antibodies responses to SARS-CoV-2 in COVID-19 inpatients and convalescent patients. *Clin Infect Dis*. 2020.
- 3 Gharbharan A, Jordans CCE, GeurtsvanKessel C, et al. Convalescent plasma for COVID-19: a randomized clinical trial. *medRxiv*. 2020;Preprint.
- 4 Li L, Zhang W, Hu Y, et al. Effect of convalescent plasma therapy on time to clinical improvement in patients with severe and life-threatening COVID-19: a randomized clinical trial. *JAMA*. 2020.
- 5 Joyner MJ, Senefeld JW, Klassen SA, et al. Effect of convalescent plasma on mortality among hospitalized patients with COVID-19: initial three-month experience. *medRxiv*. 2020.

- 6 Liu STH, Lin HM, Baine I, et al. Convalescent plasma treatment of severe COVID-19: a propensity score-matched control study. Nat Med. 2020.
- 7 Avanzato VA, Matson MJ, Seifert SN, et al. Case Study: Prolonged Infectious SARS-CoV-2 Shedding from an Asymptomatic Immunocompromised Individual with Cancer. Cell 2020; 183: 1901-1912.e9.
- 8 Bazykin GA, Stanevich O, Danilenko D, Fadeev A, Komissarova K, Ivanova A, Sergeeva M, Safina K, Nabieva E, Klink G, Garushyants S, Zabutova J, Kholodnaia A, Skorokhod I, Ryabchikova VV, Komissarov A, Lioznov D. Emergence of Y453F and Δ 69-70HV mutations in a lymphoma patient with long-term COVID-19. Virological.org in: <https://virological.org/t/emergence-of-y453f-and-69-70hv-mutations-in-a-lymphoma-patient-with-long-term-covid-19/580/1>

d) Anticorpo monoclonal:

São anticorpos produzidos artificialmente por bioengenharia para bloquear a ação do SARSCov2. O LY-CoV555 (Bamlanivimab) e o LY-CoV016 (Etesevimab) são dois anticorpos neutralizantes do SARS-CoV-2 que se ligam a regiões complementares da proteína spike do SARS-CoV-2. Os estudos estão investigando seu uso em monoterapia e em combinação. O REGN-COV2 é um "coquetel de anticorpos" artificial projetado para produzir resistência ao coronavírus SARS-CoV-2. Consiste em uma mistura de dois anticorpos monoclonais. A combinação de anticorpos tem como objetivo evitar o escape mutacional. Até agora, os ECTs dessas drogas fracassaram em mostrar resultados favoráveis em pacientes internados e/ou graves, porém quando administrados precocemente, parecem ter alguma eficácia. Um estudo

demonstrou significativa redução da carga viral quando o Bamlanivimab foi administrado conjuntamente com o Etesevimab inicialmente nos primeiros 10 dias de sintomas de doença, porém precisa de estudos mais robustos e complementares. Nossa recomendação é que essa droga não tem indicação para uso tardio, hospitalar, porém tem potencial para uso inicial, em pacientes de alto risco, com potencial de piora clínica, devendo ser prescrita de acordo com o caso clínico e respeitando a autonomia médica. Quando houver a indicação, deverá ser prescrita a combinação de Bamlanivimab 700 mg +Etesevimab 1.400 mg, de acordo com as recomendações do FDA americano, seguindo o ECT BLAZE-1 (Chen P et al, NEJM).

Referências:

- 1 ACTIV-3/TICO LY-CoV555 Study Group, Lundgren JD, Grund B, et al. A neutralizing monoclonal antibody for hospitalized patients with COVID-19. *N Eng J Med*, December 22, 2020.
- 2 Weinreich DM, Sivapalasingam S, Norton T, et al. REGN-COV2, a neutralizing antibody cocktail, in outpatients with COVID-19. *N Engl J Med*, December 18, 2020.
- 3 Gottlieb RL, Nirula A, Chen P, et al. Effect of Bamlanivimab as Monotherapy or in Combination With Etesevimab on Viral Load in Patients With Mild to Moderate COVID-19: A Randomized Clinical Trial. *JAMA*. 2021;325(7):632–644. doi:10.1001/jama.2021.0202
- 4 Jiang S, Hillyer C, Du L. Neutralizing antibodies against SARS-CoV-2 and other human coronaviruses. *Trends Immunol*. 2020;41(5):355-359.
- 5 Wang Y, Zhang L, Sang L, et al. Kinetics of viral load and antibody response in relation to COVID-19 severity. *J Clin Invest*. 2020;130(10):5235-5244.

- 6 Ju B, Zhang Q, Ge J, et al. Human neutralizing antibodies elicited by SARS-CoV-2 infection. *Nature*. 2020;584(7819):115-119.
- 7 Wang C, Li W, Drabek D, et al. A human monoclonal antibody blocking SARS-CoV-2 infection. *Nat Commun*. 2020;11(1):2251.
- 8 Cao Y, Su B, Guo X, et al. Potent neutralizing antibodies against SARS-CoV-2 identified by high-throughput single-cell sequencing of convalescent patients' B cells. *Cell*. 2020;182(1):73-84 e16.
- 9 Zost SJ, Gilchuk P, Chen RE, et al. Rapid isolation and profiling of a diverse panel of human monoclonal antibodies targeting the SARS-CoV-2 spike protein. *Nat Med*. 2020;26(9):1422-1427.
- 10 Hansen J, Baum A, Pascal KE, et al. Studies in humanized mice and convalescent humans yield a SARS-CoV-2 antibody cocktail. *Science*. 2020;369(6506):1010-1014.
- 11 Chen P, Nirula A, Heller B, et al. SARS-CoV-2 neutralizing antibody LY-CoV555 in outpatients with COVID-19. *N Engl J Med*. 2020.

e) Lopinavir/Ritonavir:

Fármaco antiviral, inibidor de protease, usado no início da pandemia como tentativa de ataque à replicação viral, está proscrito para uso da COVID-19, todos os estudos grandes e representativos demonstraram a ineficácia dessa terapêutica. Recomendamos o não uso dessa terapêutica, respeitada a autonomia médica.

Referências:

- 1 Marzolini C, Stader F, Stoeckle M, et al. Effect of systemic inflammatory response to SARS-CoV-2 on lopinavir and hydroxychloroquine plasma concentrations. *Antimicrob Agents Chemother.* 2020;64(9).
- 2 Schoergenhofer C, Jilma B, Stimpfl T, Karolyi M, Zoufaly A. Pharmacokinetics of lopinavir and ritonavir in patients hospitalized with coronavirus disease 2019 (COVID-19). *Ann Intern Med.* 2020.
- 3 Group RC. Lopinavir-ritonavir in patients admitted to hospital with COVID-19 (RECOVERY): a randomised, controlled, open-label, platform trial. *Lancet.* 2020.
- 4 WHO Solidarity Trial Consortium, Pan H, Peto R, et al. Repurposed antiviral drugs for COVID-19—interim WHO Solidarity Trial results. *N Engl J Med.* 2020.
- 5 Cao B, Wang Y, Wen D, et al. A trial of lopinavir-ritonavir in adults hospitalized with severe COVID-19. *N Engl J Med.* 2020;382(19):1787-1799.
- 6 Chen J, Xia L, Liu L, et al. Antiviral activity and safety of darunavir/cobicistat for the treatment of COVID-19. *Open Forum Infect Dis.* 2020;7(7):ofaa241.
- 7 Hung IF, Lung KC, Tso EY, et al. Triple combination of interferon beta-1b, lopinavir-ritonavir, and ribavirin in the treatment of patients admitted to hospital with COVID-19: an open-label, randomised, Phase 2 trial. *Lancet.* 2020;395(10238):1695-1704.

III – Mensagem Final

É importante observar que os esforços de pesquisa continuam, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, com novos resultados sendo publicados a cada semana. Tais achados adicionais devem ser periodicamente somados ao corpus do presente documento para se ter uma visão continuamente atualizada. Esses achados foram um conjunto de evidências científicas, que vão desde a mais pobre e fraca (opinião de experts e de sociedades médicas ou científicas) até a mais rica e forte (ECR duplo cego multicêntrico, Revisão Sistemática da Literatura com ECR). Essa miríade de forças de graus de recomendação e de níveis de evidências formam uma pirâmide, conhecida como pirâmide de evidências de Oxford, onde se estratificam cada uma delas. Todas são evidências científicas, não havendo o monopólio da ciência por apenas um tipo de evidência ou um tipo de estudo.

Vale ressaltar que, no atual estado da arte da abordagem inicial do doente com COVID-19, o arcabouço de evidências em prol da existência de substanciais benefícios de se iniciar o tratamento em até cinco dias após o início dos sintomas é muito mais abundante e de melhor qualidade do que essa ou aquela que indica efeitos nulos e/ou prejudiciais, não sendo possível anular todas as evidências favoráveis apenas com um ou outro estudo, devendo haver a análise ponderada de todas as evidências científicas levantadas desde o início da pandemia do novo coronavírus para ocorrer mudanças nas conclusões ora apresentadas.

IV - Participação e Declaração de Conflito de Interesses:

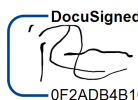
Ricardo Ariel Zimerman, Bruno Campello de Souza, Rute Alves Pereira e Costa e Francisco Eduardo Cardoso Alves declaram não ter conflito de interesses sobre a

matéria desta nota técnica e não terem recebido, sob nenhum título, qualquer vantagem ou remuneração por parte do Ministério Público Federal, bem como de nenhum fabricante dos fármacos citados nesta Nota Técnica.

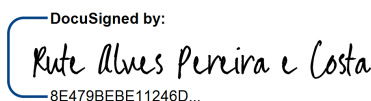
- Organização da Parte Clínica, Diagnóstica e Terapêutica e Análise Técnica de Estudos – Ricardo Ariel Zimmerman e Francisco Eduardo Cardoso Alves.
- Organização da Parte Bioestatística, Técnica Laboratorial, Análise Técnica de Desenhos de Estudos Científicos e Hierarquia de Evidências – Bruno Campello de Souza e Rute Alves Pereira e Costa.

São Paulo, Campinas, Recife e Porto Alegre – Fevereiro de 2021.

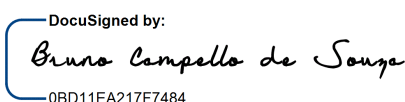
SUBSCREVEM ESTA NOTA TÉCNICA

DocuSigned by:

0F2ADB4B10544F0...

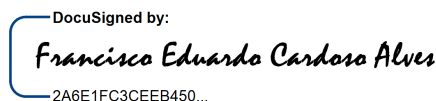
Ricardo Ariel Zimmerman

DocuSigned by:

8E479BEBE11246D...

Rute Alves Pereira e Costa

DocuSigned by:

0BD11EA217F7484...

Bruno Campello de Souza

DocuSigned by:

2A6E1FC3CEEB450...

Francisco Eduardo Cardoso Alves

PGR-00068904/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DA EPIDEMIA COVID19/PGR

Despacho nº 410/2021

Referência: PR-GO-00007901/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Conforme despacho da Coordenadora da 1ª Câmara:

Fazer ofício-circular dando ciência aos Procuradores com Ofícios vinculados à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Atenciosamente,

Brasília, 2 de março de 2021.

FABRICIO DA SILVA BARBOSA
ASSESSOR-CHEFE NIVEL IV

Assinado com login e senha por FABRICIO DA SILVA BARBOSA, em 02/03/2021 19:33. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 10B1E7F8.B3C48E41.BC7967FD.89F62689

PRM-STM-PA-00002160/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência: PGR-00068948/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Junte-se aos autos do PA - PPB - 1.23.002.000271/2020-47 que acompanha os impactos da Covid-19 para comunidades quilombolas nos municípios de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA, para registro.

Santarém, 3 de março de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

PRM-STM-PA-00002185/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 165/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 3 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 03/03/2021 16:18. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3D364D04.A7547B73.C92DCBC0.6FCA9BFD

REITERAÇÃO- MPF - OFÍCIO 165/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: semsa@santarem.pa.gov.br;gap@santarem.pa.gov.br
CO:
Data: quarta-feira - 3/março/2021 16:07
Assunto: REITERAÇÃO- MPF - OFÍCIO 165/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; 2LO0AUS8.img; OFÍCIO-165-2021-SECRETARIA-SAÚDE-STM-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 165/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

Ludmilla Macedo Lima
Técnica do MPU/ Administração
MPF-PRM/Santarém/PA



PRM-STM-PA-00002186/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 166/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 3 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 03/03/2021 16:19. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 25FF15BB.A4F71AC2.89132064.7E6A700F

REITERAÇÃO- MPF - OFÍCIO 166/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br; pmoriximina@oriximina.pa.gov.br; ouvidoria@oriximina.pa.gov.br
CO:
Data: quarta-feira - 3/março/2021 16:11
Assunto: REITERAÇÃO- MPF - OFÍCIO 166/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-166-2021-SECRETARIA-SAÚDE-ORIXIMINÁ-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhora Secretária,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 166/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00002187/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 167/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 3 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 03/03/2021 16:21. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 233591B8.252A7A65.EE57B97B.1D1F10E2

REITERAÇÃO- MPF - OFÍCIO 167/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: controleobidos@gmail.com;semsaobidos@yahoo.com.br
CO:
Data: quarta-feira - 3/março/2021 16:14
Assunto: REITERAÇÃO- MPF - OFÍCIO 167/2021 PROCEDIMENTO 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-167-2021-SECRETARIA-SAUDE-OBIDOS-271-2020-47-REITERA.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 167/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 000043/2021 PGE-GAB-PCTA

Belém, 9 de março de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA
Procurador da República
Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

Assunto: Ofícios nºs 980/2020/GABPRM3-HESC e 7/2021/GABPRM3-HESC.

Senhor Procurador,

Honrada em cumprimentá-lo, reporto-me ao Ofícios em epígrafe, referentes ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nessa Procuradoria da República no Município de Santarém/PA.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos Municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Em resposta, foi informado por esta Procuradoria nos termos do Ofício nº 1371/2021 PGE-GAB-PCTA que foram encaminhados Ofícios à Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA e à Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, objetivando colher informações acerca do caso em comento e, tão logo fossem respondidos, seriam encaminhadas respostas esclarecendo os questionamentos dessa Procuradoria.

A COSANPA comunicou que vem cumprindo os Decretos do Governo do Estado relacionados à pandemia da COVID-19, inclusive com medidas de suspensão de corte do abastecimento de água nos Municípios em que opera, porém, não há medida específica (própria da COSANPA) às comunidades que não seja extensível ao restante da população. Ademais, informou que no Município de Santarém/PA a empresa estatal é a delegatária de serviços públicos de abastecimento de água somente na zona urbana, nos termos do Contrato de Programa, consoante documentos anexos.

Outrossim, informo que foi encaminhado Ofício à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, objetivando colher informações acerca do caso em comento e, tão logo seja respondido, encaminharemos resposta esclarecendo os questionamentos dessa Procuradoria.

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

Procurador (a) Responsável: Pablo Santos de Souza



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 000024/2021 PGE-PRS-PCTA

Belém, 24 de fevereiro de 2021

A Sua Senhoria o Senhor

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Coordenador,

Honrado em cumprimentá-lo, reporto-me aos Ofícios nº 980/2020/GABPRM3-HESC e e Ofício nº 7/2021/GABPRM3-HESC, referentes ao Procedimento nº 1230020002712020-47, em trâmite na Procuradoria da República no Município de Santarém.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19. Ademais, fora concedida dilação de prazo.

Assim sendo, **com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.**

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Pablo Santos de Souza



Nº DO PROTOCOLO
2021/238222



DADOS DO DOCUMENTO	
Número:	OFÍCIO 000024/2021
Data do Documento:	24/02/2021
Data do Protocolo:	02/03/2021
Idade:	1 dias
Sigilo:	Comum
Prioridade:	Normal
Tipo Origem:	Órgão
Órgão Origem:	PGE
Assunto:	DOCUMENTAÇÃO
Subassunto:	
Espécie:	OFÍCIO
Esfera:	Estadual
Município:	Belém
Arquivado:	Nao
Complemento:	SAJ 2020.01.084904 - MPF
Protocolo Geral:	
Tipo Protocolo:	Eletrônico

INTERESSADO(S)				
Nome	Estado	Município / Bairro	Logradouro	CEP
RGSAN - Procuradoria Regional de Santarém				

ANEXO(S)			
Número	Descrição	Data	Órgão
s/n	OFÍCIO	02/03/2021	PGE

TRAMITAÇÃO(OES)				
Data Tram.	Origem	Destino	Data Rec.	Despacho
02/03/2021	RGSAN - PGE - PE1	PROTO - SEASTER - DH1	02/03/2021	

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	24/02/2021	OFÍCIO 000025/2021	02/03/2021 10:58	2021/238405

Procedência:	PGE
Interessado:	RGSAN - Procuradoria Regional de Santarém
Assunto:	DOCUMENTAÇÃO
SubAssunto:	
Complemento:	SAJ 2020.01.084904 - MPF
Origem:	PGE - RGSAN - PE1
Anexo/Sequencial:	1, 2, 3, 4, 5



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2021/238405>



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 000025/2021 PGE-PRS-PCTA

Belém, 24 de fevereiro de 2021

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ ANTÔNIO DE ANGELIS

Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA.

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Honrado em cumprimentá-lo, reporto-me aos Ofícios nº 980/2020/GABPRM3-HESC e e Ofício nº 7/2021/GABPRM3-HESC, referentes ao Procedimento nº 1230020002712020-47, em trâmite na Procuradoria da República no Município de Santarém.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19. Ademais, fora concedida dilação de prazo.

Assim sendo, **com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.**

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904

Procurador (a) Responsável: Pablo Santos de Souza

Anexo I

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	18/12/2020	9890/2020	21/12/2020 09:19	2020/1085017
Procedência:	Entidade Externa			
Interessado:	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA			
Assunto:	JURÍDICO			
SubAssunto:				
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos			
Origem:	GABGOV (Casa Civil) - GAB - GG1			
Anexo/Sequencial:	1, 2, 3			

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: José Mauricio Vieira Barata Junior (Jes.11.419/2006)
EM 02/03/2021 10:58 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D064EAD4A97A0B8.0891AEF02007A0C2.CD78061A44BB5863.1B9A9E9A4B4CF9AA



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/1085017>

Identificador de autenticação: 551AFB2.9D6C.BCC.1E2AA2EB2EBD95B4BB
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/238405 Anexo/Sequencial: 1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Oficio n° 980/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador

Governo do Pará

Palácio dos Despachos "Benedicto Wilfredo Monteiro", Avenida Doutor Freitas, 2531

66087-812 Belém PA

E-mail: gabinetedogovernador@palacio.pa.gov.br; para.governo@gmail.com

Assunto: Requisita Informações.

Senhor Governador.

1. Cumprimos, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800</p>
--	--	--



Anexo II

EM 02/03/2021 10:58 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D064EADF4A97A0B8.0891A6F02007A0C2.CD78061A44BB5863.1B9A9E9A4B4CF9AA ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: José Mauricio Vieira Barata Junior (Lei 11.419/2006)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Oficio n° 7/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 8 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

Governo do Estado do Pará

Procuradoria-Geral do Estado

Travessa Antônio Justa, 841, Fatima

68040430 Santarem-PA

E-mail: pge.regionalsantarem@gmail.com

Assunto: Dilação de Prazo.

Senhora Procuradora,

1. Cumprimos-a, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **informo** a concessão da dilação de prazo requerida.
2. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800</p>
--	--	--



Companhia de Saneamento do Pará



Ofício nº. 079-P/2021

Belém (PA), 03 de março de 2021

A Sua Excelência o Senhor
RICARDO NASSER SEFER
 Procurador Geral do Estado
 Belém-PA

Senhor Procurador,

Nos reportamos ao Ofício 0025/2021 PGE-PRS-PCTA, originário do Ofício nº 980/2020/GAB/PRM3-HESC, provenientes da PGE e do MPF, respectivamente, onde a PGE pede subsídios, como documentos e informações para responder ao expediente do MPF, que requisita que se informe quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.

A COSANPA informa que vem cumprindo os decretos do Governo do Estado relacionados a pandemia do COVID-19, inclusive com medidas de suspensão de corte do abastecimento de água nos municípios em que opera, porém, não há uma medida específica (própria da COSANPA) para comunidades quilombolas que não seja extensível ao restante da população. Ademais, informa que no Município de Santarém esta empresa estatal é a delegatária de serviços públicos de abastecimento de água somente na zona urbana, nos termos do Contrato de Programa, anexo.

Atenciosamente,

JOSÉ ANTONIO DE ANGELIS
 Presidente



Companhia de Saneamento do Pará



ROL DE ANEXOS

- 1- Contrato de Programa de Santarém;

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Maíra de Deus Dias Dias (Lei 11.419/2006)
EM 05/03/2021 12:41 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C4334C1F56ADA70B.6D2D5153E925695.480A3CB8729C039F.FA91D9C3CC5287B5

Av. Magalhães Barata, 1201

Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém - PA

Identificador de autenticação: 38AA93A.C11D.892.442DA5589A01D35467

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2021/238405 Anexo/Sequencial: 2



Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA E O MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 04.945.341/0001-90 e com sede na Avenida Magalhães Barata, 1201, São Braz, Belém, Pará, CEP 66.060-670, neste ato representada, na forma estatutária, por seu Presidente, Senhor **Antonio Rodrigues da Silva Braga**, e por seu Diretor de Operações, Senhor **Antonio Carlos Crisóstomo Fernandes**, doravante denominada COSANPA, e o **Município de Santarém**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 05.182.233/0001-76 e com sede Avenida Doutor Anysio Chaves, 853 - Aeroporto Velho, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **Alexandre Raimundo de Vasconcelos Wanghon**, doravante denominado MUNICÍPIO, têm entre si justo e contratado o presente Contrato de Programa, doravante designado CONTRATO, conforme as seguintes cláusulas e condições, respeitada a legislação aplicável à matéria, nos termos do Convênio de Cooperação Federativa de 04 de outubro de 2011, firmado entre o **Município de Santarém**, Governo do Estado do Pará e **COSANPA** em consonância com a Lei Autorizativa Estadual nº 7.102, de 12 de Fevereiro de 2008 e a Lei Autorizativa Municipal nº 18.745, de 04 de outubro de 2011 e com dispensa de licitação fundada no art. 24, inciso XXVI, e observados os procedimentos previstos no art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente CONTRATO a prestação pela COSANPA, com exclusividade e sob regime de Concessão, dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a cumprir o estabelecido no Anexo II - "Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços".

1.1. A exclusividade referida no caput não impede que a COSANPA celebre contratos com terceiros, relativos à prestação de serviços abrangidos por este CONTRATO, observada a legislação pertinente.

1.2. As disposições deste CONTRATO aplicam-se às ligações de água e esgoto existentes na data de sua entrada em vigor e às que vierem a ser executadas ou cadastradas posteriormente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste CONTRATO, considera-se

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagau@cosanpa.pa.gov.br
Página 1 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

I. Sistema: o conjunto de todos os recursos, bens e serviços necessários para a realização de objetivos de interesse comum, visando à universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no âmbito de atuação da COSANPA.

II. Serviços: a prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, abrangendo as seguintes atividades:

- a) captação, adução e tratamento de água bruta;
- b) adução, reservação e distribuição de água tratada;
- c) coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgoto sanitário.

III. Regularidade: a prestação dos serviços públicos nas condições estabelecidas na legislação, nos regulamentos, no Convênio de Cooperação, neste CONTRATO e nas normas técnicas em vigor;

IV. Continuidade: a prestação permanente e ininterrupta dos serviços e sua oferta regular à população;

V. Eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e padrões estabelecidos na regulação, que assegurem o cumprimento qualitativo e quantitativo do Programa de Metas pelo menor custo possível;

VI. Segurança: a execução dos serviços de forma a garantir a segurança de bens, das pessoas, da comunidade e do meio ambiente;

VII. Atualidade: a adoção gradual e progressiva de métodos, técnicas, processos e tecnologias apropriados e atuais que considerem as peculiaridades locais e regionais, as necessidades e a capacidade de pagamento dos usuários;

VIII. Generalidade: universalidade da prestação dos serviços, visando assegurar a todos os usuários o direito de acesso aos serviços, observado o Programa de Metas;

IX. Cortesia: tratar os usuários com civilidade e urbanidade, assegurando acesso facilitado e imediato às informações sobre os serviços, bem como para a apresentação de reclamações;

X. Modicidade Tarifária: a justa correlação entre encargos decorrentes da prestação dos **Serviços**, a remuneração da COSANPA e as contraprestações pecuniárias pagas pelos usuários.

XI. Agência Reguladora: entidade eleita pelo titular do serviço por meio de Convênio, cuja função é regular, organizar e fiscalizar a prestação dos **Serviços**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos **Serviços** objeto deste CONTRATO abrangerá a área urbana da sede do MUNICÍPIO, podendo também contemplar outros aglomerados urbanos, nos termos definidos em aditivo contratual.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 2 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente CONTRATO vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo de aditamento, desde que até um ano antes do termo final da vigência contratual as partes manifestem expressamente seu interesse em dar continuidade à prestação dos **Serviços**.

4.1. A COSANPA poderá continuar prestando os **Serviços** que constituem o objeto contratual, permanecendo válidas todas as cláusulas e condições previstas neste instrumento até o efetivo pagamento pelo MUNICÍPIO das indenizações contratualmente previstas.

4.2. A prestação dos **Serviços** terá início na data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

A regulação e a fiscalização dos **Serviços** serão realizadas pela AGÊNCIA REGULADORA, em conformidade com o disposto no Convênio de Cooperação para esse fim firmado entre Estado e MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO, CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A COSANPA executará este CONTRATO visando atingir as metas previstas no Anexo II - "Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços" e apresentando relatórios anuais de medição desses indicadores.

6.1. Em observância ao disposto no § 2º do Art 26 do Decreto Federal nº 7.217/2010, a COSANPA e o Município realizarão até o final de 2013 a revisão do Plano de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, considerado como base para a definição das metas de atendimento previstas neste Contrato, de modo a possibilitar a extensão do seu horizonte de forma coincidente com o término da vigência deste CONTRATO e a adaptação do seu conteúdo aos dispositivos da Lei Federal 11.445/2007, procedendo a desagregação das metas de atendimento para cada um dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Belém.

6.2. A partir do vigésimo quarto (24º) mês contado da assinatura do presente CONTRATO, a COSANPA anualmente publicará na Internet e encaminhará ao MUNICÍPIO e à AGÊNCIA REGULADORA os relatórios de desempenho econômico-financeiro, gerencial e do ativo imobilizado referentes ao exercício findo, visando à avaliação e fiscalização da evolução do objeto contratual, a garantia do equilíbrio econômico-financeiro, balizar o encerramento deste CONTRATO, apurar a existência de saldo não amortizado ou depreciado referente aos bens adquiridos ou investimentos realizados ao longo da sua execução e cálculo de eventual indenização devida pelo MUNICÍPIO à COSANPA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A COSANPA prestará serviços adequados, assim entendidos aqueles em condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade tarifária.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 3 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

7.1. A COSANPA, desde que disponha de infraestrutura local adequada, prestará os serviços aos usuários cujas instalações estiverem em conformidade com as normas técnicas e de regulação.

7.2. Não se caracteriza como descontinuidade a interrupção dos **Serviços** pela COSANPA em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses:

- a) razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;
- b) necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nas instalações e infraestrutura componentes do **Sistema**;
- c) interrupção do fornecimento de energia elétrica causada pela concessionária de energia elétrica;
- d) realização de serviços de manutenção e/ou de adequação do **Sistema**, visando atendimento do crescimento vegetativo;
- e) negativa do usuário em permitir instalação de dispositivo de medição de água consumida, mesmo após ter sido previamente notificado;
- f) manipulação indevida pelo usuário de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da COSANPA;
- g) inadimplemento do usuário por mais de 30 (trinta) dias, mesmo após ter sido formalmente notificado para efetuar o pagamento devido;
- h) decretação por autoridade responsável de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou qualidade;
- i) eventos de força maior, caso fortuito, álea administrativa ou fato da administração, plenamente justificados e aceitos pela AGÊNCIA REGULADORA;

7.3. A interrupção motivada da prestação dos **Serviços** por razões de ordem técnica deverá ser comunicada ao MUNICÍPIO, à AGÊNCIA REGULADORA e aos usuários com a antecedência fixada na regulação, salvo nos casos de iminente ameaça ou comprometimento da segurança de instalações ou pessoas, a juízo da COSANPA.

7.3.1. A COSANPA poderá utilizar-se de meios de comunicação em massa para informar aos usuários sobre eventuais interrupções da prestação dos **Serviços**.

7.4. Em qualquer das hipóteses relacionadas nesta cláusula cabe à COSANPA adotar as providências cabíveis para reduzir ao estritamente necessário o tempo de interrupção do serviço e a área atingida.

7.5. A COSANPA poderá se recusar a executar os serviços ou interrompê-los sempre que considerar a instalação ou parte dela como insegura, inadequada ou não apropriada a recebê-los ou que interfira com sua continuidade ou qualidade, na forma que dispuser a regulação.

7.6. A COSANPA, de acordo com as normas dos órgãos de controle e fiscalização, poderá exigir que o usuário realize às suas próprias expensas o pré-tratamento de efluentes por ele gerados que se apresentem incompatíveis com o sistema sanitário existente.

CLÁUSULA OITAVA - DO REGIME DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS, FIXAÇÃO, REVISÃO E REAJUSTE DAS TARIFAS

Pela prestação dos **Serviços**, a COSANPA faturará e arrecadará as tarifas de água e de coleta de esgoto e os preços dos demais serviços.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 4 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

8.1. Será tarifário o regime de cobrança dos **Serviços**.

8.2. As tarifas e demais preços iniciais serão aqueles praticados pela COSANPA quando da assinatura deste CONTRATO.

8.3. As tarifas e os demais preços serão anualmente reajustados mediante instrumento normativo editado pela AGÊNCIA REGULADORA, conforme variação de índice que assegure a cobertura das despesas de exploração, das quotas de depreciação, a provisão para devedores, a amortização de despesas, a remuneração dos investimentos, a incorporação de custos inflacionários, a variação de custos não administráveis, tais como, energia elétrica, produtos químicos, combustíveis, tributos e eventuais variações nas condições econômico-financeira da prestação dos serviços.

8.4. Durante os primeiros 4 (quatro) anos de vigência deste CONTRATO, a tarifa, os demais preços e todas as condições econômico-financeiras serão revistas no mínimo anualmente, com vistas a atingir o equilíbrio econômico-financeiro contratual. Transcorrido esse período, a revisão se dará a cada 4 (quatro) anos ou sempre que fatos alheios ao controle e à influência das partes fizerem seu valor oscilar para mais ou para menos ou tornar-se insuficiente para a cobertura e remuneração dos investimentos, cobertura dos custos operacionais, de administração, de manutenção e expansão dos **Serviços** pela COSANPA.

8.5. Ressalvadas as disposições legais expressas, a criação, alteração ou extinção de qualquer tributo ou encargo, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão da tarifa, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

8.6. Pela prestação de qualquer outro serviço relacionado com o objeto contratual a COSANPA cobrará preço homologado pela AGÊNCIA REGULADORA, divulgado mediante comunicado publicado na Imprensa Oficial e reajustado na forma e periodicidade do item 8.3, assegurando a cobertura dos investimentos e sua respectiva remuneração, dos custos operacionais, de administração, de manutenção e expansão dos serviços.

8.7. A COSANPA poderá cobrar os valores de todos os serviços prestados, os débitos vencidos e não pagos emitindo extratos de cobrança ou documentos de arrecadação para pagamento imediato, sempre considerando os encargos financeiros legais.

8.8. A COSANPA poderá auferir receitas de fontes alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, inclusive para fins de prévia amortização e remuneração dos investimentos realizados.

8.9. A estrutura tarifária ou valor das tarifas e de outros preços poderão ser alterados mediante decisão da AGÊNCIA REGULADORA, alteração da legislação ou dos regulamentos, sem a necessidade de se formalizar alteração ao presente CONTRATO.

8.10. A COSANPA poderá estabelecer contratos de demanda firme com grandes consumidores das categorias de uso industrial e comercial prevendo tarifas e demais preços diferenciados, garantido o equilíbrio econômico-financeiro de cada caso, incluindo a cobertura dos custos de exploração, investimentos necessários e sua remuneração.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 5 de 16





Companhia de Saneamento do Pará

8.11. A COSANPA deverá manter escrituração contábil individualizada por tipo de serviço que permita à AGÊNCIA REGULADORA a efetiva e permanente fiscalização dos resultados da prestação dos diversos serviços, inclusive complementares e adicionais.

CLÁUSULA NONA - DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO DOS SERVIÇOS

A COSANPA, nos termos da regulação dos **Serviços**, adotará procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira, permitindo que se identifique os valores arrecadados e os investidos no território do MUNICÍPIO, tanto nos serviços de abastecimento de água quanto nos de esgotamento sanitário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA COSANPA

10.1. São direitos da COSANPA:

- a)** praticar as tarifas e os demais preços fixados para a prestação dos **Serviços** e outros serviços relacionados com o objeto do presente CONTRATO, aplicando suas normas e procedimentos comerciais;
- b)** cobrar dos usuários todos os débitos vencidos e não pagos, emitindo extratos de cobrança ou documentos de arrecadação para imediato pagamento, considerados os encargos financeiros legais;
- c)** auferir receitas decorrentes de fontes alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, inclusive para fins de prévia amortização e remuneração dos investimentos realizados;
- d)** gozar isenção de todos os tributos municipais nas áreas e instalações operacionais existentes à data da celebração do CONTRATO e naquelas criadas durante sua vigência e dos preços públicos relacionados ao uso de vias públicas, espaço aéreo, subsolo e quaisquer outros bens municipais necessários à prestação dos **Serviços**;
- e)** receber em cessão do MUNICÍPIO todas as servidões administrativas e de passagem já instituídas e as que indicar à instituição, sem qualquer ônus e pelo prazo em que vigorar este CONTRATO;
- f)** utilizar sem ônus vias públicas, estradas, caminhos e terrenos de domínio municipal e estadual;
- g)** deliberar sobre disponibilidade de água e possibilidade de escoamento de esgotos para implantação de novos loteamentos, conjuntos habitacionais e instalação de novas indústrias;
- h)** expedir regulamentos e diretrizes para instalações prediais de água e de esgoto;
- i)** deixar de executar ou interromper os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário sempre que considerar as respectivas instalações, ou parte delas, irregulares, inseguras, inadequadas ou inapropriadas;
- j)** condicionar a prestação dos serviços à prévia verificação de conformidade das instalações com as normas estabelecidas pela ABNT e demais autoridades competentes;
- k)** exigir a realização de pré-tratamento de efluentes em desconformidade antes do recebimento pela estação de tratamento de esgoto, a cargo exclusivo do usuário e de acordo com as normas dos órgãos de controle e fiscalização no âmbito de suas competências;
- l)** celebrar contrato com terceiros para a prestação dos serviços abrangidos neste CONTRATO inclusive para atuar como agentes arrecadadores dos valores cobrados dos usuários, bem como para realizar a hidrometração, observando a legislação e as normas aplicáveis;

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 6 de 16





Companhia de Saneamento do Pará

- m) receber informação sobre qualquer alteração cadastral de imóvel;
- n) receber em repasse os recursos financeiros ou bens que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou internacional destinar aos serviços de água e esgotos do MUNICÍPIO, inclusive financiamentos;
- o) em caso de eventual não atendimento do Anexo II - "Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços" e/ou objetivos previstos neste CONTRATO, opor ao MUNICÍPIO e à AGÊNCIA REGULADORA exceção ou outro meio de defesa fundamentado na não liberação tempestiva de licenças ambientais ou outorgas de direito de uso de recursos hídricos, bem como na não execução pelo MUNICÍPIO das obras de infraestrutura necessárias à expansão dos **Serviços**, caso em que aqueles deverão deferir prorrogação de prazo, desde que comprovado o cumprimento de todos os requisitos para obtenção da licença ou outorga e a não obtenção por razões alheias à vontade da COSANPA.
- p) manifestar interesse na continuidade deste CONTRATO, um ano antes do termo contratual, adotando as providências que possibilitem a prorrogação por até igual período.

10.2. São obrigações da COSANPA:

- a) executar os **Serviços** na forma e especificação do Anexo II - "Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços", visando à progressiva expansão dos serviços, melhoria de sua qualidade e desenvolvimento da salubridade ambiental no território municipal;
- b) desenvolver e executar projetos básicos e executivos pertinentes à execução das obras e serviços objeto deste CONTRATO;
- c) propor diretrizes, analisar e aprovar projetos, fiscalizar a implantação das respectivas obras de expansão de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário oriundos de parcelamento de solo, loteamento, empreendimento imobiliário de qualquer natureza e de responsabilidade de empreendedores, bem como elaborar termos de recebimento em doação para operação e manutenção;
- d) a partir do vigésimo quarto mês contado da assinatura do presente CONTRATO, encaminhar ao MUNICÍPIO relatórios anuais de desempenho econômico financeiro, gerencial e do ativo imobilizado constantes do anexo III - "Relatório de Bens e Direitos", visando à avaliação e fiscalização da evolução do objeto contratual e a garantia do equilíbrio econômico-financeiro, bem como os relatórios anuais de medição do atingimento das metas previstas no Anexo II deste CONTRATO - "Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços";
- e) obter todas as licenças que se fizerem necessárias para a execução das obras e serviços objeto deste CONTRATO e utilizar materiais de qualidade compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados, cumprindo as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança das referidas obras, tanto na fase de construção, quanto nas de operação e manutenção;
- f) refazer obra julgada defeituosa, imperfeita ou em desacordo com o projeto básico, executivo ou realizada com emprego de materiais de má qualidade, desde que comprovado em laudo técnico fundamentado, assegurando-se à COSANPA amplo direito de defesa e contraditório;
- g) cientificar previamente o MUNICÍPIO sobre obras que pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência e de suspensão do fornecimento previstos no regulamento dos serviços;

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 7 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

- h) disponibilizar em sua sede para consulta, auditoria e fiscalização, toda documentação relacionada às obras referentes a este CONTRATO;
- i) assumir os ônus decorrentes de desapropriações ou imposição de servidões administrativas, limitações administrativas de caráter geral e autorizações provisórias para ocupação de bens imóveis necessários à prestação dos serviços e obras objeto deste CONTRATO, cujos valores serão considerados para fins de apuração e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- j) indicar motivadamente ao MUNICÍPIO, com 60 (sessenta) dias de antecedência, as áreas que deverão ser declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação ou instituídas como servidões administrativas e dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras objeto deste CONTRATO, para que sejam promovidas as respectivas declarações de utilidade pública;
- k) identificar o MUNICÍPIO a respeito do trâmite de processos administrativos ou judiciais relativos a desapropriações, informando valores indenizatórios pagos aos expropriados, em acordo ou decisão judicial;
- l) designar e informar ao MUNICÍPIO o gestor do presente CONTRATO;
- m) proceder a devolução atualizada de valores decorrentes de eventual arrecadação indevida;
- n) pagar à AGÊNCIA REGULADORA os valores estabelecidos em Regulamento;
- o) implantar gradualmente as ações e investimentos nas áreas de proteção ambiental e dos recursos hídricos, de acordo com a previsão contida nos instrumentos de planejamento;
- p) responsabilizar-se pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras ao cumprimento das metas e objetivos previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. São direitos do MUNICÍPIO:

- a) rever periodicamente e em conjunto com a COSANPA as prioridades relacionadas ao objeto deste Contrato, em conformidade com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e suas revisões periódicas;
- b) regular e fiscalizar, por meio de AGÊNCIA REGULADORA com dotação orçamentária própria, os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário na sua circunscrição territorial;
- c) editar, por meio de AGÊNCIA REGULADORA com dotação orçamentária própria, normas quanto à prestação e fruição dos **Serviços**;
- d) fixar, rever, reajustar e atualizar, por meio de AGÊNCIA REGULADORA com dotação orçamentária própria, as tarifas e preços de serviços complementares a serem praticados pela COSANPA, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- e) Estabelecer subsídio tarifário para usuários legalmente considerados como de baixa renda, arcando com os custos decorrentes;
- f) sistematizar e publicar as informações básicas sobre o serviço e sua evolução;
- g) aplicar sanções à COSANPA, na forma prevista neste CONTRATO;
- h) manifestar interesse na continuidade deste CONTRATO, um ano antes do termo contratual, providenciando aprovação de lei específica que possibilite a prorrogação por até igual período.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 8 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

11.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) acompanhar e avaliar a evolução dos indicadores de desempenho da COSANPA, previstos no anexo II - "Metas de Atendimento e Qualidade dos Serviços";
- b) efetuar o pagamento das faturas referentes ao consumo mensal de água e esgoto em prédios, órgãos e instituições da administração direta e indireta municipal, inclusive de banheiros, fontes e torneiras públicos;
- c) executar previamente todas as obras de infraestrutura necessárias à expansão dos **Serviços**, tais como, mas não limitadas a, loteamento, arruamento, meio-fio e rede de coleta e esgotamento de águas pluviais.
 - c.1. a não execução dessas obras pelo MUNICÍPIO implicará na impossibilidade de cumprimento pela COSANPA das metas de expansão;
- d) coibir o lançamento de águas pluviais e de drenagem no sistema de coleta e afastamento dos esgotos sanitário;
- e) coibir o uso pelo USUÁRIO de fonte alternativa de abastecimento de água nas áreas onde a COSANPA preste o serviço;
- f) coibir o lançamento pelo USUÁRIO de efluentes de esgoto na rede de águas pluviais;
- g) constituir grupos técnicos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos serviços, conforme parágrafo único do art. 30 da Lei Federal nº 8.987/95;
- h) doar à COSANPA a infraestrutura necessária à expansão dos **Serviços** decorrentes de parcelamentos do solo, loteamentos, empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, de responsabilidade dos respectivos empreendedores, com vistas à operação e manutenção, até efetiva reversão não onerosa ao MUNICÍPIO, por ocasião do encerramento contratual;
- i) declarar utilidade pública para fins de desapropriação e instituição de servidões administrativas, dos bens imóveis necessários à execução e conservação dos serviços e obras vinculados ao objeto deste CONTRATO, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da solicitação formal e justificada da COSANPA;
- j) ceder à COSANPA as servidões de passagens existentes e devidamente regularizadas, pelo prazo em que vigorar o presente CONTRATO;
- k) isentar a COSANPA de todos os tributos municipais nas áreas e instalações operacionais existentes à data da celebração do contrato de programa, que será extensível àquelas criadas durante a sua vigência, e também de preços públicos relacionados ao uso de vias públicas, espaço aéreo e subsolo, e ao uso de quaisquer outros bens municipais necessários à execução dos serviços;
- l) sub-rogar-se, na forma da lei, nos compromissos financeiros da COSANPA referentes ao objeto deste CONTRATO;
- m) autorizar em até 30 (trinta) dias as obras que a COSANPA pretenda executar em vias e logradouros públicos, ressalvados os casos de emergência;
- n) acompanhar a efetivação da reversão de bens por ocasião da extinção do CONTRATO;
- o) designar e informar à COSANPA o gestor do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

12.1. São direitos do usuário dos **Serviços**:

- a) receber os **Serviços** em condições adequadas;
- b) receber, do MUNICÍPIO, da COSANPA e da AGÊNCIA REGULADORA todas as informações necessárias à defesa de interesses individuais e coletivos;

Av. Magalhães Barata, 1201
 Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66 060-670 – Belém-Pará
 E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 9 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

- c) receber da COSANPA as informações necessárias à utilização dos **Serviços**;
- d) optar por uma dentre as seis datas opcionais oferecidas pela COSANPA para ser o dia de vencimento de seus débitos;
- e) levar ao conhecimento do MUNICÍPIO, da AGÊNCIA REGULADORA e/ou da COSANPA as irregularidades na prestação dos **Serviços** de que venha a ter conhecimento;
- f) comunicar à AGÊNCIA REGULADORA ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela COSANPA ou seus prepostos na execução dos **Serviços**;

12.2. São deveres dos usuários dos **Serviços**:

- a) pagar pontualmente à COSANPA as tarifas cobrados pela prestação dos **Serviços**, bem como os preços públicos decorrentes da prestação de serviços complementares;
- b) contribuir para a manutenção das boas condições das instalações, infraestrutura e bens públicos afetados à prestação dos **Serviços**;
- c) responder pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização das instalações, infraestrutura e/ou equipamentos da COSANPA;
- d) consultar a COSANPA, anteriormente à instalação de tubulações internas, quanto ao local dos pontos de distribuição de água e de coleta de esgoto;
- e) autorizar a entrada no imóvel de empregado da COSANPA ou preposto por ela credenciado para instalação de equipamentos, execução de reparos, inspeção nas instalações e/ou leitura da medição hidrométrica;
- f) manter caixas d'água, cisternas, tubulações e conexões sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas;
- g) averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente;
- h) não lançar esgoto sanitário na rede de águas pluviais ou águas pluviais na rede de esgotos sanitários;
- i) informar a COSANPA sobre qualquer alteração cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial pela COSANPA de qualquer das obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou dele decorrentes, bem como de normas atinentes ao seu objeto, poderá ensejar a aplicação pela AGÊNCIA REGULADORA das seguintes penalidades, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas e da indenização de eventuais danos causados:

- I. advertência;
- II. multa.

13.1. O processo administrativo de aplicação das penalidades de advertência e multa assegurará à COSANPA ampla defesa e contraditório e terá início com a lavratura de Auto de Infração pelo agente da AGÊNCIA REGULADORA responsável pela fiscalização, tipificando a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 10 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

13.3. O auto de infração deverá indicar de forma individualizada, com clareza e precisão a falta cometida e/ou a norma violada, lavrado em 2 (duas) vias, com data, hora, local, assinatura e identificação funcional do agente da AGÊNCIA REGULADORA responsável pela fiscalização, instruído com o respectivo laudo de constatação técnica indicando métodos e critérios de aferição utilizados, tudo entregue por notificação protocolada na sede da COSANPA, sob pena de nulidade.

13.2. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação da penalidade, a COSANPA poderá apresentar sua defesa à AGÊNCIA REGULADORA.

13.3. A AGÊNCIA REGULADORA terá 30 (trinta) dias para apreciar a defesa da COSANPA, notificando-a ao final do prazo.

13.4. A decisão proferida será motivada e fundamentada, apontando os argumentos acolhidos ou rejeitados na defesa apresentada pela COSANPA.

13.5. Mantida a imposição da penalidade, a COSANPA poderá recorrer, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95 combinada com a Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada qualquer anotação nos registros da empresa junto à AGÊNCIA REGULADORA enquanto não houver a decisão final desta sobre a procedência da autuação.

13.6. Caso, ao final do processo administrativo, confirme-se a penalidade, os efeitos dela advindos serão os seguintes:

- a) no caso de advertência, anotação nos registros da COSANPA junto à AGÊNCIA REGULADORA;
- b) em caso de multa pecuniária, obrigação de pagamento dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento pela COSANPA da notificação da decisão.

13.7. O simples pagamento da multa não eximirá a COSANPA da obrigação de sanar a falha ou irregularidade que a originou.

13.8. O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder a 0,1% (um décimo por cento) do faturamento líquido médio mensal da COSANPA específico do MUNICÍPIO verificado no exercício anterior.

13.9. A reincidência em conduta alvo de multa sujeitará a COSANPA à aplicação de sanção em valor dobrado.

13.10. A AGÊNCIA REGULADORA, no prazo de até três (3) anos, definirá em regulamento próprio os valores monetários de cada multa, observado o limite expresso no item **13.8** desta Cláusula.

13.11. Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, mediante justificativa aceita pela AGÊNCIA REGULADORA, a COSANPA ficará isenta das penalidades mencionadas nesta Cláusula.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 11 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente CONTRATO extinguir-se-á por:

- a) advento do termo contratual;
- b) encampação;
- c) caducidade;
- d) rescisão;
- e) anulação;
- f) falência ou extinção da COSANPA, ou deixar esta de integrar a Administração Indireta do Estado do Pará;
- g) consenso entre MUNICÍPIO e COSANPA.

14.2. No encerramento deste CONTRATO pelo advento do seu termo, caso o fluxo de caixa resultante da prestação dos serviços delegados não tenha permitido a completa remuneração e amortização dos investimentos realizados, o MUNICÍPIO poderá optar entre:

- a) manter este CONTRATO e o respectivo Convênio de Cooperação, mediante autorização legislativa, pelo prazo necessário à amortização e remuneração de todos os investimentos, observadas todas as disposições contidas nas Leis Federais nº 8.987/95 e 11.107/05;
- b) retomar os serviços e as competências a eles relativas, pagando à COSANPA, na forma da lei, a indenização correspondente, calculada de acordo com o previsto neste CONTRATO e nas Leis Federais nºs 8.987/95, 11.107/05 e 11.445/07;
- c) formalizar acordo para pagamento parcelado do montante apurado para a indenização devida pelos investimentos realizados não amortizados, remunerados, depreciados e em andamento, adotando a forma de cálculo, avaliações, remunerações e atualizações previstas neste CONTRATO;
- d) compensar o montante devido, assumindo os compromissos financeiros já firmados pela COSANPA;
- e) doar à COSANPA os bens empregados nos **Serviços**, suficientes à indenização devida pelos investimentos realizados e não amortizados, incluindo as obras, serviços e fornecimentos em andamento, adotando a forma de cálculo, avaliações, remunerações e atualização previstas neste CONTRATO.

14.3. A COSANPA continuará prestando os serviços de água e saneamento nas mesmas bases deste contrato, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro ajustado, até o efetivo pagamento pelo MUNICÍPIO da indenização prevista nesta Cláusula.

14.4. O MUNICÍPIO poderá promover a encampação do **Serviço**, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após pagamento à COSANPA da indenização estabelecida na forma deste CONTRATO.

14.5. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa do MUNICÍPIO, no caso de descumprimento continuado, grave e injustificado pela COSANPA de suas obrigações, mediante processo administrativo de apuração de inadimplência e ação judicial movida especialmente para esse fim, após prévia notificação à COSANPA, quando:

- a) o serviço estiver sendo prestado de forma gravemente inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros legais definidores da sua qualidade;
- b) a COSANPA descumprir reiteradamente cláusulas contratuais, bem como disposições legais ou regulamentares ao CONTRATO, prejudicando gravemente a adequada prestação dos serviços locais de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- c) a COSANPA paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 12 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

d) a COSANPA perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais necessárias para manter a adequada prestação dos **Serviços**.

e) a COSANPA não atender reiterada e injustificadamente a intimação do MUNICÍPIO ou da AGÊNCIA REGULADORA, no sentido de regularizar a prestação dos **Serviços**.

14.6. Não será instaurado processo administrativo de apuração de inadimplência antes de serem comunicados à COSANPA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no item anterior, dando-lhe prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

14.7. Comprovada a inadimplência, poderá o MUNICÍPIO ajuizar ação para a rescisão do CONTRATO.

14.8. Quando do pedido de rescisão por parte do MUNICÍPIO, formulado em ação judicial movida especialmente para esse fim, cumpre-lhe apresentar decisão do processo administrativo com motivação razoável para o pedido de rescisão, visando à comprovação do inadimplemento contratual da COSANPA;

14.9. A COSANPA arcará com as indenizações pelos danos que comprovadamente resultarem do inadimplemento contratual a que deu causa, para tanto podendo, a seu critério, constituir fundos específicos e contratar seguros de mercado.

14.9.1. Sem prejuízo da obrigação de pagar as indenizações previstas em **14.9**, a COSANPA terá direito, na hipótese de rescisão contratual, à indenização, paga pelo MUNICÍPIO, das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não remunerados, amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados até a data da rescisão.

14.10. Declarada a rescisão judicial e paga a indenização devida, não resultará para o MUNICÍPIO qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da COSANPA.

14.11. Na ação para rescisão do CONTRATO, havendo perigo de dano à saúde pública, o MUNICÍPIO poderá requerer ao juízo a antecipação da tutela para a encampação.

14.12. O presente CONTRATO poderá ser encerrado por consenso entre as partes.

14.13. O presente CONTRATO poderá ser extinto automaticamente, caso a COSANPA tenha sua falência decretada por sentença judicial transitada em julgado, seja extinta ou deixe de integrar a Administração Indireta do ESTADO DO PARÁ.

14.13.1. Na hipótese de dissolução ou liquidação da COSANPA, a partilha do seu patrimônio social será precedida da lavratura de auto de vistoria, a cargo da AGÊNCIA REGULADORA, que informará o estado em que se encontram os bens afetados à exploração dos **Serviços**, que, conforme o caso, serão revertidos ao MUNICÍPIO, desde que previamente pagas as indenizações eventualmente devidas.

14.13.2. Para os fins previstos no subitem anterior, obriga-se a COSANPA a entregar ao MUNICÍPIO os bens ali referidos, em condições normais de operação, utilização e manutenção, sem prejuízo de desgaste normal resultante do uso, inteiramente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 13 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REVERSÍVEIS

15.1. Integram os **Serviços** todos os bens tangíveis e intangíveis e direitos afetados e indispensáveis à prestação dos **Serviços** existentes na data de assinatura deste CONTRATO, sob domínio, posse e gestão da COSANPA, bem como aqueles adquiridos ou construídos na vigência do CONTRATO.

15.2. A COSANPA é responsável pela administração, guarda, exploração e manutenção dos bens vinculados à prestação dos **Serviços**.

15.3. Os bens e direitos afetados à prestação dos **Serviços** deverão ser devidamente registrados na COSANPA, de modo a permitir sua identificação e avaliação patrimonial.

15.4. Os bens e direitos afetados e indispensáveis à prestação dos **Serviços** são bens públicos e não poderão ser alienados, onerados por qualquer forma ou utilizados para qualquer outro fim que não seja o da prestação dos **Serviços** e permanecerão vinculados mesmo na hipótese de extinção do CONTRATO, sem prejuízo das indenizações cabíveis, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO E FORMA DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO

Os valores em bens reversíveis constituirão crédito perante o MUNICÍPIO, a ser recuperado mediante a cobrança de tarifa pela exploração dos **Serviços**, nos termos da legislação em vigor, das normas regulamentares e contratuais.

16.1. O valor dos bens reversíveis cujo investimento não tenha sido amortizado pela tarifa serão indenizados pelo MUNICÍPIO à COSANPA no caso de extinção do presente CONTRATO, sendo estes bens transferidos ao MUNICÍPIO.

16.2. No ato da extinção por qualquer motivo deste CONTRATO, o MUNICÍPIO ressarcirá a COSANPA de eventuais direitos existentes, incluindo:

- a) O montante dos investimentos reconhecidos e ainda não amortizados;
- b) O faturamento das contas de água emitidas e ainda não arrecadadas, referente ao ciclo de faturamento do mês imediatamente anterior ao da extinção;
- c) O valor referente aos serviços prestados e não faturados, referente ao ciclo de faturamento do mês da extinção, calculado "pro-rata tempore";
- d) O valor equivalente às faturas emitidas e não arrecadadas em decorrência de fato da administração que tenha impedido a aplicação ou eficácia de ação de cobrança ou interrupção da prestação dos serviços por inadimplência.

16.3. A indenização aqui referida poderá ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais, assegurando-se à COSANPA o direito a continuar a prestação dos **Serviços** até o pagamento da última parcela.

16.4. O valor da indenização será atualizado monetariamente até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou por outro que venha substituí-lo.

16.5. Sobre o valor monetariamente atualizado da indenização incidirão juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 14 de 16





Companhia de Saneamento do Pará

16.6. Os novos investimentos realizados e os valores destinados à sua amortização, a depreciação dos bens e os respectivos saldos serão auditados anualmente pela AGÊNCIA REGULADORA.

16.7. Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimo à COSANPA, desde que este seja destinado exclusivamente a investimento nos **Sistemas**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CESSÃO DE BENS MUNICIPAIS

Integram os **Serviços** e ficam cedidos à COSANPA a título gratuito todos os bens afetados e indispensáveis à prestação dos **Serviços** existentes sob domínio, posse e gestão do MUNICÍPIO na data de assinatura deste CONTRATO.

17.1. Os bens a que se refere o "caput" estão discriminados no Anexo IV - "Relação de Bens do Município cedidos à COSANPA".

17.2. A COSANPA fica responsável pela administração, guarda, exploração e manutenção dos bens cedidos pelo MUNICÍPIO.

17.3. Os bens cedidos pelo MUNICÍPIO deverão ser registrados na COSANPA de modo a permitir sua identificação e avaliação patrimonial.

17.4. Os ativos cedidos pelo MUNICÍPIO são bens públicos e não poderão ser alienados, onerados por qualquer forma ou utilizados para qualquer outro fim que não seja o da prestação dos **Serviços** e permanecerão vinculados mesmo na hipótese de extinção do CONTRATO.

17.5. Quando da extinção do CONTRATO, os bens cedidos pelo MUNICÍPIO deverão ser a este devolvidos em condições normais de uso, exceto pelo desgaste decorrente da utilização.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS

A solução amigável das eventuais divergências entre as partes, relativas à aplicação das disposições deste CONTRATO será mediada pela AGÊNCIA REGULADORA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS GESTORES

Cada uma das partes designará pessoas credenciadas para, como Gestores, coordenar e acompanhar todas as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade referentes à execução deste CONTRATO;

19.1. Cada parte deverá informar à outra, até 5 (cinco) dias após a assinatura deste CONTRATO, o nome completo, endereços físico e eletrônico e telefones para contato dos Gestores e seus substitutos em caso de falta ou impedimento ocasional do titular;

19.2. Todas as comunicações sobre o desenvolvimento da execução do objeto do presente CONTRATO serão formalizadas por escrito ou através de meio eletrônico de transmissão de dados e dirigidas ao Gestor da outra parte, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência dos trabalhos, que deverão, todavia, ser formalizados até 5 (cinco) dias após a ocorrência.

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66 060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br
Página 15 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir qualquer questão que se originar deste CONTRATO não resolvida de forma amigável, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim as partes justas e acordadas, após terem lido, entendido e rubricado cada uma de suas páginas, firmam para todos os efeitos jurídicos e legais este instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, em presença das 02 (duas) testemunhas instrumentárias abaixo identificadas e firmadas, atribuindo-lhe força executiva extrajudicial.

ANEXOS

- I. Convênio de Cooperação
- II. Metas de Atendimentos e Qualidade dos Serviços
- III. Relatório de Bens e Direitos Reversíveis

Belém (PA), 24 de junho de 2013.

ALEXANDRE RAIMUNDO DE VASCONCELOS WANGHON
Prefeito do Município de Santarém

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA BRAGA
Presidente

ANTONIO CARLOS CRISÓSTOMO FERNANDES
Diretor de Operações

TESTEMUNHAS:

NOME : SIMONE RODRIGUES OLIVEIRA JAREDE
CPF : 014.309.043-91

NOME :
CPF :

NOME :
CPF :

NOME : VILSON DA SILVA GRANVALER
CPF : 084.952.002-06

NOME :
CPF :

NOME :
CPF :

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Página 16 de 16



Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

**CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO
SANITÁRIO QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA
DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA E O
MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

ANEXOS

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém- Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 38AA93A.C11D.892.442DA5589A01D35467
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/238405 Anexo/Sequencial: 2



Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO
SANITÁRIO QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA
DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA E O
MUNICÍPIO DE SANTARÉM

ANEXO I

Convênio de Cooperação

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém- Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 38AA93A.C11D.892.442DA5589A01D35467
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/238405 Anexo/Sequencial: 2



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

Convênio de Cooperação que celebram o Estado do Pará e o Município de Santarém, para delegação ao Estado da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, por intermédio de contrato de programa.

O Estado do Pará, neste ato representado por seu Governador, Senhor **SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE**, brasileiro, RG nº 3.438.331 - 2ª Via e CPF nº 014.309.042-91, nos termos da autorização conferida pela Lei nº 7.102, de 12/02/2008, doravante designado **ESTADO**, e o **Município de Santarém**, neste ato representado por sua Prefeita, Senhora **MARIA DO CARMO MARTINS LIMA**, brasileira, RG nº 4.710.365 e CPF nº 117.863.102-87, autorizada pela Lei Municipal nº 18.745, de 04 de outubro de 2011, que passa a ser denominado **MUNICÍPIO**, com a interveniência da Companhia de Saneamento do Pará, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Magalhães Barata, 1201, São Braz, Belém/PA, CEP 66.060-670, inscrita no CNPJ sob o nº 04.945.341/0001-90, neste ato representada na forma de seu estatuto por seu Presidente, Senhor **ANTONIO RODRIGUES DA SILVA BRAGA**, RG nº 2.630.533 - 2ª Via e CPF nº 033.116.782-49, a seguir nomeada **COSANPA**, observadas as disposições do artigo 241 da Constituição federal, das Leis estaduais nºs 4.336, de 21 de dezembro de 1970; das Leis federais nºs 11.107, de 6 de abril de 2005 e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

1.1. Constitui objeto deste convênio de cooperação:

1.1.1. A delegação, para o Estado do Pará, das competências de organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

1.1.2. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, por intermédio de Contrato de Programa.

1.2. As competências de planejamento, fiscalização e regulação serão exercidas pelos órgãos competentes definidos entre o poder concedente e os delegatários.





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULA SEGUNDA

Do Planejamento

2.1. O planejamento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, objeto do presente convênio, observará as diretrizes das Políticas de Saneamento Federal, Estadual e Municipal, bem como do Plano Municipal de Saneamento Básico, na forma do estabelecido em Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Regulação e Fiscalização

- 3.1. A regulação e a fiscalização dos serviços, objeto do presente convênio, consistem em:
- 3.1.1. Expedição de regulamento técnico, quanto à prestação e fruição dos serviços, sendo obrigatória a consulta pública prévia, com prazo mínimo de 10 (dez) dias;
 - 3.1.2. Acompanhamento dos planos executivos de expansão e de metas ambientais, observados os planos de saneamento básico, a legislação de proteção ambiental e as normas e diretrizes do órgão de controle social competente;
 - 3.1.3. Constituição de grupos técnicos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos serviços;
 - 3.1.4. Fixação de rotinas de monitoramento;
 - 3.1.5. Acompanhamento da evolução dos indicadores de desempenho da COSANPA;
 - 3.1.6. Verificação do atendimento dos níveis mínimos de cobertura de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgotos;
 - 3.1.7. Propositura à autoridade competente, de aplicação de sanções por infrações cometidas por prestadores de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, previstas em lei, regulamento e contrato;
 - 3.1.8. Prevenção e repressão às infrações aos direitos dos usuários, nos termos da legislação aplicável;
 - 3.1.9. Acompanhamento da evolução da situação econômico-financeira do serviço;





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

3.1.10. Execução da política tarifária, por meio da fixação, controle, revisão e reajuste das tarifas para as diversas classes de serviços e de usuários, de forma a assegurar a eficiência, a equidade, o uso racional dos recursos naturais e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa a ser firmado entre o MUNICÍPIO e a COSANPA;

3.1.11. Aprovação dos modelos de contratos de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a serem celebrados com os usuários;

3.1.12. Mediação das divergências entre a COSANPA e os usuários;

3.1.13. Sistematização e publicidade das informações básicas sobre o serviço e sua evolução;

3.1.14. Acompanhamento da reversão de bens ao patrimônio municipal por ocasião da extinção dos contratos de concessão e de programa.

3.2. O órgão regulador competente elaborará relatórios de acompanhamento do desempenho dos serviços prestados pela COSANPA e do cumprimento das metas constantes no contrato de programa.

CLÁUSULA QUARTA

Da Execução dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

4.1. A execução dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário será realizada pela COSANPA, nos termos de contrato de programa a ser por ela firmado com o MUNICÍPIO, que atenderá à legislação pertinente e preverá mecanismos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira do serviço.

4.2. O contrato de programa, a ser celebrado pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados de sua assinatura, prorrogável desde que as partes manifestem seu interesse e mediante autorização do Poder Legislativo, abrangerá as seguintes atividades:

4.2.1. Captação, adução, tratamento de água bruta;

4.2.2. Adução, reservação e distribuição de água tratada;

4.2.3. Coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;

4.3. A execução dos serviços indicados no item 4.1 implica na cessão do MUNICÍPIO à COSANPA das servidões de passagem regularizadas, pelo tempo em que vigorar o ajuste;

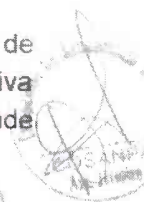
4.4. A COSANPA implementará as metas anuais fixadas no incluso anexo de "metas de atendimento e qualidade dos serviços" e no contrato de programa, com vista à progressiva expansão dos serviços, melhoria de sua qualidade e ao desenvolvimento da salubridade ambiental no município;

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

4.5. No encerramento do contrato de programa, se a receita auferida pela COSANPA com a prestação dos serviços delegados não tiver permitido a completa remuneração e amortização dos investimentos realizados, além de outros direitos e eventuais prejuízos, o MUNICÍPIO poderá optar entre:

4.5.1. Manter este convênio de cooperação e o contrato de programa pelo prazo necessário à remuneração e amortização, inclusive, podendo instituir fontes de receitas alternativas, complementares ou projetos associados de acordo com disposições das Leis federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

4.5.2. Retomar os serviços e as competências a eles relativas, pagando à COSANPA, previamente, a indenização correspondente, na forma do contrato de programa e Leis federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e ressarcindo-a de outros eventuais prejuízos;

4.5.3. Formalizar acordo para pagamento parcelado do montante;

4.5.4. Doar bens empregados nos serviços de água e esgotamento sanitário suficientes para saldar o montante devido;

4.5.5. Assumir os compromissos financeiros da COSANPA em cláusula contratual.

CLÁUSULA QUINTA

Das Obrigações do ESTADO

5.1. O ESTADO obriga-se a:

5.1.1. Estabelecer as metas e definir a política de saneamento básico no Estado do Pará, incorporando as metas específicas previstas para o MUNICÍPIO, constantes do contrato de programa a ser firmado com a COSANPA e de seus aditamentos;

5.1.2. Definir, acompanhar e avaliar o cumprimento das metas a que se refere o item 4.4;

5.1.3. Promover as revisões que se fizerem necessárias à fiel execução dos serviços, inclusive as propostas pelo MUNICÍPIO;

5.1.4. Fornecer, mediante solicitação formal e motivada do MUNICÍPIO, as informações e dados disponíveis acerca das competências delegadas;

5.1.5. Disponibilizar recursos institucionais, técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento das funções delegadas;

5.1.6. Promover, com a participação do MUNICÍPIO, a necessária coordenação de ações relacionadas às competências as ligadas aos setores de recursos hídricos, proteção do meio ambiente, de saúde pública e consumidor.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULA SEXTA

Das Obrigações do MUNICÍPIO

6.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

6.1.1. Celebrar contrato de programa com a COSANPA;

6.1.2. Isentar a COSANPA de todos os tributos municipais nas áreas e instalações operacionais existentes à data da celebração do contrato de programa, que será extensível àquelas criadas durante a sua vigência, e também de preços públicos relacionados ao uso de vias públicas, seu espaço aéreo e seu subsolo, e ao uso de quaisquer outros bens municipais necessários à execução dos serviços;

6.1.3. Ceder à COSANPA as servidões de passagem, já regularizadas, pelo prazo em que vigorar o contrato de programa;

6.1.4. Fornecer ao órgão regulador competente todas as informações referentes aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

6.1.5. Colaborar com o órgão regulador no acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas de expansão dos serviços, previstas no contrato de programa a ser firmado com a COSANPA;

6.1.6. Colaborar com o órgão regulador competente o estabelecimento e revisão de normas regulamentares e metas previstas no contrato de programa visando à eficiência no planejamento, regulação e fiscalização e prestação dos serviços;

6.1.7. Realizar, mediante entendimentos específicos com a COSANPA, acompanhados pelo órgão regulador competente, investimentos visando à antecipação de metas e ao atendimento de demandas não previstas no contrato de programa, assegurado o respectivo equilíbrio econômico-financeiro;

6.1.8. Verificar a adequação dos serviços prestados aos padrões estabelecidos no contrato de programa, nos instrumentos de planejamento e nas normas aplicáveis, apontando falhas, indicando as possíveis soluções, se for o caso, e comunicando-as o órgão regulador competente;

6.1.9. Declarar bens imóveis de utilidade pública, em caráter de urgência, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa; estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de bens imóveis, com a finalidade de assegurar a realização de serviços e obras, bem como sua conservação, vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e ao cumprimento dos planos e metas do presente acordo;

6.1.10. Comunicar à COSANPA e ao órgão regulador competente as reclamações recebidas dos usuários.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULA SÉTIMA

Das Obrigações Comuns

7.1. São obrigações comuns aos partícipes:

7.1.1. Zelar pela boa qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e estimular o aumento da sua eficiência;

7.1.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente convênio de cooperação, da legislação e da regulamentação aplicáveis;

7.1.3. Desenvolver ações que valorizem a economia de água, a fim de viabilizar políticas de preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente;

7.1.4. Manter em seus arquivos todas as informações e documentos relativos às redes, instalações e equipamentos utilizados na prestação dos serviços;

7.1.5. Promover a articulação entre a COSANPA e os órgãos reguladores de setores dotados de interface com o saneamento básico, especialmente os de recursos hídricos, proteção do meio ambiente, saúde pública e ordenamento urbano.

CLÁUSULA OITAVA

Da Vigência

8.1. O presente convênio de cooperação vigorará por 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado, desde que as partes manifestem seu interesse e mediante autorização do Poder Legislativo, vinculado ao contrato de programa a ser celebrado entre COSANPA e MUNICÍPIO, extinguindo-se após o efetivo cumprimento de todas as condições legais e cláusulas pactuadas no referido contrato, incluindo o prévio pagamento das indenizações, considerado indispensável ao válido encerramento do ajuste;

8.2. O ajuste poderá ser prorrogado por igual período, por meio de termo de aditamento, mediante autorização do Governador do Estado, desde que, um ano antes do advento do termo, haja expressa manifestação dos partícipes na continuidade da prestação dos serviços.

CLÁUSULA NONA

Da Denúncia e da Rescisão

9.1. O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) ano, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de qualquer de suas cláusulas, assegurado o cumprimento das obrigações previstas no contrato de programa.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

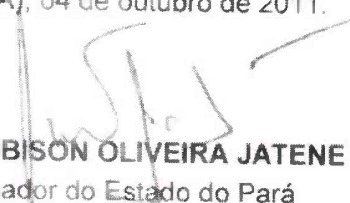
CLÁUSULA DÉCIMA

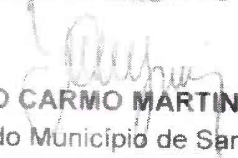
Do Foro


10.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes deste ajuste, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.


Belém (PA), 04 de outubro de 2011.

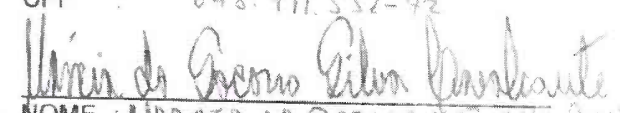

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
Governador do Estado do Pará


MARIA DO CARMO MARTINS LIMA
Prefeita do Município de Santarém


ANTONIO RODRIGUES DA SILVA BRAGA
Presidente da COSANPA

TESTEMUNHAS:


NOME : ALFREDO BARÃO
CPF : 045.911.552-92


NOME : MARIA DO SOCORRO SILVA CAVALCANTE
CPF : 190.370.402-25





Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO
SANITÁRIO QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA
DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA E O
MUNICÍPIO DE SANTARÉM

ANEXO II

Metas de Atendimentos e Qualidade dos Serviços

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém- Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 5DE38C8.A04D.AC7.84CD60AEE6DAA5F1A0
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/238405 Anexo/Sequencial: 3



Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

ANEXO II - SANTARÉM

METAS DE ATENDIMENTO E QUALIDADE DO SERVIÇO

1. **Índice de Cobertura de Abastecimento d'água (ICA):**
 - 1.1. Fórmula e definição dos termos utilizados:
 $ICA = (Pop\ Ag / Pop\ T) \times 100$, onde:
 Pop Ag = População atendida com abastecimento d'água na área de atuação da COSANPA
 Pop T = População total na área de atuação da COSANPA
 - 1.2. Situação atual do Indicador: 71,21 %
 - 1.3. Metas a serem alcançadas:
 - 1.3.1. No curto prazo (até 2017): 90%
 - 1.3.2. No médio prazo (até 2027): 95%
 - 1.3.3. No longo prazo (até 2033): 100%
2. **Índice de Cobertura de Coleta de esgoto sanitário (ICE):**
 - 2.1. Fórmula e definição dos termos utilizados:
 $ICE = (Pop\ Eg / Pop\ T) \times 100$, onde:
 Pop Eg = População atendida com esgoto sanitário na área de atuação da COSANPA
 Pop T = População Total na área de atuação da COSANPA
 - 2.2. Situação atual do Indicador: 0%
 - 2.3. Metas a serem alcançadas:
 - 2.3.1. No curto prazo (até 2017): 20%
 - 2.3.2. No médio prazo (até 2027): 40%
 - 2.3.3. No longo prazo (até 2033): 60%
3. **Índice de Hidrometração (IHid):**
 - 3.1. Fórmula e definição dos termos utilizados:
 $IHid = (LHid / LT) \times 100$, onde:
 LHid = Número de ligações ativas com hidrômetro na área de atuação da COSANPA
 LT = Número total de ligações ativas na área de atuação da COSANPA
 - 3.2. Situação atual do Indicador: 0%
 - 3.3. Metas a serem alcançadas:
 - 3.3.1. No curto prazo (até 2017): 20%
 - 3.3.2. No médio prazo (até 2027): 40%
 - 3.3.3. No longo prazo (até 2033): 60%
4. **Índice de Perda (IP):**
 - 4.1. Fórmula e definição dos termos utilizados:
 $IP = (VP - VF) / VP \times 100$, onde:
 VTP = Volume Produzido em m³ pela COSANPA
 VTF = Volume Faturado em m³ pela COSANPA
 OBS.: Na apuração do volume em m³ serão consideradas as medições e as estimativas.
 - 4.2. Situação atual do Indicador: 46,12%
 - 4.3. Metas a serem alcançadas:
 - 4.3.1. No curto prazo (até 2017): 40%
 - 4.3.2. No médio prazo (até 2027): 30%
 - 4.3.3. No longo prazo (até 2033): 20%

Av. Magalhães Barata, 1201
 Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém-Pará
 E-mail: cosanpaget@cosanpa.pa.gov.br
 Página 1 de 2



Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

ANEXO II - SANTARÉM

METAS DE ATENDIMENTO E QUALIDADE DO SERVIÇO

5. **Índice de Análises Bacteriológicas (IAB):**

5.1. Fórmula e definição dos termos utilizados:

IAB = (NAB / NAT) X 100, onde:

NAB = Nº de análises bacteriológicas realizadas (coliforme) em conformidade com a Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde

NAT = Número total de análises efetuadas

5.2. Situação atual do Indicador: 91,30 %

5.3. Metas a serem alcançadas:

5.3.1. No curto prazo (até 2017): 95%

5.3.2. No médio prazo (até 2027): 95%

5.3.3. No longo prazo (até 2033): 95%

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Maíra de Deus Dias Dias (Lei 11.419/2006)
EM 05/03/2021 12:41 (Hora Local) - Aut. Assinatura: C6705E9B68F56DDB.55A49B47016DAF07.5A7006FEBB2FFCC.7CDC1A2A92D21889



Companhia de Saneamento do Pará

CONTRATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013

**CONTRATO DE PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO
SANITÁRIO QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA
DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA E O
MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

ANEXO III

Relatório de Bens e Direitos Reversíveis

Av. Magalhães Barata, 1201
Fone: (91) 3202-8562 – Fax: 3236-2199 – CEP: 66.060-670 – Belém- Pará
E-mail: cosanpagab@cosanpa.pa.gov.br

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
EMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L002664	VENTILADOR DE MESA GENERAL ELETRIC	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111000	Escritório de Santarém	32.56	32.56	0,00	31/12/1983
L002665	MOTOR ELÉTRICO BRASIL RPM-3500 MOD-56RC6252 SERIE-EB06134 1/4CV 3500RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111000	Escritório de Santarém	132.23	132.23	0,00	31/12/1983
L002689	MESA DE AÇO C/4 GAVETAS TAM. 0.91 X 0.45 C/4GAVETAS TAM-0.91 X 0.45M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	41.38	41.38	0,00	31/12/1983
L002975	MESA DE MADEIRA TAM 1.50 X 0.65 C/ 6 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	69.90	69.90	0,00	31/12/1983
L002981	MAQUINA DE ESCRIVER MANUAL OLYMPIA N 082502-0010K0K2	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	25.69	25.69	0,00	31/12/1983
L002996	LINHA TELEFONICA N 0181	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	87.13	87.13	0,00	31/12/1983
L003116	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO MARCA IFMOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	4.82	4.82	0,00	31/12/1983
L003119	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	4.82	4.82	0,00	31/12/1983
L003202	MESA DE MADEIRA TAM 1,70 X 0,75 C/ 6 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	32.72	32.72	0,00	31/12/1983
L007110	FOGAO COM DUAS BOCAS PEITIT CONTINENTAL 201	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL. OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	8.94	8.94	0,00	31/10/1987
L007164	MAQUINA DE AUTENTICAR DE CAIXA C/8 TOTALIZADORES BURROUGHS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	682.80	682.80	0,00	31/08/1987
L007165	MAQUINA DE AUTENTICAR DE CAIXA C/8 TOTALIZADORES BURROUGHS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	682.80	682.80	0,00	31/08/1987
L007912	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	164.07	164.07	0,00	31/01/1988
L007913	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	164.07	164.07	0,00	31/01/1988
L007914	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	164.07	164.07	0,00	31/01/1988
L007915	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	164.07	164.07	0,00	31/01/1988
L007916	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	164.07	164.07	0,00	31/01/1988
L007918	BOMBA SUBMERSA DE 1 CV TIPO BIBO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL. - EQUIP. ELTRO-MECANICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	111.74	111.74	0,00	31/08/1988
L007921	MESA DE MADEIRA COM 6 GAVETAS TAMANHO 1,70X0,75	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	77.86	77.86	0,00	31/01/1988
L007926	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO VINIL PRETO REF-B400-74 CROMADA-BELFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	15.73	15.73	0,00	31/01/1988
L007941	APARELHO TELEFONICO MOD. 849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	58.12	58.12	0,00	31/08/1988
L007949	ESTABILIZADOR DE 15 KVA TRIFASICO SAIDA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111000	Escritório de Santarém	13.88	13.88	0,00	31/08/1988
L007953	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS TAM 1.54X93M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	202.99	202.99	0,00	31/05/1988
L007999	VENTILADOR DE TETO CICLONE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111000	Escritório de Santarém	63.92	63.92	0,00	31/08/1988
008504	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI VIS. PROT. SOM	7220	3111000	Escritório de Santarém	10.93	10.93	0,00	30/09/1988
009457	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - EQUIP. SEGURANCA-PROTECAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	76.34	76.34	0,00	31/03/1989

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L009464	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - EQUIP. SEGURANCA PROTECAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	76,34	76,34	0,00	31/03/1989
L009469	LIQUIDIFICADOR WALITA GAMA LT 81/83/85	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111000	Escritório de Santarém	64,29	64,29	0,00	31/03/1989
L009470	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0.70 X 1,2	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	160,50	160,50	0,00	28/02/1989
L009477	MESA DE CENTRO MARCA ASTECA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111000	Escritório de Santarém	257,56	257,56	0,00	30/04/1989
L011372	MICROFONE MARCA PIEZO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI VIS. PROT. SOM	7220	3111000	Escritório de Santarém	65,03	65,03	0,00	30/09/1988
R003605	AUTOMÓVEL VOLKSWAGEN MODELO FUSCA PLAC	USO	ITENS EM USO	F880	REAVALIACAO - VEICULOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	2.000,00	124,20	1.875,80	30/10/2002
R022585	UTILITÁRIO FORO, MODELO RANGER XL, PLACA	USO	ITENS EM USO	I880	REAVALIACAO - VEICULOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	26.000,00	2.236,14	23.763,86	30/10/2002
002664	VENTILADOR DE MESA GERAL ELETRIC	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	32,41	32,41	0,00	31/12/1983
002965	MOTOR FLETTRICO BRASIL RPM-3500 MOD-56RC6752 SERIE EB06134 1/4CV 3500RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	131,61	131,61	0,00	31/12/1983
002689	MESA DE ACO C/4 GAVETAS TAM. 0.91 X 0.45 C/4GAVETAS TAM. 0.91 X 0.45M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	41,19	41,19	0,00	31/12/1983
002975	MESA DE MADEIRA TAM 1.50 X 0.65 C/6 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	69,57	69,57	0,00	31/12/1983
002981	MAQUINA DE ESCRREVER MANUAL OLYMPIA N 082-02-0010K0K2	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	25,57	25,57	0,00	31/12/1983
002996	APARELHO TELEFONICO N 0181	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	86,72	86,72	0,00	31/12/1983
003116	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO MARCA LEMOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	4,80	4,80	0,00	31/12/1983
003119	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	4,80	4,80	0,00	31/12/1983
003134	MOTOR ELETTRICO WEG DE 25CV RPM 3540	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
003202	MESA DE MADEIRA TAM 1,70 X 0,75 C/6 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	32,57	32,57	0,00	31/12/1983
003626	BOMBA DOSADORA COM MOTOR ELETTRICO WEG 0,33 CV	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	852	EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO	7220	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
003502	CADEIRA EM PALINHA FIXA SEM BRACO	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	31/10/2000
006171	MESA DE MADEIRA COM 4 GAVETAS TAMANHO 1,40M X 0,65M	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
007110	FOGAO COM DUAS BOCAS PETITI CONTINENTAL-201	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	8,89	8,89	0,00	31/10/1987
007164	MAQUINA DE AUTENTICAR DE CAIXA C/8 TOTALIZADORES BURROUGHS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	679,58	679,58	0,00	31/08/1987
007165	MAQUINA DE AUTENTICAR DE CAIXA C/8 TOTALIZADORES BURROUGHS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	679,58	679,58	0,00	31/08/1987
007912	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	163,30	163,30	0,00	31/01/1988
007913	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	163,30	163,30	0,00	31/01/1988
007914	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	163,30	163,30	0,00	31/01/1988
007915	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	163,30	163,30	0,00	31/01/1988
007916	APARELHO TELEFONICO GTE-849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	163,30	163,30	0,00	31/01/1988
007918	BOMBA SUBMERSA DE 1 CV TIPO BIBO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	111,21	111,21	0,00	31/08/1988

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
007921	MESA DE MADEIRA COM 6 GAVETAS TAMANHO 1.70X0.75	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	77.49	77.49	0.00	31/01/1988
007926	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO VINIL PRETO REF-B400-74 CROMADA-BELFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	15.65	15.65	0.00	31/01/1988
007941	APARELHO TELEFONICO MOD. 849	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	7220	3111000	Escritório de Santarém	57.84	57.84	0.00	31/08/1988
007949	ESTABILIZADOR DE 15 KVA TRIFASICO SAIDA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	13.81	13.81	0.00	31/08/1988
007953	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS TAM 1,54X93M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	202.04	202.04	0.00	31/05/1988
007989	VENTILADOR DE TETO CICLONE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	63.62	63.62	0.00	31/08/1988
008414	CARROÇERIA PARA CAMINHÃO D-60 CHASSI 93G443NNJC035578	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	880	VEICULOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	724.10	724.10	0.00	10/01/1992
008504	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP.AUDIOS VISUAIS PROTECAO E SOM	7220	3111000	Escritório de Santarém	10.88	10.88	0.00	30/09/1988
008547	CADEIRA EM PALINHA FIXA SIERRACO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	0.00	0.00	0.00	01/12/1987
008572	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	0.00	0.00	0.00	01/04/1997
009457	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCAS E PROTECAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	75.98	75.98	0.00	31/03/1989
009464	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCAS E PROTECAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	75.98	75.98	0.00	31/03/1989
009469	LÍQUIDIFICADOR WALT A GAMA LT-81/83/85	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	63.99	63.99	0.00	31/03/1980
009470	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0.70 X 1.2	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	159.75	159.75	0.00	28/02/1989
009477	MESA DE CENTRO MARCA ASTECA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	256.35	256.35	0.00	30/04/1989
011372	MICROFONE MARCA PIEZO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP.AUDIOS VISUAIS PROTECAO E SOM	7220	3111000	Escritório de Santarém	64.72	64.72	0.00	30/09/1988
015074	MOTOR-BOMBA STIHL MODELO P840	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	569.89	569.89	0.00	01/01/1995
015786	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACO 00000003601113	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	70.11	70.11	0.00	31/10/1991
018297	BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO GARRAFAO PARA AG MARCA ESMALTEC EM INOX	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	350.00	350.00	0.00	01/12/1996
018298	TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR MOD KB-8928	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	169.00	169.00	0.00	01/12/1996
018374	CPU PENTIUM IBM PERSONAL COMPUTER MOD 6282-28 S/N 82BH5DA	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	0.00	0.00	0.00	28/02/1998
018375	MONITOR DE VIDEO IBM G40 MOD 6542-105 S/N 8231483	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	0.00	0.00	0.00	28/02/1998
018376	TECLADO PARA MICROCOMPUTADOR MOD KB8928	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	0.00	0.00	0.00	28/02/1998
018377	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS MARCA PANDIN	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	0.00	0.00	0.00	28/02/1998
018824	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	173.00	173.00	0.00	01/08/1997
018825	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	173.00	173.00	0.00	01/08/1997
018826	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	173.00	173.00	0.00	01/08/1997
018890	MONITOR DE VIDEO IBM G40 MOD. 6542-105 S/N 8231270	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	173.00	173.00	0.00	01/08/1997
019910	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 18000 BTUS S/N. D8203925	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.315.00	1.315.00	0.00	28/02/1998

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
019911	CONDICIONADOR DE AR CONSUL DE 18.000BTUS S/N. 004181395	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1 315,00	1 315,00	0,00	30/08/1998
019912	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 15000 BTUS S/N D8195708	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1 160,00	1 160,00	0,00	30/08/1998
019913	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 15000 BTUS S/N C8126382	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1 160,00	1 160,00	0,00	30/08/1998
019915	CADEIRA ESTUFADA GIRATORIA TIPO DIRETOR C/ BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	195,00	195,00	0,00	30/08/1998
021148	MOTONETA AGRALE SMC CITY COR AZUL MOD. 1999 CHASSI 9C9M38V7XXM000010	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	880	VEICULOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	3 076,07	3 076,07	0,00	30/09/1999
021149	MOTONETA AGRALE SMC CITY 50 COR AZUL MOD. 1999 CHASSI 9C9M38V7XXM000022 4.5 CV 49CC	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	880	VEICULOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	3 076,07	3 076,07	0,00	30/09/1999
021194	RELOGIO DE PONTO DIMEP MOD. ECON II S/N. 731457	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	1 200,00	1 200,00	0,00	31/12/1999
021288	APARELHO TELEFONICO FONECOM N° 12943238 C/ CHAVE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	33,90	33,90	0,00	31/12/1999
021289	APARELHO TELEFONICO FONECOM N° 12963258 C/ CHAVE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	33,90	33,90	0,00	31/12/1999
021291	APARELHO TELEFONICO FONECOM N° 12056558 C/ CHAVE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	33,90	33,90	0,00	31/12/1999
021362	APARELHO TELEFONICO C/ CHAVE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	33,90	33,90	0,00	29/02/2000
021454	APARELHO TELEF. IBRATELE MASTER N° 433765	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	37,40	37,40	0,00	31/08/2000
021800	APARELHO TELEFONICO BRASIFONE COR PRETA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	25,00	24,15	0,05	31/05/2002
022123	ESCRIVANINHA EM MADEIRA DE CEDRO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	130,00	121,00	9,00	31/05/2002
022383	BICICLETA DE CARGA PRINCE BIKE N° 2D05308	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	880	VEICULOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	320,00	320,00	0,00	30/11/2002
022877	FAX PANASONIC BRANCO KX FP153 N°S 2 DARA 018315	USO	ITENS EM USO	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111000	Escritório de Santarém	939,00	884,64	54,36	31/12/2002
022943	MAQUINA DE ESCREVER ELETR. OLIVETTI	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	349,00	328,88	20,12	30/11/2002
022967	COMPUTADOR PENTIUM IV 1.7GHZ HD20 GB	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	2 270,00	2 270,00	0,00	30/04/2003
022968	MONITOR, TECLADO, MOUSE E CAIXA DE SOM.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	530,00	530,00	0,00	30/04/2003
023065	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACOS	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	88,00	76,80	11,20	31/07/2003
023299	IMPRESSORA HP LASERJET N°S 8RCB017830	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	2 602,00	2 602,00	0,00	31/08/2003
023495	IMPRESSORA HP 1300	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	2 678,00	2 678,00	0,00	31/03/2004
023590	ESTANTE DESMONTAVEL 30CM CINZA	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	89,00	71,10	17,90	30/04/2004
024419	NOBREAK 1200VA	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	360,00	201,20	158,80	31/10/2006
024642	GAB CPU ITAUTEC MOD ST4342	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1 409,00	1 337,28	71,72	01/04/2007
024678	MONITOR LG FLATION S/N. 7035PCA/7035	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	589,00	559,30	29,70	01/04/2007
024680	MONITOR LG FLATION S/N. 7035PNYJ5703 INFOWAY	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	589,00	559,30	29,70	01/04/2007
024705	GUILHOTINA	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
025452	MONITOR DE VIDEO POSITIVO LCD 15POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL- ORIGINAL	VLDP- ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
025463	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859871 C/ TECLADO E MOUSE ÓPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025454	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025455	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859842 C/ TECLADO E MOUSE ÓPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025458	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025461	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859795 C/ TECLADO E MOUSE ÓPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025462	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15 POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	471,57	377,90	93,67	02/06/2008
025463	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859792 C/ TECLADO E MOUSE ÓPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.063,08	852,04	211,04	02/06/2008
025465	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859864 C/ TECLADO E MOUSE ÓPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.063,08	852,04	211,04	02/06/2008
025470	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025962	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025963	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025964	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025965	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025966	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025973	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025977	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025978	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025979	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025980	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025981	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025982	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA TIPO SECRETARIA C/ 2 GAVETAS	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025987	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025988	ESTA?AO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111000	Escritório de Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
026629	CENTRAL DE AR SPLIT KOMEKO 48 000 BTUS MOD. KOP48FCUE220	FIS	ITENS FISICOS	868	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
027410	MONITOR DE VIDEO LCD INFOWAY 19" S/N TCH3297331500636587	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	486,01	105,30	380,71	02/08/2010
027414	GAB. CPU INFOWAY S/N 4001142100016 C/ TECLADO E MOUSE E CAIXA DE SOM	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	1.588,99	344,24	1.244,75	02/08/2010
027542	GAB. CPU INTEL CELERON C/ TECLADO E MOUSE E CAIXA DE SOM	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	900,00	180,00	720,00	01/09/2010
027543	MONITOR DE VIDEO SAMSUNG 15" S/N PU16HXHZ309628M	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	398,50	79,68	318,82	01/09/2010
028700	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N. 1131074.	USO	ITENS EM USO	868	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
028701	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131085	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
028702	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131119	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
028703	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131078	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
028704	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131097	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
028705	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131088	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
028706	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131057	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
028707	BEBEDOURO ELETRICO PRESS BABY N 1131054	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111000	Escritório de Santarém	413,86	10,35	403,51	01/02/2012
023524	CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES AZUL	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7210	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	29/02/2004
023525	CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES AZUL	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7210	3111000	Escritório de Santarém	0,00	0,00	0,00	29/02/2004
L002991	MESA DE MADEIRA C/6GAV REVEST EM FORM TAM-1,55M X 0,78M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	65,77	65,77	0,00	31/12/1983
L003193	BOMBA WORTHINGTON TIPO DELTA SEIRE- BX66586 MOD D9X6X13 TIPO DELTA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	966,92	966,92	0,00	31/12/1983
L003210	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	14,84	14,84	0,00	31/12/1983
L003780	BOMBA MARK	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	83,22	83,22	0,00	30/12/1980
L006186	MOTOR ELETRICO N-GTI6091 50CV 3550RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL - EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	878,64	878,64	0,00	31/07/1985
L007137	MESA DE MADEIRA C/2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	58,84	58,84	0,00	30/04/1987
L007196	CADEIRA DE MADEIRA GIRATORIA REVESTIDA HOLANDA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	82,59	82,59	0,00	30/11/1987
L007978	ESCADA DE MADEIRA ESTENSIVA DE 5 MTS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL - OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	116,33	116,33	0,00	30/06/1988
L007997	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER FLORENSE EM CEREJEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	43,69	43,69	0,00	31/08/1988
008599	CADEIRA DE MADEIRA P/PIATTO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009467	MAQUINA DE CALCULAR ELETRONICA LOG-49	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	210,81	210,81	0,00	31/01/1989
009490	ARQUIVO DE ACO C/5 GAVETAS N 8936723	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	420,74	420,74	0,00	30/06/1989
002991	MESA DE MADEIRA C/6GAV REVEST EM FORM TAM-1,55M X 0,78M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	65,46	65,46	0,00	31/12/1983
003193	BOMBA WORTHINGTON TIPO DELTA SEIRE- BX66586 MOD D8X6X13 TIPO-DELTA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	962,36	962,36	0,00	31/12/1983
003210	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	14,77	14,77	0,00	31/12/1983
003780	BOMBA MARK	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	82,83	82,83	0,00	30/12/1980
006186	MOTOR ELETRICO N-GTI6091 50CV 3550RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	874,50	874,50	0,00	31/07/1985
007137	MESA DE MADEIRA C/2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	58,56	58,56	0,00	30/04/1987
007196	CADEIRA DE MADEIRA GIRATORIA REVESTIDA HOLANDA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	82,20	82,20	0,00	30/11/1987
007978	ESCADA DE MADEIRA ESTENSIVA DE 5 MTS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	115,78	115,78	0,00	30/06/1988

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
007997	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER FLORENSE EM CEREJEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	43,49	43,49	0,00	31/08/1988
008599	CADEIRA DE MADEIRA P/PIPIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009467	MAQUINA DE CALCULAR ELETRONICA LOG-49	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	209,81	209,81	0,00	31/01/1989
009490	MAQUINA DE CALCULAR ELETRICA OLIVETTI N 8936723	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	418,76	418,76	0,00	30/06/1989
016592	MEDIDOR DE NIVEL DE 100 METROS	USO	ITENS EM USO	860	EQUIPAMENTOS DE MEDICAO E CONTROLE	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	383,25	345,36	37,89	12/04/1994
025923	NORBREAK DE 6 KVA SIN 246130000190 SMS	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	6.900,00	2.765,06	4.134,94	02/06/2008
025972	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO .	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025990	MESA TIPO SECRETARIA C/ 3 GAVETAS	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	275,00	116,98	158,02	03/03/2008
025991	LONGARINA P/ 2 LUGARES .	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	160,00	58,02	91,98	03/03/2008
025992	CONJUNTO DE LONGARINA P/ 2 LUGARES .	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111001	Recepção do Escritório Santarém	160,00	58,02	91,98	03/03/2008
L002662	BANCO DE MADEIRA FIXO PARA DESENHO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L857	LEI COMPL - EQUIP ENGENHARIA E DESENHO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,68	10,68	0,00	31/12/1983
L012867	MAQUINA DE CALCULAR ELETRICA OLIVETTI N A1301308	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	17,24	17,24	0,00	31/12/1983
L002694	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	4,82	4,82	0,00	31/12/1983
L002960	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	25,92	25,92	0,00	31/12/1983
L002961	MESA DE MADEIRA COM 1 GAVETA TAM. 2,00 X C/1 GAVETA TAM. 2,00 X 1,00M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	132,66	132,66	0,00	31/12/1983
L002963	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	25,92	25,92	0,00	31/12/1983
002999	QUADRO DE MADEIRA PARA MAPA TAM.2,50M X 1,30M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	18,43	18,43	0,00	31/12/1983
003107	ARMARIO DE MADEIRA C/ 2 PORTAS C/2PORTAS ENVIDRAÇADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	51,81	51,81	0,00	31/12/1983
003209	CADEIRA DE MADEIRA COM BRACO GIRATORIA R	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	49,20	49,20	0,00	31/12/1983
003212	FICHARIO DE ACRILICO PEQUENO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	14,83	14,83	0,00	31/12/1983
003666	MESA DE MADEIRA COM 1 GAVETA TAMANHO 0.8 C/1 GAVETA TAM.0,80M X 0,40M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	11,42	11,42	0,00	31/12/1983
003698	EXTINTOR DE INCENDIO AGUA-GAS 10 L N	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL - EQUIP SEGURANCA PROTECAO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	23,32	23,32	0,00	31/12/1983
003807	MAQUINA DE ESCRIVER MANUAL OLIVETTI	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	84,39	84,39	0,00	30/12/1980
005946	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST REF-568 PALINHA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	29,16	29,16	0,00	31/08/1984
006718	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	20,69	20,69	0,00	31/01/1986
007180	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7.500 BTUS 15000 BTUS N. 3814E7035850	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	702,83	702,83	0,00	30/09/1987
007182	GELADEIRA MARCA CLIMAX LUXO 240L REF RC 2400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	205,11	205,11	0,00	30/09/1987
007190	BANCO TRES LUGARES FLORENSE C/ENCOSTO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	84,42	84,42	0,00	30/11/1987
007937	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7.500 BTUS 11000 BTUS MOD-27 N 78117023646	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	359,57	359,57	0,00	30/04/1988

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L007977	MAQUINA DE CALCULAR ELETRONICA LOG-49 OLIVETTI N 985848	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	351,57	351,57	0,00	30/06/1988
L007989	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	39,65	39,65	0,00	31/07/1988
L007996	CONDICIONADOR DE AR DE 10.000 BTUS MARCA CONSUL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETROINICO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	463,55	463,55	0,00	31/08/1988
L008503	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008505	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008506	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008507	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008508	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008509	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008510	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
L008511	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL. - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
002662	BANCO DE MADEIRA FIXO PARA DESENHO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	857	EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA E DESENHO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,63	10,63	0,00	31/12/1983
002687	MAQUINA DE CALCULAR ELETROICA OLIVETTI N A1301308	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	17,15	17,15	0,00	31/12/1983
002694	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	4,80	4,80	0,00	31/12/1983
002960	CADEIRA EM PALINHA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	25,79	25,79	0,00	31/12/1983
002961	MESA DE MADEIRA COM 1 GAVETA TAM. 2,00 X C/1 GAVETA TAM.2,00 X 1,00M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	132,04	132,04	0,00	31/12/1983
002963	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	25,79	25,79	0,00	31/12/1983
002999	QUADRO DE MADEIRA PARA MAPA TAM.2,50M X 1,30M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	18,34	18,34	0,00	31/12/1983
003107	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS C/2PORTAS ENVIDRACADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	51,57	51,57	0,00	31/12/1983
003209	CADEIRA DE MADEIRA COM BRACO GIRATORIA R	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	48,96	48,96	0,00	31/12/1983
003212	FICHARIO DE ACRILICO PEQUENO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	14,76	14,76	0,00	31/12/1983
003666	MESA DE MADEIRA COM 1 GAVETA TAMANHO 0.8 C/1 GAVETA TAM.0.80M X 0.40M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	11,37	11,37	0,00	31/12/1983
003687	ARMARIO DE MADEIRA C/5 PORTAS TAM. 2,75M X 1,67M	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
003698	EXTINTOR DE INCENDIO AGUA-GAS 10 L N	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCAS E PROTECAO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	23,21	23,21	0,00	31/12/1983
003807	MAQUINA DE ESCRIVER MANUAL OLIVETTI	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	83,99	83,99	0,00	30/12/1980
005946	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST REF-588 PALINHA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	29,02	29,02	0,00	31/08/1984
006718	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	20,59	20,59	0,00	31/01/1986
007171	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
007180	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7.500 BTUS 15000 BTUS N .3814E/035850	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	699,52	699,52	0,00	30/09/1987

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

ITEMAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT. IMOBIL.
007182	GELADEIRA MARCA CLIMAX LUXO 240L REF RC 2400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	204,14	204,14	0,00	30/03/1987
007190	CADEIRA EM PALINHA C/3 LUGARES FLORENSE CIENCOSTO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	84,02	84,02	0,00	30/11/1987
007937	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7.500 BTUS 11000 BTS MOD-27 N 78117023646	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	357,88	357,88	0,00	30/04/1988
007977	MAQUINA DE CALCULAR ELETRONICA LOG-49 OLIVETTI N 935848	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	349,91	349,91	0,00	30/06/1988
007989	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	39,46	39,46	0,00	31/07/1988
007996	CONDICIONADOR DE AR DE 10.000 BTUS MARCA CONSUL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	461,37	461,37	0,00	31/08/1988
008503	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP. AUDIOS VISUAIS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008505	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	PROTECAO E SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008506	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP. AUDIOS VISUAIS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008507	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	PROTECAO E SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008508	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP. AUDIOS VISUAIS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008509	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	PROTECAO E SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008510	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP. AUDIOS VISUAIS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008511	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	PROTECAO E SOM	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
009820	IMPRESSORA EPSON	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	0,12/1997
015757	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 18000 BTUS 0000000096436328MASTER	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	621,21	621,21	0,00	29/11/1991
016017	INTERFACE SERIE-4241	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	834,85	834,85	0,00	13/02/1992
018135	MESA DE ACO PARA MAQUINA DE ESCRIVER	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018136	MESA DE ACO PARA TERMINAL DE VIDEO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018137	MESA P/ IMPRESSORA C/ ESTRUTURA EM ACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	40,00	40,00	0,00	01/12/1996
018140	MESA DE ACO COM 4 GAVETAS TAM 1,70X0,75	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018148	MESA DE ACO PARA TERMINAL DE VIDEO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018151	MESA DE ACO C/ 4 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	319,00	319,00	0,00	01/12/1996
018152	ESTANTE DE ACO C/ 5 DIVISOES	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	45,00	45,00	0,00	01/12/1996
018153	ESTANTE DE ACO C/ 5 DIVISOES	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	45,00	45,00	0,00	01/12/1996
019916	IMPRESSORA COLOR 720 HP R	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	910,00	910,00	0,00	30/08/1998
024659	MONITOR LG FLATION MOD L15NS-7	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	589,00	549,48	39,52	01/04/2007
024694	GABINETE CPU ITAITEC	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
025457	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859825 C/ TECLADO E MOUSE OPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MEMORIAL	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
025466	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	471,57	377,90	93,67	02/06/2008
025467	GABINETE CPU POSITIVO SN 2859811 C/ TECLADO E MOUSE OPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	1.063,08	852,04	211,04	02/06/2008
025472	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025974	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025975	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025976	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
026630	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026631	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026632	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026633	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026634	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026635	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026636	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026637	LONGARINA ESTUFADA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026638	CENTRAL DE AR SPRIT KUNEGO 24.000 BTUS	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026639	QUADRO DE CHAMADA DE SENHA P/ ATENDIMENT	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111002	Gerencia de Comercialização do Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
002965	LINHA TELEFONICA N 8150181	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	87,13	87,13	0,00	31/12/1983
002974	MESA DE ACO C/1 GAVETA TAM 0,42 X 0,42 C/1 GAVETA TAM 0,42M X 0,42M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	18,73	18,73	0,00	31/12/1983
007156	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO VINIL PRETA MARC-BALFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	24,22	24,22	0,00	30/11/1987
007184	MESA DE MADEIRA C/4 GAVETAS MARCA Balfar CROMADA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	84,76	84,76	0,00	30/09/1987
007194	CADEIRA DE MADEIRA GIRATORIA REVESTIDA COM PE PINTADO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	89,64	89,64	0,00	30/11/1987
007910	CADEIRA DE MADEIRA COM BRACO GIRATORIA R COM PALINHA REF-7220 FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	105,19	105,19	0,00	31/01/1988
007959	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI MOD.TEKNE 7 CARRO 46 PAICA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	614,15	614,15	0,00	31/05/1988
007993	FOGOAO COM DUAS BOCAS MARCA CONTINENTAL 2001	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL - OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	17,74	17,74	0,00	31/07/1988
008000	BALCAO DE ALUMINIO COM TAMPA DE MARMORE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	511,14	511,14	0,00	31/08/1988
008501	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
008502	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL - EQUIP. AUDI. VIS. PROT. SOM	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	10,93	10,93	0,00	30/09/1988
008551	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 MALASA TAMANHO 1,00X0,50M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	58,31	58,31	0,00	31/10/1988
008555	CADEIRA DE MADEIRA FLORENSE GIRATORIA SIBRACO REV EM VIME	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	39,19	39,19	0,00	30/11/1988

10/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VL.LIQ. DO BEM	DT. IMOBIL.
L009424	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI TEMPO 112	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	683,13	683,13	0,00	31/03/1989
L011158	LINHA TELEFONICA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L856	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	818,52	818,52	0,00	30/09/1987
R002676	BOMBA WORTHINGTON	USO	ITENS EM USO	O851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	3.880,00	257,51	3.622,49	30/10/2002
002965	APARELHO TELEFONICO N 8150181	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	86,72	86,72	0,00	31/12/1983
002974	MESA DE ACO C/1 GAVETA TAM 0,42 X 0,42 C/1 GAVETA TAM 0,42M X 0,42M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	18,64	18,64	0,00	31/12/1983
007156	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO VINIL PRETA MARC.BALFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	24,10	24,10	0,00	30/11/1987
007184	MESA DE MADEIRA C/4 GAVETAS MARCA BALFAR CROMADA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	84,36	84,36	0,00	30/09/1987
007194	CADEIRA DE MADEIRA GIRATORIA REVESTIDA COM PE PINTADO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	89,21	89,21	0,00	30/11/1987
007910	CADEIRA DE MADEIRA COM BRACO GIRATORIA R COM PALINHA REF-7220 FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	104,69	104,69	0,00	31/01/1988
007959	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI MOD TEKNE 7 CARRO 46 PAICA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	611,25	611,25	0,00	31/05/1988
007993	FOGAO COM DUAS BOCAS MARCA CONTINENTAL 2001	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	17,65	17,65	0,00	31/07/1988
008000	BALCAO DE ALUMINIO COM TAMPA DE MARMORE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	508,74	508,74	0,00	31/08/1988
008501	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIPAMENTOS VISUAIS PROTECAO E SOM	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008502	CAIXA DE SOM ACUSTICA CSR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIPAMENTOS VISUAIS PROTECAO E SOM	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	10,88	10,88	0,00	30/09/1988
008551	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 IMALASA TAMANHO 1.00X0,50M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	58,03	58,03	0,00	31/10/1988
008555	CADEIRA DE MADEIRA FLORENSE GIRATORIA SBRACO REV EM VIME	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	39,00	39,00	0,00	30/11/1988
009424	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI TEMPO 112	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	679,91	679,91	0,00	31/03/1989
011158	LINHA TELEFONICA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	896	DIREITOS DE USO DO TELEFONE	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	814,66	814,66	0,00	30/09/1987
315789	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACO 000000003601115	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	70,11	70,11	0,00	31/10/1991
315902	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACO 000000003601124	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	70,11	70,11	0,00	31/10/1991
317234	CONDICIONADOR DE AR DE 7.500 BTUS MARCA CONSUL N. J5026468	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	639,00	639,00	0,00	02/01/1996
317472	CENTRAL TELEFONICA PABX FLEX 4	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	1.567,00	1.567,00	0,00	31/01/1996
318128	ARMARIO DE ACO C/ 2 PORTAS MED. 1,95M X 0,90M	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
322300	ARMARIO EM ACO C/ 2 PORTAS	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111003	Sub-gerencia Administrativa e Financeira Baixo Amazonas	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
303642	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Juara - Santarém	4,82	4,82	0,00	31/12/1983
307126	CADEIRA DE PLASTICO FIXA SEM BRACO MARFINITE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Juara - Santarém	7,77	7,77	0,00	30/04/1987
307170	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO MARCA LEMOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Juara - Santarém	7,48	7,48	0,00	30/09/1987
307903	GELADEIRA CLIMAX 2400L RC2400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Juara - Santarém	239,64	239,64	0,00	31/12/1987

CONTA DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L007908	BALCAO DE MADEIRA REVESTIDO EM FORMICA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	106,16	106,16	0,00	31/01/1988
L007961	MESA DE MADEIRA COM 6 GAVETAS EM FORMA DE L FLORENSE TAM 1,80 X 7,5	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	133,17	133,17	0,00	30/04/1988
L008591	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L009468	FOGAO DE 4 BOCAS DAKO COMODORO PALACE 2872	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL. - OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	130,99	130,99	0,00	31/03/1989
L015291	BOMBA CENTRIFUGA KSB MOD-80/40/2 OP-90023	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	189,52	189,52	0,00	10/08/1990
R012440	BOMBA SUBMERSA	USO	ITENS EM USO	M851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	11.170,00	601,72	10.568,28	30/10/2002
003642	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	4,80	4,80	0,00	31/12/1983
007126	CADEIRA DE PIASTICO FIXA SEM BRACO MARFITE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	7,73	7,73	0,00	30/04/1987
007170	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO MARCA LEMOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	7,44	7,44	0,00	30/09/1987
007903	REFRIGERADOR CLIMAX CLIMAX 2400L RC2400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	238,52	238,52	0,00	31/12/1987
007908	BALCAO DE MADEIRA REVESTIDO EM FORMICA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	105,66	105,66	0,00	31/10/1988
007961	MESA DE MADEIRA COM 6 GAVETAS EM FORMA DE L FLORENSE TAM 1,80 X 7,5	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	132,54	132,54	0,00	30/04/1982
008591	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009468	FOGAO DE 4 BOCAS DAKO COMODORO PALACE 2872	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	130,37	130,37	0,00	31/03/1989
012438	LINHA DE TRANSMISSAO DE 112 KVA E POSTE DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	18.599,00	18.599,00	0,00	01/10/1996
012439	LINHA DE TRANSMISSAO DE 300MM DE DIAMETRO PROF. 120M	USO	ITENS EM USO	802	POCOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	87.773,00	72.217,50	15.555,50	01/10/1996
012441	QUADRO DE COMANDO C/ RELE DE PARTIDA E CHAVEV GERAL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	17.346,00	17.346,00	0,00	01/10/1996
015291	BOMBA CENTRIFUGA KSB MOD-80/40/2 OP-90023	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	4.373,05	4.373,05	0,00	10/08/1990
016810	INTERFACE MARCA SPIKE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	456,83	456,83	0,00	13/07/1994
017551	ARMARIO DE ACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	153,00	153,00	0,00	02/05/1996
018134	ARMARIO DE ACO C/ 2 PORTAS TAM 1,98 M X 0,90 M MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	219,00	219,00	0,00	01/12/1996
018823	ARQUIVO DE ACO COM 4 GAVETAS MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	173,00	173,00	0,00	01/08/1997
018829	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018830	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018831	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018835	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018836	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018838	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
018840	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito Itura - Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997

CONTA DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
018844	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111004	Deposito livre – Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
L002973	MAQUINA DE ESCREVER MANUAL OLIVETTI N-1198258	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111005	Copa Santarém	104,35	104,35	0,00	31/12/1983
L007139	MESA DE MADEIRA C/2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111005	Copa Santarém	58,84	58,84	0,00	30/04/1987
L007907	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS FLORENSE REF 517	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111005	Copa Santarém	103,10	103,10	0,00	31/12/1987
L007954	CADEIRA ESTOFADA FIXA COM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111005	Copa Santarém	152,24	152,24	0,00	31/05/1988
002973	MAQUINA DE ESCREVER MANUAL OLIVETTI N-1198258	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	103,86	103,86	0,00	31/12/1983
003704	BOMBA KSB TIPO 125-40 OP. 163306	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111005	Copa Santarém	0,00	0,00	0,00	02/05/1990
007139	MESA DE MADEIRA C/2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	58,56	58,56	0,00	30/04/1987
007907	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS FLORENSE REF 517	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	102,62	102,62	0,00	31/12/1987
007954	CADEIRA ESTOFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	151,52	151,52	0,00	31/05/1988
015088	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL TIPO BVM 150-50 7,5CV C MOTOR WEG RPM 3445	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111005	Copa Santarém	260,19	260,19	0,00	23/05/1993
018127	MESA DE ACO PARA TELEFONE TAM 0.46X0.38 C/ROZIOS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018145	MESA DE ACO PARA MAQUINA DE ESCREVER	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
019579	BOMBA CENTRIFUGA KSB MOD. MEGACRIM 100/400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRÓ-MECANICOS	7220	3111005	Copa Santarém	7.560,00	7.560,00	0,00	21/03/1996
021337	CJ MOTORBOMBA DE VACUO, MOTOR WEG 7.5CV N. AV33820, BOMBA OMEL 156-50 N. 160.798-C	USO	ITENS EM USO	D851	REAVLACAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111005	Copa Santarém	1.401,84	71,78	1.330,06	29/02/2000
021802	MAQUINA DE CALCULAR TCE C/ 12 DÍGITOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	195,00	181,64	13,36	31/05/2002
023064	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACOS	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	88,00	76,80	11,20	31/07/2003
024661	MONITOR LG FLATION MOD L15NS-7	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	589,00	559,30	29,70	01/04/2007
024662	GAB CPU ITAUTEC MOD ST4342	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	1.409,00	1.337,28	71,72	01/04/2007
025450	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL.	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025451	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859817 C/ TECLADO E MOUSE OPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025459	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859801 C/ TECLADO E MOUSE OPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025460	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025464	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	471,57	377,90	93,67	02/06/2008
025468	MONITOR DE VIDEO LCD POSITIVO 15POL	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	471,57	393,62	77,95	01/04/2008
025469	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859828 C/ TECLADO E MOUSE OPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025473	GABINETE CPU POSITIVO S/N 2859806 C/ TECLADO E MOUSE OPTICO	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111005	Copa Santarém	1.063,08	887,48	175,60	01/04/2008
025967	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
025968	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025969	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025970	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA C/ BRACOS	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	190,00	77,60	112,40	02/05/2008
025971	CADEIRA GIRATORIA C/ BRACO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	190,00	80,76	109,24	03/03/2008
025983	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025984	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025985	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025986	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO DELTA C/ 2 GAVETAS E TECLADO	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
025989	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETRO E 1 C/1AMP E 1VOLT	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111005	Copa Santarém	579,00	246,60	332,40	03/03/2008
L003706	CADEIRA DE PLASTICO FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETROICO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	836,13	836,13	0,00	31/12/1983
L007128	MESA DE MADEIRA C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	7,77	7,77	0,00	30/04/1987
L007140	MESA DE MADEIRA C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	58,84	58,84	0,00	30/04/1987
L007169	MESA DE MADEIRA C/ 3 GAVETAS TAM-1,45X0,75M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	95,37	95,37	0,00	30/09/1987
L007174	CADEIRA DE MADEIRA GIRATORIA GROMADA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	64,32	64,32	0,00	30/09/1987
L007191	BANCO TRES LUGARES FLORENSE C/ENCOSTO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	84,42	84,42	0,00	30/11/1987
L007909	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 B	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	66,10	66,10	0,00	31/01/1988
L007992	BANCO TRES LUGARES MARCA FLORENSE COR VERDE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	558,75	558,75	0,00	31/07/1988
009455	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL - EQUIP. SEGURANCA PROTECAO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	76,34	76,34	0,00	31/03/1989
018115	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIACAO - EQUIP. EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	6.312,87	1.818,46	4.494,41	30/10/2002
018318	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	287,36	12,50	274,86	30/10/2002
018319	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	287,36	12,50	274,86	30/10/2002
103686	ARMARIO DE MADEIRA COM 4 PORTAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
103706	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETRO E 1 C/1AMP E 1VOLT	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	832,19	832,19	0,00	31/12/1993
107128	CADEIRA DE PLASTICO FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	7,73	7,73	0,00	30/04/1987
07140	MESA DE MADEIRA C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	58,56	58,56	0,00	30/04/1987
07169	MESA DE MADEIRA C/ 3 GAVETAS TAM-1,45X0,75M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	94,92	94,92	0,00	30/09/1987
07174	CADEIRA DE MADEIRA GIRATORIA GROMADA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	64,02	64,02	0,00	30/09/1987
07191	CADEIRA EM PALINHA C/ 3 LUGARES FLORENSE C/ENCOSTO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	84,02	84,02	0,00	30/11/1987
37909	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 B	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerencia Regional	65,79	65,79	0,00	31/01/1988

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
007962	LONGARINA ESTUFADA FIXA C/ 3 LUGARES	FIS	ITENS FÍSICOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
007992	BANCO TRES LUGARES MARCA FLORENSE COR VERDE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	556,12	556,12	0,00	31/07/1988
009455	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇAS E PROTECAO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	75,98	75,98	0,00	31/03/1989
018126	CADEIRA EM PALINHA FIXA SEM BRACOS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018130	ESTANTE DE ACO C/ 5 DIVISOES	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	45,00	45,00	0,00	01/12/1996
018318	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO MARCA OMEL MOD 156/60	USO	ITENS EM USO	851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	802,64	85,12	717,52	21/12/1996
018821	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 15000 BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	803,75	803,75	0,00	01/08/1997
018845	CADEIRA ESTIFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
023524	CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES AZUL	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	229,00	185,36	43,64	31/03/2004
023525	CADEIRA LONGARINA 3 LUGARES AZUL	USO	ITENS EM USO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111006	Sala da secretaria - Gerência Regional	229,00	185,36	43,64	31/03/2004
L002697	MESA DE MADEIRA COM 4 CAVETAS REVEST EM FORM C/4GAV TAM-1,10 X 0,60M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	40,76	40,76	0,00	31/12/1983
L002971	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS C/2PORT ENVIDRACADAS TAM-1,50M X 1,49M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	63,16	63,16	0,00	31/12/1983
L002980	ARMARIO DE ACO C/2 PORTAS C/2PORTAS ENVIDRACADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	59,24	59,24	0,00	31/12/1983
L003374	COFRE DE ACO N 39129	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	192,08	192,08	0,00	30/04/1981
L007167	MAQUINA DE ESCRIVER MANUAL OLIVETTI 907/46	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	509,50	509,50	0,00	31/08/1987
L007920	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS TAMANHO 1,50X1,20 IMBUJA REF-08070	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	73,15	73,15	0,00	31/01/1988
L007924	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS TAMANHO- 1,50X1,20 IMBUJA REF-08070	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	73,15	73,15	0,00	31/01/1988
L008512	AMPLIFICADOR MARCA GRADIENTE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL - EQUIP AUDI VIS PROT SOM	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	517,85	517,85	0,00	30/09/1988
L009488	TELEVISOR SANYO MOD. CTP6656-Y 20 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L861	LEI COMPL - EQUIP AUDI VIS PROT SOM	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	600,07	600,07	0,00	31/05/1989
002697	MESA DE MADEIRA COM 4 GAVETAS REVEST EM FORM C/4GAV TAM-1,10 X 0,60M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	40,57	40,57	0,00	31/12/1983
002971	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS C/2PORT ENVIDRACADAS TAM-1,50M X 1,49M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	62,86	62,86	0,00	31/12/1983
002990	ARMARIO DE ACO C/2 PORTAS C/2PORTAS ENVIDRACADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	58,96	58,96	0,00	31/12/1983
003374	COFRE DE ACO N 39129	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	191,17	191,17	0,00	30/04/1981
007167	MAQUINA DE ESCRIVER MANUAL OLIVETTI 907/46	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	507,10	507,10	0,00	31/08/1987
007920	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS TAMANHO 1,50X1,20 IMBUJA REF-08070	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	72,81	72,81	0,00	31/01/1988
007924	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS TAMANHO- 1,50X1,20 IMBUJA REF-08070	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	72,81	72,81	0,00	31/01/1988
008512	AMPLIFICADOR MARCA GRADIENTE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP AUDIOS VISUAIS PROTECAO E SOM	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	515,41	515,41	0,00	30/09/1988
009488	TELEVISOR SANYO MOD CTP6656-Y 20 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	861	EQUIP AUDIOS VISUAIS PROTECAO E SOM	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	597,24	597,24	0,00	31/05/1989
018124	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 15000 BTUS MOD CF 15MO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997

15/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
018131	ARMARIO DE MADEIRA COM 4 PORTAS TAM 2,75M X 1,40M	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018150	MESA DE ACO C/ 4 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	319,00	319,00	0,00	01/12/1996
018721	CPU PENTIUM IBM PERSONAL COMPUTER PC 300GL MOD. 6282-28P SIN. 82AABZ	USO	ITENS EM USO	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	28/02/1998
018820	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 15000 BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	803,75	803,75	0,00	01/08/1997
018842	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
018901	IMPRESSORA EPSON LQ 2070	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
019218	MESA DE ACO C/ 4 GAVETAS MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	453,00	453,00	0,00	01/10/1997
019221	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 18.000 BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	1.607,50	1.607,50	0,00	01/01/1997
019568	MONITOR DE VIDEO IBM.	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
019917	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 12000 BTUS MOD. CF-12E	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	1.307,00	1.307,00	0,00	30/03/1996
021363	APARELHO TELEFONICO C/ CHAVE.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	33,30	33,30	0,00	29/02/2000
021992	CPU NETRIX 59X MAX C/ TECLADO MULTIMIDIA.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	1.153,25	1.153,25	0,00	31/05/2002
022203	CONDICIONADOR DE AR SPRINGER	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
022211	BALCAO EM MADEIRA	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
024163	BICICLETA CARGUEIRA MARCA PRINCE BIKE 2J83276	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	880	VEICULOS	7220	3111007	Segurança do Trabalho Santarém	379,00	379,00	0,00	30/06/2006
L002977	POLTRONA DE MADEIRA COM ASSENTO DE VIME	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	97,39	97,39	0,00	31/12/1983
L003112	MESA DE ACO C/1 GAVETA TAM 0,42 X 0,42 C/1GAV TAM-0,42 X 0,42M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	18,18	18,18	0,00	31/12/1983
L003172	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	54,19	54,19	0,00	31/12/1983
L003197	BOMBA WORTHINGTON TIPO DELTA N-BX66587 TIPO-DELTA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	1.098,48	1.098,48	0,00	30/12/1980
L003330	BOMBA KSB TIPO 100-40 OP 126925	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	1.054,90	1.054,90	0,00	30/12/1980
L003652	CARRINHO PARA SUPORTE DE MOTOR-BOMBA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL. - OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	20,35	20,35	0,00	31/12/1983
L003655	CAIXA PARA FERRAMENTAS TAMANHO 1,30 X 0,6	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L854	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	13,29	13,29	0,00	31/12/1983
L003689	ARQUIVO DE ACO COM 10 GAVETAS C/10GAVETAS MARCA SILVEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	25,68	25,68	0,00	31/12/1983
003776	MOTOR ELETRICO GE RPM 1760 MOD-26 1044 205 N1 FP8	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	884,03	884,03	0,00	30/12/1980
003833	MAQUINA DE CALCULAR ELETTRICA OLIVETTI N-646897	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	69,24	69,24	0,00	30/12/1980
005514	BOMBA KSB TIPO 80-26 TIPO-80-26 OP-200966	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	391,85	391,85	0,00	31/07/1984
005528	BOMBA KSB TIPO 100-40 OP-202094 TIPO-100-40	USO	ITENS EM USO	A859	REAVALIAR E EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	53,12	21,38	31,74	31/07/1984
005569	BOMBA KSB TIPO 80-40 OP-205357	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	732,88	732,88	0,00	31/07/1984
005576	BOMBA KSB TIPO 80-40 N 114057	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Ijura Santarém	521,62	521,62	0,00	31/07/1984

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L006716	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	20,69	20,69	0,00	31/01/1986
L006804	QUADRO DE COMANDO COM PARTIDA DIRETA 125	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	15.111,93	15.111,93	0,00	31/07/1986
L007154	BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO GARRAFAO PARA AG ELÉTRICO MARCA EVEREST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	101,34	101,34	0,00	31/01/1988
L007166	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE N 7	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	27,23	27,23	0,00	30/09/1987
L007525	MAQUINA DE CALCULAR MANUAL OLIVETTI	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	98,33	98,33	0,00	31/07/1987
L007901	ENCERADEIRA ARNO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	55,48	55,48	0,00	31/12/1987
L007925	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 EM CEREJIRA MED-1,50X0,75 Balfar	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	59,41	59,41	0,00	31/01/1988
L007973	PORTA CARTAO DE ACO 50 DIVISOES COM TAMPA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	229,64	229,64	0,00	30/06/1988
L007988	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER TAM=0,60X0,40	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	56,23	56,23	0,00	31/07/1988
L008554	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER TAMANHO 0,60 X 0,50 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	80,60	80,60	0,00	30/11/1988
L008557	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 TAMANHO 1,50 X 0,75 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	128,96	128,96	0,00	30/11/1988
L008593	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	75,84	75,84	0,00	30/11/1988
L009484	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER EM MADEIRA FLORENSE TAM 0,55 X 0,45 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	113,66	113,66	0,00	30/06/1989
L009485	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER EM MADEIRA FLORENSE TAM 0,35 X 0,45 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	113,66	113,66	0,00	30/06/1989
L015000	MESA P/MAQUINA DE ESCRIVER	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	24,24	24,24	0,00	01/03/1990
R003196	MOTOR ELÉTRICO BUFALO	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	430,00	62,10	367,90	30/10/2002
R003234	TALHA ELÉTRICA	USO	ITENS EM USO	D854	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO DE OFICINA	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	3.390,00	267,35	3.122,65	30/10/2002
R003622	MOTOR ELÉTRICO BUFALO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	970,00	279,85	690,15	30/10/2002
R003703	MOTOR ELÉTRICO GE	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	970,00	69,68	900,32	30/10/2002
R003823	BOMBA KSB TIPO 125-20	USO	ITENS EM USO	X859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	1.000,00	288,16	711,84	30/10/2002
R005159	BOMBA P/ LIMPEZA DE POÇO	USO	ITENS EM USO	B854	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO DE OFICINA	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	12.290,00	560,83	11.729,17	30/10/2002
R005528	BOMBA KSB TIPO 100-40	USO	ITENS EM USO	A859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	2.361,60	80,65	2.280,95	30/10/2002
R005977	BOMBA KSB	USO	ITENS EM USO	Z859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO MECÂNICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	3.260,00	202,59	3.057,41	30/10/2002
R006309	BOMBA KSB	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTO ELETRO MECÂNICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	3.880,00	176,86	3.703,14	30/10/2002
R006846	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	13.490,00	964,88	12.525,12	30/10/2002
R007101	MOTOR ELÉTRICO WEG MOD. 200M686 20CV	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	1.110,00	79,52	1.030,48	30/10/2002
R013486	RODADERA AGRAL, MODELO CIT=50, PLACAS	USO	ITENS EM USO	F886	REAVALIAÇÃO - MAQ. TRATORES E SIMILARES	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	2.400,00	171,54	2.228,46	30/10/2002
R015072	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	W858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	6.063,90	2.620,51	3.443,39	30/10/2002
R02977	POLTRONA DE MADEIRA COM ASSENTO DE VIME	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	REAVALIAÇÃO - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Irua Santarém	96,93	96,93	0,00	31/12/1983

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGOCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	OT IMOBIL.
003111	MESA DE MADEIRA COM 4 GAVETAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003112	MESA DE ACO C/1 GAVETA TAM. 0,42 X 0,42 C/1GAV TAM.0,42 X 0,42M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	18,09	18,09	0,00	31/12/1983
003145	BOMBA KSB MOD ETA 125-40 OP195-540	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003164	PRENSA MANUAL N 7	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003172	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	53,94	53,94	0,00	31/12/1983
003197	BOMBA WORTHINGTON TIPO DELTA N-BX66587 TIPO-DELTA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	1.093,31	1.093,31	0,00	30/12/1980
003199	ARQUIVO DE ACO COM 8 GAVETAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003214	BOMBA KSB MOD ETA 80-40/2 OP 155745	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003281	BOMBA KSB MOD ETA 80-20 OP 151578	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003330	BOMBA KSB TIPO 100-40 OP 126925	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	1.049,93	1.049,93	0,00	30/12/1980
003030	MISTURADOR MARCA WEG MOD 56B1177075CV	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	852	EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003650	BOMBA KSB MOD ETA 100-20 OP 690452	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003652	CARRINHO PARA SUPORTE DE MOTOR-BOMBA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	20,25	20,25	0,00	31/12/1983
003655	CAIXA PARA FERRAMENTAS TAMANHO 1,30 X 0,1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	13,22	13,22	0,00	31/12/1993
003656	CAIXA PARA FERRAMENTAS	FIS	ITENS FISICOS	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	31/10/2000
003689	ARQUIVO DE ACO COM 10 GAVETAS C/10GAVETAS MARCA SILVEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	25,56	25,56	0,00	31/12/1983
003776	MOTOR ELETRICO GE RPM 1760 MOD-26 1044 205 N FPH	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	879,87	879,87	0,00	30/12/1980
003789	BOMBA KSB MOD ETA 150-12 OP 151571	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003833	MAQUINA DE CALCULAR ELETRICA OLIVETTI N-646897	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	68,91	68,91	0,00	30/12/1980
005508	GRUPO GERADOR KOLBAHC DE 2 CV	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
005514	BOMBA KSB TIPO 80-26 TIPO 80-26 OP-200966	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	390,01	390,01	0,00	31/07/1984
005569	BOMBA KSB TIPO 80-40 OP-205357	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	729,43	729,43	0,00	31/07/1984
005576	BOMBA KSB TIPO 80-40 N 114057	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	519,17	519,17	0,00	31/07/1984
006716	CADEIRA EM PALINHA FIXA S/ BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	20,59	20,59	0,00	31/01/1986
06804	QUADRO DE COMANDO COM PARTIDA DIRETA 125	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	15.040,77	15.040,77	0,00	31/07/1986
07154	BEBEDOURO ELETRICO TIPO GARRAFAO PARA AG ELETRICO MARCA EVEREST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	100,87	100,87	0,00	31/01/1988
07166	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE N 7	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	27,11	27,11	0,00	30/09/1987
07173	MESA DE MADEIRA C/3 GAVETAS TAM.1,10M X 0,67M	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
07525	MAQUINA DE CALCULAR MANUAL OLIVETTI	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	97,87	97,87	0,00	31/07/1987

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
007901	ENCERDEIRA ARNO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	55,21	55,21	0,00	31/12/1987
007925	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 EM CEREJEIRA MED-1,50X0,75 BALFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	59,13	59,13	0,00	31/01/1988
007973	PORTA CARTÃO DE AÇO 50 DIVISÕES COM TAMPA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	228,56	228,56	0,00	30/06/1988
007998	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER TAM-0,60X0,40	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	55,96	55,96	0,00	31/07/1988
008521	ARQUIVO DE AÇO P/ MESA C/ TAMPA EM ACRILICO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
008554	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER TAMANHO 0,60 X 0,50 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	80,22	80,22	0,00	30/11/1988
008557	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 TAMANHO 1,50 X 0,75 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	128,36	128,36	0,00	30/11/1988
008561	BOMBA KSB TIPO E1A MOD 125-20 OP	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
008583	CADAFIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	25,72	25,72	0,00	30/11/1988
009421	BOMBA KSB 125 20 OP 327800	FIS	ITENS FISICOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	31/10/2000
009484	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER EM MADEIRA FLORENSE TAM 0,55 X 0,45 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	113,13	113,13	0,00	30/06/1989
009485	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER EM MADEIRA FLORENSE TAM 0,55 X 0,45 CM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	113,13	113,13	0,00	30/06/1989
012435	LINHA DE TRANSMISSÃO TRANSF. DE 112,5 KVA E POSTE DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	18.599,00	18.599,00	0,00	01/10/1996
012436	POÇO PROFUNDO DE 300MM DE DIÂMETRO PROF. DE 118M	USO	ITENS FINICO	802	POÇOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	87.723,00	72.217,50	15.555,50	01/10/1996
012437	BOMBA SUBMERSA HAUPT PLEUGER 150M3/H	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	37.617,00	37.617,00	0,00	01/10/1996
015000	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	24,13	24,13	0,00	01/03/1990
015073	MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO DE 25 CV RPM 1760	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	18.599,00	18.599,00	0,00	01/10/1996
015092	CONDICIONADOR DE AR DE 12500 BTUS CONSUL N 259270	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
015910	MESA P/ TERMINAL DE VIDEO 000000005357001	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	107,86	107,86	0,00	31/10/1991
015911	MESA PARA PC COM SUPERFICIE REGULAVEL PA 000000005357003	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	107,86	107,86	0,00	31/10/1991
015912	MESA PARA PC COM SUPERFICIE REGULAVEL PA 000000005357005	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	107,86	107,86	0,00	31/10/1991
015913	MESA PARA PC COM SUPERFICIE REGULAVEL PA 000000005357007	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	107,86	107,86	0,00	31/10/1991
015916	MESA PARA IMPRESSORA COM CESTO PARA COLE 000000003795205	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	74,17	74,17	0,00	31/10/1991
017547	MESA DE MADEIRA PANDIN C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	213,00	213,00	0,00	02/05/1996
017548	MESA DE MADEIRA PANDIN C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	67,00	67,00	0,00	02/05/1996
018146	MESA DE AÇO C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	243,00	243,00	0,00	01/12/1996
018827	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS MARCA PANDIN	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	173,00	173,00	0,00	01/08/1997
019215	MESA PARA MICROCOMPUTADOR MARCA MARELI DE COR AZUL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	151,00	151,00	0,00	01/10/1997
019217	MESA PARA MICROCOMPUTADOR MARCA MARELI DE COR AZUL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	151,00	151,00	0,00	01/10/1997

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
020056	CONJ. MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELET WEG MOD. 3-112M0898 BOMBA BVM 156/60 N. 153331A	USO	ITENS EM USO	F851	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRO MECANICO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	880,71	60,32	820,39	30/11/1998
021193	RELOGIO DE PONTO MARCA DIMED ECOM II S/N. 731453	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	1.200,00	1.200,00	0,00	31/12/1999
022252	ESTANTE EM ACO C/ PRATELEIRAS	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
022256	CONDICIONADOR DE AR SPRINGER CARRIER	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
022299	CADEIRA ESTUFADA GIRATORIA C/ BRACOS	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
023595	BOMBA ITAP 1005002/ V10 FLG.	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	3.814,65	1.511,18	2.303,47	31/05/2004
023596	BOMBA HORIZONTAL ITA 80-4002 54926	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	2.318,40	918,44	1.399,96	31/05/2004
023760	CONJ. MOTOR BOMBA DER VACUO OMEL MOD BVM 156-60 N. 176.443-B	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	2.178,00	1.580,82	597,18	01/02/2005
023961	CONJ. MOTOR BOMBA DE VACUO S/N. 178759-A TIPO BVM 15660 MOTOR WEG B557	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	2.890,25	1.929,27	960,98	30/09/2005
024704	VENTILADOR DE COLUNA BRITANIA.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
027790	MEDIDOR DE NIVEL DE POÇO MECALTEC MOD. BR 300 S/N 559	USO	ITENS EM USO	860	EQUIPAMENTOS DE MEDICAO E CONTROLE	7220	3111008	Sala de Reunião – Inura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/01/2011
L002480	MESA DE MADEIRA TAM 1,10 X 0,75 C/ 4 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	41,73	41,73	0,00	31/12/1983
L002997	MESA DE ACO PARA TELEFONE COM 3 DIVISOES C/ DIVISOES TAM-0,47 X 0,34M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	25,97	25,97	0,00	31/12/1983
L003674	BOMBA WORTHINGTON TIPO 1201-16 SERIE-BX-66561 TIPO-120L-16 1750RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	EQUIPAMENTOS MECANICOS REAVALIACAO -	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	65,90	65,90	0,00	31/12/1983
L003676	BOMBA WORTHINGTON TIPO 1201-16 SEIRE DX-66560 TIPO-120L-16 1750RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	EQUIPAMENTOS MECANICOS REAVALIACAO -	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	65,90	65,90	0,00	31/12/1983
L003677	BOMBA WORTHINGTON TIPO 1201-16 SERIE-BX-66562 TIPO-120L-16 1750RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	EQUIPAMENTOS MECANICOS REAVALIACAO -	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	65,90	65,90	0,00	31/12/1983
L006803	QUADRO DE COMANDO COM PARTIDA DIRETA 125	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	15.111,93	15.111,93	0,00	31/07/1986
L006806	QUADRO DE COMANDO COM PARTIDA DIRETA 125	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	15.111,93	15.111,93	0,00	31/07/1986
L007181	FOGAO A GAS PEQUENO DAKO COMODORE C/ BOTIJAO E REG DE PRESSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL - OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	124,79	124,79	0,00	30/09/1987
L007981	MAPOTECA DE ACO REMINGTON	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	344,71	344,71	0,00	30/06/1988
L007995	MAPOTECA DE ACO VERTICAL MARCA PAVDRINS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	523,12	523,12	0,00	31/08/1988
L009460	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL - EQUIP. SEGURANCA PROTECAO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	76,34	76,34	0,00	31/03/1989
L010386	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	114,15	114,15	0,00	31/12/1982
L010414	CASA DE BOMBA DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L812	LEI COMPL - EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	3.161,99	3.161,99	0,00	31/12/1982
L010685	BATERIA DE POCOS C/ 2 POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	2.280,14	2.280,14	0,00	31/12/1984
L011157	LINHA TELEFONICA	USO	ITENS EM USO	L896	LEI COMPL - DIREITOS DE USO DO TELEFONE	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	818,52	0,00	818,52	30/09/1987
L011635	ABRIGO EM ALVENARIA P/ TRANSFORMADOR MED. 6,00M X 4,00M	USO	ITENS EM USO	L814	LEI COMPL - EDIFICACOES EM MADEIRA	7200	3111009	Antigo Escritório – Santarém	212,00	140,85	71,15	01/09/1995
L03222	CHAVE ESTRLA TIPO E N 79163	USO	ITENS EM USO	B858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	1.550,00	53,39	1.496,61	30/10/2002
L03624	MOTOR ELETRICO BUFALO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	970,00	279,85	690,15	30/10/2002

20/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VLLIQ. DO BEM IMOBIL.	DT
R003625	BOMBA WORTHINGTON	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	3.880,00	176,86	3.703,14	30/10/2002
R003674	BOMBA WORTHINGTON TIPO 12 QL-16	USO	ITENS EM USO	T859	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	64.636,25	9.311,11	55.325,14	30/10/2002
R003676	BOMBA WORTHINGTON TIPO 12 QL-16	USO	ITENS EM USO	T859	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	64.636,25	9.311,11	55.325,14	30/10/2002
R003677	BOMBA WORTHINGTON TIPO 12 QL-16	USO	ITENS EM USO	T859	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	64.636,25	9.311,11	55.325,14	30/10/2002
R008525	MOTOR MISTURADOR	USO	ITENS EM USO	D852	REAVALIACAO EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	15.160,00	628,25	14.531,75	30/10/2002
R008526	MOTOR MISTURADOR	USO	ITENS EM USO	R852	REAVALIACAO EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	1.560,00	449,13	1.110,87	30/10/2002
R011630	CASA DE BOMBA DE MADEIRA - IRURA - SANTA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	1.813,62	1.813,62	0,00	30/10/2002
R011635	CASA DE BOMBA DE MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	1.813,62	1.813,62	0,00	30/10/2002
R012431	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	9.655,98	420,34	9.235,64	30/10/2002
R012851	MOTOR ELETRICO WEG DE 50 CV 1750 RPM	USO	ITENS EM USO	H858	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	1.397,56	52,63	1.333,93	30/10/2002
R022302	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y850	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	16.170,00	4.638,58	11.511,42	30/10/2002
R022303	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y856	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	16.170,00	4.638,58	11.511,42	30/10/2002
R022304	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	16.170,00	4.638,58	11.511,42	30/10/2002
R022305	MOTOR ELETRICO JONSHON	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	1.160,00	167,02	992,98	30/10/2002
002680	MESA DE MADEIRA TAM 1.10 X 075 C/4 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	41,53	41,53	0,00	31/12/1983
002997	MESA DE ACO PARA TELEFONE COM 3 DIVISOES C/DIVISOES TAM 0.47 X 0.34M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	25,85	25,85	0,00	31/12/1983
003161	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003623	BOMBA WORTHINGTON	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003674	BOMBA WORTHINGTON TIPO 1201-16 SERIE-BX-66561 TIPO-120L-16 1750RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	T859	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	97,85	97,85	0,00	31/12/1983
003675	MOTOR ELETRICO GE RPM 1785 MOD. 29350A617	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003676	BOMBA WORTHINGTON TIPO 1201-16 SERIE-BX-66560 TIPO-120L-16 1750RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	T859	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	97,85	97,85	0,00	31/12/1983
003677	BOMBA WORTHINGTON TIPO 1201-16 SERIE-BX-66562 TIPO-120L-16 1750RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	T859	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	97,85	97,85	0,00	31/12/1983
003684	MESA DE MADEIRA	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003688	ARMARIO DE MADEIRA COM 5 PORTAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
005527	MACACAO MANUAL	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
006803	QUADRO DE COMANDO COM PARTIDA DIRETA 125	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	15.040,77	15.040,77	0,00	31/07/1986
006806	QUADRO DE COMANDO COM PARTIDA DIRETA 125	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	15.040,77	15.040,77	0,00	31/07/1986
007181	FOGAO A GAS PEQUENO DAKO COMODORE CIBOTIJAO E REG DE PRESSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111009	Antigo Escritório - Santarém	124,20	124,20	0,00	30/09/1987

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
007981	MAPOTECA DE ACO REMINGTON	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	343,09	343,09	0,00	30/06/1988
007995	MAPOTECA DE ACO VERTICAL MARCA PAVDRINS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	520,65	520,65	0,00	31/08/1988
009460	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANCAS E PROTECAO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	75,98	75,98	0,00	31/03/1989
010385	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	117,73	117,73	0,00	31/12/1982
010386	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	117,73	117,73	0,00	31/12/1982
010414	CASA DE BOMBA DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	812	EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	3.147,10	3.147,10	0,00	31/12/1982
011157	LINHA TELEFONICA	USO	ITENS EM USO	896	DIREITOS DE USO DO TELEFONE	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	814,66	149,35	665,31	30/09/1987
012429	LINHA DE TRANSMISSÃO C/TRANSF DE 112,5 KVA E POSTE DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	10.830,00	10.830,00	0,00	01/10/1996
012430	POCO PROFUNDO C/ 300M DE PROFUNDIDADE	USO	ITENS EM USO	802	POCOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	87.773,00	72.217,50	15.555,50	01/10/1996
012431	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA MOD VOG/4BDE 32 CV 440V 3450RPM 60HZ N. 960706 74	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	1.514,02	170,64	1.343,38	01/09/1996
018133	MESA DE ACO P/ IMPRESSORA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	40,00	40,00	0,00	01/12/1996
019735	BOMBA TURBINA DE EIXO PROLONGADO MARCA JOHNSTON PUMP MOD 20C C/ 2 ESTAGIOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	90.000,00	90.000,00	0,00	31/05/1998
019736	BOMBA TURBINA DE EIXO PROLONGADO MARCA JOHNSTON PUMP MOD 20C C/ 2 ESTAGIOS	USO	ITENS EM USO	Q851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	30.250,00	7.146,60	45.104,40	31/05/1998
019823	BOMBA CENTRIFUGA KSB MOD. MEGANORM 150-250	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	2.000,00	1.383,65	616,35	31/05/1998
019824	BOMBA CENTRIFUGA KSB MOD. MEGANORM TIPO 150-250	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	2.000,00	1.383,65	616,35	31/05/1998
019852	MOTOR ELETRICO WEG DE 50 CV RPM 1750	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	1.742,00	1.742,00	0,00	31/05/1998
021744	QUADRO DE COMANDO C/ 1 AMP 1 VOLT.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
022376	CONDICIONADOR DE AR SPRINGER 30.000 BTUS.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	2.400,00	2.219,04	180,96	30/09/2002
024942	ESTUFA CULTURA BACTERIOLOGICA MARCONI MA 032/1	USO	ITENS EM USO	853	REAVALICAO - EQUIPAMENTO DE LABORATORIO	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	3.980,00	1.926,77	2.053,23	02/08/2007
026670	BOMBA ITP MOD. 100500/2 SIN 1016252/0001	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	6.772,50	1.215,80	5.556,70	03/11/2008
027309	QUADRO DE COMANDO DE 50 CV	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	3.800,00	411,71	3.388,29	02/08/2010
027310	QUADRO DE COMANDO DE 50 CV	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111009	Antigo Escritório – Santarém	3.800,00	411,71	3.388,29	02/08/2010
L010422	RESERVATORIO APOIADO DE CONCRETO ARMADO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R819	REAVALICAO - RESERVATORIOS	7220	3111010	Almoxarifado do Itura Santarém	5.241,71	5.241,71	0,00	31/12/1982
L011922	SUB-ADUTORA EM TUBOS DE PVC DE 300MM DE DIAMETRO PIAGUA TRATADA	USO	ITENS EM USO	L841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111010	Almoxarifado do Itura Santarém	103.424,70	43.136,19	60.288,51	04/05/1992
R013576	TUBULACAO V70 V70VULAS, INSTALACAO E MONTAG	USO	ITENS EM USO	J842	REAVALICAO TUBULACOES DE FERRO FUNDIDO	7220	3111010	Almoxarifado do Itura Santarém	585.000,00	23.033,13	561.966,87	30/10/2002
010422	RESERVATORIO APOIADO DE CONCRETO ARMADO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R819	REAVALICAO - RESERVATORIOS	7220	3111010	Almoxarifado do Itura Santarém	5.407,22	5.407,22	0,00	31/12/1982
011922	SUB-ADUTORA EM TUBOS DE PVC DE 300MM DE DIAMETRO PIAGUA TRATADA	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111010	Almoxarifado do Itura Santarém	1.444.900,41	577.896,20	867.004,21	04/05/1992
_003226	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETROS E 1 C/2AMP E 1VOLT	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	73,72	73,72	0,00	31/12/1983
_003227	CHAVE COMPENSADORA ESTRELA TIPO E ESTRELA TIPO-E N-79/163 125CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	548,68	548,68	0,00	31/12/1983

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL ORIGINAL	VL DPR ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L005567	BOMBA KSB TIPO 125-20 OP-177719	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	U859	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	18,91	18,91	0,00	31/07/1984
L007945	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETROS E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	117,76	117,76	0,00	31/08/1988
L010173	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC	USO	ITENS EM USO	L841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	17 220,61	13 252,23	3 988,38	31/12/1982
L010368	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	346,07	346,07	0,00	31/12/1982
L010369	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	70 557,41	70 557,41	0,00	31/12/1982
L010370	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1 934,23	1 934,23	0,00	31/12/1982
L010371	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	2 850,76	2 850,76	0,00	31/12/1982
L010391	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	487,11	487,11	0,00	31/12/1982
L010773	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM 4,03M X 3,10M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIACAO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	422,32	422,32	0,00	31/07/1985
L011771	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA MED. 3,26 X 4,28 M	USO	ITENS EM USO	L811	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	17 846,65	14 963,50	2 883,15	04/05/1992
R005567	BOMBA KSB TIPO 125-20	USO	ITENS EM USO	U859	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1 451,48	251,06	1 200,42	30/10/2002
R011018	TERRENO NA AV. TAPAJÓS - PRACA	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1 000,00	0,00	1 000,00	30/10/2002
R011019	TERRENO NA AV. TAPAJÓS - PRACA	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1 000,00	0,00	1 000,00	30/10/2002
R011599	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTARÉM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	9 670,42	9 670,42	0,00	30/10/2002
R011771	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTARÉM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	13 100,00	13 100,00	0,00	30/10/2002
R012227	RESERVAT. APOI DE C. ARMADO-SANTARÉM	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	85 000,00	35 235,49	49 764,51	30/10/2002
R015082	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Z858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	7 144,13	6 167,27	976,86	30/10/2002
R021333	CJ MOTOR BOMBA DE VACUO C/ MOTOR WEG 5CV	USO	ITENS EM USO	U851	REAVALIACAO-EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	57,21	7,18	50,03	30/10/2002
R021341	CJ MOTOR BOMBA DE VACUO C/ MOTOR WEG 5CV	USO	ITENS EM USO	U851	REAVALIACAO-EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	57,21	7,18	50,03	30/10/2002
R021347	CJ MOTOR BOMBA DE VACUO C/ MOTOR WEG 5CV	USO	ITENS EM USO	U851	REAVALIACAO-EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	57,21	7,18	50,03	30/10/2002
003226	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETROS E 1 C/2AMP E 1VOLT	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	73,37	73,37	0,00	31/12/1983
003227	CHAVE COMPENSADORA ESTRELA TIPO E ESTRELA TIPO-E N-79/163 125CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	546,10	546,10	0,00	31/12/1983
003613	MOTOR ELÉTRICO GE MOD. 26 1074.505A N. CH3257 40CV	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
007945	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETROS E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	117,20	117,20	0,00	31/08/1988
010173	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	17 139,52	12 896,79	4 242,73	31/12/1982
010368	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	356,94	356,94	0,00	31/12/1982
010369	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	70 225,14	70 225,14	0,00	31/12/1982
010370	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1 925,12	1 925,12	0,00	31/12/1982

23/52

CONTA TO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
010371	LINHA DE TRANSMISSÃO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	2.837,34	2.837,34	0,00	31/12/1982
010391	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	502,82	502,82	0,00	31/12/1982
010773	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM-4,03M X 3,10M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÃO EM CONCRETO	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	424,81	424,81	0,00	31/07/1985
012890	CONJUNTO MOTORBOMBA SUBMERSA LEAO 90 CV MOD. 800/ 090/ 2238+EP9-05 BR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	7.482,00	7.482,00	0,00	30/06/2000
012896	MOTORBOMBA SUBMERSA MARCA LEAO MOD. 610/008/22TR R16-07 FF SERIE XXXMALIMO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1.546,65	1.546,65	0,00	30/09/2000
012897	MOTORBOMBA SUBMERSA MARCA LEAO MOD. 100/004/22TR 4RB-14 SERIE XXXNXXM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	1.168,65	1.168,65	0,00	30/09/2000
015289	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VÁCUO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111011	Estação de Tratamento de Água – Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
L004345	MOTOR DIESEL AGRALE TIPO M90 RPM 2300 N 1100 G 5231	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	G859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	10,61	10,61	0,00	30/12/1980
L005570	BOMBA KSB TIPO 100-50 OP-195370	USO	ITENS EM USO	K859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	32,15	22,52	9,63	31/07/1984
L007161	MOTOR DIESEL AGRALE M-790 27CV N 4875	USO	ITENS EM USO	G859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	638,53	124,06	514,47	31/08/1987
L010372	CASA DE BOMBA DE CONCRETO PISO REBAIXADO EM ALVENARIA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	592,02	592,02	0,00	31/12/1992
L010373	BATERIA DE FOCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - FOCOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	61.988,02	61.988,02	0,00	31/12/1982
L010374	INSTALAÇÃO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATÓRIA)	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	2.022,44	2.022,44	0,00	31/12/1982
L010375	LINHA DE TRANSMISSÃO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	2.513,39	2.513,39	0,00	31/12/1982
L010777	MURO DE ALVENARIA TAM-	USO	ITENS EM USO	L809	LEI COMPLEMENTAR - MURO E CALÇADAS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	251,03	151,88	99,15	31/07/1985
L011606	PREDIO ELEVATORIA TAM 9,50X10,50M	USO	ITENS EM USO	L814	LEI COMPL. - EDIFICAÇÕES EM MADEIRA	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	211.624,96	177.432,75	34.192,21	04/05/1992
L011607	CISTERNA DE CONCRETO TAM 15,50X10,70 M	USO	ITENS EM USO	L812	LEI COMPL. - EDIFICAÇÕES EM CONCRETO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	90.696,41	76.042,58	14.653,83	04/05/1992
R003711	CHAVE COMPENSADORA PORTER TIPO C	USO	ITENS EM USO	M858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.070,00	66,29	1.003,71	30/10/2002
R003712	QUADRO DE COMANDO DE 3 AMP. 1 VOLT	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	6.010,00	1.731,36	4.278,64	30/10/2002
R004345	MOTOR DIESEL AGRALE TIPO M90 RPM 2300	USO	ITENS EM USO	G859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.073,49	48,87	1.024,62	30/10/2002
R005570	BOMBA KSB TIPO 100-50	USO	ITENS EM USO	K859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	2.324,86	134,44	2.190,42	30/10/2002
R007161	MOTOR DIESEL AGRALE	USO	ITENS EM USO	G859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	745,22	33,71	711,51	30/10/2002
R011020	TERRENO NA AV. ADRIANO PIMENTEL	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIAÇÃO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	7.871,35	0,00	7.871,35	30/10/2002
R011605	CASA DE BOMBA EM CONCRETO - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÃO EM CONCRETO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	13.800,00	13.800,00	0,00	30/10/2002
R011800	TRANSFORMADOR 225 KVA	USO	ITENS EM USO	H858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO ELÉTRICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	6.470,00	295,01	6.174,99	30/10/2002
R011901	PREDIO EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	13.504,68	13.504,68	0,00	30/10/2002
R012259	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTO ELÉTRO MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	9.522,71	433,97	9.088,74	30/10/2002
R012444	BOMBA SUBMERSA	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTO ELÉTRO MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	11.170,00	508,97	10.661,03	30/10/2002

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

INVENTÁRIO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM.	VL.LIQ. DO BEM	DT. IMOBIL.
R021322	BOMBA CENT. IMBIL ITA 125-260 N. 38242	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.782,33	66,29	1.716,04	30/10/2002
R021323	BOMBA CENT. IMBIL TIPO 100-260 N. 38201	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	833,06	31,05	802,01	30/10/2002
R021324	BOMBA CENT. IMBIL ITA100-260 N. 38202	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	833,06	31,05	802,01	30/10/2002
R021325	BOMBA CENT. IMBIL ITA 80-400/2 N. 38207	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.246,24	46,21	1.200,03	30/10/2002
R021326	BOMBA CENT. IMBIL ITA 100-260 N. 38203	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	833,06	31,05	802,01	30/10/2002
R021327	BOMBA CENT. ITA TIPO 80-400/2 N. 38208	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.246,24	46,21	1.200,03	30/10/2002
R021328	BOMBA CENT. IMBIL ITA 125-260 N. 38241	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.782,33	66,29	1.716,04	30/10/2002
R021329	BOMBA CENT. IMBIL ITA 125-260 N. 38244	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.782,33	66,29	1.716,04	30/10/2002
R021331	BOMBA CENT. ITA TIPO 100-500/2 N. 38199	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	3.981,97	146,54	3.785,43	30/10/2002
R021334	BOMBA CENT. IMBIL TIPO 125-400 N. 38188	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.454,42	54,52	1.399,90	30/10/2002
R021335	BOMBA CENT. IMBIL TIPO 125-400 N. 38190	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.454,42	54,52	1.399,90	30/10/2002
R021336	BOMBA CENT. IMBIL ITA 125-260 N. 38243	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.782,33	66,29	1.716,04	30/10/2002
R021337	CJ MOTORBOMBA DE VACUO, MOTOR WEG 7,5CV	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	228,16	8,71	219,45	30/10/2002
R021339	BOMBA CENT. IMBIL ITA 100-260 N. 38200	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	833,06	31,05	802,01	30/10/2002
R021342	BOMBA CENT. IMBIL ITA 125-400 N. 38189	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.454,42	54,52	1.399,90	30/10/2002
R021343	BOMBA CENT. IMBIL TIPO 125-400 N. 38193	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.454,42	54,52	1.399,90	30/10/2002
R021344	BOMBA CENT. IMBIL ITA 125-400 N. 38192	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.454,42	54,52	1.399,90	30/10/2002
R021345	CJ MOTORBOMBA DE VACUO, MOTOR WEG 7,5CV	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	228,16	8,71	219,45	30/10/2002
R021346	CJ MOTORBOMBA DA VACUO, MOTOR WEG 7,5CV	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	228,16	8,71	219,45	30/10/2002
R022206	MOTOR EBERLE MOD. B280S/M4 N 5170998	USO	ITENS EM USO	R858	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.550,00	149,20	1.400,80	30/10/2002

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

VBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT. IMOBIL.
006334	BOMBA DÁGUA	FIS	ITENS FÍSICOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
007161	MOTOR DIESEL AGRAL M-790 27CV N.4875	USO	ITENS EM USO	Q859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	646,25	122,92	523,33	31/08/1987
010372	CASA DE BOMBA DE CONCRETO PISO REBAIXADO EM ALVENARIA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	610,51	610,51	0,00	31/12/1982
010373	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	61.696,11	61.696,11	0,00	31/12/1982
010374	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	2.012,91	2.012,91	0,00	31/12/1982
010375	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	2.501,56	2.501,56	0,00	31/12/1982
010777	MURO DE ALVENARIA TAM-	USO	ITENS EM USO	809	MURO E CALÇADAS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	249,85	150,77	99,08	31/07/1985
011607	CISTERNA DE CONCRETO TAM 15,50X10,70 M	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIAÇÃO - RESERVATÓRIOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	52.305,98	37.720,66	14.585,32	04/05/1992
012259	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA HAUPT PLEUGER 15 CV 3450 RPM	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	727,29	185,52	541,77	12/09/1994
012442	LINHA DE TRANSMISSAO TRANSF. DE 120KVA E POSTE DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	18.599,00	18.599,00	0,00	01/01/1996
012443	POCO PROFUNDO DE 30MM DE PROFUNDIDADE	USO	ITENS EM USO	802	POCOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	87.773,00	72.583,21	15.189,79	01/10/1993
012445	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 QUADRO DE COMANDO C/RELÉ DE PARTIDA E CHAVE GERAL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	17.346,81	17.346,81	0,00	01/10/1996
015085	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL TIPO BVM 156-60 7,5CV C/MOTOR WEG 3445	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	260,19	260,19	0,00	03/05/1993
020038	CONJ. MOTOR-BOMBA DE VACUO C/MOTOR ELETRO WEG MOD. 3-112M0796 BOMBA BVM 156/60 N. 153331B	USO	ITENS EM USO	F851	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	880,71	60,32	820,39	30/11/1996
021325	BOMBA CENTRIF. ITA 80-400/2 N. 38207	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.013,76	51,54	962,22	29/02/2000
021326	BOMBA CENT. IMBIL. ITA 100-260 N. 38203	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	706,94	36,26	670,68	29/02/2000
021336	BOMBA CENT. IMBIL. ITA 125-260 N. 38243	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	927,67	47,72	879,95	29/02/2000
021340	BOMBA CENT. IMBIL. ITA 125-400 N. 38191	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	1.435,58	73,66	1.361,92	29/02/2000
027590	BOMBA DE VACUO OMEL 7,5 CV 1009673231 RPM 3495 C/MOTOR	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111012	Adução Água Tratada Caranazal – Santarém	4.824,00	160,80	4.663,20	01/03/2011
030705	CHAVE COMPENSADORA N.65452 PÔT 125 CV MARCA HUBBELL TIPO C	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	588,25	588,25	0,00	31/12/1983
030761	BOMBA DE ENGRAXAR MANUAL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L854	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	29,67	29,67	0,00	30/12/1981
063339	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
063342	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
063343	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
063344	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
063345	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L006346	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006347	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006348	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006350	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006351	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006352	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006354	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006356	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006357	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006358	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006359	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006360	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006361	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006362	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006363	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006365	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,55	5,55	0,00	31/01/1986
L006366	CADEIRA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006367	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006368	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006369	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006370	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006371	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006372	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006373	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,22	2,22	0,00	31/01/1986
L006374	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986
L006375	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986
L006376	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986
L006377	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986
L006378	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L006379	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986
L006380	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,15	9,15	0,00	31/01/1986
L006381	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,00	5,00	0,00	31/01/1986
L006382	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,00	5,00	0,00	31/01/1986
L007976	REFRIGERADOR PROSOCIMO FRIEZER COM 4 TAMPAS 480 LTS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	414,57	414,57	0,00	31/07/1988
L008589	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008590	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008592	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008593	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008594	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008595	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008596	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L008598	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009401	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009402	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009403	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009404	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009405	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009406	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009407	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009408	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009409	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009410	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009411	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009412	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009413	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009414	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009415	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
009416	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L009417	CADEIRA DE MADEIRA P/PATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
L009498	BOMBA TAURUS 65 200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	307,19	307,19	0,00	29/10/1989
L009499	BOMBA TAURUS 65 200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	327,69	327,69	0,00	24/10/1989
L010376	MURO DE ALVENARIA	USO	ITENS EM USO	L809	LEI COMPLEMENTAR - MURO E CALÇADAS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	825,57	678,26	147,31	31/12/1982
L010377	CASA DE BOMBA DE MADEIRA PISO REBAIXADO DE ALVENARIA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	378,32	378,32	0,00	31/12/1982
L010378	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	62.316,87	62.316,87	0,00	31/12/1982
L010379	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.934,03	1.934,03	0,00	31/12/1982
L010380	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2.558,66	2.558,66	0,00	31/12/1982
L011475	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA 1AM. 5 X 4 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	829,03	829,03	0,00	04/05/1992
L011477	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA 1AM 3 X 5 M	USO	ITENS EM USO	L811	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/03/1992
R003136	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	Q858	REAVALICAO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.160,00	67,42	1.092,58	30/10/2002
R009486	COMPRESSOR	USO	ITENS EM USO	Q858	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2.980,00	212,83	2.767,17	30/10/2002
R011023	TERRENO NA AV D FREDERICO - CAPTACAO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALICAO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5.400,00	0,00	5.400,00	30/10/2002
R011475	CASA DE BOMBAS EM ALVENARIA - OBIDOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.225,40	1.225,40	0,00	30/10/2002
R011606	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALICAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	58,32	58,32	0,00	30/10/2002
R011880	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	3.844,90	3.844,90	0,00	30/10/2002
R012028	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2.518,02	2.518,02	0,00	30/10/2002
R012046	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2.518,02	2.518,02	0,00	30/10/2002
R020056	CONJ. MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELET	USO	ITENS EM USO	F851	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELETRO MECANICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	129,29	5,32	123,97	30/10/2002
R020058	CONJ.MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELETR	USO	ITENS EM USO	F851	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELETRO MECANICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	129,29	5,32	123,97	30/10/2002
R020060	CONJ. MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELET	USO	ITENS EM USO	E851	REAVALICAO - EQUIPAMENTO ELETRO-MECANICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	129,29	4,92	124,37	30/10/2002
R021332	CJ MOTOR BOMBA DE VACUO C/ MOTOR WEG 5CV	USO	ITENS EM USO	T851	REAVALICAO-EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	57,21	6,05	51,16	30/10/2002
R03705	CHAVE COMPENSADORA N 65452 POT 125 CV MARCA HUBBELL TIPO C	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	585,48	585,48	0,00	31/12/1983
R03761	BOMBA DE ENGRAXAR MANUAL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	29,53	29,53	0,00	30/12/1981
R06339	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
R06342	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
R06343	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
R06344	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
006345	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006346	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006347	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006348	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006350	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006351	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006352	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006354	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006356	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006357	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006358	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006359	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006360	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006361	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006362	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006363	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006365	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006366	CADEIRA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006367	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006368	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006369	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006370	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006371	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006372	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006373	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006374	CADEIRA DE MADEIRA TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006375	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006376	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986
006377	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5,52	5,52	0,00	31/01/1986

CONTA TO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

VBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
006378	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,10	9,10	0,00	31/01/1986
006379	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,10	9,10	0,00	31/01/1986
006380	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	9,10	9,10	0,00	31/01/1986
006381	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	4,98	4,98	0,00	31/01/1986
006382	MESA DE MADEIRA ESTILO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	4,98	4,98	0,00	31/01/1986
007976	REFRIGERADOR PROSOCIMO FRIEZER COM 4 TAMPAS 480 LTS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	412,61	412,61	0,00	31/07/1988
008589	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008590	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008592	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008593	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008594	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008595	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008596	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
008598	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009401	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009402	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009403	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009404	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009405	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009406	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009407	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009408	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009409	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009410	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009411	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009412	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009413	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009414	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009415	CADEIRA DE MADEIRA PIPATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
009416	CADEIRA DE MADEIRA P/ PATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009417	CADEIRA DE MADEIRA P/ PATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
009498	BOMBA TAURUS 65.200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	305,74	305,74	0,00	29/10/1989
009499	BOMBA TAURUS 65.200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	326,15	326,15	0,00	24/10/1989
010376	MURO DE ALVENARIA	USO	ITENS EM USO	809	MURO E CALCADAS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	821,69	673,12	148,57	31/12/1982
010377	CASA DE BOMBA DE MADEIRA PISO REBAIXADO DE ALVENARIA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	390,49	390,49	0,00	31/12/1982
010378	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	62.023,41	62.023,41	0,00	31/12/1982
010379	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.924,92	1.924,92	0,00	31/12/1982
010380	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	2.546,61	2.546,61	0,00	31/12/1982
011475	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 5 X 4 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	11.945,57	11.945,57	0,00	04/05/1992
015081	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 C/RELE DE PARTIDA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	958	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	14.629,00	14.629,00	0,00	01/10/1996
018115	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 E RELE DE PARTIDA F CHAVE GERAL	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIACAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	6.647,13	4.855,22	1.791,91	01/10/1996
020057	CONJ.MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELETRO WEG MOD. 3-112/MCR68 BOMBA BVM 156/60 N. 1533331D	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRICO-MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.448,00	1.448,00	0,00	30/11/1998
020059	CONJ. MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELETRO WEG SIN 74994 BOMBA BVM 156/60 SIN. 153331C	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRICO-MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.448,00	1.448,00	0,00	30/11/1998
020061	CONJ. MOTOR-BOMBA DE VACUO C/ MOTOR ELETRO WEG SIN 76828 BOMBA BVM 156/60 SIN. 153331E	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRICO-MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	1.448,00	1.448,00	0,00	30/11/1998
023593	BOMBA HORIZONTAL ITA 125-400 54925	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	3.126,90	1.238,98	1.887,92	31/05/2004
028854	BOMBA CENTRIFUGA IMBIL ITAP N B00131A001 MOD. 125400 V02 EN1092-2 PN16	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111013	Captação Praça Tiradentes – Santarém	5.806,00	72,57	5.733,43	01/02/2012
003217	BOMBA DE ENGRAXAR MANUAL REF-501 MARCA EUREKA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L854	LEI COMPL. - EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	11,74	11,74	0,00	31/12/1983
010381	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L811	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	3.967,86	3.967,86	0,00	31/12/1982
010382	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	63.466,64	63.466,64	0,00	31/12/1982
010383	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	2.049,84	2.049,84	0,00	31/12/1982
010384	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	2.474,67	2.474,67	0,00	31/12/1982
010774	CASA DE BOMBA DE MADEIRA C/PISO REBAIXADO TAM-4M X 4M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIACAO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	306,97	306,97	0,00	31/07/1985
010778	MURO DE ALVENARIA TAM.26,20M	USO	ITENS EM USO	L809	LEI COMPLEMENTAR - MURO E CALCADAS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	376,55	227,81	148,74	31/07/1985
011024	TERRENO NA RUA COELHO NETO - CAPTACAO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	12.000,00	0,00	12.000,00	30/10/2002
011626	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	233,81	233,81	0,00	30/10/2002
018114	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	6.312,87	1.818,46	4.494,41	30/10/2002

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MEMBRAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
R021480	BOMBA OMEL MOD BVM 127/60 DE 7.5 CV	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	1.080,00	40,16	1.039,84	30/10/2002
003217	BOMBA DE ENGRAXAR MANUAL REF-501 MARCA EUREKA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	11,68	11,68	0,00	31/12/1983
007939	ELETROBOMBA FAMAC DE 1/2 CV	USO	ITENS EM USO	H859	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	18,19	2,68	15,51	31/05/1988
008549	QUADRO DE COMANDO EM MADEIRA C/1 AMPERIMETRO E 1 VOLTIMETRO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
010382	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	63.167,76	63.167,76	0,00	31/12/1982
010383	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	2.040,19	2.040,19	0,00	31/12/1982
010384	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	2.463,02	2.463,02	0,00	31/12/1982
010774	CASA DE BOMBA DE MADEIRA C/PISO REDAIXADO TAM-4M X 4M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	309,02	309,02	0,00	31/07/1985
010778	MURO DE ALVENARIA TAM-26,20M	USO	ITENS EM USO	809	MURO E CALCADAS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	374,78	225,03	149,75	31/07/1985
018119	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 CIRELE DE PARTIDA	USO	ITENS EM USO	Y868	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	5.815,87	4.248,66	1.567,21	01/10/1996
022310	CADEIRA EM MADEIRA FIXA.	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
028644	BOMBA CENTRIFUGA FAL TIPO 150X125X40 S/N 2	FIS	ITENS FISICOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111014	Bombeamento da Prefeitura Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
0107346	BOMBA DE VACUO 4CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	895,96	895,96	0,00	30/11/1986
010387	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	114,15	114,15	0,00	31/12/1982
010388	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	654,20	654,20	0,00	31/12/1982
010390	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	712,22	712,22	0,00	31/12/1982
010392	CASA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	910,47	910,47	0,00	31/12/1982
010393	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010394	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010395	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010396	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010397	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010398	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010399	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.803,64	31.803,64	0,00	31/12/1982
010400	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL - INST RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.016,25	1.016,25	0,00	31/12/1982
010401	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL - INST RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.016,25	1.016,25	0,00	31/12/1982
010407	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL - INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	11.250,51	11.250,51	0,00	31/12/1982
010597	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	3.318,92	3.318,92	0,00	31/01/1984
010783	LINHA DE TRANSMISSAO C/1 TRANSFORMADOR DE 112,5KVA E 1 MEDIDOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL - INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.506,26	1.506,26	0,00	31/07/1985

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

AMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L010785	LINHA DE TRANSMISSÃO C/1 TRANSFORMADOR DE 75KVA REF.CB-10390	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL - INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.506,26	1.506,26	0,00	31/07/1985
L011638	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	USO	ITENS EM USO	L814	LEI COMPL - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.084,00	20.572,03	10.511,97	01/09/1996
L011689	CASA DE ALVENARIA DE ALVENARIA MED.5,25 X 5,34 M	USO	ITENS EM USO	L814	LEI COMPL - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	6.586,82	5.523,08	1.063,74	04/05/1992
R007111	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	H858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTO ELÉTRICOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	970,00	44,68	925,32	30/10/2002
R007193	CHAVE COMPENSADORA	USO	ITENS EM USO	Q858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	780,00	67,02	712,98	30/10/2002
R011638	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.813,62	1.813,62	0,00	30/10/2002
R011640	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	4.344,77	4.344,77	0,00	30/10/2002
R011689	CASA DE BOMBA DE MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	2.387,79	2.387,79	0,00	30/10/2002
R011708	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	7.579,54	7.579,54	0,00	30/10/2002
R012265	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	10.276,62	447,60	9.829,02	30/11/2002
007346	BOMBA DE VACUO 4CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	881,81	881,81	0,00	30/11/1986
010387	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	117,73	117,73	0,00	31/12/1982
010388	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	674,49	674,49	0,00	31/12/1982
010390	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	734,25	734,25	0,00	31/12/1982
010392	CASA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	939,12	939,12	0,00	31/12/1982
010393	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010394	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010395	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010396	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010397	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010398	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010399	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	31.653,87	31.653,87	0,00	31/12/1982
010400	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.011,47	1.011,47	0,00	31/12/1982
010401	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.011,47	1.011,47	0,00	31/12/1982
010407	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	11.197,53	11.197,53	0,00	31/12/1982
010597	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	3.303,29	3.303,29	0,00	31/01/1984
010783	LINHA DE TRANSMISSAO C/1 TRANSFORMADOR DE 112.5KVA E 1 MEDIDOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.499,16	1.499,16	0,00	31/07/1985
010785	LINHA DE TRANSMISSAO C/1 TRANSFORMADOR DE 75KVA REF.CB-10390	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	1.499,16	1.499,16	0,00	31/07/1985
012265	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA HAUPT PLEUGER N. 9504P6239 TIPI P633R+V6	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111015	Bombeamento do Leo - Santarém	433,38	77,48	355,90	31/05/1995

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
013405	CONJ. MOTOBOMBA SUBMERSA N. 40130303.	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo – Santarém	20.083,35	18.424,64	1.658,71	31/03/2003
013713	CONJ. MOTOBOMBA SUBMERSO VHSMCG 30HP.	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo – Santarém	3.393,24	3.141,52	251,72	28/02/2003
021329	BOMBA CENT. IMBIL.ITA 125-260 N. 38244.	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALICAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111015	Bombeamento do Leo – Santarém	927,67	47,72	879,95	29/02/2000
028851	BOMBA CENTRIFUGA IMBIL. ITAP MOD. 125200 V03 EN1082-2 PN16 S/N. B00133A001	USO	ITENS EM USO		EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111015	Bombeamento do Leo – Santarém	4.210,00	52,62	4.157,38	01/02/2012
L006188	BOMBA KSB TIPO-125-26 OP.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	907,97	907,97	0,00	31/07/1985
L007155	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL T-BUM-127/60 S-111-920 C/M-WEG 4 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL. - EQUIP. ELETRO-MECANICOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	846,27	846,27	0,00	30/09/1987
L009458	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - EQUIP. SEGURANCA PROTECAO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	76,34	76,34	0,00	31/03/1989
L010389	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALICAO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	667,40	667,40	0,00	31/12/1982
L010784	LINHA DE TRANSMISSAO C/1 TRANSFORMADOR DE 112 3KVA REF. CB-10389	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALACOES ELTRICAS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	1.506,26	1.506,26	0,00	31/07/1985
L011160	TANQUE P/ NIVEL DE AGUA MED-1.00M DE DIAMETRO POR 200M DE ALTURA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATORIOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	695,66	695,66	0,00	31/10/1987
L011879	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
R003614	MOTOR ELÉTRICO GE S/N. J66401 CV40	USO	ITENS EM USO	N858	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	820,00	64,52	765,46	30/10/2002
R007192	CHAVE COMPENSADORA	USO	ITENS EM USO	Q858	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	780,00	67,62	712,36	30/10/2002
R011645	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALICAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	10.642,80	10.642,80	0,00	30/10/2002
R016891	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	63,90	2,66	61,24	30/10/2002
R017869	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	16.170,00	1.156,50	15.013,50	30/10/2002
O06188	BOMBA KSB TIPO-125-26 OP.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	903,70	903,70	0,00	31/07/1985
O07155	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL T-BUM-127/60 S-111-920 C/M-WEG 4 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	842,29	842,29	0,00	30/09/1987
O09458	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇAS E PROTECAO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	75,98	75,98	0,00	31/03/1989
O10389	PREDIO EM ALVENARIA - CASA DE BOMBAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALICAO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	688,03	688,03	0,00	31/12/1982
O10784	LINHA DE TRANSMISSAO C/1 TRANSFORMADOR DE 112 3KVA REF. CB-10389	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	1.499,16	1.499,16	0,00	31/07/1985
O11160	TANQUE P/ NIVEL DE AGUA MED-1.00M DE DIAMETRO POR 200M DE ALTURA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	819	RESERVATORIOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	692,38	669,99	22,39	31/10/1987
O11879	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	11.506,48	11.506,48	0,00	04/05/1992
O16891	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL MOD. 156-60 7,5 CV	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111016	Bombeamento Santana - Santarém	936,10	82,84	853,26	16/08/1994
O05513	BOMBA KSB TIPO 125-40 TIPO-125-40 OP-203905	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	717,23	717,23	0,00	31/07/1984
O05572	MOTOR ELÉTRICO ARNO 125 CV N-MHVPTLU MOD E250MF RPM-1750	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	347,73	347,73	0,00	31/07/1984
O06314	BOMBA KSB TIPO-125-26	USO	ITENS EM USO	Q859	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	117,44	31,30	86,14	30/04/1986
O11877	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 5,50 X 4,48 M	USO	ITENS EM USO	L814	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/05/1992
O11878	RESERVATORIO DE FERRO	USO	ITENS EM USO	L819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATORIOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	465,84	390,07	75,77	04/05/1992

35/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL- ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
R003149	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	16.170,00	4.658,58	11.511,42	30/10/2002
R003708	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	0858	REAVALIAR - EQUIPAMENTO ELÉTRICO	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	430,00	25,00	405,00	30/10/2002
R003766	MOTOR ELÉTRICO GE RPM 1780	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	320,00	92,02	227,98	30/10/2002
R003768	CHAVE COMPENSADORA	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	420,00	60,57	359,43	30/10/2002
R005320	MOTOR ELÉTRICO WEG 125CV MOD. 280SM1182	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	7.790,00	2.244,45	5.545,55	30/10/2002
R006314	BOMBA KSB	USO	ITENS EM USO	G859	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	1.953,08	89,36	1.863,72	30/10/2002
R007117	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	B858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	970,00	33,31	936,69	30/10/2002
R011909	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAR - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	7.842,26	7.842,26	0,00	30/10/2002
R015001	CHAVE DE PARTIDA ESTRELA WALTER. 125CV.	USO	ITENS EM USO	P858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	2.920,00	229,85	2.690,15	30/10/2002
R016102	BOMBA CENTRÍFUGA KSB 1 1/2" A SIN 255,281	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	4.730,00	206,38	4.523,62	30/10/2002
R05513	BOMBA KSB TIPO 125-40 TIPO-125-40 OP-203905	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	713,86	713,86	0,00	31/07/1984
R05572	MOTOR ELÉTRICO ARNO 125 CV N-MHVPTLU MOD. E250MF RPM-1750	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	346,10	346,10	0,00	31/07/1984
R06314	BOMBA KSB TIPO-125-76	USO	ITENS EM USO	G859	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	119,48	31,30	88,18	30/04/1986
R06530	QUADRO DE COMANDO EM MADEIRA C/1 AMPERÍMETRO E 1 VOLÍMETRO	DOA	ITENS RECIPIENTES EM DOAÇÃO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
R011878	RESERVATÓRIO DE FERRO.	USO	ITENS EM USO	819	RESERVATÓRIOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	6.700,13	5.387,74	1.312,39	04/05/1992
R015076	MOTOR ELÉTRICO KOHLBACH DE 10 CV MOD. KT132 M 10 NS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	15.047,00	15.047,00	0,00	01/10/1996
R015077	BOMBA HORIZONTAL TAURUS TIPO 200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECÂNICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	8.359,00	8.359,00	0,00	01/10/1996
R016892	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO MOD. 156-60 7,5 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECÂNICOS	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	1.800,00	1.800,00	0,00	16/08/1994
R21342	BOMBA CENT. IMBILITA 125-400 N. 38189.	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111017	Bombeamento Irua 05 - Santarém	1.435,58	73,66	1.361,92	29/02/2000
R003726	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERÍMETRO E 1 C/3AMP E 1VOLT	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI/COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	73,72	73,72	0,00	31/12/1983
R009448	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L855	LEI COMPL. - EQUIP. SEGURANCA PROTECAO	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	76,34	76,34	0,00	31/03/1989
R010408	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAR - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	179,26	179,26	0,00	31/12/1982
R010409	POCO PROFUNDO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI/COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	57.181,10	57.181,10	0,00	31/12/1982
R010410	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALACOES ELÉTRICAS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	3.538,95	3.538,95	0,00	31/12/1982
R010411	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI/COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	1.748,54	1.748,54	0,00	31/12/1982
R011920	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA C/COBERTURA DE CALHETAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAR - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	829,03	829,03	0,00	04/05/1992
R011921	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA C/COBERTURA DE CALHETAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAR - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	829,03	829,03	0,00	04/05/1992
R011924	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 160MM DE DIAMETRO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI/COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
R03662	MOTOR ELÉTRICO WEG DE 125 CV	USO	ITENS EM USO	P858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	430,00	33,71	396,29	30/10/2002

36/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
R003720	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	K858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	6.010,00	323,40	5.686,60	30/10/2002
R003727	CHAVE COMPENSADORA HUBBELL TIPO A	USO	ITENS EM USO	R858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	580,00	56,05	523,95	30/10/2002
R006313	MOTOR ELÉTRICO WEG - RPM 1765 - 20CV	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAR - EQUIPAMENTO ELÉTRICO	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	670,00	38,63	631,37	30/10/2002
R006329	CHAVE COMPENSADORA ESTRELA TRIANGULO	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	2.480,00	177,59	2.302,41	30/10/2002
R006397	CHAVE COMPENSADORA	USO	ITENS EM USO	C858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	1.290,00	46,94	1.243,06	30/10/2002
R006398	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	13.490,00	3.886,45	9.603,55	30/10/2002
R006856	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	M858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	550,00	33,71	516,29	30/10/2002
R006863	CHAVE COMPENSADORA WALIC	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	730,00	105,65	624,35	30/10/2002
R007103	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y856	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	11.360,00	3.272,96	8.087,04	30/10/2002
R007108	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	H858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	820,00	37,50	782,50	30/10/2002
R008559	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	11.360,00	812,29	10.547,71	30/10/2002
R011710	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIAR - EDIFICAÇÕES EM MADEIRA	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	3.300,00	3.900,00	0,00	30/10/2002
R011923	TRANSFORMADOR	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	2.010,00	143,88	1.866,12	30/10/2002
R011929	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAR - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	14.715,30	14.715,30	0,00	30/10/2002
R011931	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAR - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	9.827,63	9.827,63	0,00	30/10/2002
R018119	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAR - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	7.144,13	2.058,15	5.085,98	30/10/2002
003229	MESA DE MADEIRA	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003327	MOTOR ELÉTRICO WEG 20 CV	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003726	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETRO E 1 C/AMP E 1VOLT	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	73,37	73,37	0,00	31/12/1983
005504	MOTOR ELÉTRICO WEG MOD 2805M1282 150CV N 20512	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
006311	BOMBA KSB TIPO 125-20 CENTRIFUGA OP 177719	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	859	EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
006396	BOMBA KSB MOD ETAM 125-50 OP 326306	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
007107	BOMBA KSB MOD ETA 100-50/2 OP	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
009448	EXTINTOR DE INCENDIO CO2 6 KG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	855	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇAS E PROTECAO	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	75,98	75,98	0,00	31/03/1989
010408	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAR - EDIFICAÇÃO EM CONCRETO	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	184,74	184,74	0,00	31/12/1982
010409	POCO PROFUNDO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	56.911,82	56.911,82	0,00	31/12/1982
010410	LINHA DE TRANSMISSAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	3.522,28	3.522,28	0,00	31/12/1982
010411	INSTALACAO DE RECALQUE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	1.740,31	1.740,31	0,00	31/12/1982
11367	CONJ. MOTOBOMBA SUBMERSA MOD. 801/10044T S270R-03B S/N 106940806-B3490806	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Iura 06 - Santarém	15.996,89	8.276,95	7.719,94	01/04/2007

37/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	UN.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
011920	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA C/COBERTURA DE CALHETAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	11.945,57	11.945,57	0,00	04/05/1992
011921	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA C/COBERTURA DE CALHETAO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	11.945,57	11.945,57	0,00	04/05/1992
011924	BATERIA DE POCOS C/ 10 POCOS DE 160MM DE DIÂMETRO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	11.506,48	11.506,48	0,00	04/05/1992
012994	PREDIO EM ALVENARIA - CASA DE BOMBAS	FIS	ITENS FISICOS	811	EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
015082	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	2858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	5.815,87	5.815,87	0,00	01/10/1996
015914	MESA PARA PC COM SUPERFÍCIE REGULÁVEL PA 000000005356997	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	107,86	107,86	0,00	31/10/1991
018120	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO C/MOTOR WEG DE 7,5 CV MOD. 112 M 1291 E BOMBA OMEL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	10.449,00	10.449,00	0,00	31/10/1996
021322	BOMBA CENT. IMBIL. ITA 125-260 N. 38242	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECÂNICO	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	927,67	47,72	879,95	29/02/2000
023594	BOMBA HORIZONTAL IMBIL. ITA 100-400. 54923	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	2.946,30	1.186,90	1.779,10	31/05/2004
023597	BOMBA HORIZONTAL ITAP 125-200 54922	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	1.922,55	761,82	1.160,73	31/05/2004
024761	QUADRO DE COMANDO C/1 AMP. 1 VOLT	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	0,00	0,00	0,00	33/11/2008
027045	CONJ. MOTOBOMBA DE VACUO MOD. 085J N 814 C/ BOMBA OMEL E MOTOR WEG 5 CV	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	4.722,22	826,35	3.895,87	01/11/2006
028796	BOMBA CENTRÍFUGA IMBIL. ITAP N B00131A001 1602 CC V03EN 1082-2PN16	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECÂNICOS	7220	3111018	Bombeamento Irua 06 - Santarém	3.299,00	82,26	3.206,74	01/02/2012
007138	MESA DE MADEIRA C/2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI/COMPL. MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111019	Bombeamento Irua 07 - Santarém	58,84	58,84	0,00	30/04/1987
009476	GELADEIRA COM CAPACIDADE DE 254 LITROS BRASTEMP N 785467	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI/COMPL. - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111019	Bombeamento Irua 07 - Santarém	438,31	438,31	0,00	30/04/1989
007138	MESA DE MADEIRA C/2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111019	Bombeamento Irua 07 - Santarém	58,56	58,56	0,00	30/04/1987
009476	GELADEIRA COM CAPACIDADE DE 254 LITROS BRASTEMP N 785467	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111019	Bombeamento Irua 07 - Santarém	436,25	436,25	0,00	30/04/1989
018139	BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO GARRAFA PARA AG MARCA ESMALTEC	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111019	Bombeamento Irua 07 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
005571	BOMBA KSB TIPO 100-50 OP-194240	USO	ITENS EM USO	J859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	32,15	20,98	11,17	31/07/1984
008550	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 MALASA TAMANHO 1.00X0.50M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI/COMPL. - MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCR	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	58,31	58,31	0,00	31/10/1988
010415	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L814	LEI/COMPL. - EDIFICAÇÕES EM MADEIRA	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	2.421,90	2.421,90	0,00	31/12/1982
011028	TERRENO TAM- 3,72X50 M	TER	SITUAÇÃO DE TERRENOS	L801	LEI/COMPLEMENTAR - TERRENOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	7.232,89	0,00	7.232,89	31/12/1986
011864	INSTALAÇÃO DE RECALQUE 100MM	USO	ITENS EM USO	L823	LEI/COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	133,10	110,66	22,44	04/05/1992
011865	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	L823	LEI/COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	465,84	388,52	77,32	04/05/1992
011866	BATERIA DE POCOS C/ 10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI/COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
011914	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 3 X 4 M	USO	ITENS EM USO	L811	LEI/COMPL. - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/05/1992
015030	BOMBA KSB TIPO ANS 125-400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI/COMPL. - EQUIP. ELÉTRICO-MECÂNICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	299,47	299,47	0,00	04/05/1992
015031	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI/COMPL. EQUIPAMENTO ELÉTRONICO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT. IMOBIL.
L015032	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
R003791	BOMBA KSB MOD ETA	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	4.360,00	198,80	4.161,20	30/10/2002
R003816	BOMBA KSB TIPO 100-50/2 OP:1557/46	USO	ITENS EM USO	M858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	5.900,00	366,95	5.533,05	30/10/2002
R005571	BOMBA KSB TIPO 100-50	USO	ITENS EM USO	J859	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	2.324,86	125,33	2.199,53	30/10/2002
R011028	TERRENO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	6.800,00	0,00	6.800,00	30/10/2002
R011863	TRANSFORMADOR 75 KVA	USO	ITENS EM USO	H858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTO ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	2.270,00	103,39	2.166,61	30/10/2002
R011914	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	11.725,28	11.725,28	0,00	30/10/2002
R011926	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	3.025,40	3.025,40	0,00	30/10/2002
R015079	CHAVE COMPENSADORA WALT C	USO	ITENS EM USO	0858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTO ELETROICO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	1.240,00	71,94	1.168,06	30/10/2002
R017474	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	N858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	11.289,57	748,06	10.540,91	30/10/2002
R018121	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y859	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	6.312,87	1.818,46	4.494,41	30/10/2002
R018122	BOMBA KSB	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALIACAO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	3.720,00	169,28	3.550,72	30/10/2002
Q03620	MOTOR ELCTRICO AFINO DE 5 CV RPM 3420	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1983
Q08750	MESA DE MADEIRA COM 3 CAVETAS 070 X 1,2 IMALASA TAMANHO 1,00X0,50M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	58,03	58,03	0,00	31/10/1991
Q10415	CASA DE BOMBA DE MADEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	814	EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	2.410,49	2.410,49	0,00	31/12/1982
Q11864	INSTALACAO DE RECALQUE 100MM	USO	ITENS EM USO	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	1.917,75	1.542,05	375,70	04/05/1992
Q11865	TANQUE DE VAGUO	USO	ITENS EM USO	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	6.700,13	5.387,74	1.312,39	04/05/1992
Q11866	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	11.506,48	11.506,48	0,00	04/05/1992
Q12428	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 100 MM DE DIAMETRO	USO	ITENS EM USO	802	POCOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	171.366,00	140.996,67	30.369,33	01/10/1996
Q12625	TERRENO DA AV. NACOES UNIDAS N. 267 B. URUMARI MED. 20,00 FR X 30,00 FP S=600,00M/2	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	2.500,00	0,00	2.500,00	31/03/1998
Q15030	BOMBA KSB TIPO ANS 125-400	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	4.434,79	4.434,79	0,00	04/05/1992
Q15031	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	5.873,10	5.873,10	0,00	04/05/1992
Q15032	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	5.873,10	5.873,10	0,00	04/05/1992
Q15288	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VAGUO C/ BOMBA OMEL TIPO BMW 127/60 C/ MOTOR ELCTRICO WE	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
Q16893	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VAGUO OMEL MOD. 127-60 4 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	1.400,00	1.400,00	0,00	16/08/1994
Q18123	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VAGUO C/MOTOR EBERLE DE 7,5 CV MOD PS112MZE505	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	10.449,00	10.449,00	0,00	01/10/1996
Q18834	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
Q21314	CJ MOTOR BOMBA DE VAGUO MOTOR WEG 7,5CV C/ BOMBA OMEL BMW 156/60	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	3.496,61	3.496,61	0,00	29/02/2000

39/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
021343	BOMBA CENTRIFUGA IMBIL 125-400 N. 38193.	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	1.435,58	73,66	1.361,92	29/02/2000
024740	CONJ. MOTOBOMBA DE VACUO OMEL.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7200	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
027848	BOMBA ELET. DE VACUO 7,5 CV S/N 1370	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/08/2011
027849	BOMBA ELET. DE VACUO 7,5 CV S/N 1371	TRA	ITENS TRANSFERIDOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/08/2011
027849	BOMBA ELET. DE VACUO 7,5 CV S/N 1371	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111020	Bombeamento Caranazal - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/08/2011
L007939	ELETROBOMBA FAMAC DE 1/2 CV	USO	ITENS EM USO	H859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	18,12	2,68	15,44	31/05/1988
L010775	INSTALACAO DE RECALQUE C1 REG GAV E VALV RET D 6" REF CB-10774	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	502,07	502,07	0,00	31/07/1985
L010776	LINHA DE TRANSMISSAO C/TRANSFORMADOR DE 112,5KVA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L821	LEI COMPL. - INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	753,13	753,13	0,00	31/07/1985
L011476	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLLGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS ELETRO-MECANICO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
L015020	BOMBA KSB TIPO ANS 100-250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL. - EQUIP. ELTRO-MECANICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	232,92	232,92	0,00	04/05/1992
L015021	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRO-MECANICO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
L015022	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRO-MECANICO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
R007939	ELETROBOMBA FAMAC	USO	ITENS EM USO	H859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	1.313,69	62,50	1.251,19	30/10/2002
R011022	TERRENO NA AV. TAPALUAS - CAP TALUAS	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIAÇÃO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	10.757,69	0,00	10.757,69	30/10/2002
R011870	TRANSFORMADOR TRIFASICO 45 KVA	USO	ITENS EM USO	J858	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	2.270,00	115,49	2.154,51	30/10/2002
R012434	BOMBA SUBMERSA	USO	ITENS EM USO	M851	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	11.170,00	601,72	10.568,28	30/10/2002
R018155	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO	USO	ITENS EM USO	G851	REAVALIAÇÃO EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	1.090,00	47,34	1.042,66	30/10/2002
R019736	BOMBA TURBINA DE EIXO PROLONGADO	USO	ITENS EM USO	Q851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	100.950,00	7.950,49	92.999,51	30/10/2002
O10775	INSTALACAO DE RECALQUE C1 REG GAV E VALV RET D 6" REF CB-10774	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	499,70	499,70	0,00	31/07/1985
O10776	LINHA DE TRANSMISSAO C/TRANSFORMADOR DE 112,5KVA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	749,58	749,58	0,00	31/07/1985
O11476	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLLGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	11.506,48	11.506,48	0,00	04/05/1992
O12638	SISTEMA DE BARRILETE COMPOSTO DE 3 REGISTROS DE GAVETA 3 VALV. RET. 3 TRONCOS ADAPTAD	USO	ITENS EM USO	844	TUBULACOES DE ACO	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	42.000,00	11.766,16	30.233,84	31/05/1998
O15020	BOMBA KSB TIPO ANS 100-250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	3.727,62	3.727,62	0,00	04/05/1992
O15021	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	5.873,10	5.873,10	0,00	04/05/1992
O15022	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	5.873,10	5.873,10	0,00	04/05/1992
O19737	PAINEL DE COMANDO P/ MOTOR DE 400 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	23.000,00	23.000,00	0,00	31/05/1998
O19738	PAINEL DE COMANDO P/ MOTOR DE 400 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	23.000,00	23.000,00	0,00	31/05/1998
O19739	BANCO DE CAPACITORES P/ CORRECAO DE POTENCIA (FATOR)	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Irua - Santarém	3.680,00	3.680,00	0,00	31/05/1998

40/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	UN.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT. IMOBIL.
019740	BANCO DE CAPACITORES P/ CORRECAO DE POTENCIA (FATOR)	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Iura – Santarém	3.680,00	3.680,00	0,00	31/05/1998
019741	BANCO DE CAPACITORES P/ CORRECAO DE POTENCIA (FATOR)	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111021	Copa Iura – Santarém	3.680,00	3.680,00	0,00	31/05/1998
023542	BOMBA IMBIL 80-400 S/N 54752	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111021	Copa Iura – Santarém	2.276,66	911,71	1.364,95	30/04/2004
L003388	CHAVE COMPENSADORA TIPO A N 7674	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	155,07	155,07	0,00	30/07/1981
L003722	MOTOR ELETRICO GE RPM 1760 N-1130612 MOD-263244-205 20CV 1760RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	199,93	199,93	0,00	31/12/1983
L008587	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL TIPO BVM-156/60 C/MOTOR ELET WEG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL - EQUIP. ELTRO- MECANICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	481,04	481,04	0,00	31/12/1988
L010779	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA C/PISO REBAIXADO TAM-8 43M X 5,71M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	575,57	575,57	0,00	31/07/1985
L011884	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 4.20 X 6.25 M	USO	ITENS EM USO	L811	LEI COMPL - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/05/1992
L011907	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	L819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATORIOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	465,84	390,07	75,77	04/05/1992
L011908	INSTALACAO DE RECALQUE C/200MM DE DIAMETRO	USO	ITENS EM USO	L823	LEI COMPL - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	166,37	138,25	28,12	04/05/1992
L011983	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 3.90 X 2,60 M	USO	ITENS EM USO	L811	LEI COMPL. EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/05/1992
L015023	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
L015024	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
L015025	BOMBA KSB MODELO ANS 100-250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL - EQUIP. ELTRO- MECANICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	232,92	232,92	0,00	04/05/1992
R011808	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	5.965,19	5.965,19	0,00	30/10/2002
R011874	TRANSFORMADOR 75 KVA	USO	ITENS EM USO	H858	REAVALICAO - EQUIPAMENTO ELETRICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	2.820,00	128,39	2.691,61	30/10/2002
R011900	TRANSFORMADOR TRIFASICO 45 KVA	USO	ITENS EM USO	R858	REAVALICAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	2.270,00	218,88	2.051,12	30/10/2002
R015087	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO	USO	ITENS EM USO	H851	REAVALICAO EQUIPAMENTO ELTRO MECANICO	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	938,00	42,42	895,58	30/10/2002
003388	CHAVE COMPENSADORA TIPO A N 7674	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	154,34	154,34	0,00	30/07/1981
003722	MOTOR ELETRICO GE RPM 1760 N-1130612 MOD-263244-205 20CV 1760RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	198,98	198,98	0,00	31/12/1983
008587	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL TIPO BVM-156/60 C/MOTOR ELET WEG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO- MECANICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	478,78	478,78	0,00	31/12/1988
010779	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA C/PISO REBAIXADO TAM-8 43M X 5,71M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	578,92	578,92	0,00	31/07/1985
011907	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	819	RESERVATORIOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	6.700,13	5.387,74	1.312,39	04/05/1992
011908	INSTALACAO DE RECALQUE C/200MM DE DIAMETRO	USO	ITENS EM USO	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	2.457,11	1.976,05	481,06	04/05/1992
011983	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 3.90 X 2,60 M	USO	ITENS EM USO	811	EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	20.615,77	17.285,08	3.330,69	04/05/1992
015023	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	5.873,10	5.873,10	0,00	04/05/1992
015024	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	5.873,10	5.873,10	0,00	04/05/1992
015025	BOMBA KSB MODELO ANS 100-250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO- MECANICOS	7220	3111022	Bombeamento Santarémzinho – Santarém	3.727,62	3.727,62	0,00	04/05/1992
003867	MOTOR ELETRICO WEG MOD-200L-478 POT 50 CV RPM 1770	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111023	Bombeamento Laginho – Santarém	729,52	729,52	0,00	30/12/1980
011880	CASA DE BOMBA DE MADEIRA MED. 3.00 X 4.00 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALICAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111023	Bombeamento Laginho – Santarém	96,67	96,67	0,00	04/05/1992

41/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS
MUNICÍPIO DE SANTARÉM

VBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L011882	INSTALACAO DE RECALQUE DE 6 POLEGADAS	USO	ITENS EM USO	L873	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	199,65	167,07	32,58	04/05/1992
L011883	BATERIA DE POCOS C/ 10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
R011881	TRANSFORMADOR TRIFASICO 45 KVA	USO	ITENS EM USO	0858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	2 270,00	132,84	2 137,16	30/10/2002
R011910	CASA DE BOMBA EM MADEIRA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R814	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM MADEIRA	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	1 889,64	1 889,64	0,00	30/10/2002
R015091	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	6 312,87	1 818,46	4 494,41	30/10/2002
003636	CHAVE COMPENSADORA HUBBELL N. 37572 TIPO-B	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003867	MOTOR ELÉTRICO WEG MOD-200L478 POT 50 CV RPM 1770	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	726,09	726,09	0,00	30/12/1980
007157	QUADRO DE COMANDO COM 3 AMPERIMETRO E 1 COM 1 RELE	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
011880	CASA DE BOMBA DE MADEIRA MED. 3,00 X 4,00 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	1 458,43	1 458,43	0,00	04/05/1992
011882	INSTALACAO DE RECALQUE DE 6 POLEGADAS	USO	ITENS EM USO	923	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	2 876,62	2 313,36	563,26	04/05/1992
011883	BATERIA DE POCOS C/ 10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	902	POCOS	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	11 506,48	11 506,48	0,00	04/05/1992
021331	BOMBA CENTRIF. ITA 100-500/2 N 38199	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIACAO-EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECANICO	7220	3111023	Bombeamento Lagunho - Santarém	1 668,03	85,52	1 582,51	29/02/2000
011925	TRANSFORMADOR 75 KVA C/POSTE DE CONCRETO	USO	ITENS EM USO	L811	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	938,76	585,30	112,46	04/05/1992
011926	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 5 X 6 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	829,03	829,03	0,00	04/05/1992
015034	BOMBA KSB TIPO 100-40	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL. EQUIP. ELÉTRICO-MECANICOS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	199,65	199,65	0,00	04/05/1992
1003264	CHAVE COMPENSADORA TIPO B	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIACAO-EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	790,00	113,96	676,04	30/10/2002
011006	TERRENO NA TRAV. TANQUEDO NEVES - CAP.	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	1 216 200,00	0,00	1 216 200,00	30/10/2002
011933	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	1 009,98	1 009,98	0,00	30/10/2002
006386	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 UN RELE DE TEMPO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
011925	TRANSFORMADOR 75 KVA C/POSTE DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	10 068,17	10 068,17	0,00	04/05/1992
011926	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM. 5 X 6 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	11 945,57	11 945,57	0,00	04/05/1992
012996	SUBESTACAO ELÉTRICA EM CONCRETO C/ TRAFÓ E POSTEM DE CONCRETO	FIS	ITENS FISICOS	821	INSTALACOES ELETRICAS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
012997	PREDIO EM ALVENARIA-CABINE DE ALTA TENSÃO	FIS	ITENS FISICOS	811	EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
13550	CONJ. MOTOBOMBA SUBMERSA SP160-4-A463KM 3X460V 60HZ GRUNDFOS MOD. 3202096B40343-1007	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECANICOS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	14 952,38	2 367,40	12 584,98	01/02/2010
15034	BOMBA KSB TIPO 100-40	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRICO-MECANICOS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	2 876,62	2 876,62	0,00	04/05/1992
21748	QUADRO DE COMANDO C/ 1 AMP. 1 VOLT.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111026	Bombeamento Irua 15 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
02979	MESA DE MADEIRA C/3GAV. REVEST. EM FORM. TAM-1,24M X 0,69M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L885	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111027	Bombeamento Urumary - Santarém	53,64	53,64	0,00	31/12/1983
011915	INSTALACAO DE RECALQUE C/REGISTRO DE GAVETA	USO	ITENS EM USO	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111027	Bombeamento Urumary - Santarém	133,10	110,66	22,44	04/05/1992

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L011916	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	L819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATORIOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	465.84	390.07	75.77	04/05/1992
R003148	MOTOR ELÉTRICO WEG MOD. 280SM1081 125CV	USO	ITENS EM USO	E858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	970.00	38.23	931.77	30/10/2002
R011026	TERRENO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	5.794.692,50	0,00	5.794.692,50	30/10/2002
R011027	TERRENO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	427.390,26	0,00	427.390,26	30/10/2002
R011884	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	4.816,86	4.816,86	0,00	30/10/2002
002979	MESA DE MADEIRA C/36AV REVEST EM FORM TAM-1,24M X 0,69M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	53.39	53.39	0,00	31/12/1983
0111722	TERRENO NO URUMARI COM 3878 HECTARES	TER	SITUACAO DE TERRENOS	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	26.025,60	0,00	26.025,60	01/02/1991
0111722	TERRENO NO URUMARI COM 3878 HECTARES	TER	SITUACAO DE TERRENOS	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	3.789,60	0,00	3.789,60	01/12/1991
0111915	INSTALACAO DE RECALQUE C/REGISTRO DE GAVETA	USO	ITENS EM USO	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	2.097,53	1.686,98	410,85	04/05/1992
0111916	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	819	RESERVATORIOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	6.700,13	5.387,74	1.312,39	04/05/1992
018421	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 C/RELKE DE PARTIDA C/ CHAVE GERAL	USO	ITENS EM USO	Y853	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	6.647,13	4.855,22	1.791,91	01/10/1996
021335	BOMBA CENT IMBIL ITA 125-400 N 38190.	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIACAO-EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECANICO	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	1.435,68	73,66	1.361,92	28/02/2000
023161	CONJ. MOTOR BOMBA D/ER VAQUO OMEI MOD BVM 126-60 N 176/443-C	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECANICOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	2.178,00	1.580,82	597,18	01/02/2005
024711	CONJ. MOTOR BOMBA D/ER VAQUO OI MOTOR WEG C/ BOMBA OMEI TIPO BVM2-15660_S/N182	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECANICOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	2.444,00	1.305,31	1.138,69	01/01/2007
024709	QUADRO DE COMANDO C/ 1 AMP. 1 VOLT.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111027	Bombeamento Urinary - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
L011887	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM 4 X 5 M	USO	ITENS EM USO	L811	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/05/1992
L011871	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
L011873	TANQUE DE VAQUO P/NIVEL D'AGUA	USO	ITENS EM USO	L819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATORIOS	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	465,84	390,07	75,77	04/05/1992
R011004	TERRENO NA AV. CUIABÁ / AV. FERNANDO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	1.400,00	0,00	1.400,00	30/10/2002
R011005	TERRENO NA TRAV. 7 DE SETEMBRO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	56.900,00	0,00	56.900,00	30/10/2002
R011905	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	15.725,28	15.725,28	0,00	30/10/2002
011871	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	11.506,48	11.506,48	0,00	04/05/1992
011873	TANQUE DE VAQUO P/NIVEL D'AGUA	USO	ITENS EM USO	819	RESERVATORIOS	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	6.700,13	5.387,74	1.312,39	04/05/1992
012271	CONJUNTO MOTOR BOMBA SUBMERSA HAUPT PLEUGER TIPO P82 03 N 9501 P8 253	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECANICOS	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	2.718,66	2.718,66	0,00	01/02/1995
012887	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA LIAO 27,5 CV MOD. 760/027/2238-S40-10 BR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECANICOS	7220	3111028	Bombeamento Nova Republica - Santarém	3.119,99	3.119,99	0,00	30/06/2000
L003723	BOMBA KSB TIPO 125-20 TIPO-125-20 OP-168250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111030	Bombeamento Iura 02 - Santarém	1.459,02	1.459,02	0,00	31/12/1983
L008001	BOMBA CENTRIFUGA MOD. 100/200-KSB	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	X859	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Iura 02 - Santarém	87,66	87,66	0,00	29/02/1988
L010413	CASA DE BOMBA DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIACAO - EDIFICACAO EM CONCRETO	7220	3111030	Bombeamento Iura 02 - Santarém	281,09	281,09	0,00	31/12/1982
L010416	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111030	Bombeamento Iura 02 - Santarém	56.603,11	56.603,11	0,00	31/12/1982

43/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
ANEXO III
RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Item	Descrição do Bem	Sit	Descrição da Situação	Análise	Descrição da Análise	CR	U.N.	Descrição da Unidade de Negócio	VL. Original	VL.DPR. Acum	VL.Liq. do Bem	DT Imobil.
L011909	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM 3,00 X 4,00 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	829,03	829,03	0,00	04/05/1992
L011910	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM 3,00 X 4,00 M	USO	ITENS EM USO	L814	LEI COMPL. - EDIFICAÇÕES EM MADEIRA	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	1.430,80	1.199,55	231,25	04/05/1992
L011912	INSTALACAO DE RECALQUE C/REGISTRO DE GAVETA 200 MM	USO	ITENS EM USO	L823	LEI COMPL. - INST. RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	166,37	138,25	28,12	04/05/1992
L011913	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	L819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATÓRIOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	465,84	390,07	75,77	04/05/1992
L011917	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L802	LEI COMPLEMENTAR - POCOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	798,59	798,59	0,00	04/05/1992
L011919	ADUTORA EM TUBOS DE FERRO FUNDIDO DE 200 MM DE DIAMETRO PIAGUA TRATADA	USO	ITENS EM USO	L842	LEI COMPL. - TUBULACOES EM FERRO FUNDIDO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	190.196,51	79.325,99	110.870,52	04/05/1992
L015026	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
L015027	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	399,29	399,29	0,00	04/05/1992
L015028	MOTOR ELETRICO WEG - 125CV 3500 RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	1.297,70	1.297,70	0,00	04/05/1992
L015029	BOMBA KSB TIPO ANS MOD 80-250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL. - EQUIP. ELTRO- MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	199,65	199,65	0,00	04/05/1992
L015033	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL DE 4 CV E MOTOR ELETRICO WEG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L851	LEI COMPL. - EQUIP. ELTRO- MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	332,74	332,74	0,00	04/05/1992
3003668	MOTOR ELETRICO WEG MOD 280SM0180 125 CV	USO	ITENS EM USO	T858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	430,00	53,39	376,61	30/10/2002
3008001	BOMBA CENTRIFUGA KSB OP. 327 792	USO	ITENS EM USO	X859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	2.163,59	626,34	1.535,25	30/10/2002
3011715	CASA DE BOMBA EM CONCRETO - SANTARFM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÃO EM CONCRETO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	2.237,16	2.237,16	0,00	30/10/2002
3011911	TRANSFORMADOR	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	4.920,00	351,79	4.568,21	30/10/2002
3011918	TRANSFORMADOR TRIFASICO 112,5 KVA 138 KV	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO ELETRICO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	3.430,00	199,20	3.230,80	30/10/2002
3011920	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	26.976,63	26.976,63	0,00	30/10/2002
3011921	CASA DE BOMBA EM ALVENARIA - SANTAREM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	26.976,62	26.976,62	0,00	30/10/2002
3015086	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL	USO	ITENS EM USO	Q851	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO ELETRO MECANICO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	938,00	73,47	864,53	30/10/2002
3015286	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	10.820,00	3.117,71	7.702,29	30/10/2002
017215	CJ MOTORBOMBA DE VACUO OMEL 138 266-D1	USO	ITENS EM USO	C859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	57,27	2,26	55,01	30/10/2002
022308	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	O858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	16.170,00	1.156,50	15.013,50	30/10/2002
022309	BOMBA KSB TIPO 125 200 OP. 328-740	USO	ITENS EM USO	T858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	3.680,00	454,05	3.225,95	30/10/2002
032335	MESA DE MADEIRA COM 1 GAVETA	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
03723	BOMBA CENTRIF. KSB OP 168250 TIPO 125/20	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	1.452,15	1.452,15	0,00	31/12/1983
07104	QUADRO DE COMANDO EM MADEIRA	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
08001	BOMBA CENTRIFUGA KSB OP. 327 792 MOD ETAM 100-200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	X859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	88,75	88,75	0,00	29/02/1988
10413	CASA DE BOMBA DE CONCRETO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R812	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÃO EM CONCRETO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	289,98	289,98	0,00	31/12/1982
10416	BATERIA DE POCOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	56.336,55	56.336,55	0,00	31/12/1982

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	D7 IMOBIL.
011909	CASA DE BOMBA DE ALVENARIA TAM 3,00 X 4,00 M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIAÇÃO - EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	11 945,57	11 945,57	0,00	04/05/1992
011912	INSTALAÇÃO DE RECALQUE C/REGISTRO DE GAVETA 200 MM	USO	ITENS EM USO	823	INSTALAÇÕES DE RECALQUE (ELEVATÓRIA)	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	2 457,11	1 976,05	481,06	04/05/1992
011913	TANQUE DE VAQUO	USO	ITENS EM USO	819	RESERVATÓRIOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	6 700,13	5 387,74	1 312,39	04/05/1992
011917	BATERIA DE POCOS C/10 POCOS DE 6 POLEGADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	802	POCOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	11 506,48	11 506,48	0,00	04/05/1992
011919	ADUTORIA EM TUBOS DE FERRO FUNDIDO DE 200 MM DE DIAMETRO PIAGUA TRATADA	USO	ITENS EM USO	842	TUBULAÇÕES DE FERRO FUNDIDO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	2 683 386,47	1 050 141,07	1 633 245,40	04/05/1992
013555	CONJ. MOTOBOMBA LEAO S/N 39700410 MOD 801/100/44-TR-S270R-03B	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	22 507,57	3 000,96	19 506,71	03/05/2010
015026	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	5 873,10	5 873,10	0,00	04/05/1992
015027	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	5 873,10	5 873,10	0,00	04/05/1992
015028	MOTOR ELETRICO WEG 425CV 3500 RPM	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	18 458,31	18 458,31	0,00	04/05/1992
015029	BOMBA KSB TIPO ANS MOD 80-250	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	3 056,41	3 056,41	0,00	04/05/1992
015033	CONJUNTO MOTOR BOMBA DE VACUO OMEL DE 4 CV E MOTOR ELCTRICO WEG	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	5 094,01	5 094,01	0,00	04/05/1992
015091	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 E RELE DE PARTIDA C/CHAVE GERAL	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	6 647,13	4 855,22	1 791,31	01/10/1996
015254	BOMBA	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/02/1993
017215	CJ. MOTORBOMBA DE VACUO OMEL 158-266-D1 MOD BVM 15x60	USO	ITENS EM USO	C859	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	832,73	50,40	782,33	03/04/1995
322124	REFRIGERADOR ELETROLUX COR BRANCA 141 LITROS R130	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	399,00	381,84	17,16	31/05/2002
322306	POLTRONA ESTUFADA FIXA C/ BRACOS	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
322307	ARMARIO EM MADEIRA C/ 4 PORTAS	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
322308	QUADRO DE COMANDO C/ 1 AMP. 1 VOLT.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
327259	CONVERSOR DE PARTIDA 100 CV	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	11 030,25	1 654,56	9 375,69	01/03/2010
327858	BOMBA ITAP 10050020V01 EN 10922PN 16 SERIE 187891420001	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111030	Bombeamento Irua 02 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/08/2011
303671	CHAVE COMPENSADORA ELCO TIPO A ELCO TIPO A N-8	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111031	Bombeamento Irua 01 - Santarém	98,26	98,26	0,00	31/12/1983
303671	CHAVE COMPENSADORA ELCO TIPO A ELCO TIPO A N-8	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111031	Bombeamento Irua 01 - Santarém	97,80	97,80	0,00	31/12/1983
15072	QUADRO DE COMANDO COM RELE DE PARTIDA E CHAVE GERAL	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111031	Bombeamento Irua 01 - Santarém	6 896,10	6 896,10	0,00	01/10/1996
311029	TERRENO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIAÇÃO	7220	3111032	Bombeamento Bacabal - Santarém	3 749,67	0,00	3 749,67	30/10/2002
321739	QUADRO DE COMANDO C/ 1 AMP. 1 VOLT	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111032	Bombeamento Bacabal - Santarém	16 170,00	4 658,58	11 511,42	30/10/2002
12964	TERRENO MED. 15,00 FRENTE X 30,0 FUNDO LOC R NACOES UNIDAS, AUGUSTO MEIRA X MUIRAQUITA	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIAÇÃO	7220	3111032	Bombeamento Bacabal - Santarém	7 000,00	0,00	7 000,00	30/06/2000
12975	PREDIO EM ALVENARIA DA SUBESTAÇÃO	FIS	ITENS FISICOS	811	EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111032	Bombeamento Bacabal - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
14091	MOTOBOMBA BHS 1012-4 100HP 60HZ	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111032	Bombeamento Bacabal - Santarém	15 120,00	7 571,28	7 548,72	01/06/2007
02658	PRANCHETA PARA DESENHO TAM 1,40 X 0,95	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L857	LEI COMPL - EQUIP ENGENHARIA E DESENHO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	52,28	52,28	0,00	31/12/1983

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VLLIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L002691	ARQUIVO DE ACO COM 10 GAVETAS C/10 GAVETAS MARCA SILVEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	25.68	25.68	0,00	31/12/1983
L002959	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	25.92	25.92	0,00	31/12/1983
L002969	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7.500 BTUS SERIE EBD9-102364 MOD-2500 10000BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L868	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	155.45	155.45	0,00	31/12/1983
L002988	ARMARIO DE ACO C/2 PORTAS C/2PORTAS ENVIDRAÇADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	59.24	59.24	0,00	31/12/1983
L007185	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS MARCA Balfar B-110-09	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	126.48	126.48	0,00	30/09/1987
L007935	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER IMOLASE C/1 GAVETA N 8171	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	34.33	34.33	0,00	31/03/1988
R011010	TERRENO NA TRAV. FRANCISCO CORREA	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	23.400,00	0,00	23.400,00	30/10/2002
002658	FRANCHETA PARA DESENHO TAM 1,40 X 0,95	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	857	EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA E DESENHO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	52.03	52.03	0,00	31/12/1983
002691	ARQUIVO DE ACO COM 10 GAVETAS C/10 GAVETAS MARCA SILVEIRA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	25.56	25.56	0,00	31/12/1983
002959	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	25.79	25.79	0,00	31/12/1983
002969	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7.500 BTUS SERIE EBD9-102364 MOD-2500 10000BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	154,71	154,71	0,00	31/12/1983
002988	ARMARIO DE ACO C/2 PORTAS C/2PORTAS ENVIDRAÇADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	58.96	58.96	0,00	31/12/1983
003604	PICK - UP CHEVROLET C 10	FIS	ITENS FISICOS	880	VEICULOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	31/10/2003
007185	ARMARIO DE MADEIRA C 2 PORTAS MARCA Balfar B-110-09	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	125.89	125.89	0,00	30/09/1987
007195	CADEIRA EM PALHINA GIRATORIA P/DESENISTA	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
007935	MESA P/MAQUINA DE ESCREVER IMOLASE C/1 GAVETA N 8171	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	34.17	34.17	0,00	31/03/1988
013866	TELEFONE CELULAR MOTOROLA 99014032	USO	ITENS EM USO	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	237,96	208.32	29.64	31/08/2003
013889	TELEFONE CELULAR MOTOROLA 99014350	USO	ITENS EM USO	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	237,96	208.32	29.64	31/08/2003
015903	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACO 00000003601226	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	70.11	70.11	0,00	31/10/1991
015915	MESA PARA IMPRESSORA COM CESTO PARA COLE 000000003795203COM CESTO PARA PAPEL TAM. 0,64 X 0,	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	74.17	74.17	0,00	31/10/1991
017546	MESA DE ACO PANDIN C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	213.00	213.00	0,00	02/05/1996
017549	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	43.70	43.70	0,00	02/05/1996
018142	MESA DE ACO C/ 2 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	243,00	243,00	0,00	01/12/1996
018828	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	53.00	53.00	0,00	01/08/1997
018832	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018833	MESA PARA MICROCOMPUTADOR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	53,00	53,00	0,00	01/08/1997
018843	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
019409	MESA DE ACO C/ 4 GAVETAS C/ 4 GAVETAS MARCA PANDIN COR CINZA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	367,00	367,00	0,00	01/01/1998
019914	CADEIRA ESTUFADA GIRATORIA TIPO DIRETOR C/ BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	195,00	195,00	0,00	30/08/1998

46/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
021874	APARELHO DE FAX SHARP SIN 17128283 UX66.	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	856	EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	450,00	431,21	18,79	31/05/2002
022254	GABINETE CPU	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
023425	CONDICIONADOR DE AR SPRINGER 18000BTUS.	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	1.753,90	1.477,84	276,06	31/12/2003
024277	AP. NESSLER QUANT COM DISCO DE COR PARA ANALISE DE COR E FLUOR	USO	ITENS EM USO	853	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	1.081,11	622,52	458,59	31/08/2006
024702	MESA EM MADEIRA P/ MICROCOMPUTADOR	FIS	ITENS FISICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
024926	COLORIMETRO PORTATIL P/ ANALISE DE CLORO	USO	ITENS EM USO	853	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	890,00	430,78	459,22	02/08/2007
024953	GABINETE ULTRA VIOLETA 365 NM LB110V	USO	ITENS EM USO	853	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	534,78	258,06	275,92	02/08/2007
025004	TURBIDIMETRO PORTATIL HI63703C 6175254	USO	ITENS EM USO	853	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	2.268,00	1.097,94	1.170,06	02/08/2007
026641	MONITOR DE VIDEO LG 17 POLEGADAS	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026642	GABINETE CPU	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
026643	IMPRESSORA HP DESKJET F-4180	FIS	ITENS FISICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111033	Bomba Auxiliar Nº 04 - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
010421	ADUTORA EM TUBOS DE FERRO FUNDIDO	USO	ITENS EM USO	1842	LEI COMPL. - TUBULACOES EM FERRO FUNDIDO	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	263.289,17	210.841,44	52.447,73	31/12/1982
010424	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	695.862,92	557.247,16	138.615,76	31/12/1982
010772	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC REF. A CB-	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	3.674,89	2.181,73	1.493,16	30/04/1985
0111374	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	1.485.659,48	619.632,65	866.026,83	04/05/1992
011473	RAMAIS PREDIAIS PVC	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	1835	LEI OMPL. - LIGACOES PREDIAIS EM PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	1.646,79	1.646,79	0,00	04/05/1992
011474	GALPAO EM ESTRUTURA DE CONCRETO MED. 11 X 30 M E TA	USO	ITENS EM USO	1812	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	21.833,30	18.306,12	3.527,18	04/05/1992
011801	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.125,71	7.142,55	9.983,16	04/05/1992
011801	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.125,71	7.142,55	9.983,16	04/05/1992
011802	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.125,71	7.142,55	9.983,16	04/05/1992
011804	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	1841	LEI COMPLEMENTAR - TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.125,71	7.142,55	9.983,16	04/05/1992
011804	ADUTORA DE AGUA TRATADA FF 800 MM MED. 2230 M	USO	ITENS EM USO	1842	LEI COMPL. - TUBULACOES EM FERRO FUNDIDO	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	32.588,20	13.591,59	18.996,61	04/05/1992
011860	RESERVATORIO APOIADO DE CONCRETO ARMADO CAPACIDADE 1750 M3	USO	ITENS EM USO	1819	LEI COMPLEMENTAR - RESERVATORIOS	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	235.021,61	197.049,45	37.972,16	04/05/1992
012220	RESERVAT. APOI DE C. ARMADO-SANTAREM	USO	ITENS EM USO	1819	REAVALIAÇÃO - RESERVATORIOS	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	85.000,00	35.235,49	49.764,51	30/10/2002
010421	ADUTORA EM TUBOS DE FERRO FUNDIDO	USO	ITENS EM USO	842	TUBULACOES DE FERRO FUNDIDO	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	262.049,29	204.937,70	57.111,59	31/12/1982
010424	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	692.585,97	541.642,03	150.943,94	31/12/1982
010772	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC REF. A CB-	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	3.657,58	2.104,31	1.553,27	30/04/1985
011374	REDE TIPO MALHA EM TUBOS DE PVC	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	1.488.635,03	595.388,24	893.246,79	04/05/1992

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM												
MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
011473	RAMAIS PREDIAIS PVC	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	835	LIGACOES PREDIAIS EM PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	491.361,22	482.893,45	8.467,77	04/05/1992
011474	GALPAO EM ESTRUTURA DE CONCRETO MED. 11 X 30 M ETA	USO	ITENS EM USO	812	EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	21.730,48	17.474,81	4.255,67	04/05/1992
011801	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.045,06	6.817,70	10.227,36	04/05/1992
011801	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.045,06	6.817,70	10.227,36	04/05/1992
011802	ADUTORA DE AGUA TRATADA PVC 300 MM	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	17.045,06	6.817,70	10.227,36	04/05/1992
011804	ADUTORA DE AGUA TRATADA FF 800 MM MED 2230 M	USO	ITENS EM USO	842	TUBULACOES DE FERRO FUNDIDO	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	32.434,73	12.973,04	19.461,69	04/05/1992
012446	REDE DE DISTRIBUICAO DE AGUA EM PVC REDE DE DISTRIB. TUBO PVC 3A FASE	USO	ITENS EM USO	841	TUBULACOES DE PVC	7220	3111034	Captação do Bairro Livramento - Santarém	284.386,83	88.549,98	195.836,85	01/10/1996
L006219	MESA DE ACO TAM-0,90M X 0,44M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR REVALUACAO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	8,51	8,51	0,00	31/07/1985
L010423	RESERVATORIO APOIADO DE CONCRETO ARMADO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R819	RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	2.156,72	2.156,72	0,00	31/12/1982
L011861	RESERVATORIO ELEVADO DE CONCRETO ARMADO CAPACIDADE 1200 M3	USO	ITENS EM USO	L842	LEI COMPL. - TUBULACOES EM FERRO FUNDIDO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	8.889,20	3.706,66	5.182,54	04/05/1992
L011862	SUB-ADUTORA EM TUBOS DE FERRO FUNDIDO FF 500MM 2520 M	USO	ITENS EM USO	L842	LEI COMPL. - TUBULACOES EM FERRO FUNDIDO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	3.809,66	1.588,97	2.220,69	04/05/1992
R007115	MOTOR ELETRICO WEG -RPM 1770 -50CV	USO	ITENS EM USO	O858	REVALUACAO EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	1.650,00	118,15	1.531,85	30/10/2002
R011001	TERRENO NA AV. BARRO S/O NICOLAU	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO REAVALIACAO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	160.700,00	0,00	160.700,00	30/10/2002
R011015	TERRENO NA TRAV. 15 DE AGOSTO	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO REAVALIACAO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	31.300,00	0,00	31.300,00	30/10/2002
R011017	TERRENO NA TRAV. SEIS	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO REAVALIACAO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	19.200,00	0,00	19.200,00	30/10/2002
R012000	RESERVAT. APOI DE C. ARMADO-SANTAREM	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	134.280,51	55.664,40	78.616,11	30/10/2002
R012004	RESERVAT. APOI DE C. ARMADO-SANTAREM	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	192.499,58	79.798,38	112.701,20	30/10/2002
R012217	RESERVAT. APOI DE C. ARMADO-SANTAREM	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	120.000,00	49.744,80	70.255,20	30/10/2002
R012222	RESERVAT. ELEV. DE CONC. ARMADO-SANTAREM	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	195.000,00	80.834,47	114.165,53	30/10/2002
006219	MESA DE ACO TAM-0,90M X 0,44M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	8,47	8,47	0,00	31/07/1985
310423	RESERVATORIO APOIADO DE CONCRETO ARMADO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	2.224,71	2.224,71	0,00	31/12/1982
311861	RESERVATORIO ELEVADO DE CONCRETO ARMADO CAPACIDADE 1200 M3	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	7.006,03	3.697,06	3.308,97	04/05/1992
311862	SUB-ADUTORA EM TUBOS DE FERRO FUNDIDO FF 500MM 2520 M	USO	ITENS EM USO	842	TUBULACOES DE FERRO FUNDIDO	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	3.791,72	1.516,54	2.275,18	04/05/1992
312427	CISTERNA APOIADA EM CONCRETO ARMADO	USO	ITENS EM USO	R819	REAVALIACAO - RESERVATORIOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	87.277,81	48.030,02	39.247,79	01/10/1996
312981	INSTALACAO DE RECALQUE	FIS	ITENS FISICOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
312982	INSTALACAO DE RECALQUE	FIS	ITENS FISICOS	823	INSTALACOES DE RECALQUE (ELEVATORIA)	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
3121740	QUADRO DE COMANDO C/ 3 AMP. 3 VOLT.	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
3121741	MOTOR ELETRICO WEG 50CV	FIS	ITENS FISICOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
3121742	BOMBA CENTRIFUGA KSB OP. 321.085 TIPO MEGANORM 150-250	FIS	ITENS FISICOS	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111035	Escritório do Iturá - Administração - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LQ. DO BEM	DT IMOBIL.
021743	BOMBA CENTRÍFUGA KSB OP. 321.086 TIPO MEGANORM 150-250	FIS	ITENS FÍSICOS	859	EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111035	Escritório do Iturá – Administração - Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
024909	BEBEDOURO ELÉTRICO ICY MASTERFRIQ	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111035	Escritório do Iturá – Administração - Santarém	369,00	184,73	184,27	01/06/2007
L002989	ARMÁRIO DE AÇO C/ 2 PORTAS C/ 2 PORTAS ENVIDRAÇADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	59,24	59,24	0,00	31/12/1983
L005501	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	78,23	78,23	0,00	31/07/1984
L008552	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL. - MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCR	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	25,84	25,84	0,00	30/11/1988
R013432	LINHA DE RECALQUE DE 2" GUA TRATADA (ADUT	USO	ITENS EM USO	A823	REAVALIACAO - INSTALACOES DE RECALQUE	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	585 001,00	168 537,13	416.463,87	30/10/2002
002989	ARMARIO DE AÇO C/ 2 PORTAS C/ 2 PORTAS ENVIDRAÇADAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	58,96	58,96	0,00	31/12/1983
005501	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	77,86	77,86	0,00	31/07/1984
008552	CADEIRA DE MADEIRA FIXA SEM BRACO REVEST MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	25,72	25,72	0,00	30/11/1988
018125	MESA DE AÇO COM 2 GAVETAS TAM 1,20 X 0,67	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018129	CADEIRA EM PALHINHA FIXA SEM BRACO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018144	MESA DE AÇO	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOACAO	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
018154	ESTANTE DE AÇO C/ 5 DIVISOES	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	45,00	45,00	0,00	01/12/1996
018937	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
018939	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
018841	CADEIRA ESTUFADA FIXA SEM BRACO MARCA FLORENSE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	33,00	33,00	0,00	01/08/1997
019408	MESA DE AÇO C/ 6 GAVETAS MARCA MARELLI COR CINZA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	317,00	317,00	0,00	01/01/1998
020573	MONITOR DE VIDEO COLOR 14" MARCA "MEGATROPIC"	FIS	ITENS FÍSICOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	30/09/1999
321801	MAQUINA DE CALCULAR TCE C/ 12 DIGITOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	195,00	181,64	13,36	31/05/2002
322288	CADEIRA EM PALHINHA FIXA S/ BRACOS	FIS	ITENS FÍSICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
322311	MESA GRANDE EM MADEIRA DE LEI	FIS	ITENS FÍSICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
322944	CONDICIONADOR DE AR 10 500 BTUS	USO	ITENS EM USO	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	900,00	855,66	44,34	30/11/2002
324679	GAB. CPU ITAUTEC S/N. C2K9R01200017 INFOWAY	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	870	COMPUTADORES E PERIFERICOS	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	1.409,00	1.337,28	71,72	01/04/2007
324703	ESTANTE EM AÇO C/ 4 PRATELEIRAS	FIS	ITENS FÍSICOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111036	Rede de Distribuição de água de Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
303649	CARRINHO PARA SUPORTE DE MOTOR-BOMBA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L864	LEI COMPL. - OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	18,50	18,50	0,00	31/12/1983
303696	BALANCA DE FERRO N° 4360	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L860	LEI COMPL. EQUIP. MEDICO E CONTROLE	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	175,25	175,25	0,00	31/12/1983
305529	CARRREGADOR DE BATERIA MARCA CHUBBY TIPO 4	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL. EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	88,42	88,42	0,00	31/07/1984
307929	BOMBA DE VACUO OMEL DE 7,5 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L859	LEI COMPL. - EQUIPAMENTO MECANICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	1.567,78	1.567,78	0,00	31/01/1988
311803	PREDIO ALVENARIA ETA TAM.	USO	ITENS EM USO	L812	LEI COMPL. - EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	33.331,74	27.945,86	5.385,88	04/05/1992

49/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
R003150	BOMBA KSB TIPO BAE 100-20 OP 690453	USO	ITENS EM USO	0858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTO ELÉTRICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	3.290,00	191,22	3.098,78	30/10/2002
R003173	TALHA BERG-STEEL	USO	ITENS EM USO	D890	REAVALIAÇÃO - FERRAMENTAS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	540,00	58,31	481,69	30/10/2002
R005505	CONJUNTO MOTOR BOMBA	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	3.880,00	144,28	3.735,72	30/10/2002
R007994	TALHA ELÉTRICA	USO	ITENS EM USO	P858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	2.860,00	225,33	2.634,67	30/10/2002
R015094	ESMERIL ELÉTRICO	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	120,00	17,42	102,58	30/10/2002
R015095	CONJUNTO MOTOR BOMBA	USO	ITENS EM USO	F851	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTO MECÂNICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	2.100,00	87,10	2.012,90	30/10/2002
R015098	CONJUNTO MOTOR BOMBA	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	2.100,00	78,30	2.021,61	30/10/2002
R018111	GRUPO GERADOR	USO	ITENS EM USO	P851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTO ELÉTRO MECÂNICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	15.050,00	1.075,85	13.974,15	30/10/2002
R022207	QUADRO DE COMANDO	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	16.170,00	4.658,58	11.511,42	30/10/2002
003159	MOTOR BOMBA DIESEL AGRAL.	FIS	ITENS FÍSICOS	851	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	0,00	0,00	0,00	03/11/2008
003160	ARMÁRIO DE MADEIRA C 2 PORTAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003177	MORSA MANUAL N 4	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	854	EQUIPAMENTOS DE OFICINA	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003649	CARRINHO PARA SUPORTE DE MOTOR-BOMBA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	864	OUTROS EQUIPAMENTOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	18,41	18,41	0,00	31/12/1983
003683	QUADRO DE COMANDO	FIS	ITENS FÍSICOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	0,00	0,00	0,00	31/10/2000
003691	ARMÁRIO DE MADEIRA C 2 PORTAS	DOA	ITENS RECEBIDOS EM DOAÇÃO	865	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	0,00	0,00	0,00	01/12/1997
003696	BALANCA DE FERRO N 14360	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	860	EQUIPAMENTOS DE MEDICAO E CONTROLE	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	174,43	174,43	0,00	31/12/1983
005529	CARREGADOR DE BATERIA MARCA CHUBBY TIPO 4	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	88,00	88,00	0,00	31/07/1984
007929	CONJ MOTOR BOMBA DE VACUO MOD. 112M 987 DE 7,5 CV	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	859	EQUIPAMENTOS MECÂNICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	1.560,40	1.560,40	0,00	31/01/1988
311803	PREDIO EM ALVENARIA DA ETA MED. 21 X 10M	USO	ITENS EM USO	812	EDIFICACOES EM CONCRETO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	33.174,77	26.678,43	6.496,34	04/05/1992
318114	QUADRO DE COMANDO COM 1 AMPERIMETRO E 1 RELE DE PARTIDA C/ CHAVE GERAL	USO	ITENS EM USO	Y858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	6.647,13	4.855,22	1.791,91	01/10/1996
321341	CJ MOTOR BOMBA DE VACUO C/ MOTOR WEG 5 CV N FH39879 E BOMBA OMEL BVM 142-58 N 160997	USO	ITENS EM USO	U851	REAVALIAÇÃO-EQUIPAMENTO ELÉTRO MECÂNICO	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	1.212,79	205,76	1.007,03	29/02/2000
323257	BOMBA DE VACUO DVM 15660 SD 4757/4758/ 4759 7,5 CV	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111037	Reservatório do Aeroporto Velho de Santarém	1.590,00	1.405,57	184,43	31/08/2003
003814	CHAVE COMPENSADORA TIPO A	USO	ITENS EM USO	U858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111038	Cadastro Irura - Santarém	470,00	67,42	402,58	30/10/2002
13549	CONJ. MOTOBOMBA SUBMERSA SP160-4 AA63KM 3X460V 60HZ GRUNDFOS	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111038	Cadastro Irura - Santarém	14.952,38	2.367,40	12.584,98	01/02/2010
003721	CHAVE COMPENSADORA HUBBELL TIPO A	USO	ITENS EM USO	G858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111039	Oficina de Manutenção Elétrica - Irurá - Santarém	580,00	25,00	555,00	30/10/2002
006337	MOTOR ELÉTRICO WEG	USO	ITENS EM USO	K858	REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111039	Oficina de Manutenção Elétrica - Irurá - Santarém	780,00	42,02	737,98	30/10/2002
15075	BOMBA HORIZONTAL TAURUS TIPO 65-200	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	851	EQUIPAMENTOS ELÉTRO-MECÂNICOS	7220	3111039	Oficina de Manutenção Elétrica - Irurá - Santarém	8.359,00	8.359,00	0,00	01/10/1996

50/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.IQ. DO BEM	DT IMOBIL.
L002688	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI N 4062	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	104,85	104,85	0,00	31/12/1983
L002957	MESA DE MADEIRA TAM 1,61 X 0,67 C/ 6 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	78,53	78,53	0,00	31/12/1983
L002982	MESA DE MADEIRA C/1GAV E RODIZIO TAM-0,60M X 0,50M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	28,95	28,95	0,00	31/12/1983
L005984	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA SEM BRACO	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	21,78	21,78	0,00	31/10/1984
L006461	CONDICIONADOR DE AR 12.000 BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	377,36	377,36	0,00	30/09/1985
L007923	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 EM CEREJEIRA MED-1,50X0,75 BALFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	59,40	59,40	0,00	31/01/1988
L007968	MAQUINA DE CALCULAR ELETRICA OLIVETTI MODELO LOGOS 49	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	245,10	245,10	0,00	31/07/1988
L008588	CADEIRA DE MADEIRA P/PATIO TIPO TERRACE	IDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	2,18	2,18	0,00	31/12/1988
002688	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA OLIVETTI N 4062	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	104,35	104,35	0,00	31/12/1983
002957	MESA DE MADEIRA TAM 1,61 X 0,67 C/ 6 GAVETAS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	78,16	78,16	0,00	31/12/1983
002982	MESA DE MADEIRA C/1GAV E RODIZIO TAM-0,60M X 0,50M	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	28,82	28,82	0,00	31/12/1983
005984	CADEIRA EM PALINHA FIXA SEM BRACOS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	21,68	21,68	0,00	31/10/1984
006461	CONDICIONADOR DE AR 15000 BTUS	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	375,58	375,58	0,00	30/09/1985
007923	MESA DE MADEIRA COM 3 GAVETAS 0,70 X 1,2 EM CEREJEIRA MED-1,50X0,75 BALFAR	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	59,12	59,12	0,00	31/01/1988
007968	MAQUINA DE CALCULAR ELETRICA OLIVETTI MODELO LOGOS 49	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	243,95	243,95	0,00	31/07/1988
008588	CADEIRA DE MADEIRA P/PATIO TIPO TERRACE	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	2,17	2,17	0,00	31/12/1988
015019	MAQUINA DE CALCULAR OLIVETTI ELECTRONICA MOD.644	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111041	Ponteira Nº 03 - Iurá - Santarém	376,34	376,34	0,00	13/03/1992
008514	CHAVE COMPENSADORA	USO	ITENS EM USO	K858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111043	Contabilidade - Santarém	930,00	50,00	880,00	30/10/2002
015295	MOTOR ELCTRICO WEG 20CV MOD. 160M0290	USO	ITENS EM USO	G858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111043	Contabilidade - Santarém	970,00	42,42	927,58	30/10/2002
021324	BOMBA CENT. IMBIL ITA100-250 N. 38202	USO	ITENS EM USO	D851	REAVALIACAO-EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICO	7220	3111043	Contabilidade - Santarém	706,94	36,26	670,68	29/02/2000
028805	BOMBA CENTRIFUGA IMBIL SIN A005341001 MOD. ITAP 100260_V02 ENT092-2FN16	USO	ITENS EM USO	859	EQUIPAMENTOS MECANICOS	7220	3111043	Contabilidade - Santarém	0,00	0,00	0,00	01/11/2011
002958	CADEIRA DE MADEIRA COM BRACO GIRATORIA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	43,59	43,59	0,00	31/12/1983
007178	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7 500 BTUS 15000	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L858	LEI COMPL EQUIPAMENTO ELETRONICO	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	702,83	702,83	0,00	30/09/1987
007199	MAQUINA DE CALCULAR OLIVETTI LOGOS 49	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	222,56	222,56	0,00	31/12/1987
007936	MAQUINA DE ESCREVER ELETRONICA OLIVETTI MODELO ET-1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	1.101,75	1.101,75	0,00	31/03/1988
007970	PORTA CARTAO DE ACO 100 DIVISOES COM TAMPA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	410,54	410,54	0,00	30/06/1988
007972	RELOGIO DE PONTO TRADICIONAL DIMEP 7714 DUAS CORES	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	L865	LEI COMPL - MOVEIS E UTENCILIOS DE ESCR	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	2.987,73	2.987,73	0,00	30/06/1988
02958	CADEIRA DE MADEIRA COM BRACO GIRATORIA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	43,38	43,38	0,00	31/12/1983
07178	CONDICIONADOR DE AR CONSUL 7 500 BTUS 15000	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	858	EQUIPAMENTOS ELETRICOS	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iurá - Santarém	699,52	699,52	0,00	30/09/1987

51/52

CONTATO DE PROGRAMA COSANPA Nº 01/2013
 ANEXO III
 RELATÓRIO DE BENS E DIREITOS REVERSÍVEIS

MUNICÍPIO DE SANTARÉM

IMBAMENTO	DESCRIÇÃO DO BEM	SIT	DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO	ANÁLISE	DESCRIÇÃO DA ANÁLISE	CR	U.N.	DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE NEGÓCIO	VL. ORIGINAL	VL.DPR. ACUM	VL.LIQ. DO BEM	DT IMOBIL.
007199	MAQUINA DE CALCULAR OLIVETTI LOGOS 49	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iturá - Santarém	221,51	221,51	0,00	31/12/1987
007936	MAQUINA DE ESCRIVER ELETRONICA OLIVETTI MODELO ET-1	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iturá - Santarém	1 096,56	1 096,56	0,00	31/03/1988
007970	PORTA CARTAO DE ACO 100 DIVISOES COM TAMPA	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iturá - Santarém	408,61	408,61	0,00	30/06/1988
007972	RELOGIO DE PONTO TRADICIONAL DIMEP 7714	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	865	MOVEIS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	7220	3111044	Bomba Auxiliar nº 2 - Iturá - Santarém	2.973,66	2.973,66	0,00	30/06/1988
R011025	TERRENO NA RUA JADER BARBALHO C/ TRAV	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111049	Unid. Operac. Aut. Conquista	6.000,00	0,00	6.000,00	30/10/2002
013563	CONJ. MOTOBOMBA GRUNDFOS 98817064 SP	USO	ITENS EM USO	851	EQUIPAMENTOS ELETRO-MECANICOS	7220	3111049	Unid. Operac. Aut. Conquista	13.900,01	1.737,45	12.162,56	01/06/2010
R011021	TERRENO NA RUA MAPIRI AO LADO DA	USO	ITENS EM USO	R801	TERRENO - REAVALIACAO	7220	3111055	CAPTACAO DO BAIRRO MAPIRI - SANTAREM	9.500,00	0,00	9.500,00	30/10/2002
R012059	CAPTACAO DO BAIRRO MAPIRI (SANTARÉM)	TDP	ITENS TOTALMENTE DEPRECIADOS	R811	REAVALIACAO - EDIFICACOES EM ALVENARIA	7220	3111055	CAPTACAO DO BAIRRO MAPIRI - SANTAREM	2.900,00	2.900,00	0,00	30/10/2002
017474	QUADRO DE COMANDO C/ 1 VOLT, 1 AMP, 1 HORIMETRO MARCA ALTRONIC	USO	ITENS EM USO	N858	REAVALIACAO - EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	7220	3111055	CAPTACAO DO BAIRRO MAPIRI - SANTAREM	1.670,43	330,96	1.339,47	11/04/1996



FOLHA DE DESPACHO

De ordem,

A Regional Santarém

Encaminho resposta ao ofício nº25/2021.

Informo que foi localizado o processo administrativo nº2020.01.084904.

Atenciosamente,

Tania Teixeira

Chefe de Gabinete

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: TANIA MARIA TEIXEIRA GOMES (Lei 11.419/2006)
EM 05/03/2021 14:22 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 156C82C329A760D.0DD390480DEC9035.DD3C77344C3A7649, BD3D9FEF0777B40A

PRM-STM-PA-00002959/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO

Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

Em resposta recente a Procuradoria Geral do Estado do Pará apresentou informações parciais quanto as ações adotadas para a garantia de acesso à água potável pelas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná considerando os impactos da pandemia de Covid-19, esclarecendo que

A COSANPA comunicou que vem cumprindo os Decretos do Governo do Estado relacionados à pandemia da COVID-19, inclusive com medidas de suspensão de corte do abastecimento de água nos Municípios em que opera, porém, não há medida específica (própria da COSANPA) às comunidades que não seja extensível ao restante da população. Ademais, informou que no Município de Santarém/PA a empresa estatal é a delegatária de serviços públicos de abastecimento de água somente na zona urbana, nos termos do Contrato de Programa, consoante documentos anexos.

Mais informações foram solicitadas pela PGE/PA à SESPA e à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda- SEASTER, e conforme



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

asseverado na mesma resposta serão encaminhadas assim que os ofícios forem respondidos à PGE.

Noutro ponto, é de se observar que, diante da preocupação com os reflexos sentidos pelas comunidades quilombolas em face do novo súbito aumento de contágio de covid-19 na região, e especialmente com o início da campanha de imunização nos municípios do Estado do Pará, foram expedidos ofícios solicitando informações atualizadas sobre a situação epidemiológicas das comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná, bem como acerca da vacinação dos povos remanescentes de quilombos dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, dos quais ainda não foram obtidas respostas.

Posto isso, e dado o transcurso de tempo sem novas informações, determino que sejam expedidos ofícios às Prefeituras e Secretarias de Saúde dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, para que informem:

- a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;
- b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;
- c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;
- d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;
- e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;
- f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade;

Determino ainda a expedição de ofício para a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO (arqmo.vida@gmail.com) e para Comissão Pró-Índio para que encaminhem as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná.


Santarém, 23 de março de 2021.



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

 Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

PRM-STM-PA-00002968/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 212/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

JAIME BARBOSA DA SILVA

Prefeito

Prefeitura Municipal de Óbidos/PA

R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro, Óbidos/PA

68250-000 Óbidos/PA

E-


mail:gabinetepmo.obidos@gmail.com;jaimesilva.obidos@hotmail.com;pmosemad@gmail.com;
m;controleinterno.obs@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00002970/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 213/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

À

Secretaria Municipal de Saúde de Óbidos/PA (SEMSA)
Rua Almirante Barroso, 330 , Centro
68250-000 Óbidos/PA
E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimendo-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade;

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00003000/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 213/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 23 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 23/03/2021 18:41. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0A5A4933.C4A4D4D7.7D42C47A.0B3B0CC8

MPF - OFÍCIO 213/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020- 47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: semsaobidos@yahoo.com.br
CO:
Data: terça-feira - 23/março/2021 18:38
Assunto: MPF - OFÍCIO 213/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020- 47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-213-2021-SEMSA-OBIDOS- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 213/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003001/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 212/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 23 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 23/03/2021 18:48. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave B47FA545.D9594686.C06E4F87.79681457

MPF - OFÍCIO 212/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020- 47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: gabinetepmo.obidos@gmail.com;jaimesilva.obidos@hotmail.com;pmoamad@gmail.com;controleinterno.obs@gmail.com
CO:
Data: terça-feira - 23/março/2021 18:45
Assunto: MPF - OFÍCIO 212/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020- 47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-212-2021-PREFEITURA-OBIDOS- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 212/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

MPF - OFÍCIO 212/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020- 47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: pmosemad@gmail.com
CO:
Data: terça-feira - 23/março/2021 18:46
Assunto: MPF - OFÍCIO 212/2021 PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020- 47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-212-2021-PREFEITURA-OBIDOS- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, encaminho o ofício 212/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00002972/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 214/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
NÉLIO AGUIAR
Prefeito
Prefeitura Municipal de Santarém/PA
Av. Dr. Anysio Chaves, 853 - Aeroporto Velho
68030-290 Santarém/PA
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br


Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;

f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00002976/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 215/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

À Senhora

Vania Portela

Secretária

Secretaria Municipal de Saúde de Santarém/PA (SEMSA)

E-mail: gabinetesemsa.stm@gmail.com;semsa@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora Secretária

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00002977/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 216/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ WILLIAN SIQUEIRA DA FONSECA

Prefeito

Prefeitura Municipal de Oriximiná/PA

Rua Barão do Rio Branco, nº 2336 Centro

68270-000 Oriximiná/PA

E-mail: pmoriximina@oriximina.pa.gov.br


Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00002983/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 218/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

À Senhora

RAYANE SOUSA SANTOS

Secretária

Secretaria Municipal de Saúde de Oriximiná/PA

Rua 7 De Setembro, nº 1976, Centro

68.270-000

E-mail: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**


Senhora Secretária,

1. Cumprimentando-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;

f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00002984/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 219/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

À

ARQMO

Rua 24 de Dezembro, 3068

68270-000 Oriximiná/PA

E-mail: arqmo.vida@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos da COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00002986/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 220/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

À Senhora
LUCIA MENDONÇA MORATO DE ANDRADE
Coordenadora Executiva
Comissão Pró-Índio
E-mail: lucia@cpisp.org.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora Coordenadora,

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que a Comissão Pró-Índio encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos da COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).


Atenciosamente,



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

PRM-STM-PA-00003044/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 214/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 24 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 24/03/2021 16:56. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave 000574A5.1FF1FA3D.9738C245.9B84B489

MPF - OFÍCIO 214/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: gap@santarem.pa.gov.br
CO:
Data: quarta-feira - 24/março/2021 16:54
Assunto: MPF - OFÍCIO 214/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-214-2021-PREFEITURA-STM- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 214/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47 , em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003045/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 215/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 24 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 24/03/2021 16:59. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 380FC5F7.9D70F27E.1F8A5139.16A02642

MPF - OFÍCIO 215/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: gabinetesemsa.stm@gmail.com;semsa@santarem.pa.gov.br
CO:
Data: quarta-feira - 24/março/2021 16:50
Assunto: MPF - OFÍCIO 215/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-215-2021-SEMSA-STM- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhora Secretária,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 215/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47 , em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003046/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 216/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 24 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 24/03/2021 17:00. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7F0B8E43.6C18351E.EA15A7C7.12FE3BAD

MPF - OFÍCIO 216/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: pmoriximina@oriximina.pa.gov.br
CO:
Data: quarta-feira - 24/março/2021 16:45
Assunto: MPF - OFÍCIO 216/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-216-2021-PREFEITURA-ORIXIMINA- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor Prefeito,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 216/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47 , em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003047/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 218/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 24 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 24/03/2021 17:02. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 39282A7C.69936510.D9F61990.A6252C22

MPF - OFÍCIO 218/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: sms.pmo@oriximina.pa.gov.br
CO:
Data: quarta-feira - 24/março/2021 16:42
Assunto: MPF - OFÍCIO 218/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-218-2021-SECRETARIA-SAUDE-ORIXIMINA 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhora Secretária

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 218/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47 , em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003048/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 219/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 24 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 24/03/2021 17:03. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A84C50F1.76DB893E.7DDFD1D9.26CF7106

MPF - OFÍCIO 219/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: arqmo.vida@gmail.com
CO:
Data: quarta-feira - 24/março/2021 16:38
Assunto: MPF - OFÍCIO 219/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-219-2021-ARQMO- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 219/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47 , em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003049/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 220/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 24 de março de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 24/03/2021 17:04. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D7451099.5CD4E90A.C5B47F17.0FD4DA81

MPF - OFÍCIO 220/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: lucia@cpisp.org.br
CO:
Data: quarta-feira - 24/março/2021 16:35
Assunto: MPF - OFÍCIO 220/2021 PROCEDIMENTO : 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-220-2021-CPI- 1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhora,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 220/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47 , em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DA SECRETÁRIA

OFICIO Nº 381/SMS/2021

Oriximiná-PA, 18 de março de 2021

Ao
Exmo. Hugo Elias Silva Charchar
Procurador da República

Assunto: Resposta ao Ofício nº 166/2021/GABPRM3-HESC

Senhor Procurador,

Honrada em cumprimentá-lo, estamos encaminhando a Vossa Excelência as informações solicitadas no que diz respeito ao Plano de Vacinação contra a Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização.

Ressaltamos que em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Vacinação para a Covid-19, a vacinação deverá ocorrer em quatro etapas obedecendo a critérios logísticos de recebimento e distribuição das doses pelo Ministério da Saúde e SESP.

Vale reforçar que a imunidade coletiva desejada só se dará quando houver doses suficientes e disponibilizadas aos Municípios para vacinação de no mínimo 70% da população com pelo menos 95% dos grupos e faixas etárias prioritários imunizados, todos com duas doses. A imunidade individual plena com vacinação, na maioria dos indivíduos, ocorre, em média, após o 28º dia da segunda dose, com as vacinas disponíveis no Brasil, até o momento, (FIOCRUZ e BUTANTAN).

A manutenção e intensificação das medidas de distanciamento social e isolamento individual, uso de máscaras, hábitos frequentes de lavagem das mãos, evitar aglomerações, SÃO AS ÚNICAS MEDIDAS CAPAZES de reduzir os riscos de transmissão, internações e óbitos.

Em anexo, a 2ª versão do Plano Paraense de Vacinação contra a COVID-19.

- Documento em anexo

Na certeza de podemos contar com vossa aquiescência, reiteramos nosso protesto de estima e respeito, subscrevemo-nos.

Respeitosamente,


Rayane Souza Santos
Secretaria Mun. de Saúde
Decreto Nº 002/2021



VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 (atualização em 18/03/2022, com dados disponíveis e já inseridos nos Sistemas oficiais até 17/03/2021)

OPERACIONALIZAÇÃO MUNICIPAL SEGUINDO CRITÉRIOS E ORIENTAÇÕES DOS PLANOS NACIONAL E ESTADUAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

✓ 1º LOTE DE VACINAS RECEBIDAS – DIA 24 DE JANEIRO

✓ FORAM 1.780 DOSES PARA INICIAR A VACINAÇÃO DE TRABALHADORES DE SAÚDE E INDÍGENAS.

✓ A VACINAÇÃO FOI INICIADA EM 25 DE JANEIRO PARA OS TRABALHADORES DE SAÚDE, NOS PRÓPRIOS LOCAIS DE TRABALHO E COM PRIORIDADE INICIAL, PARA AS UNIDADES HOSPITALARES, SAMU, CENTRO DE REFERÊNCIA COVID.

✓ NA MEDIDA EM QUE NOVOS LOTES DE VACINAS ESTÃO SENDO LIBERADOS PELA SESP, ESTÁ SENDO DADA NA VACINAÇÃO DOS TRABALHADORES DAS UNIDADES BÁSICAS, VIGILÂNCIAS, ENDEMIAS, ADMINISTRATIVOS e OPERACIONAIS, CLÍNICAS E LABORATÓRIOS PRIVADOS, SERVIÇOS FUNERÁRIOS, ...

✓ NO GRUPO DE TRABALHADORES DE SAÚDE ESTÃO INCLUÍDAS UM DIVERSIDADE DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ATIVIDADES, EM ATIVIDADE NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS, DIRETAMENTE LIGADOS A ASSISTÊNCIA E/OU ATIVIDADES RELACIONADAS COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO (ELENCADAS NA NOTA TÉCNICA ANEXA). MAIS DE 90% DESSE GRUPO JÁ RECEBEU A 1ª DOSE E PARTE A 2ª DOSE, DE ACORDO COM INTERVALO PRECONIZADO PARA CADA VACINA EM USO (A DA FIOCRUZ e A DO BUTANTAN).

✓ A VACINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS FOI INICIADA EM 25 DE JANEIRO, SENDO CONDUZIDA PELA EQUIPE DA CASAI/ORIXIMINÁ, AINDA EM CURSO JUNTO AS ALDEIAS (21 ALDEIAS).

✓ A VACINAÇÃO DE IDOSOS, NAS FAIXAS ETÁRIAS PRIORIZADAS NOS PLANOS NACIONAL E ESTADUAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID, INICIOU-SE EM 01 DE FEVEREIRO PARA OS IDOSOS DE 80 ANOS E MAIS, EM SISTEMA DE DRIVE THRU E UM POSTO FIXO COM AMBIENTE AMPLO E AREJADO E TAMBÉM COM VACINAÇÃO DOMICILIAR (MAIS DE 50% DOS IDOSOS VACINADOS NO PRÓPRIO DOMICÍLIO).

✓ EM 02 DE MARÇO INICIAMOS A VACINAÇÃO DE IDOSOS COM 75 ANOS E MAIS, SEGUINDO A MESMA METODOLOGIA UTILIZADA PARA OS IDOSOS DE 80 ANOS E MAIS.

✓ TAMBÉM FOI INICIADA A VACINAÇÃO DE TRABALHADORES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA, COM UMA PEQUENA PARCELA DE DOSES RECEBIDAS (59 DOSES), PARA POLICIAIS MILITARES E CIVIS, JÁ CONCLUÍDA. UM GRANDE GRUPO DE

PROFISSIONAIS AINDA SERÃO VACINADOS NA MEDIDA QUE RECEBERMOS NOVOS LOTES (GUARDA MUNICIPAL, BOMBEIROS, ...)

✓ **A VACINAÇÃO ÀS COMUNIDADES RURAIS FOI INICIADA CONCOMITANTEMENTE E APENAS PARA OS GRUPOS E FAIXAS ETÁRIAS PRIORIZADAS E DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE DE DOSES E BUSCANDO-SE PARCERIAS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA NECESSÁRIA.**

A POPULAÇÃO RURAL, RIBEIRINHA E QUILOMBOLAS, É DISPERSA EM UMA GRANDE EXTENSÃO TERRITORIAL. A LIBERAÇÃO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE DOSES E A LIMITAÇÃO DE FAIXAS ETÁRIAS E GRUPOS PRIORITÁRIOS É MAIS UM ELEMENTO DE DIFICULDADE PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA VACINAÇÃO EM ÁREAS RURAIS.

AS DIFICULDADES ESTÃO SENDO SUPERADAS A PARTIR DAS RELAÇÕES COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, OUTRAS SECRETARIAS E ESTRUTURAS MUNICIPAIS.

✓ **A VACINAÇÃO DOS GRUPOS E FAIXAS ETÁRIAS, COM AS DOSES JÁ LIBERADAS, CONTINUAM EM CURSO.**

✓ **PREVISÃO DE RECEBIMENTO DE NOVOS LOTES DE VACINAS E AMPLIAÇÃO PARA OUTROS GRUPOS E FAIXAS ETÁRIAS AINDA NÃO FOI CONFIRMADA PELA SESPA ATÉ O MOMENTO.**

✓ VACINAS QUE ESTÃO SENDO UTILIZADAS

⇒ **OXFORD/FIOCRUZ – ESQUEMA DE DUAS DOSES COM INTERVALO DE 2 A 3 MESES; apresentação em frascos multidose (com 10 a 11 doses).**

⇒ **AZTRAZENECA/BUTANTAN – ESQUEMA DE DUAS DOSES COM INTERVALO DE 15 A 30 DIAS; apresentação em frascos unidose ou multidose (10 doses)**

✓ POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

1- No Plano Estadual de Vacinação Contra a COVID-19 esse grupo figura para início de vacinação na 2ª fase, não havendo previsibilidade de início e/ou disponibilidade de doses.

2 - Em função da indisponibilidade de vacinas para distribuição pelo Ministério da Saúde, até o momento, e a imprevisibilidade e descoordenação por parte do Governo Federal/Ministério da Saúde, os Municípios não conseguem definir planejamento e cronogramas prévios, ampliando as dificuldades de operacionalização de Planos em Municípios com dispersão populacional e um extenso território.

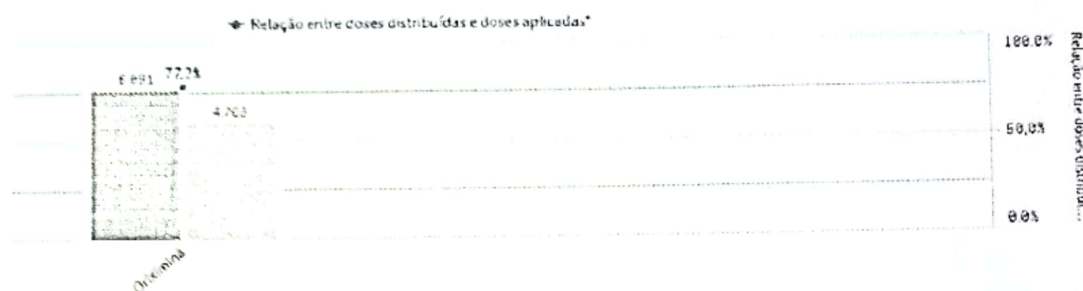
3 - Das doses já disponibilizadas, e administradas, para o Município (6.091) e por grupos ou faixas etárias priorizadas e definidas pela SESPA, conforme quadro abaixo. Na População Quilombola, das áreas em que já foi possível o deslocamento de equipes de vacinação, apenas os indivíduos que compõem os grupos e faixas etárias foram vacinados.

	DOSES RECEBIDAS	TRAB. SAÚDE	INDÍGENAS	IDOSOS 80 ANOS +	IDOSOS 75 +	FORÇAS SEG.
BUTANTAN 1 dose	3.901	1001	2.900	0	0	0
BUTANTAN 10 doses	260	180	0	80	0	0
FIOCRUZ 10 doses	1.930	271	0	811	789	59
TOTAL	6.091	1452	2.900	891	789	59

DOSES APLICADAS - (atualização em 17/03/2021 - Sistema Local)

GRUPOS PRIORITÁRIOS	RECEBIDAS	APLICADAS		TOTAL DE DOSES APLICADAS (1ª + 2ª) % em relação as doses recebidas
		1ª DOSE	2ª DOSE	
TRABALHADORES DE SAÚDE	1.452	1.001	385	1.386 (95,5%)
INDÍGENAS	2.900	1.291	1.027	2.318 (79,9%)
IDOSOS 80 ANOS E MAIS	891	840	71	911 (102%)
IDOSOS DE 75 A 79 ANOS	789	688	4	692 (87,7%)
FORÇAS DE SEGURANÇA	59	57	0	57 (96,6%)
TOTAL	6.091	3.877	1.487	5.364 (88%)

*2ª dose para os idosos que receberam a vacina CORONAVAC/BUTANTAN.



Fonte: LOCALIZA SUS/MS (<https://localizasus.saude.gov.br/>) VACINÔMETRO (atualizado em 17/03/2021)



São Paulo, 28 de março de 2021

Ilmo. Sr.

Dr. Hugo Elias Silva Charchar

Procurador da República

Procuradoria da República no Município de Santarém

Assunto:

RESPOSTA AO OFÍCIO 220/2021

PROCEDIMENTO: 1.23.002.000271/2020-47

Prezado Senhor,

Nos manifestamos em resposta ao Ofício 220/2021 onde o MPF requer informações sobre dos impactos da COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná (Pará).

Vimos informar que a CPI-SP não tem realizado um acompanhamento sistemático da evolução da pandemia entre as comunidades quilombolas. Assim, infelizmente, não temos como contribuir.

Sugerimos que o MPF entre em contato com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) da UFOPA que desenvolve o projeto “Malungu e Sacaca/Ufopa na luta contra o coronavírus nos territórios quilombolas do Pará”. Os contatos encontram-se abaixo:

SACACA /UFOPA

Unidade Tapajós – Rua Vera Paz, s/nº, Sala 319 – BMT

CEP 68035-110, Bairro do Salé, Santarém – Pará – Brasil

E-mail: sacaca.ufopa@gmail.com

Respeitosamente

Lúcia M. M. de Andrade

Coordenadora Executiva



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÓBIDOS
Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250.000
CNPJ: 11.884.818/0001 – 30 – Fone: (93) 3547-2979/3026
E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

Of. Nº 253 /2021-GAB-SEMSA

Óbidos/Pará, 25 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor

DR. HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR

Procurador da República no Município de Santarém

Assunto: Em atenção ao OF. Nº213/2021/GABPRM3-HESC
Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47.

Senhor Procurador,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, dirigimo-nos para prestar-lhe informações solicitadas conforme envio dos requisitos.

- a) Que o município de Óbidos possui o **Plano de Contingência da Covid-19 – Comunidades Quilombolas**, elaborado em agosto/2020 pela equipe da Gestão anterior. Seguirá em anexo.
- b) Quanto ao protocolo de atendimento dos casos de Covid-19 em territórios quilombolas seguimos realizando ações conjuntas com o departamento de Atenção Primária a Saúde – APS, desenvolvendo buscas ativas, rastreio e monitoramento de casos nas referidas áreas, ofertando atendimento precoce, testagem e referenciamento dos casos moderados e/ou graves para atendimento em Unidade de Atendimento de Urgência e Emergência e/ou hospitalar. Em algumas destas comunidades o município dispõe de Unidades Básicas de Saúde com equipes técnicas; ainda que insuficientes, visto que temos dificuldades para contratar profissionais como enfermeiros e médicos com disponibilidade para residir nessas áreas, até o momento em apenas três

je



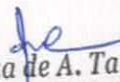
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÓBIDOS
Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250.000
CNPJ: 11.884.818/0001 – 30 – Fone: (93) 3547-2979/3026
E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

dessas unidades possuem além do téc. em enfermagem, o profissional enfermeiro.

- c) O plano municipal de vacinação do município de Óbidos segue em conformidade com o Plano estadual onde prevê a vacinação de toda comunidade quilombola a partir dos 18 anos. Vale ressaltar que o calendário de imunização desse grupo será realizado conforme seja dispensada a vacina em conformidade com as fases definidas.
- d) Como informado no item anterior, os moradores quilombolas que já estão vacinados são aqueles que pertencem à **faixa etária dos idosos** correspondentes a 80 anos ou mais, e ainda estamos trabalhando na faixa etária de 70 a 79 anos. Ainda não recebemos a remessa exclusiva para a população quilombola.
- e) Em razão das remessas dos imunobiológicos seguirem o protocolo de envio do Estado, o município segue aguardando. Em anexo planilhas onde estão referidas as etapas no Plano Paraense de Vacinação- PPV/COVID-19 em conformidade com as fases definidas.
- f) Tais medidas já referenciadas no **requisito b)**.

É o que temos para informar no momento. Aproveitamos para reiterar votos de estima e consideração e colocarmo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que V. Excelência julgue necessário.

Respeitosamente,


Ana Elza de A. Tavares
Secretária Mun. de Saúde de Óbidos
Decreto nº 002/2021
Ana Elza de Andrade Tavares
Secretária de Saúde
Dec. 002/2021



Estado do Pará

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
CNPJ Nº. 11.884.818/0001-30 – Fone: (93) 3547-1593/2979
Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250-000
E-mail: vigepisemsa@yahoo.com.br

Plano de Contingência da Covid 19 nas Comunidades Quilombolas do Município de Óbidos

ÓBIDOS – PARÁ
AGOSTO - 2020

EQUIPE DE GESTÃO

Francisco Alfaia de Barros
PREFEITO MUNICIPAL DE ÓBIDOS

Nathália Rodrigues da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Herbene Grayce Rafael Belicha
DIRETORA DE VIGILANCIA EM SAÚDE

Isabela Kenny da Silva Taketomi
DIRETORA DA ATENÇÃO PRIMARIA À SAÚDE

1. Antecedentes Epidemiológicos

Em 29 de dezembro de 2019, um hospital em Wuhan admitiu quatro pessoas com pneumonia e reconheceu que as quatro haviam trabalhado no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, que vende aves vivas, produtos aquáticos e vários tipos de animais selvagens ao público. O hospital relatou essa ocorrência ao Centro de Controle de Doenças (CDC-China) e os epidemiologistas de campo da China (FETP-China) encontraram pacientes adicionais vinculados ao mercado e, em 30 de dezembro, as autoridades de saúde da província de Hubei notificaram esse cluster ao CDC da China. A partir desse momento, uma série de ações foi adotada:

DIAS	DATA	ÓRGÃO	ACONTECIMENTO
D-28	08/12/2019	CDC China	Primeiros casos identificados entre profissionais de saúde.
D-7	29/12/2019	CDC China	Atendimento de quatro pessoas com pneumonia indeterminada em Wuhan/China.
D0	05/01/2020	OMS	OMS emite o primeiro comunicado sobre Pneumonia de causa desconhecida na China. Naquele momento com 44 casos registrados.
D+4	09/01/2020	CDC China	Identificado e caracterizado o agente etiológico da pneumonia, um novo tipo de Coronavírus (2019-nCoV).
D+15	20/01/2020	OMS	1º Relatório Situacional da OMS, com atualização e Informação de agravamento da situação epidemiológica.
D+17	22/01/2020	SVS/ Ministério da Saúde	Ativação do Centro de Operações de Emergências para gestão da resposta aos casos de Infecção Humana pelo 2019-nCoV no território nacional.
D+22	27/01/2020	OMS	Retifica a avaliação de risco e classifica o evento como nível elevado para uma potencial Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No entanto não realiza a declaração.
D+23	28/01/2020	SVS/ Ministério da Saúde	Publicação de Boletim Epidemiológico com Guia de Vigilância e Plano de Contingência. Coletiva de Imprensa.
D+23	28/01/2020	SESPA	Instituição do Comitê Técnico Assessor de Informações Estratégicas e Respostas Rápidas à Emergência 2019-nCoV. Ativação do Centro de Operações de Emergências para gestão da resposta aos casos de 2019-nCoV no âmbito da Vigilância em Saúde.
D+25	30/01/2020	OMS	Declara Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional
D+27	01/02/2020	SVS/ Ministério da Saúde	MS declara nível de resposta Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) – questões orçamentárias.

2. Características gerais sobre a infecção humana pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)

O SARS-CoV-2 é um vírus identificado como a causa de um surto de doença respiratória, detectado pela primeira vez em Wuhan - China em dezembro de 2019. Muitos pacientes no início do surto em Wuhan tinham algum vínculo com um grande mercado de frutos do mar e animais, sugerindo a disseminação de animais para pessoas. Atualmente, já está bem definido que esse vírus possui uma alta e sustentada transmissibilidade entre as pessoas.

O período de incubação da COVID-19, tempo entre a exposição ao vírus e o início dos sintomas, é, em média, de 5 a 6 dias, no entanto, pode ser de 1 a até 14 dias.

O quadro clínico inicial mais comum da doença é caracterizado como Síndrome Gripal, na qual o paciente pode apresentar febre ou sintomas respiratórios. Entretanto, outras manifestações podem ocorrer, principalmente relacionadas a sintomas gastrointestinais e a perda do paladar e do olfato. O diagnóstico síndrome depende da investigação clínico-epidemiológica e do exame físico. A avaliação deve ser realizada de acordo com os índices de gravidade da pneumonia e as diretrizes de seps (se houver suspeita de seps) em todos os pacientes com doença crítica.

Quanto às formas de transmissão da COVID-19, podem ser:

1. Transmissão pré-sintomática: existem evidências de que SARS-CoV-2 pode ser detectado de 1 a 4 dias antes do início dos sintomas da COVID-19 e que, portanto, pode ser transmitido no período pré-sintomático.

2. Transmissão sintomática: o SARS-CoV-2 é transmitido principalmente por pessoas sintomáticas e sua presença é mais alta no trato respiratório superior (nariz e garganta) no início do curso da doença, principalmente a partir do terceiro dia após o início dos sintomas.

3. Transmissão assintomática: o SARS-CoV-2 também pode ser transmitido por pessoas assintomáticas, assim, a transmissão assintomática refere-se à transmissão do vírus de uma pessoa infectada, mas sem manifestação clínica da COVID-19.

Até o momento, os sinais e sintomas mais comuns da COVID-19 incluem: febre, tosse e falta de ar. No entanto, outros sintomas não específicos ou atípicos podem incluir:

- Cefaleia;
- Calafrios;
- Dor de garganta;
- Diarreia;
- Anosmia (incapacidade de sentir odores) ou hiposmia (diminuição do olfato);
- Ageusia (perda do sentido do paladar)
- Mialgia (dores musculares, dores no corpo) e
- Cansaço ou fadiga

Outras manifestações clínicas extrapulmonares podem estar associadas à infecção por SARS-CoV-2. Estas manifestações podem incluir:

- tromboembolismo;
- alterações cardíacas (arritmias cardíacas e isquemia miocárdica);
- alterações renais (hematúria, proteinúria e insuficiência renal);
- alterações gastrointestinais (diarreia, náuseas, vômitos, dor abdominal, anorexia);
- alterações neurológicas (cefaleia, tontura, encefalopatia, ageusia, anosmia, acidente vascular encefálico);
- alterações hepáticas (aumento de transaminases e bilirrubinas);
- alterações endócrinas (hiperglicemia e cetoacidose diabética) ou
- alterações dermatológicas (rush eritematoso, urticária, vesículas, petéquias, livido reticular).

3. Objetivo do Plano de Contingência Municipal

Reduzir o impacto da epidemia de COVID 19 nas comunidades quilombolas do município de Óbidos quanto à morbidade e mortalidade.

4. Definições operacionais

4.1. Caso suspeito de infecção humana pelo SARS-CoV-2

Por definição um caso suspeito é aquele que desenvolveu sinais e sintomas compatíveis com infecção pelo SARS-CoV-2.

4.2. Caso confirmado de infecção humana pelo SARS-CoV-2

Indivíduo com confirmação laboratorial conclusiva para o SARS-CoV-2, independente de sinais e sintomas.

4.3. Caso descartado de infecção humana pelo SARS-CoV-2

Caso que não se enquadre na definição de suspeito e apresente resultado laboratorial negativo para SARS-CoV-2 OU confirmação laboratorial para outro agente etiológico.

4.4 Áreas Quilombolas

De acordo com a Secretaria de cultura de Óbidos, o município possui 17 comunidades consideradas como área quilombola, sendo elas: Arapucu, Apuí, Castanhanduba, Cuecé, Matá, São José, São José do Pataú, Silêncio, Vila Nova, Serra, Centrinho, Ponte Grande, Muratubinha, Mondongo, Igarapé-Açú dos Lopes, Nossa Senhora das Graças, Pataú do Umirizal e Peruana.

5. Níveis de resposta

Questões importantes são consideradas nessa avaliação:

- Transmissibilidade da doença, como seu modo de transmissão, eficácia da transmissão entre reservatórios para humanos ou humano para humano, capacidade de sustentar o nível da comunidade e surtos;
- Gravidade clínica da doença, como complicações graves, internações e mortes;
- Vulnerabilidade da população, grupos-alvo com maiores taxas de ataque ou maior risco de graves doenças;
- Possibilidade de reinfecção;
- Disponibilidade de medidas preventivas, como vacinas e possíveis tratamentos; e
- Recomendações da Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e evidências científicas publicadas em revistas científicas.

Ações a serem realizadas pelos setores/instituições:

5.1. Vigilância Epidemiológica Municipal

- Monitorar e avaliar os casos notificados de SARS-CoV-2 no município em áreas quilombolas;
- Realizar reuniões junto às lideranças das áreas para fortalecer a importância das medidas de segurança e controle de pandemia;
- Realizar ações de busca ativa, com aplicação de testes rápidos para detecção precoce de casos, minimizando agravos;
- Monitorar a situação epidemiológica;
- Elaborar boletim epidemiológico;
- Garantir a coleta e envio de material biológico para diagnóstico,

5.2. Laboratório

- Garantir os insumos necessários para coleta, armazenamento e envio de amostras (swab, meio de cultura,).

5.3. Assistência primária

- ✓ Garantir a avaliação e notificação oportuna de casos suspeitos de SARS-CoV-2;
- ✓ Avaliar todo caso positivo quanto ao histórico de contatos domiciliares para identificar precocemente possíveis suspeitos, minimizando cadeia de transmissão;
- ✓ Encaminhar em tempo hábil as notificações para vigilância epidemiológica municipal;
- ✓ Garantir o acompanhamento do paciente, conforme protocolo de manejo e tratamento.

5.4. Urgência e Emergência/Unidades de Pronto Atendimento

- ✓ Assegurar atendimento para estabilizar os pacientes com desconforto respiratório, SRAG, e ou demais complicações relacionadas à SARS-CoV-2;
- ✓ Realizar aplicação de teste em pacientes suspeitos com tempo hábil para coleta.
- ✓ Orientar contactantes para avaliação em nível primário de assistência para detecção precoce de novos casos.
- ✓ Encaminhar em tempo hábil as notificações para vigilância epidemiológica municipal;
- ✓ Encaminhar conforme fluxo, pacientes com sinal de agravamento para assistência em média e alta complexidade.

5.5. Assistência em média e alta complexidade

- ✓ Assegurar tratamento aos pacientes com agravos relacionados à SARS-CoV-2;
- ✓ Manter referência e contra referência dos pacientes;

5.6. Divisão de Controle e Avaliação – Regulação/9ºCRS/SESPA

- Indicar o Hospital Regional do Baixo Amazonas para ser referência aos casos graves de 2019-nCoV com a reserva de leitos de isolamento;
- Seguir o Fluxo estabelecido para regulação de casos graves ao hospital selecionado como referência (Anexo 1).

5.7. Vigilância sanitária

- Desenvolver as ações de monitoramento diariamente via telefone aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), cadastrados e notificantes no NOTIVISA, das informações visualizadas;
- Programar intersetorialmente o processo de vistoria integrada para a conformidade aos protocolos específicos da segurança do paciente e controle de infecção hospitalar da SARS-CoV-2;
- Apoiar e assessorar as Comissões de Controle de Infecção Hospitalar e EAS quanto aos protocolos específicos da segurança do paciente e controle de infecção hospitalar do SARS-CoV-2;
- Integrar o COE-nCoV, participando das ações estratégicas de controle e vigilância epidemiológica aos EAS'S cadastrados e notificantes do formsus.
- Realizar reuniões técnicas internas da vigilância sanitária para atualizações e socialização das informações dos boletins epidemiológicos MS/SVS/COE e SESPA/DEPI/COE.

5.8. Direção Município/Comunicação

- Contribuir no esclarecimento dos profissionais e trabalhadores da saúde sobre quadro clínico, manejo, vigilância epidemiológica, prevenção e controle;

- Higiene frequente das mãos com água e sabão ou preparação alcoólica.
- Evitar tocar olhos, nariz e boca sem higienização adequada das mãos.
- Evitar contato próximo com pessoas doentes.
- Cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar, com cotovelo flexionado ou utilizando-se de um lenço descartável.
- Ficar em casa e evitar contato com pessoas quando estiver doente.
- Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência.

Recomendação de medidas a serem implementadas para prevenção e controle da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2):

Casos suspeitos ou confirmados e acompanhantes	<ul style="list-style-type: none"> - usar máscara cirúrgica; - usar lenços de papel (para tosse, espirros, secreção nasal); - orientar etiqueta respiratória; - higiene das mãos frequente com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica. - higiene das mãos com preparação alcoólica frequentemente; - separar utensílios domésticos como prato, talheres e copos para higienizar com água sanitária.
População geral	<ul style="list-style-type: none"> - evitar aglomerações; - usar máscara corretamente; - evitar deslocamento desnecessário; - orientar etiqueta respiratória; - higiene das mãos frequente com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica. - higiene das mãos com preparação alcoólica frequentemente; - evitar adentrar outros domicílios;

Fonte: Nota Técnica nº 04/2020 - GVIMS/GGTES/ANVISA.

REFERÊNCIA

Plano de Contingência Regional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus - Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE/COVID-19). Versão COE.12.02.2020 - SESPA
Protocolo de Tratamento do Novo CoronavírusM(2019-nCoV). Ministério da Saúde - 2020

VACINA POR TODO O PARÁ



CAMPAÑA PARAENSE DE VACINAÇÃO CONTRA COVID-19

SECRETARIA DE
SAÚDE PÚBLICA


GOVERNO DO
PARÁ
POR TODO O PARÁ

SUS+


MINISTÉRIO DA
SAÚDE

PÁTRIA AMADA
BRASIL
SISTEMA NACIONAL

A imagem abaixo apresenta os principais imunobiológicos que poderão ser disponibilizadas para a campanha de vacinação contra a COVID-19, no estado do Pará:



CORONAVÍRUS • COVID - 19
ANDAMENTO DA ANÁLISE DAS VACINAS NA ANVISA



Informações atualizadas em 13/1/21

Tipo de Informação	FASE I	FASE II	FASE III	TECNOLOGIA FARMACÊUTICA (AVALIAÇÃO DE QUALIDADE)	CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PEDIDO DE USO EMERGENCIAL	PEDIDO DE REGISTRO	MONITORAMENTO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCO (PMGR)	PREPARATIVOS PARA LIBERAÇÃO DE LOTES DE VACINAS
ASTRAZENECA / FIOCRUZ	Sim (Pacote 2) Dados parciais resumidos (segurança) Data: 04/12/2020 Status: Concluído Sim (Pacote 3) Dados completos Data: 22/12/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Dados parciais resumidos (segurança) Data: 04/12/2020 Status: Concluído Sim (Pacote 3) Dados completos Data: 22/12/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Resultados phase parallel Data: 04/12/2020 Status: Concluído Sim (Pacote 3) Dados preliminares de eficácia e segurança Data: 22/12/2020 Status: concluído Sim (Pacote 4) Documentos para complementares Data: 09/01/2021 Status: em análise	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 10/12/2020 Status: concluído Sim (Pacote 2) Dados complementares de tecnologia farmacêutica Data: 05/01/2021 Status: em análise	Inspeção realizada 7 a 11/12/2020 Certificação publicada em 23/12/2020	Solicitado 08/01/2021 Status: em análise	Não solicitado	Plano parcial apresentado 22/12/2020 Status: análise concluída 2º ponto Data: 08/01/2021 Status: análise concluída	Realizado reunião de planejamento realizada e documentação preparatória parcial entregues INCCS aguarda complementação das informações.
JANSSEN	Sim (Pacote 1) Dados parciais de segurança e imunogenicidade Data: 30/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 1) Dados parciais de segurança e imunogenicidade Data: 30/11/2020 Status: concluído	Documentos não apresentados	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 27/11/2020 Status: concluído	Solicitado Aguardando envio de informações da Janssen	Não solicitado	Não solicitado	Plano parcial apresentado 30/11/2020 Status: análise concluída	Realizada reunião para planejamento de submissão de documentos técnicos ao INCCS.
Pfizer	Sim (Pacote 1) Dados interinos do estudo de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 1) Dados interinos do estudo de Fase 1/2 Data: 28/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Dados primários de eficácia e segurança Fase 3 Data: 19/12/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 03/12/2020 Status: concluído	Certificação de duas fábricas publicada em 28/12/2020 Uma fábrica já linha CBPF. Uma ainda precisa enviar dados.	Não solicitado	Não solicitado	Plano parcial apresentado 23/12/2020 Status: análise concluída	Realizada reunião para planejamento de submissão de documentos técnicos ao INCCS.
SINOVAC / BUTANTAN	Sim (Pacote 2) Resumo dos estudos de Fase 1/2 Data: 30/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Resumo dos estudos de Fase 1/2 Data: 30/11/2020 Status: concluído	Documentos não apresentados	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 10/12/2020 Status: concluído	Inspeção realizada 30/11 a 4/12/2020 Certificação publicada em 21/12/2020	Solicitado 08/01/2021 Status: em análise	Não solicitado	Plano parcial apresentado 04/12/2020 Status: análise concluída	Documentação preparatória completa enviada ao INCCS.

Fonte: ANVISA

4.2 Meta / Grupos Prioritários por Fase

A meta é vacinar, pelo menos, 95% do público-alvo contra a COVID-19, em **duas doses**, com intervalo a ser definido pelo fabricante da vacina, de acordo com as fases a seguir. **Ressalta-se que dentro das fases não há hierarquia, podendo a vacinação dos grupos elencados ocorrerem concomitantemente:**

Fase	Público-alvo	Definição	Recomendações de exigência
1ª FASE	Trabalhadores de Saúde da linha de frente (40%)	<p>Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatorios, laboratórios e outros locais onde são atendidos pacientes com Síndrome Gripal, seja em urgências, enfermarias ou unidades de tratamento intensivo, inclusive, funcionários que não atuem diretamente na assistência, mas frequentemente tais ambientes, como auxiliares de serviços gerais, copeiros, administrativos, entre outros. Estima-se que este grupo represente cerca de 40% dos trabalhadores de saúde.</p>	<p>Carteira de identificação profissional ou carteira de trabalho com a devida função e local de trabalho registrada e declaração de vínculo expedida pelo local de trabalho que comprove a atuação do profissional em assistência direta a pacientes com Síndrome Gripal.</p>

Pessoas com mais de 60 anos que vivem em instituições de longa permanência	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas a serem planejadas no nível municipal
Indígenas aldeados	Indígenas aldeados (ou seja, que residam em áreas indígenas) com 18 anos ou mais atendidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.	A vacinação será realizada em conformidade com a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEI) nos diferentes municípios.
Pessoas com Deficiência Institucionalizadas	Pessoas com deficiência que vivem em residência inclusiva (RI), que é uma unidade ofertada pelo Serviço de Acolhimento Institucional, para jovens e adultos com deficiência.	Deficiência autodeclarada e documento que comprove a residência. Orienta-se a vacinação no local, contemplando também os trabalhadores desses locais.

2ª FASE	<p>Trabalhadores de Saúde (60%)</p>	<p>Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatórios, laboratórios e outros locais. Compreende tanto os profissionais da saúde (ex. médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, biólogos, biomédicos, farmacêuticos, odontólogos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da educação física, médicos veterinários e seus respectivos técnicos e auxiliares), quanto os trabalhadores de apoio (ex. recepcionistas, seguranças,</p>	<p>Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa do trabalhador com o serviço de saúde ou apresentação de declaração emitida pelo serviço de saúde.</p>
---------	---	--	--

	trabalhadores da limpeza, cozinheiros e auxiliares, motoristas de ambulâncias e outros), ou seja, todos aqueles que trabalham nos serviços de saúde. Inclui-se ainda aqueles profissionais que atuam em cuidados domiciliares (ex. cuidadores de idosos, doulas/parteiras), bem como funcionários do sistema funerário que tenham contato com cadáveres potencialmente contaminados. A vacina também será ofertada para acadêmicos em saúde e estudantes da área técnica em saúde em estágio hospitalar, atenção básica, clínicas e laboratórios.	
Idosos a partir de 80 anos	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	Documento original com foto que comprove a idade

Idosos de 60 a 79 anos de idade	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	Documento original com foto que comprove a idade
Povos e comunidades tradicionais quilombola	Povos habitando em comunidades tradicionais quilombolas	A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas a serem planejadas no nível municipal
Setores operacionais e grupos especiais da Segurança Pública	Profissionais de saúde do quadro da Segurança Pública, resgate, salvamento e destaques de apoio logístico de insumos e pacientes, como o Grupamento Aéreo e Fluvial e policiais penais e agentes penitenciários que tenham contato com a população privada de liberdade. Outros grupos da Segurança Pública poderão ser convocados à vacinação no caso de	Documento que comprove a vinculação ativa com o serviço de forças de segurança e salvamento ou apresentação de declaração emitida pelo serviço em que atua, além da necessidade constar em planilha enviada pelas chefias das forças aos municípios onde conste minimamente: nome, CPF, lotação e justificativa clara para vacinação.

	<p>decreto de lockdown em sua região de atuação. Destaca-se a importância deste grupo nas ações de saúde, inclusive no combate à pandemia, como transporte de insumos, pacientes e resgate em áreas de difícil acesso; e, durante vigência de lockdown, a necessidade de manter a segurança pública em pleno funcionamento para fiscalização e cumprimento das medidas de isolamento social. Os detalhes técnicos para esta medida encontram-se justificados no ANEXO 1.</p>	
--	--	--

3ª FASE	Indivíduos que possuam comorbidades	Pessoas com 18 a 59 anos com uma ou mais das comorbidades pré-determinadas, conforme ANEXO 2 .	Indivíduos pertencentes a esses grupos serão pré-cadastrados no SIPNI, aqueles que não tiverem sido pré-cadastrados devem apresentar atestado médico especificando o motivo da indicação da vacina, que deverá ser apresentada no ato da vacinação.
4ª FASE	Profissionais da Segurança Pública Ativa	Servidores das polícias federal, militar e civil; servidores do Centro de Perícias Científicas; bombeiros militares; agentes do DETRAN e guardas municipais.	Documento que comprove a vinculação ativa com o serviço de forças de segurança e salvamento ou apresentação de declaração emitida pelo serviço em que atua

Trabalhadores da educação	Todos os professores e funcionários das escolas públicas e privadas do ensino básico (creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA) e do ensino superior.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa do profissional com a escola ou apresentação de declaração emitida pela escola.
Forças Armadas	Membros ativos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa com força em que atua.
Pessoas em situação de rua	Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros	Autodeclarada e aquelas que se encontram em unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

	<p>públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, definido no art. 1º do decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.</p>	
<p>Funcionários do sistema de privação de liberdade</p>	<p>Demais funcionários do sistema de privação de liberdade que não tenham sido contemplados nas fases anteriores.</p>	<p>O planejamento e operacionalização da vacinação nos estabelecimentos penais</p>

	População privada de liberdade	População acima de 18 anos em estabelecimentos de privação de liberdade	deverão ser articulados com as Secretarias Estadual e Municipais de Saúde e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, conforme a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)
--	--------------------------------	---	---

		<p>Para fins de inclusão na população- alvo para vacinação, serão considerados indivíduos com deficiência permanente grave aqueles que apresentem uma ou mais das seguintes limitações:</p> <p>1 - Limitação motora que cause grande dificuldade ou incapacidade para andar ou subir escadas.</p> <p>2 - Indivíduos com grande dificuldade ou incapacidade de ouvir.</p> <p>3- Indivíduos com grande dificuldade ou incapacidade de enxergar.</p> <p>4- Indivíduos com alguma deficiência intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, etc</p>	<p>A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas, seguindo as normas do Ministério da Saúde, a serem planejadas no nível municipal, sendo validada antes pela Secretaria Estadual de Saúde.</p>
	<p>Pessoas com deficiência permanente grave</p>		

5ª FASE	Trabalhadores de Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros Urbano e de Longo Curso	Motoristas e cobradores de transporte coletivo rodoviário de passageiros.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de motorista profissional do transporte de passageiros.
	Trabalhadores de Transporte Metroviário e Ferroviário	Funcionários das empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado de empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas
	Trabalhadores de Transporte Aéreo	Funcionários das companhias aéreas nacionais, definidos pelo Decreto no 1.232/1962 e pela Lei no 13.475/2017.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado de companhias aéreas nacionais

Trabalhadores de Transporte Aquaviário	Funcionários das empresas brasileiras de navegação.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado das empresas brasileiras de navegação.
Caminhoneiros	Motorista de transporte rodoviário de cargas definido no art. 1º, II da Lei no 13.103, de 2 de março de 2015, que trata da regulamentação da profissão de motorista.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de motorista profissional do transporte rodoviário de cargas (caminhoneiro).
Trabalhadores Portuários	Qualquer trabalhador portuário, incluindo os funcionários da área administrativa.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de trabalhador.
Trabalhadores Industriais	Trabalhadores da indústria e construção	Nessa estratégia será solicitado

		civil, conforme Decreto 10.292/2020 e 10.342/2020.	documento que comprove a situação de trabalhador empregado de empresas industriais e de construção civil, como: declarações dos serviços onde atuam, carteira de trabalho, contracheque com documento de identidade, ou crachá funcional.
--	--	--	---

Fonte: CGPNI/DEVIT/SVS/MS



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 000059/2021 PGE-GAB-PCTA

Belém, 29 de março de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor

GUSTAVO KENNER ALCÂNTARA

Procurador da República

Procuradoria da República no Município de Santarém/PA

(www.peticionamento.mpf.mp.br / www.protocolo.mpf.mp.br)

Assunto: Ofícios nºs 980/2020/GABPRM3-HESC e 7/2021/GABPRM3-HESC.

Senhor Procurador da República,

Honrada em cumprimentá-lo, reporto-me ao Ofícios em epígrafe, referentes ao Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nessa Procuradoria da República no Município de Santarém/PA.

Referido expediente requisita que sejam informadas quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos Municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Nesse contexto, **sirvo-me do presente para encaminhar as informações prestadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER em relação ao quanto requisitado por esse *Parquet*.**

Sendo o que havia para o momento, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI

Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso

Processo Digital nº: 2020.01.084904
Procurador (a) Responsável: Pablo Santos de Souza

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	24/02/2021	OFÍCIO 000024/2021	02/03/2021 10:44	2021/238222

Procedência:	PGE
Interessado:	RGSAN - Procuradoria Regional de Santarém
Assunto:	DOCUMENTAÇÃO
SubAssunto:	
Complemento:	SAJ 2020.01.084904 - MPF
Origem:	PGE - RGSAN - PE1
Anexo/Sequencial:	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Ofício nº 000024/2021 PGE-PRS-PCTA

Belém, 24 de fevereiro de 2021

A Sua Senhoria o Senhor

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER

Assunto: Solicito informações para subsidiar defesa do Estado do Pará.

Senhor Coordenador,

Honrado em cumprimentá-lo, reporto-me aos Ofícios nº 980/2020/GABPRM3-HESC e e Ofício nº 7/2021/GABPRM3-HESC, referentes ao Procedimento nº 1230020002712020-47, em trâmite na Procuradoria da República no Município de Santarém.

O referido expediente requisita que seja informado quais medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19. Ademais, fora concedida dilação de prazo.

Assim sendo, **com vistas a subsidiar resposta do Estado do Pará, solicito que sejam encaminhados a esta Procuradoria-Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, documentos e informações sobre o caso em comento, em especial as requeridas pela Procuradoria da República.**

Sem mais, renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

Processo Digital nº: 2020.01.084904

Procurador (a) Responsável: Pablo Santos de Souza

Anexo I

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

DOCUMENTO			PROTOCOLO ELETRÔNICO	
Espécie	Data	Número	Data	Número do Protocolo
OFÍCIO	18/12/2020	9890/2020	21/12/2020 09:19	2020/1085017
Procedência:	Entidade Externa			
Interessado:	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA			
Assunto:	JURÍDICO			
SubAssunto:				
Complemento:	Requisito que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos			
Origem:	GABGOV (Casa Civil) - GAB - GG1			
Anexo/Sequencial:	1, 2, 3			

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: José Mauricio Vieira Barata Junior (Jes.11.419/2006)
EM 02/03/2021 10:44 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 4E90F3E18032BC8.7CF225D72D662EFA.62A0FA3E882C5CD6.1796ADB3764792E9



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2020/1085017>

Identificador de autenticação: 0151AD5.4954.579.DAEFACAE073FCD660
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/238222 Anexo/Sequencial: 1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 980/2020/GABPRM3-HESC

Santarém, 18 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador
Governo do Pará
Palácio dos Despachos "Benedicto Wilfredo Monteiro", Avenida Doutor Freitas, 2531
66087-812 Belém PA
E-mail: gabinetedogovernador@palacio.pa.gov.br;para.governo@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Governador,

1. Cumprimos, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe quais as medidas estão sendo adotadas para a promoção de segurança alimentar e de garantia de acesso à água potável das comunidades quilombolas dos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná, considerando os impactos decorrentes do atual enfrentamento da pandemia de Covid-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	---	--

Assinado com login e senha por GUSTAVO KENNER ALCANTARA em 18/12/2020 18:19. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.gov.br/validacao-protocolo> ou vá ao site do Ministério Público Federal. Chave: 05516D2.BB24.E2E.D6CF82B8B7382B96. Assinatura: 3B5F71B3B405B5B8.20732073DEB6B8B.68A07A3BC60C0D06.1A96A65C664D2393

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez)** dias úteis para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

GUSTAVO KENNER ALCANTARA
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

Anexo II

PRM-STM-PA-00000125/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 7/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 8 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência a Senhora
ANA CAROLINA LOBO GLÜCK PAÚL PERACCHI
Procuradora-Geral Adjunta do Contencioso
Governo do Estado do Pará
Procuradoria-Geral do Estado
Travessa Antônio Justa, 841, Fatima
68040430 Santarem-PA
E-mail: pge.regionalsantarem@gmail.com

Assunto: **Dilação de Prazo.**

Senhora Procuradora,

1. Cumprimos-a, no interesse do procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **informo** a concessão da dilação de prazo requerida.
2. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---



FOLHA DE DESPACHO

À DISAN

Para conhecimento e providências de resposta dentro do prazo estipulado.

Atenciosamente,

INOCENCIO RENATO GASPARIM

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: INOCENCIO RENATO GASPARIM (Lei 11.419/2006)
EM 02/03/2021 13:09 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 8D062538BA4A211F.6F99E90EB7E7BE0A.4F754DBF5549FEF.DE263EE9034FF5BC



**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
DIRETORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Memo de nº36/2021 DISAN

ASSUNTO – SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR A DEFESA DO ESTADO DOPARÁ

REFERÊNCIA: OFÍCIO Nº 000024/2021 PGE-PRS-PCTA de 24/02/2021.

Belém-PA, 04 de março de 2021

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo refiro-me ao ofício nº 000024/2021 PGE-PRS-PCTA de 24/02/2021, que trata de solicitação de informações para subsidiar a defesa do Estado do Pará. Para tanto segue as devidas informações: no dia 16 de dezembro de 2020, a Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda – SEASTER recebeu um ofício de nº 44/2020/SEDS/SEISP/DEFISP/MC. Assunto: Implantação de Cisternas em Escolas Rurais que não possuem acesso à água, referente ao Processo nº 71000.054513/2020-31. Foi solicitado que fosse avaliada a lista de escolas com base nos dados do Censo Escolar de 2019, e que fossem agregadas observações à planilha sempre que fosse julgado pertinente, como as escolas rurais que eventualmente não estivessem incluídas na listagem, desde que não tivessem acesso à água.

A Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional – DISAN encaminhou para os municípios do Estado do Pará o kit de informações enviadas pelo Ministério da Cidadania contendo: o ofício acima referido, a Medida Provisória nº 1001, de 15 de setembro de 2020, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências e uma relação em Excel contendo a relação das escolas informadas pelo referido Censo escolar de 2019. A equipe técnica da Diretoria de Segurança Alimentar conseguiu falar por telefone com todos os municípios relacionados, além de enviar os e-mails que foram informados pelos Secretários de Educação de cada município, sendo confirmado o recebimento por cada um que fora enviado.

Ainda no mês de outubro de 2020 recebemos a devolução dos municípios com as informações solicitadas na planilha que foram encaminhadas ao Ministério da Cidadania que após analisada pelo Ministério foi elaborado um edital de justificativa para ser a regra jurídica de um contrato de repasse nº 908558/2020MCIDADANIA/CAIXA. Nesse contrato, serão



**SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
DIRETORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

construídas 825 (oitocentos e vinte e cinco) cisternas em 49 (quarenta e nove) municípios conforme quadro.

Em relação aos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná todos receberam as informações conforme e-mails em (anexo), mas somente o município de Óbidos foi contemplado com 06 (seis) cisternas conforme relação (em anexo). Os municípios de Santarém e Oriximiná não devolveram as informações e por essa razão não estão contemplados nesse contrato de repasse. Por se tratar de escolas da zona rural dos municípios paraenses é de conhecimento público que tanto o município de Santarém quanto o município de Oriximiná possuem comunidades quilombolas que são prioridades na política de segurança alimentar e nutricional. No dia 26 de fevereiro de 2021 realizamos uma reunião de forma remota com o Ministério da Cidadania para tratar do andamento do contrato de repasse e foi dialogado com o Ministério a possibilidade de contemplarmos os demais municípios que não estão fazendo parte desse momento, em processos futuros.

O Governo do Estado do Pará incluiu no Plano Plurianual – PPA 2019-2022 o objetivo de desenvolvimento sustentável de nº 06 (seis) que trata de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. A iniciativa do governo demonstra seu empenho em melhorar a qualidade de vida da população do Estado, com prioridade aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A implementação dessa política certamente vai impactar de forma positiva na vida das famílias paraenses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos nos telefones: **(91) 3239-1404** e pelo e-mail: cisterna.disan@gmail.com

Respeitosamente,

Maria de Nazaré Cardoso Costa da Rocha

Diretora de Segurança Alimentar e Nutricional

Escrever

- Caixa de entrada

1
- Com estrela
- Adiados
- Enviados
- Rascunhos

3
- resposta cisterna

- Meet
- Nova reunião
- Participar de reunião

- Hangouts
- Diretoria de Seg

+

Nenhum bate-papo recente

Iniciar um novo

----- Forwarded message -----
De: **Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional** <cisterna.disan@gmail.com>
Date: ter., 6 de out. de 2020 às 16:54
Subject: Relação das Escolas
To: <semtras@santarem.pa.gov.br>

Boa tarde

Segue a relação das Escolas para serem implantadas as cisternas nas Escolas, por favor retornar as informações até 13/10/2020

Att

Nazaré Costa

--
Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional - DISAN
Av. Governador José Malcher, nº 1018 - 1º Andar - Nazaré / Belém-Pará - CEP: 66055-260
Fone: 3239-1404 - e-mail: disan.para@gmail.com

2 anexos

	A	B	C	D	E	F
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						

25/09/2020

Outr - Reunião - 2020 com o Ministério da Cidadania

Gmail

DISAN Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional <disan.para@gmail.com>

Reunião - 2020 com o Ministério da Cidadania

24 de setembro de 2020 16:58

De: <nazare@semtras.pa.gov.br>
Para: "disan.para@gmail.com" <disan.para@gmail.com>
Cc: "Nazaré Costa" <nazare@semtras.pa.gov.br>, Lílian dos Santos Ramal <lilian.sara@cidadeia.gov.br>, Renata Moraes <renata.moraes@semtras.pa.gov.br>

Prezada Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Pará,

E com referência que informamos a publicação da Medida Provisória nº 1.001/2020, que dispõe sobre o atendimento em favor do Ministério da Cidadania no âmbito do PA-SE-2020-0003, para implantação de cisternas escolares, em ação de enfrentamento da situação de emergência decorrente do Coronavírus (COVID-19).

O Ministério documentou a priorização do atendimento das demandas por Água de escolas localizadas na zona rural dos sete Estados do região Norte com o recurso obtido, validando o retorno seguro de aula, com fornecimento de água adequada para consumo e higiene, durante a pandemia da COVID-19.

A seguir, em anexo, segue um cronograma de entrega das cisternas em favor das Escolas e escolas de Educação Infantil.

PDF

Programa Cisterna .

1

3

—

4 de 21



FOLHA DE DESPACHO

Ao Excelentíssimo senhor

GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Santarém

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA SUBSIDIAR A DEFESA DO ESTADO DOPARÁ

REFERÊNCIA: OFÍCIO Nº 000024/2021 PGE-PRS-PCTA de 24/02/2021.

Senhor Procurador,

Honrado em cumprimentá-lo, refiro-me ao ofício nº 000024/2021 PGE-PRS-PCTA de 24/02/2021, que trata de solicitação de informações para subsidiar a defesa do Estado do Pará. Para tanto segue as devidas informações: a Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda – SEASTER através da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional – DISAN dispõe de recursos previstos conforme Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2021) nº 9.105 de 21 de julho de 2020, e na Lei Orçamentária Anual nº 9.160 de 06 de janeiro de 2021 (LOA 2021) com a seguinte classificação orçamentária: unidade orçamentária: 43101 - Secretaria de Assistência Social Trabalho Emprego e Renda – SEASTER. Função: 08 – Assistência Social. Subfunção: 244 – Assistência comunitária. Programa: 1505 – Direitos socioassistenciais. Projeto: 7678 – Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para essa atividade a principal fonte de captação de recursos é o Ministério da Cidadania Programa Cisternas que tem como produto da ação a implantação de estruturas de captação e armazenamento de água, incluindo cisternas, sistemas coletivos de abastecimento e outros equipamentos para garantia do acesso à água. O público alvo são famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais e escolas públicas localizadas na zona rural e atingidas pela seca ou falta regular de água. Depende de abertura de edital por parte do Ministério disponibilizando metas que possam contemplar o Estado do Pará e seus respectivos municípios. A Secretaria mantém contato permanente com o Ministério e está monitorando a abertura



FOLHA DE DESPACHO

de editais para contemplar os municípios paraenses.

Estamos à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos nos telefones: **(91) 3239-1404** e pelo e-mail: **cisterna.disan@gmail.com**

Respeitosamente,

Inocencio Renato Gasparim

Secretário Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

EM 23/03/2021 15:14 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 8BC947C8B39FA1F3.3F73859F6A7EF9F.A323E4CD3AF2BE58.4F4ADC294383E2AF
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: INOCENCIO RENATO GASPARIM (Lei 11.419/2006)



**ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**

CNPJ/MF nº: 05.131.180/0001-64

Ofício nº 150/2021/GAB/PMO-TIM

Óbidos/PA, 26 de março de 2021

Excelentíssimo Senhor
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
Procurador da República

Avenida Marechal Castelo Branco, 915,
Bairro Interventoria, CEP 68020-820, Santarém-PA

Ref.: Ofício nº 212/2021/GABPRM3-HESC

Senhor Procurador Federal,

Com os cumprimentos de estilo, vimos, mediante o presente expediente, considerando o conteúdo do Ofício referenciado, o qual elenca várias indagações a este Município, todas relacionadas à tomada de providências em relação a adoção de **Plano de Contingência** no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19, notadamente no que tange aos territórios Quilombolas, prestar as seguintes informações:

Resposta ao item "a": O município de Óbidos-PA, formulou/confeccionou sim Plano de Contingência da Covid-19 alusivo às comunidades Quilombolas, tudo em consonância aos termos do documento anexo.

Resposta ao item "b": Quanto ao protocolo de atendimento dos casos de Covid-19 nos territórios Quilombolas o município de Óbidos, mediante ações conjuntas com o Departamento de Atenção Primária -APS, vem atuando no exercício de buscas ativas, rastreio e monitoramento de casos nas referidas áreas quilombolas, inclusive ofertando testagem e referenciamento dos casos moderados e dos casos graves. Salienta-se que, em várias comunidades Quilombolas, restam disponibilizadas Unidades Básica de Saúde com equipes técnica, não obstante as dificuldades de contratação de enfermeiros e médicos para atuação nas mencionadas áreas.

Resposta ao item "c": Sim, a rigor, o plano municipal de vacinação segue em estrita consonância com o Plano Estadual de Enfrentamento da Pandemia, este que preconiza a vacinação de toda comunidade Quilombola a partir dos 18 (dezoito) anos, observando-se o calendário de imunização.

Resposta ao item "d": Com efeito, os moradores das comunidades Quilombolas que já estão vacinados são os que pertencem à faixa etária dos idosos com 80 anos ou mais, mas já se trabalha a faixa etária de 70 a 79 anos, destacando-se que este município ainda não recebeu a remessa exclusiva de vacinas para a população Quilombola.

Resposta ao item "e": Quanto a este questionamento é relevante destacar que em razão das remessas dos imunobiológicos estarem adstritas ao protocolo de envio pelo Estado do Pará, este município segue aguardando. Não obstante, seguem as anexas Planilhas que referenciam as etapas no Plano Paraense de Vacinação -PPV/COVID-19.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

CNPJ/MF nº.: 05.131.180/0001-64

Resposta ao item "f": Quanto a esta indagação, crê-se, já largamente referenciadas conforme os esclarecimentos firmados no item "b" antes assinalado.

Crê-se, assim, restarem devidamente noticiadas as tomadas de decisões alusivas aos questionamentos e pedido de informações alusivo ao tema proposto por Vossa Excelência.

Com os nossos cordiais cumprimentos.

Atenciosamente


Jaime Barbosa da Silva
Prefeito Municipal

PRM-STM-PA-00002968/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 212/2021 GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
JAIME BARBOSA DA SILVA

Prefeito

Prefeitura Municipal de Óbidos/PA

R. Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro, Óbidos/PA

66250-000 Óbidos PA

E-

mail:gabineteprmo.obidos@gmail.com;jaimesilva.obidos@hotmail.com;pmosemad@gmail.co

m:controleinterno.obs@gmail.com

RH.
A Sec. de Saúde e/Presidente
das Informações e
Gabinete em
URGÊNCIA
24/3/21

Assunto: Requisita Informações.

Senhor Prefeito,

RH.
A Sec. de Saúde e/Procur. Mun.
Somente de
do MPF a respeito do
Solicitado.
30/3/21

Cumprimentando-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	--

Página 1 de 2

Prefeitura Municipal de Óbidos

Recebido às: 10:20

Dia: 24 / 03 / 2021

Carne

Recebido

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHA, em 23/03/2021 15:23. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7620A698.6A9A4971.E7B51808.890204A

Assinado com login e senha por ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR, em 31/03/2021 15:49. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C25357D9.336CC68D.04FB69C4.BF5188FE

pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhamento:

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

 Ministério Público Federal	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 23/03/2021 15:22. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2626A658.28043711.B7B51800.8902031A



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÓBIDOS
Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250.000
CNPJ: 11.884.818/0001 – 30 – Fone: (93) 3547-2979/3026
E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

Of. Nº 262 /2021-GAB-SEMSA

Óbidos/Pará, 29 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor
JAIME BARBOSA DA SILVA
M.D.Prefeito do Município de Óbidos

Assunto: Em atenção ao OF. Nº212/2021/GABPRM3-HESC
Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimenta-lo cordialmente, dirigimo-nos para prestar-lhe informações solicitadas, proveniente do Ministério Público Federal pelo Excelentíssimo Senhor procurador da República Sr. HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR. Respostas dos requisitos solicitados:

- a) Que o município de Óbidos possui o **Plano de Contingência da Covid-19 – Comunidades Quilombolas**, elaborado em agosto/2020 pela equipe da Gestão anterior. Seguirá em anexo.
- b) Quanto ao protocolo de atendimento dos casos de Covid-19 em territórios quilombolas seguimos realizando ações conjuntas com o departamento de Atenção Primária a Saúde – APS, desenvolvendo buscas ativas, rastreio e monitoramento de casos nas referidas áreas, ofertando atendimento precoce, testagem e encaminhamento dos casos moderados e/ou graves para atendimento em Unidade de Atendimento de Urgência e Emergência e/ou hospitalar. Em algumas destas comunidades o município dispõe de Unidades Básicas de Saúde com equipes técnicas; ainda que insuficientes, visto que



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÓBIDOS
Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250.000
CNPJ: 11.884.818/0001 – 30 – Fone: (93) 3547-2979/3026
E-mail: semsaobidos@yahoo.com.br

temos dificuldades para contratar profissionais como enfermeiros e médicos com disponibilidade para residir nessas áreas, até o momento em apenas três dessas unidades possuem além do téc. em enfermagem, o profissional enfermeiro.

- c) O plano municipal de vacinação do município de Óbidos segue em conformidade com o Plano estadual onde prevê a vacinação de toda comunidade quilombola a partir dos 18 anos. Vale ressaltar que o calendário de imunização desse grupo será realizado conforme seja dispensada a vacina em conformidade com as fases definidas.
- d) Como informado no item anterior, os moradores quilombolas que já estão vacinados são aqueles que pertencem à **faixa etária dos idosos** correspondentes a 80 anos ou mais, e ainda estamos trabalhando na faixa etária de 70 a 79 anos. Ainda não recebemos a remessa exclusiva para a população quilombola.
- e) Em razão das remessas dos imunobiológicos seguirem o protocolo de envio do Estado, o município segue aguardando. Em anexo planilhas onde estão referidas as etapas no Plano Paraense de Vacinação- PPV/COVID-19 em conformidade com as fases definidas.
- f) Tais medidas já referenciadas no requisito b).

É o que temos para informar no momento. Aproveitamos para reiterar votos de estima e consideração.

Respeitosamente,


Ana Elza de A. Tavares
Secretária Mun. de Saúde de Óbidos
Decreto nº 002/2021
Ana Elza de Andrade Tavares
Secretária de Saúde
Dec. 002/2021



Estado do Pará

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
CNPJ Nº. 11.884.818/0001-30 – Fone: (93) 3547-1593/2979
Rua Almirante Barroso, 330, Centro – CEP: 68.250-000
E-mail: vigepisemsa@yahoo.com.br

Plano de Contingência da Covid 19 nas Comunidades Quilombolas do Município de Óbidos

ÓBIDOS – PARÁ
AGOSTO - 2020

EQUIPE DE GESTÃO

Francisco Alfaia de Barros
PREFEITO MUNICIPAL DE ÔBIDOS

Nathália Rodrigues da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Herbene Grayce Rafael Belicha
DIRETORA DE VIGILANCIA EM SAÚDE

Isabela Kenny da Silva Taketomi
DIRETORA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

1. Antecedentes Epidemiológicos

Em 29 de dezembro de 2019, um hospital em Wuhan admitiu quatro pessoas com pneumonia e reconheceu que as quatro haviam trabalhado no Mercado Atacadista de Frutos do Mar de Huanan, que vende aves vivas, produtos aquáticos e vários tipos de animais selvagens ao público. O hospital relatou essa ocorrência ao Centro de Controle de Doenças (CDC-China) e os epidemiologistas de campo da China (FETP-China) encontraram pacientes adicionais vinculados ao mercado e, em 30 de dezembro, as autoridades de saúde da província de Hubei notificaram esse cluster ao CDC da China. A partir desse momento, uma série de ações foi adotada:

DIAS	DATA	ÓRGÃO	ACONTECIMENTO
D-28	08/12/2019	CDC China	Primeiros casos identificados entre profissionais de saúde.
D-7	29/12/2019	CDC China	Atendimento de quatro pessoas com pneumonia indeterminada em Wuhan/China.
D0	05/01/2020	OMS	OMS emite o primeiro comunicado sobre Pneumonia de causa desconhecida na China. Naquele momento com 44 casos registrados.
D+4	09/01/2020	CDC China	Identificado e caracterizado o agente etiológico da pneumonia, um novo tipo de Coronavírus (2019-nCoV).
D+15	20/01/2020	OMS	1º Relatório Situacional da OMS, com atualização e informação de agravamento da situação epidemiológica.
D+17	22/01/2020	SVS/ Ministério da Saúde	Ativação do Centro de Operações de Emergências para gestão da resposta aos casos de Infecção Humana pelo 2019-nCoV no território nacional.
D+22	27/01/2020	OMS	Retifica a avaliação de risco e classifica o evento como nível elevado para uma potencial Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No entanto não realiza a declaração.
D+23	28/01/2020	SVS/ Ministério da Saúde	Publicação de Boletim Epidemiológico com Guia de Vigilância e Plano de Contingência Coletiva de Imprensa.
D+23	28/01/2020	SESPA	Instituição do Comitê Técnico Assessor de Informações Estratégicas e Respostas Rápidas à Emergência 2019-nCoV. Ativação do Centro de Operações de Emergências para gestão da resposta aos casos de 2019-nCoV no âmbito da Vigilância em Saúde.
D+25	30/01/2020	OMS	Declara Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional.
D+27	01/02/2020	SVS/ Ministério da Saúde	MS declara nível de resposta Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) – questões orçamentárias.

2. Características gerais sobre a infecção humana pelo Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)

O SARS-CoV-2 é um vírus identificado como a causa de um surto de doença respiratória, detectado pela primeira vez em Wuhan - China em dezembro de 2019. Muitos pacientes no início do surto em Wuhan tinham algum vínculo com um grande mercado de frutos do mar e animais, sugerindo a disseminação de animais para pessoas. Atualmente, já está bem definido que esse vírus possui uma alta e sustentada transmissibilidade entre as pessoas.

O período de incubação da COVID-19, tempo entre a exposição ao vírus e o início dos sintomas, é, em média, de 5 a 6 dias, no entanto, pode ser de 1 a até 14 dias.

O quadro clínico inicial mais comum da doença é caracterizado como Síndrome Gripal, na qual o paciente pode apresentar febre ou sintomas respiratórios. Entretanto, outras manifestações podem ocorrer, principalmente relacionadas a sintomas gastrointestinais e a perda do paladar e do olfato. O diagnóstico síndrome depende da investigação clínico-epidemiológica e do exame físico. A avaliação deve ser realizada de acordo com os índices de gravidade da pneumonia e as diretrizes de sepse (se houver suspeita de sepse) em todos os pacientes com doença crítica.

Quanto às formas de transmissão da COVID-19, podem ser:

1. Transmissão pré-sintomática: existem evidências de que SARS-CoV-2 pode ser detectado de 1 a 4 dias antes do início dos sintomas da COVID-19 e que, portanto, pode ser transmitido no período pré-sintomático.

2. Transmissão sintomática: o SARS-CoV-2 é transmitido principalmente por pessoas sintomáticas e sua presença é mais alta no trato respiratório superior (nariz e garganta) no início do curso da doença, principalmente a partir do terceiro dia após o início dos sintomas.

3. Transmissão assintomática: o SARS-CoV-2 também pode ser transmitido por pessoas assintomáticas, assim, a transmissão assintomática refere-se à transmissão do vírus de uma pessoa infectada, mas sem manifestação clínica da COVID-19.

Até o momento, os sinais e sintomas mais comuns da COVID-19 incluem: febre, tosse e falta de ar. No entanto, outros sintomas não específicos ou atípicos podem incluir:

- Cefaleia;
- Calafrios;
- Dor de garganta;
- Diarreia;
- Anosmia (incapacidade de sentir odores) ou hiposmia (diminuição do olfato);
- Ageusia (perda do sentido do paladar)
- Mialgia (dores musculares, dores no corpo) e
- Cansaço ou fadiga

Outras manifestações clínicas extrapulmonares podem estar associadas à infecção por SARS-CoV-2. Estas manifestações podem incluir:

- tromboembolismo;
- alterações cardíacas (arritmias cardíacas e isquemia miocárdica);
- alterações renais (hematúria, proteinúria e insuficiência renal);
- alterações gastrointestinais (diarreia, náuseas, vômitos, dor abdominal, anorexia);
- alterações neurológicas (cefaleia, tontura, encefalopatia, ageusia, anosmia, acidente vascular encefálico);
- alterações hepáticas (aumento de transaminases e bilirrubinas);
- alterações endócrinas (hiperglicemia e cetoacidose diabética) ou
- alterações dermatológicas (rush eritematoso, urticária, vesículas, petéquias, livido reticular).

3. Objetivo do Plano de Contingência Municipal

Reduzir o impacto da epidemia de COVID 19 nas comunidades quilombolas do município de Óbidos quanto à morbidade e mortalidade.

4. Definições operacionais

4.1. Caso suspeito de infecção humana pelo SARS-CoV-2

Por definição um caso suspeito é aquele que desenvolveu sinais e sintomas compatíveis com infecção pelo SARS-CoV-2.

4.2. Caso confirmado de infecção humana pelo SARS-CoV-2

Indivíduo com confirmação laboratorial conclusiva para o SARS-CoV-2, independente de sinais e sintomas.

4.3. Caso descartado de infecção humana pelo SARS-CoV-2

Caso que não se enquadre na definição de suspeito e apresente resultado laboratorial negativo para SARS-CoV-2 OU confirmação laboratorial para outro agente etiológico.

4.4 Áreas Quilombolas

De acordo com a Secretaria de cultura de Óbidos, o município possui 17 comunidades consideradas como área quilombola, sendo elas: Arapucu, Apuí, Castanhanduba, Cuecê, Matã, São José, São José do Pataúá, Silêncio, Vila Nova, Serra, Centrinho, Ponte Grande, Muratubinha, Mondongo, Igarapé-Açú dos Lopes, Nossa Senhora das Graças, Pataúá do Umirizal e Peruana.

5. Níveis de resposta

Questões importantes são consideradas nessa avaliação:

- Transmissibilidade da doença, como seu modo de transmissão, eficácia da transmissão entre reservatórios para humanos ou humano para humano, capacidade de sustentar o nível da comunidade e surtos;
- Gravidade clínica da doença, como complicações graves, internações e mortes;
- Vulnerabilidade da população, grupos-alvo com maiores taxas de ataque ou maior risco de graves doenças;
- Possibilidade de reinfecção;
- Disponibilidade de medidas preventivas, como vacinas e possíveis tratamentos; e
- Recomendações da Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e evidências científicas publicadas em revistas científicas.

Ações a serem realizadas pelos setores/instituições:

5.1. Vigilância Epidemiológica Municipal

- Monitorar e avaliar os casos notificados de SARS-CoV-2 no município em áreas quilombolas;
- Realizar reuniões junto às lideranças das áreas para fortalecer a importância das medidas de segurança e controle de pandemia;
- Realizar ações de busca ativa, com aplicação de testes rápidos para detecção precoce de casos, minimizando agravos;
- Monitorar a situação epidemiológica;
- Elaborar boletim epidemiológico;
- Garantir a coleta e envio de material biológico para diagnóstico.

5.2. Laboratório

- Garantir os insumos necessários para coleta, armazenamento e envio de amostras (swab, meio de cultura,).

5.3. Assistência primária

- ✓ Garantir a avaliação e notificação oportuna de casos suspeitos de SARS-CoV-2;
- ✓ Avaliar todo caso positivo quanto ao histórico de contatos domiciliares para identificar precocemente possíveis suspeitos, minimizando cadeia de transmissão;
- ✓ Encaminhar em tempo hábil as notificações para vigilância epidemiológica municipal;
- ✓ Garantir o acompanhamento do paciente, conforme protocolo de manejo e tratamento.

5.4. Urgência e Emergência/Unidades de Pronto Atendimento

- ✓ Assegurar atendimento para estabilizar os pacientes com desconforto respiratório, SRAG, e ou demais complicações relacionadas à SARS-CoV-2;
- ✓ Realizar aplicação de teste em pacientes suspeitos com tempo hábil para coleta.
- ✓ Orientar contactantes para avaliação em nível primário de assistência para detecção precoce de novos casos.
- ✓ Encaminhar em tempo hábil as notificações para vigilância epidemiológica municipal;
- ✓ Encaminhar conforme fluxo, pacientes com sinal de agravamento para assistência em média e alta complexidade.

5.5. Assistência em média e alta complexidade

- ✓ Assegurar tratamento aos pacientes com agravos relacionados à SARS-CoV-2;
- ✓ Manter referência e contra referência dos pacientes;

5.6. Divisão de Controle e Avaliação – Regulação/9ºCRS/SESPA

- Indicar o Hospital Regional do Baixo Amazonas para ser referência aos casos graves de 2019-nCoV com a reserva de leitos de isolamento;
- Seguir o Fluxo estabelecido para regulação de casos graves ao hospital selecionado como referência (Anexo 1).

5.7. Vigilância sanitária

- Desenvolver as ações de monitoramento diariamente via telefone aos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde (EAS), cadastrados e notificantes no NOTIVISA, das informações visualizadas;
- Programar intersetorialmente o processo de vistoria integrada para a conformidade aos protocolos específicos da segurança do paciente e controle de infecção hospitalar da SARS-CoV-2;
- Apoiar e assessorar as Comissões de Controle de Infecção Hospitalar e EAS quanto aos protocolos específicos da segurança do paciente e controle de infecção hospitalar do SARS-CoV-2;
- Integrar o COE-nCoV, participando das ações estratégicas de controle e vigilância epidemiológica aos EAS'S cadastrados e notificantes do formsus.
- Realizar reuniões técnicas internas da vigilância sanitária para atualizações e socialização das informações dos boletins epidemiológicos MS/SVS/COE e SESPA/DEPI/COE.

5.8. Direção Município/Comunicação

- Contribuir no esclarecimento dos profissionais e trabalhadores da saúde sobre quadro clínico, manejo, vigilância epidemiológica, prevenção e controle;

- Higiene frequente das mãos com água e sabão ou preparação alcoólica.
- Evitar tocar olhos, nariz e boca sem higienização adequada das mãos.
- Evitar contato próximo com pessoas doentes.
- Cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar, com cotovelo flexionado ou utilizando-se de um lenço descartável.
- Ficar em casa e evitar contato com pessoas quando estiver doente.
- Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência.

Recomendação de medidas a serem implementadas para prevenção e controle da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2):

Casos suspeitos ou confirmados e acompanhantes	<ul style="list-style-type: none"> - usar máscara cirúrgica; - usar lenços de papel (para tosse, espirros, secreção nasal); - orientar etiqueta respiratória; - higiene das mãos frequente com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica. - higiene das mãos com preparação alcoólica frequentemente; - separar utensílios domésticos como prato, talheres e copos para higienizar com água sanitária.
População geral	<ul style="list-style-type: none"> - evitar aglomerações; - usar máscara corretamente; - evitar deslocamento desnecessário; - orientar etiqueta respiratória; - higiene das mãos frequente com água e sabonete líquido ou preparação alcoólica. - higiene das mãos com preparação alcoólica frequentemente; - evitar adentrar outros domicílios;

Fonte: Nota Técnica nº 04/2020 - GVIMS/GGTES/ANVISA.

REFERÊNCIA

Plano de Contingência Regional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus - Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE/COVID-19). Versão COE.12.02.2020 - SESPA
Protocolo de Tratamento do Novo CoronavírusM(2019-nCoV). Ministério da Saúde - 2020

VACINA POR TODO O PARÁ



CAMPAÑA PARAENSE DE VACINAÇÃO CONTRA COVID-19

GOVERNADOR
SAGUI FARIAS

GOVERNO DO
PARÁ
POR TODO O PARÁ

SUS+

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

PÁTRIA AMADA
BRASIL
EU TE AMO, BRASIL

A imagem abaixo apresenta os principais imunobiológicos que poderão ser disponibilizadas para a campanha de vacinação contra a COVID-19, no estado do Pará:

<div>  CORONAVÍRUS • COVID - 19 ANDAMENTO DA ANÁLISE DAS VACINAS NA ANVISA </div> <div>  </div>									
TIPO DE INFORMAÇÃO	FASE I	FASE II	FASE III	TECNOLOGIA FARMACÊUTICA (AVALIAÇÃO DE QUALIDADE)	CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PERÍODO DE USO EMERGENCIAL	PERÍODO DE REGISTRO	MONITORAMENTO	PREPARATIVOS PARA LIBERAÇÃO DE LOTES DE VACINAS
ASTRAZENECA / FIOCRUZ	Sim (Pacote 2) Dados parciais resultados (segurança) Data: 04/12/2020 Status concluído Sim (Pacote 3) Dados completos Data: 22/12/2020 Status concluído	Sim (Pacote 2) Dados parciais resultados (segurança) Data: 04/12/2020 Status concluído Sim (Pacote 3) Dados completos Data: 22/12/2020 Status concluído	Sim (Pacote 2) Dados parciais resultados (segurança) Data: 04/12/2020 Status concluído Sim (Pacote 3) Dados completos Data: 22/12/2020 Status concluído	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica Data: 22/12/2020 Status concluído Sim (Pacote 2) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica Data: 22/12/2020 Status concluído	Inspeção realizada 7 a 11/12/2020 Certificação publicada em 22/12/2020	Solicitado 08/12/2021 Status em análise	Não solicitado	Plano parcial apresentado 22/12/2020 Status análise concluído Data: 08/12/2021 Status análise concluído	Realizado de planejamento material e documentação preparatória para liberação de lotes de vacinas Data: 08/12/2021 Status análise concluído
JANSSEN	Sim (Pacote 1) Dados parciais de segurança e imunogenicidade Data: 26/11/2020 Status concluído	Sim (Pacote 1) Dados parciais de segurança e imunogenicidade Data: 26/11/2020 Status concluído	Documentos não apresentados	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção) Data: 22/12/2020 Status concluído	Solicitado Aguardando envio de informações de Janssen	Não solicitado	Não solicitado	Plano parcial apresentado 22/12/2020 Status análise concluído	Realizado reuniões para planejamento de submissão de documentação de lotes de vacinas
PFIZER	Sim (Pacote 1) Dados parciais de estudos de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status concluído	Sim (Pacote 1) Dados parciais de estudos de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status concluído	Sim (Pacote 2) Dados parciais de estudos de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status concluído	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção) Data: 22/12/2020 Status concluído	Certificação de boas práticas publicada em 22/12/2020 Certificação para uso emergencial em 22/12/2020 Data: 22/12/2020 Status análise concluído	Não solicitado	Não solicitado	Plano parcial apresentado 22/12/2020 Status análise concluído	Realizado reuniões para planejamento de submissão de documentação de lotes de vacinas
SINOVAC / BUTANTAN	Sim (Pacote 2) Dados parciais de estudos de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status concluído	Sim (Pacote 2) Dados parciais de estudos de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status concluído	Documentos não apresentados	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção) Data: 22/12/2020 Status concluído	Inspeção realizada 26/11 a 4/12/2020 Certificação publicada em 21/12/2020	Solicitado 20/12/2021 Status em análise	Não solicitado	Plano parcial apresentado 04/12/2020 Status análise concluído	Documentação preparatória completa enviada ao INCD

Fonte: ANVISA

4.2 Meta / Grupos Prioritários por Fase

A meta é vacinar, pelo menos, 95% do público-alvo contra a COVID-19, em duas doses, com intervalo a ser definido pelo fabricante da vacina, de acordo com as fases a seguir. Ressalta-se que dentro das fases não há hierarquia, podendo a vacinação dos grupos elencados ocorrerem concomitantemente:

Fase	Público-alvo	Definição	Recomendações de exigência
1ª FASE	Trabalhadores de Saúde da linha de frente (40%)	<p>Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatórios, laboratórios e outros locais onde são atendidos pacientes com Síndrome Gripal, seja em urgências, enfermarias ou unidades de tratamento intensivo, inclusive, funcionários que não atuem diretamente na assistência, mas frequentem tais ambientes, como auxiliares de serviços gerais, copeiros, administrativos, entre outros. Estima-se que este grupo represente cerca de 40% dos trabalhadores de saúde.</p>	<p>Carteira de identificação profissional ou carteira de trabalho com a devida função e local de trabalho registrada e declaração de vínculo expedida pelo local de trabalho que comprove a atuação do profissional em assistência direta a pacientes com Síndrome Gripal.</p>

Pessoas com mais de 60 anos que vivem em instituições de longa permanência	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas a serem planejadas no nível municipal
Indígenas aldeados	Indígenas aldeados (ou seja, que residam em áreas indígenas) com 18 anos ou mais atendidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.	A vacinação será realizada em conformidade com a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEI) nos diferentes municípios.
Pessoas com Deficiência Institucionalizadas	Pessoas com deficiência que vivem em residência inclusiva (RI), que é uma unidade ofertada pelo Serviço de Acolhimento Institucional, para jovens e adultos com deficiência.	Deficiência autodeclarada e documento que comprove a residência. Orienta-se a vacinação no local, contemplando também os trabalhadores desses locais.

<p>2ª FASE</p>	<p>Trabalhadores de Saúde (60%)</p>	<p>Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatórios, laboratórios e outros locais. Compreende tanto os profissionais da saúde (ex. médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, biólogos, biomédicos, farmacêuticos, odontólogos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da educação física, médicos veterinários e seus respectivos técnicos e auxiliares), quanto os trabalhadores de apoio (ex. recepcionistas, seguranças,</p>	<p>Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa do trabalhador com o serviço de saúde ou apresentação de declaração emitida pelo serviço de saúde.</p>
-----------------------	---	--	--

		<p>trabalhadores da limpeza, cozinheiros e auxiliares, motoristas de ambulâncias e outros), ou seja, todos aqueles que trabalham nos serviços de saúde. Inclui-se ainda aqueles profissionais que atuam em cuidados domiciliares (ex. cuidadores de idosos, doulas/parteiras), bem como funcionários do sistema funerário que tenham contato com cadáveres potencialmente contaminados. A vacina também será ofertada para acadêmicos em saúde e estudantes da área técnica em saúde em estágio hospitalar, atenção básica, clínicas e laboratórios.</p>	
Idosos a partir de 80 anos	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	Documento original com foto que comprove a idade	

Idosos de 60 a 79 anos de idade	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	Documento original com foto que comprove a idade
Povos e comunidades tradicionais quilombola	Povos habitando em comunidades tradicionais quilombolas	A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas a serem planejadas no nível municipal
Setores operacionais e grupos especiais da Segurança Pública	Profissionais de saúde do quadro da Segurança Pública, resgate, salvamento e destaques de apoio logístico de insumos e pacientes, como o Grupamento Aéreo e Fluvial e policiais penais e agentes penitenciários que tenham contato com a população privada de liberdade. Outros grupos da Segurança Pública poderão ser convocados à vacinação no caso de	Documento que comprove a vinculação ativa com o serviço de forças de segurança e salvamento ou apresentação de declaração emitida pelo serviço em que atua, além da necessidade constar em planilha enviada pelas chefias das forças aos municípios onde conste minimamente: nome, CPF, lotação e justificativa clara para vacinação.

	<p>decreto de lockdown em sua região de atuação. Destaca-se a importância deste grupo nas ações de saúde, inclusive no combate à pandemia, como transporte de insumos, pacientes e resgate em áreas de difícil acesso; e, durante vigência de lockdown, a necessidade de manter a segurança pública em pleno funcionamento para fiscalização e cumprimento das medidas de isolamento social. Os detalhes técnicos para esta medida encontram-se justificados no ANEXO 1.</p>	
--	---	--

3ª FASE	Indivíduos que possuam comorbidades	Pessoas com 18 a 59 anos com uma ou mais das comorbidades pré-determinadas, conforme ANEXO 2 .	Indivíduos pertencentes a esses grupos serão pré-cadastrados no SIPNI, aqueles que não tiverem sido pré-cadastrados devem apresentar atestado médico especificando o motivo da indicação da vacina, que deverá ser apresentada no ato da vacinação.
4ª FASE	Profissionais da Segurança Pública Ativa	Servidores das polícias federal, militar e civil; servidores do Centro de Péricias Científicas; bombeiros militares; agentes do DETRAN e guardas municipais.	Documento que comprove a vinculação ativa com o serviço de forças de segurança e salvamento ou apresentação de declaração emitida pelo serviço em que atua

Trabalhadores da educação	Todos os professores e funcionários das escolas públicas e privadas do ensino básico (creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA) e do ensino superior.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa do profissional com a escola ou apresentação de declaração emitida pela escola
Forças Armadas	Membros ativos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa com força em que atua.
Pessoas em situação de rua	Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros	Autodeclarada e aquelas que se encontram em unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

	públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, definido no art. 1º do decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.	
Funcionários do sistema de privação de liberdade	Demais funcionários do sistema de privação de liberdade que não tenham sido contemplados nas fases anteriores.	O planejamento e operacionalização da vacinação nos estabelecimentos penais

	População privada de liberdade	População acima de 18 anos em estabelecimentos de privação de liberdade	deverão ser articulados com as Secretarias Estadual e Municipais de Saúde e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, conforme a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)
--	--------------------------------	---	---

		<p>Para fins de inclusão na população-alvo para vacinação, serão considerados indivíduos com deficiência permanente grave aqueles que apresentem uma ou mais das seguintes limitações:</p> <p>1 - Limitação motora que cause grande dificuldade ou incapacidade para andar ou subir escadas.</p> <p>2 - Indivíduos com grande dificuldade ou incapacidade de ouvir.</p> <p>3- Indivíduos com grande dificuldade ou incapacidade de enxergar.</p> <p>4- Indivíduos com alguma deficiência intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, etc</p>	<p>A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas, seguindo as normas do Ministério da Saúde, a serem planejadas no nível municipal, sendo validada antes pela Secretaria Estadual de Saúde.</p>
	Pessoas com deficiência permanente grave		

5ª FASE	Trabalhadores de Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros Urbano e de Longo Curso	Motoristas e cobradores de transporte coletivo rodoviário de passageiros.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de motorista profissional do transporte de passageiros.
	Trabalhadores de Transporte Metroviário e Ferroviário	Funcionários das empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado de empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas.
	Trabalhadores de Transporte Aéreo	Funcionários das companhias aéreas nacionais, definidos pelo Decreto no 1.232/1962 e pela Lei no 13.475/2017.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado de companhias aéreas nacionais

Trabalhadores de Transporte Aquaviário	Funcionários das empresas brasileiras de navegação.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado das empresas brasileiras de navegação.
Caminhoneiros	Motorista de transporte rodoviário de cargas definido no art. 1º, II da Lei no 13.103, de 2 de março de 2015, que trata da regulamentação da profissão de motorista.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de motorista profissional do transporte rodoviário de cargas (caminhoneiro).
Trabalhadores Portuários	Qualquer trabalhador portuário, incluindo os funcionários da área administrativa.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de trabalhador.
Trabalhadores Industriais	Trabalhadores da indústria e construção	Nessa estratégia será solicitado

	civil, conforme Decreto 10.292/2020 e 10.342/2020.	documento que comprove a situação de trabalhador empregado de empresas industriais e de construção civil, como: declarações dos serviços onde atuam, carteira de trabalho, contracheque com documento de identidade, ou crachá funcional.
--	--	---

Fonte: CGPNI/DEVIT/SVS/MS

PRM-STM-PA-00003582/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Referência: PA - PPB nº1.23.002.000271/2020-47

DESPACHO


Trata-se de Procedimento Administrativo de Acompanhamento, o qual tem como objeto verificar eventuais impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas, a partir das conclusões expostas no Laudo Técnico Nº 831/2020 SPPEA, que tem por objetivo atender à demanda urgente apresentada, no que diz respeito ao contexto de grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.

O presente procedimento recebeu informações sobre a aplicação de vacinas nas populações quilombolas dos municípios de Óbidos e Oriximiná/PA, restando pendente os questionamentos encaminhados ao município de Santarém.

O município de Oriximiná/PA informou que está seguindo os planos de vacinação nacional e estadual, obedecendo aos critérios logísticos de recebimento e distribuição das doses pelo Ministério da Saúde e SESP. A.

Especificamente quanto à imunização dos quilombolas do município esclareceu que a prioridade segue os parâmetros estabelecidos nos planos nacional e estadual de vacinação, sendo iniciada a imunização dos profissionais de saúde que atuam diretamente no combate de covid-19, indígenas, trabalhadores das forças de segurança e de idosos, ressaltando que a imunização nas comunidades quilombolas está ocorrendo em observância aos grupos e faixas etárias priorizadas e definidas pela SESP. A, de modo que nessas comunidades ainda estão sendo vacinados somente os indivíduos que compõem os grupos e faixas etárias prioritários.

No mesmo sentido se posicionou a Prefeitura do Município de Óbidos, que,

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br
---	--	---

informou que apesar de o Plano Estadual de Vacinação prever a vacinação de toda a comunidade quilombola a partir dos 18 anos, o município ainda não recebeu a remessa exclusiva para a população quilombola, estando atualmente ainda na fase de priorização, além dos demais grupos definidos no plano nacional, dos grupos de faixa etária de idosos.

Além disso, o município encaminhou cópia do Plano de Contingência da Covid-19 para as Comunidades Quilombolas, e informou que está realizando ações conjuntas com o Departamento de Atenção Primária de Saúde para desenvolver buscas ativas, monitoramento, e rastreio dos casos, ofertando atendimento precoce, testagem e referenciamento dos casos moderados/graves para atendimento em Unidade de Atendimento de Urgência e Emergência e/ou hospitalar.

No tocante às ações do Estado do Pará no tocante à promoção da garantia de fornecimento de água potável e segurança alimentar das populações quilombolas no contexto da pandemia, em complemento às demais informações já prestadas, a PGE/PA informou a abertura de crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00 cuja destinação é a construção de cisternas para fornecimento de água nos municípios que manifestassem interesse no recebimento dos recursos. No momento apenas o município de Óbidos encontra-se contemplado com a construção de 6 cisternas, diante da inércia dos municípios de Santarém e Oriximiná.

Sobre isso, foi esclarecido ainda, que o Estado do Pará está em tratativa com o Ministério da Cidadania sobre a possibilidade de se contemplar os municípios que não estão no momento fazendo parte contrato de repasse.

Por fim, foi trazido a conhecimento deste *Parquet* a inclusão no Plano Plurianual do Estado do Pará o objetivo de desenvolvimento sustentável que trata de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, com prioridade aos grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Noutra toada, destaca-se que ao longo do curso do procedimento epigrafado, visando colher informações que auxiliem na identificação dos impactos da covid-19 nas sofridos pelas comunidades quilombolas nos municípios de Santarém, Óbidos e Oriximiná têm sido expedidos ofícios à entidades representativas dos interesses quilombolas como a FOQS, Terra de Direitos, Comissão Pró-Índio - CPI para que tragam aos autos as informações pertinentes que dispuserem.

Com esse intuito, foi expedido ofício à CPI, que em resposta aduziu que não tem realizado um acompanhamento sistemático da evolução da pandemia entre as comunidades quilombolas, indicando o contato do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800
Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br

Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) da UFOPA que desenvolve o projeto “Malungu e Sacaca/Ufopa na luta contra o coronavírus nos territórios quilombolas do Pará”.

No mais, verifica-se que até o momento não foram respondidos os expedientes encaminhados para a Prefeitura e a Secretaria de Saúde de Santarém.


Diante do exposto, por ora, determino:

1- A reiteração dos ofícios nº 214 e 2015/2021;

2- A expedição de ofício ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) da UFOPA para que encaminhem as informações que dispuserem acerca dos impactos do COVID-19 nas comunidades quilombolas de Santarém, Óbidos e Oriximiná no que diz respeito a como essas comunidades foram e estão sendo afetadas pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19, no interesse do presente procedimento que têm acompanhado às demandas quilombolas nesse sentido.

Santarém, 9 de abril de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	<p>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA</p>	<p>Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800 Email: Prpa-prmstm@mpf.mp.br</p>
---	--	---

PRM-STM-PA-00003674/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 288/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 12 de abril de 2021.

Ao Senhor

BRUNO ALBERTO PARACAMPO MILEO

Coordenador

Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente
(Sacaca)

Universidade Federal do Oeste do Pará

Unidade Tapajós – Rua Vera Paz, s/nº, Sala 319 – BMT, Bairro do Salé

68035-110 Santarém/PA

E-mail: sacaca.ufopa@gmail.com

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que encaminhe as informações que dispuser acerca dos impactos do COVID-19, nas comunidades quilombolas de Santarém/PA, Óbidos/PA e Oriximiná/PA, no que diz respeito a como essas comunidades foram e estão sendo afetadas pela expansão da pandemia causada pela doença COVID-19.
2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PRM-STM-PA-00003676/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 289/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 12 de abril de 2021.

A Sua Excelência o Senhor

NÉLIO AGUIAR

Prefeito

Prefeitura Municipal de Santarém/PA

Av. Dr. Anysio Chaves, 853 - Aeroporto Velho


68030-290 Santarém/PA

E-mail: gap@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Reitera o Ofício 214/2021.**


Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 12/04/2021 19:16. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D0AD6F55.DC634A48.85252974.FD0A0998

PRM-STM-PA-00002972/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 214/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
NÉLIO AGUIAR
Prefeito
Prefeitura Municipal de Santarém/PA
Av. Dr. Anysio Chaves, 853 - Aeroporto Velho
68030-290 Santarém/PA
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br


Assunto: **Requisita Informações.**

Senhor Prefeito,

1. Cumprimos-o, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 24/03/2021 14:40. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 07CEADAF.7F38AA64.53BC3DF3.04F6C3D6

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 24/03/2021 14:40. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 07CEADAF.7F38AA64.53BC3DF3.04F6C3D6

PRM-STM-PA-00003678/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 290/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 12 de abril de 2021.

À Senhora

Vania Portela

Secretária

Secretaria Municipal de Saúde de Santarém/PA (SEMSA)

E-mail: gabinetesemsa.stm@gmail.com;semsa@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Reitera o Ofício 215/2021.**

Senhora,

1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **reitero** o inteiro teor do Ofício em epígrafe (cópia anexa).
2. Estabeleço o **prazo de 15 (quinze) dias úteis** para resposta a este expediente.
3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR



PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE
SANTARÉM-PA

Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep
68020820 - Santarém-PA
Telefone: (93)35120800

PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
--	--	---

PRM-STM-PA-00002976/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA

Ofício nº 215/2021/GABPRM3-HESC

Santarém, 23 de março de 2021.

À Senhora

Vania Portela

Secretária

Secretaria Municipal de Saúde de Santarém/PA (SEMSA)

E-mail: gabinetesemsa.stm@gmail.com;semsa@santarem.pa.gov.br

Assunto: **Requisita Informações.**

Senhora Secretária


1. Cumprimos-a, no interesse do Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA e com fulcro no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, **requisito** que informe:

a) Se possuem plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento à pandemia de Covid-19 especialmente quanto aos territórios quilombolas e o encaminhe;

b) Qual tem sido o protocolo para atendimento dos casos de Covid-19 dos territórios quilombolas, como a realização de medidas preventivas, testagens, atendimentos de emergência, internação e outros;

c) Se já possuem plano de vacinação contra Covid-19 para as comunidades quilombolas do município e qual o calendário de imunização;

d) Caso positivo, encaminhem cópia do referido plano/calendário, indiquem

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 24/03/2021 14:40. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave A5BD940F.DFDD3722.0DAEEF76.425A5686

quantos quilombolas foram vacinados e as respectivas comunidades a que pertencem;

e) Caso o plano de vacinação não tenha sido elaborado, informem qual a previsão para o início da imunização das comunidades quilombolas;


f) Quais as demais medidas assistenciais têm sido adotadas em especial atenção às comunidades quilombolas considerando seu estado de maior vulnerabilidade.

2. Em conformidade com o disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, estabeleço o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para resposta a este expediente.

3. A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticionamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA

	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA	Avenida Marechal Castelo Branco, 915, Interventoria - Cep 68020820 - Santarém-PA Telefone: (93)35120800
---	--	---

Assinado com login e senha por HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR, em 24/03/2021 14:40. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave A5BD940F.DFDD3722.0DAEEF76.425A5686



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. 07 de Setembro nº61, Bairro Santa Clara, CEP 68005100, FONE: (93) 2101-0100

OFÍCIO/SEMSA/JURÍDICO N º 238/2021

Santarém, 12 de abril de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
Procurador da República, GABPRM3-HESC
Av. Marechal Castelo Branco, 915
Interventoria - Santarém-PA.

Ref.: Procedimento nº 1.23.002.000271/2020-47.

Vossa Excelência,

Com os cumprimentos de estilo, de ordem da Secretária Municipal de Saúde, Vânia Maria Azevedo Portela, no interesse de apresentarmos informações requisitadas no Ofício nº 214/2021/GABPRM3-HESC, usamos do presente para encaminharmos MEMO nº 131/2021 oriundo do Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde, bem como seus anexos, a fim de equacionar a presente demanda.

Na certeza de ter contribuído com o procedimento desse Órgão Ministerial, renovo votos de estima e apreço, nos colocando à disposição para dúvidas e esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

MATHEUS IAGO COUTINHO GOMES.
Procurador Jurídico do Município - SEMSA/STM
Dec. Nº 649/2021 – GAP/PMS
OAB/PA 28.384



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde – NTVS
 Av. Moaçara nº735, Bairro Floresta, Fone: (93) 99208-8736

MEMO Nº 131/2021 - NTVS

Santarém, 12 de Abril de 2021.

À Procuradoria da Secretaria Municipal de Saúde de Santarém
 Dr. Matheus Iago Coutinho Gomes

Ref.: Memorando Nº 0131/2021- PJM/SEMSA

Com os cumprimentos de estilo, encaminho-lhe resposta do MEMO Nº 0131/2021-PJM/SEMSA, em atenção ao Ofício Nº 214/2021/GABPRM3-HESC, o qual trata sobre informações referentes aos protocolos realizados em população quilombola neste período de pandemia.

Em relação ao plano de contingência adotado no âmbito de enfrentamento da Covid-19 e o protocolo para atendimento nos casos de infecção em território quilombola, ambos seguem as diretrizes municipais gerais a todos os cidadãos, segundo informações da Coordenação da Atenção Primária.

Em relação ao plano de vacinação, o município segue o Plano Operacional de Estratégia de Vacinação da COVID-19 e o PPV (Plano Paraense de Vacinação) ambos em anexo, o qual atende a população tradicional quilombola em sua segunda fase. O município de Santarém depende de repasse de vacinas realizado pelo Governo do Estado, por meio da SESPA.

Não existe um calendário específico de repasses (com data do envio e quantidade de vacinas) por parte do Estado.

Por fim, informamos que, apesar de ainda não ter ocorrido envio para esta municipalidade das vacinas referentes à imunização da população supracitada, houve a vacinação de idosos quilombolas.

Sem mais para o momento, renovo votos e estima e apreço.

Atenciosamente,


ROSE GRACE BRITO MARQUES
Chefe de Divisão Esp. De Cont. de Zoonoses
Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde

Página 1 de 1

VACINA POR TODO O PARÁ

SECRETARIA DE
SAÚDE PÚBLICA

GOVERNO DO
PARÁ
POR TODO O PARÁ

SUS+

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



CAMPAÑA PARAENSE DE VACINAÇÃO CONTRA COVID-19



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

PLANO PARAENSE DE VACINAÇÃO – PPV/COVID-19

| 2ª Edição |

**Pará
Março - 2021**

Governador do Estado do Pará

Helder Zaluth Barbalho

Secretário de Estado de Saúde Pública

Rômulo Rodovalho Gomes

Secretário Adjunto de Gestão de Políticas em Saúde

Sipriano Ferraz Santos Junior

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros

Diretor de Vigilância em Saúde

Denilson José Silva Feitosa Junior

Diretora de Políticas de Atenção Integral à Saúde

Laena Costa dos Reis

Diretor do Departamento de Epidemiologia

Bruno Vinícius da Silva Pinheiro

Diretora do Departamento de Vigilância Sanitária

Milvea Franciane Ferreira Carneiro

Coordenadora Estadual do Programa Nacional de Imunizações

Jaíra Ataíde dos Santos de Brito

Coordenação da Central Estadual de Imunobiológicos

Larisse Marionor S. de Oliveira Mendes

Coordenador de Logística da Vigilância em Saúde

Marcus Fabiano de Carvalho Coura

Coordenadora do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde

Daniele Monteiro Nunes

Coordenadora Estadual Saúde da Família

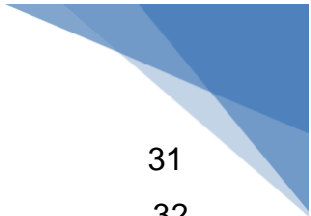
Sâmela Stefane Correa Galvão

Organizadores:

Bruno Vinícius da Silva Pinheiro, Carla Gisele Ribeiro Garcia, Carmen Carolina Cruz Lima, Carmem Silvia Gomes Carneiro, Daniele Monteiro Nunes, Denilson José Silva Feitosa Junior, Jaíra Ataíde dos Santos de Brito, Larisse Marionor de Oliveira Mendes, Marcus Fabiano de Carvalho Coura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Perfil Epidemiológico da COVID-19 no estado do Pará	1
2. OBJETIVOS DO PLANO	5
2.1 Objetivo Geral	5
2.2 Objetivos Específicos	5
3. META	6
3.1. Competências da Gestão Estadual	6
4. ESTRATÉGIAS DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19	6
4.1 Vacinas Contra a COVID-19	6
4.2 Meta / Grupos Prioritários por Fase	7
4.3 Período da Campanha de vacinação	21
5. FARMACOVIGILÂNCIA	22
5.1 Precauções e Contraindicações à Administração da Vacina	23
5.1.1 Precauções Gerais	23
5.1.2 Contraindicações	24
5.2 Gerenciamento de Resíduos Provenientes da Vacinação	24
6. VIGILÂNCIA DE EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO (EAPV)	24
6.1 Detecção de casos suspeitos de EAPV	25
6.2 Notificação de EAPV	25
6.3 Investigação de Casos Suspeitos de EAPV	26
6.4 Avaliação e Classificação de Causalidade	26
7. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES – REGISTRO DE DOSES APLICADAS	26
7.1 Gestão da Informação	28
8. OPERACIONALIZAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO	28
8.1 Mecanismo de Gestão	28
8.2 Capacitações	29
8.3 Logística para a Distribuição de Vacinas	29
8.3.1 Distribuição de Insumos no Modal Rodoviário	29
8.3.2 Distribuição de Insumos no Modal Aéreo (aeronaves e helicópteros)	30
8.3.3 Distribuição de Insumos em áreas de difícil acesso	30
8.3.4 Armazenamento	30
8.4 Estratégias de Vacinação	30



8.5 Orçamento para Operacionalização da Vacina	31
9. COMUNICAÇÃO	32
9.1 Público-alvo x objetivos de comunicação	33
9.2 Mensagens-chave	34
9.3 Medidas Estratégicas	34
9.4 Campanha Publicitária	34
9.4.1 Primeira Etapa	35
9.4.2 Segunda Etapa	36
Referências Bibliográficas	37

A Covid-19 é a maior pandemia da história recente da humanidade causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa infecção respiratória aguda potencialmente grave. Trata-se de uma doença de elevada transmissibilidade e distribuição global. A transmissão ocorre principalmente entre pessoas por meio de gotículas respiratórias ou contato com objetos e superfícies contaminadas.

A suscetibilidade ao vírus SARS-CoV-2 é geral, por ser um vírus novo, e não se sabe se a infecção em humanos gera imunidade contra novas infecções e se essa imunidade é por toda a vida. O espectro clínico da infecção pelos Coronavírus é muito amplo, podendo variar de um simples resfriado até uma pneumonia severa.

Em janeiro de 2020, o Estado do Pará apresentou o Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, onde descreve-se as atividades e ações de enfrentamento da pandemia no Estado desenvolvidas pela Secretária de Estado de Saúde Pública (Sespa).

O planejamento da vacinação nacional e estadual é orientado em conformidade com o registro e licenciamento de vacinas, que no Brasil é de atribuição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), conforme Lei nº 6.360/1976 e regulamentos técnicos como RDC nº 55/2010, RDC 348/2020 e RDC nº 415/2020. Ressalta-se ainda a RDC nº 444, de 10 de dezembro de 2020, que estabelece a autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas COVID-19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional, decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

A Diretoria de Vigilância em Saúde vem realizando diversas ações com o enfoque de manter o controle da ocorrência de novos casos da doença e entende que a imunização é uma ação eficaz e que deve ser garantida à população de forma equânime e de qualidade. Portanto, vem por meio deste Plano descrever as ações de operacionalização da campanha de vacinação contra a COVID-19 no Estado do Pará.

1.1 Perfil Epidemiológico da COVID 19 no Estado do Pará.

A situação epidemiológica da Covid-19 no Brasil é de 10.324.463 casos acumulados, o número de óbitos acumulados é de 249.975, com uma taxa de letalidade de 2.4%. No Pará possui 357.595 casos acumulados e 8.353 óbitos acumulados, com 2,34% de letalidade (atualização em 25/02/2021).

Na distribuição de casos e óbitos por semana epidemiológica do ano de 2020, percebe-se que o pico da pandemia no Estado ocorreu em abril, semana epidemiológica 20, com fase de descendência de casos a partir da semana 24, atingindo um patamar de estabilidade de casos e óbitos (Figura 1).

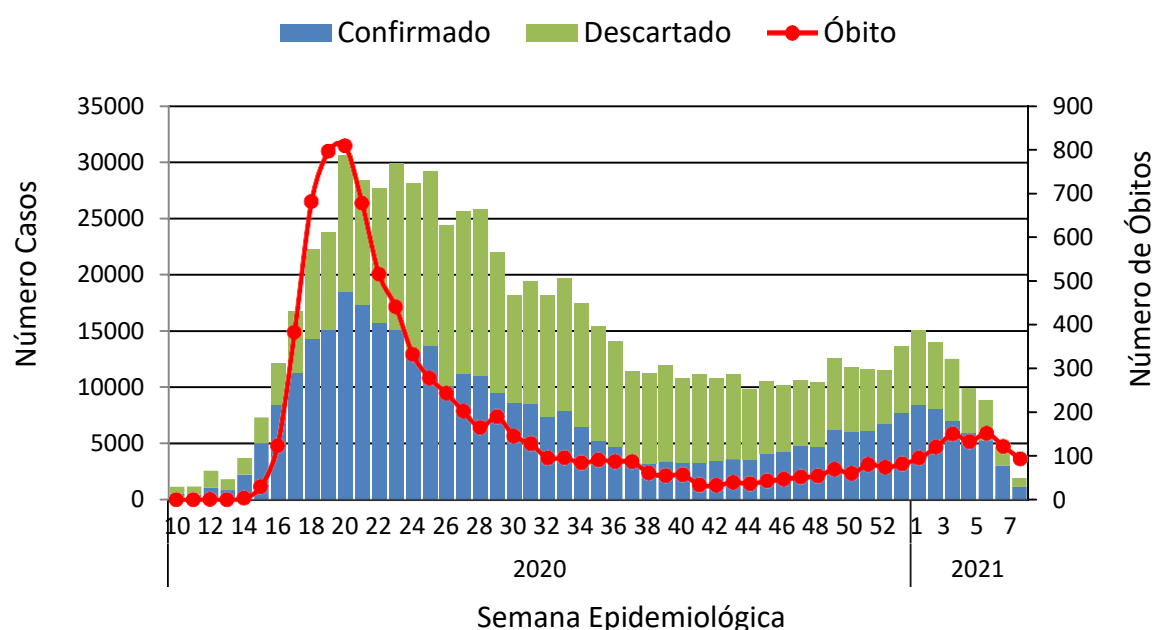


Figura 1. Curva epidêmica de casos descartados, confirmados e óbitos por Covid-19 por semana epidemiológica no Pará, de 01/03 a 25/02/2020.

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19, SESPA.

A tabela 1 apresenta os dados de incidência e letalidade da Covid-19, por região de saúde, onde é observado que, na região Metropolitana I, a incidência é de 40 casos para mil habitantes e a letalidade é de 3,69 óbitos por 100 indivíduos infectados, com o maior número de casos e óbitos registrados entre as demais regiões de saúde, seguido da região Carajás, com 70 casos por mil habitantes, e a região do lago de Tucuruí, com a letalidade de 3,44 óbitos por 100 indivíduos infectados.

Tabela 1. Incidência e letalidade de casos e óbitos confirmados de COVID-19, segundo a região de saúde no Pará, de 01/03 a 25/02/2020.

Região de Saúde	População	Casos	Incidência	Óbitos	Letalidade
Metropolitana I	2.238.680	90.773	40,55	3.347	3,69
Carajas	875.232	61.982	70,82	778	1,26
Baixo Amazonas	771.715	41.855	54,24	887	2,12
Araguaia	566.682	29.489	52,04	276	0,94
Metropolitana III	939.421	28.630	30,48	774	2,70
Tocantins	705.089	26.112	37,03	586	2,24
Xingu	350.276	18.548	52,95	325	1,75
Rio Caetes	541.251	13.970	25,81	380	2,72
Tapajos	221.135	13.975	63,20	180	1,29
Marajo II	320.172	10.131	31,64	223	2,20
Lago de Tucuruí	461.593	9.202	19,94	317	3,44
Metropolitana II	367.592	8.601	23,40	246	2,86
Marajo I	244.027	7.362	30,17	116	1,58
TOTAL	8.602.865	360.630	41,92	8.435	2,34

Nota: Incidência por 1.000 e letalidade por 100

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19, SESPA.

A figura 2 apresenta o mapeamento da letalidade por COVID-19, onde destacam-se as regiões de saúde metropolitana I com 3,69/100 casos, Lago de Tucuruí com 3,44/100 casos e Metropolitana II com 2,86/100 casos.

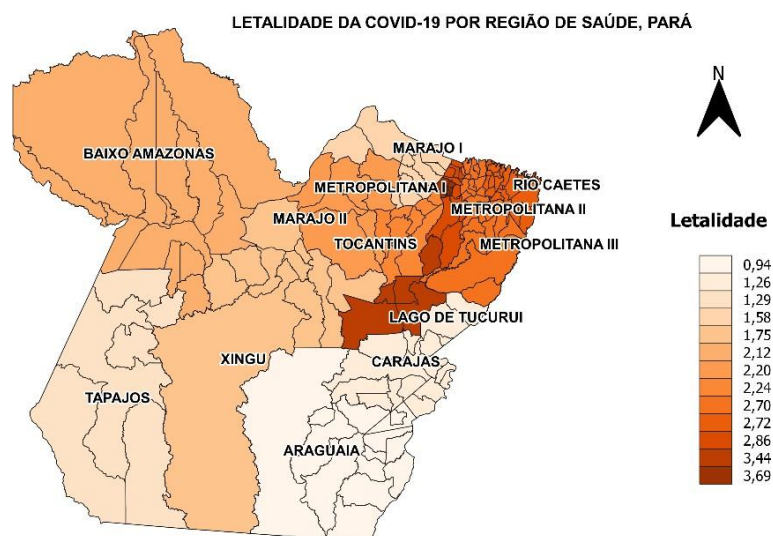


Figura 2. Mapa de Letalidade da COVID-19 por Região de Saúde no Pará, de 01/03 a 25/02/2020.

Nota: Letalidade por 100 indivíduos infectados.

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19, SESPA.

A tabela 2 e 3 apresentam a distribuição de casos e óbitos por sexo e faixa etária. Observa-se que 53% dos casos são do sexo feminino, sendo a faixa etária de 30 a 39 anos a mais afetada com 23,58% de infectados.

Tabela 2. Distribuição de casos confirmados de COVID-19, segundo a faixa etária e sexo, Pará, de 01/03 a 25/02/2020.

Faixa Etária	Caso			%
	Feminino	Masculino	Total Geral	
0	2.346	2.142	4.488	1,24
1-4	2.449	2.699	5.148	1,43
5-9	3.207	3.076	6.283	1,74
10-14	5.054	4.254	9.308	2,58
15-19	8.835	6.144	14.979	4,15
20-29	34.284	27.538	61.822	17,14
30-39	44.592	40.459	85.051	23,58
40-49	37.114	32.452	69.566	19,29
50-59	25.569	21.584	47.153	13,08
>60	27.334	25.556	52.890	14,67
S/Inf	1.826	2.115	3.941	1,09
Total Geral	192.610	168.019	360.629	100

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19, SESPA.

Quanto aos óbitos, 61% são do sexo masculino, sendo a faixa etária que mais evoluiu ao óbito a de maiores de 60 anos com 73,73%.

Tabela 3. Distribuição de óbitos confirmados de COVID-19, segundo a faixa etária e sexo, Pará, de 01/03 a 25/02/2020.

Faixa Etária	Óbitos			
	Feminino	Masculino	Total Geral	%
0	14	11	25	0,30
1-4	12	9	21	0,25
5-9	3	4	7	0,08
10-14	7	6	13	0,15
15-19	10	20	30	0,36
20-29	51	67	118	1,40
30-39	145	174	319	3,78
40-49	198	406	604	7,16
50-59	390	689	1.079	12,79
>60	2.433	3.786	6.219	73,73
Total Geral	3.263	5.172	8.435	100

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19, SESPA.

2. OBJETIVOS DO PLANO

2.1 Objetivo Geral

Subsidiar as ações e estratégias para a operacionalização da vacinação contra a COVID-19 nos 144 municípios no estado do Pará.

2.2 Objetivos Específicos

- Informar a população-alvo e grupos prioritários para vacinação para a população Paraense;
- Planejar os recursos existentes por meio de programação oportunas para operacionalização da vacinação nos 144 municípios;
- Apoiar os 144 municípios para vacinação contra COVID-19, tanto na logística de distribuição quanto na aquisição de insumos.

3. META

A meta é vacinar, pelo menos, 95% de cada um dos grupos prioritários contra COVID-19.

3.1 Competências da Gestão Estadual:

- A coordenação da campanha no âmbito estadual em apoio aos 144 municípios;
- O provimento de seringas e agulhas, itens que também são considerados insumos estratégicos;
- A gestão do sistema de informação e transferência de dados ao PNI, incluindo a consolidação e a análise dos dados municipais, o envio dos dados ao nível federal dentro dos prazos estabelecidos e a retroalimentação das informações à esfera municipal.

4. ESTRATÉGIAS DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19


4.1 Vacinas Contra a COVID-19


De acordo com a OMS, existem 173 vacinas COVID-19 candidatas em fase pré-clínica de pesquisa e 63 vacinas candidatas em fase de pesquisa clínica. As características das vacinas a serem utilizadas na estratégia de vacinação contra a covid-19 no Brasil serão apresentadas e devidamente atualizadas sempre que necessário, a partir do registro (licenciamento) pela ANVISA.

A estratégia nacional de imunização contra a covid-19 será realizada em etapas, respeitando a ordem de vacinação dos grupos definidos pelo PNI, sendo que serão priorizados os grupos de maior risco para o desenvolvimento de formas graves da doença e risco de óbitos (profissionais de saúde, idosos, idosos institucionalizados, portadores de comorbidades como hipertensão, diabetes melitos, dentre outros) e grupos com elevado grau de vulnerabilidade social e econômica (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população privada de liberdade).

Destaca-se que há intenção de oferta da vacina covid-19 à toda a população Paraense para qual o imunobiológico estiver licenciado, de maneira escalonada, conforme a produção da vacina covid-19 avançar e houver disponibilidade e sustentabilidade na oferta.

A imagem abaixo apresenta os principais imunobiológicos que poderão ser disponibilizadas para a campanha de vacinação contra a COVID-19, no estado do Pará:


CORONAVÍRUS • COVID - 19
ANDAMENTO DA ANÁLISE DAS VACINAS NA ANVISA


 Informações atualizadas em 13/1/21

TIPO DE INFORMAÇÃO	FASE I	FASE II	FASE III	TECNOLOGIA FARMACÊUTICA (AVALIAÇÃO DE QUALIDADE)	CERTIFICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO	PEDIDO DE USO EMERGENCIAL	PEDIDO DE REGISTRO	MONITORAMENTO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCO (PGR)	PREPARATIVOS PARA LIBERAÇÃO DE LOTES DE VACINAS
ASTRAZENECA / FIOCRUZ	Sim (Pacote 2) Dados parciais resumidos (segurança) Data: 04/12/2020 Status: Concluído Sim (Pacote 3) Dados completos. Data: 22/12/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Dados parciais resumidos (segurança) Data: 04/12/2020 Status: Concluído Sim (Pacote 3) Dados completos. Data: 22/12/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Resultados-chave parciais. Data: 04/12/2020 Status: Concluído Sim (Pacote 3) Dados primários de eficácia e segurança. Data: 22/12/2020 concluído Sim (pacote 4) Documentos gerais complementares Data: 05/01/2021 Status: em análise	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 10/12/2020 Status: concluído Sim (Pacote 2) Dados complementares de tecnologia farmacêutica Data: 05/01/2021 Status: em análise	Inspeção realizada 7 a 11/12/2020 Certificação publicada em 23/12/2020	Solicitado 08/01/2021 Status: em análise	Não solicitado	Plano parcial apresentado 22/12/2020 Status: análise concluída 2º pacote Data: 08/1/2021 Status: análise concluída	Reunião de planejamento realizada e documentação preparatória parcial entregue. INCQS aguarda complementação das informações.
JANSSEN	Sim (Pacote 1) Dados parciais de segurança e imunogenicidade Data: 30/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 1) Dados parciais de segurança e imunogenicidade Data: 30/11/2020 Status: concluído	Documentos não apresentados	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 27/11/2020 Status: concluído	Solicitada Aguardando envio de informações da Janssen	Não solicitado	Não solicitado	Plano parcial apresentado 30/11/2020 Status: análise concluída	Realizada reunião para planejamento da submissão de documentos técnicos ao INCQS.
PFIZER	Sim (Pacote 1) Dados interinos do estudo de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 1) Dados interinos do estudo de Fase 1/2 Data: 26/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Dados primários de eficácia e segurança fase 3 Data: 15/12/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 03/12/2020 Status: concluído	Certificação de duas fábricas publicada em 28/12/2020 Uma fábrica já tinha CBPF Uma ainda precisa enviar dados	Não solicitado	Não solicitado	Plano parcial apresentado 23/12/2020 Status: análise concluída	Realizada reunião para planejamento da submissão de documentos técnicos ao INCQS.
SINOVAC / BUTANTAN	Sim (Pacote 2) Resumo dos estudos de Fase 1/2. Data: 30/11/2020 Status: concluído	Sim (Pacote 2) Resumo dos estudos de Fase 1/2. Data: 30/11/2020 Status: concluído	Documentos não apresentados	Sim (Pacote 1) Dados preliminares de tecnologia farmacêutica (produção, controle de qualidade, estabilidade) Data: 10/12/2020 Status: concluído	Inspeção realizada 30/11 a 4/12/2020 Certificação publicada em 21/12/2020	Solicitado 08/01/2021 Status: em análise	Não solicitado	Plano parcial apresentado 04/12/2020 Status: análise concluída	Documentação preparatória completa enviada ao INCQS.

Fonte: ANVISA

4.2 Meta / Grupos Prioritários por Fase

A meta é vacinar, pelo menos, 95% do público-alvo contra a COVID-19, **em duas doses**, com intervalo a ser definido pelo fabricante da vacina, de acordo com as fases a seguir. **Ressalta-se que dentro das fases não há hierarquia, podendo a vacinação dos grupos elencados ocorrerem concomitantemente:**

Fase	Público-alvo	Definição	Recomendações de exigência
1ª FASE	Trabalhadores de Saúde da linha de frente (40%)	Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatorios, laboratórios e outros locais onde são atendidos pacientes com Síndrome Gripal, seja em urgências, enfermarias ou unidades de tratamento intensivo, inclusive, funcionários que não atuem diretamente na assistência, mas frequentem tais ambientes, como auxiliares de serviços gerais, copeiros, administrativos, entre outros. Estima-se que este grupo represente cerca de 40% dos trabalhadores de saúde.	Carteira de identificação profissional ou carteira de trabalho com a devida função e local de trabalho registrada <u>e</u> declaração de vínculo expedida pelo local de trabalho que comprove a atuação do profissional em assistência direta a pacientes com Síndrome Gripal.

	Pessoas com mais de 60 anos que vivem em instituições de longa permanência	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas a serem planejadas no nível municipal
	Indígenas aldeados	Indígenas aldeados (ou seja, que residam em áreas indígenas) com 18 anos ou mais atendidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.	A vacinação será realizada em conformidade com a organização dos Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEI) nos diferentes municípios.
	Pessoas com Deficiência Institucionalizadas	Pessoas com deficiência que vivem em residência inclusiva (RI), que é uma unidade ofertada pelo Serviço de Acolhimento Institucional, para jovens e adultos com deficiência.	Deficiência autodeclarada e documento que comprove a residência. Orienta-se a vacinação no local, contemplando também os trabalhadores desses locais.

<p>2ª FASE</p>	<p>Trabalhadores de Saúde (60%)</p>	<p>Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatórios, laboratórios e outros locais. Compreende tanto os profissionais da saúde (ex. médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, biólogos, biomédicos, farmacêuticos, odontólogos, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, profissionais da educação física, médicos veterinários e seus respectivos técnicos e auxiliares), quanto os trabalhadores de apoio (ex. recepcionistas, seguranças,</p>	<p>Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa do trabalhador com o serviço de saúde ou apresentação de declaração emitida pelo serviço de saúde.</p>
-----------------------	---	--	--

		trabalhadores da limpeza, cozinheiros e auxiliares, motoristas de ambulâncias e outros), ou seja, todos aqueles que trabalham nos serviços de saúde. Inclui-se ainda aqueles profissionais que atuam em cuidados domiciliares (ex. cuidadores de idosos, doulas/parteiras), bem como funcionários do sistema funerário que tenham contato com cadáveres potencialmente contaminados. A vacina também será ofertada para acadêmicos em saúde e estudantes da área técnica em saúde em estágio hospitalar, atenção básica, clínicas e laboratórios.	
	Idosos a partir de 80 anos	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	Documento original com foto que comprove a idade

	Idosos de 60 a 79 anos de idade	Deverão receber a vacina COVID-19 em conformidade com as fases predefinidas	Documento original com foto que comprove a idade
	Povos e comunidades tradicionais quilombola	Povos habitando em comunidades tradicionais quilombolas	A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas a serem planejadas no nível municipal
	Setores operacionais e grupos especiais da Segurança Pública	Profissionais de saúde do quadro da Segurança Pública, resgate, salvamento e destaques de apoio logístico de insumos e pacientes, como o Grupamento Aéreo e Fluvial e policiais penais e agentes penitenciários que tenham contato com a população privada de liberdade. Outros grupos da Segurança Pública poderão ser convocados à vacinação no caso de	Documento que comprove a vinculação ativa com o serviço de forças de segurança e salvamento ou apresentação de declaração emitida pelo serviço em que atua, além da necessidade constar em planilha enviada pelas chefias das forças aos municípios onde conste minimamente: nome, CPF, lotação e justificativa clara para vacinação.

		<p>decreto de lockdown em sua região de atuação. Destaca-se a importância deste grupo nas ações de saúde, inclusive no combate à pandemia, como transporte de insumos, pacientes e resgate em áreas de difícil acesso; e, durante vigência de lockdown, a necessidade de manter a segurança pública em pleno funcionamento para fiscalização e cumprimento das medidas de isolamento social. Os detalhes técnicos para esta medida encontram-se justificados no ANEXO 1.</p>	
--	--	--	--

3ª FASE	Indivíduos que possuam comorbidades	Pessoas com 18 a 59 anos com uma ou mais das comorbidades pré-determinadas, conforme ANEXO 2 .	Indivíduos pertencentes a esses grupos serão pré-cadastrados no SIPNI, aqueles que não tiverem sido pré-cadastrados devem apresentar atestado médico especificando o motivo da indicação da vacina, que deverá ser apresentada no ato da vacinação.
4ª FASE	Profissionais da Segurança Pública na Ativa	Servidores das polícias federal, militar e civil; servidores do Centro de Perícias Científicas; bombeiros militares; agentes do DETRAN e guardas municipais.	Documento que comprove a vinculação ativa com o serviço de forças de segurança e salvamento ou apresentação de declaração emitida pelo serviço em que atua

Trabalhadores da educação	Todos os professores e funcionários das escolas públicas e privadas do ensino básico (creche, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, profissionalizantes e EJA) e do ensino superior.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa do profissional com a escola ou apresentação de declaração emitida pela escola
Forças Armadas	Membros ativos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a vinculação ativa com força em que atua.
Pessoas em situação de rua	Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros	Autodeclarada e aquelas que se encontram em unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

	públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória, definido no art. 1º do decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.	
Funcionários do sistema de privação de liberdade	Demais funcionários do sistema de privação de liberdade que não tenham sido contemplados nas fases anteriores.	O planejamento e operacionalização da vacinação nos estabelecimentos penais

	População privada de liberdade	População acima de 18 anos em estabelecimentos de privação de liberdade	deverão ser articulados com as Secretarias Estadual e Municipais de Saúde e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, conforme a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)
--	--------------------------------	---	---

	Pessoas com deficiência permanente grave	<p>Para fins de inclusão na população- alvo para vacinação, serão considerados indivíduos com deficiência permanente grave aqueles que apresentem uma ou mais das seguintes limitações:</p> <p>1 - Limitação motora que cause grande dificuldade ou incapacidade para andar ou subir escadas.</p> <p>2 - Indivíduos com grande dificuldade ou incapacidade de ouvir.</p> <p>3- Indivíduos com grande dificuldade ou incapacidade de enxergar.</p> <p>4- Indivíduos com alguma deficiência intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, etc</p>	<p>A vacinação deverá ser realizada por meio de estratégias específicas, seguindo as normas do Ministério da Saúde, a serem planejadas no nível municipal, sendo validada antes pela Secretaria Estadual de Saúde.</p>
--	--	---	--

5ª FASE	Trabalhadores de Transporte Coletivo Rodoviário de Passageiros Urbano e de Longo Curso	Motoristas e cobradores de transporte coletivo rodoviário de passageiros.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de motorista profissional do transporte de passageiros.
	Trabalhadores de Transporte Metroviário e Ferroviário	Funcionários das empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado de empresas metroferroviárias de passageiros e de cargas
	Trabalhadores de Transporte Aéreo	Funcionários das companhias aéreas nacionais, definidos pelo Decreto no 1.232/1962 e pela Lei no 13.475/2017.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado de companhias aéreas nacionais

	Trabalhadores de Transporte Aquaviário	Funcionários das empresas brasileiras de navegação.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove a situação de trabalhador empregado das empresas brasileiras de navegação.
	Caminhoneiros	Motorista de transporte rodoviário de cargas definido no art. 1º, II da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que trata da regulamentação da profissão de motorista.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de motorista profissional do transporte rodoviário de cargas (caminhoneiro).
	Trabalhadores Portuários	Qualquer trabalhador portuário, incluindo os funcionários da área administrativa.	Nessa estratégia será solicitado documento que comprove o exercício efetivo da função de trabalhador.
	Trabalhadores Industriais	Trabalhadores da indústria e construção	Nessa estratégia será solicitado

		civil, conforme Decreto 10.292/2020 e 10.342/2020.	documento que comprove a situação de trabalhador empregado de empresas industriais e de construção civil, como: declarações dos serviços onde atuam, carteira de trabalho, contracheque com documento de identidade, ou crachá funcional.
--	--	--	---

Fonte: CGPNI/DEVIT/SVS/MS

4.3 Período da Campanha de vacinação

A campanha de vacinação tem previsão de ser iniciada em janeiro/2021. As etapas ocorrerão, simultaneamente, em todos os 144 municípios do estado do Pará, e os grupos serão cumulativos no decorrer das etapas definidas.

5. FARMACOVIGILÂNCIA

Frente à introdução de novas vacinas de forma acelerada, usando novas tecnologias de produção e que serão administradas em milhões de indivíduos, pode haver um aumento no número de notificações de Eventos Adversos Pós-vacinação (EAPV). Assim, torna-se premente o fortalecimento dos sistemas de vigilância epidemiológica e sanitária, em especial no manejo, identificação, notificação e investigação de EAPV por profissionais da saúde.

5.1 Precauções e Contraindicações à Administração da Vacina

Como a(s) vacina(s) COVID-19 não puderam ser testadas em todos os grupos de pessoas, pode haver algumas precauções ou contraindicações temporárias até que surjam mais evidências e se saiba mais sobre a(s) vacina(s) e que seja(m) administrada(s) de forma mais ampla a mais pessoas. Após os resultados dos estudos clínicos de fase III, essas precauções e contraindicações poderão ser alteradas.

5.1.1 Precauções Gerais

Em geral, como com todas as vacinas, diante de doenças agudas febris moderadas ou graves, recomenda-se o adiamento da vacinação até a resolução do quadro com o intuito de não se atribuir à vacina as manifestações da doença;

Não há evidências, até o momento, de qualquer preocupação de segurança na vacinação de indivíduos com história anterior de infecção ou com anticorpo detectável pelo SARS-COV-2.

É improvável que a vacinação de indivíduos infectados (em período de incubação) ou assintomáticos tenha um efeito prejudicial sobre a doença. Entretanto, recomenda-se o adiamento da vacinação nas pessoas com infecção confirmada para se evitar confusão com outros diagnósticos diferenciais.

Como a piora clínica pode ocorrer até duas semanas após a infecção, idealmente a vacinação deve ser adiada até a recuperação clínica total e pelo menos quatro semanas após o início dos sintomas ou quatro semanas a partir da primeira amostra de PCR positiva em pessoas assintomáticas.

A presença de sintomatologia prolongada não é contraindicação para o recebimento da vacina, entretanto, na presença de alguma evidência de piora clínica, deve ser considerado o adiamento da vacinação para se evitar a atribuição incorreta de qualquer mudança na condição subjacente da pessoa.

5.1.2 Contraindicações

- Pessoas menores de 18 anos de idade;
- Gestantes, puérperas e lactantes;
- Para aquelas pessoas que já apresentaram uma reação anafilática confirmada a uma dose anterior de uma vacina covid-19;
- Pessoas que apresentaram uma reação anafilática confirmada a qualquer componente da(s) vacina(s).

Atenção: recomenda-se que, antes de qualquer vacinação, seja verificada nas bulas e respectivo(s) fabricante(s), as informações fornecidas por este(s) sobre a(s) vacina(s) a ser(em) administrada(s). Ressalta-se que informações e orientações detalhadas encontram-se no Protocolo de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Eventos Adversos Pós-Vacinação.

5.2 Gerenciamento de Resíduos Provenientes da Vacinação

O gerenciamento de resíduos de serviços de saúde no âmbito do PNI deve estar em conformidade com as definições estabelecidas na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018, que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde e a Resolução Conama nº 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS).

6. VIGILÂNCIA DE EVENTOS ADVERSOS PÓS-VACINAÇÃO (EAPV)

Para o manejo apropriado dos EAPV de uma nova vacina é essencial contar com um sistema de vigilância sensível para avaliar a segurança do produto e dar resposta rápida a todas as preocupações da população relacionados as vacinas.

Estas atividades requerem notificação e investigação rápida do evento ocorrido.

O ciclo de VEAPV é composto por: detecção de casos suspeito de EAPV, notificação, registro em sistema de informação, investigação (exames clínicos, exames laboratoriais etc.) e busca ativa de novos eventos, avaliação das informações, classificação de causalidade, feedback ou retroalimentação oportuna (Figura 3).



Figura 3. Ciclo de Vigilância de Eventos Adversos Pós-Vacinação.

Fonte: Tradução de WHO. Responding to adverse events following COVID-19 2 immunization (AEFIs).

*EAPV: evento adverso pós-vacinação.

6.1 Detecção de casos suspeitos de EAPV

Os eventos adversos pós-vacinação (EAPV) podem ocorrer, sendo a grande maioria deles não graves e autolimitados e, muito raramente, podem ser graves, necessitando de assistência de saúde.

De acordo com as manifestações clínica podem ser locais ou sistêmicas:

- **Manifestações locais:** como dor no local da injeção, eritema e enduração ocorrem em 15% a 20% dos pacientes, sendo benignas autolimitadas geralmente resolvidas em 48 horas.
- **Manifestações sistêmicas:** são benignas, autolimitadas, como febre, mal-estar e mialgia que podem começar de 6 a 12 horas após a vacinação e persistir por um a dois dias, sendo notificadas em menos de 10% dos vacinados. Estas manifestações são mais frequentes em pessoas que não tiveram contato anterior com os antígenos da vacina. A vacinação não agrava sintomas de pacientes asmáticos nem induz sintomas respiratórios.
- **Reações de hipersensibilidade:** reações anafiláticas (hipersensibilidade do tipo I) são extremamente raras e podem ser associadas a qualquer componente da vacina.

6.2 Notificação de EAPV

Todos os eventos adversos deverão ser comunicados pelos profissionais de saúde dentro das primeiras 24 horas de sua ocorrência, através dos sistemas de informações do nível local até o nacional, seguindo o fluxo a seguir (Figura 4).

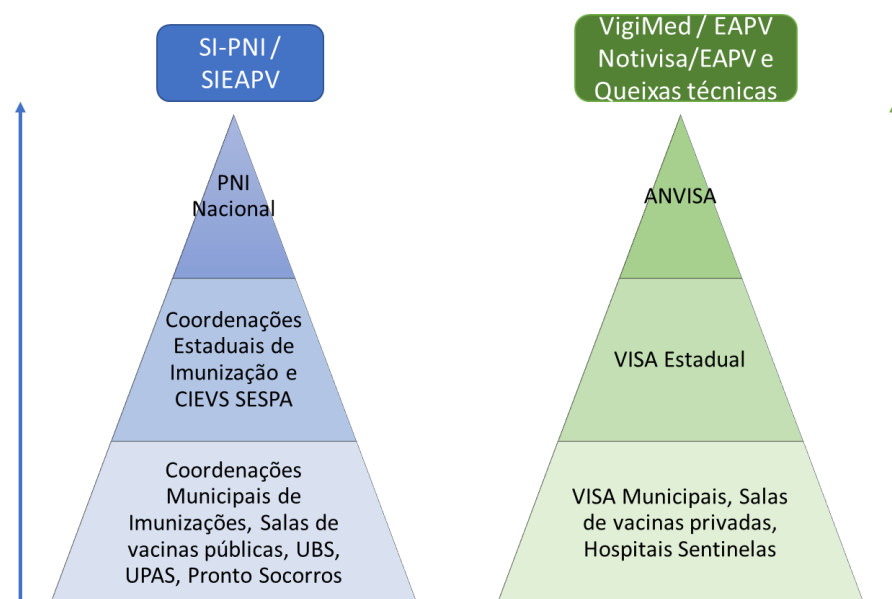


Figura 4. Fluxo de Notificação de Eventos Adversos Pós-Vacinação.

Fonte: PNI/Ministério da Saúde. Adaptada pelo CIEVS SESPA.

É importante destacar que as notificações deverão primar pela qualidade no preenchimento de todas as variáveis contidas na ficha de notificação/investigação.

O sistema eletrônico de notificações de EAPV a ser utilizado pelos notificadores, será o **e-SUS Notifica**.

Na impossibilidade de acesso ao sistema, os notificadores deverão contatar primeiramente à(s) coordenação(ões) de imunização ou a vigilância epidemiológica local, Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS SESPA) ou ainda utilizar o VigiMed ([https:// www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-monitoramento/notificacoes/vigimed/](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/fiscalizacao-e-monitoramento/notificacoes/vigimed/)) para realizar suas notificações (Instituições cadastradas deverão utilizar seu login e senha e as não cadastradas deverão utilizar o e-reporting: <https://primaryreporting.who-c.org/Reporting/Reporter?OrganizationID=BR>).

No caso a impossibilidade de acesso a algum dos sistemas oficiais, enviar a notificação preenchida por e-mail (imunizacao_pa@yahoo.com.br, com cópia para cievs@sespa.pa.gov.br) em até 24 h do EAPV.

A notificação de queixas técnicas das vacinas COVID- 19 deve ser realizada no Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária - Notivisa, disponível em versão eletrônica no endereço: <https://www8.anvisa.gov.br/notivisa/frmllogin.asp> .

6.3 Investigação de Casos Suspeitos de EAPV

Após avaliação inicial onde se verifica a informação, os principais eixos de uma investigação são: os serviços de saúde, a vacina, o usuário, o trabalhador de saúde, os familiares/responsáveis e o trabalho de campo que inclui a descrição das condições socioeconômicas e de moradia. Podem ser necessários procedimentos de observação, entrevistas, revisão de registros e prontuários, inspeção dos serviços de saúde, visitas domiciliares e até necropsias para determinação das possíveis causas determinantes dos eventos, conforme orientação do Protocolo de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Eventos Adversos Pós-vacinação (Ministério da Saúde).

6.4 Avaliação e Classificação de Causalidade

A avaliação de causalidade é o método que avalia o grau de relação entre um medicamento e uma suspeita de reação adversa. Portanto, muitos desafios

estão envolvidos em decidir se um evento adverso foi realmente causado por uma vacinação.

A avaliação de causalidade dos EAPV será realizada pelas Coordenações de Imunização Estaduais e Municipais conforme o fluxo já estabelecido pelo PNI.

7. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES – REGISTRO DE DOSES APLICADAS

Para a campanha nacional de vacinação contra a COVID-19 o registro da dose aplicada, será nominal/individualizado. Os registros deverão ser feitos no **Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) módulo COVID** em todos os pontos de vacinação da rede pública e privada de saúde.

Uma solução tecnológica está em desenvolvimento, por meio do DATASUS, com o objetivo de simplificar a entrada de dados e agilizar o tempo médio de realização do registro do vacinado no SI-PNI módulo Covid, além de considerar aspectos de interoperabilidade com outros Sistemas de Informação e integração com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

Um recurso que será colocado à disposição é o QR-Code para identificar o cidadão a ser vacinado. Este deverá ser gerado pelo próprio cidadão no Aplicativo ConectSUS. Vale destacar que o cidadão que faz parte dos grupos prioritários elegíveis para a vacinação, mas que chegar ao serviço de saúde sem o seu QR-Code em mãos não deixará de ser vacinado. Para isso, o profissional de saúde terá uma alternativa de busca no SI-PNI, pelo CPF e/ou Cartão Nacional de Saúde (CNS), a fim de localizar o cidadão na base de dados nacional de imunização e tão logo avançar para o ato de vacinar e de execução do registro da dose aplicada.

Algumas alternativas de pré-cadastro da população-alvo estão em discussão, tendo em vista que é provável que tenhamos como grupo prioritário categorias profissionais e portadores de comorbidades, e não somente grupos etários.

Bases de dados serão importadas para habilitar o cidadão automaticamente para receber a vacina. Entretanto, caso o cidadão comprove que faz parte do grupo prioritário e não está listado na base de dados do público-alvo, o profissional de saúde poderá habilitá-lo no SI-PNI para receber a vacina.

Importante: A ausência do nome do cidadão na base de dados do público-alvo não deve ser impedimento para ele receber a vacina, desde que comprove que integra algum grupo prioritário.

No caso das salas de vacina que ainda não estiverem informatizadas e/ou sem uma adequada rede de internet disponível, a nova solução tecnológica perde a chance de uso em tempo oportuno. Para essas, o registro deverá ser nominal e individualizado, com registro tardio no Sistema de Informação. Os dados deverão ser coletados e registrados em formulário contendo as nove variáveis mínimas padronizadas. São elas:

- CNES - Estabelecimento de Saúde;
- CPF/CNS do vacinado;
- Data de nascimento;
- Sexo;
- Grupo-alvo (idoso, profissional da saúde, comorbidades, etc.);
- Data da vacinação;
- Nome da Vacina/fabricante;
- Tipo de Dose e;
- Lote/validade da vacina.

Assim sendo, é imperativo que ocorra uma ampla divulgação do App ConectSUS com comunicações direcionadas aos cidadãos, profissionais de saúde e gestores.

Os serviços de vacinação devem implementar o acolhimento com classificação de fluxo de atendimento dos cidadãos que buscam a vacina a fim de estabelecer uma ordem dos grupos prioritários e de seguimento à vacinação. Os fluxos efetivos estão diretamente associados à satisfação e segurança do paciente e do profissional de saúde. Por exemplo: o cidadão que chega aos serviços de vacinação já com o QR-Code em mãos não deverá entrar na fila de espera para receber a vacina de um cidadão que não buscou controle das suas informações de saúde no App ConectSUS.

Deve-se evitar a aglomeração de pessoas nos serviços de saúde. Os gestores e trabalhadores da saúde devem adotar medidas para redução do tempo de espera e realização do procedimento.

7.1 Gestão da Informação

Para a análise e o desempenho da Campanha, informações de doses aplicadas e coberturas vacinais serão visualizadas a partir de um painel de monitoramento. Está previsto a disponibilização de diferentes *Dashboards* automatizado.

8. OPERACIONALIZAÇÃO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO

8.1 Mecanismo de Gestão

No país, o Ministério da Saúde coordena as ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos, aquisição de imunobiológicos, apoio na aquisição de insumos e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS.

As diretrizes e responsabilidades para a execução das ações de vigilância em saúde, entre as quais se incluem as de vacinação, definidas em legislação nacional (Lei nº 6.259/1975) a qual aponta que a gestão das ações é compartilhada pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios. Devem ser pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), tendo por base a regionalização, a rede de serviços e as tecnologias disponíveis.

Destaca-se ainda que, em consonância com a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária RDC nº 197/2017, todo serviço de vacinação possui obrigatoriedade na informação dos dados ao ente Federal, por meio do sistema de informação definido pela CGPNI ou um sistema próprio que interoperar com ele.

8.2 Capacitações

O estado do Pará vai ofertar a capacitação dos 144 municípios para operacionalização da Vacina integrando a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Coordenação Estadual de Imunização.

Está prevista também, a oferta de capacitação voltada para a qualificação de profissionais de saúde do SUS que atuarão nas campanhas de vacinação contra a COVID-19, em especial aos profissionais inseridos na Atenção Primária à Saúde e nas mais de mil salas de vacina existentes no país, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a CGPNI.

8.3 Logística para a Distribuição de Vacinas

A logística para a distribuição da vacina será realizada pela Central Estadual de Imunobiológicos - CEI.

8.3.1 Distribuição de Insumos no Modal Rodoviário

Entrega de carga embalada, em modal rodoviário, tendo apoio da Central Estadual de Imunobiológicos – CEI, nas sedes da Regional de Saúde, para que sejam retiradas pelos municípios pertencentes a ela, sendo a logística de transporte para o município responsabilidade das Secretarias Municipais. O trajeto até as regionais contará com escolta pela Polícia Militar. As Regionais contempladas com este modal são:

- 1º CRS - Belém
- 2º CRS – Santa Izabel do Pará
- 3º CRS - Castanhal
- 4º CRS - Capanema
- 5º CRS – São Miguel do Guamá
- 6º CRS - Barcarena
- 7º CRS - Belém

8.3.2 Distribuição de Insumos no Modal Aéreo (aeronaves e helicópteros)

Entrega de carga embalada, em modal aéreo, tendo apoio do GRAESP, e da Central Estadual de Imunobiológicos – CEI, nas sedes da Regional de Saúde, para que sejam retiradas pelos municípios pertencentes a ela, sendo a logística de transporte para o município responsabilidade das Secretarias Municipais. O trajeto até as regionais contará com escolta pela Polícia Militar. As Regionais contempladas com este modal são:

- 8º CRS - Breves

- 9º CRS - Santarém
- 10º CRS - Altamira
- 11º CRS - Marabá
- 12º CRS – Conceição do Araguaia
- 13º CRS – Cametá

8.3.3 Distribuição de Insumos em áreas de difícil acesso

Entrega de carga embalada, em modal aéreo, tendo apoio do GRAESP, e da Central Estadual de Imunobiológicos – CEI, diretamente nos municípios. O trajeto todo contará com escolta pela Polícia Militar. As regiões e cidades contempladas com este modal são:

- Calha Norte (Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa)
- Marajó (Santa Cruz do Arari, Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure)

8.3.4 Armazenamento

Com o objetivo de manter a confiabilidade da temperatura de armazenamento dos Imunobiológicos nas diversas unidades de rede de frio orienta-se o registro da temperatura em mapas de controle, no início e término do expediente.

Os sensores aplicados à medição devem ser periodicamente calibrados e certificados por Laboratórios de Calibração da Rede Brasileira de Calibração do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

Adicionalmente, para a garantia do desempenho dos equipamentos de armazenamento e das condições de manuseio dos Imunobiológicos é convencionado o uso de ar-condicionado nos ambientes.

No que se refere à segurança do funcionamento dos equipamentos, para preservação das condições de armazenamento, a depender da unidade de rede de frio, recomenda-se o emprego de geradores de energia elétrica, nobreak, ou ainda câmaras refrigeradas com autonomia de 72 horas ou em conformidade com o plano de contingência local. Observadas todas as medidas de segurança adotadas

em orientação única à Rede de Frio Estadual, nos casos de ocorrência de mau funcionamento no abastecimento de energia elétrica e/ou exposição dos Imunobiológicos, ou ainda constatação de desvio da qualidade dos imunobiológicos da rede é orientado o registro em formulário padronizado em banco unificado para registro do histórico dos produtos, desde a aquisição até a administração.

8.4 Estratégias de Vacinação

Com o intuito de evitar aglomerações e manter a organização nos estabelecimentos de saúde com salas de vacina que irão disponibilizar as doses para a população são sugeridas algumas estratégias de vacinação da população prioritária conforme as fases da campanha:

- Disponibilizar um calendário de acordo com o mês de nascimento, distribuídos em 12 dias, sendo um dia para cada mês do ano, para que a população-alvo seja organizada ou se desloque até as unidades de saúde no dia da semana correspondente ao seu mês de nascimento, exemplo:

DIAS DA SEMANA	MÊS DE NASCIMENTO
1 DIA	Janeiro
2 DIA	Fevereiro
3 DIA	Março
4 DIA	Abril
5 DIA	Maio
6 DIA	Junho
7 DIA	Julho
8 DIA	Agosto
9 DIA	Setembro
10 DIA	Outubro
11 DIA	Novembro
12 DIA	Dezembro

- Importante disponibilizar uma tabela com a população-alvo sinalizando os locais de vacinação e como será o acesso à vacina durante a campanha.
- Essa estratégia é recomendada aos municípios com maior população a ser vacinada, onde há maior possibilidade de aglomeração. Os municípios que se sentirem confortáveis em seguir outro calendário, poderão fazer, desde que evitem situações com aglomeração.

8.5 Orçamento para Operacionalização da Vacina

Para a execução da vacinação contra a COVID-19, os recursos financeiros federais administrados pelo Fundo Nacional de Saúde serão repassados pelo Ministério da Saúde aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e serão organizados e transferidos fundo a fundo, de forma regular e automática, em conta corrente específica e única e mantidos em instituições oficiais federais conforme dispõe a Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que versa sobre as regras sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS.

O Governo Estadual como contra partida está disponibilizando orçamento para viabilização logística do transporte das vacinas e insumos às regionais de saúde, além de arcar com as publicidades da campanha no Estado.

9. COMUNICAÇÃO

A comunicação social tem papel fundamental nas campanhas de vacinação, principalmente para esclarecer dúvidas e comunicar informações à população em geral do Pará, como as etapas de vacinação e quando elas ocorrerão, qual será o público-alvo, como será desenvolvida a imunização e aonde ir para se vacinar. Essas informações devem atingir todos os públicos, classes sociais e níveis de instrução, levando em consideração, também, os formatos de divulgação, tendo em vista as peculiaridades do território paraense.

Sendo assim, é necessário realizar uma comunicação em tempo hábil, com clareza e transparência, visando incentivar a busca da população pela imunização, desmistificando informações equivocadas sobre a vacina e sua eficácia. Busca-se, com isso, obter a maior cobertura vacinal possível e arrefecer a contaminação pela

Coivd-19, além de reduzir seus impactos e a gravidade da doença, resultando no fim da pandemia.

A campanha de comunicação sobre a vacinação tem por finalidade informar, mobilizar, alertar, incentivar e orientar os paraenses sobre a necessidade de realizarem a imunização; explicar como se dará a logística e a distribuição das vacinas aos municípios; ressaltar quais as competências de cada esfera (estadual e municipal), de acordo com o estabelecido pela legislação do SUS, gerando maior aderência da população ao imunizante; entendimento dos veículos de comunicação sobre o tema, buscando a parceria deles para a comunicação da campanha, além de demonstrar todo o trabalho que vem sendo feito pelo Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), em mais uma etapa de combate ao coronavírus.

A publicidade deverá seguir o mesmo cronograma e processos da vacinação. Iniciando com a fase de abastecimentos de insumos disponíveis, bem como a divulgação de novas etapas para aquisição de mais material, informar sobre a previsão de chegada e o aparato mobilizado para executar a logística e a distribuição das vacinas aos 13 Centros Regionais de Saúde, de onde caberá aos municípios a retirada dos imunizantes; posteriormente informar qual será o público-alvo da primeira fase de vacinação e quem fará parte dos grupos prioritários. Na sequência, divulgar, a partir de informações repassadas pelos municípios, quantos e quais serão os postos de vacinação, por fim, manter a população e imprensa informadas quanto a cobertura vacinal.

A campanha de vacinação está sendo criada a partir de todos os argumentos listados anteriormente e cumprirá algumas etapas. São elas:

Etapa 1 - Campanha de informação sobre a chegada, a logística e a distribuição da vacina para a população paraense, de forma célere, segura e eficiente.

Etapa 2 - Campanha de informação sobre a importância da vacinação, públicos prioritários e demais, dosagens, locais e competências de cada esfera (estadual e municipal). Essa etapa será iniciada assim que se tenha a definição, por parte da Anvisa e Ministério da Saúde, sobre a validação dos imunizantes, com o início da distribuição das vacinas aos estados.

9.1 Público-alvo x objetivos de comunicação

- População geral – garantir a informação a toda população do Pará quanto a importância e segurança da vacinação, fases de vacinação e grupos prioritários, garantindo entendimento e aderência ao processo.
- Profissionais de Saúde – informar sobre a vacinação e relevância do trabalho dos profissionais da saúde em todas as fases de imunização, buscando fortalecer as ações do sistema de saúde. Além de deixar claro que esses profissionais farão parte da primeira etapa de vacinação.
- Gestores da rede pública – mantê-los informados e garantir equidade para o recebimento das vacinas.
- Gestores e profissionais da saúde da rede privada – mantê-los informados quanto à inclusão desses profissionais na primeira fase da vacinação, já que fazem parte dos grupos prioritários.
- Redes Sociais da Sespa, Governo, Agência Pará e Site da Sespa – ser uma fonte segura e periódica de informação para a população, bem como os veículos de imprensa.

9.2 Mensagens-chave

- O sistema de saúde pública do Estado está preparado para atender a população paraense, de modo a garantir a vacina para todos os cidadãos com segurança;
- As etapas da vacinação contra a COVID-19 vão obedecer a uma ordem lógica e estratégica para garantir, desta forma, a eficácia da campanha;
- O Sistema Único de Saúde (SUS) garante a segurança e a eficácia dos imunizantes.
- Busca-se com a vacina, diminuir a transmissão da infecção na comunidade, proteger os grupos que possuem maior risco de contaminação com agravamento da doença e, gradativamente, diminuir e até controlar, os casos da COVID-19.

9.3 Medidas estratégicas

Faz-se necessário, dentro do plano de comunicação, criar medidas estratégicas que ajudarão na divulgação de informações, assim como no atendimento aos veículos de imprensa. Para isso pretende-se:

- Definir porta-vozes com experiência sobre o assunto, nos diferentes níveis de gestão, e que estejam aptos a atender as solicitações acerca do assunto.
- Manter o fluxo contínuo de comunicação com a imprensa para informar sobre o cenário da vacinação e quaisquer outros assuntos relacionados.
- Criar e divulgar materiais informativos sobre a(s) vacina(s) aprovada(s), por meio de canais diretos de comunicação (VT, Spot, Outdoor, Matérias), para a população, profissionais de saúde e imprensa.
- Publicar, periodicamente, nos meios de comunicação e redes sociais oficiais, informações atualizadas sobre a vacinação.
- Monitorar redes sociais para esclarecer rumores, boatos e informações equivocadas que surgirem, combatendo a disseminação de notícias falsas (fake news) sobre a campanha e a vacinação, assim como refuta-las com informações verdadeiras e comprovadas.
- Disponibilizar à sociedade, peças publicitárias a serem veiculadas nas redes sociais e nos diversos meios de comunicação.
- Estar disponível às assessorias de comunicação das secretarias municipais de saúde para fornecer dados atualizados, desenvolver parcerias e ações que levem à população, de modo mais próximo, às informações sobre a campanha.
- Fornecer à população e à imprensa informações atualizadas sobre o andamento da campanha.

9.4 Campanha Publicitária

9.4.1 Primeira etapa

Compreende a etapa de divulgação sobre a chegada da vacina, distribuição para os municípios e informações sobre os primeiros grupos a serem

vacinados, assim como, que a imunização ocorrerá com a aplicação de duas doses.

O Governo Estadual, por meio da Sespa, garantirá que os municípios estarão abastecidos para a primeira fase da campanha de vacinação contra a COVID-19.

Mote:

- “Vacina Por Todo o Pará – Campanha estadual de imunização contra a COVID-19”.

Palavras chaves:

- Vacina
- Imunização
- Prevenção
- Grupos prioritários
- Abastecimento
- Saúde
- COVID-19
- Coronavírus

9.4.2 Segunda etapa

Conforme as orientações sobre os próximos grupos prioritários, determinados no Plano Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde, essa fase corresponde a vacinação das demais pessoas. Desta forma, essa etapa orientará estes grupos a procurar os locais de vacinação de seus municípios para a vacinação. Em paralelo, ocorrerá a aplicação da segunda dose dos grupos prioritários já vacinados na primeira etapa.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. RDC nº430 de 8 de outubro de 2020 “Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos”. Brasil, 2020.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Guia sobre os requisitos mínimos para submissão de solicitação de autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, de vacinas Covid-19. Guia no 42/2020 – versão 1. [s.l: s.n.].

BRASIL et al. Relatório Técnico – Monitoramento de vacinas em desenvolvimento contra Sars-CoV-2. 2020.

BRASIL, Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dispõe sobre o registro de produtos biológicos novos e produtos biológicos e dá outras providências. Resolução – RDC nº55, de 16 de dezembro de 2010. Publicada no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2010)

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. RDC Nº 222/18/ANVISA publicada em 28 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde. Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana. RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017 – Diário Oficial da União Brasília: Ministério da Saúde, publicada nº 248, de 28 de dezembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Vigilância Epidemiológica de Eventos Adversos Pós-Vacinação. 3ª edição. Brasília: Ministério da Saúde. 2014.

FERGUSON NM, Laydon D, Nedjati-gilani G, Imai N, Ainslie K, Baguelin M, et al. Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID- 19 mortality and healthcare demand. 2020; (March).

FIGLIOZZI, Stefano et al. Predictors of adverse prognosis in COVID-19: A systematic review and meta-analysis. *European journal of clinical investigation*, p.e13362, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/eci.13362>

GAMALEYA RESEARCH INSTITUTE OF EPIDEMIOLOGY AND MICROBIOLOGY; HEALTH MINISTRY OF THE RUSSIAN FEDERATION. NCT04587219 - The Study of "Gam-COVID-Vac" Vaccine Against COVID-19 With the Participation of Volunteers of 60 y.o and Older.

GAMALEYA RESEARCH INSTITUTE OF EPIDEMIOLOGY AND MICROBIOLOGY; HEALTH MINISTRY OF THE RUSSIAN FEDERATION. NCT04564716 - Clinical Trial of Efficacy, Safety, and Immunogenicity of Gam-COVID-Vac Vaccine Against COVID-19 in Belarus. *ClinicalTrials.gov*, 2020.

GAO, Q. et al. Development of an inactivated vaccine candidate for SARS-CoV-2. *Science*, v. 369, n. 6499, p. 77–81, 3 Jul. 2020.

GAVI THE VACCINE ALLIANCE. Respondendo ao COVID-19. Disponível em: <<https://www.gavi.org/covid19>>.

GOLD, Morgan Spencer et al. COVID-19 and comorbidities: a systematic review and meta-analysis. *Postgraduate. Medicine*, p. 1-7, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00325481.2020.1786964>

O SUL. Empresa farmacêutica faz acordo para produção da vacina da Universidade de Oxford na China. Disponível em: <<https://www.osul.com.br/empresa-farmacauticafazacordo-para-producao-da-vacina-da-universidade-de-oxford-na-china/>>.

OPAS/OMS. Modelo de valores do SAGE OMS para alocação e priorização de vacinação contra a COVID-19. Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas em Imunização. OPAS-W/BRA/PHE/COVID-19/20-116 Organização Mundial da Saúde. Orientações para o planejamento da introdução da vacina contra a COVID-19. OPAS, Versão 1: 10

PAÍS, EL. Argentina e México produzirão vacina de Oxford para a América Latina. Brasil já tem acordo próprio. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-0813/argentina-e-mexico-produzirao-vacina-deoxford-para-a-america-latina-brasil-ja-temacordo-proprio.html>>.

SADOFF, J. et al. Safety and immunogenicity of the Ad26.COV2.S COVID-19 vaccine candidate: interim results of a phase 1/2a, double-blind, randomized, placebo-controlled trial. *medRxiv*, p. 1–28, 2020. SAHIN, U. et al. Concurrent human antibody and TH1 type T-cell responses elicited by a COVID-19 RNA vaccine. *medRxiv*, p. 2020.07.17.20140533, 2020.

Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará. Plano de Contingência Estadual para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus atualizado em 01/01/2020: Infecção pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV).

Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO atualizado em 08/01/2021: Infecção pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV).

SCHALKE, T. et al. Developing mRNA-vaccine technologies. RNA Biology, v. 9, n. 11, p. 1319–1330, 27 Nov. 2012.

WHO. Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard. <https://covid19.who.int/> com acesso em 26 de novembro de 2020.

WHO. COVID-19 Vaccines: Safety Surveillance Manual. Module: Establishing active surveillance systems for adverse events of special interest during COVID-19 vaccine. https://www.who.int/vaccine_safety/committee/Module_AESI.pdf?ua=1

WHO. COVID-19 Vaccines: Safety Surveillance Manual. Module: Responding to adverse events following COVID-19 immunization (AEFIs). https://www.who.int/vaccine_safety/committee/Module_AEFI.pdf?ua=1

WHO. Global Advisory Committee on Vaccine Safety, 27-28 May 2020. https://docs.google.com/spreadsheets/d/1eQf2TXXPi4Y3U1zFSo2j0pyp73gagdJx4pVMy_qXCk/edit#gid=0

WÖLFEL, R. et al. Virological assessment of hospitalized patients with COVID-2019. Nature, v. 581, n. 7809, p. 465–469, 1 May 2020.

WHO. DRAFT landscape of COVID-19 candidate vaccines 2 October 2020. Disponível em <https://www.who.int/publications/m/item/draft-landscape-of-Covid-19-candidatevaccines>. Consulta em 12 de novembro de 2020. Destas 48 vacinas em fase clínica quatro encontram-se em estudos no Brasil (Oxford, Corona Vac, Pfizer e Wyeth e Johnson & Johnson).

ANEXO 1 – Descrição das comorbidades incluídas como prioritárias para vacinação contra a covid-19



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

INFORME TÉCNICO CONJUNTO SESPA E SEGUP

Belém, 05 de março de 2021.

ASSUNTO: Justificativas epidemiológicas e práticas para inclusão de parte do contingente da Segurança Pública na 2ª fase do PPV/COVID.

Considerando a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde em monitorar os casos e óbitos por COVID-19 de residentes do Estado e compromisso em manter os dados atualizados e qualificados, foi elaborado este documento com finalidade de evidenciar o resultado da consulta ao banco de dados do Sistema de Monitoramento de COVID-19 do Estado do Pará – PRODEPA, sobre casos e óbitos de trabalhadores da segurança, a fim de justificar a inclusão de parte deste grupo na 2ª fase do Plano Paraense de Vacinação – PPV/COVID.

Desde o início da pandemia, os profissionais de segurança pública foram afetados pela infecção por coronavírus, tendo sido registrado casos confirmados em todos os meses do ano, atingido diversas categorias dos profissionais da segurança e por vezes causando óbitos, levando a baixas nos contingentes das corporações, as quais tem grande dificuldade de reposição, dado ao treinamento especializado necessário para formação desses profissionais por parte do estado (tabela abaixo).

EM 09/03/2021 13:33 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 7DD7F4BA974AFA3_FED01C238A7C2CB_C032F064DF93A0B_499B9442BEC21B9 ASSINADO ELETRONICAMENTE POR MAIS DE UM USUÁRIO (Lei 11.419/2006)



Tv. Lomas Valentina, 2.190, Belém - PA, 66035-045
Fone: (91) 4006-4812 • cievs@sespa.pa.gov.br
www.saude.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 2ACBC3E.2DA7.EAD.D3C6C92407A16055C6
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/262602 Anexo/Sequencial: 1



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Tabela 1: Distribuição de casos e óbitos por COVID-19 de profissionais da segurança, de 01/03/2020 a 02/03/2021, PA.

Período	Casos	Óbitos
mar/20	45	0
abr/20	922	6
mai/20	1.067	9
jun/20	454	2
jul/20	226	4
ago/20	175	1
set/20	98	1
out/20	91	0
nov/20	72	0
dez/20	92	3
jan/21	132	3
fev/21	51	3
TOTAL	3.425	32

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19

De acordo com os dados disponíveis no painel de monitoramento estadual de Covid-19, foram registrados até o momento 3.400 casos e 32 óbitos confirmados de COVID-19 em profissionais da segurança, cadastrados pelas unidades notificadoras, no período de 01/03/2020 a 02/03/2021. O quantitativo de casos destes profissionais representa cerca de 0,94% do total de infectados no estado e 0,38% do total de óbitos.

Quanto ao critério de confirmação dos casos que vieram a óbito, 66% foi laboratorial, 28% teste rápido e 6% por critério clínico-epidemiológico. Quanto ao sexo, 29 óbitos foram do sexo masculino e 3 do sexo feminino.

Tabela 2: Distribuição de óbitos por COVID-19 de profissionais da segurança, segundo critério de confirmação, de 01/03/2020 a 02/03/2021, PA.

Critério de Confirmação	Óbitos
Clínico-epidemiológico	2
Laboratório	21
Teste Rápido	9
Total Geral	32

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19



Tv. Lomas Valentina, 2.190, Belém - PA, 66035-045
Fone: (91) 4006-4812 • cievs@sespa.pa.gov.br
www.saude.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 2ACBC3E.2DA7.EAD.D3C6C92407A16055C6
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/262602 Anexo/Sequencial: 1

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: MATEUS DE OLIVEIRA (Lei 11.419/2006)
EM 09/03/2021 13:33 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 7D07E4B5-97A0PA.FE0501C230A7C2CB.C032F06D40F93A0B.A99B94420EEC21B9



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Com base nos dados apresentados acima, foi possível inferir cálculo de prevalência de profissionais da segurança afetados pela doença, onde o resultado é de uma incidência de 97,76 casos a cada mil profissionais que compõe os OSP do estado do Pará. A letalidade é de 0,94 óbito a cada 100 infectados. Trabalhadores da segurança possuem incidência e letalidade maiores quando comparados a outras classes de trabalhadores que exercem atividades essenciais de manutenção do bem estar social e combate a pandemia do novo coronavírus, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Classificação	Casos	Incidência	Óbitos	Letalidade
Trabalhadores da saúde	18.111	105,49	153	0,84
Trabalhadores da segurança	3.400	115,18	32	0,94

Fonte: Sistema de Monitoramento de COVID-19; Relatório Informativo Diprev - 02 Março 2021;

De acordo com relatório informativo técnico apresentado pela Diretoria de Prevenção Social da Violência e da Criminalidade DIPREV, do dia 02 março 2021, os Órgãos de Segurança Pública (OSP), compostos pela SEGUP, CPCRC, PMPA, DETRAN, CBMPA, SEAP, PC, PF, PRF, CM e FN, representam um efetivo total de 29.520 profissionais e, ainda, de acordo com o relatório, o Estado possui 2.886 casos confirmados de COVID-19 em profissionais de OSP's.

Conforme os dados apresentados pelo monitoramento da Diretoria de Prevenção Social da Violência e da Criminalidade- DIPREV, através do Comitê de Saúde do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social -SIEDS, os dados dos óbitos por COVID-19, em todo o Estado do Pará, chegam a 56 casos confirmados e 63 casos suspeitos. Os números alarmantes de óbitos ultrapassam um quantitativo equivalente a um Grupamento completo do Corpo de Bombeiros ou ao somatório de delegacias instaladas em municípios como Itaituba, Altamira, Redenção ou São Félix do Xingu.

Conforme os dados apresentados nas tabelas 3 e 4, a Polícia Militar do Estado do Pará apresenta o maior número absolutos de óbitos, entretanto, quando comparado à



Tv. Lomas Valentina, 2.190, Belém - PA, 66035-045
Fone: (91) 4006-4812 • cievs@sespa.pa.gov.br
www.saude.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 2ACBC3E.2DA7.EAD.D3C6C92407A16055C6
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/262602 Anexo/Sequencial: 1

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: MATEUS DE OLIVEIRA [Lei 11.419/2006]
EM 09/03/2021 13:33 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 7D7F4E8A970A2FA1FBD51C230A7C2CB C032F06D40F93A0B A99B94420EEC21B9



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

proporção pelo quantitativo total do efetivo, a Polícia Civil do Pará destaca-se com a proporção de 0,82%, seguida do Corpo de Bombeiros com 0,18%.

Somente pela equipe de saúde do SIEDS, responsáveis pelas testagens rápidas para COVID-19, foram confirmados 2.886 casos. Em média, o coeficiente determinante no Brasil equivale a $R^2 = 0,95$. Considerando-se as subnotificações e os números de testes realizados e não informados em outros laboratórios particulares e públicos (principalmente com a realização do teste PCR), o quadro da segurança pública poderá chegar a proporções aproximadas de 6.500 agentes infectados apenas para a pequena parcela devidamente relatada à DIPREV. Na prospecção do cenário atual, considerando-se uma amostra dos casos confirmados, as tendências diagnosticadas pela equipe de testagem poderão aumentar em 03 (três) vezes o valor do número de óbitos, conforme os simuladores matemáticos abaixo.

Tabela 3: Controle das testagens COVID-19 por órgãos do SIEDS. Atualizado em 02 de março de 2021 às 20h00

	SEGUP	PMPA	PC	CBM	DETRAN	CPC RC	SEAP	TOTAL
EFETIVO	784	16.540	3.170	2.681	301	948	4.228	28.652
AFASTADOS	15	23	322	175	3	-	57	595
SUSPEITOS	8	995	52	120	-	26	19	1220
REALIZADOS	335	2.160	1.255	1.487	96	157	891	6381
DESCARTADOS	217	1.195	835	942	50	84	359	3682
CONFIRMADOS	118	965	420	545	47	73	686	2854
RETORNO	35	4.658	54	57	12	0	1715	6531
ÓBITOS POR COVID-19	1	15	14	9	5	2	8	54
ÓBITOS SUSPEITOS	0	51	12	0	0	0	0	63

Fonte: DIPREV/SEGUP



Tv. Lomas Valentina, 2.190, Belém - PA, 66035-045

Fone: (91) 4006-4812 • cievs@sespa.pa.gov.br

www.saude.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 2ACBC3E.2DA7.EAD.D3C6C92407A16055C6
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/262602 Anexo/Sequencial: 1

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: MATEUS DE OLIVEIRA (Lc41.11.419/2006)
EM 09/03/2021 13:33 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 70D7F4E8F9A0A0A.FB0501C330A7C2CB.C032F06D40F93A0B.A99B94420BEC21B9

Tabela 4: Controle Geral das testagens das demais forças de Segurança Pública.
Atualizado em 02 de março de 2021 às 20h00

Controle por OSP	PF	PRF	FN	CASA MILITAR	TOTAL
EFETIVO	390	407	71	-	868
AFASTADOS	6	53	18	-	77
SUSPEITOS	38	6	0	0	44
REALIZADOS	37	19	27	12	95
DESCARTADOS	18	14	20	11	63
CONFIRMADOS	19	5	7	1	32
RETORNO	55	0	1	0	56
ÓBITOS POR COVID-19	2	0	0	0	2
ÓBITOS SUSPEITOS	0	0	0	0	0

Fonte: DIPREV/SEGUP

Até a presente data, segundo a DIPREV, 21 profissionais de segurança morreram em confrontos no ano de 2020, indicando que ocorreram mais óbitos por COVID-19 (32 óbitos segundo o Portal de Monitoramento e 119 segundo a DIPREV) do que em combate armado, sugerindo um alerta da exposição destes profissionais de contrair o vírus por exercer atividades de risco.

- Considerações finais

De acordo com a lei que institui o Sistema Único de Segurança Pública e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, os trabalhadores de segurança se configuram como uma força importante de trabalho na sociedade, com finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública.



Tv. Lomas Valentina, 2.190, Belém - PA, 66035-045

Fone: (91) 4006-4812 • cievs@sespa.pa.gov.br

www.saude.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 2ACBC3E.2DA7.EAD.D3C6C92407A16055C6
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/262602 Anexo/Sequencial: 1



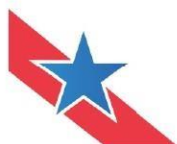
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

Essa força de trabalho é primordial para garantir atividades especiais que não podem parar como as unidades de resgates, serviço de salvamento, combate a incêndios, prevenção no trânsito, bombeiros de aeródromo, atendimentos em delegacias e o controle social através do cumprimento de medidas restritivas à circulação de pessoas e as normas estabelecidas ao funcionamento de estabelecimentos comerciais e de lazer (Restaurantes, bares e outros espaços coletivos), de acordo com a classificação de risco sanitário adotado pelo governo, que embasam as estratégias de contingenciamento à pandemia da COVID-19, como a vigente atualmente em nosso estado. Enfim, as forças de segurança pública apresentam não apenas um risco potencial a exposição, mas sim, um risco real de contaminação por obrigação legal do Estado e, se o referido Estado obriga o agente a cumprir suas atividades especiais ele tem a obrigação legal de protegê-lo.

Rômulo Rodovalho Gomes
Secretário de Estado de Saúde Pública

Ualame Machado
Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: MATEUS DE OLIVEIRA (Lei 11.419/2006)
EM: 09/03/2021 13:33 (Hora Local) - Aut. Última Assinatura: 7DD7F4E897A0AFA0.FB0B01C230A7C2CB.C032F06D40F93A0B.A99B94420BEC21B9



Tv. Lomas Valentina, 2.190, Belém - PA, 66035-045
Fone: (91) 4006-4812 • cievs@sespa.pa.gov.br
www.saude.pa.gov.br

Identificador de autenticação: 2ACBC3E.2DA7.EAD.D3C6C92407A16055C6
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
Nº do Protocolo: 2021/262602 Anexo/Sequencial: 1

ANEXO 2 – Descrição das comorbidades incluídas como prioritárias para vacinação contra a covid-19

Grupo de comorbidades	Descrição
Diabetes melitus	Qualquer indivíduo com diabetes
Pneumopatias crônicas graves	Indivíduos com pneumopatias graves incluindo doença pulmonar obstrutiva crônica, fibrose cística, fibroses pulmonares, pneumoconioses, displasia broncopulmonar e asma grave (uso recorrente de corticoides sistêmicos, internação prévia por crise asmática).
Hipertensão Arterial Resistente (HAR)	HAR= Quando a pressão arterial (PA) permanece acima das metas recomendadas com o uso de três ou mais anti-hipertensivos de diferentes classes, em doses máximas preconizadas e toleradas, administradas com frequência, dosagem apropriada e comprovada adesão ou PA controlada em uso de quatro ou mais fármacos anti-hipertensivos
Hipertensão arterial estágio 3	PA sistólica ≥ 180 mmHg e/ou diastólica ≥ 110 mmHg independente da presença de lesão em órgão-alvo (LOA) ou comorbidade
Hipertensão arterial estágios 1 e 2 com LOA e/ou comorbidade	PA sistólica entre 140 e 179mmHg e/ou diastólica entre 90 e 109mmHg na presença de lesão em órgão-alvo (LOA) e/ou comorbidade
Insuficiência cardíaca (IC)	IC com fração de ejeção reduzida, intermediária ou preservada; em estágios B, C ou D, independente de classe funcional da New York Heart Association
Cor-pulmonale e Hipertensão pulmonar	Cor-pulmonale crônico, hipertensão pulmonar primária ou secundária

Cardiopatia hipertensiva	Cardiopatia hipertensiva (hipertrofia ventricular esquerda ou dilatação, sobrecarga atrial e ventricular, disfunção diastólica e/ou sistólica, lesões em outros órgãos-alvo)
Síndromes coronarianas	Síndromes coronarianas crônicas (Angina Pectoris estável, cardiopatia isquêmica, pós Infarto Agudo do Miocárdio, outras)
Valvopatias	Lesões valvares com repercussão hemodinâmica ou sintomática ou com comprometimento miocárdico (estenose ou insuficiência aórtica; estenose ou insuficiência mitral; estenose ou insuficiência pulmonar; estenose ou insuficiência tricúspide, e outras)
Miocardiopatias e Pericardiopatias	Miocardiopatias de quaisquer etiologias ou fenótipos; pericardite crônica; cardiopatia reumáticas
Doenças da Aorta, dos Grandes Vasos e Fístulas arteriovenosas	Aneurismas, dissecções, hematomas da aorta e demais grandes vasos
Arritmias cardíacas	Arritmias cardíacas com importância clínica e/ou cardiopatia associada (fibrilação e flutter atriais; e outras)
Cardiopatias congênita no adulto	Cardiopatias congênitas com repercussão hemodinâmica, crises hipoxêmicas; insuficiência cardíaca; arritmias; comprometimento miocárdico.
Próteses valvares e Dispositivos cardíacos implantados	Portadores de próteses valvares biológicas ou mecânicas; e dispositivos cardíacos implantados (marca-passos, cardiodesfibriladores, ressincronizadores, assistência circulatória de média e longa permanência)
Doença cerebrovascular	Acidente vascular cerebral isquêmico ou hemorrágico; ataque isquêmico transitório; demência vascular
Doença renal crônica	Doença renal crônica estágio 3 ou mais (taxa de filtração glomerular < 60 ml/min/1,73 m ²) e síndrome nefrótica.
Imunossuprimidos	Indivíduos transplantados de órgão sólido ou de medula óssea; pessoas vivendo com HIV e CD4 <350 células/mm ³ ; doenças reumáticas imunomediadas sistêmicas em atividade e em uso de dose de prednisona ou equivalente > 10 mg/dia ou recebendo

	pulsoterapia com corticoide e/ou ciclofosfamida; demais indivíduos em uso de imunossupressores ou com imunodeficiências primárias; pacientes oncológicos que realizaram tratamento quimioterápico ou radioterápico nos últimos 6 meses; neoplasias hematológicas.
Anemia falciforme	Anemia falciforme
Obesidade mórbida	Índice de massa corpórea (IMC) ≥ 40
Síndrome de down	Trissomia do cromossomo 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL
DE SAÚDE

TRAV. SETE DE SETEMBRO 611 – BAIRRO: SANTA CLARA- CEP: 68005-590 – FONE: 2101-0100 –
SANTARÉM/PA.

Plano Operacional da estratégia de vacinação do COVID -19

Santarém
13/01/2021

BRASIL. Vigilância em Saúde: Vigilância epidemiológica. Plano Operacional da estratégia de vacinação do COVID -19 Santarém: DIVISA, 2021.

Palavras-chave: Brasil/ Epidemiologia/ Farmacovigilância/ Covid19/ Prevenção e Controle/ Vacina/ Vigilância

Epidemiológica/Vigilância Sanitária/Vigilância em Saúde.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagem dessa obra é das áreas técnicas da Secretaria de Vigilância em Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Santarém/Pará).

Coordenação da Edição:

Jair Bolsonaro – Presidente da República

Francisco Nélio Aguiar – Prefeito Municipal

Marcela Tolentino – Secretária Municipal de Saúde

João Alberto Pereira Coelho – Diretor da Vigilância em Saúde

Maria Lira Santana– Coordenadora da Vigilância Epidemiológica.

Maria do Desterro Lira- Coordenadora Divisão Técnica

Antônia Sueleide Bonfim- Coordenadora do DAB

Walter Matos Junior- Coordenação da Vigilância Sanitária

Alailson Jocivan A. Muniz- Coordenação da ASCON

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a Enfermeira Maria Lira Santana, Luana Almeida dos Santos, Ligia Procópio Diniz, Agente Administrativo- Junior Martins e Franciane Brito Cardoso que contribuíram para a elaboração deste projeto.

Equipe da Vigilância Epidemiológica de Santarém

APRESENTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santarém por meio da Coordenação de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA. Com base no Programa Nacional de Imunizações (PNI), realizará a campanha para vacinação contra o Covid 19.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, declarou como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) o surto de uma nova doença (Covid-19) causada por um novo Coronavírus - SARS-CoV-2 e, em 12 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia, a qual está sendo considerada um dos eventos mais impactantes da história moderna com uma séria ameaça à saúde pública global.

Há muito tempo prevista por especialistas nas áreas de doenças infecciosas e saúde pública global, esta pandemia chegou e trouxe uma parada abrupta à vida que estávamos acostumados. Esse vírus provou ser um poderoso ‘golpe’ para a saúde pública dos mais diversos países, que passaram a lutar para cuidar da população, em especial os seus profissionais de saúde. Para tornar esse cenário ainda mais desafiador, graves impactos para a economia global foram sentidos, cujos efeitos perdurarão mesmo após o controle dos surtos da doença.

Até o momento, não existem medicamentos antivirais específicos e nem tampouco vacinas para prevenir ou tratar a covid-19. Porém, o mundo espera ter em breve vacinas que são consideradas como uma das medidas mais custo-efetivas para o controle de uma pandemia e redução do seu impacto na saúde, na economia e na sociedade em geral.

Dessa forma, entende-se que somente uma vacina eficaz e segura será capaz de permitir uma retomada completa das atividades econômicas e evitar milhões de óbitos no mundo.

INTRODUÇÃO

A prevenção de doenças infecciosas mediante a vacinação é considerada um dos maiores sucessos em saúde pública e uma das medidas mais seguras e de melhor relação custo-efetividade para os sistemas de saúde. As práticas de vacinação programada e organizada têm permitido evitar milhões de óbitos e incapacidades ao longo da história, controlando a evolução de várias doenças como a poliomielite em várias regiões do planeta e a rubéola e Síndrome da Rubéola Congênita alcançada pelo Brasil em 2009.

A imunização atualmente evita 2-3 milhões de mortes todos os anos, globalmente, por doenças como difteria, tétano, coqueluche, influenza e sarampo. Em geral, as vacinas estão entre os medicamentos mais seguros para o uso humano, proporcionando amplos benefícios à saúde pública de um país. Entretanto, como qualquer outro medicamento, não são isentas de riscos. Neste sentido, vários países mantêm sistemas de vigilância de eventos adversos pós-vacinação (VEAPV), com a finalidade de subsidiar a adoção de medidas de segurança oportunas que assegurem a melhor relação benefício-risco para a população vacinada.

Até o momento existem vacinas para prevenir mais de 20 doenças e o trabalho está em andamento, a uma velocidade sem precedentes, para tornar uma doença evitável por vacina. Disponibilizar uma vacina para a Covid-19 é reconhecida como uma importante ferramenta para o controle da pandemia. Ao mesmo tempo, os desafios e esforços necessários para desenvolver, avaliar e produzir rapidamente essas vacinas em escala são enormes. É vital avaliar o maior número possível de vacinas, pois não se pode prever quantas serão viáveis.

Várias vacinas entre as mais de 200 em desenvolvimento atualmente são produzidas por diferentes plataformas, como aquelas baseadas em vetores virais e em RNA mensageiro, enquanto outras se baseiam em tecnologias já conhecidas, como vírus inativados e proteínas virais.

As novas plataformas apresentam a vantagem da rapidez no desenvolvimento e escalonamento de produção, por não depender do cultivo do vírus. Por outro lado, como todo produto novo, trazem desafios no acompanhamento após registro, devido à escassez de dados de segurança.

As empresas desenvolvedoras das vacinas devem obter o registro sanitário na ANVISA ou podem requerer uma autorização de uso emergencial e temporária para a vacina experimental para prevenir Covid-19, durante a vigência da emergência em saúde pública, conforme guia publicado pela ANVISA.

Para esta autorização de uso emergencial e temporária, os requisitos mínimos que devem ser submetidos à ANVISA incluem dados de estudos não clínicos e clínicos, de qualidade, de boas práticas de fabricação e a estratégia de monitoramento, controle e as informações administrativas e regulamentares requeridas. Tal autorização é restrita a um público-alvo e predefinido, ou seja, essa autorização não substitui o registro sanitário no Brasil. Por isso, mesmo de posse da anuência desta autorização, a empresa patrocinadora do ensaio clínico em execução no Brasil deve continuar a execução dos estudos e a coleta dos dados de forma controlada, devendo atuar para a apresentação de um pedido de registro sanitário na ANVISA, Estratégia de Vacinação contra o Vírus SARS-CoV-2 (COVID-19).

Outra via através da qual as vacinas COVID-19 poderão ser importadas e distribuídas no Brasil é a partir da autorização excepcional e temporária de quaisquer medicamentos sem registro na ANVISA considerados essenciais para auxiliar no combate à pandemia do coronavírus, conforme Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, alterada pela Lei nº 14.006, de 28 de maio de 2020. Esta autorização deverá ser concedida pela ANVISA em até 72 (setenta e duas) horas após a submissão do pedido à agência, sendo concedida automaticamente caso esgotado o prazo sem manifestação.

As vacinas COVID-19 que sejam importadas e distribuídas sob esta circunstância deverão seguir os mesmos procedimentos de vigilância preconizados para as vacinas com autorização temporária de uso emergencial, em caráter experimental, regulamentada pelo Guia da ANVISA citado no parágrafo anterior.

Dada a escala de campanha de vacinação necessária para o enfrentamento da Covid-19 - ao surgir alguma vacina candidata bem-sucedida - o monitoramento e a notificação detalhada de todos os eventos adversos serão imprescindíveis.

No meio deste cenário, surge uma valiosa oportunidade de aprimorar a farmacovigilância (FV) no sistema de saúde. Possíveis questões ainda não respondidas por ensaios clínicos randomizados poderão ser respondidas a partir de relatos espontâneos de eventos adversos, bem como através de eventuais estudos observacionais.

A revisão oportuna dos dados de notificações e a detecção de sinais em tempo real poderão fornecer informações de segurança importantes a respeito da utilização da vacina. Portanto, garantir e apoiar a coleta de dados e a notificação de eventos adversos de qualidade são responsabilidades essenciais e imprescindíveis dos órgãos envolvidos neste trabalho.

Outro aspecto a ser considerado na implementação de programas de vacinação, a exemplo do Programa Nacional de Imunizações (PNI), é a orientação adequada ao público para permitir a compreensão das características das vacinas, seus benefícios, limitações e possíveis

EAPV. A frequência de notificações de eventos adversos relacionados a campanhas de imunização tem sido maior que na rotina, particularmente em áreas onde a vacina não era realizada anteriormente.

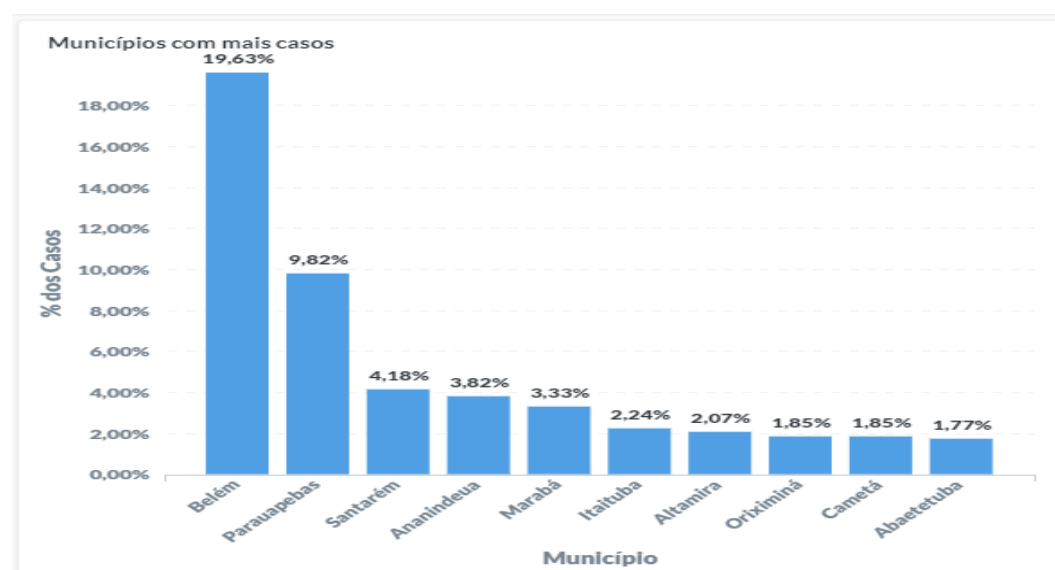
É reconhecido que essas estratégias de vacinação em massa constituem situação potencialmente favorável ao aumento da percepção de risco em relação às vacinas, podendo, também, existir aumento de erros de imunização (ou programáticos). Isto se explica pelo fato de que as vacinas não são isentas de risco e, portanto, eventos adversos podem surgir após a administração delas, justificando assim, um processo de vigilância contínua.

Dessa forma, torna-se premente o fortalecimento dos sistemas de vigilância epidemiológica e sanitária no Brasil, em especial no manejo, identificação, notificação e investigação de EAPV por profissionais da saúde com a finalidade de se manter a credibilidade nos programas de imunização e, conseqüentemente, evitar uma crise na saúde pública do país.

A comunicação de risco, já é difícil em circunstâncias normais, será um desafio ainda maior, dada a quantidade de incertezas que envolve todos os aspectos da pandemia. A quase universal

Secretaria de Vigilância em Saúde/Ministério da Saúde falta de experiência na gestão de respostas à pandemia de uma perspectiva de saúde pública foi revelada pelas diferentes abordagens adotadas pelos países para estratégias de contenção e mitigação e a gama de recomendações regulatórias para opções de tratamento. Em nosso mundo hiperconectado, transparência e agilidade na comunicação são imperativas.

Ressalta-se que o município de Santarém é o terceiro no estado quanto ao número de casos de Covid19 no estado do Pará.



Fonte: SESPA, 2021.

Deve-se estar vigilante para a detecção de informações falsas, fornecendo orientação e esclarecimentos à comunidade, no sentido de prevenir eventuais danos, sendo necessário aos gestores estabelecer estratégias de comunicação sobre o processo de vacinação segura.

O Protocolo de Vigilância Epidemiológica e Sanitária de Eventos Adversos Pós-Vacinação, acordado entre a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), laboratórios oficiais, sociedades médicas, Conass e Conasems, é o documento de referência nacional para a vigilância das vacinas COVID-19.

Além disso, complementar, com os demais protocolos definidos pelo Ministério da Saúde, as ações empreendidas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 no país. O sucesso das medidas de segurança a serem definidas e estabelecidas depende da celeridade com que os casos suspeitos de EAPV são identificados, da devida capacitação dos profissionais de saúde e da confiabilidade dos dados.

Deste modo, o desenvolvimento e a operacionalização do Protocolo obrigam à definição clara de uma estrutura de liderança, coordenação e harmonização, bem como à identificação das entidades com responsabilidades no planejamento, na execução e na avaliação das atividades estabelecidas nas três esferas de gestão do SUS.

Para tanto, este Protocolo preconiza o fortalecimento da integração dos atores do SUS, bem como de segmentos da sociedade brasileira, envolvidos direta ou indiretamente com a minimização de riscos e monitoramento de EAPV. Este documento apresenta orientações gerais estruturantes e procedimentos para o funcionamento eficiente do sistema de farmacovigilância/vigilância de eventos adversos pós-vacinação (VEAPV) nas diferentes esferas de gestão do SUS, especificamente quanto as questões de segurança e queixas técnicas de vacinas.

O Plano de Vacinação para o Município de Santarém – Covid-19 está pautado nos seguintes princípios:

- Tomada de decisão respaldada pela ciência;
- Transparência;
- Adaptabilidade;
- Equidade;
- Disseminação de informações consistentes e coerentes

OBJETIVO GERAL:

- Contribuir para a redução de morbidade e mortalidade pela COVID-19, bem como a transmissão da doença no município de Santarém.

Específicos

- Vacinar os grupos prioritários com maior risco de desenvolver complicações e óbitos pela doença;
- Vacinar populações com maior risco de exposição ao vírus, bem como de transmissão;

Objetivos da Vacinação

- Proteger a integridade do sistema de saúde e a infraestrutura para continuidade dos serviços essenciais;
- Vacinar os profissionais de saúde em todos os níveis de atenção;
- Reduzir a morbidade grave e mortalidade associada à COVID-19, protegendo as populações de maior risco, identificadas de acordo com a situação epidemiológica;
- Reduzir a transmissão da infecção na comunidade e gerar imunidade de rebanho. A ampliação da vacinação a outros grupos será feita de acordo com o aumento da disponibilidade de vacina.

EIXO DE ATUAÇÃO	AÇÕES
Gestão	Elaborar e implantar o Plano Municipal de Vacinação
	Participar da aquisição das vacinas em conjunto com o Governo Federal e Estadual /Programa Nacional de Imunizações (PNI/SVS/MS) e outros entes da Federação
	Dimensionar os recursos necessários para o processo de vacinação (recursos humanos, equipamentos, TI e logística)
	Adquirir equipamentos e insumos necessários para vacinação
	Mobilizar os diversos setores da sociedade para a adesão à vacinação e esclarecimentos sobre as estratégias adotadas
	Adequar o sistema de informação e aplicativo Saúde Já para registro das doses e informações aos usuários
	Organizar as agendas de vacinação conforme critérios de prioridades estabelecidos
	Manter a comunicação com as sociedades científicas, associações e conselhos de classe dos profissionais da área da saúde, para apoio na adoção das estratégias

EIXO DE ATUAÇÃO	AÇÕES
Vigilância em Saúde	Participar da elaboração do Plano Municipal de Vacinação
	Realizar o levantamento das necessidades de recursos necessários para a vacinação (equipamentos, vacinas, seringas, demais insumos)
	Acompanhar os processos de aquisição dos materiais necessários para a vacinação
	Solicitar adequação do sistema de informação para registro dos vacinados
	Estabelecer parceria com universidades, PNI, SESP e SEMSA/STM para capacitação da equipe em temas relacionados à vacinação
	Capacitar a equipe da Divisão de Imunobiológicos em temas relacionados à vacinação, às boas práticas de armazenamento e distribuição, eventos adversos, bem como outros temas pertinentes
	Participar na elaboração e operacionalização da capacitação das equipes da Secretaria municipal da Saúde de Santarém nos temas relacionados à vacinação

	Realizar todas as operações logísticas de acordo com a legislação vigente
	Manter contato permanente com a Coordenação Estadual de Imunizações e Centro de Medicamentos do Pará a fim de garantir os insumos e informações necessárias para a vacinação
	Apoiar as equipes dos Distritos Sanitários, Unidades de Saúde e demais serviços de saúde na operacionalização da vacinação
	Monitorar e manter os dados de coberturas vacinais atualizados
	Acompanhar todos os eventos adversos pós-vacinação em conjunto com os Distritos Sanitários
	Notificar todos os eventos adversos pós vacinação e erros de imunização no SI-PNI e enviar as informações pertinentes aos setores responsáveis (SEMSA/STM))
	Notificar todos os desvios de qualidade das vacinas e insumos nos sistemas de informação
	Participar das ações de comunicação social

EIXO DE ATUAÇÃO	AÇÕES
Comunicação Social	Desenvolver campanhas de comunicação para adesão da população à vacina
	Apoiar a divulgação das estratégias de vacinação junto à população
	Divulgar informações sobre a vacinação na página da Secretaria Municipal de Saúde de Santarém
	Manter contato com as áreas técnicas para alinhar as informações e procedimentos objeto de divulgação
	Criar materiais para as redes sociais (vídeos educativos e cards para Facebook, Instagram e outras)
	Manter interlocução com os veículos de imprensa

INFORMAÇÕES SOBRE A VACINA

Diante do atual cenário epidemiológico, o esforço na produção de vacinas para o enfrentamento do SARS-CoV2 tornou-se um grande desafio e prioridade em todo o mundo. Um avanço significativo na descoberta de novos imunobiológicos seguros e eficazes tem sido observado e a rapidez com que estes produtos vêm sendo colocado à disposição para uso tem surpreendido a comunidade científica e a população em geral, considerando o necessário caminho a ser percorrido entre a descoberta de um produto candidato, os estudos clínicos *in vitro* e os ensaios em humanos, as análises de segurança, de imunogenicidade e eficácia bem como a aprovação junto às agências reguladoras.

Diversas plataformas de tecnologia vêm sendo utilizadas no desenvolvimento das vacinas, muitas são tecnologias tradicionais e outras são inovações científicas globais, sendo as principais as abaixo listadas:

- **Vacinas de vírus inativados** – As vacinas de vírus inativados utilizam tecnologia clássica de produção, através da qual é produzida uma grande quantidade de vírus em cultura de células, sendo estes posteriormente inativados por procedimentos físicos ou químicos. Geralmente são vacinas seguras e imunogênicas, pois os vírus inativados não possuem a capacidade de replicação e assim o organismo não fica exposto às grandes quantidades de antígenos. As vacinas COVID-19 de vírus inativados em fase III são desenvolvidas por empresas associadas aos institutos de pesquisa Sinovac, Sinopharm/Wuhan Institute of Biological Products, Sinopharm/Beijing Institute of Biological Products e Bharat Biotech.

- **Vacinas de vetores virais** – Estas vacinas utilizam vírus humanos ou de outros animais, replicantes ou não, como vetores de genes que codificam a produção da proteína antigênica (no caso a proteína Spike ou proteína S do SARS-CoV-2). Essa tecnologia emprega vetores vivos replicantes ou não replicantes. Os replicantes, podem se replicar dentro das células enquanto os não-replicantes, não conseguem realizar o processo de replicação, porque seus genes principais foram desativados ou excluídos. Uma vez inoculadas, estas vacinas com os vírus geneticamente modificados estimulam as células humanas a produzir a proteína Spike, que vão, por sua vez, estimular a resposta imune específica. O vírus recombinante funciona como um transportador do material genético do vírus alvo, ou seja, é um vetor inócuo, incapaz de causar doenças. As vacinas em fase III que utilizam essa plataforma são: (i) Oxford/AstraZeneca - adenovírus de chimpanzé (ii) CanSino - adenovírus humano 5 - Ad5 (iii) Janssen/J&J - adenovírus humano 26 – Ad26 (iv) Gamaleya

- adenovírus humano 26 – Ad26 na primeira dose, seguindo de adenovírus humano 5 - Ad5 na segunda dose.

- **Vacinas de RNA mensageiro** – O segmento do RNA mensageiro do vírus, capaz de codificar a produção da proteína antigênica (proteína Spike), e encapsulado em nano partículas lipídicas. Da mesma forma que as vacinas de vetores virais, uma vez inoculadas, estas vacinas estimulam as células humanas a produzir a proteína Spike, que vão por sua vez estimular a resposta imune específica. Esta tecnologia permite a produção de volumes importantes de vacinas, mas utiliza uma tecnologia totalmente nova e nunca antes utilizada ou licenciada em vacinas para uso em larga escala. Atualmente as vacinas produzidas pela Moderna/NIH e Pfizer/BioNTec são as duas vacinas de mRNA em fase III. Do ponto de vista de transporte e armazenamento, estas vacinas requerem temperaturas muito baixas para conservação (-70°C no caso da vacina candidata da Pfizer e -20° C no caso da vacina candidata da Moderna), o que pode ser um obstáculo operacional para a vacinação em massa, especialmente em países de renda baixa e média.

- **Unidades proteicas** – Através de recombinação genética do vírus SARSCoV-2, se utilizam nano partículas da proteína Spike (S) do vírus recombinante SARSCoV-2 rS ou uma parte dessa proteína denominada de domínio de ligação ao receptor (RDB). Os fragmentos do vírus desencadeiam uma resposta imune sem expor o corpo ao vírus inteiro. Tecnologia já licenciada e utilizada em outras vacinas em uso em larga escala. Requer adjuvantes para indução da resposta imune. As vacinas COVID -19 que utilizam esta tecnologia em fase III são a vacina da Novavax, que utiliza como adjuvante a Matriz-M1™, e a vacina desenvolvida pela “Anhui Zhifei Longcom Biopharmaceutical” e o “Institute of Microbiology, Chinese Academy of Sciences”.

De acordo com o panorama da OMS, atualizado em 10 de dezembro de 2020, existem 162 vacinas COVID-19 candidatas em fase pré-clínica de pesquisa e 52 vacinas candidatas em fase de pesquisa clínica. Das vacinas candidatas em estudos clínicos, 13. Conforme o **Plano nacional de operacionalização da vacinação contra a Covid-19**, essas são as principais vacinas.

Vacina	Plataforma	País e número Participantes	Faixa etária	Esquema Vacinal	Via de aplicação	Conservação	Link de acesso ao protocolo clínico registrado
1. Coronavac	Inativada	Brasil (13.060)	> 18 anos	2 doses, intervalo 14 dias	IM	2°C a 8°C	Clinical Trial of Efficacy and Safety of Sinovac's Adsorbed covid-19 (Inactivated) Vaccine in Healthcare Professionals - Full Text View - ClinicalTrials.gov
		Indonésia (1.620)	18-59 anos				https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04508075
		Turquia (13.000)	18-59 anos				Clinical Trial For SARS-CoV-2 Vaccine (covid-19) - Full Text View - ClinicalTrials.gov
2. Wuhan Institute of Biological (cepa WIV 04)	Inativada	Emirados Árabes (15.000)	> 18 anos	2 doses, intervalo 21 dias	IM	2°C a 8°C	http://www.chictr.org.cn/showprojen.aspx?proj=56651
		Marrocos (600)	> 18 anos				http://www.chictr.org.cn/showprojen.aspx?proj=62581
3. Beijing Institute of Biological Products (cepa HB02)	Inativada	Argentina (3.000)	18-85 anos	2 doses, intervalo 21 dias	IM	2°C a 8°C	Clinical Trial to Evaluate the Efficacy, Immunogenicity and Safety of the Inactivated SARS-CoV-2 Vaccine (covid-19) - Full Text View - ClinicalTrials.gov
4. Novavax (NVX-CoV 2373)	Subunidade proteica	Inglaterra (15.000)	18-84 anos	2 doses, intervalo 21 dias	IM	2°C a 8°C	https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04583995
5. CanSino Biological Inc	Vetor viral não replicante	Paquistão (40.000)	> 18 anos	1 dose	IM	2°C a 8°C	Phase III Trial of A covid-19 Vaccine of Adenovirus Vector in Adults 18 Years Old and Above - Full Text

Fonte: Brasil, MS, 2021.

(Ad5-nCoV)							View - ClinicalTrials.gov
		Rússia (500)	18-85 anos				Clinical Trial of Recombinant Novel Coronavirus Vaccine (Adenovirus Type 5 Vector) Against covid-19 - Full Text View - ClinicalTrials.gov
6. Janssen (Ad26.CO V2.S)	Vetor viral não replicante	EUA (60.000)	> 18 anos	1 ou 2 doses, intervalo 56 dias	IM	2°C a 8°C (3 meses)	A Study of Ad26.CO V2.S for the Prevention of SARS-CoV-2-Mediated covid-19 in Adult Participants - Full Text View - ClinicalTrials.gov
7. University of Oxford/AstraZeneca (ChAdOx 1 noV-19)	Vetor viral não replicante	Brasil (2.000)	18-59 anos	1 dose	IM		http://www.isrctn.com/ISRCTN89951424
		Brasil (5.000)	> 18 anos	1 ou 2 doses, intervalo 4-12 semanas	IM	2°C a 8°C	https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04536051
		EUA (40.051)	> 18 anos	2 doses, intervalo 28 dias	IM		https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04516746
8. Gamaleya Research Institute (Gam-covid-Vac)	Vetor viral não replicante (rAd 26-S+rAd5-S)	Rússia (40.000)	> 18 anos	2 doses, intervalo 21 dias	IM	-18°C (uma formulação e 2°C a 8°C (liofilizada)	https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04530396
9. Pfizer/BioNTech/Fosun Pharma (BNT162b 2)	mRNA que codifica SARS-CoV-2 (SaRNA)	EUA, Brasil, Argentina (43.998)	> 16 anos	2 doses, intervalo 21 dias		-70°C e 2°C a 8°C (até 5 dias)	https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04368728
10. NIAID Vaccine Research Center/Moderna	RNA mensageiro	EUA (30.000)	> 18 anos	2 doses, intervalo 29 dias	IM	-20°C por (até 6 meses) e 2°C a 8°C (até 30 dias)	A Study to Evaluate Efficacy, Safety, and Immunogenicity of mRNA-1273 Vaccine in Adults

Fonte: Brasil, MS, 2021.

(mRNA-1273)							Aged 18 Years and Older to Prevent covid-19 - Full Text View - ClinicalTrials.gov
11. Anhui Zhifei Longcom Biopharmaceutical/Institute of Microbiology, Chinese Academy of Sciences	Subunidade proteica	China (900)	18-59 anos	2 ou 3 doses, intervalo 28, 56 dias	IM		http://www.chictr.org.cn/showprojen.aspx?proj=64718
12. Bharat Biotech	Inativada	Índia (1.125)	12-65 anos	2 doses, intervalo 28 dias	IM	2°C a 8°C	https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04641481
13. Medicago Inc.	Partícula semelhante a vírus (VLP)	Canadá (180)	18-55 anos	2 doses, intervalo 21 dias	IM		https://clinicaltrials.gov/ct2/show/NC T04636697

Fonte: Brasil, MS, 2021.

PRECAUÇÕES E CONTRAINDICAÇÕES

Considerando que as vacinas COVID-19 não puderam ser testadas em todos os grupos de pessoas, podem haver algumas precauções ou contraindicações temporárias até que sejam obtidas maiores evidências com a vacinação de um maior contingente de pessoas. Portanto, após os resultados dos estudos clínicos de fase III, essas precauções e contraindicações poderão ser alteradas.

PRECAUÇÕES

- Recomenda-se o adiamento da vacinação diante de doenças agudas febris moderadas ou graves, até a resolução do quadro com o intuito de não se atribuir à vacina as manifestações da doença, como para todas as vacinas;
- Embora não existam evidências, até o momento, de qualquer risco com a vacinação de indivíduos com história anterior de infecção ou com anticorpo detectável para SARS-COV-2, recomenda-se o adiamento da vacinação nas pessoas com infecção confirmada para se evitar confusão com outros diagnósticos diferenciais. É improvável que a vacinação de indivíduos infectados (em período de incubação) ou assintomáticos tenha um efeito prejudicial sobre a doença. Entretanto, Como a piora

clínica pode ocorrer até duas semanas após a infecção, idealmente a vacinação deve ser adiada até a recuperação clínica total e pelo menos quatro semanas após o início dos sintomas ou quatro semanas a partir da primeira amostra de PCR positiva em pessoas assintomáticas.

- A presença de sintomatologia prolongada não é contraindicação para o recebimento da vacina, entretanto, na presença de alguma evidência de piora clínica, deve ser considerado o adiamento da vacinação para se evitar a atribuição incorreta de qualquer mudança na condição subjacente da pessoa.

CONTRAINDICAÇÕES

Uma vez que ainda não existe registro para uso da vacina no país, não é possível estabelecer uma lista completa de contraindicações, no entanto, considerando os ensaios clínicos em andamento e os critérios de exclusão utilizados nesses estudos, entende-se como contraindicações prováveis:

- Pessoas menores de 18 anos de idade (o limite de faixa etária pode variar para cada vacina de acordo com a bula);
- Gestantes;
- Pessoas que já apresentaram uma reação anafilática confirmada a uma dose anterior de uma Vacina COVID-19;
- Pessoas que apresentaram uma reação anafilática confirmada a qualquer componente da(s) vacina(s).

ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO

Considerando que não existe ampla disponibilidade das vacinas no mercado mundial, o que acontecerá de forma gradativa, a estratégia da imunização está focada na redução da morbimortalidade decorrente da Covid-19. Assim, uma abordagem em fases está sendo preparada para a entrega, a qual prioriza os cidadãos que precisam de acesso precoce à vacina. Os condicionantes para a operacionalização do Plano de Vacinação Covid-19 e as fases a serem observadas estão descritos abaixo.

CONDICIONANTES

Os condicionantes que determinarão o avanço das fases de operacionalização do Plano de Vacinação Covid-19 são:

- Orientações do Ministério da Saúde do Brasil;
- Informe da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA);
- Quantidades de doses de vacinas e insumos disponibilizados ao Município de Santarém;
- Garantia de quantidade de vacinas e insumos suficientes para administração da segunda dose;
- Aprazamento entre primeira e segunda dose, conforme especificação de cada fabricante;
- Adesão da população à vacinação.

POPULAÇÃO ALVO

- Trabalhadores dos serviços de saúde são todos aqueles que atuam em espaços e estabelecimentos de assistência e vigilância à saúde, sejam eles hospitais, clínicas, ambulatorios, laboratórios e outros locais.

- Pessoas de 60 anos e 80 anos deverão receber a vacina COVID 19 conforme as fases definidas;

- População Indígena;
- Povos e comunidades tradicionais ribeirinha;
- Grupo com Comorbidades;
- Trabalhadores res de educação;
- Pessoas com deficiência severa;
- Forças de Segurança e Salvamentos;
- Funcionários do Sistema de Privado de liberdade;
- População privada de liberdade. Acima de 18 anos;

LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO

O recebimento, armazenamento e distribuição das vacinas e outros insumos para a imunização será de responsabilidade da Divisão de Imunobiológicos (DIVISA) da Secretaria Municipal da Saúde de Santarém, que deverá seguir as Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição de acordo com o Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e demais legislações sanitárias vigentes.

A distribuição deverá garantir a rastreabilidade das vacinas e insumos, desta forma os registros nos sistemas de informação (SI-PNI e outros) deverão ser adequados e oportunos. O transporte das vacinas deve seguir as Boas Práticas de Distribuição e durante todo o trajeto até as salas de vacinação deverá ocorrer o monitoramento constante da temperatura de acordo com os procedimentos operacionais padrão (POP) e orientações do fabricante da vacina.

ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS PARA A VACINAÇÃO.

- Criar equipe de mobilização da campanha;
- Mobilização dos serviços de saúde e os profissionais, para indicar e divulgar a vacinação;
- Criar uma recepção diferenciada a clientela;
- Realizar registro das doses aplicadas no formulário específico;
- Implementar os postos volantes para alcançar a meta e fazer as vacinas naqueles idosos que são impossibilitados de locomoção;
- Monitorar a execução da campanha, em todos os grupos vacinados;
- Monitoramento dos EAPV;
- Monitoramento das informações do sistema de informação do PNI;
- Produção de boletins informativos assim q for vacinado.

APLICAÇÃO DAS VACINAS

A aplicação das vacinas estará baseada no Informe Técnico da Secretaria Municipal da Saúde de Santarém, complementado pelas orientações da Secretaria de Estado da Saúde do Pará (SESPA/PA) e Ministério da Saúde / PNI, no que couber, bem como, no Manual de Boas Práticas de Vacinação e nos protocolos de controle de infecção do (MS)

As salas de vacinação devem dispor de refrigerador adequado e/ou caixas térmicas,

seringas, termômetros, bobinas de gelo, entre outros insumos em quantidades suficientes para atendimento da demanda e armazenamento adequado.

Os procedimentos operacionais padrão de armazenamento, validade e conservação das vacinas e demais insumos, da limpeza e higienização da sala, do monitoramento equipamentos e do registro das informações devem estar acessíveis à equipe e com conhecimento disseminado entre todos os profissionais responsáveis pela aplicação da vacina.

Antes da vacinação devem ser observados os fatores relacionados ao usuário que irá receber a vacina, como idade, situação de saúde (comorbidades preexistentes), gestação, critérios de precaução e contraindicações da vacina, uso de medicamentos e outros tratamentos e eventos adversos pós vacinação ocorridos em situações anteriores. O registro da dose aplicada deve seguir os critérios padronizados pela Secretaria Municipal da Saúde de Santarém.

Nas ações de vacinação extramuros, as medidas de precaução e cuidado com as vacinas e demais insumos devem ser intensificadas de forma a minimizar perdas de Imunobiológicos e riscos à saúde da população.

No primeiro momento os profissionais de saúde que estão em linha de enfrentamento e na ativa, serão os primeiros a ser vacinados, sendo que as instituições que desenvolvem assistência aos paciente com COVID19: Unidade de Pronto atendimento (UPA), Hospital Regional do Baixo Amazonas Waldemar Penna, Unidade descentralizada Paulo Freire, Intineirante, Hospital Sagrada Família, Hospital Municipal de Santarém, Unimed-Santarém, Centro de Convivência do Idoso, Profissionais de Saúde da DIVISA (Setor: Vigilância epidemiologia e Vigilância Sanitária).

A vacinação será Centralizada pela Vigilância em saúde, com responsabilidade da Vigilância epidemiológica quanto à aplicação do imunobiológico. E a digitação da fichas vacinais responsabilidade da DIVISA/SEMSA.

FARMACOVIGILÂNCIA

O desenvolvimento das vacinas, mostrou-se uma das mais bem-sucedidas e rentáveis medidas de saúde pública, no sentido de prevenir doenças e salvar vidas. Desde a última metade do século 20, doenças que antes eram muito comuns tornaram-se raras no mundo desenvolvido, devido principalmente à imunização generalizada. Ressalta-se que, embora nenhuma vacina esteja totalmente livre de provocar eventos adversos, os riscos de complicações graves causadas pelas vacinas são muito menores do que os das doenças contra as quais conferem proteção.

Também conhecida como vigilância pós-comercialização (post-marketing) a Farmacovigilância tem como objetivo realizar a coleta de informações sobre eventos adversos

causados pelos medicamentos e pelas vacinas, e sua análise cuidadosa serve para verificar a causalidade em relação ao produto administrado, com posterior divulgação das informações, incluindo incidência e gravidade das reações observadas. Isso envolve o monitoramento da ocorrência de eventos adversos, incluindo os sintomas indesejáveis, as alterações em resultados de exames laboratoriais ou clínicos, a falta de eficácia (ausência de resposta terapêutica na dosagem indicada em bula), anormalidades na gravidez, no feto ou recém-nascido, interações medicamentosas e outros eventos inesperados (BRASIL, 2020).

Todos os eventos adversos pós-vacinação e erros de imunização devem ser notificados e acompanhados de forma oportuna para que todas as medidas de intervenção possam ser adotadas de forma a evitar danos à saúde do vacinado, à credibilidade do processo de vacinação e à preservação da equipe de saúde.

Todas as pessoas vacinadas receberão orientação durante a aplicação sobre os possíveis eventos adversos e serão orientadas a ligarem na Central TELECOVID (93)992134724 ou procurarem as Unidades Básicas de Saúde para registrarem qualquer evento adverso percebido. Todos os eventos adversos deverão ser notificados no sistema de saúde.

Os desvios de qualidade das vacinas e insumos deverão ser acompanhados pelas equipes de Vigilância em Saúde (Vigilância Sanitária e Epidemiológica), que realizarão a notificação nos sistemas de informação pertinentes.

COMUNICAÇÃO COMA SOCIEDADE

Informações confiáveis, abrangentes e transparentes sobre todos os aspectos que envolvem o Plano de Imunização do Município de Santarém para a Covid-19 são fundamentais para apoiar a confiança pública. A informação assertiva quanto a saúde e a segurança dos Santarenos, intensifica a credibilidade na ciência e nas vacinas.

O governo municipal está comprometido com a disseminação à população de informações apropriadas sobre as vacinas Covid-19 a serem disponibilizadas e sobre o que o planejamento para a imunização, mediante ação conjunta da Secretaria Municipal de Comunicação Social e Secretaria Municipal da Saúde.

As mensagens para a sociedade devem ser esclarecedoras e projetadas para apoiar a confiança e fomentar a responsabilidade coletiva na superação da Covid- 19.

CONCLUSÃO

Uma resposta acerca da vacinação contra a Covid-19 está em andamento no Município de Santarém. O Poder Executivo Municipal está empenhado em trabalhar mantendo consonância com as diretrizes do Governo Federal e Governo do Estado do Pará, bem como em manter os santarenos informados durante toda a operacionalização do presente plano.

Enfrentar a ameaça da infecção humana pelo novo Coronavírus (Covid-19) é uma responsabilidade compartilhada. Cada um de nós possui papel essencial a desempenhar para salvar vidas e proteger os meios de subsistência.

Todos os esforços no enfrentamento à Covid-19 permitirão que o SUS, bem como toda a população do Município, superem a pandemia mais fortes e resilientes.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministerio da saúde (MS). **Plano nacional de operacionalização da vacinação contra a Covid-19**. 1º Edição. Brasília, 2021.

SESPA. **Monitora Covid19**. Disponível em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/public/dashboard/41777953-93bf-4a46-b9c2-3cf4ccef3c9>. Acesso em: 13/01/2021.

ANEXOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
9º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE



Municípios	Trabalhador de Saúde	Pessoas de 80 anos ou mais	Pessoas de 75 a 79 anos	Pessoas de 70 a 74 anos	Pessoas de 65 a 69 anos	Pessoas de 60 a 64 anos	Pessoas com Deficiência	Indígenas	Povos e Comunidades Tradicionais Ribeirinha	Povos e Comunidades Tradicionais Quilombola	Forças de Segurança e Salvamento	Funcionário do Sistema de Privação de Liberdade ^b	Privados de Liberdade (todos os regimes penais e medidas de segurança)	Total
Alenquer	637	821	726	948	1.370	1.693	2.048	0	0	1.454	26	0	0	194.402
Almeirim	344	319	318	478	732	1.066	1.279	600	0	0	54	1	14	
Aveiro	152	220	210	271	421	496	512	305	0	0	6	0	0	
Belterra	156	312	262	360	537	579	477	303	1.695	0	1	0	0	
Curuá	138	125	126	157	238	363	336	0	1.625	0	0	0	0	
Faro	202	96	87	109	177	235	235	0	1.010	0	0	0	0	
Itaituba	1.718	1.032	1.066	1.712	2.512	3.434	3.058	419	1.936	0	805	3	318	
Jacareacanga	267	34	44	89	109	169	577	4.888	0	0	1	0	0	
Juruti	731	496	471	588	925	1.187	1.474	0	0	427	146	0	0	
Mojú dos Campos	140	261	235	378	477	547		0	1.054	0	1	0	0	
Monte Alegre	521	951	852	1.142	1.662	2.075	2.048	0	0	814	105	0	0	
Novo Progresso	330	96	147	304	510	784	713	0	0	0	2	0	0	
Óbidos	466	734	711	911	1.341	1.604	1.722	1.219	1.725	7.594	40	0	0	
Oriximiná	935	814	789	1.088	1.564	2.099	2.228	1.323	4.448	8.511	216	0	39	
Placas	298	150	189	329	481	708	660	0	0	0	0	0	0	
Prainha	258	287	288	371	624	781	1.045	0	0	24	0	0	0	
Rurópolis	435	337	362	643	933	1.360	820	0	181	0	60	0	0	
Santarém	8.119	4.070	3.706	5.049	7.574	9.795	10.779	3.719	0	6.770	2.516	15	1.440	
Terra Santa	289	241	216	301	445	604	368	0	18	0	48	0	0	
Trairão	186	107	148	251	387	531	429	92	0	0	8	0	0	
TOTAL	16.322	11.503	10.953	15.479	23.019	30.110	30.808	12.868	13.692	25.594	4.035	19	1.811	

Fonte: PNI - Nacional

REGIÃO DE SAÚDE BAIXO AMAZONAS

Municípios	Trabalhador de Saúde	Pessoas de 80 anos ou mais	Pessoas de 75 a 79 anos	Pessoas de 70 a 74 anos	Pessoas de 65 a 69 anos	Pessoas de 60 a 64 anos	Pessoas com Deficiência	Indígenas	Povos e Comunidades Tradicionais Ribeirinha	Povos e Comunidades Tradicionais Quilombola	Forças de Segurança e Salvamento	Funcionário do Sistema de Privação de Liberdade ^b	Privados de Liberdade (todos os regimes penais e medidas de segurança)	Total
Alenquer	637	821	726	948	1.370	1.693	2.048	0	0	1.454	26	0	0	157.780
Almeirim	344	319	318	478	732	1.066	1.279	600	0	0	54	1	14	
Belterra	156	312	262	360	537	579	477	303	1.695	0	1	0	0	
Curuá	138	125	126	157	238	363	336	0	1.625	0	0	0	0	
Faro	202	96	87	109	177	235	235	0	1.010	0	0	0	0	
Juruti	731	496	471	588	925	1.187	1.474	0	0	427	146	0	0	
Mojú dos Campos	140	261	235	378	477	547		0	1.054	0	1	0	0	
Monte Alegre	521	951	852	1.142	1.662	2.075	2.048	0	0	814	105	0	0	
Óbidos	466	734	711	911	1.341	1.604	1.722	1.219	1.725	7.594	40	0	0	
Oriximiná	935	814	789	1.088	1.564	2.099	2.228	1.323	4.448	8.511	216	0	39	
Placas	298	150	189	329	481	708	660	0	0	0	0	0	0	
Prainha	258	287	288	371	624	781	1.045	0	0	24	0	0	0	
Santarém	8.119	4.070	3.706	5.049	7.574	9.795	10.779	3.719	0	6.770	2.516	15	1.440	
Terra Santa	289	241	216	301	445	604	368	0	18	0	48	0	0	
TOTAL - BA	13.234	9.677	8.976	12.209	18.147	23.336	24.699	7.164	11.575	25.594	3.153	16	1.493	

Fonte: PNI - Nacional

Municípios	Trabalhador de Saúde	Pessoas de 80 anos ou mais	Pessoas de 75 a 79 anos	Pessoas de 70 a 74 anos	Pessoas de 65 a 69 anos	Pessoas de 60 a 64 anos	Pessoas com Deficiência	Indígenas	Povos e Comunidades Tradicionais Ribeirinha	Povos e Comunidades Tradicionais Quilombola	Forças de Segurança e Salvamento	Funcionário do Sistema de Privação de Liberdade ^b	Privados de Liberdade (todos os regimes penais e medidas de segurança)	Total
Aveiro	152	220	210	271	421	496	512	305	0	0	6	0	0	36.622
Itaituba	1.718	1.032	1.066	1.712	2.512	3.434	3.058	419	1.936	0	805	3	318	
Jacareacanga	267	34	44	89	109	169	577	4.888	0	0	1	0	0	
Novo Progresso	330	96	147	304	510	784	713	0	0	0	2	0	0	
Rurópolis	435	337	362	643	933	1.360	820	0	181	0	60	0	0	
Trairão	186	107	148	251	387	531	429	92	0	0	8	0	0	
TOTAL - TAPAJÓS	3.088	1.826	1.977	3.270	4.872	6.774	6.109	5.704	2.117	0	882	3	318	

Fonte: PNI - Nacional

SALÁRIO DE VACINA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM	
UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE	CHEFES
CS - Centro de Saúde de Boim	2621083
CS - Centro de Saúde de Cachoeira do Arari	2622308
CS - Centro de Saúde de Curu	2621711
CS - Centro de Saúde de Curui	2622172
CS - Centro de Saúde de Fatima	2330237
CS - Centro de Saúde de Irirau	2621975
CS - Centro de Saúde de Maperi/Liberado	2330024
CS - Centro de Saúde de Paisandu	2621673
CS - Centro de Saúde de Piraquara	2621991
CS - Centro de Saúde de Piranha do Maré	2622020
CS - Centro de Saúde de São Crisóto	2621835
CS - Centro de Saúde de São Miguel	2621816
CS - Centro de Saúde de São Pedro	2621940
CS - Centro de Saúde de Vila Gorete	2622009
CS - Centro de Saúde do Aeroporto Velho	2330026
CS - Centro de Saúde do Ayemari	2621703
CS - Centro de Saúde do Jaderlandia	6794892
CS - Centro de Saúde do Livramento	2329948
CS - Centro de Saúde do Quilombo Tinigó	7134363
CS - Centro de Saúde Dr Everaldo Sousa Martins (GUARANA)	5197888
CS - Centro de Saúde Jardim Santarém	2330253
CS - Centro de Saúde Santa Clara	3983285
CS - Centro de Saúde Santíssimo/Pirama	6990868
UBS - Abare I	5926653
UBS - Aler do Chão	2330121
UBS - Aparecida/Coranazal	2330113
UBS - Arapixuna	2622181
UBS - Área Verde	6677630
PS - Antapera	2621789
UBS - Boa Esperança	2330202
PS - Boca de Cima De Antapera	2621827
UBS - Cipocai	2330266
UBS - Conquista	7218265
UBS - Costa do Antapera	2621932
UBS - Diamantino	2330148
UBS - Esperança	2330245
UBS - Floresta	2330105
UBS - Guajara	2622092
UBS - Igarapé do Costa	2621843
UBS - Interventoria	7361440
UBS - Jacarim	2329999
UBS - Jukai/Ururani	8047409
UBS - Merca	2622084
UBS - Maracanã	8207800
UBS - Marau	2622033
UBS - Melina	2330032
UBS - Merla	2621851
UBS - Nova Esperança do Iluui	7760192
UBS - Nova República	2330229
UBS - Paraua	2621800
UBS - Residencial Salvação	2330016
UBS - Santana	2329956
UBS - Santana do Iluui	2621738
UBS - Santarém Mil	2330016
UBS - Santarém Novo	2330318
UBS - Santo André	7648367
UBS - São Braz	2330296
UBS - São José	2621665
UBS - Suruaca	2621740
UBS - Surucua	2621819
UBS - Tatuoca	3736644
UBS - Tapará Grande	2330210
UBS - Ururani	3736696
UBS - Via Socorro	2621967
UBS - Vitória Régia	7533857



9º Centro Regional de Saúde - Santarém

Divisão Técnica/ Vigilância Epidemiológica

A infraestrutura utilizada nos municípios do 9º CRS para Campanha de Vacinação contra COVID-19



Região de Saúde: Baixo Amazonas												
Municípios	Posto de Vacinação			Nº de Salas de Vacinação no município	Nº de Salas de Vacinação com acesso a Internet	Profissionais envolvidos	Equipes de Vacinação	Transportes				
	Fixo	Volante	Total					Carro	Moto	Lancha	Barco	Aeronave
Alenquer	08	0	08	03	03	55	6	03	02	01	01	00
Almeirim	08	0	08	06	04	48	6	03	04	01	02	00
Belterra	07	0	07	07	07	75	5	05	04	01	00	00
Curuá	07	01	08	05	03	30	5	01	00	01	00	00
Faro	04	0	04	03	00	50	6	03	00	01	01	00
Juruti	14	0	14	09	01	80	14	02	02	02	01	00
Mojui dos Campos	09	0	09	03	01	80	6	05	02	02	01	00
Monte Alegre	21	0	21	20	16	80	6	04	04	01	00	00
Obidos	20	0	20	07	06	73	7	02	05	02	01	00
Oriximiná	16	05	21	10	10	122	18	04	00	02	02	01
Placas	46	0	46	04	04	55	6	02	03	00	00	00
Prainha	25	0	25	07	07	58	6	03	10	06	01	00
Santarém	100	0	100	71	13	450	112	10	01	02	01	00
Terra Santa	08	0	08	04	04	33	4	02	03	02	01	00
Região Baixo Amazonas	293	06	299	159	79	1286	207	49	40	24	12	01



9º Centro Regional de Saúde - Santarém

Divisão Técnica/ Vigilância Epidemiológica

A infraestrutura utilizada nos municípios do 9º CRS para Campanha de Vacinação contra COVID-19

Região de Saúde: Tapajós

Municípios	Posto de Vacinação			Nº de Salas de Vacinação no município	Nº de Salas de Vacinação com acesso a Internet	Profissionais envolvidos	Equipes de Vacinação	Transportes				
	Fixo	Volante	Total					Carro	Moto	Lancha	Barco	Aeronave
Aveiro	06	0	06	03	01	20	4	03	03	03	00	00
Itaituba	22	0	22	21	21	94	9	05	01	00	01	00
Jacareacanga	04	08	12	05	04	40	6	01	02	01	01	00
Novo Progresso	09	0	09	09	09	50	7	02	00	00	00	00
Rurópolis	27	0	27	08	08	108	20	14	09	04	00	00
Trairão	29	0	29	04	04	70	10	03	00	00	00	00
Região Tapajó	97	08	105	50	47	382	56	28	15	08	02	00

Por um SUS efetivo!

Aline Nair Liberal Cunha
Diretora Técnica/9ºCRS-SESPA.


Ragner Borgia Junott
Coord. Regional de VE/Imunizações/9ºCRS-SESPA.

PREFEITURA DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CRONOGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

DATA	SEMANA	UNIDADE	Solicitação de vacinas	Vacinados	EQUIPE	HORÁRIO	TURNO
20/01/2021	Quarta	UPA	200	150	EDNA / MARILENE	8h às 12h	Manhã
					EDNA / GILMARA	13h às 17h	Tarde
		HRBA	1.600	1030	LUANA	8h às 12h	Manhã
					RAIBEL	13h às 17h	Tarde
21/01/2021	Quinta	ASILO SÃO VICENTE DE PAULA	53	53	EDNA / ILDES	8h às 12h	Manhã
		UNIDADE DESCENTRALIZADA PAULO FREIRE	79	79	RAIBEL	13h às 17h	Tarde
		URES	13	13	GILMARA	13h às 17h	Tarde
		HOSP. SAGRADA FAMÍLIA	184	106	LUANA / MARILENE /	8h às 12h	Manhã
22/01/2021	Sexta	HOSP. MUNICIPAL	622	248	EDNA	8h às 12h	Manhã
					RAIBEL	13h às 17h	Tarde
		SAMU	70	70	GILMARA	13h às 17h	Tarde
25/01/2021	Segunda	UNIMED	275	110	MARILENE / EDNA	8h às 12h	Manhã
					RAIBEL / GILMARA	13h às 17h	Tarde
26/01/2021	Terça	VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLOGICA	50	50	LIGIA/ILDES	8h às 12h	Manhã

*Obs: Na quinta-feira o HRBA somente pelo período da manhã.



GOVERNO DO ESTADO - PARA
9º REGIONAL DE SAÚDE - SANTAREM/PA

SVS Secretaria de
Vigilância em Saúde

SIES SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

NFM - NOTA DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

Nº NFM 9043764
Nº Pedido 5015794

Entidade Cedente
9º REGIONAL DE SAÚDE - SANTAREM/PA

Entidade Solicitante
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTAREM

NFM emitida por: CLAUDENICE FERREIRA PEREIRA CARDOSO

Data
19/01/2021 12:52:39

Endereço
À INFORMAR

Endereço
SANTAREM-PA

Movimento
SAÍDA POR REMANEJAMENTO DE SETORES DE ARMAZENAGEM I

UF
PA

Bairro
SANTAREM

Município
SANTAREM

UF
PA

CEP
CEP

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Fabricante	Validade	Qtd. Unitária	Qtd. Embalagem	Valor Unitário	Valor Total
1	9/9	VACINA CONTRA SARS-COV2 - 01 DOSE	FRASCO	202010040	FUNDACAO BUTANTAN	2/10/2023	6.474	6.474	58,20	378,20
Total Geral							6.474	6.474	R\$ 58,20	R\$ 378,20


Obs: CAMPANHA COVID 19

Claudenice
Nome do responsável pelo Envio

Nome do responsável pelo recebimento

Matrícula

Data/Hora do recebimento



09043764

- Destinado para os indígenas 3.838 doses.

Leigia Procopio Henri
788.988.542.34
29/01/21
13.00

TOTAL DE VOLUMES:

<http://sies.saude.gov.br/boletonfm.asp>

Obs: Foram destinadas 3.838 doses para saúde indígena.

PRM-STM-PA-00003732/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico o envio do Ofício 288/2021. Em anexo, cópia do e-mail enviado.

Santarém, 13 de abril de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Assinado com login e senha por LUDMILLA MACEDO LIMA, em 13/04/2021 13:43. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4D92AF9D.36A877D7.61D77E71.71AC1B18

MPF - OFÍCIO 288/2021 Procedimento 1.23.002.000271/2020-47

De: Ludmilla Macedo Lima (PR.PA)
Para: sacaca.ufopa@gmail.com
CO:
Data: terça-feira - 13/abril/2021 13:39
Assunto: MPF - OFÍCIO 288/2021 Procedimento 1.23.002.000271/2020-47
Anexos: Text.htm; OFÍCIO-288-2021-SACACA-UFOPA-1.23.002.000271-2020-47-REQUISITA-INFO.pdf

Senhor,

De ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, encaminho o ofício 288/2021, referente ao Procedimento 1.23.002.000271/2020-47, em trâmite nesta PROCURADORIA DA REPÚBLICA.

A resposta a este Ofício deve ser protocolada exclusivamente através do Sistema de Peticionamento Eletrônico (www.peticonamento.mpf.mp.br) ou Protocolo Eletrônico (www.protocolo.mpf.mp.br), ambos disponíveis na página MPF/Serviços (<http://www.mpf.mp.br/mpfservicos>).

Atenciosamente,

PRM-STM-PA-00003735/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico, após análise da assessoria, que os Ofícios 214/2021 e 215/2021 não foram enviados, tendo em vista o recebimento da resposta requerida por meio do Documento PRM-STM-PA-00003659/2021.

Santarém, 13 de abril de 2021.

LUDMILLA MACEDO LIMA
TÉCNICA DO MPU/ADMINISTRACAO

Enc.: CONVITE - REUNIÃO REF A VACINAÇÃO COVID-19 DOS POVOS QUILOMBOLAS

De: Diego Lima Azevedo (PR.PA)
Para: Hugo Elias Silva Charchar Charchar - PR (PR.PA); fernandarossarola@mpf.mp.br
Data: segunda-feira - 26/abril/2021 13:21
Assunto: Enc.: CONVITE - REUNIÃO REF A VACINAÇÃO COVID-19 DOS POVOS QUILOMBOLAS

Diego Lima Azevedo

Assessor Jurídico no Ministério Público Federal
 Procuradoria da República no Município de Santarém - PRM/Santarém

>>> assessoriajuridica semsa <assessoriajuridica.semsa@gmail.com> 26/04/21 12:12 >>>
 Excelentíssimos (as) Srs(as). Promotoras e Procurador da República

De ordem da **Secretária Municipal de Saúde, Dra. Vânia Portela**, sirvo-me do presente para cientificar e CONVIDAR V.sas Exc. para uma reunião que será realizada virtualmente na presente data, as 15:00 hrs, através da plataforma meeting com a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém-FOQS para tratar da estratégia de vacinação dos povos quilombolas pertencentes ao município de Santarém.

A referida pauta torna-se urgente ante ao repasse de aproximadamente 6.700 doses de vacina destinadas exclusivamente para vacinação da referida população(faixa etária de 18 a 59 anos).

Importante esclarecer que o convite está sendo realizado no dia da reunião em vista que tomamos conhecimento da exclusividade das doses somente no sábado(24/04/2021).

O link será enviado instantes antes da reunião

Certos de contar com o atendimento, renovo votos de estima e consideração

att

Matheus Coutinho

Procurador Jurídico do Município/ SEMSA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-STM-PA-00004105/2021 CONVITE**

.....
Signatário(a): **FERNANDA SILVA ROSSAROLA**

Data e Hora: **26/04/2021 13:50:27**

Autenticado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave e7f1688e.19194ac3.5afe90a0.1ca7ebca

PRM-STM-PA-00004124/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico que, de ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Charchar, participei da reunião agendada para o dia 26/04/2021 às 15h com a FOQS e a Secretaria Municipal de Saúde de Santarém sobre o início da imunização das comunidades quilombolas do município.

Santarém, 26 de abril de 2021.

FERNANDA SILVA ROSSAROLA
ASSESSORA NIVEL II

Assinado com login e senha por FERNANDA SILVA ROSSAROLA, em 26/04/2021 18:06. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 004BE53C.C90E0FDC.32D7C165.D914F82B

PRM-STM-PA-00004125/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

Despacho nº /2021

Referência: PRM-STM-PA-00004105/2021

Assunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS

Considerando se tratar de matéria relacionada ao objeto do PA - PPB - 1.23.002.000271/2020-47, junte-se o presente documento àqueles autos para registro.

Santarém, 26 de abril de 2021.

HUGO ELIAS SILVA CHARCHAR
PROCURADOR DA REPÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTAREM

CERTIDÃO

Certifico que, em 26 de abril de 2021, às 15h, por meio da plataforma Google Meet, de ordem do Procurador da República, Dr. Hugo Elias Silva Chachar, participei de reunião realizada pela FOQS e Secretaria Municipal de Saúde em Santarém/PA sobre o início da vacinação nas comunidades quilombolas do município.

A reunião teve como enfoque promover o diálogo entre a Secretaria de Saúde do Município de Santarém e a FOQS, enquanto representante dos interesses quilombolas no município de Santarém, e tratar de questões referentes ao calendário de vacinação.

Na ocasião, a enfermeira Irlaine Figueira informou que o município de Santarém recebeu, no dia 24 de abril de 2021, 6.770 doses de vacina contra Covid-19 (referentes à 1ª dose), em observância ao perfil de saúde E-sus saúde, destinadas exclusivamente para a vacinação da população quilombola do município de Santarém, de 18 a 59 anos.

Além disso, esclareceu que o plano de vacinação do município segue as diretrizes constantes nos Planos de Vacinação Federal e Estadual, e que os idosos dos territórios quilombolas do município já foram vacinados.

Nesse sentido, a Sra. Irlaine ressaltou que o diferencial na vacinação das comunidades quilombolas do município será o apoio da FOQS e das respectivas associações representativas das comunidades, que exercerão papel fundamental na identificação dos quilombolas, e, dessa forma, irão auxiliar os profissionais de saúde no momento da aplicação das vacinas.

A previsão é que até o final da semana (30/04/2021) o calendário de vacinação seja definido, e que a vacinação terá início no dia 04 de abril de 2021.

Ao final, a FOQS, com o apoio das associações quilombolas, se comprometeu a fazer um levantamento de quilombolas moradores nos territórios em Santarém, e

encaminhá-lo para a SEMSA para registro em sua base de dados e para facilitar o controle durante a vacinação.

A SEMSA se comprometeu a encaminhar cópia do calendário de vacinação dos territórios quilombolas assim que for concluído.

Nada mais havendo para certificar, subscrevo-me.

Santarém, 27 de abril de 2021.

FERNANDA SILVA ROSSAROLA
ASSESSORA NIVEL II

Fwd: ORIENTAÇÕES VACINA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

De:	Gabi Semsa <gabinetesemsa.stm@gmail.com>
Para:	<fernandarossarola@mpf.mp.br>
Data:	quarta-feira - 28/abril/2021 10:03
Assunto:	Fwd: ORIENTAÇÕES VACINA POPULAÇÃO QUILOMBOLA
Anexos:	TEXT.htm; Orientações Vacina População Quilombola.pdf; Mime.822

ORIENTAÇÕES VACINA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

Com os cumprimentos de estilo, de ordem da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Vânia Maria Azevedo Portela, encaminhamos em anexo as Orientações Técnicas quanto a vacinação da Covid-19 para a população Quilombola.

Elcivania Miranda
Gabinete Semsa

Assinado com login e senha por FERNANDA SILVA ROSSAROLA, em 28/04/2021 14:48. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave AA570BEB.7E4A1259.5752EAEF.CFE18C54



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 TRAV. SETE DE SETEMBRO 611 – BAIRRO: SANTA CLARA- CEP: 68005-590 –
 FONE: 2101-0100 – SANTARÉM/PA.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS ÀS EQUIPES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM
SAÚDE – APS/ SEMSA-SANTARÉM

POPULAÇÃO QUILOMBOLA - VACINAÇÃO COVID-19

(Atualizado em 27/04/2021)

Seguindo protocolo do Ministério da Saúde que recomenda que em todo Brasil, seja respeitado a ordem de prioridade definida pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) e considerando o planejamento estratégico construído coletivamente entre FOQS, CMSS, MPE, MPF, ONG Terra de Direitos e SEMSA, serão vacinados os quilombolas localizados nos 12 territórios de Santarém, em adultos de 18 a 59 anos, com controle externo direto da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e por quem mais interessar por direito. Ficando decidido o calendário para a vacinação contra Covid-19:

- Dia 04/ 05/ 2021 (terça-feira):
 - Manhã: Comunidade Tiningu e Comunidade Murumuru
 - Tarde: Comunidade Murumurutuba e Comunidade Bom Jardim.
- Dia 05/ 05/ 2021 (Quarta-feira):
 - Manhã: Comunidade São José do Ituqui e Comunidade São Raimundo do Ituqui;
 - Tarde: Comunidade Nova Vista Tiningu.
- Dia 06/ 05/ 2021 (Quinta-feira):
 - Manhã: Comunidade do Surubiuaçu;
 - Tarde: Comunidade Arapemã e Comunidade Saracura.
- Dia 07/ 05/ 2021 (Sexta-feira):
 - Território Urbano – Pérola do Maicá das 9h às 16h.
- Dia 08/ 05/ 2021 (Sábado – encerramento da vacinação D1):
 - Território Urbano – Sede da FOQS das 9h às 12h.

Serão estratégias de vacinação:

- Ministério da Saúde recomenda que seja respeitado a ordem de prioridade pelo programa Nacional de Imunização (PNI);
- Preferencialmente a pessoa deve ser vacinada estando em território;
- Em domicílio aos pacientes acamados ou com dificuldade de locomoção de acordo com o mapeamento das micro áreas de população adscrita;

Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TRAV. SETE DE SETEMBRO 611 – BAIRRO: SANTA CLARA- CEP: 68005-590 –
FONE: 2101-0100 – SANTARÉM/PA.


- Em caso de impossibilidade da pessoa ser vacinada no quilombo, será realizada a vacinação na sede da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém;
- O ato de vacinação será realizado pela equipe de saúde local do território e por equipes itinerantes de vacinação em transportes terrestres e fluviais, de acordo com as características do território.

Uso de doses de vacina no final do expediente:

Não está recomendado o uso de doses de vacina em outras pessoas que não sejam da população especificada. A lógica é aproveitar todas as vacinas dentro dos grupos prioritários. Neste sentido, recomenda-se a pré-organização para garantir a aplicação de todas as doses. Em situações que **absolutamente** esta recomendação não for possível, realizar o aproveitamento em pessoas de grupos prioritários previstos no plano de vacinação na ordem subsequente e em pessoas de maior idade.

É oportuno lembrar que todas as pessoas dos grupos prioritários de fases anteriores em que a vacinação já tenha sido oportunizada e por algum motivo houve impedimento de receber o imunizante, esta pessoa deverá receber a dose da vacina a qualquer momento.

É de extrema importância que se observe na carteira de vacinação a identificação nominal da vacina realizada, lote, validade, data e assinatura do vacinador.


Irlaine Figueira
COREN-PA: 128140-ENF

Irlaine Maria Figueira da Silva
Coord. da Atenção Primária em Saúde
COREN/PA 128140